Diário OFICIAL Executivo

Ano CXII

Edição Digital nº 12179 | 189 páginas
Curitiba, Segunda-feira, 06 de Julho de 2026

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Casa Civil 09
Coordenadoria Estadual da Defesa Civil..... 12
Procuradoria Geral do Estado 12
Controladoria Geral do Estado 16

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência..... 17
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento..... 42
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 42
Secretaria da Cultura 52
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família 53
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável 57
Secretaria da Educação 91
Secretaria da Fazenda 134
Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços 137
Secretaria da Infraestrutura e Logística 138
Secretaria da Justiça e Cidadania 140
Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa..... 141
Secretaria do Planejamento 157
Secretaria da Saúde..... 158
Secretaria da Segurança Pública..... 161
Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda 186
Receita Estadual do Paraná..... 187

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias 188

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Executivo Estadual

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Louise da Costa e Silva Garnica — Controladora-Geral
Anna Karina Moreira Braguinia — Diretora-Geral

Casa Militar
Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Coronel Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Natalino Avance de Souza — Secretário
Bruno Luis Krevoruczka — Diretor-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Fernando Lúcio Giacobo — Secretário
Valdomiro Hrysay — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Eduardo Pugnali Marcos — Secretário
Willian dos Santos Silva — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Everton Luiz da Costa Souza — Secretário
Amilcar Cavalcante Cabral — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Walmir da Silva Matos — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Luiz Paulo Budal Pedroso — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Felipe Augusto Amadori Flessak — Secretário
Nelson Ademar Piske — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Fernando Furiatti Saboia — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial
Marcos Vitorio Stamm — Secretário
Atila Castello Vaqueiro — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Luis Guilherme de Castro — Secretário
Nivaldo Ramos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Mariana de Sousa Machado Neris — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Clemerson Aparecido da Silva — Secretário
Isac Teixeira de Lima — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Cesar Augusto Neves Luiz — Secretário

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Saulo de Tarso Sanson Silva — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Willian Porfirio Ribeiro — Secretário
Lauro de Souza Silva Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Luciano Ferreira Bartolomeu — Secretário
Jefferson Abade — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

Poder Executivo

DECRETO Nº 14.302

Denomina Academia de Bombeiro Militar do Paraná a Escola Superior de Bombeiro Militar.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Denomina Academia de Bombeiro Militar do Paraná - ABMPR a Escola Superior de Bombeiro Militar - ESBM.

Art. 2º Serão responsáveis pela execução das atividades da Academia de Bombeiro Militar do Paraná - ABMPR:

I - Escola de Altos Estudos Bombeiro Militar - EsAE;

II - Escola de Formação de Oficiais - EsFO;

III - Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças - EsFAEP;

IV - Centro de Capacitação e Especialização - CeCapEs.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 6 de julho de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

90174/2026

DECRETO 14.303

Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar o Convênio ICMS nº 28/2026, que autoriza, até 31 de dezembro de 2026, o reconhecimento do cumprimento de condicionantes de fruição de benefícios fiscais relativas à desoneração ou à redução da carga de tributos federais previstas em convênios ICMS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, e considerando o disposto no Convênio ICMS nº 28, de 27 de março de 2026, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, e o contido no protocolo nº 26.056.497-8,

DECRETA:

Art. 1º Introduz no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar o disposto no Convênio ICMS nº 28/2026, que autoriza, até 31 de dezembro de 2026, o reconhecimento do cumprimento de condicionantes de fruição de benefícios fiscais relativas à desoneração ou à redução da carga de tributos federais previstas em convênios ICMS, quando o seu não atendimento decorrer do disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025, a seguinte alteração:

Alteração 1263ª Acrescenta o parágrafo único ao art. 5º do Capítulo II do Título I:

"Parágrafo único. Enquanto vigente autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, para fins de fruição dos benefícios fiscais de isenção e de redução da base de cálculo, quando condicionados à desoneração ou à redução de tributos federais, considerar-se-á atendida a condicionante quando o seu não cumprimento decorrer do disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 224, de 2025 (Convênio ICMS 28/2026).".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026, não autorizando a restituição ou a compensação de valores já recolhidos.

Curitiba, em 6 de julho de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

90175/2026

DECRETO Nº 14.304

Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017 para internalizar o Convênio ICMS 176/25, que trata da isenção em operações destinadas ao Programa de Segurança Alimentar e Nutricional.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, considerando o disposto nos Convênios ICMS 176, de 5 de dezembro de 2025, e 21, de 27 de janeiro de 2026, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, e tendo em vista o contido no protocolo nº 25.531.047-0,

DECRETA:

Art. 1º Introduz no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar o Convênios ICMS 176/25, que trata da isenção em operações destinadas ao Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, as seguintes alterações:

Alteração 1246ª Altera o caput do item 74 do Anexo V que passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-lhe a subnota 2.4:

"74 Saída de mercadorias, em operações internas e interestaduais, decorrentes de doações destinadas ao atendimento do PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, enquanto vigorar o Convênio ICMS 18/2003 (Convênios ICMS 18/2003, 101/2021, 226/2023, 74/2024 e 176/2025; Ajustes SINIEF 2/2003 e 40/2021).

(...)

2.4 às saídas internas promovidas por produtores rurais destinadas ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, quando efetuadas no âmbito Programa previsto no "caput" deste item, conforme termo de adesão ou convênio firmado com órgãos da administração pública estadual ou municipal, direta ou indireta (Convênio ICMS 176/2025).";

Alteração 1247ª Acrescenta o item 74-A ao Anexo V:

"74-A Saídas internas de mercadorias promovidas por produtores rurais, suas cooperativas, organizações ou associações, destinadas à execução do PROGRAMA COMPRA DIRETA DE ALIMENTOS – CDA pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB, responsável por sua implementação e coordenação, enquanto vigorar

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

o Convênio ICMS 18/2003 (Convênio ICMS 176/2025).".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, em 6 de julho de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

90176/2026

DECRETO Nº 14.305

Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar os Convênios ICMS 129/2025, 135/2025, 143/2025 e 170/2025, que atualizam disposições sobre a isenção e a redução da base de cálculo do imposto nas operações com ônibus, micro-ônibus e embarcações do Programa Caminho da Escola, na construção e ampliação de Terminais Portuários marítimos no Estado, nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal, e nas saídas de veículos e equipamentos de uso militar.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, e considerando o disposto nos Convênios ICMS 129, de 5 de setembro de 2025, 135 e 143, de 3 de outubro de 2025, e 170, de 5 de dezembro de 2025, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, e o contido no protocolo nº 26.011.875-7,

DECRETA:

Art. 1º Introduz no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar os Convênios ICMS 129, 135, 143 e 170, de 2025, as seguintes alterações:

Alteração 1256ª A posição "72" da tabela de que trata o *caput* do item 73 do Anexo V passa a vigorar com a seguinte redação: "

POSIÇÃO	FÁRMACOS	NCM FÁRMACOS	MEDICAMENTOS	NCM MEDICAMENTOS
72	Sulfato de Morfina Pentaidratada (Convênios ICMS 54/2009 e 143/2025)	3003.49.90/ 3004.49.90	Sulfato de Morfina Pentaidratada 10 mg/ml - solução oral - por frasco de 60 ml	3004.49.90
			Sulfato de Morfina Pentaidratada 10 mg/ml - por ampola de 1 ml	
			Sulfato de Morfina Pentaidratada 10 mg - por comprimido	
			Sulfato de Morfina Pentaidratada 30 mg - por comprimido	
			Sulfato de Morfina Pentaidratada LC 30 mg - por cápsula	
			Sulfato de Morfina Pentaidratada LC 60 mg - por cápsula	
			Sulfato de Morfina Pentaidratada LC 100 mg - por cápsula	

";

Alteração 1257ª A posição "265" da tabela de que trata o *caput* do item 73 do Anexo V passa a vigorar com a seguinte redação:
"

POSIÇÃO	FÁRMACOS	NCM FÁRMACOS	MEDICAMENTOS	NCM MEDICAMENTOS
265	Afibercepte (Convênios ICMS 218/2021 e 143/2025)	3002.13.00	40 mg/ml - Solução incivitct 1 favd trans x 0,2278 ml + AGU 114,3 mg/ml - Sol injivitct 1 favd trans x 0,263 ml + AGU	3002.15.90

";

Alteração 1258ª Acrescenta a posição "276" à tabela de que trata o *caput* do item 73 do Anexo V:
"

POSIÇÃO	FÁRMACOS	NCM FÁRMACOS	MEDICAMENTOS	NCM MEDICAMENTOS
276	Alfaeptacogue ativado (fator recombinante de coagulação VII ativado - rFVIIa) (Convênio ICMS 143/2025)	3002.12.39	1 mg (50.000 UI) - pó para solução injetável	3002.15.90
			2 mg (100.000 UI) - pó para solução injetável	
			5 mg (250.000 UI) - pó para solução injetável	

";

Alteração 1259ª O *caput* do item 131 do Anexo V passa a vigorar com a seguinte redação:
"131 Operações, até 31.12.2026, com ônibus, micro-ônibus e embarcações, destinados ao transporte escolar, adquiridos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito do Programa Caminho da Escola, do Ministério da Educação - MEC, instituído pelo Decreto Federal nº 11.162, de 4 de agosto de 2022, ou outro que venha a substituí-lo (Convênios ICMS 53/2007, 49/2017, 7/2021, 178/2021 e 129/2025; Ajuste SINIEF 10/2012).";

Alteração 1260ª Acrescenta a nota 7 ao *caput* do item 164-A do Anexo V com a seguinte redação:
"7. a aplicação da isenção fica condicionada à implementação integral do disposto no Convênio ICMS 26/2021, que alterou o Convênio ICMS 100/1997, inclusive com a exigência de anulação do crédito prevista nos incisos I e II do art. 21 da Lei Complementar nº 87, de 1996 (Convênio ICMS 135/2025).";

Alteração 1261ª A nota 2 do item 23 do Anexo VI passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-lhe a posição "11" à tabela de que trata o caput do referido item:

“

POSIÇÃO	DESCRIÇÃO
11	Rádios para uso militar: a) rádios veiculares, instalados ou não em plataformas terrestres, aéreas e navais; b) rádios “man-pack”, instalados ou não em plataformas terrestres, aéreas e navais; c) rádios “hand-held”, instalados ou não em plataformas terrestres, aéreas e navais; d) rádios aeronáuticos, instalados ou não em plataformas terrestres, aéreas e navais; e) terminal radio satelital, instalados ou não em plataformas terrestres, aéreas e navais; f) acessórios para os rádios previstos nas alíneas “a” a “c”, incluindo cabos, antenas, bases instalativas e amplificadores de potência. (Convênio ICMS 170/2025)

(...)

2. a descrição da mercadoria no Ato do Comando do Ministério da Defesa a que se refere a subnota 1.3 não autoriza a extensão do benefício para produtos que não estejam relacionados na tabela do *caput* deste artigo (Convênios ICMS 20/2015, 144/2020, 45/2023 e 170/2025).”;

Alteração 1262ª Acrescenta a nota 4 ao *caput* do item 36-C do Anexo VI com a seguinte redação:

“4. a aplicação da isenção fica condicionada à implementação integral do disposto no Convênio ICMS 26/2021, que alterou o Convênio ICMS 100/1997, inclusive com a exigência de anulação do crédito prevista nos incisos I e II do art. 21 da Lei Complementar nº 87, de 1996 (Convênio ICMS 135/2025).”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2027, em relação às alterações 1257ª e 1258ª.

Curitiba, em 6 de julho de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGA
Secretário de Estado da Fazenda

90177/2026

DECRETO Nº 14.306

Homologa situação de emergência no Município de Reserva, em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Tornados.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Reserva, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres – FIDE, consubstanciado no protocolo nº 26.200.091-5,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 4.513, de 3 de julho de 2026, exarado pelo Prefeito de Reserva, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Tornados.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do decreto municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que foi publicada declaração de anormalidade em âmbito municipal.

Curitiba, em 6 de julho de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

90178/2026

DECRETO Nº 14.307

Homologa situação de emergência no Município de General Carneiro, em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Granizo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de General Carneiro, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres – FIDE, consubstanciado no protocolo nº 26.199.558-1,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 509, de 6 de julho de 2026, exarado pelo Prefeito de General Carneiro, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Tempestade Local/Convectiva - Granizo.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do decreto municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data em que foi publicada declaração de anormalidade em âmbito municipal.

Curitiba, em 6 de julho de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

90180/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETO Nº 14.308

Concede as medalhas que especifica a militares estaduais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere os incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, com base nos arts. nº 253, 257 e 259 da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954, em face da proposição do Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná - PMPR, consubstanciada no protocolo nº 26.127.871-5,

DECRETA:

Art. 1º Concede as medalhas que especifica a militares estaduais, conforme deliberado na reunião nº 540, da Comissão de Mérito da Polícia Militar do Paraná - PMPR, na forma do anexo que faz parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 6 de julho de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

SAULO DE TARSO SANSON SILVA
Secretário de Estado da Segurança Pública

ANEXO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 14.308/2026

CONCEDE AS MEDALHAS QUE ESPECIFICA A MILITARES

I – Medalha de Humanidade, de acordo com o previsto no art. 1º, da Lei Estadual nº 2.744, de 31 de março de 1930 e no art. 257, da Lei Estadual nº 1.943, de 23 de junho de 1954, aos seguintes militares:

Nº	Posto/ Graduação	Nome	CPF
1	Cb. QP PM	José Robinson Bueno	034.XXX.XXX-69
2	Sd. QP PM	Gilcleves Feitosa de Lima	045.XXX.XXX-82
3	Sd. QP PM	Everson Vernick da Silva	078.XXX.XXX-36
4	Sd. QP PM	Ricardo Rodrigues da Silva	061.XXX.XXX-46

II – **Medalha de Sangue**, de acordo com o previsto no art. 253, da Lei Estadual nº 1.943, de 23 de junho de 1954, aos seguintes militares estaduais:

Nº	Posto/ Graduação	Nome	CPF
1	Sd. QP PM	Romualdo Ferreira Silva Marques	025.XXX.XXX-80

III – Medalha Policial-Militar, categoria: Ouro, Prata e Bronze, de acordo com o previsto no Art. 259, da Lei Estadual nº 1.943, de 23 de junho de 1954, com redação dada pela Lei Estadual nº 7.776, de 13 de dezembro de 1983, aos seguintes militares estaduais:

Medalha Policial-Militar de OURO

Nº	Posto/Graduação	Nome	RG	Decênio Considerado		eProtocolo
1	Subten. QP PM	Luciano Soares da Silva	876.XXX.XXX-04	22/09/2016	20/09/2025	25.364.847-3
2	2° Sgt. QP PM	Ricardo Schmitt	871.XXX.XXX-34	08/11/2016	06/11/2025	25.453.610-5

Medalha Policial-Militar de BRONZE

Nº	Posto/Graduação	Nome	RG	Decênio Considerado		eProtocolo
1	Sd. QP PM	Adriel Muller	071.XXX.XXX-03	22/2/2016	19/02/2026	25.514.881-8
2	Sd. QP PM	Alan Patrick Koslowski de Souza	078.XXX.XXX-80	22/2/2016	19/02/2026	25.515.016-2
3	Sd. QP PM	Alexandro Ferreira dos Santos	040.XXX.XXX-56	22/2/2016	19/02/2026	25.468.983-1
4	Sd. QP PM	Ana Paula Silva Goncalves	047.XXX.XXX-42	22/2/2016	19/02/2026	25.499.771-4
5	Sd. QP PM	Andre Luiz Correia	050.XXX.XXX-56	22/2/2016	19/02/2026	25.515.195-9
6	Sd. QP PM	Augusto Camargo Ferreira	029.XXX.XXX-94	22/2/2016	19/02/2026	25.515.433-8
7	Sd. QP PM	Celio Ademir Pinheiro Lopes	006.XXX.XXX-19	22/2/2016	19/02/2026	25.499.504-5
8	Sd. QP PM	Charles Alberto Da Silva Junior	078.XXX.XXX-07	22/2/2016	19/02/2026	25.498.966-5
9	Sd. QP PM	Cristian Jorge Barros	042.XXX.XXX-31	22/2/2016	19/02/2026	25.515.536-9
10	Sd. QP PM	Dagmar Cortez Da Silva	063.XXX.XXX-86	22/2/2016	19/02/2026	25.470.711-2
11	Sd. QP PM	Delvo Rossi Neto	067.XXX.XXX-00	22/2/2016	19/02/2026	25.515.613-6
12	Sd. QP PM	Diogo Henrique Cavalheiro Dolce	068.XXX.XXX-64	22/2/2016	19/02/2026	25.499.696-3
13	Sd. QP PM	Dulcineia Cristina Santos Menezes	039.XXX.XXX-51	22/2/2016	19/02/2026	25.516.861-4
14	Sd. QP PM	Edson Pereira Mendes	078.XXX.XXX-06	22/2/2016	19/02/2026	25.470.087-8
15	Sd. QP PM	Eliseu Broboski Neves	058.XXX.XXX-03	22/2/2016	19/02/2026	25.516.944-0
16	Sd. QP PM	Elton Cesar Parma	058.XXX.XXX-57	22/2/2016	19/02/2026	25.499.056-6
17	Sd. QP PM	Felipe Emidio De Lima	052.XXX.XXX-81	22/2/2016	19/02/2026	25.508.348-1
18	Sd. QP PM	Hildo Pereira Costa	357.XXX.XXX-94	22/2/2016	19/02/2026	25.508.473-9
19	Sd. QP PM	Jean Carlo Marcelino	064.XXX.XXX-05	29/1/2016	26/01/2026	25.508.587-5
20	Sd. QP PM	Jean Carlo Moreira Batista	050.XXX.XXX-63	22/2/2016	19/02/2026	25.508.702-9
21	Sd. QP PM	Jeferson Romeu Tizzo Lemos	313.XXX.XXX-28	22/2/2016	19/02/2026	25.509.254-5
22	Sd. QP PM	Jefferson Serafim	006.XXX.XXX-40	22/2/2016	19/02/2026	25.509.363-0
23	Sd. QP PM	Johnny Almeida Kwiatkowski	073.XXX.XXX-01	22/2/2016	19/02/2026	25.509.511-0
24	Sd. QP PM	Josimari Da Silva Faxo	052.XXX.XXX-66	22/2/2016	19/02/2026	25.465.994-0
25	Sd. QP PM	Jovani Xavier Ferreira	057.XXX.XXX-99	22/2/2016	19/02/2026	25.509.611-7
26	Sd. QP PM	Juliana Bueno Carneiro Banacky Marian	041.XXX.XXX-24	22/2/2016	19/02/2026	25.509.819-5
27	Sd. QP PM	Kayque Rennan Chorne	009.XXX.XXX-50	22/2/2016	19/02/2026	25.510.008-4
28	Sd. QP PM	Lucas Nunes Marques Da Silva	078.XXX.XXX-32	22/2/2016	19/02/2026	25.498.790-5
29	Sd. QP PM	Luciano Henrique Jorge	361.XXX.XXX-02	22/2/2016	19/02/2026	25.469.682-0

30	Sd. QP PM	Luciano Passareli	080.XXX.XXX-22	22/2/2016	19/02/2026	25.469.114-3
31	Sd. QP PM	Luis Gonzaga Barbosa	036.XXX.XXX-39	22/2/2016	19/02/2026	25.517.471-1
32	Sd. QP PM	Simone Moreira De Souza Arinalis	052.XXX.XXX-47	22/2/2016	19/02/2026	25.499.414-6
33	Sd. QP PM	Valeria Alves Da Silva	084.XXX.XXX-81	22/2/2016	19/02/2026	25.499.173-2
34	Sd. QP PM	Victor Hugo Ferrari Geronimo	051.XXX.XXX-54	22/2/2016	19/02/2026	25.499.255-0
35	Sd. QP PM	Vinicius Barbosa De Souza	068.XXX.XXX-54	22/2/2016	19/02/2026	25.499.844-3

90182/2026

DECRETO Nº 14.309

Nomeação em virtude de habilitação em concurso público para exercer o cargo de Professor de Ensino Superior do Magistério do Ensino Superior.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, sob proposta da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e tendo em vista o contido no protocolo nº 26.124.915-4,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em virtude de habilitação em Concurso Público, de acordo com o inciso II do art. 24 da Lei n.º6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei n.º 20.933, de 22 de dezembro de 2021 e Lei n.º 21.852, de 15 de dezembro de 2023, GUILHERME BARBACOVI LIBARDI, CPF n.º 026.XXX.XXX-73, para exercer o cargo de Professor de Ensino Superior do Magistério do Ensino Superior, na classe de Professor Adjunto, em regime de trabalho de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva.

Art. 2º A nomeação destina-se ao suprimento de vagas de Professores de Ensino Superior da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 6 de julho de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

90183/2026

DECRETO Nº 14.310

Nomeação de EDGAR SILVESTRE, para exercer cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, EDGAR SILVESTRE, CPF nº 278.XXX.XXX-04, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-1, da Casa Civil, ficando exonerado, em consequência, do cargo de Assessor– Símbolo CCE-4.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 6 de julho de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

90184/2026

DECRETO Nº 14.311

Exoneração de RUTH APARECIDA PEDRO SHINOZAKI, de cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Exonera RUTH APARECIDA PEDRO SHINOZAKI, CPF nº 628.XXX.XXX-87, do cargo em comissão de Assessor – Símbolo CCE-13, da Casa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 6 de julho de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

90187/2026

DECRETO Nº 14.312

Exoneração de RODRIGO ALEKSSANDRO DA SILVEIRA STICA, de cargo em comissão da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 26.194.666-1,

DECRETA:

Art. 1º Exonera, a pedido, RODRIGO ALEKSSANDRO DA SILVEIRA STICA, CPF nº 075.XXX.XXX-39, do cargo em comissão de Diretor – Símbolo CCE-DD, da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná, a partir de 4 de julho de 2026.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 6 de julho de 2026, 205° da Independência e 138° da República.

DARCI PIANA
Governador do Estado em exercício

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

90188/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Despachos do Governador

DESPACHO DO GOVERNADOR
CASA MILITAR

26.161.602-5/26
OBJETO Deslocamento internacional de servidor. **DESTINO E PERÍODO** Atlanta/GA - EUA, de 30/07/2026 a 11/08/2026. **FINALIDADE** Participar do treinamento de reciclagem da aeronave KING AIR 350. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Ônus à Casa Militar. **AMPARO LEGAL** Art. 169, IV c/c art. 189, ambos da Lei nº 6174/70, regulamentado pelo Decreto nº 6358/2024. 1. De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 26.161.602-5**, **AUTORIZO,** nos termos do art. 4º, do Decreto nº 6358/2024, o deslocamento dos servidores **DANIEL EDUARDO LATUF**, CPF 053.XXX.XXX-30 e **MAURO MARUCCO FILHO**, CPF 800.XXX.XXX-91. 2. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. Em 06.07.26. (Enc. Proc. à Casa Militar).

26.161.620-3/26
OBJETO Deslocamento internacional de servidor. **DESTINO E PERÍODO** Atlanta/GA - EUA, de 20/08/2026 a 01/09/2026. **FINALIDADE** Participar do treinamento de reciclagem da aeronave KING AIR 350. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Ônus à Casa Militar. **AMPARO LEGAL** Art. 169, IV c/c art. 189, ambos da Lei nº 6174/70, regulamentado pelo Decreto nº 6358/2024. 1. De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 26.161.620-3**, **AUTORIZO,** nos termos do art. 4º, do Decreto nº 6358/2024, o deslocamento dos servidores **MATEUS JULIO SENSOLO**, CPF 046.XXX.XXX-48 e **LUIS CARLOS RAMOS JUNIOR**, CPF 616.XXX.XXX-68. 2. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. Em 06.07.26. (Enc. Proc. à Casa Militar).

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

26.178.534-0/26
1. Diante da solicitação apresentada no **PROTOCOLADO Nº 26.178.534-0**, **AUTORIZO,** nos termos do art. 15, VI, da Lei Estadual nº 13.666/2002 c/c art. 2º, §1º e art. 5º, ambos do Decreto nº 3.828/2008. 2. **PUBLIQUE-SE** e restitua-se à origem para demais providências. Em 06.07.26. (Enc. Proc. à SEAP).

26.151.609-8/26
1.Diante da solicitação apresentada no **PROTOCOLADO Nº 26.151.609-8**, **AUTORIZO,** nos termos do art. 15, VI, da Lei Estadual nº 13.666/2002 c/c art. 2º, §1º e art. 5º, ambos do Decreto nº 3.828/2008. 2. **PUBLIQUE-SE** e restitua-se à origem para demais providências. Em 06.07.26. (Enc. Proc. à SEAP).

90147/2026

Despachos do Chefe da Casa Civil

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

26.132.309-5/26
OBJETO Deslocamento internacional de servidor. **DESTINO E PERÍODO** Austrália, de 13/07/2026 a 20/07/2026. **FINALIDADE** Acompanhar estudantes do Programa Intercâmbio Internacional Ganhando o Mundo para Austrália **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** ônus limitados aos vencimentos. **AMPARO LEGAL** Art. 189, da Lei nº 6174/70 art. 1º, I, do Decreto nº 11.322/2025. 1.De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 26.132.309-5**, **AUTORIZO** o deslocamento da servidora **ADRIANA RIGON WILLE**, CPF 026.xxx.xxx-48. 2. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. EM 06/07/2026. (Enc. Proc. à SEED).

26.189.604-4/26
OBJETO Deslocamento internacional de servidor. **DESTINO E PERÍODO** Austrália, de 13/07/2026 a 20/07/2026. **FINALIDADE** Acompanhar estudantes do Programa Intercâmbio Internacional Ganhando o Mundo para Austrália **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** ônus limitados aos vencimentos. **AMPARO LEGAL** Art. 189, da Lei nº 6174/70; art. 1º, I, do Decreto nº 11.322/2025. 1.De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 26.189.604-4**, **AUTORIZO** o deslocamento da servidora **MARIA MAURENE DELLA RIVA GONÇALVES**, CPF 591.xxx.xxx-34 2.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. EM 06/07/2026. (Enc. Proc. à SEED).

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE

26.171.837-5/26
OBJETO Afastamento internacional de servidor. **DESTINO** Colômbia, no período de 09/07/2026 a 16/07/2026. **FINALIDADE** Convocação pela Comitê Organizador dos Jogos Parasul-Americanos de Valledupar 2026. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** Ônus limitados aos vencimentos. **AMPARO LEGAL** 84, da Lei Federal nº 9.615/1998 (“Lei Pelé”) e art. 205, da Lei Federal nº 14.597/2023 (Lei geral do Esporte) De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 26.171.837-5**, **AUTORIZO** o deslocamento do servidor **UBIRATAN MARTINS JUNIOR**, CPF nº 574.XXX.XXX-68. 2. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. Em 06.07.26. (Enc. Proc à SEES).

90150/2026

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL
DIVERSOS

26.163.058-3/26
OBJETO Prorrogação de mobilização de servidor para o Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** ônus limitados aos vencimentos. **AMPARO LEGAL** § 2º do art. 3º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007; Convênio de Cooperação Federativa firmado entre a União e o Estado do Paraná. 1. De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 26.163.058-3**, **AUTORIZO**, nos termos art. 1º, IV, do Decreto nº 11.322/2025, a prorrogação da mobilização da servidora **VALKYRIA MATIE FUJIWARA**, CPF nº 009.xxx.xxx-99, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. 2. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. 06.07.26.

26.091.811-7/26
OBJETO Prorrogação de mobilização de servidor para o Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** ônus limitados aos vencimentos. **AMPARO LEGAL** § 2º do art. 3º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007; Convênio de Cooperação Federativa firmado entre a União e o Estado do Paraná. 1.De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 26.091.811-7**, **AUTORIZO**, nos termos art. 1º, IV, do Decreto nº 11.322/2025 a prorrogação da mobilização do servidor **PAULO ROBERTO STOCCO ZEMPULSKI**, CPF nº 049.xxx.xxx-21, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. 2.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. EM 06/07/2026.

26.115.375-0/26
OBJETO Prorrogação de mobilização de servidor para o Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** ônus limitados aos vencimentos. **AMPARO LEGAL** § 2º do art. 3º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007; Convênio de Cooperação Federativa firmado entre a União e o Estado do Paraná. 1.De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 26.115.375-0**, **AUTORIZO**, nos termos art. 1º, IV, do Decreto nº 11.322/2025, a prorrogação da mobilização da servidora **GISELE FLORIANI**, CPF nº 803.xxx.xxx-53, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. 2.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. EM 06/07/2026.

90152/2026



Casa Civil

DETRAN

PORTARIA n.º 908/26 – DP

Designa para responder como Supervisor do Posto Avançado de Mandaguaçu.

A Diretora-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983, considerando a Lei Estadual nº 17.075 de 23 de janeiro de 2012, que estabelece a estrutura de Funções Comissionadas de Confiança – FCC do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR,
RESOLVE:
Art. 1º. Designar EDUARDO PEREIRA LOPES – CPF nº 282.XXX.XXX-04, para responder como SUPERVISOR no POSTO AVANÇADO DE MANDAGUAÇU, a partir de 1º de julho de 2026.
Art. 2º. Conceder, a partir da mesma data, a Função Comissionada de Confiança – FCC2, destinada aos servidores que desempenhem as atribuições de Supervisor no âmbito do DETRAN/PR.
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 1º de julho de 2026
Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

PORTARIA n.º 911/26 – DP

Designa para administrar o Fundo Rotativo do Posto Avançado de Mandaguaçu.

A Diretora-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983, RESOLVE:
RESOLVE:
Art. 1º. Designar EDUARDO PEREIRA LOPES – CPF nº 282.XXX.XXX-04, para administrar o FUNDO ROTATIVO no POSTO AVANÇADO DE MANDAGUAÇU, a partir de 1º de julho de 2026.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 1º de julho de 2026
Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

PORTARIA n.º 912/26 - DP

Designa para responder pelo Posto Avançado de Mandaguaçu.

A Diretora-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29 de dezembro de 1983,
RESOLVE:
Art. 1º. Designar ANDREIA CRISTINA TROMBELLI GROSSO - CPF nº 843.XXX.XXX-20, para responder pelo POSTO AVANÇADO DE MANDAGUAÇU, a partir de 1º de julho de 2026.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 1º de julho de 2026
Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

PORTARIA n.º 929/26 - DP

Designa para responder pela Ciretran de Bandeirantes.

A Diretora-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29 de dezembro de 1983,
RESOLVE:
Art. 1º. Designar CARLOS EDUARDO DOS SANTOS – CPF nº 043.XXX.XXX-67, para responder pela CIRETRAN de BANDEIRANTES, convalidando os atos praticados no período de 22 a 28 de junho de 2026, durante férias do chefe titular VALBETI APARECIDO PALUGAN.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 2 de julho de 2026
Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

PORTARIA n.º 931/26 - DP

Dispensa de responder pela Ciretran de Toledo.

A Diretora-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29 de dezembro de 1983,
RESOLVE:
Art. 1º. Dispensar FABIANE HARUMI BISPO NEVES – CPF nº 050.XXX.XXX-90, de responder pela Ciretran de Toledo, durante impedimentos legais do chefe titular INACIO HAMMERSCHMIDT.
Art. 2º. Fica por este ato revogada a Portaria nº 419/26 – DP, a partir de 18 de junho de 2026.
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 2 de julho de 2026
Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

PORTARIA n.º 933/26 - DP

Designa para responder interinamente pela Ciretran de Toledo.

A Diretora-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29 de dezembro de 1983,
RESOLVE:
Art. 1º. Designar FABIANE HARUMI BISPO NEVES – CPF nº 050.XXX.XXX-90, para responder interinamente pela Ciretran de TOLEDO, convalidando os atos praticados a partir de 18 de junho de 2026.
Art. 2º. Fica por este ato revogada a portaria nº 162/19 – DP, na parte que designou INACIO HAMMERSCHMIDT, como chefe titular.
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 2 de julho de 2026
Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

PORTARIA n.º 935/26 - DP

Designa para responder pela Ciretran de São Mateus do Sul.

A Diretora-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29 de dezembro de 1983,
RESOLVE:
Art. 1º. Designar ADALGISA CHAGAS ALVES – CPF nº 053.XXX.XXX-48, para responder pela Ciretran de SÃO MATEUS DO SUL, no período de 01 a 30 de julho de 2026, durante férias da chefe titular JOCINEIA SOUZA.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 2 de julho de 2026
Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

PORTARIA n.º 936/26 - DP

Designa para responder pela Ciretran de Porecatu.

A Diretora-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29 de dezembro de 1983,
RESOLVE:

Art. 1º. Designar JOSIRLEY DA SILVA – CPF nº 005.XXX.XXX-06, para responder pela CIRETRAN DE PORECATU, no período de 29/06 a 28/07/2026, durante férias do chefe titular RODRIGO DOS SANTOS JABUR.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 2 de julho de 2026
Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

PORTARIA n.º 937/26 - DP

Dispensa de responder pela Ciretran de Irati.

A Diretora-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29 de dezembro de 1983,
RESOLVE:
Art. 1º. Dispensar JOSIELE SIMONE CHAVES PABIS – CPF nº 037.XXX.XXX-56, de responder pela CIRETRAN DE IRATI, durante férias da chefe titular.
Art. 2º. Fica por este ato revogada a portaria nº 643/26 – DP, a partir de 16 de junho de 2026.
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 2 de julho de 2026
Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

PORTARIA n.º 938/26 - DP

Designa para responder pela Ciretran de Astorga.

A Diretora-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29 de dezembro de 1983,
RESOLVE:
Art. 1º. Designar MAYKON FANTATTO ENCINAS - CPF nº 023.XXX.XXX-09, para responder pela Ciretran de Astorga, no período de 13/07 a 11/08/2026, durante férias da chefe titular SUZANA MARIA BRUIANI JORGE.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 2 de julho de 2026
Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

PORTARIA n.º 940/26 - DP

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Designa para responder pela Ciretran de Santa Helena.

A Diretora-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29 de dezembro de 1983,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar ANTONIO VAZ DE SOUZA – CPF nº 599.XXX.XXX-72, para responder pela CIRETRAN de SANTA HELENA, no período de 09 a 14 de julho de 2026, durante férias da chefe titular MARLETE RIGOL DAVILA.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de julho de 2026

Viviane da Paz

Presidente do DETRAN/PR

PORTARIA n.º 941/26 - DP

Designa para responder pela Ciretran de Sertaneja.

A Diretora-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29 de dezembro de 1983,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar MICHEL WILIANS ARAÚJO GERALDO – CPF nº 033.XXX.XXX-97, para responder pela CIRETRAN de SERTANEJA, no período de 30/06 a 07/07/2026, durante férias da chefe titular LEILA CRISTINA DUTRA PIMENTA.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de julho de 2026

Viviane da Paz

Presidente do DETRAN/PR

PORTARIA n.º 942/26 - DP

Designa para responder pela Assessoria de Comunicação.

A Diretora-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29 de dezembro de 1983,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar MARCIA MAI TAKAKI – CPF nº 060.XXX.XXX-77, para responder pela ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO, a partir de 29 de junho de 2026.

Art. 2º. Fica por este ato revogada a portaria nº 015/26 – DP, na parte que a designou CRISTINA ROCHA SENS como chefe titular.

Art. 3ª. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de julho de 2026

Viviane da Paz

Presidente do DETRAN/PR

PORTARIA n.º 943/26 - DP

Designa para responder pela Ciretran de Reserva.

A Diretora-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29 de dezembro de 1983,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar FERNANDA LUISA CASTRO RIBAS BUENO – CPF nº 110.XXX.XXX-30, para responder pela CIRETRAN DE RESERVA, convalidando os atos praticados a partir de 23 de junho de 2026.

Art. 2º. Fica por este ato revogada a portaria nº 645/26 – DP, na parte que a designou ALESSANDRO XAVIER DE SOUZA, como chefe interino.

Art. 3ª. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de julho de 2026

Viviane da Paz

Presidente do DETRAN/PR

88625/2026

PORTARIA N.º 860/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;

CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 25.928.222-5.

RESOLVE:

Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o (a) Sr(a). LEKSANDRA ROBERTA GALHARDO DA SILVA, CPF 006.XXX.XXX-14, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.

Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:

I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;

II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;

III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;

IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;

Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.

Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz

Presidente do DETRAN/PR

88713/2026

PORTARIA N.º 863/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;

CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 26.077.961-3.

RESOLVE:

Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o (a) Sr(a). GABRIEL RIBEIRO DOS SANTOS, CPF 056.XXX.XXX-37, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.

Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:

I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;

II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;

III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;

IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;

Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.

Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz

Presidente do DETRAN/PR

88696/2026

PORTARIA N.º 864/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;

CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 26.080.695-5.

RESOLVE:

Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o (a) Sr(a). DAIANE RAFAELA DOS SANTOS CHAGAS, CPF 050.XXX.XXX-51, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.

Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:

I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;

II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;

III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;

IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;

Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.

Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz

Presidente do DETRAN/PR

88695/2026

PORTARIA N.º 866/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 26.085.463-1.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o (a) Sr(a). RONALDO FAGNER LOURENÇO DA SILVA, CPF 075.XXX.XXX-85, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

88694/2026

PORTARIA N.º 869/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 26.100.959-5.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o (a) Sr(a). RICARDO ROCHA GOTARDO, CPF 053.XXX.XXX-13, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

88691/2026

PORTARIA N.º 871/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 26.105.171-0.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o (a) Sr(a). MAURO CELIO GONÇALVES, CPF 040.XXX.XXX-12, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

88689/2026

PORTARIA N.º 878/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 26.124.714-3.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o (a) Sr(a). RANGEL AUGUSTO DEPETRIS, CPF 957.XXX.XXX-53, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

88703/2026

PORTARIA N.º 880/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 26.118.836-8.
RESOLVE:
Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o (a) Sr(a). JAIRO JOSE ALVES DO AMARAL, CPF 660.XXX.XXX-49, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

88710/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PORTARIA N.º 884/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 26.147.772-6.

RESOLVE:

Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o (a) Sr(a). MARCIA DELALLO, CPF 019.XXX.XXX-98, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

88712/2026

PORTARIA N.º 885/2026 – DP/DETRAN-PR

Autorização para exercer a atividade de Instrutor de Trânsito Autônomo.

A DIRETORA - PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB;
CONSIDERANDO a Resolução n.º 1.020, de 1º de dezembro de 2025, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN;
CONSIDERANDO a Portaria n.º 351, de 23 de abril de 2026;
CONSIDERANDO o constante no processo integrado nº 26.145.794-6.

RESOLVE:

Art. 1°. Autorizar, com fundamento no art. 108, inciso II, e no art. 109, da Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025, o (a) Sr(a). CHRISTIAN RESENDE DOS SANTOS, CPF 025.XXX.XXX-07, para o exercício da atividade de Instrutor de Trânsito para ministrar aulas nos cursos de formação de condutores, com o objetivo de promover o desenvolvimento dos conhecimentos práticos necessários à condução segura, à percepção de riscos e à adoção de atitudes e valores compatíveis com a urbanidade no trânsito.
Art. 2º. O interessado deverá atuar em conformidade com os normativos aplicáveis, observando, em especial:
I - Lei federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;
II - Lei federal nº 12.302, de 2 de agosto de 2010;
III - Resolução CONTRAN nº 1.020, de 1º de dezembro de 2025;
IV - Portaria DETRAN/PR nº 351, de 23 de abril de 2026;
Art. 3º. A autorização fica condicionado ao período estabelecido no Certificado de Regularidade, expedido pelo Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas deste Departamento.
Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.

Viviane da Paz
Presidente do DETRAN/PR

88711/2026

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil

COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL
Fundo Estadual para Calamidades Públicas – FECAP

EXTRATO
Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Diretor do FECAP

Protocolo: 22.821.522-8. ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA PELO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO ESTADUAL PARA CALAMIDADES PÚBLICAS – FECAP, NOS TERMOS DO DECRETO N.º 3.981, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2023. Ao primeiro dia do mês de julho de 2026, por meio de votação virtual realizada em caráter extraordinário, referente à Convocação n.º 010/2026 do Conselho Diretor do Fundo Estadual para Calamidades Públicas – FECAP, instituído pelo Decreto n.º 13.528, de 5 de maio de 2026. Participaram da votação virtual o Secretário-Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega; o Coordenador Estadual da Defesa Civil, Cel. Fernando Raimundo Schunig; o Comandante do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, Cel. Antônio Geraldo Hiller Lino; a representante da Secretaria de Estado das Cidades, Sra. Camila Mileke Scucato (Superintendente Executiva do PARANACIDADE); o Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Sabóia; o representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável, Sr. Amilcar Cavalcante Cabral (Diretor de Gestão Territorial do IAT); e o representante da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Sr. Bruno Luis Krevoruczka (Diretor Geral). Foi submetida à apreciação do Conselho Diretor conforme a seguir: **PAUTAS: 1)** Requerimentos de repasse de recursos destinados à execução de AÇÕES DE RESPOSTA E RECUPERAÇÃO em áreas atingidas por desastres naturais e/ou tecnológicos, mediante análise dos documentos apresentados pelos municípios: Protocolo 26.051.010-0 – Município: GUARAQUEÇABA – Objeto: ENXURRADAS: RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS/ RESTABELECIMENTO DE TRAFEGABILIDADE – Valor: R$ 250.431,17 (Duzentos e cinquenta mil, quatrocentos e trinta e um reais e dezessete centavos); Protocolo: 26.057.409-4 – Município: TERRA RICA – Objeto: GRANIZO: RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS/ RESTABELECIMENTO DE TRAFEGABILIDADE – Valor: R$ 403.487,41 (Quatrocentos e três mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e quarenta e um centavos); **2)** Deliberação quanto as prestações de contas apresentadas pelos municípios e analisadas pela CEDEC referentes aos recursos recebidos do FECAP consideradas em CONDIÇÃO REGULAR: Protocolo: 24.827.569-3 – Município: BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – Objeto: VENDAVAL: REPAROS COBERTURA QUADRA APAE; FACHADA QUADRA ESPORTIVA MUNICIPAL – Valor recebido: R$ 48.850,45 (Quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta reais e quarenta e cinco centavos) – Valor executado: R$ 48.350,45 (Quarenta e oito mil, trezentos e cinquenta reais e quarenta e cinco centavos); Protocolo: 24.788.117-4 – Município: DOIS VIZINHOS – Objeto: VENDAVAL: REPAROS COBERTURA PARQUE DE EXPOSIÇÃO; PAREDES ESCOLA MUNICIPAL – Valor recebido: R$ 809.369,40 (Oitocentos e nove mil, trezentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos) – Valor executado: R$ 809.369,40 (Oitocentos e nove mil, trezentos e sessenta e nove reais e quarenta centavos); Protocolo: 24.678.971-1 – Município: GENERAL CARNEIRO – Objeto: ENXURRADAS: RECAPEAMENTO ASFÁLTICO; CONSTRUÇÃO BY PASS PONTES/RIOS – Valor recebido: R$ 6.750.000,00 (Seis milhões, setecentos e cinquenta mil reais) – Valor executado: R$ 4.709.574,33 (Quatro milhões, setecentos e nove mil, quinhentos e setenta e quatro reais e trinta e três centavos). **DELIBERAÇÃO DO CONSELHO:** Os membros do Conselho Diretor decidem, pela maioria, por APROVAR os objetos das pautas apresentadas. **MEMBROS QUE VOTARAM:** Sr. João Carlos Ortega, Cel. Fernando Raimundo Schunig, Sra. Camila Mileke Scucato, Sr. Fernando Furiatti Sabóia e o Sr. Amilcar Cavalcante Cabral. Nada mais a acrescentar, deu-se por encerrada a presente votação.

88359/2026

Procuradoria Geral do Estado

Resolução nº 120/2026-PGE

Edita Orientação Administrativa nº 102-PGE

A **PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, em exercício,** no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição do Estado do Paraná, o art. 1º, II e § 1º da Lei Complementar n° 26, de 30 de dezembro de 1985, e considerando o que consta no protocolado n° 25.847.620-4, resolve expedir a seguinte orientação administrativa de caráter obrigatório a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Direta e Autárquica:

TEMA DE INTERESSE	Concurso público.
	Desconstituição judicial de ato de eliminação de candidato. Nomeação e posse condicionais. Participação em curso de formação ou preparação técnico-profissional.
	Princípio da eficiência Administrativa
	Constituição da República, art. 5º, XXXV e art. 37, *caput*, II e IV.

1. A desconstituição judicial — ainda que em caráter provisório — de ato administrativo de eliminação de candidato em concurso público de ingresso em órgão da Administração Pública Estadual direta, autárquica ou fundacional, autoriza, por consequência lógica e em homenagem ao princípio da eficiência administrativa (art. 37, caput, da CF), a sua nomeação e posse condicionais, bem como a sua participação em eventual curso de preparação prática e/ou teórica ou de formação técnica-profissional de novos servidores, desde que cumulativamente: **(I)** aprovado em todas as demais etapas eliminatórias; **(II)** observadas a ordem classificatória e a disponibilidade de vagas; **(III)** consignada expressamente, no ato de nomeação e no termo de posse, a natureza precária e condicional dos atos, com cláusula resolutiva vinculada ao resultado final da demanda judicial; **(IV)** inexistente, na ordem judicial, vedação expressa à nomeação e/ou posse ou determinação restrita à mera reserva de vagas. Sobrevindo decisão judicial que reforme, casse ou revogue a medida que ensejou a admissão condicional, os atos de

nomeação e posse serão tornados sem efeito pela autoridade competente, com o conseguinte desligamento do(a) candidato(a).

REFERÊNCIAS: Constituição da República, art. 5º, XXXV e art. 37, *caput*, II e IV; Código de Processo Civil, art. 4º; Recurso Extraordinário n. º 608.482/RN, Supremo Tribunal Federal; Reclamação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Lucia Helena Cachoeira
Procuradora-Geral do Estado, em exercício.

88742/2026

RESOLUÇÃO PGE Nº 141, DE 26 DE JUNHO DE 2026.

Designa Procurador do Estado para substituir, em razão de férias regulamentares do titular, Procurador-Chefe da Procuradoria Consultiva de Obras e Serviços de Engenharia.

A **PROCURADORA-GERAL DO ESTADO**, em exercício, no uso de suas atribuições previstas no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 161, de 03 de outubro de 2013, com base no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Procurador do Estado **HAMILTON BONATTO**, inscrito no CPF nº 527.XXX.XXX-53, para exercer, sem prejuízo de suas atribuições regulares, a função de Procurador-Chefe da Procuradoria Consultiva de Obras e Serviços de Engenharia - PCO, durante 10 (dez) dias, no período de 3 a 12 de agosto de 2026, em razão da fruição de férias regulamentares, referente ao exercício de 2025, pelo titular do cargo, Procurador do Estado BRÁULIO CESCO FLEURY.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*

LUCIA HELENA CACHOEIRA
Procuradora-Geral do Estado do Paraná, em exercício

88485/2026

RESOLUÇÃO PGE Nº 144, DE 02 DE JULHO DE 2026.

Designa Procurador do Estado para substituir, em razão de saldo de férias do titular, Procurador-Chefe da Procuradoria Consultiva de Obras e Serviços de Engenharia.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 161, de 03 de outubro de 2013, com base no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e considerando o contido no protocolo nº 24.896.077-9,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Procurador do Estado **HAMILTON BONATTO**, inscrito no CPF nº 527.XXX.XXX-53, para exercer, sem prejuízo de suas atribuições regulares, a função de Procurador-Chefe da Procuradoria Consultiva de Obras e Serviços de Engenharia - PCO, durante 11 (onze) dias, no período de 20 a 30 de julho de 2026, em razão da fruição de saldo de férias, referente ao exercício de 2024, pelo titular do cargo, Procurador do Estado BRÁULIO CESCO FLEURY.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*

LUCIANO BORGES DOS SANTOS
Procurador-Geral do Estado do Paraná

88511/2026

RESOLUÇÃO PGE Nº 145, DE 02 DE JULHO DE 2026.

Súmula: Altera a composição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado – CPAD/PGE, instituída pela Resolução nº 106/2022-PGE.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 5º da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, e no art. 1º do Decreto nº 10.763, de 11 de abril de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para integrar a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Procuradoria-Geral do Estado – CPAD/PGE, instituída pela Resolução nº 106/2022-PGE;
I - JAMILLE PIRES ROSSA OHTA - CPF nº 041.XXX.XXX-86, como membro representante da Procuradoria-Geral do Estado.
II - JOÃO VICTOR SILVEIRA - CPF nº 329.XXX.XXX-00, como membro representante da Procuradoria-Geral do Estado.
Art. 2º Altera o art. 1° da Resolução nº 106/2022-PGE, que passa a vigorar com a seguinte redação:

> **Art. 1º** Instituir a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), que será composta pelos seguintes membros:
> **I - CAROLINA VILLENA GINI** - CPF nº 298.XXX.XXX-59, na qualidade de Presidente da Comissão.
> **II - SOLANGE COSTA DIB** - CPF nº 809.XXX.XXX-87, como membro representante da Procuradoria-Geral do Estado.
> **III - JAMILLE PIRES ROSSA OHTA -** CPF nº 041.XXX.XXX-86, como membro representante da Procuradoria-Geral do Estado.
> **IV - JOÃO VICTOR SILVEIRA -** CPF nº 329.XXX.XXX-00, como membro representante da Procuradoria-Geral do Estado.
> **V - DENISE CRISTINA MANSUR -** CPF nº 316.XXX.XXX-X0 como membro representante do Departamento de Arquivo Público – DEAP.
> **VI - ROBERTO DOS SANTOS SILVA FILHO -** 003.XXX.XXX-X1 como membro representante do Departamento de Arquivo Público – DEAP.

Art. 3º Ficam dispensadas das atribuições junto à Comissão as servidoras Nair Vieira Souza, Gipsia Ribeiro Borges e Patrícia Souza Santos de Rezende.
Art. 4° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

LUCIANO BORGES DOS SANTOS
Procurador-Geral do Estado.

88618/2026

RESOLUÇÃO PGE Nº 147, DE 02 DE JULHO DE 2026.

Altera composição da Comissão para a Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos da PGE- Coleta Seletiva Solidária, instituída pela Resolução nº 133/2024.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições previstas no artigo 5º da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, com a redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 08 de dezembro de 1987,
CONSIDERANDO o disposto no Decreto 8.426 de 07 de Dezembro de 2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade da separação seletiva dos resíduos sólidos administrativos recicláveis gerados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo e, ainda,
CONSIDERANDO o contido no Processo 7886 - e-CGE e em atendimento às recomendações exaradas pela Coordenadoria de Controles Internos da CGE,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão para a Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos - Coleta Seletiva Solidária - no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, instituída pela Resolução nº 133/2024 - PGE;
I - **SOLANGE COSTA DIB** - CPF nº 809.XXX.XXX-87.
II - **BEATRIZ CARDOSO** - CPF nº 032.XXX.XXX-73.
III - **JAMILLE PIRES ROSSA OHTA** - CPF nº 041.XXX.XXX-86.
IV - **MILENA GONÇALVES DE MACEDO** - CPF nº 007.XXX.XXX-39.
V - **ROBERTA PAULA E SILVA** - CPF nº 034.XXX.XXX-85.
VI - **BRUNO GONÇALVES PRADO** - CPF nº 070.XXX.XXX-39.
Art. 2º Altera o art. 2º da Resolução 133/2024-PGE, que passa a vigorar com a seguinte redação:

> **Art. 2º** A Comissão será composta pelos seguintes servidores, sob a presidência da primeira;
> I - **SOLANGE COSTA DIB** - CPF nº 809.XXX.XXX-87.
> II - **BEATRIZ CARDOSO** - CPF nº 032.XXX.XXX-73.
> III - **JAMILLE PIRES ROSSA OHTA** - CPF nº 041.XXX.XXX-86.
> IV- **MILENA GONÇALVES DE MACEDO** - CPF nº 007.XXX.XXX-39.
> V - **ROBERTA PAULA E SILVA** - CPF nº 034.XXX.XXX-85.
> VI - **BRUNO GONÇALVES PRADO** - CPF nº 070.XXX.XXX-39.

Art. 3º Ficam dispensados das atribuições junto à Comissão os servidores Ana Cristina Ribeiro, Paulo Collaço e Marcos Antonio Zalamanski.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

LUCIANO BORGES DOS SANTOS
Procurador-Geral do Estado

88655/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução nº 148/2026-PGE

Instaura procedimento de VINCULAÇÃO VOLUNTÁRIA para o preenchimento de vagas no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, classificadas em comuns e de perfil definido, e estabelece os respectivos requisitos.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 5º da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, e
CONSIDERANDO o interesse institucional na adequada distribuição da força de trabalho da carreira de Procurador do Estado e na contínua qualificação dos serviços prestados pela Procuradoria-Geral do Estado;
CONSIDERANDO o iminente ingresso de novos Procuradores do Estado no XVI Concurso Público para provimento de vagas no cargo de Procurador do Estado, regido pelo Edital nº 01 – PGE/PR, de 30 de julho de 2024;
CONSIDERANDO a iniciativa de rodízio dos Procuradores do Estado ingressantes na carreira de Procurador do Estado e a necessidade institucional de transmitir o conhecimento amplo das atividades finalísticas aos ingressantes;
CONSIDERANDO a conveniência de assegurar que determinadas vagas, de perfil especializado, sejam providas por Procuradores aptos ao desempenho das atribuições próprias da respectiva unidade de destino,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DO PROCEDIMENTO E DAS VAGAS

Art. 1º Instaurar procedimento de VINCULAÇÃO VOLUNTÁRIA para o preenchimento das vagas relacionadas nesta Resolução.
Parágrafo único. A VINCULAÇÃO, para os fins desta Resolução, compreende a alteração de vínculo funcional às Procuradorias Especializadas ou às Coordenadorias ou à Procuradoria de Brasília, independentemente da alteração do local de exercício do Procurador, observadas as seguintes regras:
I – todos os Procuradores estáveis, lotados na Capital ou nas Procuradorias de atuação Regional, poderão concorrer à VINCULAÇÃO indicando suas opções de Procuradorias Especializadas ou Coordenadorias em ordem de prioridade;
II – a VINCULAÇÃO à Procuradoria de Brasília pressupõe, necessariamente, a lotação em Brasília;
III – a VINCULAÇÃO à Coordenadoria de Gestão Estratégica e Tecnologia da Informação (CGTI) pressupõe, necessariamente, a lotação em unidade administrativa de Curitiba.
Art. 2º Ficam disponibilizadas 13 (treze) vagas para o procedimento de que trata esta Resolução, assim classificadas:
I – 6 (seis) vagas comuns, de preenchimento incondicionado; e
II – 7 (sete) vagas de perfil definido, cujo preenchimento se subordina ao prévio atendimento, pelo interessado, dos requisitos específicos da respectiva unidade de destino, na forma desta Resolução.
§ 1º As vagas comuns distribuem-se entre as seguintes unidades:
I – 1 (uma) vaga na Procuradoria do Contencioso Fiscal – PCF;
II – 2 (duas) vagas na Procuradoria de Execuções, Precatórios e Cálculos – PRE;
III – 1 (uma) vaga na Procuradoria de Ações Coletivas – PAC;
IV – 1 (uma) vaga na Procuradoria da Dívida Ativa – PDA;
V – 1 (uma) vaga na Procuradoria Funcional – PRF.
§ 2º As vagas de perfil definido distribuem-se entre as seguintes unidades:
I – 1 (uma) vaga na Coordenadoria do Consultivo – CCON;
II – 2 (duas) vagas na Coordenadoria de Recursos – CRR;
III – 1 (uma) vaga na Procuradoria Trabalhista – PRT;
IV – 1 (uma) vaga na Procuradoria Consultiva de Obras e Serviços de Engenharia – PCO;
V – 2 (duas) vagas na Coordenadoria Judicial - CJUD.

CAPÍTULO II
DOS CRITÉRIOS DE PREENCHIMENTO

Art. 3º O preenchimento das vagas comuns observará a ordem de preferência indicada pelo interessado, resolvendo-se a concorrência de mais de um interessado por uma mesma vaga exclusivamente pelo critério da antiguidade na carreira, apurada na forma do art. 49 da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985.
Art. 4º O preenchimento de vaga de perfil definido pressupõe, cumulativamente:
I - provisoriamente:
a) a adesão expressa, através do preenchimento de declaração prevista no Anexo III, ao perfil e às atividades esperadas para a respectiva unidade de destino, nos termos dos arts. 6º a 10 desta Resolução; e
b) a antiguidade na carreira, na forma do art. 3º, como critério de desempate entre os interessados igualmente habilitados.
II - definitivamente, através do preenchimento de formulário de confirmação previsto no Anexo IV, pelo Procurador do Estado interessado e/ou pelo Procurador-Chefe correspondente, até o transcurso de 4 (quatro) meses, contados do início do exercício na unidade de destino.
§ 1º O interessado poderá concorrer, simultaneamente, à vaga de perfil definido e à vaga comum eventualmente existente, sendo autônomas as respectivas disputas.
§ 2º Logrando o interessado êxito simultâneo em vaga de perfil definido e em vaga comum, prevalecerá o preenchimento provisório da vaga de perfil definido, liberando-se a vaga comum para preenchimento pelo interessado subsequentemente classificado.
Art. 5º O preenchimento definitivo da vaga de perfil definido fica sujeito a período de adaptação de 4 (quatro) meses, contados do início do exercício na unidade de destino.
§ 1º A partir da última quinzena prévia ao encerramento do período de que trata o *caput*, o candidato interessado à vaga e o Procurador-Chefe correspondente preencherão o formulário de confirmação, previsto no Anexo IV, de índole subjetiva, não recorrível e intransferível.
§ 2º Na hipótese de manifestação contrária à adaptação/confirmação, pelo candidato interessado na vaga ou pelo respectivo Procurador-Chefe, fica assegurado ao candidato o retorno à unidade de origem ou, havendo necessidade institucional e prévia indicação do Gabinete do Procurador-Geral do Estado, a alocação em outra unidade de sua preferência.
§ 3º O não preenchimento do formulário de confirmação até o final do período previsto no *caput* consolida a vinculação do interessado na unidade de destino.
§ 4º A vaga de perfil definido não preenchida não será revertida em vaga comum, competindo à respectiva Coordenadoria avaliar e adotar as medidas necessárias ao atendimento da necessidade apresentada pela unidade de destino.

Seção Única
Dos requisitos das vagas de perfil definido

Art. 6º O preenchimento da vaga de perfil definido destinada à Coordenadoria do Consultivo (CCON) pressupõe a disponibilidade para exercício das seguintes atividades, a serem desempenhadas ordinariamente:
I – disponibilidade de atuação presencial nas sedes da PGE em Curitiba, para a gestão e a liderança de equipes de servidores e estagiários;
II – participação frequente em reuniões presenciais e virtuais, inclusive junto às Secretarias de Estado, ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), ao Ministério Público (MP) e ao Poder Judiciário.
III – afinidade com ferramentas de tecnologia da informação;
IV – desenvolvimento e aprimoramento de fluxos de trabalho, quando solicitado pela Chefia imediata;
V – outras atividades afins.
Art. 7º O preenchimento das vagas de perfil definido destinadas à Coordenadoria de Recursos (CRR) pressupõe a disponibilidade para exercício das seguintes atividades, a serem desempenhadas ordinariamente:
I – disponibilidade de atuação presencial nas sedes da PGE em Curitiba, para a gestão e a liderança de equipes de servidores e estagiários;
II – participação frequente em reuniões presenciais e virtuais, internas e externas, inclusive junto ao Poder Judiciário;
III – preferência por atuação, em grau de recurso, em demandas de massa;
IV – afinidade com ferramentas de tecnologia da informação;
V – desenvolvimento e aprimoramento de fluxos de trabalho, quando solicitado pela Chefia imediata;
VI – outras atividades afins.
Art. 8º O preenchimento da vaga de perfil definido destinada à Procuradoria Trabalhista (PRT) pressupõe a disponibilidade para exercício das seguintes atividades:
I – disponibilidade de atuação presencial nas sedes da PGE em Curitiba, para a gestão e a liderança de equipes de servidores e estagiários;
II – atuação com enfoque em demandas do consultivo trabalhista;
III – participação frequente em reuniões presenciais, internas e externas, inclusive com Secretarias de Estado, perante o Ministério Público do Trabalho;
IV – atuação no contencioso trabalhista na primeira e segunda instâncias, e na fase de execução;
V – desenvolvimento e aprimoramento de fluxos de trabalho, quando solicitado pela Chefia imediata;
VI – outras atividades afins.
Art. 9º O preenchimento da vaga de perfil definido destinada à Procuradoria Consultiva de Obras e Serviços de Engenharia (PCO) pressupõe a disponibilidade para exercício das seguintes atividades:
I – disponibilidade de atuação presencial nas sedes da PGE em Curitiba, para a gestão e a liderança de equipes de servidores e estagiários;
II – participação frequente em reuniões presenciais e virtuais, internas e externas, inclusive junto às Secretarias de Estado para assessoramento direto, assim como ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), ao Ministério Público (MP) e ao Poder Judiciário;
III – integração em grupos de trabalho, comissões e comitês envolvendo matérias pertinentes à área de atuação da especializada;
IV – outras atividades afins.
Art. 10. O preenchimento das vagas de perfil definido relativas à Coordenadoria Judicial (CJUD) pressupõe a disponibilidade para exercício das seguintes atividades:
I – atuação inicialmente no âmbito da representação judicial do Departamento de Trânsito do Paraná (Detran/PR);
II – atuação em demandas de massa, em especial para a iniciativa “Núcleo Intersetorial de Atuação em Demandas Massificadas” – NIADM.
III – afinidade com demandas de caráter repetitivo;
IV – afinidade com ferramentas de tecnologia da informação.
V – disponibilidade de atuação presencial nas sedes da PGE em Curitiba, para a gestão e a liderança de equipes de servidores e estagiários;

VI – desenvolvimento e aprimoramento de fluxos de trabalho, quando solicitado pela Chefia imediata;
VII – outras atividades afins.
Art. 11. A descrição do perfil esperado para o preenchimento das vagas de perfil definido tem por finalidade esclarecer ao candidato a necessidade institucional da unidade de destino.
Parágrafo único. O preenchimento da vaga de perfil definido não assegura direito adquirido à manutenção de regime específico de trabalho nem impede que atribuições de mesma natureza sejam conferidas a quaisquer Procuradores do Estado da unidade de destino, competindo ao respectivo Procurador-Chefe distribuir e reorganizar as atividades internas de acordo com a necessidade do serviço público.

CAPÍTULO III
DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Art. 12. Os Procuradores do Estado interessados devem encaminhar memorando, impreterivelmente **até dia 09 de julho de 2026**, via sistema e-Protocolo Digital, endereçado à PGE/DG, manifestando interesse na VINCULAÇÃO por meio do preenchimento do modelo constante do Anexo I desta Resolução, e indicando a ordem de preferência das unidades programáticas mediante a aposição de número cardinal, em sequência (1, 2, 3 e assim por diante), abrangendo as vagas existentes **e, inclusive, as que porventura decorrerem deste procedimento.**
§ 1º O pedido apresentado nos termos deste artigo é irretratável, ressalvada a desistência manifestada em relação às vagas de perfil definido até o **13 de julho de 2026**.
§ 2º O ônus de não concorrer ao procedimento instaurado por esta Resolução incumbe ao Procurador do Estado, tornando precluso o direito de pleitear as vagas dele decorrentes.
§ 3º A indicação rasurada ou omitida implicará a desconsideração da preferência correspondente, sem prejuízo da continuidade da sequência.
§ 4º O preenchimento do campo correspondente à vinculação atual do interessado será considerado, com prejuízo da sequência.
Art. 13. Tratando-se de vaga de perfil definido, a manifestação de interesse deverá ser acompanhada do formulário previsto no Anexo II e da declaração prevista no Anexo III desta Resolução.

CAPÍTULO IV
DA CLASSIFICAÇÃO, DA IMPLEMENTAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Os interessados serão classificados, em cada vaga, segundo a ordem de preferência manifestada, observados os critérios de preenchimento previstos nos arts. 3º e 4º desta Resolução.
Art. 15. A implementação das vinculações dar-se-á por ato do Procurador-Geral do Estado, que indicará as datas específicas e as regras de transição.
§ 1º No mesmo ato serão fixadas as responsabilidades pelo atendimento das intimações pendentes de ciência e/ou de cumprimento, bem como das pendências em procedimentos administrativos (e-Protocolo), em sendo o caso.
§ 2º O Procurador-Geral do Estado poderá realizar readequações de vagas durante o processo instaurado por esta Resolução, para maior eficiência das atividades institucionais.
Art. 16. Este procedimento poderá ser revogado, parcial ou totalmente, e não gera direito adquirido nem concede direito à percepção de diárias ou de ajuda de custo previsto no art. 182 da Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 17. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

ANEXO I
PROCEDIMENTO DE VINCULAÇÃO - VAGA COMUM

Procurador interessado:	
Vinculação atual:	
Lotação atual:	

Indique a ordem de preferência mediante a aposição de número cardinal, em sequência (1, 2, 3 e assim por diante), na coluna "Ordem".

Ordem	Unidade
	Coordenadoria de Recursos – CRR
	Coordenadoria de Gestão Estratégica e Tecnologia da Inf. – CGTI
	Procuradoria de Brasília
	Procuradoria Administrativa – PRA
	Procuradoria Funcional – PRF
	Procuradoria do Patrimônio – PRP
	Procuradoria Trabalhista – PRT
	Procuradoria Previdenciária Funcional – PPF
	Procuradoria de Ações Coletivas – PAC
	Procuradoria da Saúde – PRS
	Procuradoria Ambiental – PAM
	Procuradoria da Dívida Ativa – PDA
	Procuradoria do Contencioso Fiscal – PCF
	Procuradoria de Execuções, Precatórios e Cálculos – PRE
	Procuradoria de Honorários da Gratuidade da Justiça – PHG
	Procuradoria Consultiva de Aquisições e Serviços – PRC
	Procuradoria Consultiva de Obras e Serviços de Engenharia – PCO
	Procuradoria Consultiva de Recursos Humanos – PCRH
	Procuradoria Consultiva junto à Governadoria – PCG

ANEXO II
PROCEDIMENTO DE VINCULAÇÃO - VAGA DE PERFIL DEFINIDO

Procurador interessado:	
Vinculação atual:	
Lotação atual:	

Indique a ordem de preferência mediante a aposição de número cardinal, em sequência (1, 2, 3 e assim por diante), na coluna "Ordem".

Ordem	Unidade
	Coordenadoria de Recursos – CRR
	Coordenadoria do Consultivo – CCON
	Procuradoria Trabalhista – PRT
	Procuradoria Consultiva de Obras e Serviços de Engenharia – PCO
	Coordenadoria Judicial – CJUD

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA VAGA DE PERFIL DEFINIDO

Eu, _____, Procurador(a) do Estado, CPF nº _____, ao manifestar interesse na vaga de perfil definido relativa à(s) unidade(s) _____, DECLARO, para os fins do art. 13 da Resolução PGE nº [___]/2026, que estou ciente de que, ultimado o procedimento de preenchimento da vaga de perfil definido escolhida, serei voluntariamente removido para a Capital, Curitiba/PR, se necessário.
Declaro, outrossim, CIÊNCIA quanto à disponibilidade e atividades esperadas na unidade de destino.

Curitiba, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) Procurador(a)

ANEXO IV
FORMULÁRIO DE CONFIRMAÇÃO

Eu, _____, Procurador(a) do Estado, DECLARO
( ) sentir-me adaptado ao exercício habitual das atividades esperadas na unidade de destino;
( ) não ter me adaptado às atribuições esperadas na unidade de destino, razão pela qual solicito meu retorno à unidade de origem ou, em caso de disponibilidade de vaga, para a unidade _____.

Curitiba, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) Procurador(a)

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Eu, _____, Chefe-imediato do Procurador acima nominado, no exercício da atribuição obrigatória a que se refere o artigo 5º DA Resolução nº ********/2026-PGE-PR:
( ) CONFIRMO
( ) NÃO CONFIRMO
a adaptação do interessado ao perfil para a execução das atividades especificadas no procedimento de vinculação para vaga de perfil definido nesta unidade laboral.

Curitiba, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) Procurador(a)

88723/2026

Controladoria Geral do Estado

: **RESOLUÇÃO CGE N.º 71, DE 30 DE JUNHO DE 2026**

Designa servidores para atuar como gestor e fiscal do Contrato Administrativo GMS sob o n° 3642/2026, firmado entre a Controladoria-Geral do Estado e a empresa Claro S.A.

A **CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 2023, e pelo art. 10 da Lei Estadual nº 17.745, de 2013, assim como considerando o contido no protocolo n.º 25.267.050-5,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para atuar como gestor e fiscal do contrato administrativo GMS sob o n.º 3642/2026, cujo objeto trata de contratação de serviços de telefonia fixa comutada, firmado entre a CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.507.673/0001-60, e a empresa CLARO S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 40.432.544/0001-47, sendo responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados, os seguintes servidores

GABRIEL KASPCHAK	CPF 081.XXX.XXX-06	Gestor
JULIANE FROGGEL ALVES DE SOUZA	CPF 051.XXX.XXX-69	Gestor substituto
MATHEUS HENRIQUE ORTEGA	CPF 048.XXX.XXX-46	Fiscal
STHEFANI POLIANA DVORAK	CPF 105.XXX.XXX-74	Fiscal substituto

Art. 2° Ao Gestor do Contrato compete o cumprimento das atribuições previstas no art. 10 e ao Fiscal do Contrato o cumprimento das atribuições previstas nos artigos 11 e 12 do Decreto Estadual n º 10.086, de 2022.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2026.

LOUISE DA COSTA E SILVA GARNICA
Controladora-Geral do Estado

88409/2026

: **RESOLUÇÃO CGE N.º 75, DE 30 DE JUNHO DE 2026**

5158/2026, firmado entre a Controladoria-Geral do Estado e a empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

A CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 2023, e pelo art. 10 da Lei Estadual nº 17.745, de 2013, assim como considerando o contido no protocolo n.º 25.705.458-6,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para atuar como gestor e fiscal do contrato administrativo GMS sob o n.º 5158/2026, cujo objeto trata de contratação de serviços contínuos de gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, firmado entre a CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.507.673/0001-60, e a empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.340.639/0001-30, sendo responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados, os seguintes servidores:

MARCELA GONÇALVES DE OLIVEIRA	CPF 067.XXX.XXX-70	Gestor
GABRIEL KASPCHAK	CPF 081.XXX.XXX-06	Gestor substituto
STHEFANI POLIANA DVORAK	CPF 105.XXX.XXX-74	Fiscal
KARINE GONÇALVES DOS SANTOS	CPF 010.XXX.XXX-24	Fiscal substituto

Art. 2° Ao Gestor do Contrato compete o cumprimento das atribuições previstas no art. 10 e ao Fiscal do Contrato o cumprimento das atribuições previstas nos artigos 11 e 12 do Decreto Estadual n º 10.086, de 2022.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2026.

LOUISE DA COSTA E SILVA GARNICA
Controladora-Geral do Estado

88416/2026

RESOLUÇÃO CGE N.º 76, DE 1° DE JULHO DE 2026

Designa servidores para atuar como gestor e fiscal do Contrato Administrativo GMS sob o n° 7034/2025, firmado entre a Controladoria-Geral do Estado e a empresa AIDC Tecnologia Ltda.

A **CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 2023, e pelo art. 10 da Lei Estadual nº 17.745, de 2013, assim como considerando o contido no protocolo n.º 24.042.350-2,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para atuar como gestor e fiscal do contrato administrativo GMS sob o n.º 7034/2025, cujo objeto trata de aquisição de switches ethernet empilháveis, 24 portas - POE - L2 com garantia e licenças de software, firmado entre a CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.507.673/0001-60, e a empresa AIDC TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.500.596/0001-38, sendo responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados, os seguintes servidores::

JOSE ROBERTO PEDRO BOM	CPF 478.XXX.XXX-68	Gestor
LUIS AUGUSTO MACIEL CAVALHEIRO	CPF 052.XXX.XXX-38	Gestor substituto
EDSON ABREU CAMARGO K	CPF 302.XXX.XXX-87	Fiscal
GUILHERME RAFAEL SIMIANO ASSUNÇÃO	CPF 088.XXX.XXX-57	Fiscal substituto

Art. 2° Ao Gestor do Contrato compete o cumprimento das atribuições previstas no art. 10 e ao Fiscal do Contrato o cumprimento das atribuições previstas nos artigos 11 e 12 do Decreto Estadual n º 10.086, de 2022.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Resolução CGE n.º 145/2025.

Curitiba, 1° de julho de 2026.

LOUISE DA COSTA E SILVA GARNICA
Controladora-Geral do Estado

88422/2026

RESOLUÇÃO CGE N.º 78, DE 1° DE JULHO DE 2026

Designa servidores para atuar como gestor e fiscal do Contrato Administrativo GMS sob o n° 4656/2024, firmado entre a Controladoria-Geral do Estado e a empresa Tecprinters Tecnologia de Impressão Ltda.

A **CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 2023, e pelo art. 10 da Lei Estadual nº 17.745, de 2013, assim como considerando o contido no protocolo n.º 22.292.389-1,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para atuar como gestor e fiscal do contrato administrativo GMS sob o n.º 4656/2025, cujo objeto trata de locação de equipamentos multifuncionais e impressoras, firmado entre a CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.507.673/0001-60, e a empresa TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.809.489/0001-47, sendo responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados, os seguintes servidores

EDUARDO VANDERLEI DOS SANTOS JUNIOR	CPF 094.XXX.XXX-58	Gestor
LUIS AUGUSTO MACIEL CAVALHEIRO	CPF 052.XXX.XXX-38	Gestor substituto

GUILHERME RAFAEL SIMIANO ASSUNÇÃO K	CPF 088.XXX.XXX-57	Fiscal
EDSON ABREU CAMARGO	CPF 302.XXX.XXX-87	Fiscal substituto

Art. 2° Ao Gestor do Contrato compete o cumprimento das atribuições previstas no art. 10 e ao Fiscal do Contrato o cumprimento das atribuições previstas nos artigos 11 e 12 do Decreto Estadual n º 10.086, de 2022.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Resolução CGE n.º 19/2025.

Curitiba, 1° de julho de 2026.

LOUISE DA COSTA E SILVA GARNICA
Controladora-Geral do Estado

88436/2026



Secretaria da Administração e da Previdência

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N° 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° DA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO N° 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 12993 24/06/2026

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
260811339	JESUANA KUSTER DE AZEVEDO	44246570	1	UEPG	
260811827	JOANICE DE JESUS KUSTER DE AZEVEDO	44246538	1	UEPG	
260835122	JOSE PEREIRA PADILHA	40881948	1	IAT	
260928872	KARYN LISY SOUZA THOMAZ	45225585	2	FUNSAUDE	
260229621	MARCIA GALVAO DA MOTTA LIMA	81435257	1	UEM	
259654467	MARIA LACALETE BONFIM DA SILVA	43700790	1	SESP	
260436317	NILZA DE FATIMA DIAS	55757356	1	UNIOESTE	
259921260	SILVIO JACOB ROCKEMBACH	65894440	2	SESP	
260596446	VILMAR GEHLEN	44513129	2	SESP	

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N° 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° DA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO N° 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 12994 24/06/2026

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
260873415	ARAILDA DE BARROS	22631667	2	SEED	
261018276	CELIA MARIA DOS SANTOS PEREIRA	36092920	1	SEED	
243770882	ELIAS DA SILVA	40539336	1	SEED	
260828371	ERICA REGINA BARZON	54012659	1	SEED	
260921436	ESTELA MARIS GARCIA	66815706	1	SEED	
260728660	GERSON LUIS MACIEL	35555200	1	SEED	
260872575	JEMIMA OLIVEIRA BONETI DA ROSA	35091033	1	SEED	
261001667	JOSE VINICIUS BEGHETTO	39846705	2	SEED	
260881914	LUCIA SCZANOSKI DE JESUS	46882156	1	SEED	
260824198	MARIA DE JESUS AFANI SOUZA	53854060	1	SEED	
260533100	MARIA DO CARMO IZUMI	43991965	1	SEED	
260823426	REGINA CELIA KAHALI LAUREK	40724630	3	SEED	
259984734	RONEL CORSI	16826111	1	SEED	
260689827	ROSE MARI GOMES	38856812	4	SEED	

88343/2026

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N° 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° DA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO N° 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS MILITARES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 12995 24/06/2026

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
260766902	AGNES APARECIDO MENONI	78309522991	1	SESP	
260679325	CHRISTIAN NOGUEIRA DE SOUZA GOMES	57828340	1	SESP	
260755382	ELCIO DE SOUZA RUPEL	47016827	1	SESP	
260722786	EUDES HERMINIO NASCIMENTO	67299949	1	SESP	
260914561	MARCIO DA SILVA GUIMARAES	70411350	1	SESP	
260552031	MARCOS ROBERTO REPA	62976110	1	SESP	
260556126	ROBSON ANDRE DOS SANTOS	46669096	1	SESP	
248978082	RUBENS VIANNA	63833134	1	SESP	
260760130	SERGIO LOPES RODRIGUES	60827303	1	SESP	

88347/2026

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO Nº 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO Nº 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS MILITARES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 12996 24/06/2026

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
260188160	JUNIOR ROBERTO TAVARES COUTO	59363131	2	SESP	
260294261	NELSON HILDO DE SANTANA	49205805	1	SESP	

88342/2026

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO Nº 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO Nº 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 13000 30/06/2026

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
260597744	APARECIDA DE JESUS DOS SANTOS	103526469	1	SESP	
259528305	CARMEN SILVIA DE ALMEIDA SHIRAISHI	59171852	1	SESP	
259521173	CELSO ROBERTO COGNIALLI	35211063	1	SESP	
260518763	DENISE KUSMINSCKY	36093501	1	SEJU	
260571389	EDICLEIA ZANOVSKI CARNEIRO	50245691	1	SESP	
259826829	EDNEIA FATIMA BRAMBILLA TORQUATO	73991463	1	UNIOESTE	
260636367	EDSON RODRIGUES DA SILVA	103948584	1	SESP	
260482580	ELOISA HUNDSDORFER	47384036	1	UEM	
261456818	JOAO CARLOS DA SILVA	38145347	1	UNIOESTE	
261024780	JOEL RODRIGUES DE OLIVEIRA	103912296	1	SESP	
260730576	JOSE CARLOS GAVA	36292423	1	UEM	
261023920	JOSE MARCOS DA SILVA	52357837	1	SESP	
260629301	JOSE ROSA GOMES	42206040	1	UEPG	
259203937	LUIZ AUGUSTO MARTINS	44861950	1	SESP	
255790358	LUIZ ROBERTO DA SILVA	35963413	2	SESP	
260599518	MARCOS CESAR DE ALMEIDA	51972678	1	SESP	
260969226	MIRIAM SOARES	51619560	1	UEPG	
260965840	VALMI ROZENDO DA SILVA	46831586	1	SESP	

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO Nº 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO Nº 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 13001 30/06/2026

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
261073862	JAIME MASSOLAR DA SILVA	76767475	1	REPR	
260810529	JOVANDI CARVALHO DE PAULA	37772119	1	DETRAN	
261116480	LISIANE CORDEIRO DA COSTA	44117550	1	FUNSAUDE	
257973301	MICHEL KOBELINSKI	46829506	2	FAFI- UV	
260612441	SANDRA MAGALI DIAS	64256114	1	FUNSAUDE	
260927558	SERGIO PLATH	43226584	1	DER	
260852469	SIRLEI LOURENCO DE LARA	41967765	1	DETRAN	

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO Nº 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO Nº 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 13002 30/06/2026

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
259251281	ADILSON MARIA DE OLIVEIRA	35014284	1	SEED	
260880497	ADONIS CRISTINA BRONGUEL	66635880	2	SEED	
261195437	ALEXSANDRA PARENTE OLIVEIRA	40085033	1	SEED	
260982087	CLAUDINEY CORNELIO SAYDE	41465450	1	SEED	
259555116	CLEMILDA FATIMA DA SILVA	42133779	3	SEED	
261112680	CLEONIZETE TOTTI TRUMI	51660951	2	SEED	
258398483	DÉBORA CRISTINA WENDLER FELCHAK	42818003	2	SEED	
260719645	EDNA CATARINA LAZARINI IMAZU	20533358	2	SEED	
261418223	ERICA RITA JORGE	52447941	1	SEED	
256596920	JANDIRA FERREIRA	54053185	99	SEED	
259015367	JANELIZIA APARECIDA MENDES DA SILVA	60551200	1	SEED	
259460212	LUCIA DO ROCIO LIMA SIQUEIRA	72349393	91	SEED	
255302132	LUCILENI TAVARES DOS SANTOS	62054484	1	SEED	
260617974	LUCINARA BUENO DA SILVA DOS SANTOS	46580303	1	SEED	
261467062	MARIA APARECIDA VALER	61107118	1	SEED	
251742901	MARISA GONCALVES RIBEIRO DA SILVA	49376413	1	SEED	
261223201	MONALISA DE LOURDES SERPE	44422506	1	SEED	
255278002	ODETE DE SANTANA	33925727	92	SEED	
260098730	PAULO SERGIO SCHEMBERGER	21505021	1	SEED	
261366444	REGINA ALVES DA COSTA	42943797	1	SEED	

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO Nº 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E

RESOLUÇÃO N° 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 13003 30/06/2026

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
261422212	REGINA LINHARES	36363053	1	SEED	
261184419	ROSANE BATISTA GARDA	58619795	1	SEED	
243866405	ROSECLER ZIPPERER	41799412	3	SEED	
246912904	ROSEMEIRE BERLEZI FAVATO	41379685	2	SEED	
261313707	ROSILAINE SILVIA MINSON RISSATO	58064513	1	SEED	
260678060	SANDRA RAMOS PRATES	36064137	1	SEED	
259733472	VILMA REGINA VELOZO PATRICIO	45182509	2	SEED	

88344/2026

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N° 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2.000 E CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ARTIGO 3° DA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2.003 E RESOLUÇÃO N° 3.837 DE 15 DE JUNHO DE 2.004. RESOLVE CONCEDER, AOS MILITARES ABAIXO RELACIONADO O ABONO DE PERMANÊNCIA EM VALOR EQUIVALENTE À RESPECTIVA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.
RESOLUÇÃO N. 13004 30/06/2026

PROTOCOLO	NOME	RG	LF	ÓRGÃO	A PARTIR
259993903	ALESSANDRO MENDES OSNY	69604897	1	SESP	
261132001	CLEVERSON MANOEL SOUZA DE CASTRO	65107678	1	SESP	
248999756	LUIS PEREIRA DIAS	51819659	1	SESP	

88341/2026

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13008

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: BEATRIZ FERREIRA MONTEIRO OLIVEIRA ORGAO: FUNSAUDE
R.G.: 01.848.109-0 CARGO: PROMOTOR DE SAUDE PROFISSIONAL LF: 1
MEDICO
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
Lei 18136/14, art. 4°, inc. I, Lei 21585/23, art. 4°
Lei 10692/93, art.13, c/c art.30, da Lei 13666/02
Lei 6174/70, art.170 e 171
Lei 6174/70, art.170 e 171
Lei 18136/14, art. 4°, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.176/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 26.215,32(Vinte e Seis Mil, Duzentos e Quinze Reais e Trinta e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 29-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.842.700-9

NOME: SIMONE WOLFF ORGAO: UEL
R.G.: 03.920.202-6 CARGO: Professor Ensino Superior LF: 1
Professor Associado
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
Lei 11713/97,art.3°,§4°e art.17,c/c Lei 14825/05 e Lei 19594/18
Lei 6174/70, art.170 e 171
L11713/97, art.16,L.14825/05, art.3°,L21852/2023, Art. 3° inc. I,II,III IV
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.087/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 26.016,31(Vinte e Seis Mil e Dezesseis Reais e Trinta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 49-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.176.956-7

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13009

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: TANIA MARIA NUNES LAFUENTE GONCALVES ORGAO: SEED
R.G.: 05.388.698-1 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, §4°, incisos I a III e §5°, §6° inc. I e §7°, inc. I, da EC-PR n° 45/2019
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.219/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 11.559,03(Onze Mil, Quinhentos e Cinqüenta e Nove Reais e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 87-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.348.638-4

NOME: JOSIANE SIMBALISTA ORGAO: SEED
R.G.: 05.340.880-0 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.194/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.656,41(Cinco Mil, Seiscentos e Cinqüenta e Seis Reais e Quarenta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 58-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.855.153-2

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13010

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: IVAN RIZELO ORGAO: SEED
R.G.: 05.701.792-9 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Aposentadoria por Incapacidade
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, §1°, inciso I da CE, com redação dada pela EC n° 45/2019 e arts. 10 e 15 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.168/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 3.969,35(Três Mil, Novecentos e Sessenta e Nove Reais e Trinta e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 243-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.152.322-5

NOME: JERASI COSTA ORGAO: SEED
R.G.: 03.982.617-8 CARGO: Agente Educacional II LF: 1

TIPO: Art. 35 EC .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19 e art. 13 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.094/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.325,38(Dois Mil, Trezentos e Vinte e Cinco Reais e Trinta e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 92-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.805.338-9

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13011

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: NEUSA RODRIGUES DA COSTA ORGAO: IAT
R.G.: 04.299.273-9 CARGO: Agente de Apoio LF: 1
Auxiliar Operacional
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
Lei 13666/02,art.15,I, c/c art.156, Lei 6174/70, Lei 21367/2023, art. 10.
L.13666/02,art.15,II,art.170 e171, L.6174/70, L.21367/23,art.10 EC 19/98
Lei 13666/02,art.15,II, c/c art.170 e 171, Lei 6174/70
Lei 17.358/12, art. 1°, § unico e art. 2°, §3°.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.117/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 9.761,97(Nove Mil, Setecentos e Sessenta e Um Reais e Noventa e Sete Centavos)

CALCULOS A FL. 19-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.856.459-6

NOME: SILVANA APARECIDA PORTES BECKER ORGAO: SEED
R.G.: 04.375.391-6 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, §4°, incisos I a III e §5°, §6° inc. I e §7°, inc. I, da EC-PR n° 45/2019
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,$ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.25, inc.I a X, § ún
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.27, III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.177/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 10.862,11(Dez Mil, Oitocentos e Sessenta e Dois Reais e Onze Centavos)
CALCULOS A FL. 52-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.859.053-8

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13012

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: VANIA CRISTINA RUTZ DA SILVA ORGAO: SEED
R.G.: 04.213.621-2 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, §4°, incisos I a III e §5°, §6° inc. I e §7°, inc. I, da EC-PR n° 45/2019
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,$ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.27, III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.191/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 9.653,11(Nove Mil, Seiscentos e Cinqüenta e Três Reais e Onze Centavos)
CALCULOS A FL. 38-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.867.671-8

NOME: NATIVIDAD NICOLAS ESCALANTE ORGAO: SEED
R.G.: 08.050.625-2 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.093/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.675,31(Quatro Mil, Seiscentos e Setenta e Cinco Reais e Trinta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 92-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.566.715-7

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13013

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: IRENE MARIA MALCHOVSKI ORGAO: SEED
R.G.: 05.158.643-3 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,$ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.185/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 10.094,30(Dez Mil e Noventa

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

e Quatro Reais e Trinta Centavos)
CALCULOS A FL. 45-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.839.589-1

NOME: MARLENE MARTINS ORGAO: SEED
R.G.: 01.898.198-0 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Art. 35 EC .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19 e art. 13 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.124/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.053,90(Dois Mil e Cinqüenta e Três Reais e Noventa Centavos)
CALCULOS A FL. 63-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.364.977-1

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13014

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: LOURDES SCHMOELLER ORGAO: SEED
R.G.: 03.919.415-5 CARGO: Professor LF: 3
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.137/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.028,52(Cinco Mil e Vinte e Oito Reais e Cinqüenta e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 70-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.832.964-3

NOME: CRISTIANE HANSEN MOTA ORGAO: SEED
R.G.: 05.225.458-2 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.171/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 9.505,23(Nove Mil, Quinhentos e Cinco Reais e Vinte e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 41-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.833.262-8

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13015

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: DORALICE MENDONCA SANCHES ORGAO: SEED
R.G.: 02.006.841-8 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, §4°, incisos I a III e §5°, §6° inc. I e §7°, inc. I, da EC-PR n° 45/2019
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.208/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.882,92(Oito Mil, Oitocentos e Oitenta e Dois Reais e Noventa e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 98-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.776.248-5

NOME: AGUEDA BARBARA CLAUS UNTALER ORGAO: SEED
R.G.: 04.944.580-6 CARGO: Professor LF: 91

Professor
TIPO: Aposentadoria Voluntária Integral por Tempo de Contribuição.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 40, §§ 1°, Inciso III, alínea A e 8°, c/c com o § 5° do mesmo Artigo, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 41/03.
Art.40, §§ 3° e 17°, da Const.Federal
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.129/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.750,88(Cinco Mil, Setecentos e Cinqüenta Reais e Oitenta e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 119-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.732.773-6

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13016

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: EMIR CARLOS GRASSANI ORGAO: IAT
R.G.: 03.860.697-2 CARGO: Agente Profissional LF: 1
Economista
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
Lei 13666/02,art.15,I, c/c art.156, Lei 6174/70, Lei 21367/2023, art. 10.
L.13666/02,art.15,II,art.170 e171, L.6174/70, L.21367/23,art.10 EC 19/98
Lei 13666/02,art.15,II, c/c art.170 e 171, Lei 6174/70
Lei 17.358/12, art. 1°, § unico e art. 2°, §3°.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.189/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 25.454,11(Vinte e Cinco Mil, Quatrocentos e Cinqüenta e Quatro Reais e Onze Centavos)
CALCULOS A FL. 20-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 26.058.806-0

NOME: ALEXSANDRA ZULIN FERNANDES COLOGNESE ORGAO: SEED
R.G.: 04.126.225-7 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Aposentadoria por Incapacidade
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, §1°, inciso I da CE, com redação dada pela EC n° 45/2019 e arts. 10 e 15 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.123/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.579,15(Dois Mil, Quinhentos e Setenta e Nove Reais e Quinze Centavos)
CALCULOS A FL. 232-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.135.608-4

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13017

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: MAURI COURA ORGAO: FUNSAUDE
R.G.: 000769.874-7 CARGO: PROMOTOR DE SAUDE PROFISSIONAL LF: 1
MEDICO
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
A partir de 20/12/2025.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
Lei 18136/14, art. 4°, inc. I, Lei 21585/23, art. 4°
Lei 6174/70, art.170 e 171
Lei 18136/14, art. 4°, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.079/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 21.910,94(Vinte e Um Mil, Novecentos e Dez Reais e Noventa e Quatro Centavos)
CALCULOS A FL. 48-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.171.816-4

NOME: MARLI TERESINHA FILUS ORGAO: SEED
R.G.: 05.883.605-2 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, ART.27, III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.195/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 9.408,80(Nove Mil, Quatrocentos e Oito Reais e Oitenta Centavos)
CALCULOS A FL. 33-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.876.664-4

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13018

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: KELLY CRISTINA SCARPIM DE CASTRO ORGAO: SEED
R.G.: 04.720.898-0 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.190/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 9.681,79(Nove Mil, Seiscentos e Oitenta e Um Reais e Setenta e Nove Centavos)
CALCULOS A FL. 44-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.845.028-0

NOME: NEUSI APARECIDA CHICOUSKI DE PAULA ORGAO: SEED
R.G.: 04.714.966-5 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.111/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.775,41(Quatro Mil, Setecentos e Setenta e Cinco Reais e Quarenta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 61-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.574.699-5

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13019

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: GISELE SANTANA BUSO ORGAO: SEED
R.G.: 05.225.470-1 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.184/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 6.003,15(Seis Mil e Três Reais e Quinze Centavos)
CALCULOS A FL. 82-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.843.235-5

NOME: RAINHA ROSA DE AZEVEDO SOARES ORGAO: SEED
R.G.: 01.390.994-6 CARGO: Professor LF: 22
Professor
TIPO: Aposentadoria Compulsória proporcional EC 45/2019
A partir de 22/12/2025.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso II da CE, com redação dada pela EC 45/19, c/c o inciso II, § 1° do art. 40 da CF.
Art. 15 e 16 da LC 233/21

ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.204/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.438,35(Dois Mil, Quatrocentos e Trinta e Oito Reais e Trinta e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 81-PRPREV. Prop. 13/20 avos. - FP - PROTOCOLO N. 25.330.966-0

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

88365/2026

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13020

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ELIAS DA SILVA ORGAO: SEED
R.G.: 04.053.933-6 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Aposentadoria Servidor com Deficiência (idade)
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35 CE, §6°, c/c inciso IV, art. 14 da LC 233/21 e LC 142/13
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.221/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.241,88(Dois Mil, Duzentos e Quarenta e Um Reais e Oitenta e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 209-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.213.836-8

NOME: CIRLENE SOUZA ALVES BARBOSA ORGAO: SEED
R.G.: 04.514.804-1 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,$ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.170/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.267,23(Oito Mil, Duzentos e Sessenta e Sete Reais e Vinte e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 44-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.831.276-7

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13021

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: JAQUELINE LEAL FERREIRA ORGAO: SEED
R.G.: 04.558.340-6 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,$ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.134/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.029,01(Oito Mil e Vinte e Nove Reais e Um Centavo)
CALCULOS A FL. 45-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.751.673-3

NOME: GERALDO HONORATO ORGAO: CEPR
R.G.: 05.712.243-9 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.25, inc.I a X, § ún
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.136/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 11.316,85(Onze Mil, Trezentos e Dezesseis Reais e Oitenta e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 71-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.827.124-6

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13022

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: DEBORA ROSANE GONGORA OYOLA ORGAO: SEED
R.G.: 03.749.443-7 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 35 EC .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19 e art. 13 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.180/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.988,08(Dois Mil, Novecentos e Oitenta e Oito Reais e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 81-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.837.856-3

NOME: GILMA DE ROMA BORDINASSI ORGAO: SEED
R.G.: 03.803.946-6 CARGO: Professor LF: 3
Professor
TIPO: Art. 35 EC .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19 e art. 13 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.122/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 3.841,45(Três Mil, Oitocentos e Quarenta e Um Reais e Quarenta e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 76-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.805.090-8

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13023

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: CLAUDIA DE FREITAS AGUIAR SILVA ORGAO: SEED
R.G.: 05.934.609-1 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.133/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 11.509,85(Onze Mil, Quinhentos e Nove Reais e Oitenta e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 49-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.819.758-5

NOME: VILMA ZANETTI DOS SANTOS SILVA ORGAO: SEED
R.G.: 05.612.464-0 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.198/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.530,52(Quatro Mil,

Quinhentos e Trinta Reais e Cinqüenta e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 59-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.872.567-0

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13024

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: FABIOLA DE PAOLI ORGAO: SEED
R.G.: 04.605.963-8 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.135/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 6.529,37(Seis Mil, Quinhentos e Vinte e Nove Reais e Trinta e Sete Centavos)
CALCULOS A FL. 54-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.759.986-8

NOME: CARLA ELISANGELA PHILIPPSEN ORGAO: SEED
R.G.: 04.977.904-6 CARGO: Professor LF: 52
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.209/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 7.294,81(Sete Mil, Duzentos e Noventa e Quatro Reais e Oitenta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 82-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.413.685-9

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13025

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: AMAURI DUTRA MELO ORGAO: CCTG
R.G.: 06.386.409-9 CARGO: Agente de Execução LF: 1
Musico
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
Lei 13666/02,art.15,I, c/c art.156, Lei 6174/70, Lei 21367/2023, art. 10.
L.13666/02,art.15,II,art.170 e171, L.6174/70, L.21367/23,art.10 EC 19/98
Lei 13666/02,art.15,II, c/c art.170 e 171, Lei 6174/70
Lei 13666/02, art.18 e Lei 15044/06, art 6°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.118/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 14.294,23(Quatorze Mil, Duzentos e Noventa e Quatro Reais e Vinte e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 20-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.649.344-6

NOME: MARIA MONTSERRAT DIAZ PEDROSA ORGAO: UEM
R.G.: 03.754.684-4 CARGO: Professor Ensino Superior LF: 1
Professor Associado
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
Lei 11713/97,art.3°,§4°e art.17,c/c Lei 14825/05 e Lei 19594/18
Lei 10692/93, art.13
Lei 6174/70, art.170 e 171
Lei 6174/70, art.170 e 171
Lei 10692/93, art.13
L11713/97, art.16,L.14825/05, art.3°,L21852/2023, Art. 3° inc. I,II,III IV
Lei 10692/93, art.13
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.089/26

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 28.365,71(Vinte e Oito Mil, Trezentos e Sessenta e Cinco Reais e Setenta e Um Centavos) - SUJEITO AO REDUTOR CONSTITUCIONAL.
CALCULOS A FL. 35-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.812.360-3

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13026

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: MAGNA LATCHUK ORGAO: SEED
R.G.: 08.368.377-5 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, ART.27, III
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
LC 103/04, ART.27, III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.216/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 14.209,13(Quatorze Mil, Duzentos e Nove Reais e Treze Centavos)
CALCULOS A FL. 54-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.694.330-1

NOME: ANDREA AMARAL DE PONTES DELFINO ORGAO: SEED
R.G.: 07.622.335-1 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 150.174/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.816,91(Oito Mil, Oitocentos e Dezesseis Reais e Noventa e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 65-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.045.216-0

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13027

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: VANIA GAMBARELLI ORGAO: SEED
R.G.: 04.560.309-1 CARGO: Agente Educacional II LF: 1

TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.181/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.682,40(Quatro Mil, Seiscentos e Oitenta e Dois Reais e Quarenta Centavos)
CALCULOS A FL. 71-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.852.831-0

NOME: ANTONIO JOSE CORREA ORGAO: SEED
R.G.: 06.489.485-4 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.120/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.557,78(Dois Mil, Quinhentos e Cinqüenta e Sete Reais e Setenta e Oito

Centavos)
CALCULOS A FL. 151-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.954.094-3

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13028

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: UNILSON MARTINS DE SOUSA ORGAO: DER
R.G.: 05.028.150-7 CARGO: Agente de Apoio LF: 1
Motorista
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
Lei 13666/02,art.15,I, c/c art.156, Lei 6174/70, Lei 21367/2023, art. 10.
L.13666/02,art.15,II,art.170 e171, L.6174/70, L.21367/23,art.10 EC 19/98
Lei 13666/02,art.15,II, c/c art.170 e 171, Lei 6174/70
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.188/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 9.327,27(Nove Mil, Trezentos e Vinte e Sete Reais e Vinte e Sete Centavos)
CALCULOS A FL. 19-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.865.208-8

NOME: LEOCADIA DE OLIVEIRA MENDES ORGAO: SEED
R.G.: 01.573.706-9 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Aposentadoria Voluntária Proporcional por Idade.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 40, § 1°, Inciso III, alínea B, da Constituição Federal e § 8°, com a redação dada pela Emenda Constitucional. N° 41/03.
Art.40, §§ 3° e 17°, da Const.Federal
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.106/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.793,30(Dois Mil, Setecentos e Noventa e Três Reais e Trinta Centavos)
CALCULOS A FL. 97-PRPREV. Prop. 21/30 avos. - FP - PROTOCOLO N. 25.633.553-0

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13029

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ALDO LUIS VILLANI ORGAO: EMBAP
R.G.: 05.496.084-0 CARGO: Professor Ensino Superior LF: 1
Professor Auxiliar
TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, incisos I a V, §6°, inc. I, e 7°, inc. I da EC-PR n° 45/2019
Lei 11713/97,art.3°,§4°,c/c L.14825/05, art.2°
Lei 6174/70, art.170 e 171
Lei 6174/70, art.170 e 171
L11713/97, art.16,L.14825/05, art.3°,L21852/2023, Art. 3° inc. I,II,III IV
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.115/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 6.818,21(Seis Mil, Oitocentos e Dezoito Reais e Vinte e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 43-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.617.142-2

NOME: QUITERIA LOPES RAMOS ORGAO: SEED
R.G.: 09.267.038-4 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.173/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 3.761,59(Três Mil, Setecentos e Sessenta e Um Reais e Cinqüenta e Nove Centavos)

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CALCULOS A FL. 102-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.623.422-0

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

88364/2026

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13030

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ANTONIO PREVIATI ORGAO: SEED
R.G.: 000727.937-0 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 35 CE .
A partir de 09/06/2025.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19, c/c o § 9° do mesmo artigo e art. 14, III da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.172/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.043,76(Quatro Mil e Quarenta e Três Reais e Setenta e Seis Centavos)
CALCULOS A FL. 147-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 24.218.809-8

NOME: ELIANE BAGATIM ORGAO: SEED
R.G.: 04.165.668-9 CARGO: Professor LF: 4
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.27, III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.182/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 11.135,46(Onze Mil, Cento e Trinta e Cinco Reais e Quarenta e Seis Centavos)
CALCULOS A FL. 69-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.865.929-5

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13031

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: SONIA MARIA LEITE MAZUR ORGAO: SEED
R.G.: 02.188.886-9 CARGO: Professor LF: 2
Professor
TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, §4°, incisos I a III e §5°, §6° inc. I e §7°, inc. I, da EC-PR n° 45/2019
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.112/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 12.826,14(Doze Mil, Oitocentos e Vinte e Seis Reais e Quatorze Centavos)
CALCULOS A FL. 66-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.525.963-6

NOME: ELIANA APARECIDA SILICZ BUENO ORGAO: UEL
R.G.: 06.928.294-6 CARGO: Professor Ensino Superior LF: 1
Professor Associado
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
A partir de 29/04/2026.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
Lei 11713/97,art.3°,§4°e art.17,c/c Lei 14825/05 e Lei 19594/18
Lei 10692/93, art.13

Lei 6174/70, art.170 e 171
L11713/97, art.16,L.14825/05, art.3°,L21852/2023, Art. 3° inc. I,II,III IV
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.082/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 30.056,08(Trinta Mil e Cinqüenta e Seis Reais e Oito Centavos) - SUJEITO AO REDUTOR CONSTITUCIONAL.
CALCULOS A FL. 78-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.356.472-5

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13032

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: CLEUZA ALVES DOS SANTOS ORGAO: SEED
R.G.: 02.238.498-8 CARGO: Agente Educacional II LF: 1

TIPO: Art. 35 EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19.
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.169/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.281,09(Cinco Mil, Duzentos e Oitenta e Um Reais e Nove Centavos)
CALCULOS A FL. 117-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.796.923-1

NOME: AUGUSTO MACIEL DO ROSARIO ORGAO: SESP
R.G.: 01.033.156-0 CARGO: Agente de Polícia Judiciária LF: 1

TIPO: Art. 6° EC 45/19 .
A partir de 07/03/2026.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 6°, caput, §3°, inc. I, §4°, inc. I e §6° da EC-PR 45/2019.
Lei Complementar 259/2023, art. 38
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.107/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 18.513,49(Dezoito Mil, Quinhentos e Treze Reais e Quarenta e Nove Centavos)
CALCULOS A FL. 31-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.531.976-0

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13033

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: MARISA GUELLER SCHENEKEMBERG ROSA ORGAO: SEED
R.G.: 04.600.006-4 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.25, inc.I a X, § ún
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.187/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 13.151,75(Treze Mil, Cento e Cinqüenta e Um Reais e Setenta e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 52-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.844.350-0

NOME: CELIA MARIA PINHO ORGAO: SEED
R.G.: 03.462.910-2 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.126/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 6.138,61(Seis Mil, Cento e Trinta e Oito Reais e Sessenta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 80-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 24.068.862-0

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13034

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ESTELA LIDIA SCHMITT BERTE ORGAO: SEED
R.G.: 04.580.305-8 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
Lei 6794/76, art.1° e LC 21/84, art.6°
LC 103/04,art.25,inc.I a X,$ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, ART.27, III
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.201/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 13.530,00(Treze Mil, Quinhentos e Trinta Reais)
CALCULOS A FL. 56-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.864.759-9

CURITIBA, 30 DE JUNHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13035

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: SANDRA NAZARETH FERREIRA DIAS ORGAO: SEED
R.G.: 08.084.332-1 CARGO: Professor LF: 90
Professor
TIPO: Aposentadoria por Incapacidade
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, §1°, inciso I da CE, com redação dada pela EC n° 45/2019 e arts. 10 e 15 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.071/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 3.971,19(Três Mil, Novecentos e Setenta e Um Reais e Dezenove Centavos)
CALCULOS A FL. 156-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 21.605.512-8

NOME: SANDRA NAZARETH FERREIRA DIAS ORGAO: SEED
R.G.: 08.084.332-1 CARGO: Professor LF: 91
Professor
TIPO: Aposentadoria por Incapacidade
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, §1°, inciso I da CE, com redação dada pela EC n° 45/2019 e arts. 10 e 15 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.070/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 2.387,49(Dois Mil, Trezentos e Oitenta e Sete Reais e Quarenta e Nove Centavos)
CALCULOS A FL. 159-PRPREV. Prop. 14/30 avos. - FP - PROTOCOLO N. 21.605.512-8

CURITIBA, 1 DE JULHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13037

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: GLICEIA GALLO DE SOUZA ORGAO: SEED
R.G.: 06.119.146-1 CARGO: Professor LF: 1

Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.213/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 7.546,26(Sete Mil, Quinhentos e Quarenta e Seis Reais e Vinte e Seis Centavos)
CALCULOS A FL. 39-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.896.779-8

NOME: NATALIA GABARDO ORGAO: SEED
R.G.: 06.007.960-9 CARGO: Agente Educacional I LF: 1

TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC n° 123/08, art.22, LC 263/2023.
LC n° 123/08, art.23, c/c art.170 e 171 Lei 6174/70, LC 263/2023.
LC n° 123/08, art.26, inc.III, LC 263/2023, art.7° , inc.III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.212/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.005,95(Quatro Mil e Cinco Reais e Noventa e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 26-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.874.159-5

CURITIBA, 1 DE JULHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13038

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: RAUL FISCHER PAIM ORGAO: SEAB
R.G.: 04.128.136-7 CARGO: Agente de Execução LF: 1
Tec. de Manejo e Meio Ambiente
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV, §2° , inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
Lei 13666/02,art.15,I, c/c art.156, Lei 6174/70, Lei 21367/2023, art. 10.
L.13666/02,art.15,II,art.170 e171, L.6174/70, L.21367/23,art.10 EC 19/98
Lei 13666/02,art.15,II, c/c art.170 e 171, Lei 6174/70
Lei 10692/93,art.13, c/c art.30, da Lei 13666/02
Lei 17.358/12, art. 1°, § unico e art. 2°, §3°.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.222/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 13.683,86(Treze Mil, Seiscentos e Oitenta e Três Reais e Oitenta e Seis Centavos)
CALCULOS A FL. 17-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.906.034-6

NOME: MARLI PEDRINA DE ALMEIDA ZANINI ORGAO: SEED
R.G.: 01.082.718-3 CARGO: Professor LF: 3
Professor
TIPO: Aposentadoria Voluntária Proporcional por Idade.
A partir de 29/08/2025.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 40, § 1°, Inciso III, alínea B, da Constituição Federal e § 8°, com a redação dada pela Emenda Constitucional. N° 41/03.
Art.40, §§ 3° e 17°, da Const.Federal
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.224/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.827,86(Quatro Mil, Oitocentos e Vinte e Sete Reais e Oitenta e Seis Centavos)
CALCULOS A FL. 126-PRPREV. Prop. 29/30 avos. - FF - PROTOCOLO N. 24.700.182-4

CURITIBA, 1 DE JULHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13039

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: MARCONDE PADIAS DE CASTRO ORGAO: SEED
R.G.: 01.484.504-6 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Aposentadoria por Incapacidade
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, §1°, inciso I da CE, com redação dada pela EC n° 45/2019 e arts. 10 e 15 da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.227/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.365,62(Quatro Mil, Trezentos e Sessenta e Cinco Reais e Sessenta e Dois Centavos)
CALCULOS A FL. 94-PRPREV. Prop. 30/30 avos. - FF - PROTOCOLO N. 25.408.262-7

NOME: ROSELEI BOEING ORGAO: SEED
R.G.: 05.477.873-2 CARGO: Professor LF: 3
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. II e §3°, inc. II da EC-PR n° 45/2019.
Art. 5°, §2°, inciso II da EC 45/2019.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.223/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 6.271,05(Seis Mil, Duzentos e Setenta e Um Reais e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 76-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.880.168-7

CURITIBA, 1 DE JULHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13040
A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: OSMAR STIER JUNIOR ORGAO: SEED
R.G.: 03.092.091-0 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 35 CE .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 35, § 1°, inciso III da CE, com redação dada pela EC 45/19, c/c o § 9° do mesmo artigo e art. 14, III da LC 233/21
Art. 15 e 16 da LC 233/21
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.218/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 4.517,63(Quatro Mil, Quinhentos e Dezessete Reais e Sessenta e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 73-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.897.303-8

NOME: MARCIA FAVERO GARBIN ORGAO: SEED
R.G.: 05.483.404-7 CARGO: Professor LF: 1
Professor
TIPO: Art. 5° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 5°, incisos I a IV e §1°, §2°, inc. I e §3°, inc. I da EC-PR n° 45/2019.
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.29, § 2°
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.229/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 5.505,37(Cinco Mil, Quinhentos e Cinco Reais e Trinta e Sete Centavos)
CALCULOS A FL. 88-PRPREV. - FP - PROTOCOLO N. 25.421.284-9

CURITIBA, 1 DE JULHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE APOSENTADORIA N. 13041
A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98 , RESOLVE APOSENTAR OS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS:
NOME: FLAVIO MIGUEL PRIGOL ORGAO: SEED
R.G.: 06.739.357-0 CARGO: Professor LF: 1

Professor
TIPO: Art. 4° EC 45/19 .
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 4°, §4°, incisos I a III e §5°, §6° inc. I e §7°, inc. I, da EC-PR n° 45/2019
LC 103/04, art.23
LC 103/04,art.25,inc.I a X,§ ún, EC 19/98
LC 103/04, art.27, I c/c art.22, § 2°
LC 103/04, ART.27, III
LC 103/04, art.22, § 3°
LC 103/04, ART.27, III
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.225/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 18.894,73(Dezoito Mil, Oitocentos e Noventa e Quatro Reais e Setenta e Três Centavos)
CALCULOS A FL. 49-PRPREV. - FF - PROTOCOLO N. 25.881.478-9

CURITIBA, 1 DE JULHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

88361/2026

RESOLUCAO DE RESERVA REMUNERADA/REFORMA N. 13044
A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE TRANSFERIR PARA A INATIVIDADE O(S) INTEGRANTE(S) DA POLÍCIA MILITAR ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: GILMAR GONCALVES ORGAO: PMPR
R.G.: 04.554.736-1 CARGO: 2°. Sargento LF: 1

TIPO: Reserva Remunerada Compulsória Integral por Idade (Praças) .
A partir de 28/03/2026.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 158 da Lei Estadual 1.943/54.
Art. 1°, § único, da Lei 17169/12.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.207/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 10.697,45(Dez Mil, Seiscentos e Noventa e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 34-PRPREV. - FM - PROTOCOLO N. 25.411.079-5

NOME: DAVI PADILHA ORGAO: PMPR
R.G.: 07.011.663-4 CARGO: 3°. Sargento LF: 1

TIPO: Reserva Remunerada Proporcional (Decreto.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 24-G, parágrafo único, do Decreto-Lei n. 667/69.
Art. 1°, § único, da Lei 17169/12.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.066/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 8.532,45(Oito Mil, Quinhentos e Trinta e Dois Reais e Quarenta e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 33-PRPREV. Prop. 27/30 avos. - FM - PROTOCOLO N. 25.523.314-9

CURITIBA, 1 DE JULHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE RESERVA REMUNERADA/REFORMA N. 13045
A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE TRANSFERIR PARA A INATIVIDADE O(S) INTEGRANTE(S) DA POLÍCIA MILITAR ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: PAULO CESAR DOS SANTOS ORGAO: PMPR
R.G.: 04.492.302-5 CARGO: 2°. Sargento LF: 1

TIPO: Reserva Remunerada Compulsória Integral por Idade (Praças) .
A partir de 04/04/2026.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 158 da Lei Estadual 1.943/54.
Art. 1°, § único, da Lei 17169/12.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.022/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 10.697,45(Dez Mil, Seiscentos e Noventa e Sete Reais e Quarenta e Cinco Centavos)
CALCULOS A FL. 27-PRPREV. - FM - PROTOCOLO N. 25.412.030-8

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

NOME: EMERSON BATISTA DOS SANTOS ORGAO: PMPR
R.G.: 07.129.382-3 CARGO: 3°. Sargento LF: 1

TIPO: Reserva Remunerada Proporcional (Decreto.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 24-G, parágrafo único, do Decreto-Lei n. 667/69.
Art. 1°, § único, da Lei 17169/12.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.109/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 9.164,48(Nove Mil, Cento e Sessenta e Quatro Reais e Quarenta e Oito Centavos)
CALCULOS A FL. 36-PRPREV. Prop. 29/30 avos. - FM - PROTOCOLO N. 25.613.083-1

CURITIBA, 1 DE JULHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE RESERVA REMUNERADA/REFORMA N. 13046

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE TRANSFERIR PARA A INATIVIDADE O(S) INTEGRANTE(S) DA POLÍCIA MILITAR ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: JOAO ROSNEI TEIXEIRA ORGAO: PMPR
R.G.: 05.495.711-4 CARGO: 3°. Sargento LF: 1

TIPO: Reserva Remunerada Proporcional (Decreto.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 24-G, parágrafo único, do Decreto-Lei n. 667/69.
Art. 1°, § único, da Lei 17169/12.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. /
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 9.164,48(Nove Mil, Cento e Sessenta e Quatro Reais e Quarenta e Oito Centavos)

NOME: RODRIGO SASSO ORGAO: PMPR
R.G.: 07.526.225-6 CARGO: Major LF: 2

TIPO: Reserva Remunerada Integral (Decreto.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 24-G, inciso I e parágrafo único, do Decreto-Lei n. 667/69.
Art. 1°, § único, da Lei 17169/12.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.114/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 35.065,21(Trinta e Cinco Mil e Sessenta e Cinco Reais e Vinte e Um Centavos) - SUJEITO AO REDUTOR CONSTITUCIONAL.
CALCULOS A FL. 39-PRPREV. - FM - PROTOCOLO N. 25.907.283-2

CURITIBA, 1 DE JULHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE RESERVA REMUNERADA/REFORMA N. 13047

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE TRANSFERIR PARA A INATIVIDADE O(S) INTEGRANTE(S) DA POLÍCIA MILITAR ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: ANA LUCIA MACIEL PIZZI ORGAO: PMPR
R.G.: 08.898.953-8 CARGO: Soldado 1ª. Classe LF: 1

TIPO: Reforma por Invalidez Integral.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Artigo 45, § 6° da Constituição Estadual, Artigo 170, "B" da Lei Estadual 1.943/54 e Artigo 113 da Lei estadual 12.398/98.
Art. 1°, § único, da Lei 17169/12.
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.000/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 7.519,71(Sete Mil, Quinhentos e Dezenove Reais e Setenta e Um Centavos)
CALCULOS A FL. 318-PRPREV. - FM - PROTOCOLO N. 25.294.323-4

CURITIBA, 1 DE JULHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

RESOLUCAO DE RESERVA REMUNERADA/REFORMA N. 13048

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO E DA PREVIDENCIA , NO USO DE SUAS ATRIBUICOES E , TENDO EM VISTA O CONTIDO NO DECRETO N. 1.748, DE 24 DE JANEIRO DE 2000 E NOS ATOS DE CONCESSAO DE BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS DA PARANAPREVIDENCIA , EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 62 , DA LEI-PR 12.398/98, RESOLVE TRANSFERIR PARA A INATIVIDADE O(S) INTEGRANTE(S) DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR ABAIXO RELACIONADOS:

NOME: VANDERLEI FIGUEIREDO DA COSTA ORGAO: CBMPR
R.G.: 05.681.813-8 CARGO: 2° Tenente 6 LF: 1

TIPO: Reserva Remunerada Compulsória (Limite de Tempo)
A partir de 07/03/2026.
----- EMBASAMENTO LEGAL E DETALHAMENTO DOS PROVENTOS PELA PARANAPREVIDENCIA -----

Art. 24-A, § único do Decreto Lei 667/69, caput do art. 157 da Lei 1943/54 e art. 2° do Decreto Estadual 3829/20
Art. 1°, § único, da Lei 17169/12.EC n.° 53, de 14/12/2022
ATO DE BENEFICIO PREVIDENCIARIO-PRPREV N. 151.041/26
VALOR MENSAL DOS PROVENTOS: R$ 20.208,59(Vinte Mil, Duzentos e Oito Reais e Cinqüenta e Nove Centavos)
CALCULOS A FL. 39-PRPREV. - FM - PROTOCOLO N. 25.518.779-1

CURITIBA, 1 DE JULHO DE 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DA PREVIDÊNCIA, EM EXERCÍCIO

88362/2026

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:
RESOLUÇÃO N. 12997 24/06/2026

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGAO
MARIANE SATIE HONDA PADILHA	100035391	1	NAI	261082810	22/06/2026	SEMI
KARULINY DAS GRACAS COIMBRA	144921852	1	NAVII	260342894	29/06/2026	ADAPAR
THAIS HELOISA VAZ FARIAS	437101010	1	NAII	260767011	29/06/2026	ADAPAR
JULIANO COELHO	57461519	1	NAIII	261153831	30/06/2026	ADAPAR
VERA LUCIA VARGAS VEIGA DA SILVA	62596252	1	NAA 18	259687632	31/05/2026	UNIOESTE
NATIELI ALVES DA SILVA	646271386	1	NAE 01	259679419	31/05/2026	UNIOESTE

88345/2026

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:
RESOLUÇÃO N. 13005 30/06/2026

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGAO
ROSELI NERES MONGELÓS	01930356935	1	NAXIII	261045117	22/06/2026	SEED
DANIELA TANK BORSUK	07748130914	1	NAI	261288605	24/06/2026	SEED
TACIANE PEREIRA BANDO	107683380	1	NAI	260925776	22/06/2026	SEED
RENAN CALVO ZOLIN	135112402	1	NAI	260849514	23/06/2026	SEDU
MARIA APARECIDA GONÇALVES ANTUNES MACH	22063537	21	NII11	260871234	15/06/2026	SEED
SANDRA MARA GUTIERREZ	30237692	3	NII11	260985990	06/07/2026	SEED
ELIZABETE TEIXEIRA DA SILVA	41383089	1	NII11	260614240	12/06/2026	SEED
FERNANDO FARHA MACHADO	457392046	1	NAI	261104482	30/06/2026	IAP
ARLETE FERREIRA DE MORAIS ANDRE	47980291	3	NIII11	260833782	19/06/2026	SEED
ALBERT WILLIAM CONSTANTINOV PIGINI	97021996	1	NAI	260847422	23/06/2026	SEDU

1
-

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP

0 O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO Nº 2.491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984, RESOLVE EXONERAR A PEDIDO DE ACORDO COM O ARTIGO 124, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, OS FUNCIONÁRIOS ABAIXO RELACIONADOS:
RESOLUÇÃO N. 13006 30/06/2026

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	A PARTIR	ORGAO
DAIANE ALMEIDA SILVA	10267177950	1	NAE 01	261312069	28/06/2026	UNESPAR
EVANDRO TOLOTTI LEITE	154528652	1	NA4C	25.933.342-3	01/06/2026	SESP
VICTOR GABRIEL JULIO DA SILVA	4141267882	1	NA4C	25.857.670-5	01/07/2026	SESP
MARCIO ROBERTO LARAS BELANI	70115247	1	NIII06	261012162	22/06/2026	SEED
LEILA DAL BEN DAINEIS	85064053	98	NII11	260871145	17/06/2026	SEED
THAYSE REGINA LAUER LIEVORE	86960273	6	NI01	260823485	15/06/2026	SEED
VALDIR GULARTE	98006010	1	NAX	260923200	16/06/2026	SEED

88346/2026

Resolução SEAP nº. 12795

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 2.491, de 23 de janeiro de 1984,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

R E S O L V E

Tornar sem efeito a Resolução nº 10605 de 30/09/2025, restabelecendo os efeitos da resolução nº 11971 de 18/08/2021, que transferiu para a reserva remunerada integral por tempo contribuição ALUISIO MARTINS CARDOSO, RG nº 4.XXX.868-X, LF01, 3° Sargento, em cumprimento à ordem judicial autos nº 0133707-72.2025.8.16.0000 AI, em trâmite perante a 7º Câmara Cível em Composição Isolada.
Protocolo nº 25.784.064-6.

Curitiba, 08 de junho de 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

Resolução SEAP nº. 12851

A Secretária de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de CARLOS ROBERTO BALARIM, CPF. nº 793.XXX.188-XX, LF 01, Professor Ensino Superior, conforme cálculos de fls. 54 – PRPREV em cumprimento à ordem judicial proferida nos autos nº 0033652-95.2021.8.16.0019, 1º Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa. Valor dos proventos R$ 29.490,54 (Vinte e nove mil, quatrocentos e noventa reais e cinquenta e quatro centavos).
Protocolo nº 25.897.920-6.

Curitiba, 10 de junho de 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

Resolução SEAP nº. 12852

A Secretária de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de ELENA ISABEL DOS SANTOS, CPF. nº 576.XXX.269-XX, LF 01, Agente Universitário, conforme cálculos de fls. 54 – PRPREV em cumprimento à ordem judicial proferida nos autos nº 0004473-97.2024.8.16.0056, Juizado Especial da Fazenda Pública de Cambé. Valor dos proventos R$ 6.815,70 (Seis mil, oitocentos e quinze reais e setenta centavos).
Protocolo nº 25.957.909-0.

Curitiba, 10 de junho de 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

Resolução SEAP nº. 12853

A Secretária de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de NEIVA DE LURDES VIEIRA, R.G. nº 5.XXX.552-X, LF 01, SEED, conforme cálculos de fls.77-PRPREV. Valor dos proventos R$ 3.505,45 (Três mil, quinhentos e cinco reais e quarenta e cinco centavos).
Protocolo nº 24.648.096-6.

.

Curitiba, 10 de junho de 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

Resolução SEAP nº. 12854

A Secretária de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no

Decreto nº 1.748, de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder a SOLANGE APARECIDA BERTONI DE SOUZA, RG. nº 4.XXX.510-X, LF 01, SEED, o Abono de Permanência, a partir da data de direito, em valor equivalente à respectiva contribuição previdenciária, conforme Informação nº 100/2026 – DSF.
Protocolo nº 25.622.620-0.

Curitiba, 10 de junho de 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

Resolução SEAP nº. 12856

A Secretária de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de AIRTON MARQUES DE OLIVEIRA, CPF. nº 162.XXX.449-XX, LF 01, Professor, conforme cálculos de fls. 26 – PRPREV em cumprimento à ordem judicial proferida nos autos nº 0018232-26.2025.8.16.0014, 1º Juizado Especial da Fazenda Pública de Londrina. Valor dos proventos R$ 3.949,55 (Três mil, novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).
Protocolo nº 25.996.730-9.

Curitiba, 10 de junho de 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

Resolução SEAP nº. 12982

A Secretária de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições, tendo em vista o contido no Decreto nº 1.748, de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder, a MARIA RAFAELA CONDE GONZALEZ RG. nº 2.XXX.325-X, LF 01, UEL, o Abono de Permanência a partir da data de direito, em valor equivalente à respectiva contribuição previdenciária conforme Informação nº 2137/2026 – DSF.
Protocolo nº 25.314.075-5.

Curitiba, 24 de junho de 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

Resolução SEAP nº. 12983

A Secretária de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Transferir, Ex-Officio, a partir de 29/05/2026 para a Reserva Não Remunerada, TADEU RODRIGUES BRILHANTE FILHO, RG nº 13.XXX.634-X, Soldado 1º Classe, PMPR, de acordo com o artigo 45, parágrafo 1º da Constituição Estadual e artigo 167, Letra “a”, da Lei Estadual nº 1.943/54.
Protocolo nº 25.998.987-6.

Curitiba, 24 de junho de 2026.

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

Resolução SEAP nº. 12984

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

A Secretária de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Transferir, Ex-Officio, a partir de 08/06/2026 para a Reserva Não Remunerada, FELIPE DA ROCHA DORNELLAS MOREIRA, RG nº 12.XXX.324-X, Soldado 1º Classe, PMPR, de acordo com o artigo 45, parágrafo 1º da Constituição Estadual e artigo 167, Letra "a", da Lei Estadual nº 1.943/54.
Protocolo nº 25.938.282-3.

Curitiba, 24 de junho de 2026.

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

Resolução SEAP nº. 12985

A Secretária de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de SINVAL PAIZANI BARCZCZ, R.G. nº 5.XXX.937-X, LF 01, PMPR, conforme cálculos de fls.33-PRPREV. Valor dos proventos R$ 11.383,90 (Onze mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa centavos).
Protocolo nº 24.887.291-8.

Curitiba, 24 de junho de 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

Resolução SEAP nº. 12986

A Secretária de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de EURIPDES TADEU DOS SANTOS, R.G. nº 4.XXX.222-X, LF 01, PMPR, conforme cálculos de fls.44-PRPREV. Valor dos proventos R$ 10.697,45 (Dez mil, seiscentos e noventa e sete reais e quarenta e cinco centavos).
Protocolo nº 20.754.221-0.

Curitiba, 24 de junho de 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

Resolução SEAP nº. 12987

A Secretária de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de IRENE MARIA DA SILVA, CPF. nº 736.XXX.809-XX, LF 01, Agente Universitário de Apoio, conforme cálculos de fls. 47 – PRPREV em cumprimento à ordem judicial proferida nos autos nº 0078795-20.2024.8.16.0014, 1º Juizado Especial da Fazenda Pública de Londrina. Valor dos proventos R$ 7.964,43 (Sete mil, novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e três centavos).

Protocolo nº 25.941.408-3.

Curitiba, 24 de junho de 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

Resolução SEAP nº. 12988

A Secretária de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de GILBERTO NOGUEIRA, CPF. nº 387.XXX.369-XX, LF 01, Policial Militar, conforme cálculos de fls. 49 – PRPREV em cumprimento à ordem judicial proferida nos autos nº 0003115-24.2025.8.16.0069, Juizado Especial da Fazenda Pública de Cianorte. Valor dos proventos R$ 7.473,25 (Sete mil, quatrocentos e setenta e três reais e vinte e cinco centavos).
Protocolo nº 26.051.000-2.

Curitiba, 24 de junho de 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

Resolução SEAP nº. 12989

A Secretária de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de RICARDO LUIZ RODRIGUES TEIXEIRA, CPF. nº 470.XXX.629-XX, LF 01, Investigador de Polícia, conforme cálculos de fls. 79 – PRPREV em cumprimento à ordem judicial proferida nos autos nº 0004173-39.2020.8.16.0004, Secretaria Especializada em Movimentações Processuais das Varas da Fazenda Pública de Curitiba – 3º Vara. Valor dos proventos R$ 5.763,59 (Cinco mil, setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e nove centavos).
Protocolo nº 26.031.335-5.

Curitiba, 24 de junho de 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

Resolução SEAP nº. 12990

A Secretária de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2000,

R E S O L V E:

Proceder a revisão dos proventos de inatividade, de ADIONEIA APARECIDA ANTUNES, CPF. nº 035.XXX.209-XX, LF 01, Agente Educacional, conforme cálculos de fls. 54 – PRPREV em cumprimento à ordem judicial proferida nos autos nº 0009677-10.2022.8.16.0019, 2º Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa. Valor dos proventos R$ 3.931,42 (Três mil, novecentos e trinta e um reais e quarenta e dois centavos).
Protocolo nº 26.012.490-0.

Curitiba, 24 de junho de 2026

MARIA CARMEN CARNEIRO DE MELO ALBANSKE
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

88377/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

EXTRATO DO EDITAL CONJUNTO SEAP/SETI Nº 14/2026

Protocolo: 26.115.028-0

Integrantes:

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, CNPJ 77.071.579/0001-08 e Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, CNPJ 77.046.951/0001-25 - Universidade Estadual de Maringá - UEM, CNPJ 79.151.312/0001-56.

Objeto:
Divulgação da abertura das inscrições para a realização de processo seletivo para o preenchimento de 400 (quatrocentas) vagas, para a

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

turma do Programa de Pós-Graduação *lato sensu* – Especialização em Inteligência Artificial Aplicada à Administração Pública.

Público Alvo (*):
Ser servidor público efetivo, civil ou militar, do Poder Executivo do Estado do Paraná, inclusive aqueles que se encontram em estágio probatório, todos em efetivo serviço de suas funções, com formação de nível superior em curso reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) em instituição credenciada.

Período de Inscrições: 03/07/2026 a 28/07/2026.

Início previsto das Aulas: agosto de 2026.

Curitiba, 03 de julho de 2026.

Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske
Secretária de Estado da Administração e da Previdência, em exercício

Aldo Nelson Bona
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

(*) EDITAL COMPLETO disponível no Portal da Escola de Gestão do Paraná: http://www.administracao.pr.gov.br/Escola-de-Gestao

88578/2026

PARANAPREVIDÊNCIA

Edital de Notificação

A PARANAPREVIDÊNCIA notifica os beneficiários elencados na tabela a seguir para que **tomem ciência** e, querendo, apresentem manifestação nos respectivos procedimentos administrativos, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data desta publicação.
A manifestação deverá ser encaminhada à Coordenadoria de Manutenção de Benefícios, com a indicação do número de protocolo, para o endereço apoio_dprev@prprev.pr.gov.br

Protocolo	Beneficiário	CPF
25.671.399-3	Aparecido Francisco Juvenal	xxx.510.349-xxx
25.671.445-0	Cleber Norlok de Almeida Guedes	xxx.099.839-xxx
25.671.447-7	Clion Doria Junior	xxx.569.309-xxx
25.671.577-5	Italomar Vera	xxx.124.759-xxx
25.671.591-0	Jesuina Aparecida Masi	xxx.450.989-xxx
25.671.602-0	Joel Fernandes Bittencourt	xxx.331.059-xxx
25.671.611-9	Jose Antonio Gorla Junior	xxx.686.709-xxx
25.671.613-5	Jose Aparecido Borges	xxx.756.509-xxx
25.671.633-0	Jose Patrocinio da Silva	xxx.873.189-xxx
25.671.637-2	Josiane Terezinha Kienen	xxx.012.969-xxx
25.671.657-7	Leda Terezinha Mattos Viana de Liz	xxx.358.549-xxx
25.671.739-5	Maria Jose da Silva	xxx.669.169-xxx
25.671.756-5	Marileia Glaucia Mehret Penteado	xxx.469.419-xxx
25.671.758-1	Marines Stockmann Evangelista Ferreira	xxx.815.419-xxx
25.671.769-7	Maristella Mildemberger Franco	xxx.143.599-xxx
25.671.783-2	Milton Assis Leao	xxx.823.709-xxx

Curitiba, 02 de junho de 2026.

87986/2026

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL – DERAL

PORTARIA Nº 028/2026

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL – DERAL, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, no cumprimento de suas atribuições legais.

RESOLVE

Divulgar o preço médio recebido pelos produtores de **milho** no Paraná, na semana de:

29 de junho a 03 de julho de 2026
Milho.....R$ 50,97 /sc 60 kg

C U M P R A – S E

Curitiba, 03 de julho de 2026.

Marcelo Garrido Moreira
Diretor do DERAL

DERAL/ER

88433/2026

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Protocolo: 25.799.164-4
DESPACHO: Considerando o contido no presente protocolo AUTORIZO a contratação de seguro para os veículos próprios da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Nome do credor: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, inscrita no CNPJ: 61.074.175/0001-38 – Objeto resumido da despesa: Seguro Veicular – Valor total do objeto: R$ 5.474,52 (cinco mil, quarenta e sete reais e noventa centavos) – Código da dotação a ser onerada: 45.04.12.364.34.8072- Gestão Administrativa – Seti – Natureza de Despesa: 3390.3969 Seguros em Geral – Fonte: 500 – Recursos não vinculados de impostos Espécie Despesa: 03 Outras Despesas Correntes – Prazo de realização da despesa: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação no Diário Oficial, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º14.133/2021 – Dispositivo legal no qual se embasou a licitação, sua dispensa ou inexigibilidade, quando couber - Art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/21

Publique-se e Cumpra-se

Curitiba, 03 de julho de 2026

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado

88406/2026

RESOLUÇÃO N.º 170/2026 – SETI, DE 1º DE JULHO DE 2026
Homologa Pareceres da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação – Reunião Ordinária de junho de 2026, relativos a atos regulatórios de Cursos de Graduação de Instituições de Ensino Superior pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando os dispositivos da Lei Federal n.º 9.394 de 20/12/96, e nos termos da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, considerando o contido na Deliberação n.º 006/20-CEE/PR, e tendo em vista a delegação de competência contida no art. 6º, inciso XII do Regulamento da SETI, aprovado por meio do Decreto n.º 10.946/2025,

RESOLVE

Art. 1º Homologar os Pareceres da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação do Paraná – Reunião Ordinária de junho de 2026, conforme abaixo discriminados:

I - PROTOCOLO n.24.095.250-5
PARECER CEE/CES n.º 60/2026, aprovado em 22/06/2026
INTERESSADA: Universidade Estadual do Paraná, Unespar
ASSUNTO: Autorização para oferta do Curso de Graduação em Enfermagem – Bacharelado, em regime de extensão do *Campus* de Paranavaí, fora de sede, no município de Loanda, para 02 (duas) entradas, a partir do ano de 2027, pela Unespar;

II - PROTOCOLO n.º .930.713-9
PARECER CEE/CES n.º 61/2026, aprovado em 22/06/2026
INTERESSADA: Universidade Estadual de Maringá, UEM
ASSUNTO: Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura, ofertado no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), no *Campus* Sede, pela UEM;

III - PROTOCOLO n.º 24.871.262-7
PARECER CEE/CES n.º 62/2026, aprovado em 22/06/2026
INTERESSADA: Universidade Estadual de Maringá, UEM
ASSUNTO: Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Moda – Bacharelado, ofertado no *Campus* Regional de Cianorte, pela UEM;

IV - PROTOCOLO n.º 25.988.279-6
PARECER CEE/CES n.º 63/2026, aprovado em 23/06/2026
INTERESSADA: Universidade Estadual de Maringá, UEM
ASSUNTO: Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Engenharia Mecânica – Bacharelado, ofertado no *Campus* Sede, pela UEM;

V - PROTOCOLO n.º 25.700.997-1
PARECER CEE/CES n.º 64/2026, aprovado em 23/06/2026
INTERESSADA: Universidade Estadual do Paraná, Unesp
ASSUNTO: Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Geografia – Bacharelado, ofertado no *Campus* de Campo Mourão, pela Unespar;

VI - PROTOCOLO n.º 24.992.194-7
PARECER CEE/CES n.º 65/2026, aprovado em 23/06/2026
INTERESSADA: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Unioeste
ASSUNTO: Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Tradução e Interpretação de Libras - Tecnólogo, modalidade Educação a Distância, EaD, ofertado no *Campus* de Cascavel, pela Unioeste;

VII - PROTOCOLO n.º 25.170.420-1
PARECER CEE/CES n.º 66/2026, aprovado em 23/06/2026
INTERESSADA: Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG
ASSUNTO: Reconhecimento do Curso de Graduação em Educação Especial Inclusiva – Licenciatura, ofertado no *Campus* Uvaranas, pela UEPG;

VIII - PROTOCOLO n.º 24.870.931-6
PARECER CEE/CES n.º 67/2026, aprovado em 24/06/2026
INTERESSADA: Universidade Estadual de Maringá, UEM
ASSUNTO: Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Comunicação e Multimeios – Bacharelado, ofertado no *Campus* Sede, pela UEM;

IX - PROTOCOLO n.º 25.316.037-3
PARECER CEE/CES n.º 68/2026, aprovado em 24/06/2026
INTERESSADA: Universidade Estadual do Paraná, Unespar
ASSUNTO: Renovação de reconhecimento do Curso de Graduação em Educação Especial Inclusiva – Segunda Licenciatura, ofertado no *Campus* de Paranaguá, pela Unespar;

X - PROTOCOLO n.º 24.249.705-8
PARECER CEE/CES n.º 69/2026, aprovado em 24/06/2026
INTERESSADA: Universidade Estadual do Paraná, Unespar
ASSUNTO: Reconhecimento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Turismo - Tecnólogo, ofertado fora de sede, no município de Loanda, pela Unespar.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1º de julho de 2026
Aldo Nelson Bona
Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

88407/2026

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR – SETI

TED n.º 01/2026 – E-protocolo – 24.241.900-6 - **Partícipes:** SETI/UEPG/UEL/UEM/UNIOESTE/UNICENTRO/UENP/UNESPAR - **Objeto:** O presente Termo de Execução Descentralizada - **TED** - tem por finalidade instrumentalizar a descentralização orçamentária e a disponibilização de recursos financeiros para viabilizar a execução de ações de interesse recíproco referentes à 26ª Edição do Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná a ser realizado em 27 e 28 de setembro de 2026 pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, como entidade nucleadora, em parceria com demais universidades, nos termos das leis nºs 13.134/2001 e 14.995/2006 e da Portaria 037/2022–SETI que estabeleceu as normas e procedimentos referentes à Comissão Universidade para os Indígenas (CUIA) e ao Programa Auxílio Permanência para estudantes pertencentes às etnias indígenas no Paraná, e em sintonia com o Plano de Trabalho e seu Plano de Aplicação aprovado, parte integrante desse Termo. **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS:** Integram este **TED**, independente de transcrição, o plano de trabalho aprovado pela autoridade competente, bem como os documentos constantes do Protocolo em epígrafe. O plano de trabalho aprovado poderá ser alterado pelos partícipes, mediante termo aditivo ou termo de apostilamento, conforme o caso, desde que não implique alteração do objeto do TED; Qualquer alteração do plano de trabalho deverá ser precedida de manifestação técnica elaborada por servidor ou órgão que possua habilitação para se manifestar sobre a questão, sem prejuízo da prévia aprovação das unidades descentralizadora e descentralizada. **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA** Este **TED** terá vigência até dia 31 de dezembro de 2026, contados da publicação do extrato em Diário Oficial, sendo o evento a ser realizado em 27 e 28 de setembro de 2026, período estabelecido para a execução do projeto. O termo poderá ser alterado, mediante justificativa, observado o Decreto nº 11.180, de 2022, devendo o pedido ser formulado com antecedência de 30 (trinta) dias do vencimento da vigência do **TED. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR** .O presente **TED** promoverá a descentralização de créditos orçamentários e disponibilização de recursos financeiros no valor global de R$ 639.831,79 (seiscentos e trinta e nove mil oitocentos e trinta e um reais e setenta e nove centavos), considerando o período de vigência previsto para o ajuste, sendo para: UEM 57.734,25 (cinquenta e sete mil setecentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos); UEL 27.699,00 (vinte e sete mil e seiscentos e noventa e nove reais); UENP 108.797,00 (cento e oito mil e setecentos e noventa e sete reais); UEPG 175.648,50 (cento e setenta e cinco mil seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos); UNESPAR 82.939,04 (oitenta e dois mil novecentos e trinta e nove reais e quatro centavos); UNICENTRO 68.146,00 (sessenta e oito mil e cento e quarenta e seis reais); UNIOESTE 118.868,00 (cento e dezoito mil e oitocentos e sessenta e oito reais); **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO.** O **TED** e eventuais termos aditivos serão assinados pelos partícipes e seus extratos serão publicados na imprensa oficial do Estado e no sítio eletrônico oficial da UNIDADE DESCENTRALIZADORA, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da assinatura. 11.2. Os partícipes disponibilizarão a íntegra do **TED** celebrado em seus sítios eletrônicos oficiais, no prazo de vinte dias, contados da assinatura.
Este Termo Aditivo passa a valer a partir da data de publicação do extrato em Diário Oficial.
Curitiba, datado e assinado digitalmente.

88482/2026

UEL

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE LONDRINA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PORTARIA HU Nº. 001/2026 **03 de julho de 2026.**

O Diretor Superintendente do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Londrina, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por delegação da Magnífica Reitora, através do Ato Executivo n. 058/2026.

RESOLVE:

I. Designar como Presidente da Comissão Especial de Licitação a servidora **Argeria Maria Serraglio Narciso** – da Divisão de Serviço Social do Hospital Universitário de Londrina, para proceder a análise de conformidade das inscrições do objeto a que se refere o **Edital nº. 005/2026 – HU,** na modalidade **CHAMAMENTO PÚBLICO,** visando o **Credenciamento de Assistentes Sociais, pessoas físicas ou jurídicas, para o Hospital Universitário de Londrina**, a vigorar pelo período de 60 (sessenta) meses e designar ainda, como Membro(s) da Equipe de Apoio, o(s) seguinte(s) servidor(es):

II. Equipe de Apoio:

Cristiane de Godoy Sartori Zimmer - Vice Presidente – (DSS)
Taticlis da Cruz - Secretário Titular – (DA-DM).
Fabiana Cibelle Rufino – Secretário Suplente – (DA-DM).

III. Compete ao Presidente e à Equipe de Apoio, a prática de todos os atos relativos ao processo licitatório, em especial as que digam respeito a análise de conformidade das inscrições, além da elaboração de atas e relatórios correspondentes.

V. A Equipe de Apoio reunir-se-ão nas datas, horário e local definido pelo Presidente, para análise da conformidade dos documentos.

VI. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Drº José Roberto de Almeida
Diretor Superintendente

88851/2026

PORTARIA GEFIS Nº 915/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 789/2026 Pregão Eletrônico nº5/2026

Contratada: Promefarma Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Objeto: Contratação Para O Fornecimento Parcelado de Medicamentos Controlados, Psicotrópicos e Anestésicos Diversos (Propofol, Isoflurano, Lacosamida, e Outros), Para Atender O Hospital Universitário de (Hu-Uel); O Hospital Veterinário (Hv-Uel) e A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (Proppg) da Universidade Estadual de Londrina, Pelo Período de 12 (Doze) Meses.

GESTOR:

Servidor Adylson Justino Jorge
Matricula 0119900
E-mail adylson@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,03 Julho 2026

Jose Roberto de Almeida

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 916/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 790/2026 Pregão Eletrônico nº5/2026

Contratada: Soma/Pr Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

Objeto: Contratação Para O Fornecimento Parcelado de Medicamentos Controlados, Psicotrópicos e Anestésicos Diversos (Propofol, Isoflurano, Lacosamida, e Outros), Para Atender O Hospital Universitário de (Hu-Uel); O Hospital Veterinário (Hv-Uel) e A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (Proppg) da Universidade Estadual de Londrina, Pelo Período de 12 (Doze) Meses.

GESTOR:

Servidor Adylson Justino Jorge
Matricula 0119900
E-mail adylson@uel.br

Servidor Ulisses de Padua Pereira
Matricula 2100276
E-mail upaduapereira@uel.br

Servidor Silvia Marcia Ferreira Meletti
Matricula 1908678
E-mail meletti@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Eduardo Rogerio Mendes
Matricula 0510507
E-mail eduardorogerio@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Eduardo Jose de Almeida Araujo
Matricula 0514103
E-mail eduardoaraujo@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,03 Julho 2026

Jose Roberto de Almeida

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 917/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 791/2026 Pregão Eletrônico nº5/2026

Contratada: Fresenius Kabi Brasil Ltda

Objeto: Contratação Para O Fornecimento Parcelado de Medicamentos Controlados, Psicotrópicos e Anestésicos Diversos (Propofol, Isoflurano, Lacosamida, e Outros), Para Atender O Hospital Universitário de (Hu-Uel); O Hospital Veterinário (Hv-Uel) e A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (Proppg) da Universidade Estadual de Londrina, Pelo Período de 12 (Doze) Meses.

GESTOR:

Servidor Adylson Justino Jorge
Matricula 0119900
E-mail adylson@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,03 Julho 2026

Jose Roberto de Almeida

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 918/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 792/2026 Pregão Eletrônico nº5/2026

Contratada: Mcw Produtos Medicos e Hospitalares Ltda

Objeto: Contratação Para O Fornecimento Parcelado de Medicamentos Controlados, Psicotrópicos e Anestésicos Diversos (Propofol, Isoflurano, Lacosamida, e Outros), Para Atender O Hospital Universitário de (Hu-Uel); O Hospital Veterinário (Hv-Uel) e A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (Proppg) da Universidade Estadual de Londrina, Pelo Período de 12 (Doze) Meses.

GESTOR:

Servidor Adylson Justino Jorge
Matricula 0119900
E-mail adylson@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,03 Julho 2026

Jose Roberto de Almeida

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 919/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 793/2026 Pregão Eletrônico nº5/2026

Contratada: Rcc - Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Médicos Hospitalares

Objeto: Contratação Para O Fornecimento Parcelado de Medicamentos Controlados, Psicotrópicos e Anestésicos Diversos (Propofol, Isoflurano, Lacosamida, e Outros), Para Atender O Hospital Universitário de (Hu-Uel); O Hospital Veterinário (Hv-Uel) e A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (Proppg) da Universidade Estadual de Londrina, Pelo Período de 12 (Doze) Meses.

GESTOR:

Servidor Adylson Justino Jorge
Matricula 0119900
E-mail adylson@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,03 Julho 2026

Jose Roberto de Almeida

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 920/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 794/2026 Pregão Eletrônico nº5/2026

Contratada: Ciamed - Distribuidora de Medicamentos Ltda.

Objeto: Contratação Para O Fornecimento Parcelado de Medicamentos Controlados, Psicotrópicos e Anestésicos Diversos (Propofol, Isoflurano, Lacosamida, e Outros), Para Atender O Hospital Universitário de (Hu-Uel); O Hospital Veterinário (Hv-Uel) e A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (Proppg) da Universidade Estadual de Londrina, Pelo Período de 12 (Doze) Meses.

GESTOR:

Servidor Adylson Justino Jorge
Matricula 0119900
E-mail adylson@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,03 Julho 2026

Jose Roberto de Almeida

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 921/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 795/2026 Pregão Eletrônico nº5/2026

Contratada: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda

Objeto: Contratação Para O Fornecimento Parcelado de Medicamentos Controlados, Psicotrópicos e Anestésicos Diversos (Propofol, Isoflurano, Lacosamida, e Outros), Para Atender O Hospital Universitário de (Hu-Uel); O Hospital Veterinário (Hv-Uel) e A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (Proppg) da Universidade Estadual de Londrina, Pelo Período de 12 (Doze) Meses.

GESTOR:

Servidor Adylson Justino Jorge
Matricula 0119900
E-mail adylson@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,03 Julho 2026

Jose Roberto de Almeida

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 922/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 796/2026 Pregão Eletrônico nº5/2026

Contratada: Medsi Distribuidora de Medicamentos Ltda

Objeto: Contratação Para O Fornecimento Parcelado de Medicamentos Controlados, Psicotrópicos e Anestésicos Diversos (Propofol, Isoflurano, Lacosamida, e Outros), Para Atender O Hospital Universitário de (Hu-Uel); O Hospital Veterinário (Hv-Uel) e A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (Proppg) da Universidade Estadual de Londrina, Pelo Período de 12 (Doze) Meses.

GESTOR:

Servidor Adylson Justino Jorge
Matricula 0119900
E-mail adylson@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,03 Julho 2026

Jose Roberto de Almeida

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PORTARIA GEFIS Nº 923/2026

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. lll e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 797/2026 Pregão Eletrônico nº5/2026

Contratada: Sulmedic Comércio de Medicamentos Ltda

Objeto: Contratação Para O Fornecimento Parcelado de Medicamentos Controlados, Psicotrópicos e Anestésicos Diversos (Propofol, Isoflurano, Lacosamida, e Outros), Para Atender O Hospital Universitário de (Hu-Uel); O Hospital Veterinário (Hv-Uel) e A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (Proppg) da Universidade Estadual de Londrina, Pelo Período de 12 (Doze) Meses.

GESTOR:

Servidor Adylson Justino Jorge
Matricula 0119900
E-mail adylson@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF. Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,03 Julho 2026

Jose Roberto de Almeida

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

88728/2026



UEM

P O R T A R I A Nº 600/2026-PRH

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições regulamentares,

Considerando os despachos exarados no /Ofício nº. 001/2020-PJU, protocolizado sob nº. 691/2020-PRO de 12/02/2020 (decisão judicial nº. 0007617- 22.2012.8.16.0017 da 1ª Vara de Fazenda Pública /de Maringá/PR).

R E S O L V E:

Art. 1º - ATRIBUIR o Adicional de Insalubridade GRAU MÉDIO (20%), sobre o vencimento básico dos servidores, a saber, conforme decisão judicial acima relacionada:

Nome	Lotação	CPF	Função	Data	Protocolo
JANICE BENETI CASASSA	HUM-DEE-ATN	722.XXX.XXX-20	TECNICO EM ENFERMAGEM	02/07/2026 a 01/07/2028	26.031.894-2
FRANCIELI BORGES DE OLIVEIRA	CTC-DTC	030.XXX.XXX-09	TECNICO EM LABORATORIO	24/06/2026 a 23/06/2027	26.134.829-2

Dê-se ciência.
Cumpra-se.

Maringá, 02 de julho de 2026.

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

P O R T A R I A Nº 601/2026-PRH

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições regulamentares,

Considerando os protocolos digitais n° 25.395.690-9; 26.072.283-2; 25.463.442-5; 25.972.272-1.

R E S O L V E:

Art. 1º - ATRIBUIR o Adicional de Insalubridade GRAU MÉDIO (20%), aos servidores, a saber:

Nome	Lotação	CPF	Função	Período
ELIZANGELA MIRIAN MOREIRA	CCA-DZO	038.XXX.XXX-70	PROFESSOR COLABORADOR DOUTOR	02/06/2026 a 04/09/2026
CLAUDIA REGINA MARCHIORI ANTUNES	CCS-DEN	034.XXX.XXX-06	PROFESSOR COLABORADOR DOUTOR	22/06/2026 a 26/11/2026
LUIZ PAULO RIGOLON	CCA-DZO	253.XXX.XXX-04	PROFESSOR ASSOCIADO	12/06/2026 a 11/06/2027
JÉSSICA BASSI DA SILVA DE CANINI	CCS-DFA	075.XXX.XXX-48	PROFESSOR ADJUNTO	17/06/2026 a 16/06/2027

Dê-se ciência.
Cumpra-se.

Maringá, 02 de julho de 2026.

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários

RESOLUÇÃO CI/CCB Nº 53, DE 27 DE MAIO DE 2026

Dispõe sobre licença sabática para a docente Luzmarina Hernandes.

A DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, nomeada pela Portaria nº 627/2024-GRE, de 27 de junho de 2024, usando da atribuição que lhe confere o art. 15º do Regulamento do Conselho Interdepartamental, aprovado pela Resolução nº 008/2010-CI/CCB, de 28 de abril de 2010, tendo em vista a deliberação do CONSELHO INTERDEPARTAMENTAL - CI, em sessão de 24 de junho de 2026, e

Considerando os documentos contidos no eProtocolo 26.059.040-5.

SANCIONA a seguinte Resolução:

Art. 1º Aprova a licença sabática para a docente Luzmarina Hernandes para o período de 21 de junho de 2026 a 20 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta resolução gera efeito retroativo a partir de 21/06/2026.

Publique-se.

Maringá, 24 de junho de 2026.

Profa. Dra. Ana Paula Vidotti
Diretora

88130/2026

PORTARIA Nº 606/2026–PRH

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, no uso de suas atribuições regulamentares, e considerando a Lei Complementar Estadual n.º 108, de 18 de maio de 2005 e a Portaria 426/2026-PRH,

R E S O L V E:

Art. 1º Retificar, por erro material, a Portaria n.º 426/2026-PRH, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, edição 12141, de 11 de maio de 2026, especificamente no que se refere ao prazo de prorrogação da vigência do Contrato de Trabalho em Regime Especial (CRES) da servidora Silvana Aparecida de Oliveira Santos Vilha, para até 05/11/2026, e não como constou.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Maringá, 03 de julho de 2026.

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários
88769/2026

PORTARIA N.º 603/2026-PRH

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições legais,
considerando o regulamento do Estágio Probatório, conforme Resolução n.º 199/2009-CAD,
considerando a Portaria n.º 592/2025-PRH,
considerando o protocolo n.º 26.126.916-3,
considerando o Relatório Final apresentado pela Comissão Coordenadora de Avaliação do Estágio Probatório,

RESOLVE:

Art. 1.º Fica efetivado no cargo de Agente Universitário de Execução, na função de TECNICO EM RADIOLOGIA, o servidor ROGERIO BORGES MARQUES - CPF 119.XXX.XXX - 02, em face do cumprimento do período de Estágio Probatório previsto em Lei, o qual obteve aproveitamento positivo nas avaliações de desempenho.
Art. 2.º Esta portaria gera efeito a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Maringá, 3 de julho de 2026.
José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários
88483/2026

PORTARIA Nº 602/2026-PRH

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, no uso de suas atribuições e considerando,

- o disposto no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal;
- o disposto no artigo 27, inciso IX, da Constituição Estadual;
- a Lei Complementar Estadual nº 108, de 18 de maio de 2005, e alterações;
- o protocolo, 25.914.309-8,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar, em virtude de habilitação no processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 172/2025-PRH, **Ana Beatriz dos Reis Sasso**, CPF nº 106.XXX.XXX-77, para a função de **Técnico Administrativo**, em regime de trabalho de 40 horas semanais, com lotação no(a) **CENTRO CIENCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES**.

Parágrafo único. O contrato é na modalidade de Regime Especial - CRES, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 108/2005, para o período de 06/07/2026 a 05/01/2027.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá, 03 de julho de 2026.

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários
88351/2026

PORTARIA Nº 596/2026-PRH

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições regulamentares, e considerando,
- o disposto no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal;
- o disposto no artigo 27, inciso IX, da Constituição Estadual;
- a Lei Complementar Estadual nº 108, de 18 de maio de 2005, e alterações;

- o protocolo 26.060.145-8,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar, em virtude de habilitação no processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 046/2026-PRH, **Fernando Goulart Fernandes Dias**, CPF nº 043.XXX.XXX-54, para a função de Professor Colaborador Doutor, em regime de trabalho de 40 horas semanais, com lotação no(a) DEPARTAMENTO DE MEDICINA.

Parágrafo único. O contrato é na modalidade de Regime Especial - CRES, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 108/2005, para o período de 27/07/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá, 02 de julho de 2026.

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitário
88211/2026

PORTARIA Nº 597/2026-PRH

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá, no uso de suas atribuições regulamentares, e considerando,
- o disposto no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal;
- o disposto no artigo 27, inciso IX, da Constituição Estadual;
- a Lei Complementar Estadual nº 108, de 18 de maio de 2005, e alterações;
- o protocolo 26.060.087-7,

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar, em virtude de habilitação no processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 046/2026-PRH, **Bruna Franco Ferreira**, CPF nº 093.XXX.XXX-44, para a função de Professor Colaborador Especialista, em regime de trabalho de 24 horas semanais, com lotação no(a) DEPARTAMENTO DE MEDICINA.

Parágrafo único. O contrato é na modalidade de Regime Especial - CRES, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 108/2005, para o período de 27/07/2026 a 31/12/2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maringá, 02 de julho de 2026.

José Maria de Oliveira Marques
Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitário
88848/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

UEPG

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

A Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;
considerando a autonomia administrativa conferida pelo Artigo 207 da Constituição da República do Brasil e art. 180 da Constituição do Estado do Paraná;
considerando o art. 53º e 54º da Lei nº 9.394/96;
considerando o art. 28, inciso X, do Estatuto da Universidade Estadual de Ponta Grossa;
considerando o art. 4º da Lei n° 9.663/91;

TORNA PÚBLICO:

O(s) Extrato(s) da(s) Portaria(s) R. emitida(s) abaixo relacionada(s):

PORTARIA R. Nº 2026.424 – 30/06/2026 (PROCESSO SEI Nº 26.000002834-3) – Autoriza a **contratação** do(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Professor Colaborador, aberto e disciplinado pelo **Edital PROGESP-DICON nº 2025.937**, seguinte(s):	
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO SOLO E ENGENHARIA AGRÍCOLA	
NOME	**CARGA HORÁRIA**
Érik Januário da Silva	40 horas
PORTARIA R. Nº 2026.425 – 30/06/2026 (PROCESSO SEI Nº 25.000062646-4) – Autoriza a **contratação** do(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Professor Colaborador, aberto e disciplinado pelo **Edital PROGESP/DICON nº 2025.422**, seguinte(s):	
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
NOME	**CARGA HORÁRIA**
Lygia Maria Portugal de Oliveira	20 horas
Mauricio Wisniewsk	20 horas
PORTARIA R. Nº 2026.430 – 02/07/2026 (PROCESSO SEI Nº 23.000037525-4) – Autoriza a **contratação** do(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Agente CRES-UEPG, aberto e disciplinado pelo **Edital PRORH-DICON nº 2023.201**, seguinte(s):	
FUNÇÃO: ADVOGADO	
NOME	**CARGA HORÁRIA**
Elisabete Jean Renaud	40 horas
PORTARIA R. Nº 2026.432 - 02/07/2026 (PROCESSO SEI Nº 25.000043554-5) – Autoriza a **contratação** do(a)(s) andidate(a)(s) aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Agente Universitário CRES-UEPG, aberto e disciplinado pelo **Edital PROGESP-DICON nº 2025.77**, seguinte(s):	
FUNÇÃO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO	
NOME	**CARGA HORÁRIA**
William Cardozo	40 horas
Eduarda de Oliveira Xavier	40 horas
Cristiane Garcia Alvarez	40 horas
FUNÇÃO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO – RESERVA DE VAGAS PESSOA NEGRA	
Maria Luiza dos Santos de Almeida	40 horas

Eliane de Fátima Rauski
Pró-Reitor

88782/2026

UNESPAR

PORTARIA Nº 948/2026 - REITORIA/UNESPAR

Arquivamento do Processo de Sindicância, instaurado pela Portaria nº 1609/2025 - REITORIA/UNESPAR, constante no e-Protocolo nº 24.852.167-8.

A Reitora da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias, legais e regimentais;

considerando o Relatório Final, de fls. 132-144, junto ao PD 24.852.167-8, apresentado pela Comissão de Sindicância, nomeada por meio da Portaria n. 1609/2025 - REITORIA/UNESPAR
;
considerando o Despacho nº 065/2026-PROJUR/UNESPAR, de fls.149-151, do presente processo;

R E S O L V E:

Art. 1º ARQUIVAR, nos termos da legislação vigente, os autos referentes ao Processo de Sindicância, instaurado pela Portaria nº 1609/2025 - REITORIA/UNESPAR, constante no e-Protocolo nº 24.852.167-8, em razão da ausência de comprovação de ilícito administrativo, nos termos do protocolado.

Parágrafo único. Dê-se ciência ao Agente de *Compliance* e ao Agente de Auditoria e Controladoria, bem como encaminhe-se ao Diretor do *Campus* de União da Vitória para as demais providências necessárias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial e no *site* oficial da UNESPAR.

Paranavaí, 03 de julho de 2026.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora da UNESPAR

PORTARIA N.º 949/2026 - REITORIA/UNESPAR

Retifica a Portaria nº 855/2026 – REITORIA/UNESPAR, de 16 de junho de 2026, conforme especifica.

A Reitora da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, no uso de suas atribuições estatutárias, legais e regimentais, em especial o disposto no inciso XIX do art. 11, do Regimento Geral da Universidade;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a súmula da Portaria nº 855/2026 – REITORIA/UNESPAR, de 16 de junho de 2026, nos seguintes termos:

Onde se lê:
"Arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar – PAD, instaurado pela Portaria nº 713/2026 – REITORIA/UNESPAR, constante no e-Protocolo nº 25.908.956-5."

Leia-se:
"Arquivamento do Processo de Sindicância, instaurado pela Portaria nº 713/2026 – REITORIA/UNESPAR, constante no e-Protocolo nº 25.908.956-5."

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes da Portaria n.º 855/2026 – REITORIA/UNESPAR, de 16 de junho de 2026.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial e no *site* oficial da UNESPAR.

Paranavaí, 03 de julho de 2026.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora da Unespar

88843/2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR

A Reitora da Unespar, no uso de suas atribuições legais, torna pública a seguinte **ERRATA**:

ERRATA DA RESOLUÇÃO COU/UNESPAR N° 003/2026, DE 20 DE MAIO DE 2026

Onde se lê:

Art. 1° Aprovar a proposta de inclusão do Instituto Brasileiro de Áudio e Tecnologia Sonora (IBATS) como Órgão de Apoio da Reitoria - art. 18 do Regimento Geral da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR).

Art. 2° Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial do Estado e no site da Unespar.

Leia-se:

Art. 1º Criar no Art. 18 – "Dos Órgãos de Apoio Vinculados à Reitoria", o inciso VIII, conforme segue:

> *VIII – Instituto Brasileiro de Áudio e Tecnologia Sonora (IBATS): órgão de apoio vinculado à Reitoria, de natureza acadêmica, científica, tecnológica e cultural, destinado ao desenvolvimento de atividades de pesquisa, inovação, ensino, extensão, cultura e desenvolvimento tecnológico no campo do áudio e da tecnologia sonora, regido por Estatuto próprio aprovado pelo Conselho Universitário.*

Art. 2º Inclui o Instituto Brasileiro de Áudio e Tecnologia Sonora (IBATS) no Anexo correspondente à estrutura organizacional da Reitoria, como Órgão de Apoio.

Art. 3º As competências, organização, funcionamento e estrutura interna do Instituto Brasileiro de Áudio e Tecnologia Sonora (IBATS) são aquelas definidas em seu Estatuto, aprovado pela Resolução nº 017/2025 – COU/UNESPAR, observadas as normas institucionais vigentes.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Publique-se no Diário Oficial do Estado e no site da Unespar.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora da Unespar

88623/2026

PORTARIA N.º 051/2026 – D

Prorrogar por mais 30 (trinta) dias úteis, o prazo para finalização dos trabalhos da Comissão de Sindicância, para análise do caso constante no e-Protocolo 25.843.756-0.

A Diretora do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 892, 991 e 1173 da Lei Estadual nº 20.656/2021, o Decreto Estadual nº 5.792, de 30 de agosto de 2012 (no que couber), considerando o disposto nos arts. 224 e 885, § 2º, da Lei Estadual nº 20.656/2021, e a Orientação Normativa nº 002/2023 – PROJUR/UNESPAR;

Considerando a solicitação do Presidente da Comissão, contida na fls. 22, mov. 11, constantes do Protocolo nº 25.843.756-0.

R E S O L V E:

Art. 1º. Prorrogar, por mais 30 (trinta) dias úteis, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância designada pela Portaria nº 035/2026-D, destinada à apuração dos fatos constantes no e-Protocolo nº 25.843.756-0.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Publique-se no Diário Oficial e no site oficial da Unespar – Campus de Campo Mourão.

Campo Mourão, 03 de julho de 2026.

Prof. Me. Ceres América Magalhães Ribas
Diretora da UNESPAR - Campus de Campo Mourão
Portaria nº 1468/2025 - REITORIA/UNESPAR de 08 de dezembro de 2025

88741/2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR

A Reitora da Unespar, no uso de suas atribuições legais, torna pública a seguinte **PORTARIA:**

Portaria Reitoria/Unespar nº 919, de 30 de junho de 2026

Art. 1º Autorizar o afastamento para o exterior da docente Merly Palma Ferreira, CPF 066.XXX.XXX-84, lotada no *Campus* de Apucarana, no período de 17 (dezessete) a 25 (vinte e cinco) de julho de 2026 (dois mil e vinte e seis), para acompanhar discentes, docentes e comunidade externa no desenvolvimento das atividades vinculadas a Projeto de Extensão, que acontecerá na cidade de Buenos Aires/Argentina.

Art. 2º O presente pedido de afastamento para o exterior deverá obedecer ao disposto na Resolução n.º 187/2025 – CAD/UNESPAR.

Art. 3º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora

88582/2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR/REITORIA
A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna públicas as seguintes **PORTARIAS:**
Portaria nº 896/2026 de 24/06/2026. Art. 1º APROVAR no Estágio Probatório, o servidor Tiago Vinicius Silva Athaydes, CPF nº 093.XXX.XXX-70, tornando estável no Cargo de Agente Universitário de Execução, na função de Técnico Administrativo, a partir de 31 de março de 2026. **Art. 2º** Concede Ascensão de nível para a classe E02, em virtude da aprovação no Estágio Probatório.
Portaria nº 899/2026 de 26/06/2026. Art. 1º Conceder afastamento integral para capacitação à servidora Luciane Scheuer, CPF nº 940.XXX.XXX-72, no cargo de Professor do Ensino Superior, na função de Professor Adjunto, lotada no Campus Paranaguá, para realização de Pós-Doutorado em Turismo e Patrimônio na Universidade Federal de Ouro Preto, no período de 01/08/2026 a 31/07/2027.
Portaria nº 900/2026 de 26/06/2026. Art. 1º Conceder à servidora Dulce Elena Coelho Barros, CPF: 315.XXX.XXX-72, no cargo de Professor do Ensino Superior, na função de Professor Associado, lotada no Campus de Paranaguá, Licença Especial de 180 (cento e oitenta) dias, referente ao período aquisitivo de 10/03/2008 a 09/03/2018, com fruição em 19/06/2026 a 15/12/2026.
Portaria nº 901/2026 de 26/06/2026. Art. 1º APROVAR no Estágio Probatório, o servidor Ericson Raine Prust, lotado no Campus de União da Vitória, CPF nº 053.XXX.XXX-63, tornando estável no Cargo de Agente Universitário de Execução, na função de Técnico Administrativo, a partir de 15 de maio de 2026. **Art. 2º** Concede Ascensão de nível para a classe E02, em virtude da aprovação no Estágio Probatório.
Portaria nº 921/2026 de 30/06/2026. Art. 1º Conceder ao servidor José Augusto Alves Netto, CPF: 495.XXX.XXX-53, no cargo de Professor do Ensino Superior, na função de Professor Adjunto, lotado no Campus de Paranavaí, Licença Especial de 90 (noventa) dias, referente ao período aquisitivo de 01/04/2012 a 31/03/2017, com fruição em 17/09/2026 a 15/12/2026.
Portaria nº 925/2026 de 01/07/2026. Art. 1º Exonerar o servidor Vinicius Roberto Crispim, CPF nº 076.XXX.XXX-58, do cargo de Chefe da Divisão de Extensão e Cultura do Campus de Apucarana, Simbologia FA-6, a partir de 30 de junho de 2026. **Art. 2º** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data citada, revoga a Portaria nº 1435/2023 – REITORIA/UNESPAR e demais disposições em contrário.
Salete Paulina Machado Sirino **- Reitora**

88186/2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR/REITORIA
A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna públicas as seguintes **PORTARIAS:**
Portaria nº 916/2026 de 30/06/2026. Art. 1º Retifica o Art. 1º da Portaria nº 739/2026 – REITORIA/UNESPAR, que concedeu Licença Especial à docente Priscila Semzezem Saes, CPF: 057.XXX.XXX-74, lotada no Campus de Paranavaí. Onde consta: "...com fruição em 01/09/2026 a 01/12/2026" passe a constar: "...com fruição em 01/09/2026 a 29/11/2026".
Portaria nº 939/2026 de 03/07/2026. Art. 1º Concede a fruição de saldo de férias no período de 06/07/2026 a 28/07/2026 ao servidor, Valderlei Garcias Sanches, CPF nº 439.XXX.XXX-04, Pró-Reitor de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento da UNESPAR, referente ao período aquisitivo de 01/01/2025 a 31/12/2025.
Art. 2º Concede a substituição, ao servidor André Eduardo Calão, Diretor de Recursos Humanos da UNESPAR, CPF Nº 698.XXX.XXX-91, durante o período de férias do titular do cargo, de 06/07/2026 a 28/07/2026.
Portaria nº 940/2026 de 03/07/2026. Art. 1º Concede a fruição de férias à Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da PRPPG - UNESPAR, Thais Gaspar Mendes da Silva, CPF nº 310.XXX.XXX-50, referente ao período aquisitivo de 01/01/2026 a 31/12/2026 no período de 13/07/2026 a 17/07/2026, restando um saldo de 25(vinte e cinco) dias para fruir em data oportuna.
Art. 2º Concede a substituição à servidora Adelli Bortolon Bazza, Diretora de Pesquisa da PRPPG - UNESPAR, CPF nº 037.XXX.XXX-20, durante o período de Férias da titular do cargo, de 13/07/2026 a 17/07/2026.
Portaria nº 947/2026 de 03/07/2026. Art. 1º Nomeia a Agente Universitária de Execução, Leticia Ishisaki de Oliveira, CPF nº 075.XXX.XXX-22, para o cargo de Chefe da Divisão de Desenvolvimento e Acompanhamento, vinculada à Diretoria de Recursos Humanos/PROGESP, simbologia FA-6, a partir 01 de julho de 2026.
Salete Paulina Machado Sirino **- Reitora**

88778/2026

UNICENTRO

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público as seguintes PORTARIAS expedidas no mês de junho de 2026:

218-PROGESP, de 6-7-2026: Concede Ascensão de Nível à docente Gilmara de Oliveira Machado, CPF nº 195.XXX.XXX-93, para o nível C, da classe de Professor Associado, a partir da publicação desta Portaria.

219-PROGESP, de 6-7-2026: Concede Ascensão de Nível à docente Michele da Rocha Cervo, CPF nº 959.XXX.XXX-72, para o nível C, da classe de Professor Adjunto, a partir da publicação desta Portaria.

Gabinete do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Robson Paulo Ribeiro Ferras
Pró-Reitor.

88755/2026

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público a seguinte RESOLUÇÃO expedida no mês de JULHO de 2026:

RESOLUÇÃO Nº 20-CAD/UNICENTRO, DE 3 DE JULHO DE 2026.

Aprova as Funções Acadêmicas e os cargos de Direção Acadêmica da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO):

Faço saber que o Conselho de Administração (CAD),

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

considerando a Lei nº 22.838, de 4 de dezembro de 2025, que estabeleceu os níveis de governança das Instituições Estaduais de Ensino Superior e estruturou os cargos de Direção Acadêmica e as Funções Acadêmicas, e dá outras providências;

considerando a Lei nº 20.933, de 17 de dezembro de 2021, Lei Geral das Universidades (LGU);

considerando a Resolução nº 28-COU/UNICENTRO, de 17 de dezembro de 2025;

considerando o inciso V, do art. 15, do Estatuto da UNICENTRO;

aprovou, pelo Parecer nº 65-CAD, de 3 de julho de 2026, contido no Protocolo nº 16.430, de 30 de junho de 2026, e eu sanciono, nos termos do art. 9º, inciso X, do Regimento Geral da UNICENTRO, a seguinte Resolução:

Art. 1º Ficam aprovados as Funções Acadêmicas (FA) e os Cargos de Direção Acadêmica (DA), da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), na forma do Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Integra esta Resolução, como Anexo II, o demonstrativo das alterações promovidas nos quantitativos das Funções Acadêmicas (FA) e dos Cargos de Direção Acadêmica (DA).

Art. 3º Fica revogada a Resolução nº 51-CAD/UNICENTRO, de 17 de dezembro de 2025.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 3 de agosto de 2026.

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor.

ANEXO I, DA RESOLUÇÃO Nº 20-CAD/UNICENTRO, DE 3 DE JULHO DE 2026.

FUNÇÕES ACADÊMICAS E CARGOS DE DIREÇÃO ACADÊMICA DA UNICENTRO

FUNÇÕES ACADÊMICAS (FA)	Símbolo	Quantitativos	
Chefe de Gabinete	FA-1	1	27
Diretor de Setor	FA-1	9	
Diretor-Geral de Câmpus Universitário	FA-1	3	
Pró-Reitor	FA-1	7	
Procurador Jurídico	FA-1	1	
Assessor Executivo	FA-1	6	
Coordenador Executivo	FA-1		
Coordenador-Geral	FA-2	5	5
Auditor	FA-3	1	61
Chefe-Geral de Compliance	FA-3	1	
Chefe-Geral de Transparência	FA-3	1	
Controlador	FA-3	1	
Ouvidor	FA-3	1	
Diretor de Câmpus Avançado	FA-3	6	
Diretor de Extensão Universitária	FA-3		
Diretor de Órgão Suplementar	FA-3		
Vice-Diretor de Setor	FA-3	9	
Vice-Diretor-Geral de Câmpus Universitário	FA-3	3	
Assessor Administrativo	FA-3	38	
Diretor (vinculado à: Pró-Reitoria; ou Coordenadoria-Geral; ou Gabinete)	FA-3		
Coordenador de Área	FA-4	28	29
Secretário-Geral dos Conselhos Superiores	FA-4	1	
Coordenador Administrativo	FA-5	48	56
Coordenador de Divisão	FA-5		
Secretário de Setor	FA-5	8	
Chefe de Divisão	FA-6	96	96
Pregoeiro	FA-6		
Encarregado de Seção	FA-7	41	41
TOTAL DE FUNÇÕES		**315**	**315**

CARGOS DE DIREÇÃO ACADÊMICA (DA)	Símbolo	Quantitativos	
Coordenador-Geral	DA-2	1	1
Assessor Especial	DA-3	2	2
Assessor Técnico	DA-4	14	14
Assessor de Pró-Reitoria	DA-5	7	23
Coordenador de Apoio	DA-5	16	
TOTAL DE CARGOS		**40**	**40**
TOTAL GERAL DE FUNÇÕES E CARGOS		**355**	**355**

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor.

ANEXO II, DA RESOLUÇÃO Nº 20-CAD/UNICENTRO, DE 3 DE JULHO DE 2026.

DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS POR ESTA RESOLUÇÃO

FUNÇÕES ACADÊMICAS (FA)		
Símbolo	**DE**	**PARA**
FA-1	27	27
FA-2	5	5
FA-3	61	61
FA-4 *	28	29
FA-5 *	62	56
FA-6	96	96
FA-7 *	30	41
TOTAL	**309**	**315**

DIREÇÕES ACADÊMICAS (DA)		
Símbolo	**DE**	**PARA**
DA-1	0	0
DA-2	1	1
DA-3	2	2
DA-4	14	14
DA-5	23	23
TOTAL	**40**	**40**

TOTAL GERAL	**349**	**355**

*** Alterações**

Legenda:
De: Conforme Anexo II da Resolução nº 51/2025-CAD/UNICENTRO.
Para: Conforme aprovado por esta Resolução.

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor.

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).
Prof. Dr. Fábio Hernandes,
Reitor.

UNIOESTE

GABINETE DA REITORIA
ATO EXECUTIVO Nº 096/2026-GRE, DE 03 DE JULHO DE 2026.
SÚMULA: Aprova, *ad referendum* do Conselho Universitário – COU, a ampliação de vaga a integrar o 1º Processo Seletivo Simplificado/2025, para docentes da Unioeste.
O Reitor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no uso das atribuições estatutárias e regimentais, considerando o disposto no Art.23, Inciso XV, do Estatuto da Unioeste; considerando o Processo nº 26.190.507-8, de 03 de julho de 2026, RESOLVE:
Art. 1º Aprovar, *ad referendum* do Conselho Universitário – COU, a ampliação de 01 (uma) vagas a integrar o **1º Processo Seletivo Simplificado/2025 para docentes da Unioeste**, conforme segue:
CAMPUS DE CASCAVEL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
VAGAS-RT-ÁREA-JUSTIFICATIVA
01-20-Contabilidade Geral-1) Insuficiência de cargo docente: Aposentadoria docente Denis Dall'asta em 11/04/2022 (20 horas).
Art. 2º Este Ato Executivo entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, CASCAVEL – PARANÁ.
Publique-se.
ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER
Reitor

88720/2026

GABINETE DA REITORIA
ATO EXECUTIVO Nº 097/2026-GRE, DE 03 de julho de 2026.
SÚMULA: Aprova, *ad referendum* do Conselho Universitário – COU, a ampliação de vaga a integrar o 3º Processo Seletivo Simplificado/2024, para docentes da Unioeste.
O Reitor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no uso das atribuições estatutárias e regimentais, considerando o disposto no Art.23, Inciso XV, do Estatuto da Unioeste; considerando o Processo nº 26.190.688-0, de 03 de julho de 2026, RESOLVE:
Art. 1º Aprovar, *ad referendum* do Conselho Universitário – COU, a ampliação de 01(uma) vaga a integrar o **3º Processo Seletivo Simplificado/2024 para docentes da Unioeste**, conforme segue:
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
VAGAS-RT-ÁREA-JUSTIFICATIVA
01-20-**Secretariado Executivo - Língua Inglesa -**Aposentadoria da profa. Maura Bernardon - 17/10/2022 (20h).
Art. 2º Este Ato Executivo entra em vigor na data de sua publicação.
GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, CASCAVEL – PARANÁ.
Publique-se.
ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER
Reitor

88722/2026

GABINETE DA REITORIA
OFÍCIO Nº 264/2026-GRE, DE 03 DE JULHO DE 2026.
Encaminhamos o Processo protocolizado sob nº 26.044.662-2 de 08 de junho de 2026, que trata da **EXONERAÇÃO** do Servidor PAULO CESAR BORITZA ANDRADE, RG nº 13.XXX.807-X, admitido na UNIOESTE em data de 01 de agosto de 2025, na função de Analista de Informática, estando lotado no Campus de Marechal Cândido Rondon. Ressaltamos que o documento de exoneração deverá constar a data de **15 DE JUNHO DE 2026.**
Respeitosamente,
ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER
Reitor

88737/2026

GABINETE DA REITORIA
PORTARIA Nº 2789/2026-GRE, DE 03 DE JULHO DE 2026.
O Reitor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no uso das atribuições estatutárias e regimentais,
considerando a Lei Estadual nº 6174/70, de 16 de novembro de 1970;
considerando a Lei Estadual nº 20.656/2021, de 03 de agosto de 2021; considerando o Código de Ética e Disciplinar da Unioeste, aprovado pela Resolução nº 099/2023-COU, de 13 de julho de 2023; considerando o Processo nº 25.612.192-1, de 18 de março de 2026,

RESOLVE: Art. 1º Tornar sem efeito os atos praticados pela Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria nº 1527/2026-GRE, para apurar os fatos relatados no Processo nº Processo nº 25.612.192-1, de denúncia registrada no Sistema da Ouvidoria nº 34024/2026, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, CASCAVEL – PARANÁ.
Publique-se.
ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER
Reitor

88454/2026

PORTARIA Nº 2790/2026-GRE, DE 03 DE JULHO DE 2026.
Autorizar o afastamento, para o exterior, da Professora APARECIDA FEOLA SELLA, RG nº 3.XXX.122-X, lotada no Centro de Educação, Comunicação e Artes do Campus de Cascavel, para participar do "Congresso Internacional de Dialetologia e Sociolinguística - VIII CIDS 2026", promovido pela Universidade de Santiago de Compostela, em Santiago de Compostela – Galicia/Espanha, no período de 12 a 28 de julho de 2026.

88730/2026

PORTARIA Nº 2792/2026-GRE, DE 03 DE JULHO DE 2026.
Conceder progressão de nível a Professora ÂNGELA MEIRELLES DE OLIVEIRA, RG nº 15.XXX.911-X, RT-40, lotada no Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras do Campus de Marechal Cândido Rondon, da classe de Professor Adjunto – nível C para nível D, por avaliação de desempenho.

88732/2026

PORTARIA Nº 2793/2026-GRE, DE 03 DE JULHO DE 2026.
Conceder progressão de nível a Professora LUCIANE THOMÉ SCHRÖDER, RG nº 5.XXX.441-X, RT-40, lotada no Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras do Campus de Marechal Cândido Rondon, da classe de Professor Associado – nível B para nível C, por avaliação de desempenho.

88734/2026

PORTARIA Nº 2794/2026-GRE, DE 03 DE JULHO DE 2026.
Conceder Licença Especial – 06(seis) meses, a Servidora LUCINÉIA MARIA DOS REIS CORRÊA, RG nº 5.XXX.415-X, lotada no Campus de Toledo, referente ao decênio – 12-09-2005 a 11-09-2015, a serem usufruídos no período de 11 de agosto de 2026 a 10 de fevereiro de 2027.

88735/2026

PORTARIA Nº 2796/2026-GRE, DE 03 DE JULHO DE 2026.
Autorizar, a partir de 31 de julho de 2026, a rescisão do Contrato nº 255/2025, de 27 de março de 2025, do Professor RICARDO SANTANA DE ALMEIDA, RG nº 9.XXX.614-X, contratado para prestar serviços como Professor Temporário, com lotação no Centro de Ciências Sociais Aplicadas, do Campus de Foz do Iguaçu.

88739/2026

PORTARIA Nº 2797/2026-GRE, DE 03 DE JULHO DE 2026.
Conceder progressão de nível ao Professor VALMEI ABREU JUNIOR, RG nº 12.XXX.177-X, RT-40, lotado no Centro de Engenharias e Ciências Exatas do Campus de Foz do Iguaçu, da classe de Professor Assistente – nível B para nível C, por avaliação de desempenho.

88740/2026

PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE SINDICÂNCIA, instaurado pela Portaria nº 017/2026, publicada no Diário Oficial em 01 de junho de 2026, para apurar os atos relatados no Atendimento encaminhado pela Assessoria Pedagógica e Assistência Estudantil, datado de 25 de maio de 2026, e nos Atendimentos nº 97554/2026 e 97555/2026, datados de 26 de maio de 2026, encaminhados pela Corregedoria da Unioeste, juntados ao eProtocolo 26.005.554-2.
O Diretor Geral do Campus de Francisco Beltrão, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER:
O resultado SINDICÂNCIA. ACATO o relatório final da comissão sindicante, nos termos do Parecer Jurídico nº 030/2026, de 02 de julho de 2026, e encaminho a documentação para a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

88841/2026

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - Gabinete da Direção
PORTARIA Nº 043/2026 – GD/CCBS
DATA: 01 de julho de 2026.
SÚMULA: Autoriza o afastamento para o exterior da docente Beatriz Rosana Gonçalves de Oliveira Toso, curso de Enfermagem, para participação do evento e apresentação de trabalhos científicos no "2026 International Council Of Nurses – NP/APN Network Conference", no Estados Unidos/ Tennessee/Nashville, período de realização: 14 a 17/09/2026; período de afastamento de 12 a 19/09/2026; ônus: Recursos Próprios, eprotocolo 25.926.334-4.
A Diretora do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, do Campus de Cascavel – UNIOESTE, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais,
Considerando a Resolução nº 210/2013-CEPE, de 05 de dezembro de 2013.
RESOLVE:
Art. 1º Autorizar o afastamento para o exterior da docente Beatriz Rosana Gonçalves de Oliveira Toso, curso de Enfermagem, para participação do evento e apresentação de trabalhos científicos no "2026 International Council Of Nurses – NP/APN Network Conference", no Estados Unidos/ Tennessee/Nashville, período de realização: 14 a 17/09/2026; período de afastamento de 12 a 19/09/2026; ônus: Recursos Próprios, eprotocolo 25.926.334-4.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e gera efeito a partir de 12 de setembro de 2026.
Publique-se.
Nelsi Salete Tonini
Diretora do Centro de Ciências
Biológicas e da Saúde

88488/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DA DIREÇÃO DO CAMPUS DE CASCAVEL
PORTARIA Nº 047/2026 - DGC

DATA: 1º de julho de 2026.
SÚMULA: Instaura Processo de Sindicância e designa seus membros.

O Diretor-Geral da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste Campus Cascavel, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;
De acordo com a Resolução n° 099/2023 – COU;
De acordo com a Lei Estadual n° 20.656/2021;
De acordo com o eProtocolo n° 26.175.905-5.

RESOLVE:

Art.1º- Instaurar Sindicância para apurar a situação dos bens móveis não encontrados relacionados no eProtocolo n° 26.175.905-5.

Art.2º – Designar os servidores Alfredo Back, CPF n° 395.XXX.XXX-49, Adriany Magali Malinowiski Santos, CPF n° 016.XXX.XXX-40 e Cássio Frederico Druziani, CPF n° 120.XXX.XXX-10, para compor a Comissão de Sindicância, sob a presidência do primeiro.

Art.3º – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial do Estado e revoga as Portarias n° 017, 018 e 019/2026-DGC.

GABINETE DA DIREÇÃO GERAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, CAMPUS CASCAVEL.

GEYSLER ROGIS FLOR BERTOLINI
Diretor-Geral Campus Cascavel

88486/2026

Universidade Estadual do Oeste do Paraná/*campus* de Toledo-PR
Portaria nº 006/2026 – CCSA: Art. 1º Autorizar o afastamento ao exterior das professoras: Dra. Debora Andrea Liessem Vigorena e Dra. Sandra Mara Pereira D'Arisbo, lotadas no Centro de Ciências Sociais Aplicadas – *Campus* de Toledo, no dia 04 de julho de 2026, para participarem de VISITA TÉCNICA (INTERNALIZACIÓN DE CARRERAS) NA UNIVERSIDAD NACIONAL DE CANINDEYU (PARAGUAY) (UNICAN), a realizar-se na cidade de Salto Del Guairá, no Estado de Canindeyú, no Paraguai. As despesas serão custeadas com recursos próprios. Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
Diuslene Rodrigues da Silva - Diretora Geral do Centro de Ciências Sociais Aplicadas

88500/2026

Secretaria da Cultura

RESOLUÇÃO SEEC Nº 073/2026

A Secretária de Estado da Cultura, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 47 da Lei nº 21.352, de 01 de janeiro de 2023 e Decreto n. 13.016, de 19/03/2026,

RESOLVE:

Retificar o Art. 1º da Resolução nº 065/2026, de 12 de Junho de 2026, publicada no DIOE nº 12165, de 16 de Junho de 2026, onde se lê: "entre os dias 06/07/2026 a 15/07/2026", leia-se: "entre os dias 13/07/2026 a 22/07/2026".

Curitiba, 02 de Julho de 2026.

Luciana Casagrande Pereira Ferreira
Secretária de Estado da Cultura

88206/2026

PORTARIA Nº 55/2026 – SEEC

Súmula: altera a Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais – COPPA e de Inventário da Secretaria de Estado da Cultura.

A Secretária de Estado da Cultura, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 47, da Lei n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e nos termos que dispõem os itens 02 e 07, anexo do Decreto Estadual n. 8.955, de 06/03/2018, no parágrafo único, inciso II, alínea "a", anexo do Decreto Estadual n. 3.888, de 21/01/2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais – COPPA e de Inventário da Secretaria de Estado da Cultura, para inclusão do responsável legal pelo Setor DDEC e formalizar a troca de responsabilidade de para um novo setor.
I – Andreas Kulczynskyj, nomeado pelo Decreto n.º 11.551, de 20 de outubro de 2025, ficará responsável pelo setor DDEC (Diretoria de Desenvolvimento da Economia da Cultura).
II – Giancarlo Sarot Merlin de Camargo, resolução SEAP 8135/2025, responsável apenas pelo setor UTEA (Unidade Técnica de Engenharia e Arquitetura).

Curitiba, 02 de julho de 2026.

Luciana Casagrande Pereira Ferreira
Secretária de Estado da Cultura

88502/2026

CCTG

PORTARIA n° 018/2026 – DIPRE/CCTG

O DIRETOR PRESIDENTE DO CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto no item 8.2 do Edital de Concurso nº 01/2026 e no protocolo n° 24.748.400-0**.**

RESOLVE:

Art 1. Designar os membros abaixo para comporem a Comissão de Avaliação do Edital de Concurso nº 01/2026 – 42ª Edição do Prêmio Troféu Gralha Azul.

§ 1º Os titulares:

I - Carine Rossane Piassetta Xavier, CPF 016.XXX.XXX-31;

II – Sara Cristina Da Costa, CPF 073.XXX.XXX-46;

III – Bruno Vaz De Mello Magalhães, CPF 000.XXX.XXX-00.

§ 2º O suplente:

I – Paulo Silveira Alves, CNPJ 05.XXX.XXX/0001-39.

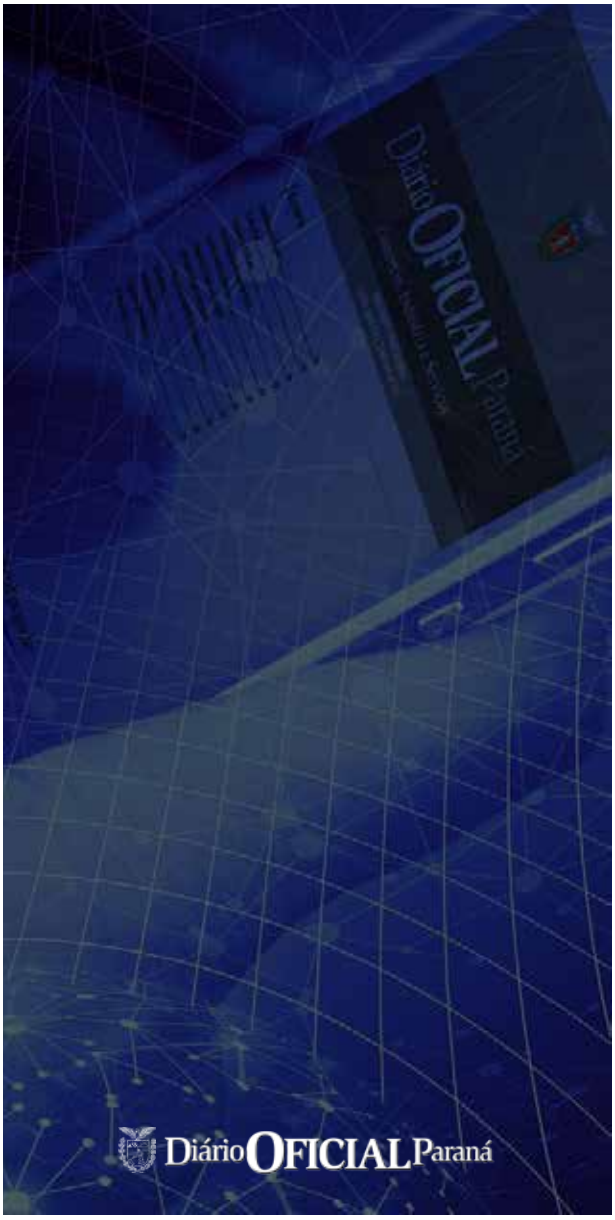
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE, em 03 de julho de 2026.

assinado eletronicamente

Cleverson Luiz Cavalheiro
Diretor-Presidente

88678/2026



Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

DESPACHO SECRETARIAL Nº 508/2026 – GS/SEDEF

Assunto: Autorização para exercício de atividades em regime de teletrabalho

1. Trata-se de solicitações de adesão ao regime de teletrabalho formuladas pelos servidores abaixo relacionados, precedidas de análise preliminar de elegibilidade pela Comissão Interna de Gestão do Teletrabalho – CIGT/SEDEF, instruídas com os respectivos Formulários de Manifestação de Interesse, Planos de Trabalho e demais documentos exigidos pela legislação aplicável.

2. Considerando que os servidores relacionados no presente Despacho foram submetidos à etapa preliminar de manifestação de pré-interesse para adesão ao regime de teletrabalho, tendo sido considerados aptos pela Comissão Interna de Gestão do Teletrabalho – CIGT/SEDEF para prosseguimento da instrução processual;

3. Considerando que, após a apresentação dos Formulários de Manifestação de Interesse, dos Planos de Trabalho e dos demais documentos exigidos, as Chefias Imediatas manifestaram-se favoravelmente quanto à compatibilidade das atividades e ao perfil dos servidores para o exercício das atividades em regime de teletrabalho;

4. Considerando que a Comissão Interna de Gestão do Teletrabalho – CIGT/SEDEF procedeu à análise definitiva da documentação apresentada, dos Planos de Trabalho e das atividades a serem desenvolvidas, manifestando-se favoravelmente à concessão do regime de teletrabalho aos servidores relacionados, pelo limite de 01 (um) dia semanal de teletrabalho, conforme registrado nos respectivos protocolos administrativos;

5. Considerando as disposições da Lei Estadual nº 19.776/2018, do Decreto Estadual nº 9.879/2021, da Resolução SEAP nº 13.718/2022, da Resolução Conjunta SEAP/SEDEF nº 200/2023 e da Resolução SEDEF nº 178/2026;

6. **AUTORIZO** a concessão do regime de teletrabalho aos servidores abaixo relacionados, nos termos dos respectivos Planos de Trabalho aprovados e vinculados aos protocolos administrativos correspondentes, observando-se o limite de 01 (um) dia semanal de teletrabalho, em consonância com a manifestação da Comissão Interna de Gestão do Teletrabalho – CIGT/SEDEF:

	PROTOCOLO	SERVIDOR(A)	LOTAÇÃO	PERÍODO
1.	25.821.151-0	Marcos Antonio da Silva	Núcleo Regional de Londrina	90 dias
2.	23.577.391-0	Rosina Aparecida Barros Ciofe	Núcleo Regional de Londrina	90 dias
3.	21.252.360-7	Graciene Marques Jubin	Núcleo Regional de Maringá	90 dias
4.	21.122.374-0	Vera Lucia Ceccon	Núcleo Regional de Paranavaí	90 dias
5.	21.113.887-4	Elesandra Pinto da Silva	Instância de Atuação Regional Avançada de Ivaiporã	90 dias
6.	25.885.616-3	Neldi Clarice Rossini	Núcleo Administrativo Setorial	90 dias
7.	22.502.361-1	Laís Rompatto Corrêa	Assessoria Técnica	90 dias
8.	21.162.742-5	Ligia Aparecida Consalter de Mello	Núcleo Regional de Maringá	90

7. A autorização de cada servidor encontra-se vinculada ao respectivo protocolo administrativo, ao Formulário de Manifestação de Interesse, ao Plano de Trabalho aprovado e às demais condições estabelecidas na legislação e regulamentação aplicáveis ao regime de teletrabalho.

8. Ressalto que a manutenção do regime de teletrabalho fica condicionada ao cumprimento integral das metas, atividades, entregas, indicadores de desempenho e demais obrigações pactuadas nos respectivos Planos de Trabalho, bem como à observância das normas que disciplinam a matéria.

9. Destaco, ainda, que o regime de teletrabalho não constitui direito adquirido do servidor, possuindo caráter discricionário e precário, podendo ser revogado, suspenso ou interrompido a qualquer tempo por interesse da Administração, necessidade do serviço, inadequação dos resultados apresentados, descumprimento das metas pactuadas, inobservância das obrigações funcionais, ausência de atendimento às convocações presenciais ou por qualquer outra hipótese prevista na legislação e regulamentação aplicáveis.

10. Os servidores autorizados permanecem sujeitos ao acompanhamento e à avaliação de desempenho pela Chefia Imediata, pela Comissão Interna de Gestão do Teletrabalho – CIGT/SEDEF e pelos demais mecanismos de controle e monitoramento instituídos pela Administração, devendo observar integralmente as disposições constantes da Lei Estadual nº 19.776/2018, do Decreto Estadual nº 9.879/2021, da Resolução SEAP nº 13.718/2022, da Resolução Conjunta SEAP/SEDEF nº 200/2023 e da Resolução SEDEF nº 178/2026.

11. PUBLIQUE-SE.

12. Ao NRHS/SEDEF, para demais providências.

Curitiba, 2 de julho de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, em exercício

88198/2026

RESOLUÇÃO SEDEF Nº 493, DE 02 DE JULHO DE 2026

Habilitação de município para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5°, III e art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 109/2023 -SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e 198/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município abaixo relacionado, conforme art. 6º da Resolução nº 109/2023 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e nº 198/2025 – SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, destinado a prover a infraestrutura adequada dos equipamentos da Política de Assistência Social, por meio do financiamento para execução das obras, com o objetivo de melhoria no atendimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

Município	Equipamento
Catanduvas	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de julho de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

88156/2026

RESOLUÇÃO SEDEF N.° 494, DE 02 DE JULHO DE 2026

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA,** *em exercício*, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, inciso III e pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023,

Considerando a Lei Estadual nº 22.159 de 30 de outubro de 2024, regulamentada pelo Decreto nº 9.773 de 29 de abril de 2025, que tem como finalidade a entrega de bens de consumo e/ou equipamentos diversos para instituições sem fins lucrativos, tendo por objetivo atender as políticas públicas voltadas à garantia de direitos e o desenvolvimento social;

Considerando a Resolução nº 630/2025 – SEDEF, que estabelece os critérios para participação dos municípios no Programa Fortalece Paraná;

Considerado a Resolução nº 019/2026 – SEDEF que dispõe sobre a homologação da não adesão dos municípios no Programa Fortalece Paraná,

RESOLVE:

Art. 1º Classificar de acordo com o parágrafo único do Art. 3° da Resolução 630/2025 – SEDEF, os municípios abaixo elencados no Programa Fortalece Paraná:

N°	Municípios
1	Assaí

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

2	Assis Chateaubriand
3	Bela Vista do Paraíso
4	Campo Largo
5	Castro
6	Colorado
7	Coronel Vivida
8	Dois Vizinhos
9	Guaratuba
10	Ibaiti
11	Imbituva
12	Itaperuçu
13	Mamborê
14	Mandaguari
15	Marmeleiro
16	Missal
17	Nova Esperança
18	Pitanga
19	Primeiro de Maio
20	Rio Negro
21	Salto do Lontra
22	Santa Tereza do Oeste
23	Santo Antônio da Platina
24	São João
25	Sertanópolis
26	Tamarana
27	Três Barras do Paraná
28	Ubiratã
29	União da Vitória

Art. 2º Os municípios elencados no Art. 1° poderão, mediante adesão ao programa, receber 1 (um) ou 2 (dois) kits, conforme capacidade orçamentária e administrativa da SEDEF.

Art. 3° A entrega dos bens de consumo ou equipamentos será realizada em etapas, a fim de garantir que os bens sejam disponibilizados de maneira coordenada e eficiente, conforme o interesse público estabelecido no inciso I do §1º do art. 2º da Lei n° 22.159 de 30 de outubro de 2024.

Art. 4° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de julho de 2026.
Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

88143/2026

DESPACHO SECRETARIAL N.º 509/2026 – SEDEF

Protocolo nº 24.512.645-0
Assunto: Programa Caixa-d'Água Boa Família Paranaense
I. **AUTORIZO**, com base no Parecer Técnico n° 154/2026 da Coordenação de Programas e Projetos Sociais (Mov. 93), bem como, na Informação Técnica nº 517/2026 – SEDEF/AT (Mov. 95), a **concessão do auxílio financeiro** a 21 (vinte e uma) famílias do Município de **Figueira**, beneficiárias do Programa Caixa D' Água Boa, regido pelos Decretos nº 7.856/2017 e suas alterações, tendo em vista a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 88-90), a realização da despesa no valor de **R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).**
II. **PUBLIQUE-SE**, de acordo com as normas vigentes.
III. Após, à SEDEF/NFS para concessão do auxílio financeiro.

Curitiba, 01 de julho de 2026.
Luiza Simonelli
Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

88201/2026

PORTARIA N.º 003/2026

A DIRETORA GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, publicada no DIOE nº 11.328, de 1º de janeiro de 2023, nomeada pelo Decreto nº 118, de 12 de janeiro de 2023, publicado no DIOE nº 11.337, de 12 de janeiro de 2023 e considerando a Orientação Técnica nº 009/2026 da Secretaria de Estado do Administração e Previdência - SEAP

RESOLVE:

Art. 1º Afastar**,** o servidor Francisjones Cavalcanti, **CPF nº 633.xxx.xxx-04**, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Motorista, a partir de 03 de julho de 2026 para concorrer ao Pleito Eleitoral de 2026, conforme pedido contido no Protocolo nº 26.136.413-1.

Curitiba, 02 de julho de 2026

Luiza Simonelli
Diretora Geral
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família-SEDEF

88115/2026

DESPACHO SECRETARIAL nº 522/2026 – GS/SEDEF

Protocolo nº 25.797.332-8
Assunto: Termo Aditivo – Prorrogação de Vigência Contratual nº 045/2022 – Locação de Imóvel
1. **AUTORIZO** com fulcro no inciso III do artigo 5º da Lei nº 21.352/2023, bem como no art. 103 da Lei 15.608/2007 e com base na Solicitação de Prorrogação de Locação de Imóvel (Mov. 38), no Termo de Concordância do proprietário na prorrogação (Mov. 33), na pesquisa de vantajosidade (mov. 26-29), na Justificativa e demais declarações do

Núcleo Regional de União da Vitória (Mov. 34), Lista de Verificação (Mov. 74), bem como na Informação Técnica n° 518/2026-SEDEF/AT (Mov. 76), que atestaram formal e legalmente o procedimento em comento, **a formalização do Quarto Termo Aditivo de Prorrogação de Vigência do Contrato Administrativo n° 045/2022** pelo prazo de **12 (doze) meses**, **com início em 19/08/2026 e término em 18/08/2027**, firmado com a locadora **ANTÔNIA FAGUNDES CARNEIRO, inscrita no CPF sob o n° ***.334.229-**,** do imóvel que abriga a Instância de Atuação Regional Avançada de União da Vitória, permanecendo o **valor mensal de R$ 5.642,22 (cinco mil e seiscentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos),** perfazendo o **valor total de até R$ 67.706,64 (sessenta e sete mil e setecentos e seis reais e sessenta e quatro centavos) para o período de 12 meses**, conforme disposto na Cláusula Segunda do presente Termo Aditivo (Mov. 73), e a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros (Mov. 65-67).

2. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEDEF proceder ao apensamento destes autos (e das demais prorrogações que eventualmente forem formalizadas) no protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEDEF, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da assinatura do presente Termo Aditivo, as habilitações fiscais e trabalhistas, as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS) válidas e sem pendências.

3. Ao NAS/SEDEF para os trâmites necessários à formalização do Termo Aditivo.

4. É o despacho.

Curitiba, 2 de julho de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, ***em exercício***

88215/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 523/2026 – GS/SEDEF

Protocolo nº 24.841.608-4

Assunto: Autorização de despesa

I. **AUTORIZO,** com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando as Resoluções nº 212/2024 – SEDEF e nº 029/2025-SEDEF, e com base no Despacho nº 629/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 74) e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 75-77), a realização da despesa no valor de R$ 398.872,40 (Trezentos e noventa e oito mil e oitocentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), referente a 20% (vinte por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **Jataizinho** – Segunda parcela.

II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF;

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 2 de julho de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

88158/2026

DESPACHO SECRETARIAL Nº 524/2026 – GS/SEDEF

Protocolo nº 26.093.119-9

Assunto: Autorização de despesa. Repasse fundo a fundo

I. **AUTORIZO,** com fulcro na Lei Estadual nº 17.544, de 17 de abril de 2023 que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social em atendimento ao disposto nos incisos I e II do art. 13 da Lei Federal nº 8.743/1993; considerando a Deliberação nº 014/2026 do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR), que aprova o repasse de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social para construção de CRAS e CREAS; considerando a Resolução nº 109/2023 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e nº 198/2025-SEDEF, que dispõe sobre a regulamentação do Incentivo Financeiro, destinados a prover a infraestrutura adequada para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por meio de financiamento para execução das obras, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento da política de assistência social à população; com base no Despacho nº 518/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 34), na Informação Técnica nº 165/2026 - DPSB/CPAS/SEDEF da Divisão de Proteção Social Básica (mov. 35), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 29-31), a realização da despesa no valor de até R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de **Catanduvas**.

II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 10 da Resolução nº 109/2023 – SEDEF e suas alterações;

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 2 de julho de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, em exercício

88160/2026

DESPACHO SECRETARIAL nº 525/2026 – GS/SEDEF

Assunto: Autorização de despesa. Primeira parcela do incentivo financeiro para construção de creche.

Protocolo: nº 25.550.086-4

1. **AUTORIZO,** com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 276/2026 (Mov. 86) e no Despacho nº 627/2026 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 79), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 80-82), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de **São Pedro do Paraná**.

2. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;

3. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

4. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 2 de julho de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, em exercício

88218/2026

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 616/2026

Protocolo nº 26.095.008-8.

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "MODERNIZAÇÃO ESCOLAR", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JORGE DO IVAÍ. A proposta tem origem nas Emendas Parlamentares nº 2264 2550 e 1332 aprovadas pela Lei Estadual nº 22.952 de 17 de dezembro de 2025.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JORGE DO IVAÍ além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 02 de julho de 2026

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, ***em exercício***

88169/2026

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 617/2026

Protocolo nº 26.137.771-3.

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "INCLUSÃO ATRAVÉS DO BRINCAR", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MANOEL RIBAS. A proposta tem origem nas Emendas Parlamentares nº 824 e 1969 aprovadas pela Lei Estadual nº 22.952 de 17 de dezembro de 2025.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MANOEL RIBAS além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 02 de julho de 2026

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

88170/2026

RESOLUÇÃO SEDEF nº 495, DE 02 DE JULHO DE 2026

Habilitação de município para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA** em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, inciso III e art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF,

RESOLVE:

Art. 1º Habilitar o município de **São Pedro do Paraná**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de julho de 2026.

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, em exercício

88217/2026

RESOLUÇÃO SEDEF nº 496 DE 02 DE JULHO DE 2026

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5°, III da Lei Estadual n° 21.352 de 1º de janeiro de 2023, com fundamento no art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, assim como considerando o contido no protocolo n.º 26.059.268-8,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **JOELSON DE MORAES RIBAS,** inscrito no CPF/MF sob nº ***.233.939-**, como gestor do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO CANAÃ DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**, inscrita no CNPJ Nº 76.907.443/0001-22, destinado à execução do projeto aprovado "**REGANDO VÍNCULOS**", no valor de **R$ 298.937,40 (duzentos e noventa e oito mil, novecentos e trinta e sete reais e quarenta centavos)**, com as atribuições constantes no Art. 69 e incisos do Decreto Estadual nº 3513/2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de julho de 2026

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

88634/2026

RESOLUÇÃO SEDEF nº 497 DE 03 DE JULHO DE 2026

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA** *em exercício*, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5°, III, com fundamento no art. 46 da Lei Estadual n° 21.352 de 1º de janeiro de 2023, assim como considerando o contido no protocolo n.º 26.076.111-0,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Janine Luswargui Pereira Lima,** inscrita no **CPF nº 021.XXX.XXX-47**, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MATINHOS,** inscrita no CNPJ Nº 80.299.480/0001-72, destinado à execução do projeto aprovado **"ENCURTANDO BARREIRAS PARA PROMOÇÃO, DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA"**, com recursos do FIA/PR, no valor de **R$ 168.823,33 (cento e sessenta e oito mil oitocentos e vinte e três reais e trinta e três centavos)** com as atribuições constantes no Art.69 e incisos do Decreto Estadual nº 3513/2016.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de julho de 2026

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

88573/2026

RESOLUÇÃO SEDEF nº 498 DE 03 DE JULHO DE 2026

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA** *em exercício*, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5°, III, com fundamento no art. 46 da Lei Estadual n° 21.352 de 1º de janeiro de 2023, assim como considerando o contido no protocolo n.º 25.592.302-8,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Raquel Fernandes Vilaça Amancio,** inscrita no **CPF nº 084.XXX.XXX-39**, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARARUNA,** inscrita no CNPJ Nº 76.715.010/0001-75, destinado à execução do projeto aprovado **"FORTALECER PARA CUIDAR: PROJETO DE AMPLIAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DA APAE"**, com recursos do FIA/PR, no valor de **R$ 146.222,90 (cento e quarenta e seis mil duzentos e vinte e dois reais e noventa centavos)** com as atribuições constantes no Art.69 e incisos do Decreto Estadual nº 3513/2016.

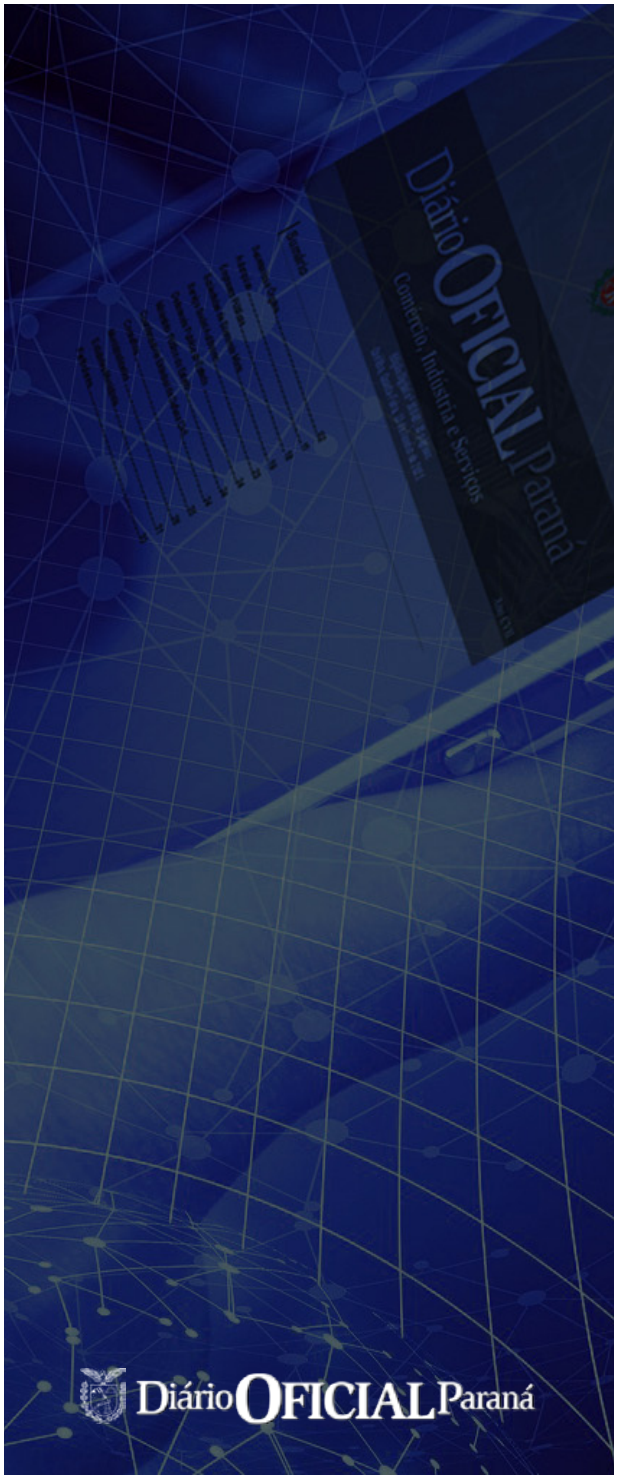
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de julho de 2026

Luiza Simonelli

Secretária de Estado do Desenvolvimento Social e Família, *em exercício*

88676/2026



Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

IAT

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 03 JULHO DE 2026

Súmula: Estabelece critérios, procedimentos, trâmites administrativos e premissas para o Licenciamento Ambiental de Criadouros Comerciais e Estabelecimentos Comerciais de fauna silvestre nativa e/ou exótica.

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415 de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022;

Considerando que a proteção do meio ambiente é um dever do Poder Público Estadual, conforme dispõe o art. 207, § 1º, da Constituição Estadual do Paraná;
Considerando o contido na Política Nacional de Meio Ambiente - Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e nas resoluções CONAMA de nº 01/1986, 237/1997 e 377/2006, as quais disciplinam o Sistema de Licenciamento Ambiental, estabelecendo procedimentos e critérios, visando à melhoria contínua e o aprimoramento da gestão ambiental;
Considerando o disposto na Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, sob nº 237, de 19 de dezembro de 1997 que dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental;
Considerando a Resolução CONAMA nº 487, de 15 de maio de 2018, que define os padrões de marcação de animais da fauna silvestre, suas partes ou produtos, em razão de uso e manejo em cativeiro de qualquer tipo;
Considerando a Resolução CONAMA nº 489, de 26 de outubro de 2018, que define as categorias de atividades ou empreendimentos e estabelece critérios gerais para a autorização de uso e manejo, em cativeiro, da fauna silvestre e da fauna exótica;
Considerando que a Política Nacional da Biodiversidade, implementada pelo Decreto Federal n° 4.339, de 22 de agosto de 2002, tem entre seus princípios promover incentivos para a conservação da biodiversidade e sua utilização sustentável e entre suas diretrizes e objetivos específicos que a conservação *ex situ* deve dar ênfase às espécies ameaçadas e às espécies com potencial de uso econômico;
Considerando que a Lei Complementar Federal nº 140, de 08 de dezembro de 2011, nos termos dos incisos XIV e XIX do artigo 8º, estabelece a competência dos entes estaduais quanto ao licenciamento ambiental de criadouros da fauna silvestre e demais atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;
Considerando a Lei Federal n° 15.190 de 08 de agosto de 2025, a qual corresponde ao marco legislativo federal que estabeleceu normas gerais unificadas para o licenciamento ambiental;
Considerando que a Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, define as finalidades básicas do Instituto Água e Terra, estabelecido nos termos dos incisos III e X do artigo 3º, a competência para proceder ao licenciamento de empreendimentos que fazem uso e manejo de fauna nativa ou exótica em condição *ex situ*;
Considerando a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024, que dispõe sobre normas gerais para o licenciamento ambiental no Estado do Paraná, e dá outras providências;
Considerando o Decreto Estadual nº 9541, de 11 de abril de 2025, o qual regulamentou a Lei Estadual nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024.

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer critérios, procedimentos, trâmites administrativos e premissas para o licenciamento ambiental de criadouros comerciais e estabelecimentos comerciais de fauna silvestre nativa e/ou exótica.

Parágrafo único. Esta Instrução Normativa não se aplica:
- **I.** aos empreendimentos que mantenham, reproduzam ou comercializam exclusivamente as espécies listadas em seu Anexo I, as quais são isentas da obtenção de Licenciamento Ambiental e Autorização de Uso e Manejo, devendo respeitar as normas que a elas se apliquem;
- **II.** aos criadouros de serpentes, cuja finalidade seja a produção, extração e comercialização da peçonha para quaisquer fins, para os quais será redigida norma específica;
- **III.** à produção ou comercialização exclusiva de partes, produtos e subprodutos de fauna, curtumes e abatedouros da fauna silvestre, nativa e/ou exótica;
- **IV.** à atividade de meliponicultura, a qual deve respeitar legislação específica.

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa entende-se por:
- **I.** animal de estimação: espécime da fauna nativa ou exótica, oriundo de criadouro comercial autorizado e/ou licenciado, mantido sob cuidados humanos para fins de companhia, convívio familiar, canto ou ornamentação sem objetivo de reprodução, abate ou uso científico e/ou laboratorial;
- **II.** autorização de uso e manejo (AM): ato administrativo emitido pelo IAT, complementar à LO ou LAS, que especifica as espécies permitidas para o empreendimento e suas respectivas finalidades de uso;
- **III.** bem-estar: indica como um animal está lidando com as condições em que vive, sendo consideradas boas condições de bem-estar - referendado por parâmetros técnicos compatíveis com a manutenção *ex situ* da espécie - se estiver saudável, confortável, bem nutrido e seguro;
- **IV.** cadastro de empreendimentos de fauna silvestre (CEFAS): formulário disponibilizado pelo órgão ambiental que permite ao interessado preencher os dados básicos do empreendimento de fauna que pretende licenciar;
- **V.** comercialização de espécimes: ato de vender, comprar ou permutar espécimes da fauna nativa ou exótica, originários de criadouros comerciais legalmente estabelecidos, mediante a transferência de propriedade;
- **VI.** condição *ex situ*: condição caracterizada pela manutenção de animais sob o controle e cuidado humano, fora do habitat natural da espécie;
- **VII.** condição *in situ*: condição caracterizada pela ocorrência de animais em seu hábitat, podendo ou não haver interferência e/ou controle humano;
- **VIII.** condicionantes: medidas, condições ou restrições sob responsabilidade do empreendedor, estabelecidas no âmbito das licenças ambientais pela autoridade licenciadora, com vistas a mitigar ou compensar os impactos ambientais negativos e potencializar os impactos positivos identificados nos estudos ambientais, devendo guardar relação direta e proporcional com os impactos neles identificados;
- **IX.** conservação *ex situ*: estratégia de preservação e/ ou recuperação de espécies, principalmente daquelas ameaçadas de extinção, envolvendo populações não naturais, ou seja, fora do hábitat, com a utilização de técnicas de reprodução *ex situ* aplicadas tanto em criadouros como em jardins zoológicos, e que visa principalmente a conservação do banco genético dessas espécies;
- **X.** criador amador de passeriformes nativos: pessoa física que mantém e reproduz em cativeiro, sem finalidade comercial e em escala limitada, espécimes de passeriformes da fauna nativa do Brasil, regulados segundo a Lei estadual nº 19.745, de 11 de dezembro de 2018, e a Portaria IAP nº 174, de 02 de setembro de 2015;
- **XI.** criadouro comercial: empreendimento mantido por pessoa física ou jurídica, projetado para manter e/ou reproduzir espécies da fauna nativa e/ou da fauna exótica, com objetivo de produzir e comercializar espécimes vivos, produtos e subprodutos para as mais diversas finalidades;
- **XII.** empreendedor: pessoa física ou jurídica, responsável por atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental;
- **XIII.** espécie: conjunto de indivíduos semelhantes e com potencial reprodutivo entre si, capazes de originar descendentes férteis, incluindo aqueles que se reproduzem por partenogênese;
- **XIV.** espécime: qualquer indivíduo que pertence a uma espécie;
- **XV.** espécie doméstica: espécie que, a partir da seleção artificial de características desejáveis, a exemplo de melhoramento zootécnico, bem como utilização de técnicas tradicionais de manejo, adquiriu características biológicas e comportamentais em estreita dependência do homem, podendo apresentar fenótipos variáveis, diferentes ou não do apresentado na espécie silvestre que a originou;
- **XVI.** espécie exótica: espécie cuja distribuição geográfica original não inclui o território brasileiro, excetuando-se as espécies domésticas;
- **XVII.** espécie nativa: espécie cuja distribuição geográfica original inclui o território brasileiro e suas águas jurisdicionadas;
- **XVIII.** estabelecimento comercial de fauna: são empreendimentos licenciados para adquirir, manter, expor à venda e comercializar espécimes vivos da fauna nativa ou exótica, comprovadamente originários de criadouros comerciais de fauna nativa e exótica devidamente licenciados e/ou

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

autorizados;

XIX. estudos ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de um empreendimento e/ou atividade, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, a exemplo de relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo,plano de recuperação de área degradada e programa de gerenciamento de riscos ambientais;

XX. falcoaria: arte de adestrar aves de rapina para captura ou afugentamento de presas em vida livre, cujas técnicas podem ser utilizadas para controle de populações de espécies-alvo, reabilitação, enriquecimento ambiental e educação ambiental;

XXI. fauna doméstica: conjunto de espécies consideradas como domésticas, listadas no Anexo I;

XXII. fauna exótica: conjunto de espécies cuja distribuição geográfica original não inclui o território brasileiro ou suas águas jurisdicionadas, excetuando-se para fins de gestão das espécies aquelas listadas no Anexo I desta Instrução;

XXIII. fauna *ex situ*: conjunto de animais mantidos fora do hábitat da espécie, sob o controle e cuidado humano;

XXIV. fauna *in situ*: conjunto de animais que vivem e desempenham seus processos ecológicos em seu hábitat;

XXV. fauna nativa: conjunto de espécies cuja distribuição geográfica original inclui o território brasileiro e suas águas jurisdicionadas - sinônimo de fauna brasileira;

XXVI. fauna silvestre: conjunto de espécimes, em qualquer fase do seu desenvolvimento, que vivem em seu habitat natural;

XXVII. impacto ambiental: qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas no meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente, bem como a qualidade dos recursos ambientais;

XXVIII. licença ambiental: é o ato administrativo pelo qual são estabelecidas as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar,ampliar e operar empreendimentos e/ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação e/ou modificação ambiental;

XXIX. licenciamento ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, verificando a satisfação das condições legais e técnicas, delibera quanto à localização, instalação, ampliação, operação e encerramento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras, ou daquelas que, sob qualquer forma, possam vir a causar degradação e/ou modificação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

XXX. marcação individual: sistema que utiliza anilhas, *microchips* (*transponders*) ou outros tipos de dispositivos que permitam a identificação de cada espécime individualmente no plantel, viabilizando a rastreabilidade e o controle de origem dos espécimes para fins de manejo ou de fiscalização;

XXXI. medidas compensatórias: ações aplicadas para compensar, de forma geral, os prejuízos e danos ambientais efetivos advindos de atividade modificadora do ambiente, por meio das quais o poluidor é obrigado a proceder a compensação da degradação por ele promovida, devidamente justificado pelo órgão ambiental competente, devendo guardar relação direta ou indireta e proporcional com os impactos identificados, a qual deverá ser aplica, preferencialmente, na(s) localidade(s) e/ou município(s) afetado(s), sem prejuízo da medida compensatória prevista no art. 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000;

XXXII. medidas mitigadoras: são aquelas estabelecidas antes da instalação do empreendimento, e visam a redução dos efeitos provenientes dos impactos socioambientais negativos gerados por tal ação;

a) A definição das medidas mitigadoras devem ser realizadas em conjunto com os demais profissionais envolvidos na elaboração dos projetos do empreendimento, a fim de obter soluções viáveis para amenizar os impactos socioambientais.

XXXIII. modalidades de licenciamento ambiental: tipo de processo administrativo que varia de acordo com a natureza, a localização, o porte e o potencial poluidor/degradador dos empreendimentos e/ou atividades;

XXXIV. parte ou produto da fauna: pedaço ou fração de um elemento de origem animal que não tenha sido beneficiado a ponto de alterar sua característica, forma ou propriedade primária, a exemplo de carcaça, carne, víscera, gordura, ovo, asa, pele, pelo, pena, pluma, osso, chifre, corno, sangue, glândula, veneno, entre outros;

XXXV. projeto de controle de poluição ambiental (PCPA): projeto geralmente apresentado no momento da solicitação da Licença de Instalação, devendo contemplar todas as medidas e equipamentos para mitigação da poluição em todos os seus aspectos, podendo estar inserido no Plano de Controle Ambiental (PCA);

XXXVI. porte do empreendimento: dimensionamento do empreendimento com base em critérios pré-estabelecidos, de acordo com a tipologia de atividade/empreendimento;

XXXVII. potencial poluidor / degradador: é a avaliação qualitativa e quantitativa da capacidade do empreendimento e/ou atividade causar impacto ambiental negativo no meio ambiente;

XXXVIII. recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

XXXIX. relatório ambiental simplificado (RAS): estudo concernente aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentados como subsídio para a concessão da licença prévia requerida e que deverá contemplar, dentre outros aspectos, as informações relativas ao diagnóstico ambiental da região de inserção do empreendimento, sua caracterização, a identificação dos impactos ambientais e das medidas de controle, de mitigação e de compensação, nos termos do estabelecido pela Resolução CONAMA nº 279/2001;

XL. sinantrópicos: animais de espécies nativas, exóticas ou domésticas que utilizam recursos de áreas antrópicas, de forma transitória em seu deslocamento como via de passagem ou local de descanso, ou permanente, utilizando-as como área de vida;

XLI. SISFAUNA: sistema informatizado de abrangência nacional, desenvolvido e mantido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, para permitir a gestão compartilhada da fauna nativa e da fauna exótica em condição *ex situ*, podendo ser acessado pela internet;

XLII. sistema intensivo: sistema baseado na criação de animais concentrados em uma determinada área, delimitada, com alta capacidade natural de suporte alimentar ou mantidos em condições de manejo em que recebam integralmente dieta produzida e preparada artificialmente;

XLIII. sistema semi-intensivo: sistema em que os animais são criados em áreas delimitadas, com disponibilidade de alimentos naturais e recebem algum tipo de suplemento alimentar em sua dieta;

XLIV. termo de ajustamento de conduta (TAC): instrumento que tem por finalidade estabelecer obrigações do compromissário em decorrência de sua responsabilidade administrativa e civil, de forma a ajustar a sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial;

XLV. termo de referência (TR): documento único emitido pelo órgão ambiental competente, que estabelece o conteúdo dos estudos a serem apresentados pelo empreendedor no âmbito do processo de licenciamento ambiental para avaliação dos impactos ambientais decorrentes da atividade ou empreendimento; e

XLVI. termo de transferência: documento pelo qual o proprietário de animal da fauna nativa ou exótica, adquirido de empreendimento devidamente autorizado, transfere a sua propriedade a terceiro, por venda ou doação.

CAPÍTULO II
DAS CATEGORIAS E FINALIDADES DE USO DA FAUNA NATIVA E/OU EXÓTICA *EX SITU*

Seção I
Das categorias de empreendimento

Art. 3º Para fins desta Instrução Normativa, os empreendimentos que fazem uso e manejo de espécies da fauna nativa e/ou exótica das Classes Mammalia (mamíferos), Aves (aves), Reptilia (répteis), Amphibia (anfíbios), Insecta (insetos) e Aracnida (aranhas e escorpiões) em condição *ex situ,* correspondem às seguintes categorias:

I. criadouro comercial de fauna nativa e exótica;

II. estabelecimento comercial de fauna nativa e exótica.

Art. 4º Os empreendimentos que utilizam ou manejam exclusivamente espécies da fauna doméstica, relacionadas no ANEXO I, ficam dispensados de licenciamento ambiental específico de fauna, conforme disciplinado nesta Instrução.

Parágrafo único. Os empreendimentos referidos no *caput*, quando se tratarem de atividades agropecuárias, serão licenciados segundo as normas específicas do IAT ou, conforme o caso, segundo as normas do município onde estão localizados.

Seção II
Das finalidades de uso da fauna *ex situ*

Art. 5º Os criadouros comerciais de fauna silvestre nativa e exótica tem como finalidade:

I. Fornecimento de espécimes vivos para:
- **a)** manutenção como animal de estimação;
- **b)** composição ou recomposição de planteis de outros criadouros comerciais, de criadouros conservacionistas, de criadouros científicos, de jardins zoológicos e aquários, de borboletários, de mantenedouros de fauna e de criadores amadores de passeriformes nativos desde que devidamente autorizados para manejar estas espécies;
- **c)** reintrodução na natureza ou revigoramento populacional de espécies ameaçadas de extinção;
- **d)** refaunação em projetos de recuperação ambiental ou de restauração dos processos naturais e da biota;
- **e)** exportação;
- **f)** educação ambiental;
- **g)** manejo de aves de rapina e falcoaria;
- **h)** uso em eventos, feiras ou exposições, por tempo determinado, fora do empreendimento;
- **i)** uso laboratorial ou para pesquisas científicas;
- **j)** uso como alimento para outros animais;
- **k)** abate.

II. Manejo de espécimes para:
- **a)** produção ou extração de produtos ou subprodutos, no próprio criadouro, sem necessidade de abate dos animais;
- **b)** captação de imagens a serem veiculadas em programas de televisão, documentários, propagandas, cinema e assemelhados;
- **c)** participação em torneios de canto, competições de conformação e beleza, campeonatos e eventos similares devidamente autorizados;
- **d)** fins didáticos ou de educação ambiental;
- **e)** falcoaria;
- **f)** execução de projetos de reprodução e conservação *ex situ*, no próprio criadouro, com o objetivo de manter repositórios genéticos viáveis, de espécies ameaçadas de extinção ou pouco conhecidas na natureza; e
- **g)** suporte a ações dos órgãos ambientais, visando a formação ou recomposição do plantel reprodutor ou a manutenção de banco genético.

§ 1º Sempre que houver necessidade ou relevância ambiental, o ANEXO II será revisado pelo Instituto Água e Terra – IAT.

§ 2º A criação ou manutenção de javalis (*Sus scrofa scrofa*) e seus híbridos, por criadouros comerciais, independente da finalidade, está suspensa por tempo indeterminado.

Art. 6º Os estabelecimentos comerciais de fauna silvestre nativa e exótica fornecem espécies vivas com a finalidade de:

I. Fornecimento de espécimes vivos para:
- **a)** manutenção como animal de estimação;
- **b)** composição ou recomposição de planteis de outros criadouros comerciais, de criadouros conservacionistas, de criadouros científicos, de jardins zoológicos e aquários, de borboletários, de mantenedouros de fauna e de criadores amadores de passeriformes nativos desde que esses empreendimentos estejam devidamente autorizados para manejar estas espécies em questão;
- **c)** reintrodução na natureza ou revigoramento populacional de espécies ameaçadas de extinção;
- **d)** refaunação em projetos de recuperação ambiental ou de restauração dos processos naturais e da biota;
- **e)** exportação;
- **f)** educação ambiental;
- **g)** manejo de aves de rapina e falcoaria;
- **h)** uso em eventos, feiras ou exposições, por tempo determinado, fora do empreendimento;
- **i)** uso laboratorial ou para pesquisas científicas;
- **j)** uso como alimento para outros animais; e
- **k)** abate.

CAPÍTULO III
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Seção I
Das definições gerais

Art. 7º O licenciamento ambiental dos empreendimentos de fauna quanto ao uso de recursos naturais e seu potencial poluidor é de competência do órgão ambiental estadual, que expedirá os seguintes atos administrativos:

I. autorização de uso e manejo (AM): ato administrativo, complementar à LO ou LAS, que especifica as espécies permitidas para o empreendimento e suas respectivas finalidades de uso;
II. autorização de coleta/captura de espécimes, ovos e larvas da fauna silvestre para formação de plantel, soltura de espécimes e outras;
III. autorização de transporte de fauna (ATF): autoriza o transporte de animais da fauna nativa ou exótica apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente às autoridades competentes, bem como o transporte de animais da fauna nativa ou exótica entre estabelecimentos autorizados;
IV. licença ambiental simplificada (LAS): aprova a localização e a concepção do empreendimento, atividade ou obra de micro a pequeno porte e/ou que possuam baixo potencial poluidor/degradador, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua instalação e operação, permitindo o uso e o manejo de espécimes da fauna nativa e/ou da fauna exótica, de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo IAT;
V. licença ambiental simplificada de ampliação (LASA): aprova a localização e a concepção de ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença Ambiental Simplificada - LAS, desde que a somatória do porte da estrutura existente acrescida da estrutura a ser licenciada não ultrapasse o limite estabelecido para a referida licença em normas específicas, caso contrário estará sujeito à Licença Prévia de Ampliação - LPA;
VI. licença ambiental simplificada de regularização (LASR): concedida para empreendimentos e/ou atividades enquadrados como LAS e que estejam operando sem o devido licenciamento ambiental, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;
VII. licença prévia (LP): concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento e/ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
VIII. licença prévia de ampliação (LPA): concedida na fase preliminar do planejamento de ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença de Operação - LO - ou de Licença Ambiental Simplificada - LAS, que necessitam de licenciamento específico para a parte ampliada ou alterada, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
IX. licença de instalação (LI): autoriza a instalação do empreendimento e/ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivos

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

determinantes;

X. licença de instalação de ampliação (LIA): autoriza a instalação de ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença Prévia de Ampliação - LPA, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivos determinantes;

XI. licença de instalação de regularização (LIR): concedida para empreendimentos e/ou atividades que estejam em instalação de forma irregular, sem o devido licenciamento ambiental, atestando sua viabilidade ambiental, bem como autorizando sua implantação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental, e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos para a Licença de Operação - LO;

XII. licença de operação (LO): autoriza a operação de empreendimentos e/ou atividades após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação;

XIII. licença de operação de ampliação (LOA): autoriza a operação das ampliações ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades, conforme estabelecidas em Licença Prévia de Ampliação - LPA e/ou Licença de Instalação de Ampliação - LIA, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação;

XIV. licença de operação de regularização (LOR): concedida para empreendimentos e/ou atividades que estejam operando de forma irregular, sem o devido licenciamento ambiental, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autorizando sua operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão licenciador competente;

XV. certidão de renovação por prorrogação automática de licença ambiental - CRAL: concedida de forma automática, atestando que está em análise técnica a solicitação de renovação da licença ambiental, ficando automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão licenciador competente, desde que a solicitação de renovação da licença do empreendimento tenha sido protocolada com antecedência mínima de 120 dias antes do vencimento;

XVI. outorga: ato administrativo mediante o qual a autoridade outorgante declara a disponibilidade de água para os usos requeridos e faculta ao outorgado o direito de uso de recurso hídrico, por prazo determinado, nos termos e nas condições expressas no respectivo ato.

Seção II
Das modalidades de licenciamento ambiental

Art. 8º Constituem modalidades de licenciamento ambiental:

I. licenciamento ambiental trifásico: licenciamento no qual a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO) do empreendimento são concedidas em etapas sucessivas;

II. licenciamento ambiental bifásico: licenciamento no qual o empreendimento não estará sujeito a todas as etapas, podendo ser:

a. licenciamento de ampliações e/ou diversificações do empreendimento que não impliquem no aumento do seu potencial poluidor e/ou degradador do meio ambiente, no qual a Licença Prévia de Ampliação (LPA) e a Licença de Operação de Ampliação (LOA) são concedidas em etapas sucessivas, sem a necessidade de Licença de Instalação de Ampliação (LIA);

b. licenciamento no qual a Licença Prévia e a Licença de Instalação do empreendimento e/ou atividade são concedidas em etapas sucessivas, sempre que não houver necessidade de Licença de Operação;

III. licenciamento ambiental monofásico, podendo ser correspondendo à Licença Ambiental Simplificada (LAS):

IV. licenciamento ambiental de regularização: licenciamento visando à regularização ambiental de empreendimentos e/ou atividades potencialmente poluidoras/degradadoras do meio ambiente, em instalação ou em operação, que se enquadrem em uma das hipóteses seguintes:

a. nunca obtiveram licenciamento;

b. estejam em funcionamento em desacordo com a licença obtida;

c. cuja implantação ou funcionamento tenha ocorrido anteriormente à obrigatoriedade do licenciamento ambiental estabelecido em legislação vigente.

V. licenciamento ambiental de ampliação: licenciamento para ampliações e/ou alterações definitivas nos empreendimentos e/ou atividades detentoras de Licença de Operação ou de Licença Ambiental Simplificada que necessitam de licenciamento específico, trifásico ou bifásico, para a parte ampliada ou alterada;

VI. autorização ambiental: ato administrativo que autoriza a execução de obras proporcionando ganhos e melhorias ambientais, que não acarretem impactos ambientais na sua instalação e operação, bem como autoriza a execução de atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou obras emergenciais, instalações permanentes que não caracterizem aumento de potencial poluidor/degradador do meio ambiente.

Seção III
Das condicionantes das licenças ambientais

Art. 9º O gerenciamento dos impactos ambientais e a fixação de condicionantes das licenças ambientais devem atender à seguinte ordem de prioridade, aplicando-se em todos os casos a diretriz de maximização dos impactos positivos dos empreendimentos e/ou atividades:

I. minimizar os impactos ambientais negativos;

II. compensar os impactos ambientais negativos não mitigáveis, na impossibilidade de evitá-los.

§ 1º As condicionantes ambientais deverão ser estabelecidas com base em fundamentação técnica e/ou jurídica por parte do órgão licenciador competente, que deverá apontar a relação direta e proporcional das condicionantes com os impactos ambientais do empreendimento e/ou atividade.

§ 2º Após a emissão da licença requerida, o empreendedor poderá apresentar contestação às condicionantes estabelecidas, em até 30 (trinta) dias do seu recebimento.

§ 3º O descumprimento de condicionantes das licenças ambientais, sem a devida justificativa técnica, sujeitará o empreendedor à responsabilização administrativa prevista no Decreto Federal n°6.514/2008, sem prejuízo da responsabilização penal e da obrigação de reparação de danos.

§ 4º As medidas mitigadoras estabelecidas pelo órgão licenciador competente no procedimento de licenciamento deverão estar diretamente vinculadas ao impacto ambiental causado pela instalação e operação do empreendimento e/ou atividade, devendo ser proporcionais à sua magnitude.

Art. 10 Na fixação de condicionantes das licenças ambientais, poderão ser estabelecidas condições especiais para a implantação ou operação do empreendimento e/ou atividade, bem como para garantir a execução das medidas para gerenciamento dos impactos ambientais.

Art. 11 O órgão licenciador competente, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar licença ou autorização ambiental expedida, respeitado o contraditório e a ampla defesa, e desde que ocorra:

I. violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II. omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiariam a expedição da licença;

III. superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Art. 12 Sempre que o interesse público ou coletivo exigir, com vistas a resguardar a qualidade ambiental, o órgão licenciador competente, em caráter temporário e excepcional, mediante ato motivado e sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, poderá restringir os limites e condições de lançamento de efluentes líquidos, emissões atmosféricas, bem como a disposição final de resíduos sólidos estipulados em licença ou autorização ambiental.

Art. 13 Em razão de fato superveniente ou no caso de impossibilidade técnica de cumprimento de medida condicionante estabelecida no processo de licenciamento ambiental, o empreendedor poderá requerer a reconsideração da medida ou a prorrogação do prazo para o seu cumprimento, formalizando requerimento devidamente instruído com a justificativa ou a comprovação da impossibilidade de cumprimento, se for o caso, até o vencimento do prazo de cumprimento estabelecido na respectiva condicionante.

Seção IV
Do encerramento de empreendimentos e/ou atividades licenciadas

Art. 14 Quando do encerramento de empreendimentos de fauna regidos por esta IN, o IAT deverá ser informado por meio de procedimento administrativo protocolado, endereçado ao Diretor Presidente e instruído com os seguintes documentos:

I. documento do empreendedor informando o encerramento, a situação ambiental do empreendimento/atividade, bem como a existência ou não de passivo ambiental;
II. cópia da carteira de identidade do representante legal do empreendimento;
III. cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social, com última alteração, no caso de pessoa jurídica;
IV. certidão da empresa na Junta Comercial do Paraná, no caso de pessoa jurídica;
V. cópia da licença ambiental vigente;
VI. taxa ambiental de acordo com a legislação vigente; e
VII. plano de desmobilização do plantel.

Parágrafo único. O empreendedor deverá ser oficiado pelo IAT, no prazo de até 90 (noventa) dias, sobre as condições do encerramento da atividade.

Art. 15 O encerramento da atividade apenas se dará perante o órgão ambiental após o saneamento do passivo ambiental existente e da finalização da desmobilização do plantel.

CAPÍTULO IV
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS CRIADOUROS COMERCIAIS

Seção I
Aspectos gerais

Art. 16 O licenciamento ambiental dos criadouros comerciais de fauna nativa e exótica será trifásico, procedimento no qual a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO) são concedidas em etapas sucessivas.

§ 1º Excepcionalmente nos casos em que não houver necessidade de Licença de Instalação (LI), o licenciamento ambiental poderá ser bifásico ou monofásico, a exemplo das seguintes situações:

I. ampliações de empreendimentos ou da atividade que não impliquem no aumento do seu potencial poluidor e/ou degradador;
II. ampliações de área construída em até 30% da área licenciada, desde que não ultrapassem o limite estabelecido para a categoria de porte inicialmente licenciado;
III. migração da categoria de criador amador de passeriformes nativos para a categoria criadouro comercial de fauna nativa e exótica, desde que não haja alterações nas instalações e plantel já existentes;
IV. obtenção da Licença de Operação de Regularização (LOR).

§ 2º Os criadouros referidos no *caput* deste artigo poderão ser constituídos por:

I. pessoa física inscrita como produtor rural (CADPRO); ou
II. pessoa jurídica.

§ 3º Quando o fornecimento de água ao empreendimento for realizado por concessionária pública ou privada, a apresentação de fatura de água atualizada substitui a apresentação de documentos de Outorga Prévia, de Outorga de Direito, de Dispensa de Outorga, Declaração de Uso Independente de Outorga, e de Uso Insignificante de Água.

Art. 17 Sempre que necessário, o corte ou supressão de vegetação nativa deverá obrigatoriamente estar acompanhada de manifestação técnica do órgão ambiental e emissão de Autorização de Supressão Vegetal (ASV), contendo programas de resgate ou acompanhamento de fauna.

Seção II
Da definição do porte e tipo de estudo ambiental

Art. 18 O porte dos criadouros comerciais de fauna nativa e exótica e os estudos ambientais exigíveis serão definidos de acordo com a área construída ou, se for o caso, de acordo com a área ocupada pela atividade, conforme o quadro do Anexo III.

§ 1º Quando o empreendimento possuir apenas um tipo de instalação - área construída em sistema intensivo ou semi-intensivo, piquetes e /ou espelhos d'água - a definição do porte será realizada pela soma das áreas das instalações, conforme enquadramento da tabela do Anexo III.

§ 2º Quando o empreendimento prever diferentes tipos de instalações - área construída em sistema intensivo ou semi-intensivo, piquetes e /ou espelhos d'água - o porte será definido com base no sistema de instalação enquadrado no maior porte, conforme a tabela do Anexo III.

Seção III
Dos trâmites administrativos

Art. 19 Para obtenção da Licença Prévia – LP para criadouro comercial de fauna nativa e exótica, o interessado deverá protocolar:

I. requerimento de licenciamento ambiental - RLA;
II. cadastro de empreendimentos de fauna silvestre – CEFAS;
III. extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (pessoa jurídica);
IV. cópia do Contrato Social ou Estatuto Social (pessoa jurídica);
V. cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF (apenas para pessoa física);
VI. cópia do Registro Geral – RG (apenas para pessoa física);
VII. cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal e do requerente (apenas para representantes legais);
VIII. cópia do Registro Geral - RG do representante legal e do requerente (apenas para representantes legais);
IX. cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida (apenas para representantes legais) ou assinatura digital certificada;
X. certidão atualizada, com no máximo 90 dias, da Matrícula ou Transcrição Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, caso o imóvel seja locado ou arrendado, deverá apresentar o contrato de locação ou arrendamento;
XI. declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos;
XII. portaria de Outorga Prévia ou da Declaração de Uso Independente de Outorga ou Declaração de Uso Insignificante de Água, para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;
XIII. manifestação de órgãos intervenientes, conforme exigências constantes do Decreto Estadual que regulamenta a Lei Estadual nº 22252/2024, quando aplicável;
XIV. em caso de necessidade de supressão florestal, Relatório de Caracterização da Flora, de acordo com a Resolução CONAMA 02/94;
XV. publicação de súmula do pedido de Licença Prévia – LP no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
XVI. recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da Licença Prévia – LP no Diário Oficial do Estado a ser efetivada pelo IAT;
XVII. certificado de regularidade do empreendedor cadastro técnico federal de atividades potencialmente poluidoras – CTF/APP;
XVIII. croqui de localização do empreendimento;
XIX. cadastro ambiental rural (CAR), para empreendimento localizado em imóvel rural;
XX. estudo ambiental conforme enquadramento no Anexo III, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

homologada junto ao conselho de classe, quando cabível, e comprovante de regularidade do seu Cadastro Técnico Federal (CTF / AIDA).

§ 1º Quando da avaliação da viabilidade de emissão da LP, o licenciamento ambiental será instruído por estudos ambientais, conforme enquadramento no Anexo III.

§ 2º Os estudos ambientais referidos no parágrafo anterior, serão produzidos conforme as diretrizes apresentadas no Termo de Referência do Anexo VIII.

§ 3º A Licença Prévia não autoriza o início da implantação do empreendimento, atividade ou obra requerida.

§ 4º Vencido o prazo máximo de validade da Licença Prévia, sem que tenha sido solicitada a Licença de Instalação, o procedimento administrativo será arquivado e o requerente deverá solicitar nova Licença Prévia, considerando eventuais mudanças das condições ambientais da região onde se requer a instalação do empreendimento ou obra.

§ 5º No caso da Licença Prévia de Ampliação (LPA), a documentação a ser apresentada é a mesma constante neste artigo, em requerimento específico para a área a ser ampliada.

§ 6º Nos procedimentos de Licença Prévia - LP, quando necessária a supressão de vegetação, esta somente poderá ser emitida após a manifestação sobre a tipologia florestal e sua viabilidade de supressão.

Art. 20 Para obtenção da Licença de Instalação (LI) para criadouro comercial de fauna nativa e exótica, o empreendedor deverá protocolar:

I. requerimento (RLA);
II. cadastro de empreendimentos de fauna silvestre – CEFAS;
III. cópia da Licença Prévia (LP);
IV. cópia de súmula da concessão da Licença Prévia no Diário Oficial do Estado ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
V. publicação de súmula do pedido de Licença de Instalação – LI no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VI. número do registro do cadastro do projeto junto ao SINAFLOR, no caso de necessidade de supressão de vegetação nativa ou Apresentação da Autorização de Exploração.;
VII. recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da Licença de Instalação – LI no Diário Oficial do Estado a ser efetivada pelo IAT;
VIII. projeto técnico do empreendimento, conforme modelo do Anexo VII desta Instrução Normativa, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente homologada junto ao conselho de classe, quando cabível, e comprovante de regularidade do seu Cadastro Técnico Federal (CTF / AIDA);
IX. projeto de controle de poluição ambiental – PCPA, conforme o Anexo IX, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente homologada junto ao conselho de classe, quando cabível, e comprovante de regularidade do seu Cadastro Técnico Federal (CTF / AIDA).

§ 1º Na elaboração do Projeto Técnico do Empreendimento referido no inciso VIII, independentemente das dimensões dos recintos a serem instalados, deverão ser observados requisitos biológicos, zootécnicos, sanitários, reprodutivos, nutricionais, comportamentais e de bem-estar animal, conforme as características das espécies.

§ 2º A Licença de Instalação autoriza a implantação do empreendimento, atividade ou obra, mas não seu funcionamento.

§ 3º No caso da Licença de Instalação de Ampliação (LIA), a documentação a ser apresentada é a mesma constante neste artigo, em requerimento específico para a área a ser ampliada.

§ 4º Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença de Instalação somente poderá ser emitida acompanhada da respectiva Autorização Florestal.

§ 5º A Licença de Instalação não possibilita renovação, apenas prorrogação, desde que não tenha sido concedido o prazo máximo.

Art. 21 A prorrogação da Licença de Instalação poderá ser concedida desde que requerida dentro do seu prazo de validade e quando:

I. houver necessidade de maior prazo para a conclusão de sua instalação;
II. apresentar declaração de que não houve alterações no objeto da licença expedida; e
III. não ultrapassar o prazo máximo estabelecido da somatória da Licença de Instalação definida pelo órgão ambiental, sob pena de ser exigido um novo processo de requerimento de licença de instalação.

Parágrafo único. O requerimento de prorrogação de Licença de Instalação em desconformidade com o estabelecido neste artigo, será indeferido , podendo ser aproveitada as taxas e documentos que instruíram o processo administrativo.

Art. 22 Para obtenção da Licença de Operação para criadouro comercial de fauna nativa e exótica,o interessado deverá instruir o protocolo com os seguintes documentos:

I. requerimento de licenciamento ambiental – RLA;
II. cadastro de empreendimentos de fauna silvestre – CEFAS;
III. cópia da Licença de Instalação (LI);
IV. certificado de regularidade no cadastro técnico federal (CTF) atividades potencialmente poluidoras (CTF/APP);
V. cópia de súmula do pedido de Licença de Operação em Diário Oficial do Estado, ou no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VI. publicação de súmula de concessão de Licença de Instalação no Diário Oficial do Estado no site do órgão ambiental competente, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VII. relatório de comprovação da implementação e instalação das medidas de controle propostas no PCPA;
VIII. recolhimento da taxa ambiental e, em caso de optar pela publicação no site do órgão ambiental, demais valores cabíveis referentes às publicações;
IX. indicação do profissional que assumirá a responsabilidade técnica pela operação do empreendimento e pelo manejo e controle do plantel, anexando a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART devidamente homologada junto ao conselho de classe,quando cabível, e comprovante de regularidade do seu Cadastro Técnico Federal (CTF / AIDA);
X. modelos de manuais e informativos a serem entregues aos proprietários, sobre as condições adequadas de manejo dos espécimes vendidos como animais de estimação, quando for o caso.

§ 1º O criador disponibilizará aos compradores de animais de estimação, manuais com informações, aprovadas pelo IAT, sobre as condições adequadas à manutenção dos espécimes e as responsabilidades legais correspondentes.

§ 2º A Licença de Operação deverá ser requerida antes do início efetivo das operações e sua concessão estará condicionada à realização de vistoria por técnico habilitado, com vistas à verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, a exemplo das medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

§ 3° a concessão da Licença de Operação estará condicionada à realização de vistoria por técnico habilitado, com vistas à verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, a exemplo das medidas de controle ambiental e
condicionantes determinados para a operação

§ 4º O prazo de validade da LO é de seis (6) anos, renováveis, podendo ser alterado de acordo com os critérios do órgão ambiental, conforme legislação específica.

§ 5º Adequações relativas ao projeto técnico podem ser comprovadas mediante apresentação de vídeos, fotos e/ou vídeo chamadas.

§ 6º A critério do órgão licenciador, a vistoria poderá ocorrer de forma presencial, bem como com a utilização de tecnologia disponível.

§ 7º No caso da Licença de Operação de Ampliação (LOA), a documentação a ser apresentada é a mesma constante neste artigo, em requerimento específico para a área ampliada.

Art. 23 O empreendedor poderá requerer, mediante apresentação de Projeto Técnico complementar, elaborado e assinado por profissional habilitado, com a ciência do responsável técnico, a inclusão de novas espécies na Autorização de Manejo (AM) do empreendimento, assim como alteração das finalidades de uso permitidas para as espécies licenciadas..

§ 1º. A inclusão de novas espécies previstas no *caput* deste artigo, dispensa a elaboração e apresentação de projeto técnico complementar quando o tipo de instalações e manejo necessários sejam similares aos adotados para as espécies já licenciadas, devendo nesse caso, o responsável técnico pela operação do empreendimento especificar essa informação no requerimento

§ 2º. Quando o Projeto Técnico complementar for elaborado por profissional habilitado que não seja o responsável técnico pela operação do empreendimento, esse profissional deve apresentar uma Anotação de Responsabilidade Técnica específica para o projeto complementar, emitida/validada pelo respectivo conselho de classe.

Art. 24 A renovação de Licença de Operação para criadouros comerciais de fauna silvestre nativa e exótica, deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do seu prazo de validade, fixado na respectiva licença.

§ 1º Será indeferido o requerimento de renovação da LO formalizado fora de seu prazo de validade, cabendo ao empreendedor regularizá-lo mediante novo requerimento de mesma natureza, com a possibilidade de aproveitamento das taxas já pagas e a documentação apresentada.

§ 2º No caso da solicitação de renovação da licença do empreendimento ter sido protocolada com antecedência mínima de 120 dias antes do vencimento, será concedida Certidão de Renovação por Prorrogação Automática de Licença Ambiental (CRAL), atestando que está em análise técnica a solicitação de renovação da licença ambiental, ficando automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão licenciador competente.

§ 3° O requerimento de renovação de licença ambiental realizado fora do prazo de 120 dias, mas com a licença ainda vigente permanecerá válida tão somente pelo período de validade da licença anteriormente concedida Após findo esse prazo estará sujeito à respectiva infração administrativa e demais sanções cabíveis.

§ 4° Caso o órgão ambiental delibere pelo indeferimento da renovação, a vigência da licença ambiental se esgotará nesse ato, ficando o empreendedor sujeito à aplicação das sanções legais.

Art. 25 Para a renovação da Licença de Operação (LO) de criadouros comerciais de fauna nativa e exótica, o interessado deverá protocolar:

- **I.** requerimento de licenciamento ambiental – RLA;
- **II.** cadastro de empreendimentos de fauna silvestre – CEFAS;
- **III.** cópia da LO anterior (a ser renovada);
- **IV.** cópia da AM anterior (a ser renovada);
- **V.** cópia da publicação de súmula do pedido de renovação de Licença de Operação (LO), no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
- **VI.** portaria de Outorga Prévia ou da Declaração de Uso Independente de Outorga ou Declaração de Uso Insignificante de Água, para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;
- **VII.** indicação do profissional que assumirá a responsabilidade técnica pela operação do empreendimento e pelo manejo e controle do plantel, anexando a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART devidamente homologada junto ao conselho de classe, quando cabível e comprovante de regularidade do seu Cadastro Técnico Federal (CTF / AIDA);
- **VIII.** comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental (Ficha de Compensação Bancária).

Parágrafo único. Empreendimentos em funcionamento, cujas Licenças de Operação estejam expiradas, deverão iniciar processo para obtenção de Licença de Operação de Regularização (LOR).

Art. 26 Para a obter a Licença de Operação de Regularização (LOR), o interessado deverá protocolar:

- **I.** requerimento de licenciamento ambiental – RLA;
- **II.** cadastro de empreendimentos de Fauna Silvestre – CEFAS;
- **III.** cópia da LO anterior;
- **IV.** cópia da AM anterior;
- **V.** cópia da publicação de súmula do pedido de Licença de Operação de Regularização (LOR) no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
- **VI.** portaria de Outorga Prévia ou da Declaração de Uso Independente de Outorga ou Declaração de Uso Insignificante de Água, para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;
- **VII.** indicação do profissional que assumirá a responsabilidade técnica pela operação do empreendimento e pelo manejo e controle do plantel, anexando a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART devidamente homologada junto ao conselho de classe, quando cabível e comprovante de regularidade do seu Cadastro Técnico Federal (CTF / AIDA);
- **VIII.** comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental por meio da apresentação da Ficha de Compensação Bancária.

Parágrafo único. Para o processo de regularização deverão ser observados os requisitos previstos no Art. 24 da Lei Estadual nº 22.252/2024.

Art. 27 A regularização do licenciamento ambiental, quando da alteração da titularidade, em qualquer fase, ficará condicionada ao cumprimento legal das obrigações ambientais pertinentes, desde que mantidas as características iniciais do empreendimento.

§ 1º Para a emissão de licença ambiental de regularização, em virtude de nova titularidade do empreendimento, o requerente deverá apresentar os seguintes documentos:

- **I.** declaração do interessado assumindo as condicionantes do licenciamento e as responsabilidades por eventuais passivos ambientais do empreendimento;
- **II.** comprovação da inexistência de débitos ambientais concernentes a:
  - **a.** CPF do representante legal e do CNPJ do (s) transferente (s) vinculado(s) ao empreendimento;
  - **b.** CPF do representante legal e/ou CNPJ do (s) adquirente (s).
- **III.** cópia da carteira de identidade do representante legal que está assumindo o licenciamento.
- **IV.** cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social da empresa que está assumindo o licenciamento (com última alteração);
- **V.** anuência do detentor da Licença;
- **VI.** no caso de pessoa jurídica, alvará de licença vigente, expedido pelo Município em favor do empreendimento;
- **VII.** comprovante de recolhimento da taxa ambiental por meio da apresentação da Ficha de Compensação Bancária.

§ 2º As alterações e/ou transferências da titularidade do empreendimento estão condicionadas à validade das licenças a serem alteradas ou transferidas,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

sendo o prazo da nova licença o que constar da licença anterior.

CAPÍTULO V
DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS

Seção I
Aspectos Gerais

Art. 28 A Licença Ambiental Simplificada (LAS) será concedida aos estabelecimentos comerciais de animais de fauna nativa e exótica, de micro a pequeno porte ou de pequeno potencial de impacto ambiental, conforme Anexo IV desta IN, para as seguintes atividades: receber, adquirir, manter, expor à venda e comercializar espécimes, inclusive as constantes do Anexo I.

Parágrafo único. Quando se tratar de estabelecimento com porte médio, grande ou excepcional, conforme parâmetros do Anexo IV, ou de maior potencial de impacto
ambiental, o licenciamento será trifásico.

Art. 29 Devem constar na LAS os dados e condicionantes do empreendimento, bem como o prazo de validade de seis (6) anos, renováveis, podendo ser alterado de acordo com os critérios do órgão ambiental, conforme legislação específica.

Art. 30 O empreendedor poderá requerer, mediante apresentação de Projeto Técnico complementar, elaborado e assinado por profissional habilitado, com a ciência do responsável técnico, a inclusão de novas espécies na Autorização de Manejo (AM) do empreendimento, assim como alteração das finalidades de uso permitidas para as espécies licenciadas.

§ 1º A inclusão de novas espécies previstas no *caput* deste artigo, dispensa a elaboração e apresentação de projeto técnico complementar quando o tipo de instalações e manejo necessários sejam similares aos adotados para as espécies já licenciadas, devendo nesse caso, o responsável técnico pela operação do empreendimento ou profissional habilitado, com a ciencia do responsável técnico, especificar essa informação no requerimento.

§ 2º Quando o Projeto Técnico complementar for elaborado por profissional habilitado que não seja o responsável técnico pela operação do empreendimento, esse profissional deve apresentar uma Anotação de Responsabilidade Técnica específica para o projeto complementar, emitida/validada pelo respectivo conselho de classe.

Art. 31 Nos casos de ampliações dos estabelecimentos comerciais de fauna nativa e exótica, será necessária a obtenção de Licença Ambiental Simplificada de Ampliação (LASA).

Art. 32 Quando necessário o corte ou supressão de vegetação nativa, a Licença Ambiental Simplificada (LAS) somente poderá ser emitida quando acompanhada da respectiva Autorização Florestal.

Seção II
Da definição do porte e tipo de estudo ambiental

Art. 33 O porte dos estabelecimentos comerciais de fauna nativa e exótica, bem como os estudos ambientais exigíveis, serão definidos de acordo com a área construída, ou se for o caso, de acordo com a área ocupada pela atividade, conforme o quadro do Anexo IV.

§ 1º Quando o empreendimento possuir apenas um tipo de instalação, como por exemplo, área construída em sistema intensivo ou semi-intensivo, piquetes e /ou espelhos d'água, a definição do porte será realizada pela soma das áreas das instalações, conforme enquadramento da tabela do Anexo IV.

§ 2º Quando o empreendimento prever diferentes tipos de instalações, como por exemplo, área construída em sistema intensivo ou semi-intensivo, piquetes e /ou espelhos d'água), o porte será definido com base no sistema de instalação enquadrado no maior porte, conforme a tabela do Anexo IV.

Seção III
Dos trâmites administrativos

Art. 34 Para obtenção da Licença Ambiental Simplificada (LAS) para estabelecimento comercial de fauna nativa e exótica, o interessado deverá protocolar os seguintes documentos:

- **I.** requerimento de licenciamento ambiental (RLA);
- **II.** cadastro de empreendimentos de fauna silvestre – CEFAS;
- **III.** extrato do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do empreendedor;
- **IV.** cópia do Contrato Social ou Estatuto Social do empreendedor;
- **V.** cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do requerente. Quando houver representação, também deverá ser apensado a cópia do CPF do representante legal.;
- **VI.** cópia do Registro Geral – RG do requerente . Quando houver representação, também deverá ser apensado a cópia do RG do representante legal;
- **VII.** cópia do instrumento de procuração com firma reconhecida (apenas para representantes legais) ou assinatura digital certificada;
- **VIII.** certidão atualizada, com no máximo 90 dias, da Matrícula ou Transcrição;
- **IX.** Imobiliária emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis ou documento válido de comprovação de dominialidade atualizado em 90 (noventa) dias, conforme exigências constantes do Decreto Estadual nº 9.541, de 10 de abril de 2025, caso o imóvel seja locado ou arrendado, deverá apresentar o contrato de locação ou arrendamento;
- **X.** declaração do requerente informando que área a ser licenciada não possui embargos;
- **XI.** portaria de Outorga Prévia ou da Declaração de Uso Independente de Outorga ou Declaração de Uso Insignificante de Água, para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;
- **XII.** publicação de súmula do pedido de Licença Ambiental Simplificada – LAS no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
- **XIII.** recolhimento da taxa ambiental, bem como dos demais valores cabíveis referentes à publicação da súmula da expedição da Licença Ambiental Simplificada – LAS no Diário Oficial do Estado a ser efetivada pelo IAT;
- **XIV.** certificado de Regularidade do Empreendedor no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras – CTF/APP, emitido no site do IBAMA;
- **XV.** projeto técnico, conforme modelo do Anexo VII desta Instrução Normativa, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART devidamente homologadas junto ao conselho de classe, quando cabível, e comprovante de regularidade do seu Cadastro Técnico Federal (CTF / AIDA);
- **XVI.** estudo ambiental, conforme enquadramento no Anexo IV, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente homologadas junto ao conselho de classe, quando cabível, e comprovante de regularidade do seu Cadastro Técnico Federal (CTF / AIDA);
- **XVII.** indicação do profissional que assumirá a responsabilidade técnica pela operação do empreendimento e pelo manejo e controle do plantel, anexando a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART devidamente homologada junto ao conselho de classe, quando cabível, e comprovante de regularidade do seu Cadastro Técnico Federal (CTF / AIDA);
- **XVIII.** modelos de manuais e informativos a serem entregues aos proprietários, sobre as condições adequadas de manejo dos espécimes vendidos como animais de estimação, quando for o caso.

§ 1º O criador disponibilizará aos compradores informações, previamente aprovadas pelo IAT, sobre as condições adequadas à manutenção dos

espécimes e as responsabilidades legais correspondentes.

§ 2º A LAS contemplará as condicionantes estabelecidas na Autorização Florestal.

Art. 35 No caso da Licença Ambiental Simplificada de Ampliação (LASA), a documentação a ser apresentada é a mesma constante no artigo anterior, em requerimento específico para a área ampliada.

Art. 36 A renovação de LAS para estabelecimentos comerciais de fauna silvestre nativa e exótica deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do seu prazo de validade, fixado na respectiva licença.

§ 1º Será indeferido o requerimento de renovação da LAS formalizado fora de seu prazo de validade, cabendo ao empreendedor regularizá-lo mediante novo requerimento de mesma natureza, com a possibilidade de aproveitamento das taxas já pagas e a documentação apresentada.

§ 2º Será concedida Certidão de Renovação por Prorrogação Automática de Licença Ambiental (CRAL), atestando que está em análise técnica a solicitação de renovação da licença ambiental, ficando automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva do órgão licenciador competente, desde que a solicitação de renovação da licença do empreendimento tenha sido protocolada com antecedência mínima de 120 dias antes do vencimento.

Art. 37 Para a renovação da Licença Ambiental Simplificada (LAS) de empreendimentos em funcionamento e já licenciados anteriormente pelo Instituto Água e Terra, o interessado deverá protocolar os seguintes documentos:

I. requerimento de licenciamento ambiental - RLA;
II. cadastro de empreendimentos de Fauna Silvestre – CEFAS;
III. cópia da LAS anterior (a ser renovada);
IV. cópia da AM anterior (a ser renovada);
V. certificado de regularidade do CTF/APP;
VI. cópia da publicação de súmula do pedido de renovação de Licença Ambiental Simplificada – LAS, no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/86;
VII. portaria de Outorga Prévia ou da Declaração de Uso Independente de Outorga ou Declaração de Uso Insignificante de Água, para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;
VIII. indicação do profissional que assumirá a responsabilidade técnica pela operação do empreendimento e pelo manejo e controle do plantel, anexando a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente homologada junto ao conselho de classe, quando cabível, bem como o comprovante de regularidade do seu Cadastro Técnico Federal (CTF / AIDA);
IX. comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental por meio da apresentação da Ficha de Compensação Bancária;
X. certidão negativa de Débitos Ambientais do IAT;
XI. alvará de funcionamento atualizado.

Parágrafo único. Empreendimentos em funcionamento, cujas LAS estejam expiradas, deverão iniciar processo para obtenção de Licença de Ambiental Simplificada de Regularização – LASR.

Art. 38 Para a obter a Licença Ambiental Simplificada de Regularização (LASR) de estabelecimentos comerciais de fauna nativa e exótica, o interessado deverá protocolar os seguintes documentos:

I. requerimento de licenciamento ambiental - RLA;
II. cadastro de empreendimentos de Fauna Silvestre – CEFAS;
III. cópia da LAS anterior;
IV. cópia da AM anterior;
V. cópia da publicação de súmula do pedido de Licença Ambiental Simplificada de Regularização (LASR), no Diário Oficial do Estado, conforme modelo aprovado pela Resolução CONAMA nº 006/1986;
VI. portaria de Outorga Prévia ou da Declaração de Uso Independente de Outorga ou Declaração de Uso Insignificante de Água, para utilização de recursos hídricos, inclusive para o lançamento de efluentes líquidos em corpos hídricos, se for o caso;
VII. indicação do profissional que assumirá a responsabilidade técnica pela operação do empreendimento e pelo manejo e controle do plantel, anexando a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente homologada junto ao conselho de classe, quando cabível, bem como o comprovante de regularidade do seu Cadastro Técnico Federal (CTF / AIDA);
VIII. comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental por meio da apresentação da Ficha de Compensação Bancária;
IX. certidão negativa de Débitos Ambientais do IAT .

Parágrafo único. Para o processo de regularização deverão ser observados os requisitos previstos no Art. 24 da Lei Estadual nº 22.252/2024.

Art. 39 A regularização do licenciamento ambiental, quando da alteração da titularidade, em qualquer fase, ficará condicionada ao cumprimento legal das obrigações ambientais pertinentes, desde que mantidas as características iniciais do empreendimento.

§ 1º Para a emissão de licença ambiental de regularização, em virtude de nova titularidade do empreendimento, o requerente deverá apresentar os seguintes documentos:

I. declaração do interessado assumindo as condicionantes do licenciamento e as responsabilidades por eventuais passivos ambientais do empreendimento;
II. cópia da carteira de identidade do representante legal que está assumindo o licenciamento;
III. comprovação da inexistência de débitos ambientais referentes a:
  a. CPF do representante legal e do CNPJ do (s) transferente (s) vinculado(s) ao empreendimento;
  b. CPF do representante legal e/ou CNPJ do (s) adquirente (s).
IV. cópia da carteira de identidade do representante legal que está assumindo o licenciamento;
V. cópia do Ato Constitutivo ou do Contrato Social da empresa que está assumindo o licenciamento (com última alteração);
VI. anuência do Detentor da Licença;
VII. Alvará de funcionamento expedido pelo município para o empreendimento;
VIII. comprovante de recolhimento da Taxa Ambiental (Ficha de Compensação Bancária).

§ 2º As alterações e/ou transferências da titularidade do empreendimento estão condicionadas à validade das licenças a serem alteradas ou transferidas, sendo o prazo da nova licença o que constar da licença anterior.

CAPÍTULO VI
DA AUTORIZAÇÃO DE USO E MANEJO DE FAUNA NATIVA E/OU EXÓTICA

Art. 40 As Autorizações de Uso e Manejo da fauna nativa e/ou da fauna exótica *ex situ* – AM, para os empreendimentos no estado do Paraná, serão emitidas exclusivamente pelo IAT, exceto no caso de empreendimentos que ainda estejam subordinados ao IBAMA.

§ 1º As Autorizações referidas no *caput* serão apensadas às respectivas licenças ambientais dos empreendimentos, como parte integrante destas.

§ 2º Para a emissão da AM, o órgão ambiental adotará o sistema SISFAUNA ou equivalente que venha a substituí-lo – mantido pelo IBAMA, ou sistema estadual próprio.

§ 3º A AM terá a mesma data de validade da LO ou LAS, renovável nos termos da legislação vigente.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CAPÍTULO VII
DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO DA FAUNA NATIVA E/OU EXÓTICA

Seção I
Das espécies passíveis de serem comercializadas como animais de estimação

Art. 41 É vedado o comércio de espécimes da fauna nativa ou exótica constantes no Anexo II para fins de manutenção como animais de estimação, tendo em vista a apresentação de ao menos uma das características abaixo:

I. a espécie ser comprovadamente invasora, caracterizando-se por causar sérios prejuízos ambientais e/ou econômicos em caso de fuga de espécimes para o meio ambiente, fora de sua distribuição geográfica original;

II. espécie possuir, quando mantida em condição *ex situ*, peçonha ou veneno de importância médica, capaz de causar grave envenenamento, intoxicação ou óbito em humanos;

III. os exemplares adultos da espécie possuir porte, agilidade ou força física capaz de causar ferimentos graves de importância médica ou óbito em humanos;

IV. a periculosidade do manejo e contenção dos exemplares da espécie exigir a atuação de responsável técnico ou de equipe técnica habilitada; ou

V. a espécie ou grupo de espécies ter implicações zoonóticas além das já conhecidas para as espécies consideradas domésticas relacionadas no Anexo I.

§ 1º No âmbito desta Instrução Normativa a caracterização como invasora não se aplica:

I. às espécies com comportamento sinantrópico, cuja ocupação fora de sua área de ocorrência natural se restringe a ambientes urbanos ou periurbanos alterados;

II. às espécies com ocorrência natural no Estado do Paraná.

§ 2º A criação de espécies com comercialização proibida para a finalidade de manutenção como animal de estimação poderá ser realizada somente por criadouros comerciais licenciados, desde que para atender às outras finalidades previstas nesta Instrução Normativa.

§ 3º A propriedade de animais de estimação não se insere em quaisquer das categorias de atividades e empreendimentos nas Instruções Normativas específicas, sendo vedada a reprodução, a exposição à visitação pública e finalidade diversa da de estimação.

§ 4º A reprodução não intencional de espécimes de que trata o parágrafo anterior deverá ser comunicada pelo proprietário, que providenciará a devida destinação dos descendentes produzidos

§ 5º Os animais adquiridos para a finalidade de estimação poderão participar de exposições, campeonatos, torneios de canto e outros eventos previamente autorizados pelo órgão ambiental responsável, não sendo necessária a autorização de transporte para o espécime, quando este estiver acompanhado de sua respectiva Nota Fiscal e Certificado de Origem (CO).

§ 6º Para os espécimes adquiridos previamente à obrigatoriedade do Certificado de Origem (CO), a autorização de transporte relacionada ao parágrafo anterior, deve ser requerida ao órgão ambiental responsável com antecedência mínima de 10 (dez) dias do evento.

§ 7º O cadastro na plataforma SISPASS / IBAMA de passeriformes da fauna nativa, adquiridos para a finalidade de estimação em conformidade com esta IN, só será exigido no caso do proprietário pretender utilizar o espécime para a reprodução na condição de criador amador.

§ 8º O anexo referido no *caput* poderá ser atualizado periodicamente pelo órgão ambiental estadual.

Seção II
Da comercialização de espécimes como animais de estimação

Art. 42 A comercialização de animais vivos para a finalidade de estimação ocorre mediante emissão de Nota Fiscal (NF), em conformidade com as normas tributárias vigentes, discriminando, para cada exemplar, os seguintes dados:

I. nome científico e popular da espécie;

II. tipo de dispositivo de marcação e respectivo código individual;

III. sexo do animal (macho, fêmea ou indeterminado);

IV. data de nascimento (apenas para vendas ao consumidor final. Dispensada nos casos de vendas entre empreendimentos);

§ 1º Os espécimes da fauna nativa ou exótica são passíveis de comercialização somente quando oriundos de reprodução em criadouros comerciais devidamente autorizados e/ou licenciados, ou ainda por meio de importação legal.

§ 2º Os animais a serem comercializados vivos deverão possuir sistema de marcação de acordo com o estabelecido no art. 52 desta instrução normativa.

§ 3º A pessoa física ou jurídica que venha a adquirir animais de criadouros ou estabelecimentos comerciais licenciados será cadastrada por ocasião da compra pelo vendedor no sistema de gestão e controle de fauna adotado pelo IAT, sem necessidade de licenciamento e/ou autorização especial para a manutenção do animal.

§ 4º O criadouro ou estabelecimento comercial deverá fornecer aos compradores de animais de estimação um manual com orientações básicas para a adequada manutenção dos exemplares, previamente analisado e aprovado pelo órgão ambiental.

§ 5º O manual de orientações referido no parágrafo anterior, será elaborado abordando os cuidados gerais a serem empregados na manutenção de espécies ou grupos taxonômicos, devendo enfatizar a recomendação da não soltura ou abandono dos animais na natureza, bem como informar da possibilidade, no caso de não querer continuar mantendo os animais, de devolução dos animais ao fornecedor ou transferência dos mesmos a outras pessoas físicas ou jurídicas, conforme modelo do Anexo X.

§ 6º O manual referido no parágrafo anterior poderá ser impresso (físico) ou eletrônico (digital).

§ 7º O proprietário de animais de estimação poderá eventualmente transferi-los a outrem mediante Termo de Transferência, conforme modelo constante no Anexo V desta Instrução Normativa, devidamente assinado com firma reconhecida ou assinatura digital certificada, e que deverá estar acompanhado da documentação que comprove a origem legal dos animais.

§ 8º A transferência referida no parágrafo anterior deverá ser homologada e registrada no sistema de gestão e controle de fauna adotado pelo IAT, assim que essa funcionalidade estiver disponível.

§ 9º A homologação referida no parágrafo anterior ficará sujeita a verificação de autenticidade dos documentos que comprovem a origem legal do animal.

§ 10º São vedadas transferências recorrentes realizadas por consumidor final, podendo essa prática caracterizar comércio irregular de animais da fauna nativa ou exótica.

Art. 43 Os empreendimentos que fizerem uso dos veículos de mídia, inclusive da rede mundial de computadores, para o comércio de animais vivos, de

partes, produtos ou subprodutos, deverão informar nos anúncios o texto “AM IAT nº” seguido do número do número do eprotocolo da Licença de Operação ou da Licença Ambiental Simplificada

§ 1º O empreendimento que ofertar animal pela rede mundial de computadores, caso não o faça em seu próprio sítio eletrônico, deverá informar no anúncio o *link* que remeta ao seu respectivo site.

§ 2º A oferta eventual por pessoa física, proprietária do animal, na rede mundial de computadores deverá informar obrigatoriamente o CPF/CNPJ do empreendimento que emitiu a nota fiscal com seu respectivo número, marcação do animal silvestre e certificado de origem quando for o caso.

Seção III
Do certificado de origem dos animais produzidos por criadouros comerciais

Art. 44 Para fins de fiscalização, o órgão ambiental estadual manterá um cadastro interno onde registrará os números das Autorizações de Manejo e das Licenças Ambientais a serem anunciadas, com os respectivos dados de contato comercial (telefones, URLs de páginas etc.) que constarão nos anúncios.

Parágrafo único. O Certificado de Origem (CO), com código de autenticação, e a licença de transporte são gerados eletronicamente pelo SISFAUNA ou sistema que venha a substituí-lo e certifica que o espécime provém de reprodução *ex situ* em criadouro comercial devidamente licenciado.

CAPÍTULO VIII
DOS PROCEDIMENTOS GERAIS RELATIVOS AO USO E MANEJO DE FAUNA
EX SITU

Seção I
Da origem dos animais para a formação e ampliação de planteis

Art. 45 A obtenção de animais para formação, recomposição ou ampliação dos planteis pode se dar por:

§ 1º Para os criadouros comerciais:
- **I.** reprodução de animais do plantel – exclusivo para criadouros comerciais;
- **II.** aquisição de animais oriundos de outros criadouros comerciais ou de estabelecimentos comerciais de fauna autorizados, mediante transferência de propriedade;
- **III.** importação, mediante licença emitida por órgão ou autoridade competente;
- **IV.** aquisição de animais oriundos de proprietários de animais de estimação, por devolução dos animais anteriormente adquiridos ou por transferência da propriedade;
- **V.** autoridades competentes, mediante recebimento de animais oriundos de ações de fiscalização, entregas voluntárias ou resgates, acompanhados de documento oficial assinado pela autoridade - exceto estabelecimentos comerciais;
- **VI.** recebimento de animais oriundos dos Centros de Triagem e/ou Reabilitação de Animais Silvestres, mediante Autorização de Transporte, emitida por órgão ou autoridade competente - exceto estabelecimentos comerciais;
- **VII.** transferência de animais excedentes oriundos de outros empreendimentos registrados, mediante Autorização de Transporte emitida por órgão ou autoridade competente.

§ 2º Para os estabelecimentos comerciais:
- **I.** aquisição de animais oriundos de outros criadouros comerciais ou de estabelecimentos comerciais de fauna autorizados, mediante transferência de propriedade;
- **II.** importação, mediante licença emitida por órgão ou autoridade competente;
- **III.** aquisição de animais oriundos de proprietários de animais de estimação, por devolução dos animais anteriormente adquiridos ou por transferência da propriedade;
- **IV.** transferência de animais excedentes oriundos de outros empreendimentos registrados, mediante Autorização de Transporte emitida por órgão ou autoridade competente.

§ 3º A título de melhoramento genético de matrizes e reprodutores, os criadores comerciais poderão solicitar ao órgão ambiental a inclusão, a qualquer tempo, de espécimes originários de criadores amadoristas.

Art. 46 Inexistindo a disponibilidade de espécimes nos meios descritos no artigo anterior, o responsável pelo criadouro comercial poderá, *excepcionalmente*, solicitar a captura na natureza, mediante requerimento que justifique técnica e cientificamente a sua necessidade, informando o nome do responsável técnico, com devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), pela captura e pelo transporte, o local de captura, a quantidade de animais a serem capturados, o método de captura e o meio de transporte, apresentando estudo populacional estimativo.

§ 1º A captura na natureza deverá ser solicitada em requerimento específico.

§ 2º A captura e coleta será permitida, preferencialmente, em locais onde os espécimes da espécie pretendida estejam causando danos à agricultura, pecuária ou saúde pública, comprovado por meio de laudo técnico de órgão de extensão rural ou por órgão de pesquisa ou pesquisador, ratificado pelo órgão ambiental.
§ 3º As matrizes e reprodutores originários de captura na natureza que formaram o plantel não podem ser comercializados.

§ 4º A necessidade de captura de animais na natureza visando o revigoramento genético do plantel deverá atender o disposto no *caput* e parágrafos deste artigo.

Seção II
Do cadastro do empreendimento, das espécies e do plantel no sistema de gestão e controle

Art. 47 Para viabilizar a emissão da Licença ambiental pertinente e da respectiva Autorização de Uso e Manejo (AM), o empreendedor deverá, antes do término do processo de licenciamento, cadastrar as espécies permitidas e demais dados do seu empreendimento no sistema de gestão e controle de fauna adotado pelo IAT.

§ 1º O IAT adotará como sistema de gestão e controle de fauna referido no *caput* o sistema informatizado SISFAUNA ou equivalente que venha a substituí-lo – mantido pelo IBAMA, ou sistema estadual próprio.

§ 2º O empreendedor deverá cadastrar, no sistema referido no *caput*, o plantel do empreendimento com os exemplares que já possua e com a devida origem legal.

§ 3º No cadastro referido no parágrafo anterior, bem como no cadastro de novos exemplares, a qualquer tempo no plantel, o IAT classificará como matriz os exemplares oriundos da natureza (F0) ou que tenham sido obtidos por doação, depósito ou destinação pelos órgãos ambientais ou autoridades competentes, ficando esses exemplares indisponíveis para comercialização ou transferência sem autorização específica emitida pelo IAT.

§ 4º Após a obtenção da Autorização de Uso e Manejo, a inclusão de indivíduos provenientes de apreensões, quando encaminhados por órgãos ambientais e/ou unidades da federação que não utilizem o mesmo sistema adotado pelo órgão ambiental estadual, deverá ser feita mediante requerimento ao IAT, devidamente protocolado com os documentos de origem.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

§ 5º As espécies constantes do Anexo I desta instrução normativa, a critério dos empreendedores, podem ser incluídas nas Autorizações de Uso e Manejo, possibilitando a emissão dos Certificados de Origem (CO) e das Autorizações de Transporte (AT), permitindo a comercialização para as unidades da Federação onde esses documentos são obrigatórios, e/ou exportação.

Seção III
Do Transporte de Animais da Fauna Nativa ou Exótica

Art. 48 Para o transporte de animais vivos da fauna nativa ou exótica dentro do Estado do Paraná, ou para outros Estados da Federação, o interessado deverá obter a Autorização de Transporte (AT) através do SISFAUNA.

§ 1º Não sendo possível obter a AT automaticamente pelo sistema, mas estando a documentação necessária completa, o interessado poderá encaminhar ao órgão ambiental requerimento de Transporte de Fauna, com prazo de emissão de até três dias úteis, ficando a emissão dependente do aceite pelo órgão ambiental do estado de destino.

§ 2º Na impossibilidade do consumidor / receptor final ou seu representante legal apresentar a AT, tal documento pode ser suprido pela apresentação da primeira via da nota fiscal ou DANFE, bem como do Certificado de Origem e/ou termo de transferência, os quais necessariamente devem acompanhar o animal.

§ 3º O acompanhamento do Certificado de Origem mencionado no parágrafo anterior é dispensado apenas em casos referentes a indivíduos adquiridos previamente à sua instituição.

§ 4º O transporte referido no *caput* deste artigo, quando feito por representante do proprietário, deverá estar acompanhado de autorização contendo os dados do autorizado, com a assinatura reconhecida em cartório ou assinatura digital certificada.

Art. 49 A transferência e o transporte de animal vivo entre os empreendimentos de que trata esta Instrução Normativa deverão observar as condições e restrições estabelecidas pelos órgãos ambientais dos Estados ou Distrito Federal de origem e destino.

§ 1º Os dados e as informações do animal e da transferência deverão estar disponíveis na plataforma nacional.

§ 2º Autorizada a transferência do animal entre empreendimentos de fauna em cativeiro pelos órgãos ambientais dos Estados ou do Distrito Federal envolvidos, para o transporte em território nacional, o empreendedor deverá informar na plataforma nacional os dados relativos à data do transporte e o trajeto a ser realizado.

§ 3º O interessado deverá portar documento emitido gratuitamente pela plataforma nacional contendo as informações de que tratam os parágrafos anteriores.

§ 4º Enquanto não for implantada a plataforma nacional, o animal será transportado em território nacional acompanhado de autorização de transporte emitida pelo órgão ambiental da Unidade da Federação de origem, mediante prévia anuência da Unidade da Federação de destino, devendo a transferência ser registrada nos sistemas de gestão de fauna adotados pelos órgãos ambientais estaduais ou distrital envolvidos, bem como o ato administrativo de autorização de transporte permitir sua verificação de autenticidade.

Art. 50 O transporte de animal abatido, de suas partes, produtos ou subprodutos, deverá ser informado na plataforma nacional, cadastrando a respectiva nota fiscal.

Seção IV
Da identificação e marcação individual dos espécimes

Art. 51 Todos os espécimes constantes nos empreendimentos de fauna licenciados no Estado do Paraná e abrangidos por esta Instrução devem estar identificados de acordo com a metodologia estabelecida a seguir:

I. mamíferos: marcação individual com utilização de dispositivo eletrônico -
II. *microchip*;
III. aves oriundas da natureza - *in situ*: marcação individual com utilização de anilhas abertas ou dispositivo eletrônico - *microchip*;
IV. aves de espécies nativas, oriundas de reprodução em condição *ex situ*: marcação individual com utilização de anilhas fechadas e invioláveis, com diâmetro interno máximo conforme estabelecido na tabela do Anexo XI desta Instrução Normativa, ou dispositivo eletrônico (*microchip*) para as espécies que não comportarem anilhas fechadas em sua fase adulta;
V. aves de espécies exóticas, oriundas de reprodução em condição *ex situ*: marcação individual com utilização de anilhas fechadas e invioláveis, ou dispositivo eletrônico (*microchip*) para as espécies que não comportarem anilhas fechadas em sua fase adulta;
VI. répteis ou anfíbios: marcação individual com utilização de dispositivo eletrônico - *microchip* ou *nanochip* - ou elastômero.

§ 1º Outros dispositivos e técnicas de marcação poderão ser propostos pelos empreendedores interessados e serão avaliados pelo órgão ambiental estadual competente quanto à sua viabilidade e admissibilidade.

§ 2º Os empreendedores poderão utilizar, adicionalmente, outras técnicas e dispositivos complementares de marcação sem necessidade de autorização, desde que empreguem os dispositivos e técnicas primárias de identificação especificados nos incisos do *caput*.

§ 3º As anilhas referidas nos incisos III e IV do *caput* deverão ser confeccionadas contemplando a apresentação visível de, no mínimo:

I. número do Cadastro Técnico Federal – CTF do empreendedor;
II. diâmetro interno, em milímetros, da anilha, com uma casa decimal após a vírgula;
III. inscrição em letras maiúsculas, das iniciais PR - UF do Paraná;
IV. inscrição em letras maiúsculas, das iniciais do empreendimento, com 3 dígitos no mínimo; e
V. número sequencial e não repetitivo do espécime no plantel, com no mínimo três dígitos, começando em 001.

§ 4º O Anexo XI desta Instrução, contendo os diâmetros internos máximos das anilhas aplicáveis para cada espécie, poderá ser periodicamente revisado, a critério do órgão ambiental competente, sempre que:

I. problemas recorrentes em determinadas aves forem relatados, como inchaço, gangrena ou mesmo amputação nos tarsos das aves, devido ao diâmetro interno das anilhas apresentar-se menor que o adequado para a espécie;
II. observados casos em que as anilhas ficam frouxas nos tarsos de determinadas espécies, permitindo a retirada e recolocação das mesmas em espécimes adultos; ou
III. obtidos dados sobre o diâmetro interno máximo de anilhas para espécies que atualmente não possuam essa informação.

§ 5º Espécies em que os exemplares adultos não comportem a utilização de dispositivos de identificação, como *microchips*, poderão receber métodos de identificação alternativo, desde que proposto previamente pelo empreendedor ao órgão ambiental e por este tenha sido autorizado.

§ 6º Sempre que um animal perder a marcação, ou que a mesma tenha que ser retirada, nova marcação deverá ser efetuada, com comunicação ao órgão ambiental via protocolo, acompanhado da justificativa correspondente, para que os dados sejam atualizados no sistema de gestão e controle de fauna.

§ 7º Todos os animais nascidos em criadouros comerciais devem estar identificados conforme as especificações deste artigo.

Seção V
Do controle do plantel

Art. 52 Os empreendimentos devem manter, de forma impressa ou eletrônica, todos os registros relativos a entradas e saídas de espécimes no plantel.

Parágrafo único. Os registros referidos no *caput* devem estar disponíveis no estabelecimento, assim como documentos comprobatórios como notas fiscais de aquisição e de venda, Autorizações de Transporte, termos de depósito, atestados de óbito das matrizes, atestados de óbitos de não matrizes (se houver), boletins de ocorrência para os casos de furto ou roubo de animais e demais documentos pertinentes.

Art. 53 Para fins de controle, rastreabilidade e fiscalização, os registros referidos no art. 52, concernente aos plantéis dos empreendimentos, devem ser cadastrados no SISFAUNA ou equivalente que venha a substituí-lo – mantido pelo IBAMA, ou sistema estadual próprio.

§ 1º A partir dos dados cadastrados no sistema adotado pelo IAT, poderão ser obtidos os Certificados de Origem referidos no parágrafo único do art. 44, bem como as Autorizações de Transporte de fauna nativa ou exótica, referidas no art. 48 desta Instrução Normativa.

§ 2º Os registros relativos aos plantéis dos empreendimentos cadastrados no sistema de gestão e controle de fauna adotado pelo órgão ambiental substituem o livro de registro do acervo faunístico previsto no Art. 31 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 54 Anualmente, até 31 de março, os empreendedores devem protocolar no IAT o Relatório Anual de Plantel, emitido no SISFAUNA, ou alternativamente, o relatório anual referente às movimentações realizadas no ano anterior e à situação que se encontrava o plantel em 31 de dezembro do mesmo ano, conforme modelo apresentado no anexo XII.

Art. 55 As transferências de matrizes entre empreendimentos deverão ser solicitadas ao órgão ambiental estadual conforme modelo disponível no anexo VI, que emitirá a Autorização de Transporte Multitarefa, após análise das documentações de origem e da motivação da transferência.

Art. 56 Em caso de necessidade de tratamento veterinário externo, deslocamentos e transferências temporárias de matrizes, o mesmo procedimento previsto no artigo anterior deverá ser aplicado.

Paragrafo único. Excetua-se o disposto no *caput* os casos que demandem transporte urgente ou emergencial para fins de tratamento veterinário externo, desde-que comunicado posteriormente ao órgão ambiental estadual.

Seção VI
Da conservação *ex situ*

Art. 57 A conservação *ex situ* de espécies ameaçadas de extinção poderá ser realizada por criadouros comerciais que estejam licenciados para manejar essas espécies.

Parágrafo único. São consideradas ameaçadas de extinção as espécies constantes na Lista Nacional e Estadual Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção, enquadradas nas categorias Extintas na Natureza (EW), Criticamente em Perigo (CR), em Perigo (EN) e Vulnerável (VU).

Art. 58 Os empreendimentos interessados em participar do programa de conservação *ex situ* de uma determinada espécie podem integrar-se ao respectivo comitê de conservação, subscrevendo acordo de manejo, que também será subscrito pelo órgão ambiental, estabelecendo a previsão do número de exemplares a serem mantidos no estabelecimento com destinação ao referido programa.

§ 1º O acordo de manejo poderá prever, entre outras providências, que após avaliação pelo administrador do Livro de Registro Genealógico da Espécie (*Studbook keeper*), do conjunto de espécimes do plantel, aqueles considerados relevantes sob o ponto de vista genético, sejam incluídos no Livro de Registro Genealógico (*Studbook*) da espécie.

§ 2º Quando da avaliação dos plantéis da espécie *ex situ*, o comitê estabelecerá, em comum acordo com o estabelecimento participante, a quantidade de espécimes que serão incluídas no *Studbook.*

§ 3º Os espécimes que integrarem os livros de registros genealógicos (*Studbook*), ficarão sempre disponíveis aos respectivos comitês de conservação para fins de gerenciamento genético, podendo ser transferidos entre os estabelecimentos participantes do programa mediante Autorização de Transporte, sempre que tal procedimento for considerado relevante.

§ 4º O IAT, a pedido dos comitês de conservação, poderá requisitar dos criadouros comerciais participantes até 20 % (vinte por cento) da produção anual de filhotes de primeira geração (F1), das espécies enquadradas nas categorias Extintas na Natureza (EW), Criticamente em Perigo (CR) ou em Perigo (EN), e 10 % (dez por cento) das espécies enquadradas na categoria Vulnerável (VU), constantes nas Listas Oficiais Nacional e estadual de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção.

§ 5º Os espécimes requisitados, conforme o parágrafo anterior, podem ter como destinação:

I. reintrodução na natureza - refaunação;
II. transferência para outros empreendimentos autorizados com a finalidade de manter e/ou reproduzir a espécie visando sua conservação; ou
III. permanência no próprio criadouro como repositório genético da espécie - conservação *ex situ*.

§ 6º Os descendentes dos espécimes não incluídos no *Studbook*, bem como os descendentes dos espécimes considerados não relevantes ao programa, quando nascidos em criadouros comerciais, podem ser comercializados, não estando submetidos ao controle dos comitês.

§ 7º Os criadouros comerciais poderão participar ou promover programas de reintrodução na natureza de espécies regionalmente extintas ou que necessitem reforço populacional, desde que devidamente autorizados pela autoridade ambiental competente.

§ 8º Os espécimes que após 2 (dois) anos do nascimento, não tiverem sido requisitados conforme o parágrafo 4º, estarão liberados para comercialização.

Seção VII
Da exposição ao público, captação e uso de imagens de animais mantidos em condição *ex situ*

Art. 59 A exposição de animais diretamente ao público, dentro do empreendimento e com finalidade principal de contemplação e entretenimento, é atividade exclusiva dos empreendimentos classificados como Jardins Zoológicos ou Zoológicos.

§ 1º Criadouros comerciais podem receber apenas visitas restritas e monitoradas, com finalidade didática, científica ou jornalística.

§ 2º Animais oriundos de criação comercial podem ser expostos à venda em locais autorizados, a exemplo de estabelecimentos comerciais de fauna, outros criadouros comerciais ou em eventos previamente autorizados.

Art. 60 A apresentação de animais oriundos dos criadouros comerciais em espetáculos, *shows* ou outros eventos que envolvam exposição dos exemplares necessitam de autorização específica do órgão ambiental.

§ 1º A solicitação de autorização para exposição deverá ser protocolada junto ao IAT com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do evento.

§ 2º Os promotores do evento e os proprietários dos animais são corresponsáveis por garantir segurança aos animais, ao público e ao meio ambiente, bem como pelo cumprimento das regras e condicionantes estabelecidas na respectiva autorização.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

§ 3º Nos eventos em que houver apresentação de animais é obrigatório o acompanhamento de um responsável técnico habilitado.

Art. 61 Para a captação de imagens de animais dentro de empreendimentos devidamente autorizados, seja para fins didáticos, jornalísticos ou comerciais, não é necessária a autorização do órgão ambiental, desde que, obrigatoriamente:

I. o empreendimento disponibilize profissional habilitado no manejo dos animais para acompanhar as captações de imagem;

II. o empreendimento ofereça segurança para os animais e para as pessoas durante o período de gravação, responsabilizando-se por qualquer evento danoso.

Parágrafo único. Não são permitidas atividades que causem danos aos animais ou que estimulem práticas ilegais.

Art. 62 Para a captação de imagens de animais fora dos empreendimentos registrados, sendo necessário o transporte de animais para estúdio ou estrutura assemelhada, é obrigatória a apresentação de autorização prévia, que deverá ser requerida ao órgão ambiental com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. O uso e veiculação de imagens não requer autorização do órgão ambiental.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 63 É vedada a manutenção de empreendimentos de categorias diferentes que mantenham as mesmas espécies no mesmo endereço, excetuando-se as combinações entre CAFS, CETAS, CRAS e CETRAS, ou as combinações entre estabelecimentos comerciais, matadouros, abatedouros, frigoríficos e criadouros comerciais de fauna silvestre nativa e/ ou exótica.

Art. 64 A comercialização de espécimes da fauna nativa ou da fauna exótica para finalidades constantes nos art. 5º e 6º, somente poderá ser realizada por criadouros comerciais e estabelecimentos comerciais de fauna nativa e exótica devidamente licenciados e/ou autorizados.

Art. 65 Os empreendimentos que estejam funcionando de maneira irregular, ilegal ou clandestina terão suas atividades embargadas, devendo se submeter ao licenciamento ambiental conforme sua tipologia, nos termos do art. 24 da Lei nº 22.252/2024, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Parágrafo único. Todos os espécimes do plantel serão apreendidos e os animais que não disponham de documentação comprobatória de origem não serão devolvidos ao infrator, cabendo ao órgão licenciador a sua destinação.

Art. 66 O descumprimento das disposições desta Instrução Normativa, dos termos constantes das Licenças Ambientais, de Notificações Administrativas e de eventual Termo de Ajustamento de Conduta, sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, às sanções previstas no Decreto Federal n°6.514/2008, bem como em outros dispositivos normativos pertinentes, sem prejuízo do dever de recuperar os danos ambientais causados.

§ 1º A constatação de irregularidades sanáveis poderá ensejar na lavratura do Termo de Ajustamento de Conduta com prazos determinados para saneamento, sem prejuízos à aplicação das sanções administrativas cabíveis.

§ 2º Ao final do processo administrativo da aplicação de sanções administrativa, ou constatado em concomitância com a apuração infracional uma possível infração ética no exercício profissional, o IAT encaminhará cópia do processo ao Conselho Profissional do Responsável Técnico para análise de conduta.

Art. 67 As categorias previstas nos incisos do art. 3º podem fornecer material biológico para fins científicos, desde que com identificação de origem e que não implique maus tratos.

Parágrafo único. O fornecimento de material biológico para fins científicos, por si só, não autoriza o acesso ao patrimônio genético, que deverá respeitar legislação específica.

Art. 68 Para o cálculo do valor da Taxa ambiental será considerada a modalidade de licença ambiental.

Art. 69 Os empreendedores e responsáveis técnicos deverão manter seus dados e atividades desenvolvidas atualizados no sistema do Cadastro Técnico Federal.

Art. 70 O Instituto Água e Terra poderá reformular e/ou complementar os critérios estabelecidos na presente Instrução Normativa de acordo com o desenvolvimento científico e tecnológico, necessidade de preservação ambiental e com a evolução e demandas do segmento.

Art. 71 Casos omissos não tratados nesta Instrução serão analisados pelo Instituto Água e Terra.

Art. 72 Os procedimentos de licenciamento ambiental protocolados até a data da entrada em vigor da Lei nº 22.252, de 12 de dezembro de 2024, e do Decreto Estadual Nº9.541 de 10 de abril de 2025 permanecerão sujeitos às normas vigentes à época do protocolo, respeitando-se integralmente os direitos adquiridos e o ato jurídico perfeito.

Parágrafo Único. Os empreendimentos já licenciados no IAT, até a validade de suas licenças, devem atender os critérios e condições estabelecidas na Resolução-Conjunta SEDEST-IAT nº 006 de 2023 ou Portaria IAP 246/2015, bem como o rol de condicionantes das respectivas licenças, enquanto perdurar a validade da licença ambiental.

Art. 73 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, tornando sem efeito a Instrução Normativa nº 05, de 22 de abril de 2025.

JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente Instituto Água e Terra

ANEXO I

RELAÇÃO DE ESPÉCIES ISENTAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E AUTORIZAÇÃO DE USO E MANEJO

MAMÍFEROS		
Nome científico	**Nome popular**	**Observações***
Bos indicus	Gado-zebuíno	
Bos taurus	Gado-bovino	
Bubalus bubalis	Búfalo-doméstico	
Camelus bactrianus	Camelo	
Camelus dromedarius	Dromedário	
Canis lupus	Cão	
Capra hircus	Cabra	
Cavia porcellus	Cobaia ou Porquinho-da-índia	

Chinchilla lanigera	Chinchila	
Cricetus cricetus	Hamster	
Equus asinus	Jumento	
Equus caballus	Cavalo	
Felis cattus	Gato	
Lama glama	Lhama	
Lama pacos	Alpaca	
Meriones unguiculatus	Gerbil ou esquilo-da-mongólia	
Mus musculus	Camundongo	
Oryctolagus cuniculus	Coelho	
Ovis aries	Ovelha	
Podopus sungorus	Hamster-chinês	
Rattus norvegicus	Ratazana	
Rattus rattus	Rato-de-telhado	
Sus scrofa	Porco-doméstico	Exceto o javali
AVES		
Nome científico	**Nome popular**	**Observações**
Agapornis spp.	Agapornis	
Aix galericulata	Pato-mandarim	
Aix sponsa	Pato-carolina	
Alectoris spp.	Perdiz-chucar	
Alisterus scapularis	King-parrot	
Alopochen aegyptiaca	Ganso-do-nilo	
Amadina erythrocephala	Amadine	
Amadina fasciata	Degolado	
Amandava amandava	Bengali-indiano	
Anas spp.	Marrecos	Exceto: *1) A. aucklandica, A. chlorotis, A. laysanensis, A. nesiotis* (CITES I); *2) A. bernieri, A. melleri, A. wyvilliana* (IUCN - EN); e *3) A. acuta; A. bahamensis, A. flavirostris, Ageorgica* (Espécies da fauna nativa).
Anser spp.	Gansos	
Aprosmictus erythropterus	Periquito-red-winged	
Aythia nyroca	Pato-ferrugem	
Barnardius spp.	Periquito-barnard Periquito-port- lincoln Periquito-cloncurry	
Bolborhynchus lineola	Periquito-catarina	
*Brantas*pp.	Gansos	Exceto: *B. c. leucopareia e B. sandvicensis* (CITES I).
Cairina moschata	Pato-doméstico	Exceto as populações selvagens da espécie.
Callipepla californica	Codorna-da-califórnia	
Carduelis carduelis	Pintassilgo-português	
Chalcophaps indica	Pomba-de-asa-verde	
Chloebia gouldiae	Diamante-de-gould	
Chrysolophus amherstiae	Faisão-lady	
Chrysolo phuspictus	Faisão-dourado	
Colinus virginianus	Codorna-bobwhite	Exceto: *C. v. ridgwayi* (CITES I).
Columba guinea	Pomba-da-guiné	
Columba livia	Pombo-doméstico	
Coturnix japonica	Codorna	
Crithagra mozambica	Canário-de- moçambique	
Cyanoramphus novaezelandiae	Kakariqui	Somente os espécimes oriundos de reprodução *ex situ*.
Cygnus spp.	Cisnes	Exceto: *C. melanocoryphus* (Espécie da fauna nativa).
Dromaius novaehollandiae	Emu	
Emblema pictum	Amadine-pintada	
Erythrura spp.	Diamantes	
Estrilda melpoda	Orange	
Euodice cantans	Bico-de-prata-africano	
Euodice malabarica	Bico-de-prata-indiano	
Forpus coelestis	Forpus-celeste	
Francolinus francolinus	Francolin-negro	
Fringilla coelebs	Pinzão-europeu-comum	
Gallus gallus	Galinha	
Geopelia cuneata	Pomba-diamante	
Geopelia striata	Pomba-zebrinha	
Granatina granatina	Granatina-violeta	
Granatina ianthinogaster	Granatina-púrpura	
Lagonosticta senegala	Amarante-do-senegal	
Lathamus discolor	Periquito-swift	
Lonchura atricapilla	Manon-de-cabeça-preta	
Lonchura caniceps	Manon-de-cabeça-cinza	
Lonchura castaneothorax	Manon-de-peito- castanho	
Lonchurafuscata	Calafate-do-timor	
Lonchura maja	Manon-de-cabeça- branca	
Lonchura malacca	Capuchinho-tricolor	
Lonchura oryzivora	Calafate	Somente os espécimes oriundos de reprodução *ex situ*.
Lonchura punctulata	Damier	
Lonchura striata	Manon	

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Lophura nycthemera	Faisão-prateado	
Mareca spp.	Marrecos	Exceto: *M.sibilatrix* (Espécie da fauna nativa).
Meleagris gallopavo	Peru	
Melopsitta cusundulatus	Periquito-australiano	
Neochmia spp.	Phaeton / Star-finch / Diamantes	
Neophema spp.	Periquitos	Exceto: *N. chrysogaster* (CITES I).
Netta rufina	Marreco-colorado	
Northiella haematogaster	Periquito-blue-bonnet	
Numida meleagris	Galinha-d'angola	
Nymphicus hollandicus	Calopsita	
Ocyphaps lophotes	Pomba-lofote	
Oena capensis	Pomba-máscara-de- ferro	
Passer domesticus	Pardal	
Pavo cristatus	Pavão	
Perdix perdix	Perdiz-cinza	
Phasianuscolchicus	Faisão-de-coleira	
Phasianusversicolor	Faisão-verde	
Platycercus spp.	Roselas	
Poephila spp.	Bavetes	
Poicephalus gulielmi	Loro-jardine	
Poicephalus meyeri	Loro-meyeri	
Poicephalus senegalus	Loro-do-senegal	
Polytelis spp.	Periquitos	
Psephotus dissimilis	Periquito-hooded	
Psephotu shaematonotus	Periquito-red-rumped	
Psephotus varius	Periquito-mulga	
Psittacula spp.	Periquitos	Exceto: *P. eques* (CITES I) - (Sin.= *P. echo*).
Ptilinopus melanospilus	Pomba-de-fruta-de- cabeça- branca	
Purpureicephalus spurius	Periquito-red-capped	
Pytiliamelba	Melba	
Radjah radjah	Tadorna-radjah	
Serinus canaria	Canário-do-reino	
Sibirionetta formosa	Pato-baikal	
Spatula spp.	Marreco	Exceto: *S. cyanoptera, S.discors, S.platalea* e *S. versicolor* (Espécies da fauna nativa).
Spinus cucullatus	Tarin	Somente os espécimes oriundos de reprodução *ex situ*.
Sporaeginthus subflavus	Laranjinha	
Stagonopleura guttata	Diamante-sparrow	
Streptopelia risoria	Pomba-de-colar	
Struthio camelus	Avestruz	
Synoicus chinensis	Codorna-chinesa	
Syrmaticus reevesii	Faisão-venerado	
Tadorna spp.	Tadornas	Exceto: *T. cristata* (IUCN - CR).
Taeniopygia bichenovii	Diamante-bichenovi	
Taeniopygia guttata	Diamante-mandarim	
Tragopan teminckii	Faisão-teminck	
Trichoglossus haematodus	Lóris-arco-íris	
Trichoglossus moluccanus	Lóris-molucano	
Turtur tympanistria	Pomba-tamborim	
Uraeginthus spp.	Cordon-bleu / Peito- celeste	
INVERTEBRADOS		
Nome científico	**Nome popular**	**Observações***
Acheta domesticus	Grilo-doméstico	
Alphitobius diaperinus	Besouro-cascudinho	
Apis mellifera	Abelha-	
Armadillidium sp.	Tatuzinho	
Atlantoscia floridana	Tatuzinho	
Blaberus craniifer	Barata	
Blaberus giganteus	Barata	
Blapticadubia	Barata-argentina	
Blattellagermanica	Barata-alemã	
Bombyx sp.	Bicho-da-seda	
Drosophila melanogaste	Drosófila	
Eublaberus distanti	Barata-de-caverna	
Gryllusas similis	Grilo-preto	
*Helix*sp.	Escargot	
Hermetia illucens	Mosca-soldado-	
Leurolestes circunvagan	Barata	
Musca domestica	Mosca-doméstica	
Nauphoeta cinerea	Barata-cinerea	
Oligochaeta	Minhoca	Espécies exóticas objeto da minhocultura
Periplaneta americana	Barata-americana	
Phoetalia pallida	Barata-pálida	
Shelfordella latetalis	Barata-vermelha	
Tenebrio molitor	Tenébrio	
Zophobas morio	Tenebrio-gigante	

ANEXO II

ESPÉCIES COM COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA PARA UTILIZAÇÃO COMO ANIMAL DE ESTIMAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ

MAMÍFEROS			
Ordem	**Famílias**	**Gêneros**	**Espécies**
AFROSORICIDA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
ARTIODACTYLA	Antilocapridae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Bovidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Cervidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Giraffidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Hippopotamidade	Todos	Proibidas todas as espécies
	Moschidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Suidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Tragulidae	Todos	Proibidas todas as espécies
CARNIVORA	Ailuridae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Canidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Herpestidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Eupleridae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Felidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Hyaenidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Mustelidae		Proibidas todas as espécies, exceto *Mustela* sp., cujos espécimes somente poderão ser vendidos quando previamente vacinados, esterilizados e microchipados mediante comprovação por laudo médico-veterinário
	Odobenidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Otariidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Phocidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Prionodontidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Procyonidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Ursidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Viverridae	Todos	Proibidas todas as espécies
CETACEA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
CHIROPTERA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
DASYUROMORPHIA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
DERMOPTERA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
DIDELPHIOMORPHIA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
DIPROTODONTIA	Petauridae	*Petaurus*	Proibidas todas as espécies, com exceção de *Petaurus breviceps*, cujos espécimes
			somente poderão ser vendidos quando previamente esterilizados e microchipados mediante comprovação por laudo médico veterinário
ERINACEOMORPHA	Erinaceidae	Atelerix	Proibidas todas as espécies
HYRACOIDEA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
LAGOMORPHA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
MACROSCELIDEA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
MICROBIOTHERIA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
MONOTREMATA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
NOTORYCTEMORPHIA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
PAUCITUBERCULATA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
PERAMELEMORPHIA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
PERISSODACTYLA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
PHOLIDOTA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
PILOSA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
PRIMATES	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
PROBOSCIDEA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
RODENTIA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies da Ordem RODENTIA, exceto as Espécies com ocorrência natural no Brasil.
SCANDENTIA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
SIRENIA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
SORICOMORPHA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
TUBULIDENTATA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
AVES			
Ordem	**Família**	**Gêneros**	**Espécies**
ACCIPITRIFORMES	Accipitridae	*Aquila, Haliaeetus, Harpia, Morphnuse, Pithecophaga*	Proibidas todas as espécies
	Cathartidae	*Vulture Gymnog yps*	Proibidas todas as espécies
APODIFORMES	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
CASUARIFORMES	Casuaridae	*Casuarius*	Proibidas todas as espécies
CHARADRIIFORMES	Haematopodidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Recurvirostridae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Burhinidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Chionidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Scolopacidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Thinocoridae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Rostratulidae	Todos	Proibidas todas as espécies

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

	Glareolidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Stercorariidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Laridae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Sternidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Rhynchopidae	Todos	Proibidas todas as espécies
COLUMBIFORMES	Columbidae	-	Proibida a espécie: *Streptopelia decaocto*
GRUIFORMES	Rallidae	-	Proibida a espécie: *Porphyrio porphyrio*
PASSERIFORMES	Corvidae	-	Proibida a espécie: *Corvus splendens*
	Fringillidae	-	Proibida a espécie: *Haemorhous mexicanus*
	Icteridae	-	Proibida a espécie: *Molothrus ater*
	Pycnonotidae	-	Proibidas as espécies: *Pycnonotus cafer* e *P. jocosus*
	Sturnidae	-	Proibidas as espécies: *Acridotheres fuscus, A.tristis* e *Sturnus vulgaris*
	Zosteropidae	-	Proibida a espécie: *Zosteropsj aponicus*
PELECANIFORMES	Ardeidae	-	Proibida a espécie: Bubulcus ibis
PHAETHONTIFORMES	Phaethontidae	Todos	Proibidas todas as espécies
PROCELLARIIFORMES	Procellariidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Diomedeidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Hydrobatidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Pelecanoididae	Todos	Proibidas todas as espécies
SPHENISCIFORMES	Spheniscidae	Todos	Proibidas todas as espécies
SULIFORMES	Sulidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Phalacrocoracidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Fregatidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Anhingidae	Todos	Proibidas todas as espécies
RÉPTEIS			
Ordem	**Família**	**Gêneros**	**Espécies**
CROCODILIA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
RHYNCOCEPHALIA	Todas	Todos	Proibidas todas as espécies
SQUAMATA	Boidae	*Eunectes*	Proibidas as espécies, exceto *Eunectes notaeus*
	Chamaeleonidae	*Chamaeleo*	Proibida a espécie *Chamaeleo jacksonii*
		Boiga Dispholidus Pantherophis (=Elaphe) Rhabdophis	Proibidas todas as espécies Proibidas todas as espécies Proibidas todas as espécies Proibidas todas as espécies
	Colubridae	*Ahaetulla Rhynchophis Malpolon Thamnodynastes Tomodon Philodryas Thamnophis Heterodo Hemorrhois Platyceps Hierophis Coluber Alsophis Thelotornis Rhabdophi s Tachymeni s Xenodon*	Proibidas todas as espécies Proibidas todas as espécies Proibidas todas as espécies Proibidas todas as espécies Proibidas todas as espécies Proibidas todas as espécies Proibidas todas as espécies Proibidas todas as espécies Proibidas todas as espécies Proibidas todas as espécies Proibidas todas as espécies Proibidas todas as espécies Proibidas todas as espécies Proibidas todas as espécies Proibidas todas as espécies Proibida a espécie *Xenodon severus*
	Dactyloidae	*Anolis*	Proibidas todas as espécies do Gênero *Anolis*, exceto as espécies com ocorrência natural no Brasil
	Elapidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Gekkonidae	*Hemidactylus*	Proibidas todas as espécies do Gênero *Hemidactylus*, exceto as espécies com ocorrência natural no Brasil
	Helodermatidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Pythonidae	*Python*	Proibidas as espécies: *Python bivittatus, P. molurus, P. reticulatus e P. sebae*
	Varanidae	*Varanus*	Proibidas todas as espécies, exceto: *V. acanthurus, V. beccarii*, *V. exanthematicus, V. macraei*, *V. melinus*, *V. prasinus*, *V. reisingeri* e *V. tristis*
	Viperidae	Todos	Proibidas todas as espécies
TESTUDINES	Cheloniidae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Dermochelydae	Todos	Proibidas todas as espécies
	Emydidae		Proibidas todas as espécies do Gênero *Trachemys*, exceto as espécies: *T. adiutrix* e *T dorbigni*

ANFÍBIOS			
Ordem	**Família**	**Gêneros**	**Espécies**
ANURA	Bufonidae Eleutherodactylidae Hylidae Leptodactylidae Microhylidae Pipidae Ranidae		Com exceção das espécies com ocorrência natural no Brasil, ficam proibidas todas as espécies das Famílias desta Ordem
CAUDATA			Proibidas todas as espécies da Ordem CAUDATA, exceto as espécies da Família

			Plethodontidae com ocorrência natural no Brasil.
GYMNOPHIONA			Proibidas todas as espécies da Ordem GYMNOPHIONA, exceto as espécies com ocorrência natural no Brasil
INVERTEBRADOS			
Classe	**Ordens**	**Famílias**	**Espécies**
ARACHNIDA	Acarina Amblypygi Opiliones Palpigradi Pseudoscorpionida Ricinulei Schizomida Scorpiones Solifugae Thelyphonida	Todas	Todas
	Araneae		Com exceção das espécies das famílias Salticidae e Theraphosidae com ocorrência natural no Brasil
INSECTA	Blattodea	Todas	Todas
	Dermaptera		
	Diptera		
	Ephemeroptera		
	Embioptera		
	Grylloblattodea		
	Hemiptera		
	Isoptera		
	Mantodea		
	Mantophasmatodea		
	Mecoptera		
	Megaloptera		
	Neuroptera		
	Odonata		
	Orthoptera		
	Phthiraptera		
	Plecoptera		
	Psocoptera		
	Raphidioptera		
	Siphonaptera		
	Strepsiptera		
	Trichoptera		
	Thysanoptera		
	Zoraptera		
	Coleoptera Hymenoptera Lepidoptera Phasmatodea		Com exceção das espécies com ocorrência natural no Brasil.

ANEXO III

CLASSIFICAÇÃO DE PORTE E EXIGÊNCIA DE ESTUDOS AMBIENTAIS PARA CRIADOUROS COMERCIAIS DE FAUNA SILVESTRE NATIVA E/OU EXÓTICA

Porte	**Área construída em sistemas intensivos ou semi-intensivos de criação**	**Área ocupada em sistemas de piquetes**	**Área ocupada com espelhos d'água**	**Estudos Ambientais**	
				LP	**LI**
Micro	até 50 m²	até 300 m²	até 100 m²	RAS	PCPA
Mínimo	até 250 m²	até 1.500 m²	até 500 m²	RAS	PCPA
Pequeno	até 1.500 m²	até 10.000 m²	até 3.000 m²	RAS	PCPA
Médio	até 10.000 m²	até 10 ha	até 2 ha	RAS	PCPA
Grande	até 10 ha	até 100 ha	até 20 ha	RAS	PCPA
Excepcional	mais de 10 ha	mais de 100 ha	mais de 20 ha	RAS*	PCPA

- * além de estudos adicionais de acordo com o IAT

ANEXO IV

CLASSIFICAÇÃO DE PORTE E EXIGÊNCIA DE ESTUDOS AMBIENTAIS PARA ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE FAUNA NATIVA E/OU EXÓTICA

Porte	**Área construída em sistemas intensivos ou semi-intensivos de criação**	**Área ocupada em sistemas de piquetes**	**Área ocupada com espelhos d'água**	**Estudos Ambientais**
				LAS
Micro	até 50 m²	até 100 m²	até 50 m²	PCPA
Mínimo	até 100 m²	até 300 m²	até 200 m²	PCPA
Pequeno	até 300 m²	até 2.000 m²	até 600 m²	PCPA
Médio	até 1.000 m²	até 1 ha	até 2.000 m²	PCPA
Grande	até 3.000 m²	até 10 ha	até 6.000 m²	PCPA
Excepcional	mais de 3.000 m²	mais de 10 ha	mais de 6.000 m²	PCPA

- * além de estudos adicionais de acordo com o IAT

ANEXO V

MODELO DE TERMO DE TRANSFERÊNCIA - NÃO MATRIZES

Eu, _____, portador do CPF: _____ e RG: _____, residente e domiciliado à_____, nº_____, bairro

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

_____, CEP:_____, município de _____ _____,
transfiro por meio deste, para _____, portador do CPF: _____ e RG: _____, residente e domiciliado à _____, nº_____, bairro_____, CEP: _____, município de _____ a propriedade dos animais abaixo relacionados, cuja documentação de origem segue anexa.

ESPÉCIE (*NOME CIENTÍFICO*)	**TIPO DE MARCAÇÃO**	**CÓDIGO DE MARCAÇÃO INDIVIDUAL**	**SEXO** (M/F/I)	**COMPROVANTE DE ORIGEM LEGAL** (Citar os documentos que constam no anexo)

Local e data.

Nome completo e assinatura

RECONHECER FIRMA

ANEXO VI

MODELO DE TERMO DE TRANSFERÊNCIA - MATRIZES

TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE MATRIZES ENTRE EMPREENDIMENTOS	
PROTOCOLO:	**fls. 1/2**
DADOS DO EMPREENDIMENTO DOADOR	
RAZÃO SOCIAL DO EMPREENDIMENTO:	CPF / CNPJ:
LICENÇA DE OPERAÇÃO / LAS Nº:	AUTORIZAÇÃO DE MANEJO Nº:
ENDEREÇO:	BAIRRO:
CIDADE / UF	CEP:
REPRESENTANTE LEGAL:	TELEFONE
CPF Nº:	E-MAIL:
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	TELEFONE:
CPF Nº:	E-MAIL:

DADOS DO EMPREENDIMENTO RECEPTOR	
RAZÃO SOCIAL DO EMPREENDIMENTO:	CPF / CNPJ:
LICENÇA DE OPERAÇÃO / LAS Nº:	AUTORIZAÇÃO DE MANEJO Nº:
ENDEREÇO:	BAIRRO:
CIDADE / UF	CEP:
REPRESENTANTE LEGAL:	TELEFONE
CPF Nº:	E-MAIL:
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	TELEFONE:
CPF Nº:	E-MAIL:

FINALIDADE DA TRANSFERÊNCIA		
Soltura / reintrodução ( )	Transferência de não-matrizes (F1, F2, Fn) ( )	Comércio em feiras / exposições ( )
Preservação / reabilitação ( )	Mudança de endereço ( )	Filmagem ( )
Formação de plantel raiz F0 ( )	Participação em torneios ( )	Tratamento veterinário ( )
Empreendimento externo ( )	Feiras / exposições /viagens ( )	Outras finalidades ( )

Local, data

Assinatura Responsável
Empreendimento doador

Assinatura Responsável
Empreendimento receptor

ANEXO VI

MODELO DE TERMO DE TRANSFERÊNCIA - MATRIZES (CONTINUAÇÃO)

TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE MATRIZES ENTRE EMPREENDIMENTOS				
PROTOCOLO:				**fls. 2/2**
ESPÉCIMES TRANSFERIDOS				
ESPÉCIE	**TIPO DE MARCAÇÃO**	**MARCAÇÃO INDIVIDUAL**	**SEXO**	**COMPROVANT E DE ORIGEM LEGAL**

ANEXO VII

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO TÉCNICO PARA LICENCIAMENTO DE EMPREENDIMENTOS DE FAUNA

Os projetos técnicos devem contemplar, no mínimo, as especificações, descrições e detalhamentos dos seguintes itens:

1. Caracterização do empreendimento
a) Dados do proponente
b) Categoria de empreendimento de fauna
c) Composição qualitativa e quantitativa do plantel pretendido e finalidades de uso
2. Instalações
a) Croqui de acesso à propriedade (apenas para empreendimentos sujeitos ao Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS)
b) Descrição geral das instalações e recintos, contendo planta de implantação, plantas baixas, cortes e detalhamentos
c) Projeto das instalações
d) Descrição de biotério de alimentação, se pertinente
3. Plano de trabalho
a) Manejo nutricional com detalhamento da dieta, quantidade e frequência alimentar
b) Manejo sanitário incluindo a situação e condições da edificação quanto à limpeza, desinfecção e demais procedimentos higiênico-sanitários;
c) Manejo reprodutivo
d) Cuidados neonatais (alimentação, idade de marcação, entre outros)
e) Triagem e isolamento;
f) Sistema de registro e controle do plantel;
g) Marcação individual;
h) Métodos de contenção e manejo - caso inclua método químico, o protocolo deve ser elaborado pelo Médico Veterinário.
i) Ações de biossegurança contendo rotinas e frequências de limpeza e desinfecção, quarentena, utilização de EPIs e EPCs, barreiras físicas;
4. Aspectos operacionais
a) Quadro de pessoal
b) Modelo de Ficha de acompanhamento dos animais, elaborado pelo profissional técnico habilitado pelo conselho classe
c) Modelo de Prontuário Médico Veterinário, nos casos em que o responsável técnico seja médico veterinário. Caso o atendimento seja terceirizado, deve-se apresentar as fichas de atendimento;
d) Plano de emergência para fugas
e) Responsabilidade técnica do projeto

OBSERVAÇÕES:
- As diretrizes acima dizem respeito aos elementos básicos comuns a todos os projetos de empreendimentos de fauna, porém para cada categoria de empreendimento, deverão ser enfatizados os aspectos mais relevantes para a categoria a ser licenciada - sanitários, reprodutivos, nutricionais, comportamentais e de bem-estar animal), conforme as características das espécies, baseado em evidências técnico-científicas.
- O nível de detalhamento do projeto deverá ser compatível com a complexidade e porte do empreendimento, de forma a representar todos os aspectos técnicos a serem avaliados pelo IAT.
- Os croquis, desenhos e plantas devem ser confeccionados em escala compatível com a visualização de todos os elementos do projeto, devendo ser anexadas a este, como sua parte integrante.
- As medidas higiênico-sanitárias estruturais descritas no plano de manejo e trabalho devem ser elaboradas pelo responsável técnico e conter no mínimo: local adequado para armazenamento de equipamentos, produtos e utensílios de limpeza; Pessoal envolvido na atividade de limpeza, se houver; procedimentos para controle e contenção de riscos a saúde humana e animal; procedimentos para recebimento, armazenagem, processamento e acondicionamento adequado da alimentação e; e preparação dos alimentos e procedimentos para armazenagem; e acondicionamento adequado dos medicamentos;
- Deverá ser descrito o protocolo de isolamento, quando couber;
- Caso o empreendimento pretenda atender na forma de ambulatório, deve-se apresentar o respectivo protocolo;
- O projeto técnico deve ser totalmente congruente com o estudo ambiental proposto para o empreendimento.
- O projeto técnico deverá ser elaborado e assinado por profissional devidamente habilitado no respectivo conselho de classe, com o fornecimento da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART específica do projeto.

ANEXO VIII

TERMO DE REFERÊNCIA PARA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO AMBIENTAL SIMPLIFICADO – RAS

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

Nome/Razão Social	
CPF/CNPJ	
CTF	
Endereço	

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nome	
Endereço	
Endereço para correspondência	
Coordenadas geográficas	

3. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Categoria de empreendimento de fauna	
Área do imóvel	
Área construída em sistema intensivo e semi-intensivo	
Área ocupada em sistema de piquetes	
Área ocupada com espelhos d'água	
Quantidade estimada de recintos	
Quantidade estimada de espécimes	
Quantidade estimada de empregados	
Declaração de porte estimado	

4. DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE TRABALHO;

5. DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA REGIÃO DE INSERÇÃO DO EMPREENDIMENTO;
6. IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE CONTROLE, MITIGAÇÃO E/OU COMPENSAÇÃO;

7. PREVISÃO DE AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES E/OU DO EMPREENDIMENTO.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO IX

TERMO DE REFERÊNCIA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE CONTROLE DE POLUIÇÃO AMBIENTAL - PCPA

Os Projetos devem apresentar dados sobre as informações cadastrais, memoriais descritivos, cálculo e desenhos.

I. INFORMAÇÕES GERAIS DO EMPREENDIMENTO

1) Informações cadastrais: Razão Social, CPF/CNPJ, endereço.
2) Fonte abastecedora de água: relacionar todas as fontes de abastecimento de água utilizadas pelo empreendimento, tais como rios, lagoas, poços, rede pública etc.
3) Corpo receptor: vazão e parâmetros (no caso de rios) e bacia hidrográfica a que pertence.
4) Área em hectares: área total, área construída e área livre.
5) Características do empreendimento:
a) Descrição do regime e sistema de criação do empreendimento;
b) Quantificação do plantel por sistema de criação existente e a capacidade máxima instalada;
c) Indicação dos produtos usados para a alimentação dos animais, para a desinfecção e limpeza das instalações bem como medicamentos utilizados;
d) Apresentar a previsão de animais produzidos.
6) Descrição das medidas mitigadoras quanto à possível produção de ruídos, odores e controle de vetores em empreendimentos localizados em área urbana.
7) Ampliações previstas.

II. SISTEMAS DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS

1) Descrição do sistema de captação e disposição de águas pluviais.
2) Informações sobre a quantidade diária de esterco gerado.
3) Descrição do sistema de tratamento e destinação final;
4) Dimensionamento das unidades que compõem o sistema;
5) Características prováveis dos efluentes líquidos tratados (pH, DBO, DQO etc.).
6) Descrição do (s) sistema (s) de tratamento (s) adotado(s). No caso de disposição no solo, ver item 5;

III. CONTROLE DE VETORES

1) Detalhar medidas adotadas visando minimizar o problema.

IV. RESÍDUOS SÓLIDOS

1) Informações sobre os resíduos sólidos: especificar os resíduos sólidos gerados pelo empreendimento, discriminando a composição, (dejetos animais quando forem na forma sólida, vasilhames, embalagens, animais mortos etc.), quantidade e forma de coleta.
2) Informações sobre disposição final: descrever o (s) tipo (s) de disposição final de resíduos sólidos. No caso de disposição no solo, ver item 5.
3) Tratamento adotado: justificar a escolha do (s) tipo (s) de tratamento (s) adotado (s).
4) Memorial de cálculo: Apresentar o memorial de cálculo referente ao dimensionamento da solução adotada.

V. DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NO SOLO

1) Uso agrícola: considera-se a disposição de resíduos no solo para uso agrícola quando o mesmo for aplicado em solo para fins agrícolas e florestais, como condicionador ou fertilizante, de modo a proporcionar efeitos benéficos para o solo e para as espécies nele cultivadas.
2) Deve constar no projeto:
a) Recomendação quanto às áreas que receberão os resíduos, considerando os aspectos ambientais das terras e características químicas do solo e necessidade de utilização de técnicas ou práticas de uso, manejo e conservação do solo;
b) Procedimento de aplicação: época de aplicação, forma de aplicação, culturas, frequência, técnica de aplicação;
c) Taxa de aplicação de acordo com a recomendação agronômica.

VI. DESENHOS

1) Planta de situação indicando a localização geográfica da propriedade;
2) Localização esquemática do empreendimento em relação aos cursos d'água;
3) Planta e cortes do sistema de tratamento de efluentes líquidos;
4) Justificativa do sistema proposto.

ANEXO X

MODELO DE INFORMATIVO SOBRE MANEJO E CUIDADOS GERAIS COM ESPÉCIMES COMERCIALIZADOS COMO ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

Nome científico
Nome comum

1. Biologia da espécie
2. Comportamento
3. Manejo
a. Ambiente
b. Alimentação
c. Manuseio
4. Saúde
a. Higiene
b. Aspectos gerais sanitários e cuidados médico veterinários
5. Legislação
6. Observações

ANEXO XI

DIÂMETROS MÁXIMOS DE ANILHAS, PARA UTILIZAÇÃO EM AVES DA FAUNA NATIVA, NASCIDAS EM CRIADOUROS COMERCIAIS

Nome científico (CBRO 2021)	Nome popular	Diâmetro Interno Máximo
Aburria cujubi	cujubi	13,5
Aburria cumanensis	jacutinga-de-garganta-azul	13,5
Aburria jacutinga	jacutinga	13,5
Accipiter bicolor	gavião-bombachinha-grande	8,0
Accipiter poliogaster	tauató-pintado	4,5
Accipiter striatus	tauató-miúdo	4,0

Agelasticus thilius	sargento	3,0
Alipiopsitta xanthops	papagaio-galego	9,0
Amadonastur lacernulatus	gavião-pombo-pequeno	9,5
Amazona aestiva	papagaio	10,0
Amazona amazonica	curica	10,0
Amazona autumnalis	papagaio-diadema	10,0
Amazona brasiliensis	papagaio-de-cara-roxa	10,0
Amazona dufresniana	papagaio-de-bochecha-azul	11,0
Amazona farinosa	papagaio-moleiro	11,0
Amazona festiva	papagaio-da-várzea	10,0
Amazona kawalli	papagaio-dos-garbes	11,0
Amazona ochrocephala	papagaio-campeiro	10,5
Amazona pretrei	papagaio-charão	9,0
Amazona rhodocorytha	chauá	10,0
Amazona vinacea	papagaio-de-peito-roxo	9,5
Amazonetta brasiliensis	ananaí	8,0
Amblyramphus holosericeus	cardeal-do-banhado	4,0
Ammodramus humeralis	tico-tico-do-campo	2,4
Anas acuta	arrabio	10,0
Anas bahamensis	marreca-toicinho	8,0
Anas flavirostris	marreca-pardinha	8,0
Anas georgica	marreca-parda	9,5
Anodorhynchus hyacinthinus	arara-azul	15,0
Anodorhynchus leari	arara-azul-de-lear	13,5
Antilophia galeata	soldadinho	2,4
Ara ararauna	arara-canindé	13,5
Ara chloropterus	arara-vermelha	15,0
Ara macao	araracanga	13,5
Ara severus	maracanã-guaçu	9,5
Aramides cajaneus	saracura-três-potes	8,0
Aramides mangle	saracura-do-mangue	8,0
Aramides saracura	saracura-do-mato	8,0
Aramides ypecaha	saracuruçu	11,0
Aratinga auricapillus	jandaia-de-testa-vermelha	6,5
Aratinga jandaya	jandaia	6,5
Aratinga maculata	cacaué	6,5
Aratinga nenday	periquito-de-cabeça-preta	7,0
Aratinga solstitialis	jandaia-amarela	7,0
Aratinga weddellii	periquito-de-cabeça-suja	6,5
Arremon flavirostris	tico-tico-de-bico-amarelo	3,0
Asio clamator	coruja-orelhuda	13,0
Asio flammeus	mocho-dos-banhados	9,5
Asio stygius	mocho-diabo	11,0
Athene cunicularia	coruja-buraqueira	7,0
Atlapetes personatus	tico-tico-do-tepui	SI
Aulacorhynchus atrogularis	tucaninho-de-nariz-amarelo	SI
Aulacorhynchus whitelianus	tucaninho-verde	SI
Baryphthengus martii	juruva-ruiva	5,5
Baryphthengus ruficapillus	juruva	5,0
Brotogeris chiriri	periquito-de-encontro-amarelo	5,0
Brotogeris chrysoptera	periquito-de-asa-dourada	5,0
Brotogeris cyanoptera	periquito-de-asa-azul	5,0
Brotogeris sanctithomae	periquito-testinha	5,0
Brotogeris tirica	periquito-verde	5,0
Brotogeris versicolurus	periquito-da-campina	5,0
Bubo virginianus	jacurutu	15,0
Busarellus nigricollis	gavião-belo	SI
Buteo albonotatus	gavião-urubu	11,0
Buteo brachyurus	gavião-de-cauda-curta	9,5
Buteo nitidus	gavião-pedrês	7,0
Buteo platypterus	gavião-de-asa-larga	9,5
Buteo swainsoni	gavião-papa-gafanhoto	11,0
Buteogallus aequinoctialis	gavião-caranguejeiro	SI
Buteogallus schistaceus	gavião-azul	SI
Cacicus cela	xexéu	4,0
Cacicus chrysopterus	japuíra	4,0
Cacicus haemorrhous	guaxe	4,0
Cacicus solitarius	iraúna-de-bico-branco	4,0
Cairina moschata	pato-do-mato	15,0
Callonetta leucophrys	marreca-de-coleira	8,0
Campephilus leucopogon	pica-pau-de-barriga-preta	6,3
Campephilus melanoleucos	pica-pau-de-topete-vermelho	5,5
Campephilus robustus	pica-pau-rei	6,3
Campephilus rubricollis	pica-pau-de-barriga-vermelha	5,5
Capito dayi	capitão-de-cinta	4,0
Carpornis cucullata	corocoxó	4,0
Cathartes aura	urubu-de-cabeça-vermelha	13,5
Cathartes burrovianus	urubu-de-cabeça-amarela	11,0
Cathartes melambrotus	urubu-da-mata	SI
Celeus elegans	pica-pau-chocolate	5,0
Celeus flavescens	pica-pau-de-cabeça-amarela	5,0
Celeus flavus	pica-pau-amarelo	4,5
Celeus galeatus	pica-pau-de-cara-canela	5,0
Celeus torquatus	pica-pau-de-coleira	5,0
Ceratopipra cornuta	dançador-de-crista	SI

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Ceratopipra erythrocephala	cabeça-de-ouro	2,0
Ceratopipra rubrocapilla	cabeça-encarnada	2,0
Chiroxiphia caudata	tangará	2,4
Chiroxiphia pareola	tangará-falso	2,0
Chloroceryle americana	martim-pescador-pequeno	3,2
Chlorophanes spiza	saí-verde	2,0
Chlorophonia cyanea	gaturamo-bandeira	2,2
Chrysomus icterocephalus	iratauá-pequeno	3,5
Chrysomus ruficapillus	garibaldi	3,0
Circus buffoni	gavião-do-banhado	SI
Circus cinereus	gavião-cinza	5,5
Cissopis leverianus	tietinga	4,0
Claravis pretiosa	pararu-azul	5,0
Coereba flaveola	cambacica	2,2
Colaptes campestris	pica-pau-do-campo	5,5
Colaptes melanochloros	pica-pau-verde-barrado	5,0
Colinus cristatus	uru-do-campo	SI
Columbina minuta	rolinha-de-asa-canela	4,0
Columbina passerina	rolinha-cinzenta	4,0
Columbina picui	rolinha-picui	4,0
Columbina squammata	fogo-apagou	4,0
Columbina talpacoti	rolinha	4,0
Corapipo gutturalis	dançarino-de-garganta-branca	1,8
Coryphospingus cucullatus	tico-tico-rei	2,5
Coryphospingus pileatus	tico-tico-rei-cinza	2,5
Coscoroba coscoroba	capororoca	17,5
Cotinga cayana	anambé-azul	4,0
Cotinga cotinga	anambé-de-peito-roxo	SI
Cotinga maynana	cotinga-azul	SI
Crax alector	mutum-poranga	16,0
Crax blumenbachii	mutum-de-bico-vermelho	17,5
Crax fasciolata	mutum-de-penacho	16,0
Crax globulosa	mutum-de-fava	SI
Crypturellus cinereus	inambu-pixuna	SI
Crypturellus noctivagus	jaó-do-sul	8,0
Crypturellus obsoletus	inambuguaçu	7,0
Crypturellus parvirostris	inambu-chororó	6,0
Crypturellus soui	tururim	7,0
Crypturellus strigulosus	inambu-relógio	7,0
Crypturellus tataupa	inhambu-chintã	6,0
Crypturellus undulatus	jaó	7,0
Crypturellus variegatus	inambu-anhangá	7,0
Cyanerpes caeruleus	saí-de-perna-amarela	2,0
Cyanerpes cyaneus	saíra-beija-flor	2,0
Cyanerpes nitidus	saí-de-bico-curto	2,4
Cyanicterus cyanicterus	pipira-azul	SI
Cyanocorax caeruleus	gralha-azul	6,3
Cyanocorax cayanus	gralha-da-guiana	6,3
Cyanocorax chrysops	gralha-picaça	5,5
Cyanocorax cristatellus	gralha-do-campo	6,3
Cyanocorax cyanomelas	gralha-do-pantanal	6,3
Cyanocorax cyanopogon	gralha-cancã	5,5
Cyanocorax heilprini	gralha-de-nuca-azul	SI
Cyanocorax violaceus	gralha-violácea	SI
Cyanoloxia brissonii	azulão	2,8
Cyanoloxia glaucocaerulea	azulinho	2,6
Cyanoloxia rothschildii	azulão-da-amazônia	2,8
Cyanophonia cyanocephala	gaturamo-rei	2,4
Cyanopsitta spixii	ararinha-azul	SI
Cygnus melancoryphus	cisne-de-pescoço-preto	18,0
Dacnis cayana	saí-azul	2,0
Dacnis flaviventer	saí-amarela	2,4
Dacnis lineata	saí-de-máscara-preta	2,0
Dacnis nigripes	saí-de-pernas-pretas	2,0
Daptrius ater	gavião-de-anta	SI
Dendrocygna autumnalis	marreca-cabocla	12,0
Dendrocygna bicolor	marreca-caneleira	11,0
Dendrocygna viduata	irerê	12,0
Deroptyus accipitrinus	anacã	9,0
Diopsittaca nobilis	maracanã-pequena	8,0
Dryocopus lineatus	pica-pau-de-banda-branca	5,5
Elanoides forficatus	gavião-tesoura	9,5
Elanus leucurus	gavião-peneira	9,5
Electron platyrhynchum	udu-de-bico-largo	4,0
Eudocimus ruber	guará	12,0
Euphonia cayennensis	gaturamo-preto	2,4
Euphonia chalybea	cais-cais	2,4
Euphonia chlorotica	fim-fim	2,2
Euphonia laniirostris	gaturamo-de-bico-grosso	2,4
Euphonia pectoralis	ferro-velho	2,0
Euphonia rufiventris	gaturamo-do-norte	2,4
Euphonia violacea	gaturamo	2,4
Euphonia xanthogaster	fim-fim-grande	2,0
Eupsittula aurea	periquito-rei	5,5
Eupsittula cactorum	periquito-da-caatinga	5,5

Eupsittula pertinax	periquito-de-bochecha-parda	SI
Eurypyga helias	pavãozinho-do-pará	6,3
Falco aesalon	esmerilhão-europeu	SI
Falco columbarius	esmerilhão	SI
Falco deiroleucus	falcão-de-peito-laranja	11,0
Falco femoralis	falcão-de-coleira	8,0
Falco peregrinus	falcão-peregrino	12,5
Falco rufigularis	cauré	6,3
Falco sparverius	quiriquiri	5,0
Falco tinnunculus	peneireiro-de-dorso-malhado	SI
Forpus modestus	tuim-de-bico-escuro-do-norte	SI
Forpus passerinus	tuim-santo	3,5
Forpus sclateri	tuim-de-bico-escuro	SI
Forpus xanthopterygius	tuim	4,0
Gallinula galeata	galinha-d'água	8,0
Geotrygon montana	pariri	5,0
Geotrygon saphirina	juriti-safira	SI
Geotrygon violacea	juriti-vermelha	5,5
Geranoaetus albicaudatus	gavião-de-rabo-branco	11,0
Geranoaetus melanoleucus	águia-serrana	15,0
Geranoaetus polyosoma	gavião-de-dorso-vermelho	9,5
Geranospiza caerulescens	gavião-pernilongo	7,0
Glaucidium brasilianum	caburé	5,5
Glaucidium hardyi	caburé-da-amazônia	5,0
Glaucidium minutissimum	caburé-miudinho	5,5
Glaucidium mooreorum	caburé-de-pernambuco	5,5
Gnorimopsar chopi	pássaro-preto	4,0
Graydidascalus brachyurus	curica-verde	SI
Guaruba guarouba	ararajuba	9,0
Gubernatrix cristata	cardeal-amarelo	3,8
Gymnoderus foetidus	anambé-pombo	SI
Gymnomystax mexicanus	iratauá-grande	5,5
Habia rubica	tiê-de-bando	3,5
Haematoderus militaris	anambé-militar	SI
Harpagus bidentatus	gavião-ripina	5,5
Harpagus diodon	gavião-bombachinha	6,3
Harpia harpyja	gavião-real	38,0
Heliornis fulica	picaparra	5,5
Heteronetta atricapilla	marreca-de-cabeça-preta	9,5
Icterus cayanensis	inhapim	3,5
Icterus chrysocephalus	rouxinol-do-rio-negro	3,5
Icterus croconotus	joão-pinto	3,2
Icterus jamacaii	corrupião	4,0
Icterus pyrrhopterus	encontro	3,2
Ilicura militaris	tangarazinho	2,0
Jacana jacana	jaçanã	5,5
Lamprospiza melanoleuca	pipira-de-bico-vermelho	SI
Lanio versicolor	pipira-de-asa-branca	2,4
Leistes superciliaris	polícia-inglesa-do-sul	4,0
Leptotila rufaxilla	juriti-de-testa-branca	5,0
Leptotila verreauxi	juriti-pupu	5,5
Lipaugus vociferans	cricrió	4,0
Lophostrix cristata	coruja-de-crista	11,0
Loriotus cristatus	tiê-galo	3,0
Machaeropterus regulus	tangará-rajado	1,8
Manacus manacus	rendeira	2,0
Mareca sibilatrix	marreca-oveira	9,5
Megascops alagoensis	corujinha-de-alagoas	SI
Megascops ater	corujinha-de-belém	SI
Megascops atricapilla	corujinha-sapo	7,0
Megascops choliba	corujinha-do-mato	8,0
Megascops roraimae	corujinha-de-roraima	SI
Megascops sanctaecatarinae	corujinha-do-sul	7,0
Megascops stangiae	corujinha-do-xingu	SI
Megascops usta	corujinha-relógio	8,0
Megascops watsonii	corujinha-orelhuda	6,3
Melanerpes candidus	pica-pau-branco	5,0
Melanerpes cruentatus	benedito-de-testa-vermelha	SI
Melanerpes flavifrons	benedito-de-testa-amarela	4,5
Micrastur buckleyi	falcão-de-buckley	SI
Micrastur gilvicollis	falcão-mateiro	6,3
Micrastur mintoni	falcão-críptico	6,3
Micrastur mirandollei	tanatau	SI
Micrastur ruficollis	falcão-caburé	5,5
Micrastur semitorquatus	falcão-relógio	11,0
Milvago chimachima	carrapateiro	8,0
Milvago chimango	chimango	6,3
Mimus gilvus	sabiá-da-praia	3,5
Mimus saturninus	sabiá-do-campo	4,0
Molothrus oryzivorus	iraúna-grande	4,0
Momotus momota	udu	5,0
Morphnus guianensis	uiraçu	15,0
Myiopsitta monachus	caturrita	6,5
Nemosia pileata	saíra-de-chapéu-preto	2,4
Nemosia rourei	saíra-apunhalada	SI

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Neochen jubata	pato-corredor	15,0
Netta erythrophthalma	paturi-preta	9,5
Netta peposaca	marrecão	11,0
Nomonyx dominicus	marreca-caucau	8,0
Nothocrax urumutum	urumutum	SI
Nothura boraquira	codorna-do-nordeste	6,0
Nothura maculosa	codorna-amarela	6,0
Nothura minor	codorna-mineira	SI
Odontophorus capueira	uru	8,0
Odontophorus gujanensis	uru-corcovado	8,0
Odontophorus stellatus	uru-de-topete	SI
Onychorhynchus coronatus	maria-leque	2,4
Onychorhynchus swainsoni	maria-leque-do-sudeste	2,4
Ortalis canicollis	aracuã-do-pantanal	SI
Ortalis guttata	aracuã-pintado	8,0
Ortalis motmot	aracuã-pequeno	SI
Ortalis squamata	aracuã-escamoso	8,0
Ortalis superciliaris	aracuã-de-sobrancelhas	9,5
Orthopsittaca manilatus	maracanã-do-buriti	SI
Oxyura vittata	marreca-rabo-de-espinho	9,0
Pandion haliaetus	águia-pescadora	17,5
Parabuteo leucorrhous	gavião-de-sobre-branco	SI
Parabuteo unicinctus	gavião-asa-de-telha	12,0
Paraclaravis geoffroyi	pararu-espelho	SI
Paroaria capitata	cavalaria	2,6
Paroaria coronata	cardeal	3,5
Paroaria dominicana	cardeal-do-nordeste	3,5
Paroaria gularis	cardeal-da-amazônia	3,0
Patagioenas cayennensis	pomba-galega	8,0
Patagioenas maculosa	pomba-do-orvalho	SI
Patagioenas picazuro	asa-branca	8,0
Patagioenas plumbea	pomba-amargosa	6,5
Patagioenas speciosa	pomba-trocal	6,5
Patagioenas subvinacea	pomba-botafogo	5,5
Pauxi mitu	mutum-do-nordeste	16,0
Pauxi tomentosa	mutum-do-norte	16,0
Pauxi tuberosa	mutum-cavalo	17,5
Penelope jacquacu	jacu-de-spix	11,0
Penelope jacucaca	jacucaca	11,0
Penelope marail	jacumirim	SI
Penelope obscura	jacuguaçu	13,0
Penelope ochrogaster	jacu-de-barriga-castanha	SI
Penelope pileata	jacupiranga	13,5
Penelope superciliaris	jacupemba	11,0
Phibalura flavirostris	tesourinha-da-mata	3,2
Phoenicircus carnifex	saurá	4,0
Phoenicircus nigricollis	saurá-de-pescoço-preto	4,0
Phoenicoparrus andinus	flamingo-dos-andes	15,0
Phoenicoparrus jamesi	flamingo-da-puna	15,0
Phoenicopterus chilensis	flamingo-chileno	16,0
Phoenicopterus ruber	flamingo	17,5
Piculus aurulentus	pica-pau-dourado	4,5
Piculus flavigula	pica-pau-bufador	4,5
Pionites leucogaster	marianinha-de-cabeça-amarela	7,5
Pionites melanocephalus	marianinha-de-cabeça-preta	8,0
Pionopsitta pileata	cuiú-cuiú	7,0
Pionus fuscus	maitaca-roxa	7,5
Pionus maximiliani	maitaca	8,0
Pionus menstruus	maitaca-de-cabeça-azul	8,0
Pionus reichenowi	maitaca-de-barriga-azul	SI
Pipra aureola	uirapuru-vermelho	2,0
Pipra fasciicauda	uirapuru-laranja	2,0
Pipra filicauda	rabo-de-arame	2,0
Pipraeidea melanonota	saíra-viúva	2,4
Piranga flava	sanhaço-de-fogo	3,2
Piranga leucoptera	sanhaço-de-asa-branca	2,8
Piranga olivacea	sanhaço-escarlate	SI
Piranga rubra	sanhaço-vermelho	SI
Platalea ajaja	colhereiro	15,0
Porphyrio martinica	frango-d'água-azul	7,0
Porphyriops melanops	galinha-d'água-carijó	6,3
Porphyrolaema porphyrolaema	cotinga-de-garganta-encarnada	SI
Porphyrospiza caerulescens	campainha-azul	2,6
Primolius auricollis	maracanã-de-colar	8,5
Primolius couloni	maracanã-de-cabeça-azul	8,5
Primolius maracana	maracanã	8,5
Procnias albus	araponga-da-amazônia	SI
Procnias averano	araponga-do-nordeste	6,0
Procnias nudicollis	araponga	5,0
Psarocolius bifasciatus	japuguaçu	4,0
Psarocolius decumanus	japu	5,0
Psarocolius viridis	japu-verde	4,0
Pseudoleistes guirahuro	chopim-do-brejo	4,5
Pseudoleistes virescens	dragão	4,0
Psittacara leucophthalmus	periquitão	7,0

Psophia crepitans	jacamim-de-costas-cinzentas	11,0
Psophia dextralis	jacamim-de-costas-marrons	SI
Psophia leucoptera	jacamim-de-costas-brancas	SI
Psophia ochroptera	jacamim-de-costas-amarelas	SI
Psophia viridis	jacamim-de-costas-verdes	9,5
Pteroglossus aracari	araçari-de-bico-branco	6,3
Pteroglossus azara	araçari-de-bico-de-marfim	5,5
Pteroglossus bailloni	araçari-banana	5,5
Pteroglossus beauharnaisii	araçari-mulato	6,0
Pteroglossus bitorquatus	araçari-de-pescoço-vermelho	5,5
Pteroglossus castanotis	araçari-castanho	6,3
Pteroglossus flavirostris	araçari-de-bico-amarelo	SI
Pteroglossus inscriptus	araçari-de-bico-riscado	5,0
Pteroglossus mariae	araçari-de-bico-marrom	5,5
Pteroglossus pluricinctus	araçari-de-cinta-dupla	SI
Pteroglossus viridis	araçari-miudinho	5,0
Pulsatrix koeniswaldiana	murucututu-de-barriga-amarela	13,0
Pulsatrix perspicillata	murucututu	13,5
Pyrilia barrabandi	curica-de-bochecha-laranja	6,5
Pyrilia caica	curica-de-chapéu-preto	SI
Pyroderus scutatus	pavó	6,3
Pyrrhura amazonum	tiriba-de-hellmayr	5,0
Pyrrhura cruentata	tiriba-grande	6,5
Pyrrhura devillei	tiriba-fogo	5,5
Pyrrhura egregia	tiriba-de-cauda-roxa	SI
Pyrrhura frontalis	tiriba	5,5
Pyrrhura griseipectus	cara-suja	5,0
Pyrrhura leucotis	tiriba-de-orelha-branca	5,0
Pyrrhura lucianii	tiriba-de-deville	SI
Pyrrhura melanura	tiriba-fura-mata	SI
Pyrrhura molinae	tiriba-de-cauda-vermelha	SI
Pyrrhura perlata	tiriba-de-barriga-vermelha	5,5
Pyrrhura pfrimeri	tiriba-de-pfrimer	5,0
Pyrrhura picta	tiriba-de-testa-azul	5,0
Pyrrhura roseifrons	tiriba-de-cabeça-vermelha	5,5
Pyrrhura rupicola	tiriba-rupestre	SI
Querula purpurata	anambé-una	SI
Ramphastos dicolorus	tucano-de-bico-verde	7,0
Ramphastos toco	tucanuçu	10,0
Ramphastos tucanus	tucano-de-papo-branco	10,0
Ramphastos vitellinus	tucano-de-bico-preto	8,0
Ramphocelus bresilia	tiê-sangue	3,2
Ramphocelus carbo	pipira-vermelha	3,2
Ramphocelus nigrogularis	pipira-de-máscara	3,2
Rauenia bonariensis	sanhaço-papa-laranja	3,2
Rhea americana	ema	SI
Rhynchotus rufescens	perdiz	9,5
Rostrhamus sociabilis	gavião-caramujeiro	9,5
Rupicola rupicola	galo-da-serra	SI
Rupornis magnirostris	gavião-carijó	8,0
Saltator coerulescens	sabiá-gongá	3,5
Saltator fuliginosus	bico-de-pimenta	4,0
Saltator maximus	tempera-viola	3,2
Saltator similis	trinca-ferro	3,5
Saltatricula atricollis	batuqueiro	4,0
Sarcoramphus papa	urubu-rei	SI
Sarkidiornis sylvicola	pato-de-crista	13,5
Schistochlamys melanopis	sanhaço-de-coleira	3,2
Schistochlamys ruficapillus	bico-de-veludo	3,2
Selenidera gouldii	saripoca-de-gould	5,5
Selenidera maculirostris	araçari-poca	5,5
Selenidera nattereri	saripoca-de-bico-castanho	SI
Selenidera piperivora	araçari-negro	5,5
Selenidera reinwardtii	saripoca-de-coleira	5,5
Sicalis citrina	canário-rasteiro	2,5
Sicalis flaveola	canário-da-terra	2,8
Sicalis luteola	tipio	2,5
Spatula cyanoptera	marreca-colorada	8,0
Spatula discors	marreca-de-asa-azul	8,0
Spatula platalea	marreca-colhereira	8,0
Spatula versicolor	marreca-cricri	8,0
Spinus magellanicus	pintassilgo	2,4
Spinus yarrellii	pintassilgo-do-nordeste	2,4
Spizaetus melanoleucus	gavião-pato	13,5
Spizaetus ornatus	gavião-de-penacho	17,5
Spizaetus tyrannus	gavião-pega-macaco	17,5
Sporophila albogularis	golinho	2,4
Sporophila angolensis	curió	2,5
Sporophila bouvreuil	caboclinho	2,2
Sporophila caerulescens	coleirinho	2,2
Sporophila cinnamomea	caboclinho-de-chapéu-cinzento	2,2
Sporophila collaris	coleiro-do-brejo	2,4
Sporophila crassirostris	bicudinho	2,8
Sporophila falcirostris	cigarra-verdadeira	2,2
Sporophila frontalis	pixoxó	2,4

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Sporophila hypoxantha	caboclinho-barriga-vermelha	1,8
Sporophila leucoptera	chorão	2,5
Sporophila lineola	bigodinho	2,2
Sporophila maximiliani	bicudo	3,0
Sporophila melanogaster	caboclinho-de-barriga-preta	2,2
Sporophila nigricollis	baiano	2,2
Sporophila palustris	caboclinho-de-papo-branco	2,2
Sporophila pileata	caboclinho-branco	2,2
Sporophila plumbea	patativa	2,4
Stephanophorus diadematus	sanhaço-frade	3,2
Stilpnia cayana	saíra-amarela	2,4
Stilpnia cyanicollis	saíra-de-cabeça-azul	2,0
Stilpnia nigrocincta	saíra-mascarada	SI
Stilpnia peruviana	saíra-sapucaia	2,8
Stilpnia preciosa	saíra-preciosa	2,6
Strix huhula	coruja-preta	13,0
Strix hylophila	coruja-listrada	8,0
Strix virgata	coruja-do-mato	13,0
Tachyphonus coronatus	tiê-preto	3,0
Tachyphonus rufus	pipira-preta	3,5
Tangara brasiliensis	cambada-de-chaves	3,2
Tangara chilensis	sete-cores-da-amazônia	2,2
Tangara cyanocephala	saíra-militar	2,4
Tangara cyanomelas	saíra-pérola	SI
Tangara cyanoventris	saíra-douradinha	2,0
Tangara desmaresti	saíra-lagarta	2,0
Tangara fastuosa	pintor	2,6
Tangara gyrola	saíra-de-cabeça-castanha	SI
Tangara mexicana	saíra-de-bando	2,8
Tangara seledon	saíra-sete-cores	2,6
Tangara velia	saíra-diamante	2,4
Taoniscus nanus	codorninha	SI
Tersina viridis	saí-andorinha	2,4
Thectocercus acuticaudatus	aratinga-de-testa-azul	7,0
Theristicus caudatus	curicaca	13,0
Thlypopsis pyrrhocoma	cabecinha-castanha	2,0
Thraupis cyanoptera	sanhaço-de-encontro-azul	3,2
Thraupis episcopus	sanhaço-da-amazônia	2,8
Thraupis ornata	sanhaço-de-encontro-amarelo	3,2
Thraupis palmarum	sanhaço-do-coqueiro	3,2
Thraupis sayaca	sanhaço-cinzento	2,8
Tinamus guttatus	inambu-galinha	8,0
Tinamus major	inambu-serra	11,0
Tinamus solitarius	macuco	12,0
Tinamus tao	azulona	SI
Touit melanonotus	apuim-de-costas-pretas	5,0
Touit surdus	apuim-de-cauda-amarela	4,5
Trichothraupis melanops	tiê-de-topete	3,2
Triclaria malachitacea	sabiá-cica	8,0
Trogon collaris	surucuá-de-coleira	3,2
Trogon curucui	surucuá-de-barriga-vermelha	3,2
Trogon rufus	surucuá-dourado	3,2
Trogon surrucura	surucuá-variado	3,2
Trogon viridis	surucuá-de-barriga-amarela	4,5
Turdus albicollis	sabiá-coleira	4,0
Turdus amaurochalinus	sabiá-poca	4,0
Turdus flavipes	sabiá-una	4,0
Turdus fumigatus	sabiá-da-mata	4,0
Turdus lawrencii	caraxué-de-bico-amarelo	4,0
Turdus leucomelas	sabiá-branco	4,0
Turdus nudigenis	caraxué	3,2
Turdus rufiventris	sabiá-laranjeira	4,0
Turdus subalaris	sabiá-ferreiro	3,2
Tyto furcata	suindara	12,0
Uropelia campestris	rolinha-vaqueira	4,0
Urubitinga coronata	águia-cinzenta	22,0
Urubitinga solitaria	águia-solitária	SI
Urubitinga urubitinga	gavião-preto	15,0
Vanellus chilensis	quero-quero	5,5
Volatinia jacarina	tiziu	2,0
Xipholena lamellipennis	bacacu-preto	SI
Xipholena punicea	bacacu	4,5
Zenaida auriculata	avoante	4,5
Zonotrichia capensis	tico-tico	2,4

ANEXO XII

MODELO DE RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANTEL

Instituto Água e Terra

RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANTEL

Ano: Período:
Empreendedor: No. CTF:

Empreendimento: Categoria:
Finalidade:

NOME CIENTÍFICO	PLANTEL ANTERIOR				ENTRADAS				SAÍDAS							PLANTEL ATUAL			
	M	F	I	T	AQ	NC	TE	T	TS	AB	VD	FR	EV	OB	T	M	F	I	T

Legenda: M (Macho), F (Fêmea), I (Indeterminado), T (Total), AQ (Entrada c/ NF), NC (Nascimento), TE (Entrada por Transferência, Permuta, Depósito c/ Doc. Oficial) TS (Saída por Transferência, Permuta, Doação c/ Doc. Oficial), AB (Abate), VD (Venda c/ NF), FR (Furto/Roubo c/ B.O.), EV (Evasão), OB (Óbito)

88628/2026

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS NOMEADOS PELOS DECRETOS Nº. 14.144 E Nº.14.145, DE 24 DE JUNHO DE 2026, PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL Nº. 12.171, DE 24 DE JUNHO DE 2026

O Diretor Presidente Instituto Água e Terra, Sr. José Volnei Bisognin, **RESOLVE CONVOCAR** os candidatos aprovados no Concurso Público regulamentado pelo Edital n° 002/2024 - DRH/SEAP, de 02 de janeiro de 2024, para provimento nos cargos de Agente Profissional e Agente de Execução do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, nomeados pelos Decretos Estaduais nº 14.144 e nº 14.145, de 24 de junho de 2026, para posse e, na sequência, exercício no respectivo cargo/função.

Os candidatos convocados para realizar a escolha de vagas **presencialmente**, nos termos do estabelecido no art. 3°, §s 1°, 2° e 3° do Decreto n° 7.116, de 28 de janeiro de 2013, com data definida para o **06/07/2026, no horário entre 9h às 15h30, confome estabelecido no anexo I do Edital nº 170/2026,** deverão encaminhar a documentação para posse e exercício, na sequência apresentada no **Anexo I**, por meio do sistema eProtocolo Digital do Governo do Estado do Paraná, no período de **06/07/2026 a 13/07/2026**, para conferência. Caso seja verificada ausencia ou a inserção em ordem diversa da prevista no **Anexo I**, será encaminhado, para o e-mail informado na Ficha Cadastral, pedido de complementação ou regularização da documentação.

Os candidatos convocados para realizar a escolha de vagas por meio do **eProtocolo**, **confome estabelecido no anexo II Edital nº 170/2026,** deverão encaminhar a documentação para posse e exercício, na sequência apresentada no **Anexo I**, por meio do sistema eProtocolo Digital do Governo do Estado do Paraná, no período de **06/07/2026 a 13/07/2026**, para conferência. Caso seja verificada ausencia ou a inserção em ordem diversa da prevista no **Anexo I**, será encaminhado, para o e-mail informado na Ficha Cadastral, pedido de complementação ou regularização da documentação.

Os candidatos nomeados **diretamente** para o Instituto Água e Terra, **confome estabelecido no anexo III do Edital nº 170/2026 e no Anexo I do Edital nº 169/2026,** deverão encaminhar a documentação para posse e exercício, na sequência apresentada no **Anexo I**, por meio do sistema eProtocolo Digital do Governo do Estado do Paraná, no período de **03/07/2026 a 10/07/2026**, para conferência. Caso seja verificada ausencia ou a inserção em ordem diversa da prevista no **Anexo I**, será encaminhado, para o e-mail informado na Ficha Cadastral, pedido de complementação ou regularização da documentação.

A não apresentação dos documentos comprobatórios ou a falta de comprovação de qualquer dos requisitos exigidos para a posse no cargo/função, especificados neste Edital, impedirá a posse do candidato e, automática e consequentemente, implicará a sua eliminação do Concurso Público e a nulidade da aprovação ou da classificação e perda dos efeitos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.

Verificada a falsidade nos documentos apresentados, será o candidato eliminado do Concurso Público, com nulidade da aprovação ou da classificação e dos efeitos decorrentes, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Os candidatos com os documentos conferidos e aprovados pela Divisão de Recursos Humanos deverão comparecer nos horários e dias estabelecidos no **Anexo II**, **na Divisão de Recursos Humanos do Instituto Água e Terra, localizada na Rua Desembargador Motta, 3384 - Mercês, Curitiba/PR,** para assinatura dos termos de posse e, em sequência, exercício.

Contatos: (41) **3304-7070 / 3304-7021**
e-mail: daltonmesquita@iat.pr.gov.br
e-mail: gleiserdossantos@iat.pr.gov.br

JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

ANEXO I

Passo a passo para a entrega da documentação para posse e exercício

Dos requisitos exigidos para a investidura, posse e exercício no cargo, conforme o EDITAL Nº 002/2024 - DRH/SEAP.

Acessar o link: https://www.administracao.pr.gov.br/Recursos-Humanos/Pagina/Formularios-Ingresso

Seguir os passos para encaminhar os documentos para posse e exercício.

Formulários – Ingresso

Prezado(a) Servidor(a),

Com a finalidade de facilitar o preenchimento dos formulários para solicitação de análise da documentação através de protocolo digital, disponibilizamos nesta página os modelos no formato.pdf editável.

Para utilizá-los é necessário **fazer o download do arquivo**.

Finalizado o preenchimento de todos os campos, adote os seguintes procedimentos:

1. Salvar os arquivos;
2. Solicitar abertura o protocolo digital http://eprotocolo.pr.gov.br/
3. Incluir o(s) documento(s);
4. Assinar eletronicamente;
5. Encaminhar o protocolo digital conforme orientações da Unidade de Recursos Humanos.
6. Após inclusões e assinaturas dos documentos direcionar o protocolo para o local abaixo:

ÓRGÃO: IAT – INSTITUTO ÁGUA E TERRA
LOCAL: IAT/PTG – PROTOCOLO GERAL

Em seguida será direcionado para o local:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

LOCAL: IAT/DIAFI/CONCURSO-DOCUMENTACAO – DOCUMENTOS CONCURSADOS

Solicitamos que seja encaminhado um e-mail para daltonmesquita@iat.pr.gov.br e gleiserdossantos@iat.pr.gov.br, informando o número do protocolo referente ao encaminhamento da documentação de posse e exercício.

Cargo Efetivo

1) Para a Posse
Para a posse no cargo, o candidato deverá apresentar a seguinte documentação, disponibilizada através do link abaixo.

Checklist de documentos para Posse
https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2025-11/check-list_posse_form.pdf

Documentação para posse

Documentos Pessoais
1. Documento de Identificação Oficial (RG);
2. Certificado de reservista ou de dispensa do serviço militar;
3. Título de eleitor e certidão de quitação eleitoral https://www.tre-pr.jus.br/#/;
4. Certificado e Histórico Escolar (nível médio/técnico/profissionalizante);
5. Diploma de Curso Superior ou Certificado de Colação de Grau e Histórico Escolar (nível superior ou técnico profissionalizante);
6. Registro regular no respectivo órgão de classe (nível superior/técnico /profissionalizante);
7. Comprovante de pagamento de outro vínculo público, caso informado acúmulo legal;
8. Outras exigências contempladas no Edital de Regulamento do Concurso Público e Perfil Profissiográfico do cargo/função;

Certidões e Declarações e Atestados
9. Certidão Criminal da Justiça Estadual dos lugares onde haja residido nos últimos cinco anos (Estas Certidões deverão ser emitidas em 1.º e 2.º Grau de Jurisdição. O Tribunal de Justiça do Paraná disponibiliza o serviço de emissão gratuita (pela internet, através deste link) apenas certidão de 2.º Grau de Jurisdição - Antecedentes para Pessoa Física. A certidão criminal de 1.º Grau de Jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Paraná, deverá ser solicitada diretamente no Cartório Distribuidor da respectiva comarca onde o nomeado tenha residido nos últimos cinco anos, conforme normas estabelecidas pelo Poder Judiciário. As certidões de 1.º e 2.º Grau expedidas pelo **Poder Judiciário de outros Estados** deverão ser solicitadas de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pelos respectivos Tribunais).

Certidão de 2.º Grau de Jurisdição – TJPR
Criminal
https://portal.tjpr.jus.br/portletforms/publico/frm.do?idFormulario=6191

Certidão de 1.º Grau de Jurisdição
Criminal do 1ª Distribuidor
http://www.1distribuidorcuritiba.com.br/mobile/

Criminal do 2ª Distribuidor
http://www.2distribuidorcuritiba.com.br/default/

As certidões acima são para os nomeados que residem no Estado do Paraná e na cidade de Cuririba. Para outros Estados e Cidades procurar pelo Cartório Distribuidor da respectiva comarca onde o nomeado tenha residido nos últimos cinco anos.

10. Declaração de bens, direitos e valores que constituem o seu patrimônio (Decreto Estadual nº 2141/2008).
https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/10_declaracao_de_bens_valores.pdf
11. Declaração de não demissão de cargo público em consequência de pena disciplinar ou perda do cargo público em razão de ordem judicial transitada em julgado a ser cumprida ou em cumprimento.
https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/8_declaracao_perda_cargo_publico.pdf
12. Declaração de Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.
https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/3._declaracao_acumulo_cargo_1_servidor_0.pdf
12.1 Declaração de Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.
https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-06/3._declaracao_acumulo_cargo_3_servidor_opcao_portal_0_2.pdf
12.2 Declaração de Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.
https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-06/3._declaracao_acumulo_cargo_3_servidor_opcao_portal_0_2.pdf

2) Para o Exercício

Para o exercício do cargo, o candidato nomeado deverá apresentar a seguinte documentação, disponibilizada através do link abaixo.

Checklist de Documentos para Exercício
https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-09/check-list_exercicio.pdf

Documentação para o exercício

1. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
2. Documento que informe o número do PIS/PASEP, se já for cadastrado;
3. Comprovante de residência atual ou declaração reconhecida em cartório;
4. Certidão de Casamento e CPF do cônjuge;
5. Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores;
6. Dados de conta corrente na Instituição Financeira indicada pelo órgão;
Cartão ou extrado de abertura de conta do Banco do Brasil
7. 1 foto 3x4;
8. Autorização para acesso aos dados de bens e rendas da Declaração do IRRF (Decreto n.º 2141/2008);
https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/4._autorizacao_acesso_receita_federal.pdf
9. Declaração de Bens e Renda – Servidor Isento de Declarar Imposto de Renda (caso seja isento);
https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/7_declaracao_isencao_irpf_0.pdf
10. Autodeclaração Étnico Racial;
https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-05/autodeclaracao_etnico-racial_3_0.pdf
11. Declaração sobre Ingresso no Serviço Público em Cargo Efetivo para Fins de Análise do Regime Previdenciário Aplicável;
https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-01/termo_declaracao_para_definicao_regime_previdenciario-7_0.pdf
12. Formulário de Adesão Facultativa ao Plano de Benefícios da Previdência Complementar.
https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/202604/formulario_adesao_facultativa_servidor_remuneracao_acima_teto_rgps_plano_beneficios_previdencia_complementar_icatu_0.pdf
13. Ficha Cadastral;
https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-01/anexo_formulario_ingresso_-_ficha_cadastral_alterada_-_art_159-a_editavel_1.pdf

ANEXO II

Horário de Atendimento

A recepção dos candidatos definidos para o Instituto Água e Terra, conforme os Anexos **I, II e III** dos Editais nº **170/2026 e nº 169/2026**, para a assinatura dos termos de posse e de exercício, será realizada no dia **20/07/2026, das 9h às 12h e das 13h às 16h.**

Função	Horários
Fiscal de Meio Ambiente. Técnico de Menejo e Meio Ambiente. Técnico de Laboratório. Engenheiro de Segurança do Trabalho. Engenheiro Cartógrafo.	9h às 12h
Engenheiro de Pesca.	
Engenheiro Civil. Assistente Social. Contador. Economista.	13h às 16h

A recepção dos candidatos definidos para o Instituto Água e Terra, conforme **Anexo I do Edital n° 170/2026**, para a assinatura dos termos de posse e exercício, será realizada no dia **21/07/2026, das 9h às 12h e das 13h às 16h.**

Função	Horários
Engenheiro Ambiental.	9h às 12h
Administrador.	13h às 16h

88415/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA N.º 463, DE 2 DE JULHO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 13.433, de 23 de abril de 2026, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o protocolo nº 21.195.294-6.

RESOLVE

Art. 1º Substituir a servidora Mara Regina de Lima Barreto, designada pela Portaria IAT n.º 451, de 19 de outubro de 2023, pela servidora Mayara Cordeiro de Campos Silva, para o exercício de coordenação de atividades de fiscalização ambiental do Escritório Regional de Umuarama – ERUMU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de julho de 2026.

JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

88445/2026

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA N.º 464, DE 2 DE JULHO DE 2026

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 13.433, de 23 de abril de 2026, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

• Considerando a Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná – Estatuto do Servidor;
• Considerando a Lei Estadual nº 20.656, de 03 de agosto de 2021, que estabelece normas gerais e procedimentos especiais sobre atos e processos administrativos que não tenham disciplina legal específica, no âmbito do Estado do Paraná; e
• Considerando o conteúdo do protocolo nº 25.537.618-7.

RESOLVE

Art. 1º Acolher o Relatório da Comissão Sindicância, instaurada através da Portaria IAT nº, 304, de 23 de abril de 2026.

Art. 2º Determinar o arquivamento do processo de sindicância com amparo no art. 125, IV, “a”, da Lei Estadual nº 20.656/2021, diante da inexistência de irregularidade funcional comprovada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de julho de 2026.

JOSÉ VOLNEI BISOGNIN
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

88452/2026

Portaria n° 11458/2026/OD-GOUT. Prot. 24.369.497-3. Captação superficial. Outorgado(s) JOÃO REINALDO CLASEN - CPF/CNPJ 515.433.899-53. Rio Ivaí. Ivaí. Coordenadas UTM 7.429.280,00 N 294.930,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 410.35 m³/h 21:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Planaltina do Paraná. Esta portaria revoga a portaria n° 13703/2024/OD-GOUT.

88631/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE TOLEDO, a Autorização Ambiental - AA nº 64794 com validade até 02/07/2029, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:RUA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, S/N Bairro:INDEPENDENCIA Cep:85906568Toledo no município de Toledo/PR.

88701/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DROMOS INFRAESTRUTURA LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 64791 com validade até 01/07/2028, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:VEREADOR EPAMINONDAS SILVA Bairro: Cep:83660000Balsa Nova no município de Campo Largo/PR.

88706/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A., a Autorização Ambiental - AA nº 64789 com validade até 01/07/2028, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:RUA PRESIDENTE FARIA, Nº 181, CENTRO Bairro:CENTRO Cep:80020290CURITIBA no município de Campo Largo/PR.

88708/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MOVIMENTAÇÃO DE SOLO - ÁREA DE BOTA-FORA, a Autorização Ambiental - AA nº 64788 com validade até 01/07/2028, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:ZONA RURAL Bairro: Cep:85240000Mato Rico no município de Mato Rico/PR.

88704/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MOVIMENTAÇÃO DE SOLO ACIMA 1000 M³, a Autorização Ambiental - AA nº 64796 com validade até 02/07/2028, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:RUA ETTORE GIOVINE 1320 Bairro:JARDIM SANTA CECILIA Cep:87702000Paranavaí no município de Paranavaí/PR.

88702/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE PINHALÃO, a Autorização Ambiental - AA nº 64792 com validade até 02/07/2028, para Pontes a ser implantada na Endereco:RUA DOMINGOS CALIXTO 483 no município de Pinhalão/PR.

88700/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à HOBI MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 64793 com validade até 02/07/2028, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:LOCALIDADE DE DIVIVA S/N no município de São Mateus do Sul/PR.

88698/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Estrada Municipal Relíquia do Norte, a Autorização Ambiental - AA nº 64787 com validade até 01/01/2027, para Rodovias a ser implantada na Endereco:Estrada Municipal Relíquia do Norte - Trecho Batatinha - Fase 03 Bairro:Zona Rural Cep:87950000Porto Rico no município de Porto Rico/PR.

88707/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A., a Autorização Ambiental - AA nº 64790 com validade até 01/07/2028, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:RUA PRESIDENTE FARIA, Nº 181, CENTRO Bairro:CENTRO Cep:80020290CURITIBA no município de Araucária/PR.

88705/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE TOLEDO, a Autorização Ambiental - AA nº 64795 com validade até 02/07/2029, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:R. GIUSTINA GENARI, FRANCISCO RIGO, JULCI L STRIEDER e NELSON D.V Bairro:TOCANTINS Cep:85904480Toledo no município de Toledo/PR.

88699/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MINERAÇÃO MOTTICAL LTDA, a Licença de Operação - LO nº 37453 com validade até 02/07/2030, para Explotação instalada na Endereco:DOM RODRIGO Bairro:DOM RODRIGO Cep:83601777Campo Largo no município de Campo Largo/PR.

88697/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IMBIAGRO INSUMOS AGRICOLAS LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 378150 com validade até 01/07/2031, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins a ser implantada na Avenida Aldebaran Brasil, 563 no município de Imbituva/PR.

88303/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à M C ALVES & CIA LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 379536 com validade até 01/07/2031, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista não especificado anteriormente a ser implantada na Avenida Esplanada, 625 no município de Rolândia/PR.

88328/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AGROMASTER MAQUINAS AGRICOLAS S/A, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 378317 com validade até 01/07/2031, para Comércio e Serviço - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos a ser implantada na Alameda Virgílio Moreira, 1839 no município de Irati/PR.

88313/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VILA VERDE & MARTINS LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 378704 com validade até 01/07/2031, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na AVENIDA ALDEBARAN BRASIL, 1612 no município de Imbituva/PR.

88292/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE JANDAIA DO SUL, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 379537 com validade até 01/07/2031, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos exclusivamente provenientes do sistema de limpeza pública a ser implantada na Estrada v/ para Marumbi km.02, Km.02 no município de Jandaia do Sul/PR.

88298/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AUGUSTO KUACHINESKI, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 379604 com validade até 01/07/2031, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na Estrada Geral Areia Preta, SN no município de Imbaú/PR.

88327/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº 379476 com validade até 01/07/2028, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista de insumos agropecuários, exceto agrotóxicos instalada na Rodovia PR 537, s/nº no município de Bela Vista do Paraíso/PR.

88320/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à POSTO BOA VISTA LTDA, a Licença de Operação - LO nº 379508 com validade até 01/07/2030, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Rua São Josafat, 1815 no município de Prudentópolis/PR.

88319/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FERTIPAR FERTILIZANTES DO PARANA LTDA, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 248290 com validade até 26/07/2027, para Comércio e Serviço - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes instalada na Rua José Cadilhe, 279 no município de Paranaguá/PR.

88326/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PANKA CONCRETO E ARGAMASSA LTDA - EPP, a Licença de Operação de Regularização - LOR nº 374357 com validade até 01/07/2031, para Industrial - Industrias diversas instalada na Condominio Industrial de Irati - BR 277, s/n no município de Irati/PR.

88296/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à B 2 COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, a Licença de Operação de Regularização - LOR nº 379499 com validade até 01/07/2028, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 1571 no município de Candói/PR.

88293/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CD SAFETY COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 379650 com validade até 01/07/2036, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins a ser implantada na Rua Comendador Correia Júnior, 222 no município de Paranaguá/PR.

88306/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RUBENS RAFAEL SCHU, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 379655 com validade até 01/07/2028, para Agropecuária - Suinocultura a ser implantada na LINHA RIO DO MATO, SN no município de Francisco Beltrão/PR.

88300/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALEX PEDRO CICILIATO, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 379632 com validade até 01/07/2028, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Estrada São Francisco, Km 15, S/N no município de Ubiratã/PR.

88321/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CLEITON JOSÉ SCHUH, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 379666 com validade até 01/07/2028, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na vicinal 7, s/n no município de Mallet/PR.

88304/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à REGINALDO VILELA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 379544 com validade até 01/07/2028, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Chacara Vilela, sn no município de Joaquim Távora/PR.

88318/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SLS SERVIÇOS LTDA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 379540 com validade até 01/07/2028, para Agropecuária - Aquicultura a ser implantada na AREA RURAL, SN no município de Cascavel/PR.

88309/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GIOVANI DE SOUZA DAROZ, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 379631 com validade até 01/07/2028, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Estrada para Roncador Km 3, S/N no município de Nova Cantu/PR.

88311/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, a Licença Prévia - LP nº 379660 com validade até 01/07/2028, para Comércio e Serviço - Administração pública em geral a ser implantada na Rua Ministro Gabriel Passos c/ Rua Quatro Martires, 0 no município de Guaíra/PR.

88325/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BR FALLS SPE LTDA, a Licença Prévia - LP nº 379628 com validade até 01/07/2028, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na Rua Ana Dotto Sotelo, 450 no município de Foz do Iguaçu/PR.

88314/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALEXANDRE DOS SANTOS, a Licença Prévia - LP nº 379441 com validade até 01/07/2028, para Imobiliário - Edificações a ser implantada na Rua Guaporé, 5-E no município de Campo Largo/PR.

88301/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MVS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, a Licença Prévia - LP nº 379348 com validade até 01/07/2028, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, 3960 no município de Paranaguá/PR.

88302/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RESIDENCIAL CARTAGENA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, a Licença Prévia - LP nº 379665 com validade até 01/07/2028, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na Rua Sanhaço do Mangue, 0 no município de Arapongas/PR.

88312/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PATRANSCON COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, a Licença Prévia - LP nº 379296 com validade até 01/07/2028, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes a ser implantada na Rua 02 - Lote 01, s/n no município de Irati/PR.

88308/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS CONRADO LTDA ME, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 378311 com validade até 01/07/2028, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na Rod. BR 373 km 232, S/N no município de Imbituva/PR.

88307/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à REGINALDO WENDLER & CIA LTDA, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 372214 com validade até 01/07/2028, para Industrial - Industrias diversas a ser implantada na Mato Branco de Baixo, SN no município de Imbituva/PR.

88317/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à WALTER HARUMI DOI E CIA LTDA - EPP, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 379467 com validade até 01/07/2027, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores a ser implantada na Av. Presidente Vargas, 1454 no município de Sertaneja/PR.

88294/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PAULO ALEXANDRE BORBA MICHELON, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 379671-R3 com validade até 01/07/2028, para Agropecuária - Aquicultura a ser implantada na LOTE RURAL Nº 5-F DA COLONIA B, S/N no município de Ouro Verde do Oeste/PR.

88290/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ENGEPROCONS LAJES DE CONCRETO LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 378725-R2 com validade até 01/07/2031, para Industrial - Industrias diversas instalada na RUA EXPEDICIONÁRIO JOÃO PROTZEK, 2900 no município de Irati/PR.

88310/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GREIF EMBALAGENS INDUSTRIAIS DO BRASIL LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 379511-R3 com validade até 01/07/2031, para Industrial - Ind. de produtos de matéria plástica instalada na Avenida Dez de Dezembro, 7757 no município de Londrina/PR.

88291/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FUTURA USINA ALCOOL, ACUCAR E ENERGIA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 379640-R1 com validade até 01/07/2032, para Industrial - Ind. do açúcar e do álcool instalada na Distrito Ivailândia, s/n no município de Engenheiro Beltrão/PR.

88297/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à POSTO V. BRAMBILA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 379662-R2 com validade até 01/07/2028, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Avenida Governador Roberto da Silveira, 74 no município de Apucarana/PR.

88299/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMERCIO DE CEREAIS ONISKO LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 378288-R1 com validade até 01/07/2031, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na Av. Noé Rebesco, 129 no município de Irati/PR.

88305/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à L C PENTEADO COMPENSADOS - ME, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 374165-R3 com validade até 01/07/2031, para Industrial - Ind. da madeira instalada na Rua Zeni Veine da Silveira, s/n° no município de Imbituva/PR.

88315/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à REGINALDO WENDLER & CIA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 372102-R2 com validade até 01/07/2031, para Industrial - Industrias diversas instalada na Mato Branco de Baixo, SN no município de Imbituva/PR.

88316/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COCAMAR COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 379543-R2 com validade até 01/07/2030, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na Rodovia BR-376, KM 354, S/N no município de Apucarana/PR.

88322/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SLI ARMAZENS GERAIS E TERMINAL DE CARGAS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 379163-R2 com validade até 01/01/2029, para Comércio e Serviço - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes instalada na Rodovia Br 277, SN no município de Paranaguá/PR.

88329/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMBUSTIVEIS GUAPO LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 379589-R1 com validade até 01/07/2027, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Rua João Vecchi, 2186 no município de Campo Mourão/PR.

88330/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EDIO RODRIGO WELTER, a Renovação da Licença por Adesão e Compromisso - RLAC nº 379627 com validade até 01/07/2031, para Agropecuária - Suinocultura instalada na Parte do Lote Rural 107/, 108 no município de Medianeira/PR.

88295/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

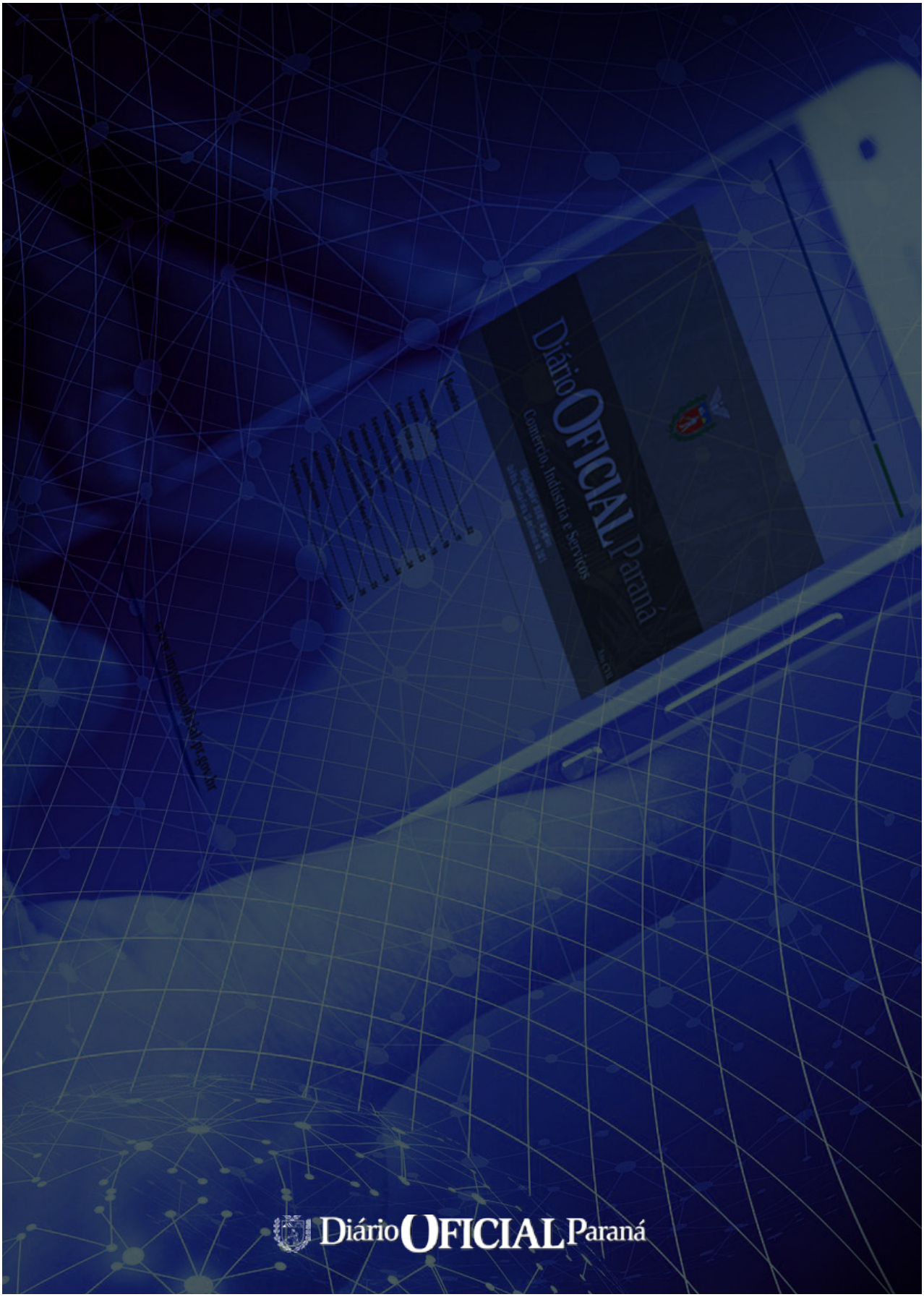
O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALBERT CRISTIAAN KOK, a Renovação da Licença por Adesão e Compromisso - RLAC nº 379643 com validade até 01/07/2031, para Agropecuária - Bovinocultura de leite instalada na Chácara Taquaral, S/N no município de Jaguariaíva/PR.

88323/2026

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CLAUDIOMAR RIZZATTI, a Renovação da Licença por Adesão e Compromisso - RLAC nº 379658 com validade até 01/07/2031, para Agropecuária - Suinocultura instalada na Linha Vargem Bonita, s/n no município de Ampére/PR.

88324/2026



Secretaria da Educação

Secretaria de Estado da Educação – SEED

PORTARIA N° 171/2026 – NRHS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos abaixo relacionados, na parte que designou os servidores, para prestarem serviços junto as funções e locais que especifica, retornando, em consequência, as suas lotações de origem:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
820.XXX.XXX-68	CLEOMAR SCHMITZ	1	QPM	NOVA PRATA DO IGUACU	NOVA PRATA DO IGUACU - LOCAL	ASSISTENTE DE MUNICIPIO	20	P0006925-25/02/2025 a partir de 23/07/2026

Curitiba, 24 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88255/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED

PORTARIA N° 178/2026 – NRHS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos abaixo relacionados, na parte que designou os servidores, para prestarem serviços junto as funções e locais que especifica, retornando, em consequência, as suas lotações de origem:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
029.XXX.XXX-48	NILZA APARECIDA MARTELLI ORNELLAS	1	QPM	RONCADOR	RONCADOR - LOCAL	ASSISTENTE DE MUNICIPIO	20	G0002022-08/03/2022 a partir de 22/06/2026

Curitiba, 29 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88256/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED

PORTARIA N° 179/2026 – NRHS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores, abaixo relacionados para prestarem serviços junto as funções e locais que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
028.XXX.XXX-43	ADELITA KOVALEK	99	QPM	RONCADOR	RONCADOR - LOCAL	ASSISTENTE DE MUNICIPIO	20	A partir de 22/06/2026

Curitiba, 29 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88257/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED

PORTARIA N° 183/2026 – NRHS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos abaixo relacionados, na parte que designou os servidores, para prestarem serviços junto as funções e locais que especifica, retornando, em consequência, as suas lotações de origem:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
801.XXX.XXX-04	GILMAR DOS SANTOS ROCHA	96	QPM	ARAPUA	ARAPUA - LOCAL	ASSISTENTE DE MUNICIPIO	20	G0002022-08/03/2022 a partir de 30/06/2026

Curitiba, 30 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88258/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2964/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte de designou os mencionados servidores como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
034.XXX.XXX-14	ANA PAULA CESAR WOZNIAKOWSKI	1	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	R0175923-24/03/2023 a partir de 15/06/2026
058.XXX.XXX-02	ANA PAULA SESTAKI SCARABELOT	4	S100	ENGENHEIRO BELTRAO	ANTONIO VIEIRA, CEC-M PE - EFMN ETI P	COORD CURSO-FORMACAO DOCENTE	5	R0094626-25/02/2026 a partir de 18/06/2026
058.XXX.XXX-02	ANA PAULA SESTAKI SCARABELOT	4	S100	ENGENHEIRO BELTRAO	ANTONIO VIEIRA, CEC-M PE - EFMN ETI P	COORD CURSO-FORMACAO DOCENTE	5	R0094626-25/02/2026 a partir de 18/06/2026
031.XXX.XXX-79	ANELIZE PAULO DA SILVA	2	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. DE CONTROLE DE MATERIAIS	APOIO	20	R0176423-24/03/2023 a partir de 23/06/2026
552.XXX.XXX-87	ANGELA RENATA DE SOUSA CORDEIRO	23	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE APOIO NAS	20	R0237825-28/04/2025 a partir de 15/06/2026
616.XXX.XXX-49	ANGELISA CAVALHEIRO BACHINI	3	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE DA EDUC ESPECIAL	20	R0534625-24/09/2025 a partir de 15/06/2026
036.XXX.XXX-38	ANTONIO ROBERTO DA SILVA	1	S100	COLOMBO	CEEBJA ULYSSES GUIMARAES-EF M	DIRETOR	20	R0763825-18/12/2025 a partir de 10/06/2026
053.XXX.XXX-94	BARBARA BUENO FURQUIM	3	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	R0269326-03/06/2026 a partir de 22/06/2026
813.XXX.XXX-34	CATIA JOZE DE SOUZA MATTOSO	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DEP DE ADM.E REC. HUMANOS	APOIO	20	R0176423-24/03/2023 a partir de 23/06/2026
036.XXX.XXX-42	CLAUDIA DOS SANTOS SILVA	56	S100	PARANAVAI	PARANAVAI, C E DE-EF M N PROFIS	COORD ESTAGIO-FORMACAO DOCENTE	5	R0028726-27/01/2026 a partir de 17/06/2026
036.XXX.XXX-42	CLAUDIA DOS SANTOS SILVA	56	S100	PARANAVAI	PARANAVAI, C E DE-EF M N PROFIS	COORD ESTAGIO-FORMACAO DOCENTE	5	R0028726-27/01/2026 a partir de 17/06/2026
036.XXX.XXX-42	CLAUDIA DOS SANTOS SILVA	56	S100	PARANAVAI	PARANAVAI, C E DE-EF M N PROFIS	COORD ESTAGIO-FORMACAO DOCENTE	5	R0028726-27/01/2026 a partir de 17/06/2026
026.XXX.XXX-07	CLAUDINEIA SCHINEMANN	1	S100	PONTAL DO PARANA	HELIO ANTONIO DE SOUZA, C E C-M-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0296526-24/06/2026 a partir de 15/06/2026
899.XXX.XXX-04	CLEIA CRISTINA PEREIRA SCHIESSL SGOBERO	2	S100	OURIZONA	BENOIL F M BOSKA, C E PROF-EF M ETI	COORD DE AREA	4	R0094626-25/02/2026 a partir de 15/06/2026
899.XXX.XXX-04	CLEIA CRISTINA PEREIRA SCHIESSL SGOBERO	2	S100	OURIZONA	BENOIL F M BOSKA, C E PROF-EF M ETI	COORD DE AREA	4	R0094626-25/02/2026 a partir de 15/06/2026
531.XXX.XXX-00	CLERES ROZELI CRISTOFOLLI GRANDE	1	SACH	CURITIBA	SEED/DPGE/DPR/CH	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	R0540425-26/09/2025 a partir de 22/06/2026
009.XXX.XXX-80	DAIANE FATIMA MIRANDOLA DA SILVA	4	S100	ALTO PIQUIRI	JOAO XXIII, C E PAPA-E M ETI N P	DIRETOR AUXILIAR	20	R0140626-26/03/2026 a partir de 22/06/2026
829.XXX.XXX-04	DANIELA APARECIDA BONONI DAMIATI	1	S100	FOZ DO IGUACU	CENTRO EST EDUC PROFIS MANOEL M PENA	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	20	R0264726-01/06/2026 a partir de 17/06/2026

029.XXX.XXX-51	DEBORA CRISTINA BASSO	88	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - COORD PROTOCOLO, MALOTE E ARQ	APOIO	20	R0456623-14/07/2023 a partir de 23/06/2026
644.XXX.XXX-68	DEBORAH CRISTINA GOMES	3	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. DE CONTROLE DE MATERIAIS	APOIO	20	R0176423-24/03/2023 a partir de 23/06/2026
475.XXX.XXX-87	DORALICE LEMES FERREIRA	2	SACH	TELEMACO BORBA	NUCLEO REG EDUCACAO - TELEMACO BORBA	EQUIPE DA DIVERSIDADE	20	R0506224-09/08/2024 a partir de 01/06/2026
276.XXX.XXX-91	EDILSON GOMES COSTA	2	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DEP PROJETOS E ORCAMENTOS	APOIO	20	R0176423-24/03/2023 a partir de 23/06/2026
025.XXX.XXX-03	ELAINE CRISTINA POSSAMAI GABRIELLI	1	S100	PATO BRANCO	CASTRO ALVES, C E C-M-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0296526-24/06/2026 a partir de 15/06/2026
025.XXX.XXX-03	ELAINE CRISTINA POSSAMAI GABRIELLI	1	S100	PATO BRANCO	CASTRO ALVES, C E C-M-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0057726-06/02/2026 a partir de 15/06/2026
523.XXX.XXX-72	ELENI RODRIGUES ANTONIO	2	S100	CURITIBA	SAO PAULO APOSTOLO, C E-EF M PROFIS	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	25	R0296526-24/06/2026 a partir de 18/06/2026
523.XXX.XXX-72	ELENI RODRIGUES ANTONIO	2	S100	CURITIBA	EMILIO DE MENEZES, C E-EF M PROFIS	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	R0039226-31/01/2026 a partir de 18/06/2026
523.XXX.XXX-72	ELENI RODRIGUES ANTONIO	2	S100	CURITIBA	EMILIO DE MENEZES, C E-EF M PROFIS	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	R0140626-26/03/2026 a partir de 18/06/2026
523.XXX.XXX-72	ELENI RODRIGUES ANTONIO	2	S100	CURITIBA	EMILIO DE MENEZES, C E-EF M PROFIS	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	15	R0140626-26/03/2026 a partir de 18/06/2026
748.XXX.XXX-68	ELIANE PEREIRA ANDRADE	1	S100	ARARUNA	JOANA DARC, C E C-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0094626-25/02/2026 a partir de 22/06/2026
640.XXX.XXX-20	ELIZABETE APARECIDA DE OLIVEIRA	2	S100	DIAMANTE DO NORTE	REYNALDO MASSI, C E-E F M ETI	COORD DE AREA	4	R0094626-25/02/2026 a partir de 15/06/2026
640.XXX.XXX-20	ELIZABETE APARECIDA DE OLIVEIRA	2	S100	DIAMANTE DO NORTE	REYNALDO MASSI, C E-E F M ETI	COORD DE AREA	4	R0094626-25/02/2026 a partir de 15/06/2026
029.XXX.XXX-79	FABIO RODRIGO SAO PEDRO CORREIA	99	S100	DIAMANTE DO NORTE	REYNALDO MASSI, C E-E F M ETI	COORD DE AREA	4	R0094626-25/02/2026 a partir de 15/06/2026
029.XXX.XXX-79	FABIO RODRIGO SAO PEDRO CORREIA	99	S100	DIAMANTE DO NORTE	REYNALDO MASSI, C E-E F M ETI	COORD DE AREA	4	R0094626-25/02/2026 a partir de 15/06/2026
007.XXX.XXX-50	FABRICIA JORGE BORDIN BORGES	1	SACH	CURITIBA	SEED/NAS-TERC	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	R0367025-03/07/2025 a partir de 01/04/2026
007.XXX.XXX-50	FABRICIA JORGE BORDIN BORGES	1	SACH	CURITIBA	SEED/NAS-TERC	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	R0296526-24/06/2026 a partir de 07/05/2026
041.XXX.XXX-13	FERNANDA BECHER HANCKE	92	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	TUTORIA FORM ACAO	20	R0044726-02/02/2026 a partir de 15/06/2026
045.XXX.XXX-76	FERNANDA SANTOS DA COSTA	1	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	R0055325-06/02/2025 a partir de 15/06/2026
334.XXX.XXX-28	FLAVIA DA SILVA BORTOLOTI	53	SACH	CURITIBA	SEED/NPS/CH	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	R0140626-26/03/2026 a partir de 10/06/2026
074.XXX.XXX-05	GIZELE ANTUNES DA LUZ	8	SACH	DOIS VIZINHOS	NUCLEO REG EDUCACAO - DOIS VIZINHOS	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	R0052026-04/02/2026 a partir de 12/06/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

628.XXX.XXX-49	GLACY TONIOLO	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. DE CONTRATACOES	APOIO	20	R0167224-26/03/2024 a partir de 23/06/2026
043.XXX.XXX-56	INGUELISE DUNKE DE LIMA FRIESEN	1	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	TUTORIA DIR FORMADOR	20	R0055326-05/02/2026 a partir de 15/06/2026
691.XXX.XXX-68	IRACI RIBEIRO MARTINS	1	S100	LONDRINA	MARGARIDA B LISBOA, C E C-M PROFA-EF M	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	R0296526-24/06/2026 a partir de 24/06/2026
691.XXX.XXX-68	IRACI RIBEIRO MARTINS	1	S100	LONDRINA	MARGARIDA B LISBOA, C E C-M PROFA-EF M	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	20	R0094626-25/02/2026 a partir de 24/06/2026
691.XXX.XXX-68	IRACI RIBEIRO MARTINS	1	S100	LONDRINA	MARGARIDA B LISBOA, C E C-M PROFA-EF M	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	R0094626-25/02/2026 a partir de 03/02/2026
717.XXX.XXX-20	IVANI SOLANGE PACCI	2	SACH	DOIS VIZINHOS	NUCLEO REG EDUCACAO - DOIS VIZINHOS	EQUIPE DA EDUC PROFISSIONAL	20	R0410523-30/06/2023 a partir de 12/06/2026
857.XXX.XXX-15	JANETE SANTOS SOBJEIRO NERY	1	S100	JAGUARIAIVA	JOSE DE ANCHIETA, C E PE-EF M PROFIS	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	20	R0267726-02/06/2026 a partir de 17/06/2026
222.XXX.XXX-87	JOAO DE DEUS VENTURATO	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DEP PROJETOS E ORCAMENTOS	APOIO	20	R0176423-24/03/2023 a partir de 23/06/2026
029.XXX.XXX-76	JOSE ANTONIO MENEGUSSI	1	S100	CLEVELANDIA	CENTRO EST EDUC PROFIS ASSIS BRASIL	PROF COORD DA UDP-AGRICULTURA	10	R0057726-06/02/2026 a partir de 23/06/2026
029.XXX.XXX-76	JOSE ANTONIO MENEGUSSI	1	S100	CLEVELANDIA	CENTRO EST EDUC PROFIS ASSIS BRASIL	PROF COORD DA UDP-AGRICULTURA	10	R0057726-06/02/2026 a partir de 23/06/2026
038.XXX.XXX-50	JOSE AUGUSTO HARTMANN	1	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	R0175923-24/03/2023 a partir de 15/06/2026
050.XXX.XXX-42	JULIANA DA SILVA SCHWANKE	3	S100	HONORIO SERPA	PROJETO RONDON, C E-EF M PROFIS	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	R0116426-10/03/2026 a partir de 22/06/2026
097.XXX.XXX-29	KAROLYNE PERRUD PRADO OLIVEIRA	1	S100	CRUZEIRO DO OESTE	ANCHIETA, C E C-M-EF M N	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0094626-25/02/2026 a partir de 10/06/2026
574.XXX.XXX-72	LAIS CORDEIRO	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. PLANEJ. ALIMENT ESCOLAR	APOIO	20	R0176423-24/03/2023 a partir de 23/06/2026
686.XXX.XXX-53	LAURA SINKOC DE ASSIS	2	S100	APUCARANA	CEEBJA PROFA LINDA E A MIYADI-EF M	PROF DA LEI 15308/06	13	R0589524-09/09/2024 a partir de 19/06/2026
024.XXX.XXX-05	LIZIANE DA SILVA DESSBESEL	1	SACH	DOIS VIZINHOS	NUCLEO REG EDUCACAO - DOIS VIZINHOS	FORMADORES MUNICIPIOS-NCPM	20	R0302324-21/05/2024 a partir de 12/06/2026
024.XXX.XXX-05	LIZIANE DA SILVA DESSBESEL	1	SACH	DOIS VIZINHOS	NUCLEO REG EDUCACAO - DOIS VIZINHOS	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	R0296526-24/06/2026 a partir de 12/06/2026
881.XXX.XXX-82	LUCIANO ALVES FERREIRA	91	S100	CURITIBA	MARIA GAI GRENDEL, C E PROFA-EF M PROFIS	COORD DE CURSO	5	R0140626-26/03/2026 a partir de 15/06/2026
881.XXX.XXX-82	LUCIANO ALVES FERREIRA	91	S100	CURITIBA	MARIA GAI GRENDEL, C E PROFA-EF M PROFIS	COORD DE CURSO	5	R0140626-26/03/2026 a partir de 15/06/2026
881.XXX.XXX-82	LUCIANO ALVES FERREIRA	91	S100	CURITIBA	MARIA GAI GRENDEL, C E PROFA-EF M PROFIS	COORD DE CURSO	5	R0140626-26/03/2026 a partir de 15/06/2026
881.XXX.XXX-82	LUCIANO ALVES FERREIRA	91	S100	CURITIBA	MARIA GAI GRENDEL, C E PROFA-EF M PROFIS	COORD DE CURSO	5	R0140626-26/03/2026 a partir de 15/06/2026

571.XXX.XXX-53	LUZIA SOUZA DE SANTANA	2	S100	GOIOERE	VILA GUAIRA, C E C-M-EF M	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	R0296526-24/06/2026 a partir de 24/06/2026
759.XXX.XXX-91	MADELAINE CARNIERI BECHARA	1	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE PEDAGOGICA DO NRE	20	R0194023-31/03/2023 a partir de 15/06/2026
574.XXX.XXX-00	MAIRA PAUPITZ VASSELAI	99	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	R0175923-24/03/2023 a partir de 15/06/2026
027.XXX.XXX-51	MARCELO FERREIRA MARTINS	99	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DEP DE ADM.E REC. HUMANOS	APOIO	20	R0343525-25/06/2025 a partir de 23/06/2026
034.XXX.XXX-21	MARCIA MARIA GIROLA	2	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/DPEB/CH	TEC PEDAGOGICO	20	R0757225-15/12/2025 a partir de 01/07/2026
727.XXX.XXX-53	MARCIA TEIXEIRA MEDINA	2	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE APOIO NAS	20	R0295725-27/05/2025 a partir de 15/06/2026
362.XXX.XXX-91	MARIA DE FATIMA TRATWEIN	1	S100	ARAPONGAS	ANTONIO G NOVAES, C E-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	2	R0081323-15/02/2023 a partir de 25/06/2026
828.XXX.XXX-15	MARILIA DE LOURDES ALVES SILVA DE ABREU	52	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DEP DE ADM.E REC. HUMANOS	APOIO	20	R0105125-25/02/2025 a partir de 23/06/2026
016.XXX.XXX-77	MARINES PASCHOALI	91	S100	PONTAL DO PARANA	PAULO FREIRE, C E PROF-E F M ETI N	DIRETOR AUXILIAR	20	R0062725-10/02/2025 a partir de 01/07/2026
040.XXX.XXX-10	MARK AUGUSTO BASCHTA DA ROSA	91	SACH	COLOMBO	NUCLEO REG EDUCACAO - AREA METROP NORTE	EQUIPE DA EDUC PROFISSIONAL	20	R0099326-27/02/2026 a partir de 22/06/2026
578.XXX.XXX-34	MAURO MARTINS CARDOSO	7	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE PEDAGOGICA DO NRE	20	R0048026-03/02/2026 a partir de 15/06/2026
033.XXX.XXX-61	MIRELY FIGUEIREDO DO CARMO RIGONI	55	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/DEP/CTE P	TEC PEDAGOGICO	20	R0053325-05/02/2025 a partir de 14/06/2026
397.XXX.XXX-15	NILANDE RIBEIRO FILHO	2	SACH	PARANAGUA	NUCLEO REG EDUCACAO - PARANAGUA	EQUIPE INFRA EST ED TRANSP ESC	20	R0194023-31/03/2023 a partir de 23/07/2026
855.XXX.XXX-49	NILZA ZANON DE SOUSA MACHADO	1	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE PEDAGOGICA DO NRE	20	R0050125-04/02/2025 a partir de 15/06/2026
795.XXX.XXX-91	OLVIDES GERALDO PASTORIO	1	SACH	DOIS VIZINHOS	NUCLEO REG EDUCACAO - DOIS VIZINHOS	CRTE/ASSESSOR PEDAGOGICO	20	R0278326-10/06/2026 a partir de 12/06/2026
190.XXX.XXX-53	OSVALDO PAES DE BRITO	1	S100	LONDRINA	MARIA J B AGUILERA, CE PROFA-EF ETI EM P	COORD DE CURSO	5	R0191726-27/04/2026 a partir de 15/06/2026
038.XXX.XXX-80	PAULA ROBERTA MARTINS RODRIGUES	1	S100	CURITIBA	JULIA WANDERLEY, C E-EF M PROFIS	COORD DE ESTAGIO	1	R0191726-27/04/2026 a partir de 03/02/2026
038.XXX.XXX-80	PAULA ROBERTA MARTINS RODRIGUES	1	S100	CURITIBA	JULIA WANDERLEY, C E-EF M PROFIS	SUPERVISOR DE ESTAGIO	2	R0191726-27/04/2026 a partir de 03/02/2026
038.XXX.XXX-80	PAULA ROBERTA MARTINS RODRIGUES	1	S100	CURITIBA	JULIA WANDERLEY, C E-EF M PROFIS	SUPERVISOR DE ESTAGIO	2	R0191726-27/04/2026 a partir de 03/02/2026
038.XXX.XXX-80	PAULA ROBERTA MARTINS RODRIGUES	1	S100	CURITIBA	JULIA WANDERLEY, C E-EF M PROFIS	SUPERVISOR DE ESTAGIO	2	R0191726-27/04/2026 a partir de 03/02/2026
041.XXX.XXX-48	RONIEL ZANELLA LIBARDONI	1	SACH	DOIS VIZINHOS	NUCLEO REG EDUCACAO - DOIS VIZINHOS	EQUIPE PEDAGOGICA DO NRE	20	R0028726-27/01/2026 a partir de 12/06/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

019.XXX.XXX-28	ROSILAINE TEREZINHA DURIGAN MORTELLA	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DEP DE ADM.E REC. HUMANOS	APOIO	20	R0176423-24/03/2023 a partir de 23/06/2026
478.XXX.XXX-72	RUBEN CASTEX NETO	89	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DEP FINANCEIRO E ORCAMENT.	APOIO	20	R0116426-10/03/2026 a partir de 23/06/2026
558.XXX.XXX-00	SANDRA SAMPAIO MANTUAN	1	S100	CAMPO MOURAO	IVONE S CASTANHARO, C E PROF-EFMNP	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0278326-10/06/2026 a partir de 15/06/2026
558.XXX.XXX-00	SANDRA SAMPAIO MANTUAN	1	S100	CAMPO MOURAO	IVONE S CASTANHARO, C E PROF-EFMNP	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0296526-24/06/2026 a partir de 17/06/2026
306.XXX.XXX-20	SERGIO FERNANDES STACHESKI	2	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - GABINETE DA PRESIDENCIA	APOIO	20	R0176423-24/03/2023 a partir de 23/06/2026
830.XXX.XXX-68	SILVANA ALVES RIBEIRO SANTANA	1	S100	IVAIPORA	BARBOSA FERRAZ, C E-EM N PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	6	R0824722-21/12/2022 a partir de 26/06/2026
937.XXX.XXX-15	SIMONE TEREZINHA RUBBO GIACOMINI	1	SACH	UNIAO DA VITORIA	NUCLEO REG EDUCACAO - UNIAO VITORIA	EQUIPE DA DOCUMENTACAO ESCOLAR	20	R0534625-24/09/2025 a partir de 01/07/2026
552.XXX.XXX-00	SONIA APARECIDA HINCA DOS SANTOS	22	S100	CURITIBA	MARIA GAI GRENDEL, C E PROFA-EF M PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	R0094626-25/02/2026 a partir de 15/06/2026
001.XXX.XXX-30	SONIA MARIA ZANKOSKI	5	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - GABINETE DA PRESIDENCIA	APOIO	20	R0759125-16/12/2025 a partir de 23/06/2026
563.XXX.XXX-91	SUELI DE JESUS RODRIGUES	3	S100	PONTA GROSSA	POLIVALENTE, C E-EF ETI EM P N	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	20	R0296526-24/06/2026 a partir de 15/06/2026
563.XXX.XXX-91	SUELI DE JESUS RODRIGUES	3	S100	PONTA GROSSA	POLIVALENTE, C E-EF ETI EM P N	PROF APOIO COM ALTERNATIVA	5	R0028726-27/01/2026 a partir de 15/06/2026
060.XXX.XXX-38	TABATTA CRISTINA FRITZEN DA SILVA LAVARDA	8	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	R0131925-12/03/2025 a partir de 15/06/2026
601.XXX.XXX-49	TANIA MARA MELO MEDEIROS	90	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - GABINETE DA PRESIDENCIA	APOIO	20	R0700423-29/09/2023 a partir de 23/06/2026
488.XXX.XXX-00	TEREZINHA MEURER	1	SACH	DOIS VIZINHOS	NUCLEO REG EDUCACAO - DOIS VIZINHOS	EQUIPE DA ESTRUTURA FUNCIONAM	20	R0028726-27/01/2026 a partir de 12/06/2026
044.XXX.XXX-62	THAIS CRISTINA PINTO RAGGIO	4	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. CONTRATOS DE ENGENHARIA	APOIO	20	R0044726-02/02/2026 a partir de 23/06/2026
019.XXX.XXX-06	VIVIEN CRISTINA DE LALA	92	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE DA EDUC ESPECIAL	20	R0099326-27/02/2026 a partir de 15/06/2026
052.XXX.XXX-89	WAGNER DA SILVA CORREA	90	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE PEDAGOGICA DO NRE	20	R0540425-26/09/2025 a partir de 15/06/2026
735.XXX.XXX-53	WALTER JOSE DA SILVA	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DEP DE ADM.E REC. HUMANOS	APOIO	20	R0191624-02/04/2024 a partir de 23/06/2026
044.XXX.XXX-54	WILLIAN JOSE SILVA DA COSTA	3	SACH	DOIS VIZINHOS	NUCLEO REG EDUCACAO - DOIS VIZINHOS	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	R0534625-24/09/2025 a partir de 12/06/2026

Curitiba, 24 de junho de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88259/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2965/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
079.XXX.XXX-99	AGDA MACHADO DE OLIVEIRA TORE	2	S100	MARINGA	MARCO A PIMENTA, C E C-M -EFMP	COORD DE CURSO	5	A partir de 24/06/2026
079.XXX.XXX-99	AGDA MACHADO DE OLIVEIRA TORE	2	S100	MARINGA	MARCO A PIMENTA, C E C-M -EFMP	COORD DE CURSO	5	A partir de 24/06/2026
079.XXX.XXX-99	AGDA MACHADO DE OLIVEIRA TORE	2	S100	MARINGA	MARCO A PIMENTA, C E C-M -EFMP	COORD DE CURSO	5	A partir de 24/06/2026
079.XXX.XXX-99	AGDA MACHADO DE OLIVEIRA TORE	2	S100	MARINGA	MARCO A PIMENTA, C E C-M -EFMP	SUPORTE TECNICO	3	A partir de 24/06/2026
740.XXX.XXX-00	ALESSANDRA DE FATIMA GIACOMET MELLO	53	SACH	PATO BRANCO	NUCLEO REG EDUCACAO - PATO BRANCO	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	A partir de 17/06/2026
003.XXX.XXX-81	ALEXSANDRA JUSTIMIANO DA SILVA	2	S100	CURITIBA	JULIA WANDERLEY, C E-EF M PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 18/06/2026
075.XXX.XXX-88	ALINE RANGEL DA SILVA	3	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE DO FINANCEIRO	20	A partir de 22/06/2026
034.XXX.XXX-14	ANA PAULA CESAR WOZNIAKOWSKI	1	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE PEDAGOGICA DO NRE	20	A partir de 15/06/2026
058.XXX.XXX-02	ANA PAULA SESTAKI SCARABELOT	4	S100	ENGENHEIRO BELTRAO	ANTONIO VIEIRA, CEC-M PE - EFMN ETI P	COORD CURSO-FORMACAO DOCENTE	5	A partir de 18/06/2026
058.XXX.XXX-02	ANA PAULA SESTAKI SCARABELOT	4	S100	ENGENHEIRO BELTRAO	ANTONIO VIEIRA, CEC-M PE - EFMN ETI P	COORD CURSO-FORMACAO DOCENTE	5	A partir de 18/06/2026
184.XXX.XXX-56	ANDREA ROCHA DE OLIVEIRA RIVILI	1	S100	LONDRINA	INST ED EST DE LONDRINA -EF ETI EM N P	PROF DA LEI 15308/06	1	A partir de 18/12/2024
031.XXX.XXX-79	ANELIZE PAULO DA SILVA	2	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR- DIV. PLANEJ. DE MATERIAIS	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
552.XXX.XXX-87	ANGELA RENATA DE SOUSA CORDEIRO	23	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE DE REG ESCOLARES/SERE	20	A partir de 15/06/2026
616.XXX.XXX-49	ANGELISA CAVALHEIRO BACHINI	3	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE DA ESTRUTURA FUNCIONAM	20	A partir de 15/06/2026
036.XXX.XXX-38	ANTONIO ROBERTO DA SILVA	1	S100	COLOMBO	CEEBJA ULYSSES GUIMARAES-EF M	DIRETOR	12	A partir de 10/06/2026
036.XXX.XXX-38	ANTONIO ROBERTO DA SILVA	1	S100	COLOMBO	CEEBJA ULYSSES GUIMARAES-EF M	DIRETOR	8	A partir de 10/06/2026
053.XXX.XXX-94	BARBARA BUENO FURQUIM	3	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE PEDAGOGICA DO NRE	20	A partir de 22/06/2026
813.XXX.XXX-34	CATIA JOZE DE SOUZA MATTOSO	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR- DIV. GESTAO DE PATRIMONIO	APOIO	20	A partir de 23/06/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

036.XXX.XXX-42	CLAUDIA DOS SANTOS SILVA	56	S100	PARANAVAI	PARANAVAI, C E DE-EF M N PROFIS	COORD ESTAGIO-FORMACAO DOCENTE	2	A partir de 17/06/2026
036.XXX.XXX-42	CLAUDIA DOS SANTOS SILVA	56	S100	PARANAVAI	PARANAVAI, C E DE-EF M N PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	14	A partir de 17/06/2026
026.XXX.XXX-07	CLAUDINEIA SCHINEMANN	1	S100	PONTAL DO PARANA	HELIO ANTONIO DE SOUZA, C E C-M-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 15/06/2026
026.XXX.XXX-07	CLAUDINEIA SCHINEMANN	1	S100	PONTAL DO PARANA	HELIO ANTONIO DE SOUZA, C E C-M-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 05/05/2026
531.XXX.XXX-00	CLERES ROZELI CRISTOFOLLI GRANDE	1	SACH	CURITIBA	SEED/DPGE/DPR/CPPE	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	A partir de 22/06/2026
050.XXX.XXX-38	CRISTIANE BANDEIRA VELOZO	11	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/AT	TEC PEDAGOGICO	20	A partir de 13/07/2026
009.XXX.XXX-80	DAIANE FATIMA MIRANDOLA DA SILVA	4	S100	ALTO PIQUIRI	JOAO XXIII, C E PAPA-E M ETI N P	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 22/06/2026
029.XXX.XXX-51	DEBORA CRISTINA BASSO	88	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR- DIV. GESTAO DE PATRIMONIO	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
644.XXX.XXX-68	DEBORAH CRISTINA GOMES	3	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR- DIV. PLANEJ. DE MATERIAIS	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
475.XXX.XXX-87	DORALICE LEMES FERREIRA	2	SACH	TELEMACO BORBA	NUCLEO REG EDUCACAO - TELEMACO BORBA	EQUIPE DA ESTRUTURA FUNCIONAM	20	A partir de 01/06/2026
276.XXX.XXX-91	EDILSON GOMES COSTA	2	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR- DIVISAO DE PROJETOS	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
025.XXX.XXX-03	ELAINE CRISTINA POSSAMAI GABRIELLI	1	S100	PATO BRANCO	CASTRO ALVES, C E C-M-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 15/06/2026
025.XXX.XXX-03	ELAINE CRISTINA POSSAMAI GABRIELLI	1	S100	PATO BRANCO	CASTRO ALVES, C E C-M-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 15/06/2026
523.XXX.XXX-72	ELENI RODRIGUES ANTONIO	2	S100	CURITIBA	SAO PAULO APOSTOLO, C E-EF M PROFIS	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	25	A partir de 18/06/2026
523.XXX.XXX-72	ELENI RODRIGUES ANTONIO	2	S100	CURITIBA	EUZEBIO DA MOTA, C E-EF M PROF	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	25	A partir de 18/06/2026
748.XXX.XXX-68	ELIANE PEREIRA ANDRADE	1	S100	CAMPO MOURAO	BOSCO, C E D-EF ETI EM PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 22/06/2026
007.XXX.XXX-50	FABRICIA JORGE BORDIN BORGES	1	SACH	CURITIBA	SEED/NAS-TERC	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	A partir de 01/04/2026
007.XXX.XXX-50	FABRICIA JORGE BORDIN BORGES	1	SACH	CURITIBA	SEED/NAS/FISCALIZACAO	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	A partir de 07/05/2026
041.XXX.XXX-13	FERNANDA BECHER HANCKE	92	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	TUTORIA DIR FORMADOR	20	A partir de 15/06/2026
045.XXX.XXX-76	FERNANDA SANTOS DA COSTA	1	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	CRTE/ASSESSOR PEDAGOGICO	20	A partir de 15/06/2026
049.XXX.XXX-67	FERNANDO LUIS DOS REIS	10	S100	FOZ DO IGUACU	FLAVIO WARKEN, C E PROF-EF M N PROFIS	COORD CURSO INTER FIS	2	A partir de 20/03/2026

049.XXX.XXX-67	FERNANDO LUIS DOS REIS	10	S100	FOZ DO IGUACU	FLAVIO WARKEN, C E PROF-EF M N PROFIS	COORD CURSO INTER FIS	2	A partir de 20/03/2026
049.XXX.XXX-67	FERNANDO LUIS DOS REIS	10	S100	FOZ DO IGUACU	FLAVIO WARKEN, C E PROF-EF M N PROFIS	COORD CURSO INTER FIS	1	A partir de 20/03/2026
334.XXX.XXX-28	FLAVIA DA SILVA BORTOLOTI	53	SACH	CURITIBA	SEED/NRHS/COORD DE DESENV. HUMANO	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	A partir de 10/06/2026
053.XXX.XXX-46	FRANCIELLI SERAFINI PIGOSO	55	S100	PEROLA D'OESTE	ESQUINA GAUCHA, E E C DE - EF	DIRETOR	10	A partir de 19/06/2026
074.XXX.XXX-05	GIZELE ANTUNES DA LUZ	8	SACH	DOIS VIZINHOS	NUCLEO REG EDUCACAO - DOIS VIZINHOS	FORMADORES MUNICIPIOS-NCPM	20	A partir de 12/06/2026
628.XXX.XXX-49	GLACY TONIOLO	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR- DIV. PLANEJ. DE MATERIAIS	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
051.XXX.XXX-40	HUGO APARECIDO DE SOUSA MOURA	1	S100	CRUZEIRO DO SUL	ROMARIO MARTINS, C E DR-EF M ETI	COORD DE AREA	8	A partir de 08/06/2026
097.XXX.XXX-38	IEDA MARIA SORGI PINHAZ ELIAS	2	SACH	CORNELIO PROCOPIO	NUCLEO REG EDUCACAO - CORNELIO PROCOPIO	EQUIPE DA EDUC PROFISSIONAL	20	A partir de 22/06/2026
043.XXX.XXX-56	INGUELISE DUNKE DE LIMA FRIESEN	1	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	TUTORIA FORM ACAO	20	A partir de 15/06/2026
691.XXX.XXX-68	IRACI RIBEIRO MARTINS	1	S100	LONDRINA	MARGARIDA B LISBOA, C E C-M PROFA-EF M	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	A partir de 09/02/2026
691.XXX.XXX-68	IRACI RIBEIRO MARTINS	1	S100	LONDRINA	MARGARIDA B LISBOA, C E C-M PROFA-EF M	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 24/06/2026
717.XXX.XXX-20	IVANI SOLANGE PACCI	2	SACH	DOIS VIZINHOS	NUCLEO REG EDUCACAO - DOIS VIZINHOS	EQUIPE PEDAGOGICA DO NRE	20	A partir de 12/06/2026
857.XXX.XXX-15	JANETE SANTOS SOBJEIRO NERY	1	S100	JAGUARIAIVA	RODRIGUES ALVES, C E-EF M ETI N PROF	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	20	A partir de 17/06/2026
222.XXX.XXX-87	JOAO DE DEUS VENTURATO	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR- DIVISAO DE PROJETOS	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
029.XXX.XXX-76	JOSE ANTONIO MENEGUSSI	1	S100	CLEVELANDIA	CENTRO EST EDUC PROFIS ASSIS BRASIL	PROF COORD DA UDP-PECUARIA	10	A partir de 23/06/2026
029.XXX.XXX-76	JOSE ANTONIO MENEGUSSI	1	S100	CLEVELANDIA	CENTRO EST EDUC PROFIS ASSIS BRASIL	PROF COORD DA UDP-PECUARIA	10	A partir de 23/06/2026
038.XXX.XXX-50	JOSE AUGUSTO HARTMANN	1	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE PEDAGOGICA DO NRE	20	A partir de 15/06/2026
082.XXX.XXX-42	JULIANA DEL ANHOL DE AZEVEDO	1	S100	LONDRINA	HEBER S VARGAS, C E C-M PROF DR-EF M P	PROF DA LEI 15308/06	1	A partir de 19/05/2026
574.XXX.XXX-72	LAIS CORDEIRO	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR- DIV. GESTAO DE PATRIMONIO	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
079.XXX.XXX-24	LARISSA BANDEIRA VELOZO VIEIRA	9	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/AT	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	A partir de 13/07/2026
686.XXX.XXX-53	LAURA SINKOC DE ASSIS	2	S100	APUCARANA	CEEBJA PROFA LINDA E A MIYADI-EF M	PROF DA LEI 15308/06	9	A partir de 19/06/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

686.XXX.XXX-53	LAURA SINKOC DE ASSIS	2	S100	APUCARANA	CEEBJA PROFA LINDA E A MIYADI-EF M	PROF DA LEI 15308/06	2	A partir de 19/06/2026
686.XXX.XXX-53	LAURA SINKOC DE ASSIS	2	S100	APUCARANA	CEEBJA PROFA LINDA E A MIYADI-EF M	PROF DA LEI 15308/06	2	A partir de 19/06/2026
024.XXX.XXX-05	LIZIANE DA SILVA DESSBESEL	1	SACH	DOIS VIZINHOS	NUCLEO REG EDUCACAO - DOIS VIZINHOS	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	A partir de 12/06/2026
024.XXX.XXX-05	LIZIANE DA SILVA DESSBESEL	1	SACH	DOIS VIZINHOS	NUCLEO REG EDUCACAO - DOIS VIZINHOS	EMBAIXADOR DE PENSAM COMPUT	20	A partir de 12/06/2026
041.XXX.XXX-76	LUCAS RIBEIRO STRUGALA	1	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	A partir de 22/06/2026
043.XXX.XXX-82	LUCIANA FERREIRA GOMES SOUZA	1	SACH	CORNELIO PROCOPIO	NUCLEO REG EDUCACAO - CORNELIO PROCOPIO	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	A partir de 22/06/2026
881.XXX.XXX-82	LUCIANO ALVES FERREIRA	91	SACH	CURITIBA	SEED/DG/UTR/CH	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	A partir de 15/06/2026
571.XXX.XXX-53	LUZIA SOUZA DE SANTANA	2	S100	GOIOERE	VILA GUAIRA, C E C-M-EF M	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	A partir de 18/06/2026
759.XXX.XXX-91	MADELAINE CARNIERI BECHARA	1	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	A partir de 15/06/2026
574.XXX.XXX-00	MAIRA PAUPITZ VASSELAI	99	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE DA EDUC PROFISSIONAL	20	A partir de 15/06/2026
027.XXX.XXX-51	MARCELO FERREIRA MARTINS	99	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR- DIV. GESTAO DE PATRIMONIO	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
680.XXX.XXX-15	MARCELO GOMES DE MOURA	1	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE APOIO NAS	20	A partir de 22/06/2026
034.XXX.XXX-21	MARCIA MARIA GIROLA	2	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/DPEB/EI	TEC PEDAGOGICO	20	A partir de 01/07/2026
727.XXX.XXX-53	MARCIA TEIXEIRA MEDINA	2	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE DE REG ESCOLARES/SERE	20	A partir de 15/06/2026
362.XXX.XXX-91	MARIA DE FATIMA TRATWEIN	1	S100	ARAPONGAS	ANTONIO G NOVAES, C E-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	2	A partir de 25/06/2026
828.XXX.XXX-15	MARILIA DE LOURDES ALVES SILVA DE ABREU	52	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR- DIV. GESTAO DE PATRIMONIO	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
040.XXX.XXX-10	MARK AUGUSTO BASCHTA DA ROSA	91	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/DPEB/CP E	TEC PEDAGOGICO	20	A partir de 22/06/2026
022.XXX.XXX-25	MARLUS VANDELAO	90	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	A partir de 25/06/2026
578.XXX.XXX-34	MAURO MARTINS CARDOSO	7	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	TUTORIA FORM ACAO	20	A partir de 15/06/2026
397.XXX.XXX-15	NILANDE RIBEIRO FILHO	2	S100	PARANAGUA	ALBERTO GOMES VEIGA, C E-EM PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	2	A partir de 23/07/2026
855.XXX.XXX-49	NILZA ZANON DE SOUSA MACHADO	1	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE DO FINANCEIRO	20	A partir de 15/06/2026

795.XXX.XXX-91	OLVIDES GERALDO PASTORIO	1	SACH	DOIS VIZINHOS	NUCLEO REG EDUCACAO - DOIS VIZINHOS	CRTE/ASSESSOR PEDAGOGICO	20	A partir de 12/06/2026
038.XXX.XXX-80	PAULA ROBERTA MARTINS RODRIGUES	1	S100	CURITIBA	JULIA WANDERLEY, C E-EF M PROFIS	COORD DE ESTAGIO	1	A partir de 03/02/2026
038.XXX.XXX-80	PAULA ROBERTA MARTINS RODRIGUES	1	S100	CURITIBA	JULIA WANDERLEY, C E-EF M PROFIS	SUPERVISOR DE ESTAGIO	2	A partir de 03/02/2026
038.XXX.XXX-80	PAULA ROBERTA MARTINS RODRIGUES	1	S100	CURITIBA	JULIA WANDERLEY, C E-EF M PROFIS	SUPERVISOR DE ESTAGIO	2	A partir de 03/02/2026
038.XXX.XXX-80	PAULA ROBERTA MARTINS RODRIGUES	1	S100	CURITIBA	JULIA WANDERLEY, C E-EF M PROFIS	SUPERVISOR DE ESTAGIO	2	A partir de 03/02/2026
041.XXX.XXX-48	RONIEL ZANELLA LIBARDONI	1	SACH	DOIS VIZINHOS	NUCLEO REG EDUCACAO - DOIS VIZINHOS	EQUIPE DA EJA	20	A partir de 12/06/2026
019.XXX.XXX-28	ROSILAINE TEREZINHA DURIGAN MORTELLA	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR- DIV. GESTAO DE PATRIMONIO	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
478.XXX.XXX-72	RUBEN CASTEX NETO	89	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR- DIV. CONVENIOS E CONTABILIDADE	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
558.XXX.XXX-00	SANDRA SAMPAIO MANTUAN	1	S100	CAMPO MOURAO	IVONE S CASTANHARO, C E PROF-EFMNP	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 15/06/2026
306.XXX.XXX-20	SERGIO FERNANDES STACHESKI	2	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR- DIV. REGISTROS E PUBLICACOES	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
830.XXX.XXX-68	SILVANA ALVES RIBEIRO SANTANA	1	S100	IVAIPORA	BENTO MOSSURUNGA, C E C-M - EFM ETI	PROF DA LEI 15308/06	1	A partir de 26/06/2026
830.XXX.XXX-68	SILVANA ALVES RIBEIRO SANTANA	1	S100	IVAIPORA	BENTO MOSSURUNGA, C E C-M - EFM ETI	PROF DA LEI 15308/06	5	A partir de 26/06/2026
839.XXX.XXX-34	SIMONE APARECIDA FAVARO DA SILVA	3	S100	TOLEDO	ATTILIO FONTANA, C E SEN-EF M ETI P	COORD CURSO INTER FIS	3	A partir de 10/06/2026
839.XXX.XXX-34	SIMONE APARECIDA FAVARO DA SILVA	3	S100	TOLEDO	ATTILIO FONTANA, C E SEN-EF M ETI P	COORD CURSO INTER FIS	2	A partir de 10/06/2026
937.XXX.XXX-15	SIMONE TEREZINHA RUBBO GIACOMINI	1	S100	UNIAO DA VITORIA	JOSE DE ANCHIETA, C E-EF M ETI P	PROF DA LEI 15308/06	4	A partir de 01/07/2026
552.XXX.XXX-00	SONIA APARECIDA HINCA DOS SANTOS	22	S100	CURITIBA	ROBERTO LANGER JUNIOR, C E-EF M PROFIS	DIRETOR	20	A partir de 15/06/2026
001.XXX.XXX-30	SONIA MARIA ZANKOSKI	5	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR-ASS TEC ADM GAB DA PRESIDENCIA	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
563.XXX.XXX-91	SUELI DE JESUS RODRIGUES	3	S100	PONTA GROSSA	POLIVALENTE, C E-EF ETI EM P N	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	20	A partir de 15/06/2026
060.XXX.XXX-38	TABATTA CRISTINA FRITZEN DA SILVA LAVARDA	8	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE PEDAGOGICA DO NRE	20	A partir de 15/06/2026
601.XXX.XXX-49	TANIA MARA MELO MEDEIROS	90	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR-ASS TEC ADM GAB DA PRESIDENCIA	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
488.XXX.XXX-00	TEREZINHA MEURER	1	SACH	DOIS VIZINHOS	NUCLEO REG EDUCACAO - DOIS VIZINHOS	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	A partir de 12/06/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

044.XXX.XXX-62	THAIS CRISTINA PINTO RAGGIO	4	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR- DIV. PROG. E PROJ. ESPECIAIS	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
922.XXX.XXX-78	VALERIA SORIANA WISCHRAL	53	SACH	CURITIBA	SEED/ASSTEC/CCA	APOIO TECNICO ADMINISTRATIVO	20	A partir de 10/06/2026
655.XXX.XXX-72	VANILZA JOSEFI	1	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE DE RECURSOS HUMANOS	20	A partir de 22/06/2026
019.XXX.XXX-06	VIVIEN CRISTINA DE LALA	92	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EQUIPE DO FINANCEIRO	20	A partir de 15/06/2026
052.XXX.XXX-89	WAGNER DA SILVA CORREA	90	SACH	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	EMBAIXADOR DE PENSAM COMPUT	20	A partir de 15/06/2026
735.XXX.XXX-53	WALTER JOSE DA SILVA	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR- DIV. GESTAO DE PATRIMONIO	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
027.XXX.XXX-92	WELLINGTON SCHUHLI DE CARVALHO	91	SACH	COLOMBO	NUCLEO REG EDUCACAO - AREA METROP NORTE	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	A partir de 15/06/2026
044.XXX.XXX-54	WILLIAN JOSE SILVA DA COSTA	3	SACH	DOIS VIZINHOS	NUCLEO REG EDUCACAO - DOIS VIZINHOS	DESAFIO PARANA TECNICO	20	A partir de 12/06/2026

Curitiba, 24 de junho de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88260/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED
RESOLUÇÃO N° 2966/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

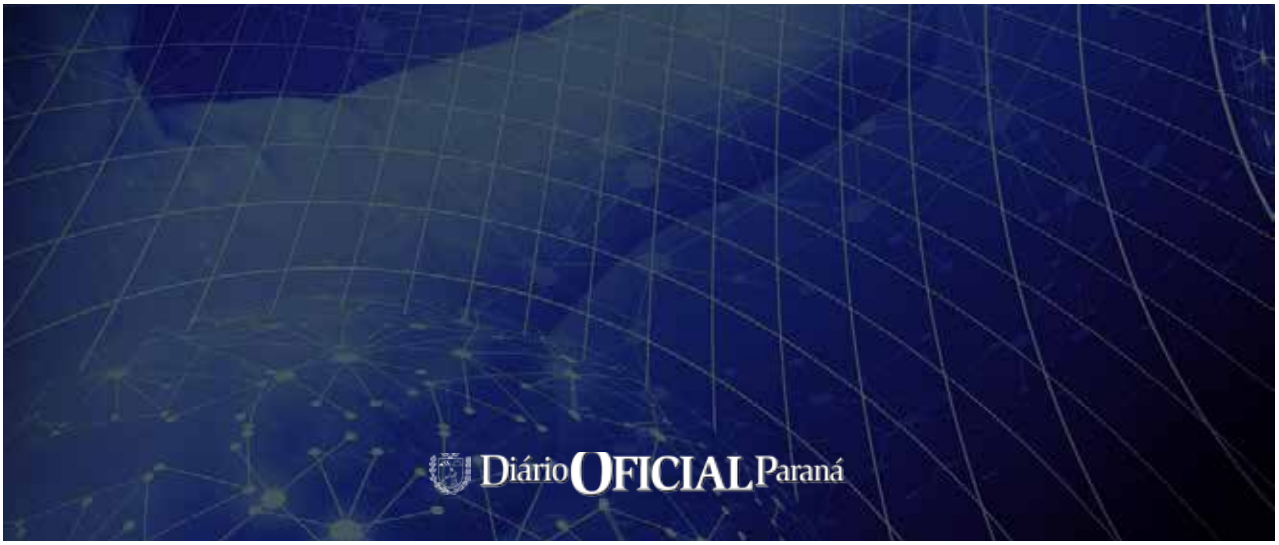
RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte que designou os mencionados servidores como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para responderem pelas funções que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
740.XXX.XXX-00	ALESSANDRA DE FATIMA GIACOMET MELLO	53	S100	PATO BRANCO	AGOSTINHO PEREIRA, C E PROF-EF M PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0191826-27/04/2026 a partir de 17/06/2026
037.XXX.XXX-43	SUELLEN BARBOSA DA SILVA ONOFRE	1	S100	ARAUCARIA	FAZENDA VELHA, C E-E F M P	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0278426-10/06/2026 a partir de 10/06/2026
037.XXX.XXX-43	SUELLEN BARBOSA DA SILVA ONOFRE	1	S100	ARAUCARIA	FAZENDA VELHA, C E-E F M P	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0296726-24/06/2026 a partir de 18/06/2026

Curitiba, 24 de junho de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88261/2026



Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2967/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
056.XXX.XXX-05	ELAINE GERALDINE PALHANO FERREIRA	8	S100	IMBITUVA	SANTO ANTONIO, C E-EF M PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	20	15/06/2026-19/06/2026
600.XXX.XXX-04	ELIZABETH MACEDO FAGUNDES	8	S100	GUARAPUAVA	NEWTON FELIPE ALBACH, C E-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	08/06/2026-17/06/2026
752.XXX.XXX-91	JACQUELINE VICENTINI	97	S100	CURITIBA	JULIO MESQUITA, C E C-M PROF-EF M PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	20	09/06/2026-15/06/2026
752.XXX.XXX-91	JACQUELINE VICENTINI	97	S100	CURITIBA	JULIO MESQUITA, C E C-M PROF-EF M PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	20	16/06/2026-23/06/2026
277.XXX.XXX-68	MARTA GOMES DE SOUSA	1	S100	LONDRINA	JOSE DE ANCHIETA, C E-EF M ETI P	EQUIPE PEDAGOGICA	20	11/06/2026-25/06/2026
611.XXX.XXX-00	REGINA APARECIDA FERREIRA DE ALMEIDA	1	S100	LAPA	CENTRO EST EDUC PROFIS AGRIC DA LAPA	ORIENTADOR PEDAG DE INTERNATO	20	09/06/2026-28/06/2026
788.XXX.XXX-68	SILVIA BARBOSA DE SOUZA SILVA	1	S100	WENCESLAU BRAZ	SEBASTIAO PARANA, C E DR-EM PROFIS N	EQUIPE PEDAGOGICA	20	06/06/2026-15/06/2026
614.XXX.XXX-68	SUELI APARECIDA DA SILVA	2	S100	TELEMACO BORBA	MARIA AP M S PEREIRA, C E C-M PROFA-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	17/06/2026-19/06/2026
037.XXX.XXX-43	SUELLEN BARBOSA DA SILVA ONOFRE	1	S100	ARAUCARIA	FAZENDA VELHA, C E-E F M P	EQUIPE PEDAGOGICA	20	11/06/2026-20/06/2026

Curitiba, 24 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88262/2026



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2968/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte que designou os mencionados servidores, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
033.XXX.XXX-24	ADRIANA SVILKOVSKI	1	QFEB	VIRMOND	EURICO G DUTRA, C E GEN-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0190424-08/04/2024 a partir de 15/06/2026
033.XXX.XXX-24	ADRIANA SVILKOVSKI	1	QFEB	VIRMOND	EURICO G DUTRA, C E GEN-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0190424-08/04/2024 a partir de 15/06/2026
079.XXX.XXX-99	AGDA MACHADO DE OLIVEIRA TORE	2	QPM	MARINGA	MARCO A PIMENTA, C E C-M -EFMP	DIRETOR AUXILIAR	20	R0055526-05/02/2026 a partir de 24/06/2026
033.XXX.XXX-41	ALEX SANDRO ALVES MOREIRA	1	QFEB	CURITIBA	JOAO PAULO II, C E C-M EFMP	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0105626-03/03/2026 a partir de 15/06/2026
033.XXX.XXX-41	ALEX SANDRO ALVES MOREIRA	1	QFEB	CURITIBA	JOAO PAULO II, C E C-M EFMP	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0105626-03/03/2026 a partir de 15/06/2026
876.XXX.XXX-44	ANA CLAUDIA DA SILVA LEME	2	QFEB	CURITIBA	CANDIDO RONDON, C E C-M MAL-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0052226-04/02/2026 a partir de 15/06/2026
876.XXX.XXX-44	ANA CLAUDIA DA SILVA LEME	2	QFEB	CURITIBA	CANDIDO RONDON, C E C-M MAL-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0052226-04/02/2026 a partir de 15/06/2026
034.XXX.XXX-14	ANA PAULA CESAR WOZNIAKOWSKI	1	QPM	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	R0066723-03/02/2023 a partir de 15/06/2026
008.XXX.XXX-01	ARIANE CAROLINA DE LIMA BLANK	1	QFEB	CASCAVEL	CEEBJA WILSON ANTONIO NEDUZIAK-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0817824-19/12/2024 a partir de 01/06/2026
008.XXX.XXX-01	ARIANE CAROLINA DE LIMA BLANK	1	QFEB	CASCAVEL	CEEBJA WILSON ANTONIO NEDUZIAK-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0817824-19/12/2024 a partir de 01/06/2026
863.XXX.XXX-87	BERNADETE SCARPARI GHELLERE	2	QFEB	ITAIPULANDIA	COSTA E SILVA, C E-E F M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0202725-10/04/2025 a partir de 08/06/2026
863.XXX.XXX-87	BERNADETE SCARPARI GHELLERE	2	QFEB	ITAIPULANDIA	COSTA E SILVA, C E-E F M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0202725-10/04/2025 a partir de 08/06/2026
043.XXX.XXX-73	CAROLINA ELEODORA SAUCEDO DINIZ	1	QPM	FOZ DO IGUACU	RAIANE DA SILVA SOARES, E-EF MOD ESP	DIRETOR-TEC ESC CONV	20	R0547625-30/09/2025 a partir de 15/06/2026
048.XXX.XXX-58	CATIA TATIANE WEBER CASSEL	1	QFEB	SAO JORGE D'OESTE	PIO X, E E C-EF ETI	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0514223-04/08/2023 a partir de 20/07/2026
048.XXX.XXX-58	CATIA TATIANE WEBER CASSEL	1	QFEB	SAO JORGE D'OESTE	PIO X, E E C-EF ETI	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0514223-04/08/2023 a partir de 20/07/2026
053.XXX.XXX-05	CLAUDIA MARIA MORO BITTENCOURT	1	QFEB	SAO JOSE DOS PINHAIS	JUSCELINO K OLIVEIRA, C E-EF M P	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0203726-05/05/2026 a partir de 15/06/2026
053.XXX.XXX-05	CLAUDIA MARIA MORO BITTENCOURT	1	QFEB	SAO JOSE DOS PINHAIS	JUSCELINO K OLIVEIRA, C E-EF M P	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0203726-05/05/2026 a partir de 15/06/2026
661.XXX.XXX-53	CLEONICE DE ANDRADE FRANCISCO	1	QFEB	ENGENHEIRO BELTRAO	MANOEL RIBAS, E E DO C-EF	SECRETARIO/ESCOLA	20	P0152513-02/10/2013 a partir de 22/06/2026

009.XXX.XXX-80	DAIANE FATIMA MIRANDOLA DA SILVA	4	QPM	ALTO PIQUIRI	JOAO XXIII, C E PAPA-E M ETI N P	DIRETOR AUXILIAR	20	R0140926-26/03/2026 a partir de 22/06/2026
025.XXX.XXX-03	ELAINE CRISTINA POSSAMAI GABRIELLI	1	QPM	PATO BRANCO	CASTRO ALVES, C E C-M-EF M	DIRETOR AUXILIAR	20	R0296926-24/06/2026 a partir de 15/06/2026
045.XXX.XXX-76	FERNANDA SANTOS DA COSTA	1	QPM	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	R0055625-06/02/2025 a partir de 15/06/2026
054.XXX.XXX-40	FRANCIELLY SILVA DA CONCEICAO VELOSO	1	QFEB	PARANAGUA	PINDOTY, C E I-EI EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0094926-25/02/2026 a partir de 23/06/2026
054.XXX.XXX-40	FRANCIELLY SILVA DA CONCEICAO VELOSO	1	QFEB	PARANAGUA	PINDOTY, C E I-EI EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0094926-25/02/2026 a partir de 23/06/2026
038.XXX.XXX-50	JOSE AUGUSTO HARTMANN	1	QPM	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	R0824322-21/12/2022 a partir de 15/06/2026
053.XXX.XXX-67	LOUISE ROSARIA PENTEADO BRANDAO GOES	3	QPM	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	R0045026-02/02/2026 a partir de 15/06/2026
053.XXX.XXX-67	LOUISE ROSARIA PENTEADO BRANDAO GOES	4	QPM	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	R0045026-02/02/2026 a partir de 15/06/2026
574.XXX.XXX-00	MAIRA PAUPITZ VASSELAI	99	QPM	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	R0066723-03/02/2023 a partir de 15/06/2026
016.XXX.XXX-77	MARINES PASCHOALI	91	QPM	PONTAL DO PARANA	PAULO FREIRE, C E PROF-E F M ETI N	DIRETOR AUXILIAR	20	R0063025-10/02/2025 a partir de 01/07/2026
672.XXX.XXX-49	MARLEI BERNARSKI DALLA COSTA	1	QFEB	MARMELEIRO	TELMO OCTAVIO MULLER, C E-EF ETI N	SECRETARIO/ESCOLA	20	P0008309-06/02/2009 a partir de 22/06/2026
672.XXX.XXX-49	MARLEI BERNARSKI DALLA COSTA	1	QFEB	MARMELEIRO	TELMO OCTAVIO MULLER, C E-EF ETI N	SECRETARIO/ESCOLA	20	P0072916-04/05/2016 a partir de 22/06/2026
094.XXX.XXX-43	PALOMA APARECIDA OLIVEIRA RATUCHNE LIMA	3	QPM	GUARAPUAVA	MAHATMA GANDHI, C E C-M-EF M PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	R0039526-31/01/2026 a partir de 12/06/2026
019.XXX.XXX-35	ROSELI NERES MONGELOS	1	QFEB	FOZ DO IGUACU	FLAVIO WARKEN, C E PROF-EF M N PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0386519-08/10/2019 a partir de 23/06/2026
019.XXX.XXX-35	ROSELI NERES MONGELOS	1	QFEB	FOZ DO IGUACU	FLAVIO WARKEN, C E PROF-EF M N PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0386519-08/10/2019 a partir de 23/06/2026
590.XXX.XXX-87	ROSIMERI BUENO DOS SANTOS	2	QFEB	ARARUNA	29 DE NOVEMBRO, C E-EF ETI EM	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0324222-07/06/2022 a partir de 16/06/2026
714.XXX.XXX-82	SERGIA LUCIA DA SILVA	1	QPM	TELEMACO BORBA	MARIA AP M S PEREIRA, C E C-M PROFA-EF M	DIRETOR AUXILIAR	20	R0276126-09/06/2026 a partir de 05/06/2026
714.XXX.XXX-82	SERGIA LUCIA DA SILVA	1	QPM	TELEMACO BORBA	MARIA AP M S PEREIRA, C E C-M PROFA-EF M	DIRETOR AUXILIAR	20	R0276126-09/06/2026 a partir de 05/06/2026
956.XXX.XXX-82	SOLIENE MARIA PINTO	1	QFEB	CASCAVEL	ITAGIBA FORTUNATO, C E-EF M ETI	DIRETOR AUXILIAR	20	R0065925-11/02/2025 a partir de 08/06/2026
956.XXX.XXX-82	SOLIENE MARIA PINTO	1	QFEB	CASCAVEL	ITAGIBA FORTUNATO, C E-EF M ETI	DIRETOR AUXILIAR	20	R0065925-11/02/2025 a partir de 08/06/2026
552.XXX.XXX-00	SONIA APARECIDA HINCA DOS SANTOS	22	QPM	CURITIBA	MARIA GAI GRENDEL, C E PROFA-EF M PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	R0032426-28/01/2026 a partir de 15/06/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

393.XXX.XXX-59	SUMAHYA ROSA GUIMARAES ALBRECHT	1	QFEB	CURITIBA	CEEBJA BARIGUI-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0055526-05/02/2026 a partir de 10/07/2026
393.XXX.XXX-59	SUMAHYA ROSA GUIMARAES ALBRECHT	1	QFEB	CURITIBA	CEEBJA BARIGUI-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0055526-05/02/2026 a partir de 10/07/2026
860.XXX.XXX-04	VANESSA MARCELINO PINHEIRO	1	QPM	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	R0555824-29/08/2024 a partir de 15/06/2026
860.XXX.XXX-04	VANESSA MARCELINO PINHEIRO	97	QPM	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	R0555824-29/08/2024 a partir de 15/06/2026
033.XXX.XXX-30	VANESSA SANTOS CARDOSO KOTT	1	QPM	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	R0443225-08/08/2025 a partir de 15/06/2026
033.XXX.XXX-30	VANESSA SANTOS CARDOSO KOTT	1	QPM	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	R0443225-08/08/2025 a partir de 15/06/2026
644.XXX.XXX-04	ZELMA CARVALHO DA SILVA FERNANDES	1	QFEB	ABATIA	AFRANIO PEIXOTO, E E-EF ETI	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0252916-27/06/2016 a partir de 01/06/2026
644.XXX.XXX-04	ZELMA CARVALHO DA SILVA FERNANDES	1	QFEB	ABATIA	AFRANIO PEIXOTO, E E-EF ETI	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0252916-27/06/2016 a partir de 01/06/2026

Curitiba, 24 de junho de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88263/2026



Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2969/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
600.XXX.XXX-91	ADRIANA FELDE	92	QPM	CASCAVEL	ITAGIBA FORTUNATO, C E-EF M ETI	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 22/06/2026
600.XXX.XXX-91	ADRIANA FELDE	92	QPM	CASCAVEL	ITAGIBA FORTUNATO, C E-EF M ETI	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 22/06/2026
079.XXX.XXX-99	AGDA MACHADO DE OLIVEIRA TORE	2	QPM	MARINGA	MARCO A PIMENTA, C E C-M -EFMP	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 24/06/2026
033.XXX.XXX-41	ALEX SANDRO ALVES MOREIRA	1	QFEB	CURITIBA	CANDIDO RONDON, C E C-M MAL-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 15/06/2026
033.XXX.XXX-41	ALEX SANDRO ALVES MOREIRA	1	QFEB	CURITIBA	CANDIDO RONDON, C E C-M MAL-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 15/06/2026
865.XXX.XXX-10	ANA CLAUDIA OZZORES REIS	1	QPM	CURITIBA	GOTTLIEB MUELLER, C E C-M-EF M PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 18/06/2026
661.XXX.XXX-53	CLEONICE DE ANDRADE FRANCISCO	1	QFEB	ENGENHEIRO BELTRAO	MANOEL RIBAS, E E DO C-EF	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 22/06/2026
661.XXX.XXX-53	CLEONICE DE ANDRADE FRANCISCO	1	QFEB	ENGENHEIRO BELTRAO	MANOEL RIBAS, E E DO C-EF	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 22/06/2026
009.XXX.XXX-80	DAIANE FATIMA MIRANDOLA DA SILVA	4	QPM	ALTO PIQUIRI	JOAO XXIII, C E PAPA-E M ETI N P	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 22/06/2026
025.XXX.XXX-03	ELAINE CRISTINA POSSAMAI GABRIELLI	1	QPM	PATO BRANCO	CASTRO ALVES, C E C-M-EF M	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 15/06/2026
025.XXX.XXX-03	ELAINE CRISTINA POSSAMAI GABRIELLI	1	QPM	PATO BRANCO	CASTRO ALVES, C E C-M-EF M	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 15/06/2026
018.XXX.XXX-85	ELISA ANGELA RIBEIRO GONCALVES	1	QPM	NOVA FATIMA	FATIMENSE, E-EI EF MOD ED ESP	DIRETOR AUXILIAR-TEC ESC CONV	20	A partir de 01/07/2026
923.XXX.XXX-15	FABIANA CRISTHINA ERENO	1	QFEB	SAO JOSE DOS PINHAIS	JUSCELINO K OLIVEIRA, C E-EF M P	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 15/06/2026
923.XXX.XXX-15	FABIANA CRISTHINA ERENO	1	QFEB	SAO JOSE DOS PINHAIS	JUSCELINO K OLIVEIRA, C E-EF M P	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 15/06/2026
036.XXX.XXX-89	FRANCIELE BEHLING	1	QFEB	ITAIPULANDIA	COSTA E SILVA, C E-E F M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 08/06/2026
036.XXX.XXX-89	FRANCIELE BEHLING	1	QFEB	ITAIPULANDIA	COSTA E SILVA, C E-E F M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 08/06/2026
020.XXX.XXX-62	JANE BRESQUI RIBEIRO	1	QFEB	CURITIBA	CEEBJA BARIGUI-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 10/07/2026
020.XXX.XXX-62	JANE BRESQUI RIBEIRO	1	QFEB	CURITIBA	CEEBJA BARIGUI-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 10/07/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

646.XXX.XXX-53	JOSE ROBERTO MARTINS DE OLIVEIRA	2	QPM	CURITIBA	MARIA GAI GRENDEL, C E PROFA-EF M PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 22/06/2026
022.XXX.XXX-27	KELLY HIROMI KITSU CERCONVIZ	1	QPM	MANDAGUACU	PARIGOT DE SOUZA, C E-EF M P N	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 15/06/2026
759.XXX.XXX-91	MADELAINE CARNIERI BECHARA	1	QPM	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	A partir de 15/06/2026
050.XXX.XXX-29	RENATO JASINSKI	1	QFEB	VIRMOND	EURICO G DUTRA, C E GEN-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 15/06/2026
050.XXX.XXX-29	RENATO JASINSKI	1	QFEB	VIRMOND	EURICO G DUTRA, C E GEN-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 15/06/2026
053.XXX.XXX-26	ROSENILDA DE SOUZA NAGATA	1	QPM	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	20	A partir de 15/06/2026
053.XXX.XXX-26	ROSENILDA DE SOUZA NAGATA	2	QPM	CURITIBA	NUCLEO REG EDUCACAO - CURITIBA	ASSISTENTE - NRE	14	A partir de 15/06/2026
590.XXX.XXX-87	ROSIMERI BUENO DOS SANTOS	2	QFEB	ARARUNA	29 DE NOVEMBRO, C E-EF ETI EM	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 16/06/2026
590.XXX.XXX-87	ROSIMERI BUENO DOS SANTOS	2	QFEB	ARARUNA	29 DE NOVEMBRO, C E-EF ETI EM	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 16/06/2026
939.XXX.XXX-72	SOLANGE SILVA DO AMARAL	1	QPM	CURITIBA	ROBERTO LANGER JUNIOR, C E-EF M PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 19/06/2026
552.XXX.XXX-00	SONIA APARECIDA HINCA DOS SANTOS	22	QPM	CURITIBA	ROBERTO LANGER JUNIOR, C E-EF M PROFIS	DIRETOR	20	A partir de 15/06/2026
034.XXX.XXX-78	VALDIRENE FIORENTIN HOFMAN	1	QFEB	PATO BRANCO	PATO BRANCO, C E DE-EF M PROFIS N	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 22/06/2026
034.XXX.XXX-78	VALDIRENE FIORENTIN HOFMAN	1	QFEB	PATO BRANCO	PATO BRANCO, C E DE-EF M PROFIS N	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 22/06/2026

Curitiba, 24 de junho de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88264/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED
RESOLUÇÃO N° 2970/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:
Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
019.XXX.XXX-10	LUCILENE DO CARMO DE OLIVEIRA MARCHESINI	1	QFEB	MATINHOS	ABIGAIL DOS S CORREA, E E C-M PROFA-EF	SECRETARIO/ESCOLA	20	02/06/2026-18/07/2026
019.XXX.XXX-10	LUCILENE DO CARMO DE OLIVEIRA MARCHESINI	1	QFEB	MATINHOS	ABIGAIL DOS S CORREA, E E C-M PROFA-EF	SECRETARIO/ESCOLA	20	02/06/2026-18/07/2026
714.XXX.XXX-82	SERGIA LUCIA DA SILVA	1	QPM	TELEMACO BORBA	MARIA AP M S PEREIRA, C E C-M PROFA-EF M	DIRETOR	20	05/06/2026-02/09/2026
714.XXX.XXX-82	SERGIA LUCIA DA SILVA	1	QPM	TELEMACO BORBA	MARIA AP M S PEREIRA, C E C-M PROFA-EF M	DIRETOR	20	05/06/2026-02/09/2026

Curitiba, 24 de junho de 2026.
TACIANA FENILI DE SANTANA
Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88265/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2993/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte de designou os mencionados servidores como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
576.XXX.XXX-34	BEATRIZ MARIA MEGIAS LIGMANOVSKI FERREIRA	21	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. PLANEJ. ALIMENT ESCOLAR	APOIO	10	R0176423-24/03/2023 a partir de 23/06/2026
576.XXX.XXX-34	BEATRIZ MARIA MEGIAS LIGMANOVSKI FERREIRA	21	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. PLANEJ. ALIMENT ESCOLAR	APOIO	20	R0176423-24/03/2023 a partir de 23/06/2026
510.XXX.XXX-04	ELCIO DISSENHA	2	SACH	SAO JOSE DOS PINHAIS	NUCLEO REG EDUCACAO - AREA METROP SUL	EDIFICACOES	20	R0534625-24/09/2025 a partir de 25/06/2026
029.XXX.XXX-07	ELIO SQUENA	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. DE EXECUCAO E CONTROLE	APOIO	20	R0176423-24/03/2023 a partir de 23/06/2026
256.XXX.XXX-83	KATIA MARA DE JESUS BARANOSKI	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DEP PROJETOS E ORCAMENTOS	APOIO	20	R0264726-01/06/2026 a partir de 23/06/2026
360.XXX.XXX-91	MARCO AURELIO MIKOSZ	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. DE EXECUCAO E CONTROLE	APOIO	20	R0176423-24/03/2023 a partir de 23/06/2026
024.XXX.XXX-60	MARLUS VALERIUS KLINGUELFUS BORGES	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. DE EXECUCAO E CONTROLE	APOIO	20	R0302324-21/05/2024 a partir de 23/06/2026
457.XXX.XXX-15	NINON ROSE MAYER GODOY	2	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. LOG E MON ALIM ESCOLAR	APOIO	20	R0332024-03/06/2024 a partir de 23/06/2026
816.XXX.XXX-10	REGINA KIKUTI	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. DE CONTROLE DE MATERIAIS	APOIO	20	R0176423-24/03/2023 a partir de 23/06/2026
621.XXX.XXX-72	SELMA DE FATIMA BONIFACIO COLODEL	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. PLANEJ. ALIMENT ESCOLAR	APOIO	20	R0176423-24/03/2023 a partir de 23/06/2026
830.XXX.XXX-68	SILVANA ALVES RIBEIRO SANTANA	1	S100	IVAIPORA	BENTO MOSSURUNGA, C E C-M - EFM ETI	PROF DA LEI 15308/06	5	R0296526-24/06/2026 a partir de 26/06/2026
201.XXX.XXX-20	VERA LUCIA JULIAO ARCIE	2	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DEP DE OBRAS E FISCALIZACAO	APOIO	20	R0176423-24/03/2023 a partir de 23/06/2026

Curitiba, 25 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88266/2026



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2994/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
576.XXX.XXX-34	BEATRIZ MARIA MEGIAS LIGMANOVSKI FERREIRA	21	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. LOG E MON ALIM ESCOLAR	APOIO	10	A partir de 23/06/2026
576.XXX.XXX-34	BEATRIZ MARIA MEGIAS LIGMANOVSKI FERREIRA	21	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. LOG E MON ALIM ESCOLAR	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
510.XXX.XXX-04	ELCIO DISSENHA	2	SACH	SAO JOSE DOS PINHAIS	NUCLEO REG EDUCACAO - AREA METROP SUL	EQUIPE PEDAGOGICA DO NRE	20	A partir de 25/06/2026
029.XXX.XXX-07	ELIO SQUENA	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. LOG E MON ALIM ESCOLAR	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
256.XXX.XXX-83	KATIA MARA DE JESUS BARANOSKI	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DEP PROJETOS E ORCAMENTOS	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
360.XXX.XXX-91	MARCO AURELIO MIKOSZ	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. LOG E MON ALIM ESCOLAR	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
024.XXX.XXX-60	MARLUS VALERIUS KLINGUELFUS BORGES	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. LOG E MON ALIM ESCOLAR	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
457.XXX.XXX-15	NINON ROSE MAYER GODOY	2	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DEP NUT E ALIMENTACAO	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
816.XXX.XXX-10	REGINA KIKUTI	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIVISAO DE MANUT. E SERVICOS	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
621.XXX.XXX-72	SELMA DE FATIMA BONIFACIO COLODEL	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. DE EXECUCAO E CONTROLE	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
830.XXX.XXX-68	SILVANA ALVES RIBEIRO SANTANA	1	S100	IVAIPORA	CEEBJA DE IVAIPORA - EF M	PROF DA LEI 15308/06	5	A partir de 26/06/2026
201.XXX.XXX-20	VERA LUCIA JULIAO ARCIE	2	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIR TEC DE ENGENHARIA	APOIO	20	A partir de 23/06/2026

Curitiba, 25 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88267/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2995/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
740.XXX.XXX-87	MARILENE ANANIAS DO NASCIMENTO	3	S100	MANDAGUARI	JOSE LUIZ GORI, C E-EF M PROFIS	EQUIPE PEDAGOGICA	20	25/06/2026-14/07/2026

Curitiba, 25 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88268/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2996/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte que designou os mencionados servidores, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
590.XXX.XXX-87	ROSIMERI BUENO DOS SANTOS	2	QFEB	ARARUNA	29 DE NOVEMBRO, C E-EF ETI EM	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0296926-24/06/2026 a partir de 26/06/2026
566.XXX.XXX-68	SANDRA APARECIDA MACHADO FURIHATA	1	QPM	IBIPORA	CEEBJA DR FRANCISCO G BELTRAO-EF M	DIRETOR	20	R0764025-18/12/2025 a partir de 25/06/2026

Curitiba, 25 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88269/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2997/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
017.XXX.XXX-47	ALESSANDRA DENISE BEE	97	QPM	GUARAPUAVA	MAHATMA GANDHI, C E C-M-EF M PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 15/06/2026
047.XXX.XXX-50	DENIZE CRISTINA DA LUZ	1	QFEB	CURITIBA	JOAO PAULO II, C E C-M EFMP	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 16/06/2026
047.XXX.XXX-50	DENIZE CRISTINA DA LUZ	1	QFEB	CURITIBA	JOAO PAULO II, C E C-M EFMP	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 16/06/2026
069.XXX.XXX-37	GEOVANE HUBER	8	QPM	CURITIBA	MARIA GAI GRENDEL, C E PROFA-EF M PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 22/06/2026
566.XXX.XXX-68	SANDRA APARECIDA MACHADO FURIHATA	1	QPM	IBIPORA	CEEBJA DR FRANCISCO G BELTRAO-EF M	DIRETOR	20	A partir de 25/06/2026
566.XXX.XXX-68	SANDRA APARECIDA MACHADO FURIHATA	2	QPM	IBIPORA	CEEBJA DR FRANCISCO G BELTRAO-EF M	DIRETOR	10	A partir de 25/06/2026

Curitiba, 25 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88270/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 2998/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
043.XXX.XXX-05	LUANA FONSECA AMARAL SANTIAGO MARTINS	1	QFEB	MATINHOS	MUSTAFA SALOMAO, C E-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	12/06/2026-24/06/2026
043.XXX.XXX-05	LUANA FONSECA AMARAL SANTIAGO MARTINS	1	QFEB	MATINHOS	MUSTAFA SALOMAO, C E-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	12/06/2026-24/06/2026

Curitiba, 25 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88271/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 3017/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte de designou os mencionados servidores como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
749.XXX.XXX-49	AIDIA LUIZA PEREIRA SABINO	1	S100	TERRA RICA	JAMES P CLARK, C E-EF M N	PROF DA LEI 15308/06	1	R0140319-09/04/2019 a partir de 11/06/2026
019.XXX.XXX-77	ANA PAULA FRANCO	91	SACH	SAO JOSE DOS PINHAIS	NUCLEO REG EDUCACAO - AREA METROP SUL	EQUIPE DA ESTRUTURA FUNCIONAM	20	R0538123-11/08/2023 a partir de 29/06/2026
050.XXX.XXX-61	ARIANE SOUZA DOS SANTOS	97	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. DE CONTRATACOES	APOIO	20	R0125823-09/03/2023 a partir de 23/06/2026
334.XXX.XXX-20	ARNILDO FRANCISCO MARION	1	S100	CASCAVEL	XIV DE NOVEMBRO, C E C-M-EF M	PROF DA LEI 15308/06	5	P0007915-10/03/2015 a partir de 11/06/2026
857.XXX.XXX-91	CLAUDIA REGINA BERNADELLI	1	S100	PARANAVAI	PARANAVAI, C E DE-EF M N PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	1	R0414125-25/07/2025 a partir de 11/06/2026
598.XXX.XXX-04	DONIZETHE APARECIDO BARBOSA	2	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DEP DE OBRAS E FISCALIZACAO	APOIO	20	R0176825-31/03/2025 a partir de 23/06/2026
063.XXX.XXX-30	EDVANIA CASSIA ALVES DE OLIVEIRA	92	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. DE CONTROLE DE MATERIAIS	APOIO	20	R0382625-09/07/2025 a partir de 23/06/2026
189.XXX.XXX-49	FLORIPES GONCALVES MORENO	4	S100	LONDRINA	POLIVALENTE, C E-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	1	R0252621-08/06/2021 a partir de 11/06/2026
189.XXX.XXX-49	FLORIPES GONCALVES MORENO	4	S100	LONDRINA	POLIVALENTE, C E-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	5	R0171123-17/03/2023 a partir de 11/06/2026
189.XXX.XXX-49	FLORIPES GONCALVES MORENO	4	S100	LONDRINA	POLIVALENTE, C E-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	2	R0411324-01/07/2024 a partir de 11/06/2026
189.XXX.XXX-49	FLORIPES GONCALVES MORENO	4	S100	LONDRINA	POLIVALENTE, C E-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	12	R0411324-01/07/2024 a partir de 11/06/2026
873.XXX.XXX-20	LUCIANA SENTONE	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. DE CONTRATACOES	APOIO	20	R0176423-24/03/2023 a partir de 23/06/2026
836.XXX.XXX-44	MARILZA GIROTTO PITARELLO	2	S100	CASCAVEL	JULIA WANDERLEY, C E C-M PROF-EF M	PROF DA LEI 15308/06	1	R0241926-25/05/2026 a partir de 24/06/2026
911.XXX.XXX-00	SAYOKO MASSAGO	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - COORD PROTOCOLO, MALOTE E ARQ	APOIO	20	R0176423-24/03/2023 a partir de 23/06/2026
434.XXX.XXX-49	SHIRLEI GOMES CASTOLDI	92	S100	MATINHOS	GABRIEL DE LARA, C E-EF M PROF	PROF DA LEI 15308/06	20	R0467125-25/08/2025 a partir de 30/06/2026
830.XXX.XXX-68	VIVIANY NASCIMENTO DE SIQUEIRA	1	S100	CONSELHEIRO MAIRINCK	FRANCISCO A ALMEIDA, C E-EM	PROF DA LEI 15308/06	20	R0229917-01/06/2017 a partir de 11/06/2026

Curitiba, 26 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88272/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 3018/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
019.XXX.XXX-77	ANA PAULA FRANCO	91	SACH	CURITIBA	SEED/DEDUC/DEP/CPEP	TEC PEDAGOGICO	20	A partir de 29/06/2026
050.XXX.XXX-61	ARIANE SOUZA DOS SANTOS	97	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR- DIV. REGISTROS E PUBLICACOES	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
598.XXX.XXX-04	DONIZETHE APARECIDO BARBOSA	2	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DEP PROJETOS E ORCAMENTOS	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
063.XXX.XXX-30	EDVANIA CASSIA ALVES DE OLIVEIRA	92	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DEP DE OBRAS E FISCALIZACAO	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
873.XXX.XXX-20	LUCIANA SENTONE	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR- DIV. REGISTROS E PUBLICACOES	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
914.XXX.XXX-04	MARLUCIA PEREIRA BEZERRA	2	S100	TELEMACO BORBA	MARIA AP M S PEREIRA, C E C-M PROFA-EF M	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 25/06/2026
911.XXX.XXX-00	SAYOKO MASSAGO	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIVISAO DE MANUT. E SERVICOS	APOIO	20	A partir de 23/06/2026
434.XXX.XXX-49	SHIRLEI GOMES CASTOLDI	92	S100	LONDRINA	OLYMPIA M TORMENTA, C E C-M PROF-EF M P	PROF DA LEI 15308/06	20	A partir de 30/06/2026

Curitiba, 26 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88273/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 3019/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
016.XXX.XXX-41	CINTIA DE PAULA	1	S100	ARAPONGAS	JULIO JUNQUEIRA, C E C DR-EF ETI EM	EQUIPE PEDAGOGICA	20	24/06/2026-18/12/2026

Curitiba, 26 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88274/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 3020/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte que designou os mencionados servidores, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
811.XXX.XXX-49	SILVANETE APARECIDA DA SILVA	2	QPM	GOIOERE	CAXIAS, C E DQ DE-EF EM N PROFIS	DIRETOR	20	R0764025-18/12/2025 a partir de 19/05/2026

Curitiba, 26 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88275/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 3021/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
914.XXX.XXX-04	MARLUCIA PEREIRA BEZERRA	2	QPM	TELEMACO BORBA	MARIA AP M S PEREIRA, C E C-M PROFA-EF M	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 25/06/2026
811.XXX.XXX-49	SILVANETE APARECIDA DA SILVA	2	QPM	GOIOERE	CAXIAS, C E DQ DE-EF EM N PROFIS	DIRETOR	12	A partir de 19/05/2026
811.XXX.XXX-49	SILVANETE APARECIDA DA SILVA	2	QPM	GOIOERE	CAXIAS, C E DQ DE-EF EM N PROFIS	DIRETOR	8	A partir de 19/05/2026

Curitiba, 26 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88276/2026



Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 3033/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte de designou os mencionados servidores como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
354.XXX.XXX-15	CARLOS CESAR RAINETT	1	SACH	CURITIBA	FUNDEPAR - DIV. CONTRATOS DE ENGENHARIA	APOIO	20	R0176423-24/03/2023 a partir de 30/06/2026
561.XXX.XXX-82	DINALVA MARIA DE AZEVEDO KAUST	90	S100	FENIX	SANTO INACIO DE LOYOLA, C E-EF M ETI	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0038326-30/01/2026 a partir de 30/06/2026
648.XXX.XXX-59	EDINEIA ZAMPIERI DE ARAUJO	2	SACH	TELEMACO BORBA	NUCLEO REG EDUCACAO - TELEMACO BORBA	EQUIPE DO FINANCEIRO	20	R0615124-25/09/2024 a partir de 26/06/2026
497.XXX.XXX-68	EDSON BAVILONI	1	S100	LONDRINA	PATRIMONIO REGINA, C E C-M DO-EF M	PROF DA LEI 15308/06	1	R0064424-07/02/2024 a partir de 30/06/2026
497.XXX.XXX-68	EDSON BAVILONI	1	S100	LONDRINA	PATRIMONIO REGINA, C E C-M DO-EF M	PROF DA LEI 15308/06	22	R0064424-07/02/2024 a partir de 30/06/2026
029.XXX.XXX-82	FRANCISLEY PIMENTEL FAGUNDES BUSS	1	S100	PONTA GROSSA	EPAMINONDAS N RIBAS, C E C-M DR-EF M P	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	R0110526-06/03/2026 a partir de 29/06/2026
583.XXX.XXX-91	ISABEL CRISTINA POSSEBOM	3	S100	CURITIBA	CLETO, C E PROF-EF M ETI	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0094626-25/02/2026 a partir de 20/06/2026
530.XXX.XXX-15	IVONE CHENCHUK	1	SACH	CURITIBA	SEED/DPGE/DNE/CEF	TEC PEDAGOGICO	20	R0194023-31/03/2023 a partir de 20/06/2026
397.XXX.XXX-49	JOAO IVO CALEFFI	3	S100	MARINGA	ALFREDO MOISES MALUF, C E-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	1	R0127925-10/03/2025 a partir de 29/06/2026
603.XXX.XXX-53	MARCIA APARECIDA DIAS DOS SANTOS	1	S100	FORMOSA DO OESTE	RUI BARBOSA, C E-EF M PROF	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0044726-02/02/2026 a partir de 20/06/2026
627.XXX.XXX-15	MARIA PELEGRINI FAVARO ZANCANARO	3	SACH	TOLEDO	NUCLEO REG EDUCACAO - TOLEDO	EQUIPE DA DIVERSIDADE	20	R0194023-31/03/2023 a partir de 30/06/2026
366.XXX.XXX-00	MARILZA DA SILVA MOLINA	1	S100	ARAPONGAS	ANTONIO G NOVAES, C E-EF M PROFIS	PROF DA LEI 15308/06	1	R0354719-10/09/2019 a partir de 06/07/2026
438.XXX.XXX-15	NEIDE DIAS	1	S100	APUCARANA	ALBERTO SANTOS DUMONT, C E C-M-EF M P	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	25	R0210726-08/05/2026 a partir de 26/06/2026
640.XXX.XXX-59	TEREZINHA ANDREGUETTE	90	S100	IVATE	RACHEL DE QUEIROZ, C E-EF M N	EQUIPE PEDAGOGICA	20	R0094626-25/02/2026 a partir de 30/06/2026
520.XXX.XXX-78	UMBERTO DE OLIVEIRA	2	S100	FOZ DO IGUACU	CARLOS DRUM DE ANDRADE, C E C-M-EF M P	PROF DA LEI 15308/06	2	R0496424-06/08/2024 a partir de 30/06/2026
588.XXX.XXX-53	VILMA PEREIRA DA SILVA TEIXEIRA	3	S100	WENCESLAU BRAZ	SALOMAO ANDRAUS, E-EI EF MOD ED ESP	COORD PEDAGOGICO-TEC ESC CONV	20	R0122924-04/03/2024 a partir de 30/06/2026

Curitiba, 29 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88277/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 3034/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
029.XXX.XXX-82	FRANCISLEY PIMENTEL FAGUNDES BUSS	1	S100	PONTA GROSSA	POLIVALENTE, C E-EF ETI EM P N	PROF APOIO ED ESP T GLOB DES	5	A partir de 29/06/2026
808.XXX.XXX-87	INGRID ADAM	53	S100	CURITIBA	LOUREIRO FERNANDES,CE PROF-EFM ETI PROFI	EQUIPE PEDAGOGICA	20	A partir de 26/05/2026

Curitiba, 29 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88278/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 3035/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte que designou os mencionados servidores, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
467.XXX.XXX-53	ARMENIO MARQUES RIBEIRO	1	QPM	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	SANTA ESMERALDA, E E C-EF	DIRETOR	20	R0764025-18/12/2025 a partir de 30/06/2026
062.XXX.XXX-42	BERNADETE DE LOURDES NUNES DEL MONACO DOS SANTOS L E AVELAR	1	QPM	UMUARAMA	HILDA TRAUTWEIN KAMAL, CE PROF-EFM ETI P	DIRETOR AUXILIAR	20	R0058025-08/02/2025 a partir de 26/06/2026
828.XXX.XXX-00	CLAUDIA PONCIANO DE PAULA	1	QPM	LONDRINA	CEEBJA DE LONDRINA - EF M	DIRETOR AUXILIAR	20	R0094926-25/02/2026 a partir de 30/06/2026
752.XXX.XXX-53	MARINEZ RODRIGUES DO SOCORRO	1	QPM	TERRA RICA	SELMA R DOS SANTOS, E PROFA-EI EF MOD EE	DIRETOR-TEC ESC CONV	20	R0418919-31/10/2019 a partir de 16/06/2026
793.XXX.XXX-00	MIRIAN ALVES CARVALHO	1	QPM	CASCAVEL	SAO CRISTOVAO, C E-EF M PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	R0032426-28/01/2026 a partir de 20/06/2026
851.XXX.XXX-04	RITA DE CASSIA MACARIO	2	QPM	PINHAIS	LEOCADIA B RAMOS, C E-EF M PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	R0055625-06/02/2025 a partir de 20/06/2026
851.XXX.XXX-04	RITA DE CASSIA MACARIO	2	QPM	PINHAIS	LEOCADIA B RAMOS, C E-EF M PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	R0055625-06/02/2025 a partir de 20/06/2026
023.XXX.XXX-58	SERGIO SENKO	1	QFEB	INACIO MARTINS	AUREA APARECIDA LOPES, C E C-E F M	SECRETARIO/ESCOLA	20	P0006512-08/02/2012 a partir de 30/06/2026
023.XXX.XXX-58	SERGIO SENKO	1	QFEB	INACIO MARTINS	AUREA APARECIDA LOPES, C E C-E F M	SECRETARIO/ESCOLA	20	P0069816-02/05/2016 a partir de 30/06/2026
488.XXX.XXX-34	VERA LUCIA FRITTOLA EVANGELISTA	91	QFEB	ASSIS CHATEAUBRIAND	JOAO PAULO II, E E C PAPA-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0657125-06/11/2025 a partir de 16/06/2026
488.XXX.XXX-34	VERA LUCIA FRITTOLA EVANGELISTA	91	QFEB	ASSIS CHATEAUBRIAND	JOAO PAULO II, E E C PAPA-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0657125-06/11/2025 a partir de 16/06/2026

Curitiba, 29 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88279/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 3036/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
033.XXX.XXX-80	ELIANE MARIA GONCALVES PADILHA	1	QFEB	MARMELEIRO	TELMO OCTAVIO MULLER, C E-EF ETI N	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 22/06/2026
033.XXX.XXX-80	ELIANE MARIA GONCALVES PADILHA	1	QFEB	MARMELEIRO	TELMO OCTAVIO MULLER, C E-EF ETI N	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 22/06/2026

Curitiba, 29 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88280/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 3059/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte de designou os mencionados servidores como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
596.XXX.XXX-49	ELISABETH GUNTZEL	1	S100	GUARAPUAVA	GUARAPUAVA, C E VISC DE-EF M N PROFIS	PROF APOIO COM ALTERNATIVA	5	R0028726-27/01/2026 a partir de 11/06/2026
057.XXX.XXX-45	GERCIANI GONSALVES DE OLIVEIRA	54	SACH	GUARAPUAVA	NUCLEO REG EDUCACAO - GUARAPUAVA	EQUIPE DA DIVERSIDADE	20	R0553225-03/10/2025 a partir de 06/07/2026
706.XXX.XXX-72	MARILUCIA ANDRIGUETTI	1	SACH	FRANCISCO BELTRAO	NUCLEO REG EDUCACAO - FRANCISCO BELTRAO	EQUIPE DE ENSINO DO NRE	20	R0064424-07/02/2024 a partir de 01/04/2026

Curitiba, 30 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88281/2026



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 3060/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou como adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
871.XXX.XXX-49	CLAUDIA LUCIANE DA SILVA	1	S100	IBAITI	ALDO DALLAGO, C E-EF M ETI N	COORD ESTAGIO-FORMACAO DOCENTE	5	A partir de 16/06/2026
871.XXX.XXX-49	CLAUDIA LUCIANE DA SILVA	1	S100	IBAITI	ALDO DALLAGO, C E-EF M ETI N	COORD ESTAGIO-FORMACAO DOCENTE	5	A partir de 16/06/2026
871.XXX.XXX-49	CLAUDIA LUCIANE DA SILVA	1	S100	IBAITI	ALDO DALLAGO, C E-EF M ETI N	COORD ESTAGIO-FORMACAO DOCENTE	5	A partir de 16/06/2026
457.XXX.XXX-34	DIVA RIBEIRO DE SOUZA	2	S100	ALVORADA DO SUL	14 DE DEZEMBRO, C E-EF M ETI N P	COORD DE AREA	4	A partir de 26/06/2026
457.XXX.XXX-34	DIVA RIBEIRO DE SOUZA	2	S100	ALVORADA DO SUL	14 DE DEZEMBRO, C E-EF M ETI N P	COORD DE AREA	4	A partir de 26/06/2026
749.XXX.XXX-91	EDRIANI DONIZETE LABEGALINI BARBOSA	1	SACH	CURITIBA	SEED/CEE/CONSELHO ESTADUAL DE EDUCACAO	EQUIPE DA ASS JURIDICA	20	A partir de 11/06/2026
523.XXX.XXX-91	EDSON PEREIRA DE ANDRADE	97	SACH	CURITIBA	SEED/PARANAESPORTE	APOIO	20	A partir de 16/06/2026
596.XXX.XXX-49	ELISABETH GUNTZEL	1	S100	GUARAPUAVA	GUARAPUAVA, C E VISC DE-EF M N PROFIS	PROF APOIO COM ALTERNATIVA	25	A partir de 11/06/2026
046.XXX.XXX-88	EMANUELLE FRANCISCO	94	S100	CURITIBA	MARIA GAI GRENDEL, C E PROFA-EF M PROFIS	COORD DE CURSO	5	A partir de 25/06/2026
046.XXX.XXX-88	EMANUELLE FRANCISCO	94	S100	CURITIBA	MARIA GAI GRENDEL, C E PROFA-EF M PROFIS	COORD DE CURSO	5	A partir de 25/06/2026
057.XXX.XXX-45	GERCIANI GONSALVES DE OLIVEIRA	54	SACH	LARANJEIRAS DO SUL	NUCLEO REG EDUCACAO - LARANJ. DO SUL	EQUIPE DA DIVERSIDADE	20	A partir de 06/07/2026
706.XXX.XXX-72	MARILUCIA ANDRIGUETTI	1	SACH	FRANCISCO BELTRAO	NUCLEO REG EDUCACAO - FRANCISCO BELTRAO	EMBAIXADOR DE REDACAO PARANA	20	A partir de 01/04/2026
278.XXX.XXX-15	MARLI REGINA FERNANDES DA SILVA	5	SACH	APUCARANA	NUCLEO REG EDUCACAO - APUCARANA	CRTE/ASSESSOR PEDAGOGICO	20	A partir de 21/06/2026

Curitiba, 30 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88282/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 3061/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, como acréscimo de jornada ou adequação de carga horária, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
614.XXX.XXX-68	SUELI APARECIDA DA SILVA	2	S100	TELEMACO BORBA	MARIA AP M S PEREIRA, C E C-M PROFA-EF M	EQUIPE PEDAGOGICA	20	23/06/2026-26/06/2026

Curitiba, 30 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88283/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 3062/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Revogar os Atos relacionados, na parte que designou os mencionados servidores, para responderem pelas funções que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	ATO REVOGADO
001.XXX.XXX-02	DENIZE ROCHA DE OLIVEIRA	1	QFEB	CURITIBA	CEEBJA DR FRANCISCO RIB AZEV MACEDO-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0737325-09/12/2025 a partir de 13/07/2026
001.XXX.XXX-02	DENIZE ROCHA DE OLIVEIRA	1	QFEB	CURITIBA	CEEBJA DR FRANCISCO RIB AZEV MACEDO-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0737325-09/12/2025 a partir de 13/07/2026
030.XXX.XXX-63	LETICIA CORDEIRO WOS	1	QFEB	ARAUCARIA	ROCHA POMBO, C E C-M-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0025422-31/01/2022 a partir de 15/06/2026
030.XXX.XXX-63	LETICIA CORDEIRO WOS	1	QFEB	ARAUCARIA	ROCHA POMBO, C E C-M-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0025422-31/01/2022 a partir de 15/06/2026
409.XXX.XXX-49	MARIZA KOHLER FEDALTO	1	QFEB	CURITIBA	REPUBLICA ORIENTAL URUGUAI, C E C-M-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0263016-05/07/2016 a partir de 24/06/2026
409.XXX.XXX-49	MARIZA KOHLER FEDALTO	1	QFEB	CURITIBA	REPUBLICA ORIENTAL URUGUAI, C E C-M-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	R0263016-05/07/2016 a partir de 24/06/2026

Curitiba, 30 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88284/2026

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 3063/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
001.XXX.XXX-02	DENIZE ROCHA DE OLIVEIRA	1	QFEB	CURITIBA	ISABEL L S SOUZA, C E PROFA-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 13/07/2026
001.XXX.XXX-02	DENIZE ROCHA DE OLIVEIRA	1	QFEB	CURITIBA	ISABEL L S SOUZA, C E PROFA-EF M PROFIS	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 13/07/2026
852.XXX.XXX-97	JOCIANE FRANCA DE SOUZA	1	QFEB	CURITIBA	REPUBLICA ORIENTAL URUGUAI, C E C-M-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 01/07/2026
852.XXX.XXX-97	JOCIANE FRANCA DE SOUZA	1	QFEB	CURITIBA	REPUBLICA ORIENTAL URUGUAI, C E C-M-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 01/07/2026
030.XXX.XXX-63	LETICIA CORDEIRO WOS	1	QFEB	ARAUCARIA	ROCHA POMBO, C E C-M-EF M	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 15/06/2026
030.XXX.XXX-63	LETICIA CORDEIRO WOS	1	QFEB	ARAUCARIA	ROCHA POMBO, C E C-M-EF M	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 15/06/2026
036.XXX.XXX-28	MICHELE ADRIANE GOHL DE SOUZA	1	QFEB	UNIAO DA VITORIA	RIO VERMELHO, C E DO C-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 22/06/2026
036.XXX.XXX-28	MICHELE ADRIANE GOHL DE SOUZA	1	QFEB	UNIAO DA VITORIA	RIO VERMELHO, C E DO C-EF M	SECRETARIO/ESCOLA	20	A partir de 22/06/2026
911.XXX.XXX-04	VANISE FATIMA MARCON DARIVA	1	QFEB	CORONEL VIVIDA	ARNALDO BUSATO, C E-EF M N PROFIS	DIRETOR AUXILIAR	20	A partir de 23/06/2026

Curitiba, 30 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88285/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria de Estado da Educação – SEED

RESOLUÇÃO N° 3064/2026 – GS/SEED

A Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial, no uso das atribuições que lhe foram delegadas de acordo com a Resolução n.º 8659/2023 – GS/SEED, de 07 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados, para exercerem as funções nas instituições de ensino, que especifica, em caráter de substituição:

CPF	NOME	LF	VÍNCULO	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	CH	PERÍODO
041.XXX.XXX-99	FRANCIELI APARECIDA DOS SANTOS	1	QFEB	CONTENDA	MIGUEL FRANCO FILHO, C E C-M-EF M PROFIS	DIRETOR	20	08/06/2026-06/08/2026
041.XXX.XXX-99	FRANCIELI APARECIDA DOS SANTOS	1	QFEB	CONTENDA	MIGUEL FRANCO FILHO, C E C-M-EF M PROFIS	DIRETOR	20	08/06/2026-06/08/2026
053.XXX.XXX-69	JEFFERSON JOAQUIM DE SOUZA	1	QFEB	FORMOSA DO OESTE	RUI BARBOSA, C E-EF M PROF	DIRETOR	20	25/06/2026-23/08/2026
053.XXX.XXX-69	JEFFERSON JOAQUIM DE SOUZA	1	QFEB	FORMOSA DO OESTE	RUI BARBOSA, C E-EF M PROF	DIRETOR	10	25/06/2026-23/08/2026
053.XXX.XXX-69	JEFFERSON JOAQUIM DE SOUZA	1	QFEB	FORMOSA DO OESTE	RUI BARBOSA, C E-EF M PROF	DIRETOR	10	25/06/2026-23/08/2026

Curitiba, 30 de junho de 2026.

TACIANA FENILI DE SANTANA

Delegação de Competência à Chefe do NRHS/SEED

88286/2026

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA ESPECIAL, DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 552 DE 02/07/2026

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
AMARILDO AFFONSO				90	23/11/2005	22/11/2010	01/07/2026	28/09/2026
33801653	1	NII11	261415828					
AMARILDO AFFONSO				90	23/11/2010	22/11/2015	29/09/2026	27/12/2026
33801653	1	NII11	261415828					
ROZIKLE RUTSATZ MATUCHESKI				90	29/06/2012	28/06/2017	01/07/2026	28/09/2026
36756764	1	NAXIII	261477483					
EDILENE GOMES COUTINHO ANTES				90	29/11/2011	28/11/2016	20/09/2026	18/12/2026
37523801	1	NAXIV	261843110					
ELISABETH DO ROCIO HAISI DALAGRANA				90	01/07/2010	30/06/2015	27/07/2026	24/10/2026
42164674	1	NAIX	261533162					
IARA MARIA MARINHO RIBEIRO				90	10/07/2012	09/07/2017	23/07/2026	20/10/2026
43151045	1	NAXII	261185032					
ODILACIR TEREZINHA CORADIN				90	09/11/2012	08/11/2017	06/07/2026	03/10/2026
54079508	1	NAX	261488159					
ROSA MARIA MADEIRA				90	20/07/2010	19/07/2015	13/07/2026	10/10/2026
54178603	1	NAXII	261796511					
LUIZA GOMES DOS SANTOS				90	12/05/2011	11/05/2016	22/09/2026	20/12/2026
83788186	2	NAXII	261563665					
VANIA RODRIGUES DE OLIVEIRA				90	30/01/2006	29/01/2011	03/08/2026	31/10/2026
86267675	1	NAXIII	260727419					

1

-

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA ESPECIAL, DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S), AO(S) FUNCIONÁRIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 553 DE 02/07/2026

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
ALBERTINA VISNIESKI DE ALCANTARA				90	17/05/2011	16/05/2016	23/07/2026	20/10/2026
57113642	1	NII11	261339765					
ALBERTINA VISNIESKI DE ALCANTARA				90	27/03/2011	26/03/2016	23/07/2026	20/10/2026
57113642	2	NII11	261339943					
ADRIANA THOME				90	14/11/2012	13/11/2017	21/07/2026	18/10/2026
59359886	4	NII11	261639351					
FERNANDA SALDANHA				90	04/06/2014	03/06/2019	09/07/2026	06/10/2026
64192930	1	NII11	261498685					
CLAUDIA PATRICIA VIEIRA DA SILVA				90	03/02/2014	02/02/2019	03/08/2026	31/10/2026
97818843	97	NII11	261629488					

88225/2026

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

0 O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O ARTIGO 1°, INCISO II, ALÍNEA D, C/C O INCISO VI, DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N° 64, DE 18/5/1990 E A LEI FEDERAL N° 9504, DE 30/09/1997, RESOLVE CONCEDER AO(s) SERVIDOR(es) ABAIXO RELACIONADO(s), O AFASTAMENTO DE SUAS FUNÇÕES, PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO, SEM PREJUÍZO DOS RESPECTIVOS VENCIMENTOS:

PORTARIA N. 551 DE 02/07/2026
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
JOAO HENRIQUE DA SILVA	134233699	3	PF	261493985	04/07/2026	04/10/2026	93
LUCI ERIETE BARBOSA DOS SANTOS SOCOL	37030970	97	AGEB II	261613204	04/07/2026	04/10/2026	93
JOSMAR DE JESUS BATISTA	56602569	99	PF	261371677	04/07/2026	04/10/2026	93
JOSMAR DE JESUS BATISTA	56602569	1	PF	261371677	04/07/2026	04/10/2026	93
JENIFER LIMA	770234399004		PF		06/07/2026	03/10/2026	90
JENIFER LIMA	770234399003		PF		06/07/2026	03/10/2026	90
STALLONE DOS SANTOS RIBEIRO	85766058	4	PF	261523302	04/07/2026	04/10/2026	93
STALLONE DOS SANTOS RIBEIRO	85766058	3	PF	261523302	04/07/2026	04/10/2026	93
JULIO CESAR DE PAULA RODRIGUES	90983113	2	PF	261464438	04/07/2026	04/10/2026	93

88226/2026

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

0 A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, DE ACORDO COM O ARTIGO 240, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 549 DE 02/07/2026
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
APARECIDO VASCONCELOS DE SOUZA	101934594	98	NII03	252454268	02/02/2026	01/02/2028	730
SANDRA DA LUZ TRAPLE	46718542	90	NII11	261376768	20/07/2026	18/07/2028	730
LUCELIA OLEINIK RAMOS	48956084	53	NAXI	261425793	01/07/2026	29/06/2028	730
DEBORA CRISTINA HOLM ROSA	65338017	1	NII11	260746707	13/07/2026	11/07/2028	730
VANESSA ORTIZ MORAIS	72022181	2	NII11	261580217	29/06/2026	27/06/2028	730
VANESSA ORTIZ MORAIS	72022181	1	NII11	261577895	29/06/2026	27/06/2028	730
CHRISTIAN BELASQUE	75875568	90	NII11	261617323	23/07/2026	21/07/2028	730
DOUGLAS RODRIGO IENE	80797052	91	NII03	260383353	31/07/2026	29/07/2028	730
VANDRE ALEXANDRE BENEDITO DA SILVA	85387561	57	NII02		23/01/2026	22/01/2028	730
SUELEN SOARES DE OLIVEIRA	88372980	1	NII11		12/06/2026	10/06/2028	730

1
-

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

0 A CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇOES QUE LHE FORAM DELEGADAS PELA RESOLUÇÃO N° 8659 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2023, DO DIRETOR GERAL, RESOLVE CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS, DE ACORDO COM O ARTIGO 240, DA LEI 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):

PORTARIA N. 550 DE 02/07/2026
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
CLAUDIA PATRICIA VIEIRA DA SILVA	97818843	1	NII11	261630346	03/08/2026	01/08/2028	730

88227/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 548/2026 – DG/SEED

Designa gestora, suplente e fiscais de contrato celebrado com a empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 25.719.086-2,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores relacionados no Anexo desta Portaria para atuarem como gestora, respectiva suplente e fiscais do Contrato n.º 5.169/2026, celebrado com a empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial, CNPJ n.º 05.340.639/0001-30, cujo objeto consiste na contratação do serviço contínuo de gerenciamento da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, mediante adesão à Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 003/2025 – DECON/SEAP.

Art. 2.º À gestora, sua suplente e aos fiscais caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.º 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia dos designados.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de julho de 2026.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

ANEXO DA PORTARIA N.º 548/2026 – DG/SEED

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestora	Rosyara Pedrina Maria Montanha Juliatto	023.XXX.719-XX
Gestora Suplente	Cintia Cristina de Souza Pereira	062.XXX.919-XX
Fiscal	Antonio Cesar Oliveira	836.XXX.209-XX

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Fiscal	Bruno Rodrigues Ferreira	071.XXX.569-XX
Fiscal	Marcos Aurélio De Oliveira	018.XXX.239-XX
Fiscal	Anisio Lasievicz	032.XXX.989-XX
Fiscal	Enio Aparecido Belini	746.XXX.189-XX
Fiscal	Silvia Vieira Dias	803.XXX.409-XX
Fiscal	Claudia Neves Franco	875.XXX.569-XX
Fiscal	Jose Renato Augusto	008.XXX.559-XX
Fiscal	Deusdete Eustáquio de Sousa	559.XXX.209-XX
Fiscal	Odair Antonio de Oliveira	880.XXX.369-XX
Fiscal	Alessandro Gomes Dos Santos	021.XXX.629-XX
Fiscal	João Carlos Salves	596.XXX.129-XX
Fiscal	Bruno Teixeira Wendling	031.XXX.329-XX
Fiscal	Diego Rondon Ferla	049.XXX.879-XX
Fiscal	Lucia Montini Domingues	368.XXX.029-XX
Fiscal	Alzemiro Prando	644.XXX.649-XX
Fiscal	Arivaldo Pimentel de Oliveira	507.XXX.759-XX
Fiscal	Marlon Douglas Pires	602.XXX.569-XX
Fiscal	Luciano de Oliveira Costa	004.XXX.679-XX
Fiscal	Edson Luis Kuzma	045.XXX.919-XX
Fiscal	Gilberto Bonfim	956.XXX.519-XX
Fiscal	Josianne Palmas Nascimento Kuster de Azevedo	037.XXX.079-XX
Fiscal	Valter de Araujo Junior	993.XXX.639-XX
Fiscal	Péricles Aires	940.XXX.649-XX
Fiscal	Charlles Barth Andrade	066.XXX.739-XX
Fiscal	Rainer Elmar Back	761.XXX.589-XX
Fiscal	Guilherme Ferreira Brois	044.XXX.509-XX
Fiscal	Sergio Roberto Sorriilha	365.XXX.339-XX
Fiscal	Nilton Bitencourt	014.XXX.569-XX
Fiscal	Oswaldo Pregolini	013.XXX.978-XX
Fiscal	Igor de Santanna Rodrigues	048.XXX.699-XX
Fiscal	Fabio Cabral dos Santos	038.XXX.019-XX
Fiscal	Alex Sandro Pinheiro	020.XXX.839-XX
Fiscal	Robson Augusto da Luz	036.XXX.389-XX
Fiscal	Enio Bach Rodrigues dos Santos	550.XXX.009-XX
Fiscal	Sueli Aparecida Martins	558.XXX.239-XX
Fiscal	Luciano Gabriel de Oliveira	945.XXX.379-XX
Fiscal	Marcos Roberto de Oliveira	048.XXX.019-XX
Fiscal	Jair Rodrigues de Abreu	700.XXX.609-XX
Fiscal	Lauro Trevisan	564.XXX.689-XX
Fiscal	Irailde Aparecida de Barros	192.XXX.639-XX
Fiscal	Rosiney Pimenta Campos	679.XXX.239-XX

Fiscal	Maria Ines Lopes Sanches	558.XXX.249-XX
Fiscal	Edson Magalhães Blum	815.XXX.559-XX
Fiscal	Wictor Viana Schwartz	007.XXX.189-XX
Fiscal	Ana Valeria Hoffmann Batista	819.XXX.539-XX
Fiscal	Maria Cristina Wichinheski	000.XXX.639-XX
Fiscal	Armando Olivo Robert	856.XXX.799-XX
Fiscal	Neri Bortolanza Junior	859.XXX.809-XX
Fiscal	Dioney Horning Teter	010.XXX.579-XX
Fiscal	Amarildo Affonso	424.XXX.809-XX
Fiscal	Jose Vilmar Canovas	371.XXX.909-XX
Fiscal	José Carlos Franco de Oliveira	861.XXX.829-XX
Fiscal	Reginaldo Rodrigues Vicente	052.XXX.089-XX
Fiscal	Camilo Cesar Nunes	784.XXX.779-XX
Fiscal	Marcia Cristina Kopp Bodenmuller	250.XXX.588-XX
Fiscal	Marcio Adir Sehn	026.XXX.519-XX
Fiscal	Piero de Sousa Pinto	033.XXX.789-XX
Fiscal	Carlos Alberto Oliveira de Souza	825.XXX.169-XX
Fiscal	Mariane Pierin Gemin	023.XXX.759-XX
Fiscal	Leila Cristina Messias Braz	740.XXX.839-XX
Fiscal	Tiago Novais da Silva	050.XXX.319-XX
Fiscal	Nelson Alexandre Zarth	773.XXX.909-XX
Fiscal	Rogério Schnell	702.XXX.439-XX
Fiscal	Nilton Cesar da Rocha	631.XXX.269-XX
Fiscal	Helio Rentz	025.XXX.559-XX
Fiscal	Adelheid Maria Osteimer	595.XXX.159-XX
Fiscal	Sinval Barbosa Teixeira	526.XXX.189-XX
Fiscal	Reginaldo Aparecido de Oliviera	026.XXX.439-XX
Fiscal	Gelso Dalla Costa	472.XXX.830-XX
Fiscal	Sergio Ricardo Corrêa dos Passos	787.XXX.331-XX
Fiscal	Gerson Boff	779.XXX.619-XX
Fiscal	Danila Zago	008.XXX.749-XX
Fiscal	Cristina Fumie Harigaya	412.XXX.999-XX
Fiscal	Dayane de Andrade Oliveira Paulino	053.XXX.629-XX
Fiscal	Marlene Regina da Silva	056.XXX.819-XX
Fiscal	Deborah Cristina Kich de Los Santos	956.XXX.399-XX
Fiscal	Wagner da Silva	088.XXX.559-XX
Fiscal	Anilton Cesar Michels	925.XXX.609-XX
Fiscal	Ademir José Santana	027.XXX.449-XX
Fiscal	Almiria Teresinha Lisboa Gomes	026.XXX.159-XX
Fiscal	Helio Ferreira Couto	957.XXX.309-XX
Fiscal	Valdinei Fogaça Andreacci	022.XXX.519-XX
Fiscal	Michel Mottin Demiate	059.XXX.119-XX
Fiscal	Mariana Mendes Mirkoski	051.XXX.259-XX
Fiscal	Rogério Schnell	702.XXX.439-XX

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 546/2026 – DG/SEED

Designa gestor e fiscal administrativo de contrato celebrado com a Gráfica e Editora Posigraf.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 18.805.789-6,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar Eliana Provenci Albano, CPF n.º 029.XXX.XXX-10, para atuar como gestora do Contrato n.º 090/2022, celebrado com a Gráfica e Editora Posigraf, CNPJ n.º 75.104.422/0001-06, tendo como objeto a prestação de serviço de impressão de caderno de Avaliação Diagnóstica Prova Paraná, decorrente do Pregão Eletronico n.º 1275/2021 – SRP, em substituição à servidora Jussielli de Oliveira, designada por meio da Portaria DG/SEED n.º 786, de 29 de agosto de 2024.

Art. 2.º Designar Dolores Follador, CPF n.º 553.XXX.XXX-04, para atuar como fiscal do Contrato n.º 090/2022, celebrado com a Gráfica e Editora Posigraf, CNPJ n.º 75.104.422/0001-06, tendo como objeto a prestação de serviço de impressão de caderno de Avaliação Diagnóstica Prova Paraná, decorrente do Pregão Eletronico n.º 1275/2021 – SRP, em substituição ao servidor Cícero Vieira Torres Júnior, designado por meio da Portaria DG/SEED n.º 786, de 29 de agosto de 2024.

Art. 3.º Revogar a designação da servidora Ane Carolina Chimanski da função de gestora suplente do Contrato n.º 090/2022, feita por meio da Portaria DG/SEED n.º 177, de 20 de julho de 2022.

Art. 4.º À gestora e à fiscal caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia das designadas.

Art. 5.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de julho de 2026.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

88763/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Protocolo n.º 26.030.636-7

DESPACHO SECRETARIAL

Com amparo na Lei Federal n.º 6.999, de 7 de junho de 1982, na Resolução n.º 23.523, de 27 de junho de 2017, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que dispõem sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral, e no Decreto Estadual n.º 8.466, de 1.º de julho de 2013, **autorizo** a prorrogação do afastamento da servidora Ana Paula José de Oliveira, CPF n.º 027.XXX.XXX-05, Agente Educacional II, do Quadro de Funcionários da Educação Básica, para continuar prestando serviços na 89.ª Zona Eleitoral de Umuarama, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 10 de agosto de 2026, com ônus para o órgão de origem, em atendimento à solicitação emitida pelo Ofício n.º 42/2026.

Curitiba, 3 de julho de 2026.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

88542/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Protocolo n.º 26.074.452-6

DESPACHO SECRETARIAL

Com amparo na Lei Federal n.º 6.999, de 7 de junho de 1982, na Resolução n.º 23.523, de 27 de junho de 2017, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que dispõem sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral, e no Decreto Estadual n.º 8.466, de 1.º de julho de 2013, **autorizo** a prorrogação do afastamento da servidora Ornella Muzetti Vianna Scacalossi, CPF n.º 027.XXX.XXX-10, Agente Educacional II, do Quadro de Funcionários da Educação Básica, para continuar prestando serviços na 5.ª Zona Eleitoral de Paranaguá, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 29 de agosto de 2026, com ônus para o órgão de origem, em atendimento à solicitação emitida pelo Ofício n.º 82/2026.

Curitiba, 3 de julho de 2026.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

88544/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 47/2026 – GS/SEED

Designa servidora para exercer, interinamente, o cargo de diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação.

O **Secretário de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o contido no protocolado n.º 26.163.670-0,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar a servidora Neiva Marques de Andrade Niero, CPF n.º 782.XXX.XXX-49, para exercer interinamente, no período de 16 a 20 de julho de 2026, sem prejuízo de suas atribuições, o cargo de diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação, em substituição à titular, Graziele Andriola, por motivo de fruição de férias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de julho de 2026.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

88239/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 547/2026 – DG/SEED

Designa gestor e fiscal de contrato celebrado com a empresa Even Comercial.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 25.853.337-2,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores a seguir relacionados para atuarem como gestor e fiscal do Contrato n.º 4.598/2026, celebrado com a empresa Even Comercial, CNPJ n.º 53.568.001/0001-01, referente à aquisição de equipamentos de laboratório (espectrofotômetro digital) para o curso de técnico em Agropecuária do Centro Estadual de Educação Profissional da Lapa/PR, conforme descrito no Termo de Referência, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 792/2025 – DECON/SEAP:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestor	Renato Hey Gondin	045.XXX.XXX-05
Fiscal	Denise Godoi Ribeiro Sanches	004.XXX.XXX-47

Art. 2.º Ao gestor e à fiscal caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.º 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia dos designados.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de julho de 2026.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

88241/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

RESOLUÇÃO N.º 3.143/2026 – GS/SEED

Exonera diretores do Colégio Estadual Senador Correia, do município de Ponta Grossa, e designa diretora interina.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto nas Leis n.º 21.648, de 25 de setembro de 2023, e n.º 21.658, de 27 de setembro de 2023, nas Resoluções GS SEED n.º 8.835, de 15 de dezembro de 2023, e n.º 7.581, de 22 de novembro de 2024, e o contido no protocolado n.º 25.693.053-6,

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar o servidor Everton Meneguzzo, CPF n.º 003.XXX.XXX-77, professor do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 01, da função de diretor do Colégio Estadual Senador Correia, município e Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, após verificada a insuficiência de gestão, nos âmbitos pedagógico, administrativo-financeiro e de gestão democrática.

Art. 2.º Exonerar a servidora Paula Regina Alves Madruga, CPF n.º 016.XXX.XXX-73, professora do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 01, da função

de diretora do Colégio Estadual Senador Correia, município e Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, após verificada a insuficiência de gestão, nos âmbitos pedagógico, administrativo-financeiro e de gestão democrática.

Art. 3.º Designar a servidora Priscila Sirigate Aplewicz, CPF n.º 005.XXX.XXX-58, professora do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 01, para exercer, interinamente, a função de diretora do Colégio Estadual Senador Correia, município e Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa.

Art. 4.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de julho de 2026.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

88827/2026

RESOLUÇÃO N.º 3127/2026 - GS/SEED

Ementa: Afasta servidor cautelarmente
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais e considerando o contido no protocolado n.º 25.988.526-4,
R E S O L V E:

Art. 1.º Afastar cautelarmente por 30 (trinta) dias, o servidor Amarildo José Jacomel, CPF n.º 525.XXX.XXX-53, vínculo QPM, LF 01, com fulcro no art. 103, da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de julho de 2026
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

88388/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 738/2025

Protocolo nº: 20.973.170-3
Assunto: Adjudicação e Homologação de Pregão Eletrônico

1. Com fundamento no inciso IV do art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no inciso VIII do art. 13 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, c/c a Informação n.º 3.313/2026 – SEED/ASS TEC, **ADJUDICO** às empresas vencedoras o objeto do **Pregão Eletrônico n.º 738/2025** – GMS/SEED, referente aos Lotes n.º 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 34, 36, 39 e 40, tipo menor preço, e **HOMOLOGO** o certame pelo valor global de **R$ 65.105,79 (sessenta e cinco mil, cento e cinco reais e setenta e nove centavos)**, objetivando a aquisição de equipamentos para os laboratórios do Curso Técnico em Alimentos do Centro Estadual de Educação Profissional de Ponta Grossa, conforme Edital e seus Anexos.

2. Ficam homologados os seguintes lotes, em favor das respectivas empresas vencedoras, pelos valores abaixo discriminados: **Lote 1** – REOBOTE PRODUTOS E SERVICOS LTDA – R$ 499,99; **Lote 2** – REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA – R$ 2.189,99; **Lote 3** – LEANDRO ANTONIO OZANA LTDA – R$ 912,71; **Lote 4** – ZDX PRODUTOS ELETRONICOS LTDA – R$ 1.283,00; **Lote 5** – NEUZA WEIZANI SINKUEVITZ LTDA – R$ 640,00; **Lote 6** – METALURGICA ARTFRIO LTDA – R$ 5.680,00; **Lote 7** – AR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – R$ 1.240,76; **Lote 8** – R.E SILVA LTDA – R$ 2.650,00; 4161 1161 **Lote 9** – 2M - COMERCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA – R$ 2.900,00; **Lote 10** – NOVA BRASIL LICITACOES LTDA – R$ 3.774,99; **Lote 11** – NEUZA WEIZANI SINKUEVITZ LTDA – R$ 265,00; **Lote 12** – BIANCA MENDES DA SILVA CUNHA – R$ 5.710,49; **Lote 13** – VERLUMA COMÉRCIO LTDA – R$ 550,00; Lote 14 – ZDX PRODUTOS ELETRONICOS LTDA – R$ 158,60; **Lote 15** – REFINAR EMPRESARIAL ASSESSORIA EM CONTROLES ADMINISTRATIVOS LTDA – R$ 4.337,99; **Lote 16** – NOVA MESA COMERCIO DE UTILIDADES E ALIMENTOS LTDA – EPP – R$ 217,16; **Lote 17** – NOVA MESA COMERCIO DE UTILIDADES E ALIMENTOS LTDA – EPP – R$ 384,80; **Lote 18** – SANTANA COMERCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA – R$ 419,85; Lote 19 – MARCOS E BERTA LTDA – R$ 715,83; **Lote 20** – SANTANA COMERCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA – R$ 1.068,00; **Lote 21** – SANTANA COMERCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA – R$ 803,40; **Lote 22** – MARCOS E BERTA LTDA – R$ 497,70; **Lote 23** – MARCOS E BERTA LTDA – R$ 596,70; **Lote 24** – MARCOS E BERTA LTDA – R$ 519,50; **Lote 25** – MARCOS E BERTA LTDA – R$ 358,40; 4162 1161 **Lote 26** – MARCOS E BERTA LTDA – R$ 382,20; **Lote 31** – ZDX PRODUTOS ELETRONICOS LTDA – R$ 1.530,00; **Lote 34** – ZDX PRODUTOS ELETRONICOS LTDA – R$ 1.800,00; **Lote 36** – EBM COMERCIO SERVICOS IMPORTACAO E EXPORTAÇÃO LTDA – ME – R$ 4.977,98; **Lote 39** – ZDX PRODUTOS ELETRONICOS LTDA – R$ 1.000,00; **Lote 40** – B10 LICITA LTDA – R$ 17.039,95.

3. Com fundamento no art. 1.º, §§ 3.º e 5.º, do Decreto Estadual n.º 4.189/2016, c/c a Informação n.º 3.313/2026 – SEED/ASS TEC, **AUTORIZO**, cumpridas as formalidades legais, a realização da despesa decorrente da presente contratação.

Curitiba, 02 de julho de 2026.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral/SEED, por Delegação
De Competência Resolução n.º 7.309/2023 GS/SEED

88233/2026

RESOLUÇÃO N.º 2.972/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 25.764.923-7,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, a partir de 28/05/2021, as atividades escolares relativas ao Curso Técnico em Contabilidade – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, presencial, no Colégio Estadual Olavo Bilac – Ensino Fundamental e Médio, Em Tempo Integral, Normal e Profissional, situado na Rua Inglaterra, 596, do Município de Cambé, NRE de Londrina.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2627/2018, de 06/06/2018, com vigência até 01/02/2028.
Art. 2º Revogar a Resolução n.º 994/2011, de 14/03/2011, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de junho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.973/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1261/2026, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.104.056-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Filadélfia – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Dirceu Montanarim, 11, do Município de São José dos Pinhais, NRE de Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Missão Apoio e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2362/2022, de 05/05/2022, com vigência até 31/12/2029.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 2362/2022, de 05/05/2022, com vigência até 31/12/2024.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de junho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.974/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4783/2010 – GS/SEED, o Parecer n.º 672/2026, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 25.775.429-4,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLVE:

Art. 1º Adequar, a partir de 14/04/2026, a denominação da Escola Rural Municipal Epitácio Pessoa – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Linha Jacutinga, do Município de Missal, NRE de Foz do Iguaçu, para Escola Municipal Rural Epitácio Pessoa – Educação Infantil e Ensino Fundamental.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4647/2023, de 17/07/2023, com vigência até 31/12/2033.
§ 2º A adequação da denominação está amparada no Decreto Municipal n.º 6596/2026, de 14/04/2026.
Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de junho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.975/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 10/1999, 03/2013, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, 03/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 25.739.857-9,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, a partir de 01/01/2025, as atividades escolares relativas ao Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na modalidade Normal, em Nível Médio, no Colégio Estadual Dom Manoel Konner – Ensino Fundamental, Médio e Normal, Em Tempo Integral e Profissional, situado na Rua Venâncio Smania, 960, do Município de Santa Terezinha de Itaipu, NRE de Foz do Iguaçu.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3082/2016, de 09/08/2016, com vigência até 02/02/2027.
Art. 2º Revogar a Resolução n.º 3681/2008, de 11/08/2008, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de junho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.976/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4783/2010 – GS/SEED, o Parecer n.º 683/2026, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 25.815.452-5,

RESOLVE:

Art. 1º Adequar, a partir da data da publicação da presente Resolução, a denominação da Escola Rural Municipal Eleodoro Ébano Pereira – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Três Marcos, s/n, do Município de Mirador, NRE de Paranavaí, para Escola Municipal Rural Eleodoro Ébano Pereira – Educação Infantil e Ensino Fundamental.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3550/2023, de 02/06/2023, com vigência até 31/12/2028.
§ 2º A adequação da denominação está amparada no Decreto Municipal n.º 19/2026, de 15/04/2026.
Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de junho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.977/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154 de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 385/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.327.908-9,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Curso Técnico em Química – Eixo Tecnológico: Produção Industrial, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, com implantação gradativa, no Colégio Estadual São José – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Barão do Rio Branco, 1453, do Município da Lapa, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4839/2019, de 17/12/2019, com vigência até 19/08/2029.
§ 2º O curso é destinado aos estudantes que egressos do Ensino Médio.
§ 3º Ao concluir o curso, conforme organização curricular aprovada, o estudante receberá o Diploma de Técnico em Química.
§ 4º A autorização é pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do curso 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de junho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.978/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021**,** ambas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.413.177-3,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Resolução n.º 2328/2024, de 26/04/2024, do Colégio Estadual do Campo Nossa Senhora da Conceição – Ensino Fundamental, em Tempo Integral, Ensino Médio e Profissional, situado na Rua João Batista Freitas, 3965, do Município de Campo Magro, NRE da Área Metropolitana Norte, mantido pelo Governo do Estado do Paraná.
§ 1º No Art. 1º, onde se lê: "Autorizar o funcionamento do Curso Técnico em Bioeconomia – Eixo Tecnológico: Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, Presencial, com até 20% não presencial nos períodos manhã e tarde e presencial com até 30% não presencial no período noturno, com implantação gradativa, destinado aos estudantes que concluíram o Ensino Fundamental (...)", substituir por: "Autorizar o funcionamento do Curso Técnico em Bioeconomia, integrado ao Ensino Médio, como Experimento Pedagógico, presencial, com até 20% não presencial nos períodos manhã e tarde e presencial com até 30% não presencial no período noturno, com implantação gradativa, destinado aos estudantes que concluíram o Ensino Fundamental (…)".
§ 2º No último artigo, onde consta "Art. 2º", substituir por "Art. 3º".
Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de junho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.983/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1268/2026, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 26.060.684-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da Escola Rural Municipal Frei Henrique Soares de Coimbra –

Educação Infantil e Ensino Fundamental, na situada na Rua Oito, s/n, do Município de Catanduvas, NRE de Cascavel.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3193/2019, de 13/08/2019, com vigência até 31/12/2029.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 406/2023, de 31/01/2023, com vigência até 31/12/2026.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2027 até 31/12/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de junho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.984/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1269/2026, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 26.074.875-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 03 (três) anos, do Centro Municipal de Educação Infantil Cantinho Feliz, situado na Rua 25 de Agosto, 155, do Município de Andirá, NRE de Jacarezinho.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2490/2023, de 25/04/2023, com vigência até 31/12/2026.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do referido ensino, foi concedida pela Resolução n.º 2490/2023, de 25/04/2023, com vigência até 31/12/2026, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 03 (três) anos.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2027 até 31/12/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de junho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.985/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1270/2026, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 25.941.419-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, da Escola Municipal Antônio Baldan – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Albatroz, 430, do Município de Fazenda Rio Grande, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6792/2022, de 28/10/2022, com vigência até 31/12/2031.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do referido ensino, foi concedida pela Resolução n.º 6792/2022, de 28/10/2022, com vigência até 31/12/2026, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos.
§ 3º Houve adequação da faixa etária atendida.
§ 4º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2027 até 31/12/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da instituição constante do Art. 1º.
§ 1º A última renovação da autorização para o funcionamento do referido ensino foi concedida pela Resolução n.º 6793/2022, de 28/10/2022, com vigência até 31/12/2026.
§ 2º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2027 até 31/12/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de junho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

88664/2026

RESOLUÇÃO N.º 2.986/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1271/2026, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 25.942.542-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, e do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal Carlos Eduardo Nichele – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Avenida Nossa Senhora Aparecida, 611, do Município de Fazenda Rio Grande, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 159/2024, de 11/01/2024, com vigência até 31/12/2031.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, e do Ensino Fundamental (anos iniciais), foi concedida pela Resolução n.º 160/2024, de 11/01/2024, com vigência até 31/12/2026.
§ 3º Houve adequação da faixa etária atendida.
§ 4º A renovação da autorização para o funcionamento dos ensinos é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2027 até 31/12/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de junho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.987/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1272/2026, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 23.737.727-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, da Escola Municipal Celino Rocha de Araújo – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua das Orquídeas, 230, do Município de Palotina, NRE de Toledo.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2201/2026, de 15/05/2026, com vigência até 31/12/2034.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento do referido ensino, foi concedida pela Resolução n.º 1296/2021, de 23/03/2021, com vigência até 31/12/2025, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da instituição constante do Art. 1º.
§ 1º A última renovação da autorização para o funcionamento do referido ensino foi concedida pela Resolução n.º 4851/2022, de 11/08/2022, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de junho de 2026.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 2.988/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 1273/2026, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 26.022.648-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, e do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal Professora Maxmirian Bárbara Gaspar Silva – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situado na Rua Agostinho Areco, 50, do Município de Terra Roxa, NRE de Toledo.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2760/2025, de 19/05/2025, com vigência até 31/12/2034.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, e do Ensino Fundamental (anos iniciais), foi concedida pela Resolução n.º 1323/2023, de 21/03/2023, com vigência até 31/12/2026.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento dos ensinos é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2027 até 31/12/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 25 de junho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.010/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4783/2010 – GS/SEED, o Parecer n.º 684/2026, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 25.782.416-0,

RESOLVE:

Art. 1º Adequar, a partir da data da publicação da presente Resolução, a denominação da Escola Rural Municipal Padre Diogo Feijó – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Sede da Luz, do Município de Salto do Lontra e NRE de Dois Vizinhos, para Escola Municipal do Campo Padre Diogo Feijó – Educação Infantil e Ensino Fundamental.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 327/2023, de 31/01/2023.
§ 2º A adequação da denominação está amparada no Decreto Municipal n.º 1354, de 14/04/2026.
Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de junho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.011/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4783/2010 – GS/SEED, o Parecer n.º 686/2026, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 25.782.309-1,

RESOLVE:

Art. 1º Adequar, a partir da data da publicação da presente Resolução, a denominação da Escola Rural Municipal Professora Irma Meurer Fazolin – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade Pinhal da Várzea, do Município de Salto do Lontra e NRE de Dois Vizinhos, para Escola Municipal do Campo Professora Irma Meurer Fazolin – Educação Infantil e Ensino Fundamental.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7405/2023, de 23/10/2023.
§ 2º A adequação da denominação está amparada no Decreto Municipal n.º 1354, de 14/04/2026.
Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de junho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.012/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 03/2006, e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 18.008.787-7,

RESOLVE:

Art. 1º Convalidar, excepcionalmente, os atos escolares praticados no curso do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), no período de 01/01/2012 a 31/12/2014, antes da publicação do ato autorizatório, exclusivamente para fins de cessação definitiva das atividades escolares, da Escola Jean Piaget – Ensino Fundamental, situada na Rua Santos Dumont, nº 384, no Município e NRE de Jacarezinho.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pela Pré Escola Jean Piaget – Ltda. e obteve a renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 8014/2024, de 12/12/2024.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 26 de junho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.052/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 449/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.544.950-1,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico Agrícola, integrado ao Ensino Médio, como Experimento Pedagógico, presencial, do Centro Estadual de Educação Profissional de Arapoti, situado na Rodovia Parigot de Souza, PR 092, KM 236, do Município de Arapoti, NRE de Wenceslau Braz.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo no Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 5090/2023, de 31/07/2023, com vigência até 01/07/2031.
§ 2º A Resolução n.º 6214/2021, de 16/12/2021, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2024.
§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2022 e por mais 03 (três) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.053/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021, 12/2021, 08/2025 e o Parecer n.º 479/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.599.812-0,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Médio, este como Experimento Pedagógico, nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e a Distância, do Colégio Estadual Monsenhor Pedro Busko – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Rui Barbosa, 538, do Município de Paulo Frontin, NRE de União da Vitória.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve o credenciamento para a oferta da Educação a Distância pela Resolução n.º 692/2024, de 09/02/2024, com vigência até 21/08/2029.
§ 2º A Resolução n.º 692/2024, de 09/02/2024, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 31/12/2025.
§ 3º O reconhecimento é concedido, excepcionalmente, de 01/01/2024 a 31/07/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a cessação da oferta a partir de 31/07/2027.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.054/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/1998, 03/2006, 03/2013, 11/2021, 12/2021, 08/2025, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 25.951.783-4,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a autorização para funcionamento do Ensino Fundamental – Fase II, nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e a distância, no Colégio Estadual Padre Sigismundo – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Rua Marfim, 1177, do Município de Quedas do Iguaçu, NRE de Laranjeiras do Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5038/2017, de 28/09/2017, com vigência até 18/01/2028.
§ 2º O ensino foi autorizado a funcionar pela Resolução n.º 8931/2023, de 14/12/2023, que continua em vigor para o credenciamento da Educação a Distância e para a oferta do Ensino Médio, como experimento pedagógico, nas modalidades Educação de Jovens e Adultos e a distância na instituição de ensino mencionada no Art. 1º.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de junho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.065/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 466/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.648.068-0,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Farmácia – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Major Vespasiano Carneiro de Mello – Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal, situado na Rua Dom Pedro II, 1360, do Município de Castro, NRE de Ponta Grossa.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3762/2019, de 24/09/2019, com vigência até 28/06/2029.
§ 2º A Resolução n.º 2407/2024, de 29/04/2024, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 08/05/2026.
§ 3º O reconhecimento é concedido desde 08/05/2024 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 09/05/2026 a 08/05/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.066/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021, 12/2021, 08/2025 e o Parecer n.º 107/2026 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.982.555-9,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Fundamental – Fase II, nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos e a Distância, do Colégio Estadual Dom Alberto Gonçalves – Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal, situado na Rua Santos Dumont, 268, no Município de Palmeira, NRE de Ponta Grossa.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação a Distância pela Resolução n.º 4676/2024, de 29/07/2024, com vigência até 24/04/2028.
§ 2º A Resolução n.º 4676/2024, de 29/07/2024, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 30/06/2026.
§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/07/2024, excepcionalmente, até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a cessação da oferta a partir de 31/12/2027.
Art. 2º Reconhecer o Ensino Médio, como experimento pedagógico, nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos e a Distância, da instituição citada no Art. 1º.
§ 1º A Resolução n.º 4676/2024, de 29/07/2024, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º O reconhecimento é concedido desde 01/07/2024, excepcionalmente, até 31/07/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a cessação da oferta, a partir de 31/07/2027.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.070/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 441/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 23.830.443-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 03/06/2025 até 02/06/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Colégio Estadual Cívico-Militar Yvone Pimentel – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Sebastião Malucelli, 112, no Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1182/2015, de 27/05/2015, com vigência até 02/06/2025.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.071/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 438/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.089.297-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 30/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, do Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha, situado na Rua Dr. Dante Romanó, 120, no Município e NRE de Curitiba.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Secretaria de Estado da Saúde/Instituto de Saúde do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 4189/2015, de 21/12/2015, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.072/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 448/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.228.024-5,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Estética – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Enira Braga de Moraes, 313, do Município e NRE de Paranavaí.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1485/2026, de 30/03/2026, com vigência até 21/09/2036.
§ 2º A Resolução n.º 7720/2022, de 28/11/2022, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2025.
§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2023 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.073/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 08/2025 e o Parecer n.º 477/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 22.387.685-4,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Médio, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, como Experimento Pedagógico, do Colégio Estadual Conselheiro Carrão – Ensino Fundamental e Médio, em Tempo Integral, situado na Rua Dr. Simão Kossobudski, 151, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5224/2016, de 23/11/2016, com vigência até 24/11/2026.
§ 2º A Resolução n.º 6395/2023, de 12/09/2023, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 30/06/2026.
§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/07/2023, excepcionalmente até 31/07/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a cessação da referida oferta a partir de 31/07/2027.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.075/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, a Resolução n.º 4783/2010 – GS/SEED, o Parecer n.º 1125/2026, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 25.746.232-3,

RESOLVE:

Art. 1º Adequar, a partir de data da publicação da presente Resolução, a denominação da Escola Rural Municipal Maria Cavassin Manfron – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Estrada Principal da Capivara, do Município de Almirante Tamandaré e NRE da Área Metropolitana Norte, para Escola Municipal do Campo Maria Cavassin Manfron – Educação Infantil e Ensino Fundamental.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3364/2020, de 24/08/2020, com vigência até 31/12/2028.
§ 2º A adequação da denominação está amparada na Lei Municipal n.º 2581, de 13/05/2026.
Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.076/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154 de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 512/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.928.778-4,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Curso Técnico em Estética – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, com implantação gradativa, no Centro Estadual de Educação Profissional de Medianeira, situado na Rua Belo Horizonte, 2010, do Município de Medianeira, NRE de Foz do Iguaçu.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 862/2025, de 19/02/2025, e o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1807/2026, de 22/04/2026, ambas com vigência até 31/12/2027.
§ 2º O curso é destinado aos estudantes que egressos do Ensino Fundamental.
§ 3º Ao concluir o curso, conforme organização curricular aprovada, o estudante receberá o Diploma de Técnico em Estética.
§ 4º A autorização é pelo prazo de 03 (três) anos, a partir de 01/01/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do curso 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.077/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 532/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.276.667-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Batista Maranata – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Avenida da Integração, 1283, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida Igreja Batista Maranata e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4302/2016, de 30/09/2016, com vigência até 06/12/2026.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 115/2022, de 10/01/2022, com vigência até 13/01/2026.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 14/01/2026 a 13/01/2031. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.078/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021 e 08/2025 e o Parecer n.º 486/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual da Educação e o contido no protocolado n.º 24.650.195-5,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, como Experimento Pedagógico, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, com oferta presencial, do Colégio Estadual Dr. Arnaldo Busatto – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Avenida Araucária, 7510, do Município e NRE de Foz do Iguaçu.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2824/2016, de 25/07/2016, com vigência até 23/03/2027.
§ 2º O reconhecimento do ensino foi concedido pela Resolução n.º 4215/2024, de 03/07/2024, com vigência até 30/06/2026.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida, excepcionalmente, de 01/07/2026 a 31/07/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar cessação da oferta a partir de 31/07/2027.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.080/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 458/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.569.496-6,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas – Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Cívico-Militar Santa Felicidade – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Bortolo Paulin, 227, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1549/2023, de 14/03/2023, com vigência até 26/12/2032.
§ 2º A Resolução n.º 6215/2021, de 16/12/2021, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2024.
§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2022 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

88666/2026

RESOLUÇÃO N.º 3.081/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 533/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.279.610-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual Professor Altair Aparecido Carneiro – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Rui Barbosa, 307, do Município e NRE de Londrina.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1708/2020, de 15/05/2020, com vigência até 03/02/2029.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 805/2022, de 07/03/2022, com vigência até 31/12/2025.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.082/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 97/2026 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.649.077-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual Professor Erasmo Braga – Ensino Fundamental, em Tempo Integral, Ensino Médio e Profissional, situado na Rua Paraná, 285, do Município de Sengés, NRE de Wenceslau Braz.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5607/2025 de 06/10/2025, com vigência até 31/12/2031.
§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4387/2022, de 27/07/2022, com vigência até 31/12/2024.
§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio da instituição de ensino citada no Art. 1º.
§ 1º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 4388/2022 de 27/07/2022, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.084/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154 de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 516/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.726.610-0,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, com implantação gradativa, no Colégio Estadual Alberto Gomes Veiga – Ensino Médio e Profissional, situado na Rua Júlia da Costa, 780, do Município e NRE de Paranaguá.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4311/2016, de 03/10/2016, com vigência até 23/03/2027.
§ 2º O curso é destinado aos estudantes que egressos do Ensino Médio.
§ 3º Ao concluir o curso, conforme organização curricular aprovada e comprovada a conclusão do Ensino Médio, o estudante receberá o Diploma de Técnico em Administração.
§ 4º A autorização é pelo prazo de 18 (dezoito) meses, a partir do ano letivo de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do curso 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.092/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 558/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 24.431.033-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Colégio Alfa Pato Branco – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Tocantins, 2373, no Município e NRE de Pato Branco.
§ 1ºA instituição de ensino é mantida Sistema Elite de Ensino S. A. e obteve a renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1424/2025, de 19/03/2025, com vigência até 31/12/2025.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.093/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154 de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 503/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.889.389-3,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Curso Técnico em Farmácia – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, em Tempo integral, com implantação gradativa, no Colégio Estadual Dr. Felipe Silveira Bittencourt – Ensino Fundamental, em Tempo Integral e Ensino Médio, situado na Rua Professor Adhemar Bornia, 307, do Município de Marialva, NRE de Maringá.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5485/2022, de 05/09/2022, com vigência até 26/09/2032.
§ 2º O curso é destinado aos estudantes que egressos do Ensino Fundamental.
§ 3º O estudante que concluir com êxito a 2ª série receberá Certificado de Qualificação Profissional Técnica em Balconista.
§ 4º Ao concluir o curso, conforme organização curricular aprovada, o estudante receberá o Diploma de Técnico em Farmácia.
§ 5º A autorização é pelo prazo de 03 (três) anos, a partir do início do ano letivo de 2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do curso 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Adequar a nomenclatura da instituição de ensino que, em decorrência do Art. 1º, passa a denominar-se: Colégio Estadual Dr. Felipe Silveira Bittencourt – Ensino Fundamental, Em Tempo Integral, Ensino Médio e Profissional.
Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.094/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, os Decretos Federais n.º 5154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 453/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.539.294-0,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Enfermagem – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, do Centro de Educação Profissional Campo Largo, situado na Rua/Avenida Rua XV de Novembro, 1609, do Município de Campo Largo, NRE da Área Metropolitana Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida por Unise Educacional Ltda., e obteve o credenciamento para a oferta da Educação a Distância pela Resolução n.º 2107/2021, de 10/05/2021, com vigência até 31/12/2026.
§ 2º A Resolução n.º 6279/2024, de 02/10/2024, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 09/10/2026.
§ 3º O reconhecimento é concedido desde 09/10/2024 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 10/10/2026 a 09/10/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.095/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 475/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 25.159.710-3,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Logística – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Líbero Badaró, 252, no Município e NRE de Maringá.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2705/2017, de 26/06/2017, com vigência até 30/07/2027.
§ 2º A Resolução n.º 819/2025, de 19/02/2025, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 30/06/2026.
§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2025 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/07/2026 a 30/06/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.096/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 472/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 25.165.085-3,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Líbero Badaró, 252, no Município e NRE de Maringá.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2705/2017, de 26/06/2017, com vigência até 30/07/2027.
§ 2º A Resolução n.º 820/2025, de 19/02/2025, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 30/06/2026.
§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2025 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/07/2026 a 30/06/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.097/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 445/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 25.422.224-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 25/08/2026 até 24/08/2036, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Colégio Estadual Cívico – Militar Dom Pedro I – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Dr. João Gonçalves Padilha, 151, no Município e NRE de Pitanga.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2836/2016, de 25/07/2016, com vigência até 24/08/2026.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.142/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 26.092.168-1,

RESOLVE:

Art. 1º Criar o Colégio Estadual Pedro Tatto – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Maria Madalena Tatto, 116, do Município e NRE de Pato Branco, mantido pelo Governo do Estado do Paraná.
Parágrafo único: A direção da instituição de ensino deverá apresentar a solicitação para credenciamento para oferta da Educação Básica e autorização para o funcionamento das ofertas pretendidas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias antes da data prevista para o início das atividades.

Art. 2º Determinar que a instituição não poderá iniciar suas atividades, sem ato expresso de credenciamento para oferta da Educação Básica e autorização para funcionamento das ofertas.
Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 3.147/2026 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, os Decretos Federais n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e n.º 9057, de 25 de maio de 2017, as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, o Parecer n.º 377/2026 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.894.444-9,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Curso Técnico em Radiologia – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente ao Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, no Centro de Educação Profissional UNITEC, situado na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 478, do Município e NRE de Curitiba.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Centro de Educação Profissional – UNITEC Paraná Sociedade Simples Ltda. e obteve o credenciamento para a oferta da Educação a Distância pela Resolução n.º 3705/2022, de 30/06/2022, com vigência até 21/11/2027.
§ 2º A autorização é concedida pelo prazo de 18 (dezoito), 24 (vinte e quatro), 30 (trinta) ou 34 (trinta e quatro) meses, dependendo do regime de matrícula, a partir da publicação do ato autorizatório. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do curso 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
§ 3º O ingresso no curso é destinado aos alunos egressos do Ensino Médio.
§ 4º Na conclusão do curso e comprovada a conclusão do Ensino Médio, o aluno receberá o Diploma de Técnico em Radiologia.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de julho de 2026.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

88749/2026



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Fazenda

Portaria Nº 47/2026/DOE/SEFA

O DIRETOR DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 25 da Lei Estadual nº 22.520, de 11 de julho de 2025, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 2026FC000580/Bloco1/DOE/SEFA,

R E S O L V E:

Art. 1º Ajustar o detalhamento da despesa do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.952, de 17 de dezembro de 2025, e o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 1.232.684,00 (um milhão e duzentos e trinta e dois mil e seiscentos e oitenta e quatro reais), de acordo com os Anexos I e II desta Portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 2 de Julho de 2026.

Marcos Tadeu Cavalcante da Silva
Diretor de Orçamento Estadual

Anexo à Portaria n° 47 Formalização 2026FC000580/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
22 - Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial										244.319,00
220000 - Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial										244.319,00
2202 - Diretoria Geral										244.319,00
F.22.02.19.212.09.8629 - Apoio às Ações de Tecnologia, Pesquisa e Inovação										244.319,00
	1	75	759	000132	4.4.20.42	29	Fomento a Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em Instituições de Ensino Superior	4100	9999999	244.319,00
23 - Secretaria de Estado do Planejamento										331.489,00
230000 - Secretaria de Estado do Planejamento										331.489,00
2302 - Diretoria Geral										331.489,00
F.23.02.04.122.10.8033 - Gestão Administrativa SEPL										331.489,00
	1	50	500	000000	3.3.91.92	0	Não definida	4100	9999999	331.489,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família										656.876,00
616600 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência										656.876,00
6166 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência										656.876,00
F.61.66.08.243.29.8418 - Políticas Públicas da Criança e do Adolescente										656.876,00
	1	75	761	000150	4.4.41.42	35	Municípios beneficiados com cofinanciamento fundo a fundo para programas, ações e projetos de promoção e proteção dos direitos das crianças e adolescentes	4102	9999999	656.876,00
									Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	1.232.684,00
									Total Geral	1.232.684,00

Anexo à Portaria n° 47 Formalização 2026FC000580/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
22 - Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial										244.319,00
220000 - Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial										244.319,00
2202 - Diretoria Geral										244.319,00
F.22.02.19.212.09.8629 - Apoio às Ações de Tecnologia, Pesquisa e Inovação										244.319,00
	1	75	759	000132	4.4.50.42	0	Não definida	4100	9999999	244.319,00
23 - Secretaria de Estado do Planejamento										331.489,00
230000 - Secretaria de Estado do Planejamento										331.489,00
2302 - Diretoria Geral										331.489,00
F.23.02.04.122.10.8033 - Gestão Administrativa SEPL										331.489,00
	1	50	500	000000	3.3.90.92	0	Não definida	4100	9999999	331.489,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família										656.876,00
616600 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência										656.876,00
6166 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência										656.876,00

F.61.66.08.243.29.8418 - Políticas Públicas da Criança e do Adolescente										656.876,00
	1	75	761	000150	4.4.50.42	44	Organizações da Sociedade Civil (OSCs) beneficiadas com recurso financeiro por meio de parcerias para execução da política da criança e do adolescente	4105	9999999	656.876,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		1.232.684,00
									Total Geral	1.232.684,00

88504/2026

Portaria Nº 48/2026/DOE/SEFA

O DIRETOR DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 25 da Lei Estadual nº 22.520, de 11 de julho de 2025, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 2026FC000584/Bloco1/DOE/SEFA,

R E S O L V E:

Art. 1º Ajustar o detalhamento da despesa do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.952, de 17 de dezembro de 2025, e o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 266.428,00 (duzentos e sessenta e seis mil e quatrocentos e vinte e oito reais), de acordo com os Anexos I e II desta Portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 3 de Julho de 2026.

Marcos Tadeu Cavalcante da Silva
Diretor de Orçamento Estadual

Anexo à Portaria n° 48 — Formalização 2026FC000584/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
27 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência										266.428,00
270000 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência										266.428,00
2702 - Diretoria Geral										266.428,00
F.27.02.04.128.12.7018 - Gestão Eficiente Patrimonial, de Recursos Humanos e Capacitação										266.428,00
	1	75	754	006142	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	266.428,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		266.428,00
									Total Geral	266.428,00

Anexo à Portaria n° 48 — Formalização 2026FC000584/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
27 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência										266.428,00
270000 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência										266.428,00
2702 - Diretoria Geral										266.428,00
F.27.02.04.128.12.7018 - Gestão Eficiente Patrimonial, de Recursos Humanos e Capacitação										266.428,00
	1	75	754	006142	3.3.91.39	0	Não definida	4100	9999999	266.428,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		266.428,00
									Total Geral	266.428,00

88538/2026

RESOLUÇÃO SEFA Nº 523, DE 2 de julho de 2026

Altera a tabela de que trata o caput da Resolução SEFA nº 499, de 25 de junho de 2026, que regulamenta as quantidades de Óleo Diesel "A" a serem adquiridas por distribuidoras referidas nas informações prestadas pelas empresas de transporte público de passageiros beneficiárias e autorizadas pelos respectivos órgãos gestores, constantes do TAC no 4.844, de 2013

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA**, considerando o disposto no item 38-A do Anexo VII do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, e no Termo de Acordo Coletivo nº 4.844, de 17 de junho de 2013, e considerando o protocolo 26.059.685-3,

RESOLVE:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º A tabela de que trata o *caput* do art. 1º da Resolução SEFA nº 499, de 25 de junho de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

Distribuidora	CNPJ	Óleo Diesel "A" (litros)
Vibra Energia S.A.	34.274.233/0262-41	20.839.365,16
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	33.337.122/0166-35	12.483.404,03
Raízen S.A.	33.453.598/0244-99	19.585.384,67
RDP Energia Ltda.	00.209.895/0003-30	8.340.213,18

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2026.

Curitiba, 2 de julho de 2026

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

88529/2026

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: e-0052/2026 SESSÃO: ORDINÁRIA
Data/Hora: 27/07/2026 16:45 Afixada em: 03/07/2026

---

01) RELATOR(A) ROGERIO DOS S. CROSCATO

ePAF: 8000527-0
REDE PARTEKA DE SUPERMERCADOS LTDA
Representante Fiscal: RAFAEL CARLOS CASANOVA NETO
Recurso: Recurso ordinário

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: e-0052/2026 SESSÃO: SUSTENTAÇÃO ORAL
Data/Hora: 27/07/2026 16:45 Afixada em: 03/07/2026

---

01) RELATOR(A) LUCIANA N. TRINTIM

ePAF: 8002014-7
SUPERMERCADO STALL LTDA / CELSO LUIZ STALL / EVALDO STALL / NELSON STALL / RENATO STALL
Representante Fiscal: SANDRO COUTO
Recurso: Recurso ordinário

---

02) RELATOR(A) JULIO DA C. R. AVEIRO

ePAF: 8002004-0
SUPERMERCADO STALL LTDA / CELSO LUIZ STALL / EVALDO STALL / NELSON STALL / RENATO STALL
Representante Fiscal: AQUILEA ADRIANA MORESCO
Recurso: Recurso ordinário

88682/2026

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: e-0053/2026 SESSÃO: ORDINÁRIA
Data/Hora: 29/07/2026 16:45 Afixada em: 03/07/2026

---

01) RELATOR(A) LUCIANA N. TRINTIM

ePAF: 8001705-7
AGROINDUSTRIAL GLOBO EIRELI / GEISIANE SAMIRA DOS SANTOS ISALINO PIMENTEL
Representante Fiscal: DAVIDSON BENJAMIM LESSA MENDES
Recurso: Recurso ordinário

---

02) RELATOR(A) PAULO C. P. GRUBER

ePAF: 8000431-1
DUMBLY COMERCIO DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA / LEONARDO ALVES DAMASCENO MARIANO / MARCIANE RECH VIZENTIM / MARIA GABRIELA DOS SANTOS PIMENTA / SCHUEROFF TRANSPORTES E COMERCIO LTDA / RHALL TERMINAIS LTDA
Representante Fiscal: DANIEL YUTAKA YAMAMOTO
Recurso: Recurso ordinário

---

03) RELATOR(A) ROBERTO Z. C. TIZON

ePAF: 8002901-2
SEARA ALIMENTOS LTDA / GILBERTO TOMAZONI / WESLEY MENDONCA BATISTA / WESLEY MENDONCA BATISTA FILHO
Procurador(es): FABIO AUGUSTO CHILO
CAROLINE OLIVEIRA SILVA DE SOUZA
Representante Fiscal: SANDRO COUTO
Recurso: Recurso ordinário e Reexame necessário

88684/2026

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: e-0054/2026 SESSÃO: SUSTENTAÇÃO ORAL
Data/Hora: 03/08/2026 16:45 Afixada em: 03/07/2026

---

01) RELATOR(A) SOLANGE A. L. P. GIBRIM

ePAF: 8003707-4
CENTER SUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA / CLEMENTE BAHNIUK
Procurador(es): ANA CAROLINA WEILER SILVA
Representante Fiscal: RAFAEL CARLOS CASANOVA NETO
Recurso: Recurso ordinário

---

02) RELATOR(A) ROBERTO Z. C. TIZON

ePAF: 8003706-6
CENTER SUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA / CLEMENTE BAHNIUK
Procurador(es): ANA CAROLINA WEILER SILVA
Representante Fiscal: SERGIO RICARDO VERISSIMO THOM
Recurso: Recurso ordinário

88693/2026

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: e-0055/2026 SESSÃO: ORDINÁRIA
Data/Hora: 05/08/2026 16:45 Afixada em: 03/07/2026

---

01) RELATOR(A) SOLANGE A. L. P. GIBRIM

ePAF: 8004296-5
EDEVIRGES GENI SIMONETI
Representante Fiscal: ANA GLÁUCIA PIEGAS
Recurso: Recurso ordinário

---

02) RELATOR(A) PAULO C. P. GRUBER

ePAF: 8004162-4
MARCOS DE ABREU BONARDI
Procurador(es): CARLOS EURICO FONTES FILHO
Representante Fiscal: ANA GLÁUCIA PIEGAS
Recurso: Recurso ordinário

---

03) RELATOR(A) JULIO DA C. R. AVEIRO

ePAF: 8004261-2
RENATO ARAUJO BONARDI
Procurador(es): CARLOS EURICO FONTES FILHO
Representante Fiscal: DANIEL YUTAKA YAMAMOTO
Recurso: Recurso ordinário

88721/2026

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: e-0056/2026 SESSÃO: ORDINÁRIA
Data/Hora: 10/08/2026 16:45 Afixada em: 03/07/2026

---

01) RELATOR(A) ROBERTO Z. C. TIZON

ePAF: 8002932-2
UNILEVER BRASIL LTDA. / LUCIANA PAGANATO RODRIGUES / RICARDO FONSECA MARQUES / FERNANDO FERNANDEZ / MARINA FERNIE / JULIO CESAR DE QUEIROZ CAMPOS / LUCIANO MARTIN WISZNIEWSKI / EDUARDO AWADA CAMPANELLA / FEDERICO CARLOS PRICOLO
Procurador(es): JULIO CESAR GOULART LANES
Representante Fiscal: EZEQUIEL RODRIGUES DOS SANTOS
Recurso: Recurso ordinário

---

02) RELATOR(A) SOLANGE A. L. P. GIBRIM

ePAF: 8002950-0
UNILEVER BRASIL LTDA. / LUCIANA PAGANATO RODRIGUES / RICARDO FONSECA MARQUES / GERARDO HUGO ROZANSKI / MARINA FERNIE / JULIO CESAR DE QUEIROZ CAMPOS / LUCIANO MARTIN WISZNIEWSKI / EDUARDO AWADA CAMPANELLA / FEDERICO CARLOS PRICOLO / JORGE SENDEROS MANTECON
Procurador(es): JULIO CESAR GOULART LANES
Representante Fiscal: SANDRO COUTO
Recurso: Recurso ordinário

ePAF: 8004587-5
FROOTY COMERCIO E INDUSTRIA DE ALIMENTOS S.A. / PEDRO HENRIQUE CHRISTOVAM GOMES / LEONARDO PIEROZAN / MARCELO CESANA / REGIS DA SILVA
Procurador(es): CARLOS ALBERTO HAUER DE OLIVEIRA
Representante Fiscal: ANA GLÁUCIA PIEGAS
Recurso: Recurso ordinário

---

03) RELATOR(A) JULIO DA C. R. AVEIRO

ePAF: 8003782-1
SIMONE CRISTINA SBAIS
Procurador(es): LILIAN MARIA SALVEGO
Representante Fiscal: SERGIO RICARDO VERISSIMO THOM
Recurso: Recurso ordinário

88854/2026

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: e-0057/2026 SESSÃO: SUSTENTAÇÃO ORAL
Data/Hora: 12/08/2026 16:45 Afixada em: 03/07/2026

---

01) RELATOR(A) SOLANGE A. L. P. GIBRIM

ePAF: 8000458-3
SUPERMERCADOS BAVARESCO LTDA
Procurador(es): ANA CAROLINA WEILER SILVA
Representante Fiscal: SERGIO RICARDO VERISSIMO THOM
Recurso: Recurso ordinário

ePAF: 8000443-5
SUPERMERCADOS BAVARESCO LTDA
Procurador(es): ANA CAROLINA WEILER SILVA
Representante Fiscal: AQUILEA ADRIANA MORESCO
Recurso: Recurso ordinário e Reexame necessário

---

02) RELATOR(A) JULIO DA C. R. AVEIRO

ePAF: 8000457-5
SUPERMERCADOS BAVARESCO LTDA
Procurador(es): ANA CAROLINA WEILER SILVA
Representante Fiscal: PAULO CESAR BISSANI
Recurso: Recurso ordinário

---

03) RELATOR(A) LUCIANA N. TRINTIM

ePAF: 8000444-3
SUPERMERCADOS BAVARESCO LTDA
Procurador(es): ANA CAROLINA WEILER SILVA
Representante Fiscal: DANIEL YUTAKA YAMAMOTO
Recurso: Recurso ordinário

88871/2026

IPEM

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO PARANÁ,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 11 DE 02/07/2026
ORGAO - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO PARANÁ

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
JOAO ANTONIO DOS SANTOS				30	21/12/1997	20/12/2002	01/09/2026	30/09/2026
40900632	1	NAXVI	261715180					

87617/2026

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO PARANÁ,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 12 DE 03/07/2026
ORGAO - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DO PARANÁ

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
RENATO LUIZ RIBEIRO BECKER				30	21/12/2012	20/12/2017	20/07/2026	18/08/2026
38787373	1	NAXVIII	261628910					

88360/2026

Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços

JUCEPAR

PORTARIA Nº 192/2026 - JUCEPAR

O PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais considerando a Lei Estadual nº 7039 de 19/10/1978, os termos previstos no artigo 12 e 13, do Regulamento da Junta Comercial do Paraná, aprovado pelo Decreto nº 12.033, publicado no DIOE de 02/09/2014, alterado pelo Decreto nº 8.590 publicado no DIOE de 21/12/2017, resolve:

CONCEDER

A fruição de 18 dias de férias referente ao exercício de 2025 ao chefe de gabinete da Presidência, **HARISSON FERNANDES MUNIZ**, CPF. 077.XXX.XXX-60, de 06/07/2026 a 23/07/2026, sendo neste período substituído por Ester Goulart Alves, CPF. 807.XXX.XXX-68, cargo Assessor CCE-5, deste órgão.

Publique-se.

Curitiba, 03 de julho de 2026.
*Marcos Sebastiã*o Rigoni de Mello
Presidente

88637/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PORTARIA Nº 193/2026 - JUCEPAR

O PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais considerando a Lei Estadual nº 7039 de 19/10/1978, os termos previstos no artigo 12 e 13, do Regulamento da Junta Comercial do Paraná, aprovado pelo Decreto nº 12.033, publicado no DIOE de 02/09/2014, alterado pelo Decreto nº 8.590 publicado no DIOE de 21/12/2017, resolve:

CONCEDER

Férias a Chefe de Divisão, Simbologia FCE-10, **MARÍLIA DE PAULA**, CPF. 040.XXX.XXX-70, referente ao exercício de 2025, a partir de 09/07/2026 por (30) trinta dias, sendo neste período substituída por Claudia Mara Weiss Belem, CPF. 664.XXX.XXX-49, servidora efetiva deste órgão.

Publique-se.

Curitiba/PR, 03 de julho de 2026.

Marcos Sebastião Rigoni de Mello
Presidente

88643/2026

Secretaria de Infraestrutura e Logística

RESOLUÇÃO SEIL Nº 022/2026

O Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, no uso das atribuições que lhe são conferidas e tendo em vista o disposto na Lei nº 21.352/2023, de 1º de janeiro de 2023, e no Decreto nº 13.250, de 08 de abril de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, de acordo com os Artigos 70 e 71, da Lei nº 6.174/1970, o Sr. JOSÉ BRUSTOLIN NETO, RG nº XXX.612-X, Diretor-Geral, para substituir o Sr. FERNANDO FURIATTI SABOIA, RG nº 4.XXX.894-X, no cargo de Secretário de Estado, e a Sra. DANIELE APARECIDA ANTUNES DOS SANTOS, RG nº 8.XXX.006-X, para substituir o Sr. JOSÉ BRUSTOLIN NETO, RG nº XXX.612-X, no cargo de Diretor-Geral, desta Secretaria, **no período de 03/07/2026 a 12/07/2026.**

Curitiba, 02 de julho de 2026.

Fernando Furiatti Sabóia
Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística

88530/2026

DER

PORTARIA Nº 430/2026-DER

O DIRETOR-PRESIDENTE do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2000, para atender o artigo 3º e 4º da Resolução Conjunta PGE/SEAP n.º 011/2014 e considerando o contido no protocolo n° 25.078.514-3,

RESOLVE:

Designar, os servidores abaixo relacionados como Gestor e Fiscal do **Contrato n° CO 116/2026,** que tem por objeto o Programa Rota Segura: 3as Faixas – Lote 05

Gestor: Eliana Mar Jensen Vila Nova, CPF: 033.xxx.xxx-90
Fiscal: Ederson Olivo da Silva, CPF: 058.xxx.xxx-24

Curitiba, 30 de junho de 2026

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

88426/2026

PORTARIA Nº 431/2026-DER

O DIRETOR-PRESIDENTE do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2000, para atender o artigo 3º e 4º da Resolução Conjunta PGE/SEAP n.º 011/2014 e considerando o contido no protocolo n° 25.284.269-1,

RESOLVE:

Designar, os servidores abaixo relacionados como Gestor e Fiscal do **Contrato n° CO 150/2026,** que tem como objeto a Aquisição de Equipamentos de Combate a Incêndio e Sinalização de Segurança do Edifício Sede do DER/PR.

Gestor: Augusto Cesar dos Santos Silva, CPF: 022.xxx.xxx-19
Fiscal: Sandra Rita dos Santos, CPF: 171.xxx.xxx-04

Curitiba, 01 de julho de 2026

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

88421/2026

PORTARIA Nº 432/2026-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto n.º 2.458, de 14 de agosto de 2.000 e considerando o contido no protocolado n° 26.171.995-9, RESOLVE:

Designar o servidor **Alex Severo Alves, CPF: 535.xxx.xxx-91** para exercer a função de **Fiscal**, a partir de 01/07/2026, em substituição ao servidor **Rafael Rodrigues de Oliveira, CPF: 036.xxx.xxx-38,** referente ao Contrato n° **CO 129/2026-DOP** de objeto: "Execução de serviços de conservação rotineira da Faixa de Domínio, das Rodovias da Área 02 da SR Norte - Lote 14, numa extensão de 252,720 km".

Curitiba, 01 de julho de 2026.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

88424/2026

PORTARIA Nº 433/2026-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XXIII do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2000 e tendo em vista o contido n° 26.179.686-4, RESOLVE:

Designar os servidores **José Victor Andreatta, CPF: 085.xxx.xxx-96 (Presidente), Michelle Hasse Varela de Chaves, CPF: 031.xxx.xxx-06 (Membro), Érica Aurélia de Melo da Sila, 005.xxx.xxx-44 (Membro), Mariana Felix Rodrigues, CPF: 064.xxx.xxx-60 (Suplente) e Everson Luiz Pedroso, CPF: 470.xxx.xxx-00 (Suplente),** para sob a presidência do primeiro, atuarem na comissão de contratação especificamente para fase externa do Processo Licitatório de **Concorrência com Regime de Contratação Integrada nº CI 05/2026 - DER/DT – Protocolo nº 26.053.112-3,** que tem como objeto, contratação integrada de empresa para elaboração dos projetos básico, executivo e execução das obras da Ponte Sobre o Rio Ivaí, rampas náuticas e seus acessos, entre os municípios de Mirador e Guaporema, na PR-180, em uma extensão de 1,39 km..

Curitiba, 02 de julho de 2026.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

88419/2026

PORTARIA Nº 435/2026-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 26.181.290-8, RESOLVE:

DESIGNAR

Lucas Bach Adada, CPF: 402.xxx.xxx-49, Sergio Moreira Gomes, CPF: 372.xxx.xxx-34 e Carlos Alberto Dittert de Camargo, CPF: 298.xxx.xxx-49, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho para o Estágio Probatório dos servidores abaixo relacionados, atendendo o determinado pela Portaria nº 197/2014.

CPF	Nome	Cargo	Data Admissão
097.xxx.xxx-50	ERICA DAMASCENO DE ALMEIDA	AGENTE PROFISSIONAL	11/08/2025
368.xxx.xxx-77	PAULO VITOR SIMOES DIAS DE SARAIVA	AGENTE PROFISSIONAL	21/08/2025

Curitiba, 02 de julho de 2026.

(assinado eletronicamente)

Fernando Furiatti Saboia,

Diretor-Presidente do DER/PR.

88444/2026

PORTARIA Nº 436/2026-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 26.181.453-6, RESOLVE:

DESIGNAR

Rafael Rodrigues de Oliveira, CPF: 036.xxx.xxx-38, Carlos Roque de Oliveira Franco Neto, CPF: 755.xxx.xxx-04 e Elian Marcos da Silva Moreira, CPF: 032.xxx.xxx-56, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho para o Estágio Probatório dos servidores abaixo relacionados, atendendo o determinado pela Portaria nº 197/2014.

CPF	Nome	Cargo	Data Admissão
090.xxx.xxx-93	FELIPE SCALA FRANCICA	AGENTE PROFISSIONAL	18/08/2025

Curitiba, 02 de julho de 2026.

(assinado eletronicamente)

Fernando Furiatti Saboia,

Diretor-Presidente do DER/PR.

88440/2026

PORTARIA Nº 437/2026-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso XXI do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000, RESOLVE:

1. Designar nos termos da Lei nº 20.656 de 03/08/2021, os servidores: Aroldo Chicorski Ramos, R.G. 9.xxx.xxx-1, Italo Andrade Picolo, R.G. 53.xxx.xxx-5 e Izabel Maria do Nascimento, R.G. 6.xxx.xxx-5 para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, em desfavor do servidor Romildo Tadeu Prevedello.,R.G. 1.xxx.xxx-6, Márcio José Tozo, R.G. 2.xxx.xxx-0 e Maurício Luiz de Oliveira Franco, R.G. 9xx.xxx-4 para apurar os indícios de, em tese, negligência na fiscalização do contra-to047/2009, em desobediência ao Artigo 279, VI e VIII, da Lei Estadual n.º 6.174/70, descrito na sindicância do protocolo 24.888.589-0.

2. Revogue-se a Portaria n° 418/2026 – DER.

Curitiba, 02 de julho de 2026.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

88428/2026

PORTARIA Nº 423/2026-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20, inciso XVII do Decreto nº 2458 de 14 de agosto de 2000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 26.082.052-4, RESOLVE:

	Nome/CPF	Solicitação	Histórico	A partir de:
DESIGNAR	Vanderléia de Souza Mem Quevedo, CPF: 996.xxx.xxx-15	NICS	Para substituir a Agente de Compliance, Jamile Cristina Marques Ferreira, CPF: 045.xxx.xxx-98, em seu período de férias.	13/07/2026 a 27/07/2026

Curitiba, 26 de junho de 2026.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor Presidente do DER/PR.

88844/2026

PORTARIA Nº 425/2026-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20, inciso XVII do Decreto nº 2458 de 14 de agosto de 2000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 26.168.282-6, RESOLVE:

	Nome/Rg	Solicitação	Histórico	A partir de:
DESIGNAR	Thaisa Herrerias, CPF: 025.xxx.xxx-08	Mem. n° 157/2026 NICS	Como Agente de Ouvidoria e Agente de Transparência do Departamento de Estradas de Rodagem, ficando dispensada Ana Paula Cardozo, CPF: 042.xxx.xxx-35.	30/06/2026

Curitiba, 02 de julho de 2026.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor Presidente do DER/PR.

88432/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PORTARIA Nº 429/2026-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20, inciso XVII do Decreto nº 2458 de 14 de agosto de 2000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 26.157.240-0, RESOLVE:

	Nome/Rg	Solicitação	Histórico	A partir de:
DESIGNAR	Marcio Gurski, CPF: 025.xxx.xxx-43	Memo. n° 047/2026 SR LESTE	Para responder pela Gerência da Área 2, durante as férias do titular, Eng. Maycon Willian Hellas de Moura, CPF: 041.xxx.xxx-76, incluindo as demais atribuições a cargo deste no âmbito da Superintendência Regional Leste	13/07/2026 a 25/07/2026

Curitiba, 30 de junho de 2026.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor Presidente do DER/PR.

88431/2026

PORTARIA Nº 434/2026-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20, inciso XVII do Decreto nº 2458 de 14 de agosto de 2000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 26.175.862-8, RESOLVE:

	Nome/Rg	Solicitação	Histórico	A partir de:
DESIGNAR	Janaina Mesomo de Andrade, CPF: 071.xxx.xxx-01	Memo. n° 183/2026 SR OESTE	Para responder pela Gerência Administrativa/Financeiro durante as férias da titular, Elizete Cardoso Boaretto, CPF: 554.xxx.xxx-53, e demais atribuições a cargo desta no âmbito da Superintendência Regional Oeste	29/07/2026 a 12/08/2026

Curitiba, 02 de julho de 2026.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor Presidente do DER/PR.

88434/2026

PORTARIA Nº 438/2026-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 20, inciso XVII do Decreto nº 2458 de 14 de agosto de 2000 e tendo em vista o contido no protocolo n° 26.184.429-0, RESOLVE:

	Nome/Rg	Solicitação	Histórico	A partir de:
DESIGNAR	Terufumi Katayama, CPF: 183.xxx.xxx-15	DG/GAB	Para responder como Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, durante o período de férias do titular Fernando Furiatti Saboia, CPF: 860.xxx.xxx-04.	03/07/2026 a 12/07/2026

Curitiba, 02 de julho de 2026.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor Presidente do DER/PR.

88435/2026

Secretaria da Justiça e Cidadania

Despacho n° 2374/2026 – DG/SEJU
(Protocolo nº 25.744.157-1)

I. AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, no art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto nº 10.086/2022, no art. 1º, inciso V, da Resolução nº 94/2025 – SEJU, no Memorando nº 387/2026 – NAS/SEJU **(mov.02)**, Documento de Formalização da Demanda – DFD **(mov.03)**; na Informação Técnica nº 454/2026 – NFS/SEJU **(mov.31)**, bem como na Informação Técnica nº 267/2026 – AT/SEJU **(mov.56)**, cujo objeto é a **aquisição de parafusadeiras e furadeiras** em atendimento as demandas da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, oriunda do **Pregão Eletrônico nº 1911/2024 – Lote 11** via Sistema de Registro de Preços – SRP, em favor da empresa **FASULL COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 42.334.856/0001-43**, no valor total de **R$ 6.500,76 (seis mil quinhentos reais e setenta e seis centavos)**;

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU efetuar o apensamento dos autos referentes às prorrogações que eventualmente forem formalizadas ao protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização da presente aquisição, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 02 de julho de 2026.

Nivaldo Ramos
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

88337/2026

Despacho nº 2372/2026 – DG/SEJU
(Protocolo nº 26.134.964-7)

AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, art. 1º, inciso VI, da Resolução nº 94/2025 – SEJU, com fundamento no Memorando nº 622/2026 – NAS/SEJU **(mov.02)**, bem como na Informação Técnica nº 2687/2026 – AT/SEJU **(mov.18)**, que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários ao pagamento, **o dever de pagar em favor da SANEPAR S.A.,** inscrita no **CNPJ nº 76.484.013/0001-45**, a **título indenizatório** e, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira constante na Informação Técnica nº 476/2026 – NFS/SEJU **(mov.10)**, a realização da despesa no valor de **R$ 1.293,02 (um mil, duzentos e noventa e três reais e dois centavos)**, referente aprestação de serviços de água e esgoto, em atendimento ao PROCON, correspondente ao **período de Maio/2026**.
CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo

de inteira responsabilidade do **NAS/SEJU**, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, o NAS/SEJU deverá atestar que o recibo não terá cobrança de juros e multas e verificar, na ocasião do pagamento, e se as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estão dentro de seu prazo de validade e sem pendências.
DETERMINO o envio deste Protocolo à Corregedoria para apuração de possíveis irregularidades.

Curitiba, 02 de julho de 2026.

Nivaldo Ramos
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

88235/2026

PORTARIA N.º 181/2026

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, e inciso IV, do art. 7º, da Lei Estadual nº 21.352 de 01 de janeiro de 2023, bem como, pelo art. 19, do Decreto Estadual n.º 8.807, de 30 de janeiro de 2025, que aprovou o regulamento da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, nomeado pelo Decreto Estadual nº 13.454, de 23 de abril de 2026..

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como gestor e fiscal do Contrato n.º Contrato n.º 4937/2026, celebrado junto à empresa PONTUAL SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA, CNPJ 14.983.004/0001-41 referente à contratação de serviços continuados de SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO E OUTROS, de acordo com a legislação vigente:

UNIDADE	FUNÇÃO	NOME	RG	CPF
CGS	Gestor	Luciano Jorge Holler	xxx.114.629-xx	xxx.114.629-xx
Almoxarifado	Fiscal	Marcelo de Jesus Silva Nascimento Aguiar	x.051.510-x	xx.613.909-xx
Fazenda Rio Grande	Fiscal	Jefferson Turbay Braga Júnior	x.668.223-x	xx.481.719-xx
Fazenda Rio Grande	Fiscal	Ericsson Angeli Donadia	x.297.452-x	xx.481.901-xx
São Francisco	Fiscal	Ronaldo Marafon Drevek	x.682.367-x	xx.356.889-xx
São Francisco	Fiscal	Valmir Jordao Junio	x.889.088-x	xx.981.129-xx
S. J. dos Pinhais	Fiscal	Heron Carlos Fontes	x.841.226-x	xx.585.959-xx
S. J. dos Pinhais	Fiscal	Patrick Romão Cardoso	x.851.008-x	xx.780.499-xx

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de julho de 2026.

Nivaldo Ramos
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU.

88350/2026

Despacho nº 2388/2026 – DG/SEJU
(Protocolo nº 26.102.331-8)

I. AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, art. 1º, inciso VI, da Resolução nº 94/2025 – SEJU, com fundamento no Memorando n° 617/2026 – NAS/SEJU **(mov.02)**, na Justificativa – NAS/SEJU **(mov.04)**, bem como na Informação Técnica nº 269/2026 – AT/SEJU **(mov.19)**, que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários ao pagamento, **o dever de pagar em favor da COPEL DISTRIBUICAO S.A,** inscrita no **CNPJ nº 04.368.898/0001-06**, a **título indenizatório** e, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira constante na Informação Técnica nº 466/2026 – NFS/SEJU **(mov.11)**, a realização da despesa no valor de **R$ 3.725,79 (três mil setecentos e vinte e cinco reais e setenta e nove centavos)**, referente a prestação de serviços de energia elétrica em atendimento a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU e suas unidades vinculadas, correspondente ao período de **maio de 2026**.
II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do **NAS/SEJU**, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, o NAS/SEJU deverá atestar que o recibo não terá cobrança de juros e multas e verificar, na ocasião do pagamento, e se as habilitações fiscais e trabalhistas, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estão dentro de seu prazo de validade e sem pendências.
III. DETERMINO o envio deste Protocolo à Corregedoria para apuração de possíveis irregularidades.
IV. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 03 de julho de 2026.

Nivaldo Ramos
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

88615/2026

Despacho n° 2380/2026 – DG/SEJU
(Protocolo nº 26.066.904-4)

I. AUTORIZO com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, no art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto nº 10.086/2022, no art. 1º, inciso V, da Resolução nº 94/2025 – SEJU, no Memorando nº 605/2026 – NAS/SEJU **(mov.02)**, Documento de Formalização da Demanda – DFD **(mov.03)**; na Informação Técnica nº 460/2026 – NFS/SEJU **(mov.19)**, bem como na Informação Técnica nº 266/2026 – AT/SEJU **(mov.44)**, cujo objeto é **aquisição de papel sulfite formato A3** em atendimento as demandas da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, oriunda do **Pregão Eletrônico nº 1857/2024 – Lote 19** via Sistema de Registro de Preços – SRP, em favor da empresa **R&L COMERCIAL LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 48.496.674/0001-55**, no valor total de **R$2.469,00 (dois mil quatrocentos e sessenta e nove reais)**;

II. **CONDICIONO** ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU efetuar o apensamento dos autos referentes às prorrogações que eventualmente forem formalizadas ao protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização da presente aquisição, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 03 de julho de 2026.

Nivaldo Ramos
Diretor-Geral
Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania

88569/2026

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais
DELIBERAÇÃO N.º 06/2026 – CEPCT/PR
Institui Comissão Temporária de Acompanhamento da Consulta Livre, Prévia e Informada – CLPI relacionada ao empreendimento de ampliação da capacidade da Rodovia BR-277, no Estado do Paraná.
O Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná – CEPCT/PR, reunido ordinariamente em 17 de junho de 2026, no uso das

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

atribuições que lhe conferem a Lei Estadual n.º 17.425, de 18 de outubro de 2012, e seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, promulgada pelo Decreto Federal n.º 10.088, de 5 de novembro de 2019, que assegura aos Povos Indígenas e aos Povos e Comunidades Tradicionais o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada sempre que medidas administrativas ou empreendimentos sejam suscetíveis de afetá-los diretamente;

CONSIDERANDO a apresentação realizada ao CEPCT/PR por representantes da concessionária EPR Iguaçu e da equipe responsável pelos estudos socioambientais relacionados ao empreendimento de ampliação da capacidade da Rodovia BR-277;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento institucional, pelo CEPCT/PR, das ações relacionadas à realização da Consulta Livre, Prévia e Informada junto aos Povos e Comunidades Tradicionais potencialmente impactados pelo empreendimento;

CONSIDERANDO a necessidade de observância integral dos protocolos próprios, formas de organização, processos decisórios e direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais e Povos Indígenas potencialmente afetados;

DELIBERA:

Art. 1º Instituir a Comissão Temporária de Acompanhamento da Consulta Livre, Prévia e Informada – CLPI relacionada ao empreendimento de ampliação da capacidade da Rodovia BR-277.

Art. 2º Compete à Comissão Temporária:

I – Acompanhar o desenvolvimento das atividades relacionadas à Consulta Livre, Prévia e Informada vinculada ao empreendimento;

II – Zelar pela observância dos protocolos próprios, formas de organização, processos decisórios e direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais potencialmente impactados;

III – Acompanhar a construção da metodologia e dos instrumentos de consulta junto às comunidades envolvidas;

IV – Promover interlocução entre o empreendimento, as comunidades potencialmente impactadas e o CEPCT/PR, observadas as competências do Conselho;

V – Acompanhar os encaminhamentos apresentados pelos responsáveis pelo empreendimento e pelos órgãos envolvidos no processo;

VI – Subsidiar o CEPCT/PR com informações, análises e recomendações relacionadas à observância dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais;

VII – Comunicar formalmente ao Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná – CEPI/PR as informações relativas ao processo sempre que identificados impactos, participação ou demandas relacionadas a Povos Indígenas;

VIII – Apresentar informes e relatórios ao Plenário do CEPCT/PR sempre que solicitado ou quando compreender pertinente.

Art. 3º A Comissão Temporária será composta pelas seguintes representações:

I – Marilei de Fátima Ferreira Gonsalves, representante do segmento de sociedade civil - Faxinalenses ;

II – Dimas Gusso, representante do segmento de sociedade civil - Faxinalenses;

III – Ellen Cunha do Nascimento, representante governamental - Secretaria de Estado da Cultura; e

V – Douglas Henrique Novelli, representante governamental da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

Parágrafo único: A Comissão poderá convidar representantes das comunidades envolvidas, órgãos públicos, instituições de pesquisa, entidades da sociedade civil, Defensoria Pública, Ministério Público e demais instituições cuja participação seja considerada relevante para o cumprimento de seus objetivos.

Art. 4º A Comissão Temporária terá vigência até a conclusão do processo de Consulta Livre, Prévia e Informada – CLPI relacionado ao empreendimento, podendo sua extinção ocorrer por deliberação do Plenário do CEPCT/PR.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário do CEPCT/PR. Curitiba, 02 de julho de 2026.

Laysmara Carneiro Edoardo
Presidente
Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais - CEPCT/PR

88149/2026

Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais
MINUTA DE DELIBERAÇÃO N.º 07/2026 – CEPCT/PR

Institui Comissão Temporária de Acompanhamento da Consulta Livre, Prévia e Informada – CLPI relacionada ao empreendimento de ampliação da capacidade da Rodovia PR-407, nos municípios de Paranaguá e Pontal do Paraná.

O Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná – CEPCT/PR, reunido ordinariamente em 17 de junho de 2026, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Estadual n.º 17.425, de 18 de outubro de 2012, e seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, promulgada pelo Decreto Federal n.º 10.088, de 5 de novembro de 2019, que assegura aos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada sempre que medidas administrativas ou empreendimentos sejam suscetíveis de afetá-los diretamente;

CONSIDERANDO a apresentação realizada ao CEPCT/PR por representantes da concessionária EPR Litoral Pioneiro S.A. e da equipe responsável pelos estudos socioambientais relacionados ao empreendimento de ampliação da capacidade da Rodovia PR-407;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento institucional, pelo CEPCT/PR, das ações relacionadas à realização da Consulta Livre, Prévia e Informada junto às comunidades potencialmente impactadas pelo empreendimento;

DELIBERA:

Art. 1º Instituir a Comissão Temporária de Acompanhamento da Consulta Livre, Prévia e Informada – CLPI relacionada ao empreendimento de ampliação da capacidade da Rodovia PR-407, nos municípios de Paranaguá e Pontal do Paraná.

Art. 2º Compete à Comissão Temporária:

I – Acompanhar o desenvolvimento das atividades relacionadas à Consulta Livre, Prévia e Informada vinculada ao empreendimento;

II – Zelar pela observância dos protocolos próprios, formas de organização, processos decisórios e direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais potencialmente impactados;

III – Acompanhar a construção da metodologia e dos instrumentos de consulta junto às comunidades envolvidas;

IV – Promover interlocução entre o empreendimento, as comunidades potencialmente impactadas e o CEPCT/PR, observadas as competências do Conselho;

V – Acompanhar os encaminhamentos apresentados pelos responsáveis pelo empreendimento e pelos órgãos envolvidos no processo;

VI – Subsidiar o CEPCT/PR com informações, análises e recomendações relacionadas à observância dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais;

VII – Comunicar formalmente ao Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná – CEPI/PR as informações relativas ao processo sempre que identificados impactos, participação ou demandas relacionadas a Povos Indígenas;

VIII – Apresentar informes e relatórios ao Plenário do CEPCT/PR sempre que solicitado ou quando compreender pertinente.

Art. 3º A Comissão Temporária será composta pelas seguintes representações:

I – Suely Alípio dos Santos, representante da sociedade civil do segmento de Cipozeiras e Cipozeiros;

II – Conceição Vieira Ramos Constante, representante da sociedade civil do segmento de Caiçaras; e Claudio de Andrade Corrêa, representante da sociedade civil do segmento de Pescadores e Pescadoras Artesanais;

III – Lucimar Pasin de Godoy, representante governamental da Secretaria de Estado da Saúde; e

V – Dhyeisa Lumena Ross , representante governamental da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística e Ellen Cunha do Nascimento, representante governamental da Secretaria de Estado da Cultura.

Parágrafo único: A Comissão poderá convidar representantes das comunidades envolvidas, órgãos públicos, instituições de pesquisa, entidades da sociedade civil, Defensoria Pública, Ministério Público e demais instituições cuja participação seja considerada relevante para o cumprimento de seus objetivos.

Art. 4º A Comissão Temporária terá vigência até a conclusão do processo de

Consulta Livre, Prévia e Informada – CLPI relacionado ao empreendimento, podendo sua extinção ocorrer por deliberação do Plenário do CEPCT/PR.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário do CEPCT/PR. Curitiba, 02 de julho de 2026.

Laysmara Carneiro Edoardo
Presidente
Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais - CEPCT/PR

88153/2026

ATO DE AUTORIZO n.º 49/2026-DG/SEMIPI
PROTOCOLO n.º 26.142.210-7
ASSUNTO: Trata-se de solicitação de pagamento de diárias e despesas com transporte aéreo e translado em favor de beneficiária com perfil de colaborador eventual, nos termos do Decreto Estadual n.º 6.358 de 28 de junho de 2024, tendo em vista a participação na Caminhada do Meio-Dia de Combate ao Feminicídio.
Considerando que o processo foi instruído com o Projeto Básico e informações suficientes ao pagamento;
Considerando declaração proveniente do Núcleo Fazendário Setorial, atestando a existência de recursos orçamentários suficientes à consecução da demanda;
Considerando as competências do Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual n.º 21.352/2023 e na Resolução n.º 86/2026-SEMIPI/GAB;
Autorizo o pagamento de diárias e despesas com transporte aéreo e translado, com fundamento no Decreto Estadual n.º 6.358 de 28 de junho de 2024, conforme descrito a seguir.
Objeto: Participação de colaborador eventual (Vice-Presidente do Instituto Maria da Penha – IMP) em agenda institucional e na Caminhada do Meio-Dia de Combate ao Feminicídio, a ser realizada nos dias 22 e 23 de julho de 2026.
Interessada: Regina Célia Almeida Silva Barbosa, CPF n.º 515.XXX.XXX-72.
Valor total das diárias: R$ 798,21 (setecentos e noventa e oito reais e vinte e um centavos).
Valor total do translado: R$ 400,00 (quatrocentos reais).
Valor total das passagens aéreas: conforme cotação no Sistema da Central de Viagens.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao ato.
Curitiba, 3 de julho de 2026.

DIEGO BULIGON
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
(assinatura eletrônica)

88533/2026

DESPACHO SECRETARIAL n.º 74/2026
Referente ao protocolo n.º 25.140.495-0
I. AUTORIZO, à vista dos elementos de instrução do protocolado, com fulcro no art. 7º da Lei Estadual n.º 22.189 de 13 de novembro de 2024, regulamentado pelo Decreto Estadual n.º 12.097, de 2 de dezembro de 2025, e em atenção à planilha geral de pagamentos (mov. 161), Despacho n.º 454/2026 da Diretoria de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa (mov. 162), e informações financeiras e orçamentárias prestadas pelo Núcleo Fazendário Setorial (mov. 163-165), o pagamento da Bolsa Agente do Saber, mês de referência julho de 2026, para 70 (setenta) beneficiários, ao custo de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por beneficiário, para cumprir com o referido benefício no montante total de R$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais).
II. O pagamento da Bolsa Agente do Saber poderá ser suspenso nas hipóteses do art. 16 do Decreto Estadual n.º 12.097/2025.
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
IV. Ao NFS/SEMIPI.
Curitiba, 3 de julho de 2026.

(assinatura eletrônica)
Mariana de Sousa Machado Neris
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

88531/2026

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 146/2026
Súmula: Designa servidora para a função de Fiscal do Contrato Administrativo 5271/2026, no âmbito da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (Protocolo 25.982.128-2).
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e a Resolução nº 086/2026-GAB/SEMIPI, nomeado pelo Decreto Estadual nº 493, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná n.º 11.359, de 13 de fevereiro de 2023,

RESOLVE:
Art. 1º. Designar a servidora Eliziane Hennemann Jordão dos Santos, portadora da cédula de identidade RG nº 8.XXX.742-X SSP/PR, para atuar como fiscal do Contrato Administrativo nº 5271/2026, firmado com a empresa TP PRODUÇÕES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 14.xxx.845/0001-xx.
Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de julho de 2026.

(assinatura eletrônica)
Diego Buligon
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

88566/2026

RESOLUÇÃO SEMIPI nº 147/2026
Súmula: Designa servidores para as funções de Gestor e Fiscal do Contrato Administrativo nº 4760/2026, no âmbito da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (Protocolo 25.938.602-0).
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e a Resolução nº 086/2026-GAB/SEMIPI, nomeado pelo Decreto Estadual nº 493, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná n.º 11.359, de 13 de fevereiro de 2023,

RESOLVE:
Art. 1º. Designar o Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Pasta, para atuar como Gestor do Contrato Administrativo nº4760/2026, firmado com a empresa FASULL COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA.
Art. 2º – Designar o servidor Jaime Demetrio, portador da cédula de identidade RG n° 10.XXX.049-X SSP/PR, para responder como fiscal do Contrato Administrativo nº 4760/20263, firmado com a empresa FASULL COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, 03 de junho de 2026.

(assinatura eletrônica)
Diego Buligon
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

88567/2026

SECRETARIA DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE MAIO/2026

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

27/05/2026 – CEDIPI/PR

Ao vigésimo sétimo dia do mês de maio do ano de 2026, às 8h30, em primeira convocação e às 8h45, em segunda convocação, na sala de Reuniões da Escola de Gestão do Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campo, s/nº, térreo – bairro Centro Cívico, em Curitiba-PR e pela plataforma do GoogleMeet pelo link: http://meet.google.com/fcf-oigy-eth, foi dado início a Assembleia Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR, para a qual os conselheiros foram previamente convocados. No horário pré-determinado, a Presidente Larissa Marsolik solicitou em primeira chamada à apresentação dos conselheiros presentes: **Conselheiros Representantes Governamentais:** Suplente: Jean Felipe Marques de Lima

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

(SETR); Titular: José Luiz Binotto (SEJU); Suplente: Ingrid Machado do Nascimento (SEJU); Suplente: Luiz Antonio Mariotto Neto (COHAPAR); Titular: Sebastião Cavalcanti Neto (SETI); Suplente: Dalton Luiz Schiessel (SETI); Suplente: Luana Venâncio (SEDEF); Titular: Eliane Mara Rebelo (SEAB); Titular: Larissa Marsolik (SEMIPI); Suplente: Janaína Fátima e Souza Rodrigues (SEMIPI); **Conselheiros Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Rubens Bendlin (ASP); Titular: Célia de Jesus Souza Messias de Paula (ISCMC); Titular: Andréia Luciane dos Santos Neves (ASFAPIN); Titular: Maria Lourdes Menon Schram (PROVOPAR CASCAVEL); Titular: Cayo Miguel Angel Martin Cristobal (IPC); Titular: Adalziza Gomes da Silva (Grupo Vivendo a Idade Dourada); Suplente: Irani Roos (Grupo Vivendo a Idade Dourada); Titular: Terezinha Correa Maciel Barbosa (API); Titular: Fernanda da Rocha Salles (Socorro aos Necessitados); Suplente Luis Eduardo Alcântara Madureira (Socorro aos Necessitados); Titular: Marcos Aparecido Juncker (Lar dos Velhinhos São João Batista de Moreira Sales); Titular: Bernadete Dal Molin Schenatto (IAPPESP); Titular: Pushpamary Susaiappan (Casa de Apaio Madre Maria Gertrudes); (**Convidados (as) e Colaboradores:** Mariana de Sousa Machado Neris – Secretária Estadual da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa; Frederico Mateus Bellaver Souza (CAOPI/MP); Leonildo Pereira de Souza (Ipardes); Isabella Beloni dos Santos (CPPI/SEMIPI); Kharin Thyemmi Yamanaka (CPPI/SEMIPI); Amanda Nascimento (CPPI/SEMIPI); Micaele Alves Lauz (CPPI/SEMIPI); Elaine Cristina Lima Scantamburlo (CPPI/SEMIPI); Thabata Larissa Pavilak (CPPI/SEMIPI); Alzira Eugenia Melo Viana Cornel (CPPI/SEMIPI); Luana Medeiros (CPPI/SEMIPI), Marjorie Cavalheiro (CPPI/SEMIPI), Gabrielle Fernanda Rocha Pinto (CPPI/SEMIPI), João Toledo (CPPI/SEMIPI); Luana Ribeiro Correa (CPPI/SEMIPI); Bianca Arruda de Lima (CPPI/SEMIPI), Maria Clara Rodrigues Istschuk (CPPI/SEMIPI), Yasmin da Silva Medeiros (CPPI/SEMIPI); Maria Eduarda Bordun Bertoldi (CPPI/SEMIPI). **1) Abertura:** A Presidente Larissa Marsolik inicia a reunião cumprimentando a todos os presentes, desejando uma ótima reunião. **2) Aprovação da pauta:** A pauta é aprovada. **3) Aprovação das atas enviadas:** foi encaminhada a ata da reunião ordinária de abril, a ata é aprovada. 4**) Informes da Mesa Diretora do CEDIPI/PR:** O senhor Leonildo Pereira de Souza, consultor do Ipardes, realizou uma apresentação ao plenário, informando sobre a pesquisa que vem sendo realizada na instituição, sobre o mapeamento no Estado do Paraná, de cuidadores familiares. Apresentando inicialmente o questionário, visando reunir dados de perfil dos cuidadores. **5) Relato da Comissão Conjunta da Comissão de Políticas Públicas e Comunicação e Comissão de Orçamento, Financiamento e Fundo:** PAUTA CONJUNTA – **3.1 – "Aliança pelo Cuidado – Calamidades Públicas e Emergências" ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Rio Bonito do Iguaçu/PR; Relato:** Trata-se da destinação dos recursos recebidos no âmbito da Deliberação nº 055/2025 – CEDIPI/PR, que instituiu a Linha de Ação "Aliança pelo Cuidado – Calamidades Públicas e Emergências", com a finalidade de apoiar ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da pessoa idosa em contextos de calamidade pública e situações emergenciais. No âmbito da Linha de Ação "Aliança pelo Cuidado – Calamidades Públicas e Emergências, foram recebidos recursos no montante total de R$ 1.331.000,00 (um milhão, trezentos e trinta e um mil reais), oriundos de doações destinadas ao atendimento do Município de Rio Bonito do Iguaçu/PR. Nesse contexto, foi realizada visita técnica ao Município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, com a finalidade de dialogar com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, identificar as demandas locais e definir as linhas prioritárias de investimento, de modo a subsidiar a elaboração de proposta de deliberação a ser submetida à apreciação do Plenário do CEDIPI/PR. A partir das tratativas realizadas, foi aprovada, na última reunião ordinária do mês de Abril, a Deliberação nº 015/2026 – CEDIPI/PR, no âmbito da Linha de Ação "Aliança pelo Cuidado – Rio Bonito do Iguaçu", destinando o montante de R$ 1.086.000,00 (um milhão e oitenta e seis mil reais) para a aquisição de ônibus do Programa Cuida Mais Paraná e de veículo automotor para apoio às ações do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. Dessa forma, o saldo remanescente de R$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais) será destinado à execução do Incentivo Cuida Mais Paraná – Especial Rio Bonito do Iguaçu, tendo como foco a promoção do envelhecimento ativo, por meio da realização de atividades físicas, ações de estimulação e demais estratégias a qualidade de vida das pessoas idosas. **Parecer da comissão:** a comissão aprova a minuta de deliberação. **Parecer do CEDIPI:** a plenária aprova a minuta de deliberação. **3.2 – Deliberação de repasse de recursos para a UNAPI. Relato:** Foi apresentada a minuta de deliberação do Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa (Unapi), cujo objeto é o repasse de recursos no valor total de R$ 2.375.000,00 (dois milhões, trezentos e setenta e cinco mil reais) para o custeio das turmas do biênio 2026/2027. Os recursos serão partilhados entre 73 municípios, dos quais 63 correspondem a novas adesões e 10 à continuidade de municípios que já executam o programa. Os valores foram estratificados pelo porte do município, apresentados pela deliberação, são: - R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para os de Pequeno Porte I e II e Médio Porte; - e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para os de Grande Porte e Metrópoles, conforme o Censo IBGE 2022. Os municípios aderentes serão classificados em ordem decrescente, de acordo com o percentual de pessoas idosas em sua população, tendo como base os dados oficiais do Censo Demográfico de 2022. A presidente Larissa, posteriormente à leitura realizada da deliberação, registra que esse é um marco do aprimoramento ao programa que representa transformação e participação social na vida das Pessoas Idosas, que muitas vezes têm o seu primeiro acesso ao campo universitário por meio do programa. FORMATADA Minuta Deliberação (2026) UNAPI – Custeio . **Parecer da comissão:** a comissão aprova a minuta de deliberação. **Parecer do CEDIPI:** a plenária aprova a minuta de deliberação. **6) Relato da Comissão de Orçamento, Financiamento e Fundo: Pauta Temporária - 4.4 – Participação da Colaboradora Convidada Symone Bonfim. Relato:** A participação da colaboradora convidada justifica-se pela necessidade de assessoramento técnico especializado para qualificação das discussões e encaminhamentos relacionados à atualização de normativas, bem como ao apoio na construção de documentos técnicos que subsidiem as deliberações e ações do CEDIPI/PR. Sua contribuição também se mostra relevante para fortalecer a articulação entre as diretrizes da política da pessoa idosa e os debates contemporâneos acerca da política do cuidado e do envelhecimento. Reitera-se a importância da participação da consultora no processo que já está sendo desenvolvido nas revisões normativas no CEDIPI/PR. 4.4 Deliberação nº 0xx 2026 – Aprovação da participação da Sra Symone Bonfim CEDIPI.docx. **Parecer da Comissão:** a comissão aprova a minuta de deliberação. **Parecer do CEDIPI:** a plenária aprova a minuta de deliberação. **7) Relato da Comissão de Políticas Públicas e Comunicação: 2.3 – Programa Viaja Mais 60 – Deliberações nº 024/2023, 034/2024 e 004/2026; Relato:** O relato ampliado das ações desenvolvidas será apresentado no mês de julho de 2026, em consonância com a periodicidade trimestral de monitoramento. Apresentação da Nota Técnica 002.2026, bem como, deliberação para aprovação por esta comissão. NOTA TÉCNICA 002.2026 VIAJA MAIS 60.pdf, Apresentação - Nota Técnica CPPI.pdf, Deliberação nº 0xx 2026 - Aprova Nota Técnica N 002.2026 – SEMIPI.DPPI - Programa Viaja Mais 60.pdf. **Parecer da Comissão:** Aprovada a minuta de deliberação.**Parecer do CEDIPI:** Aprovada a minuta de deliberação. **2.6 – PROGRAMA PARANÁ AMIGO DA PESSOA IDOSA (PAPI). 2.6.1 Bolsa Agente do Saber. Relato:** A Bolsa Agente do Saber, instituída pela Lei nº 22.189/2024 e regulamentada pelo Decreto nº 12.097/2025, integra o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, gerida pela SEMIPI, consiste em ação de transferência de renda destinada a pessoas com 60 anos ou mais em situação de vulnerabilidade socioeconômica, vinculadas à UNAPI/UNATI, que atuam como Ativo Social em atividades comunitárias, culturais e educativas. A iniciativa promove o envelhecimento ativo, a convivência intergeracional e o enfrentamento ao idadismo, contando com acompanhamento técnico da UNAPI/SEMIPI e das COMAS – Comissão Municipal do Agente do Saber. No mês de maio de 2026, os municípios indicaram 71 bolsistas, dos quais 69 atenderam aos critérios estabelecidos e receberam regularmente a bolsa no valor de R$450,00 (quatrocentos e cinquenta reais). Conforme a tabela abaixo, apresenta-se o histórico de pagamentos desde dezembro de 2025, quando foi realizado o primeiro repasse no âmbito do programa.

Período/Mês	Bolsistas Indicados	Beneficiários Aptos	Pagamentos Efetivados	Pendências
Dez/2025	66	45	43	2 CPFs com inconsistência, em análise junto ao financeiro
Jan/2026	68	53	51	Permanecem as pendências dos mesmos 2 CPFs
Fev/2026	71	62	61	Permanece a pendência em um CPF.
Mar/2026	71	64	64	Não há pendências
Abr/2026	71	68	68	Não há pendências
Mai/2026	71	69	69	Não há pendências

Apresentação da Nota Técnica 001.2026, assim como, deliberação para aprovação por esta comissão. **BOLSA AGENTE DO SABER. pdf. NOTA TÉCNICA 001.2026. BOLSA AGENTE DO SABER.pdf. Deliberação nº 0xx_2026 – Aprova Nota Técnica N 001.2026 – SEMIPI.DPPI Orientações Técnicas – Bolsa Agente do Saber.pdf. Parecer da comissão:** Aprovada a minuta de deliberação. **Parecer do CEDIPI:** Aprovada a minuta de deliberação. **8) Composição da Comissão de Análise do Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.** É aprovada a minuta de deliberação. Antes de publicar, consultar os conselheiros governamentais, para verificar interesse na participação. **9) Encerramento:** Por motivo de falta de energia no Palácio das Araucárias, a reunião plenária será encerrada e agendada posteriormente uma reunião extraordinária. A Presidente Larissa Marsolik agradece a presença e compreensão de todos. Ata redigida pela secretária executiva Nancy Regina Shen.

88570/2026

SECRETARIA DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA

ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DE JUNHO/2026

CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

11/06/2026 CEDIPI/PR

Ao décimo primeiro dia do mês de abril do ano de 2026, às 13h30, em primeira convocação e às 13h45, em segunda convocação, pela plataforma do GoogleMeet pelo link: http://meet.google.com/fcf-oigy-eth, foi dado início a Assembleia Extraordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR, para a qual os conselheiros foram previamente convocados. No horário pré-determinado, a Presidente Larissa Marsolik solicitou em primeira chamada à apresentação dos conselheiros presentes: **Conselheiros Representantes Governamentais:** Suplente: Jean Felipe Marques de Lima (SETR); Titular: José Luiz Nogueira Binotto (SEJU); Titular: Luiz Antonio Mariotto Neto (COHAPAR); Titular: Sebastião Cavalcanti Neto (SETI); Suplente: Luana Venâncio (SEDEF); Titular: Eliane Mara Rebelo (SEAB); Titular: Larissa Marsolik (SEMIPI); Suplente: Alex Sandro da Silva (SEMIPI); Suplente: Bruno José Leonardi (SEEC). **Conselheiros Representantes da Sociedade Civil:** Titular: Rubens Bendlin (ASP); Suplente: Pedro Paulo da Silva (ASP); Titular: Célia de Jesus Souza Messias de Paula (ISCMC); Titular: Maria Lourdes Menon Schram (PROVOPAR CASCAVEL); Suplente: Guiomar Aparecida Padilha (PROVOPAR CASCAVEL); Titular: Cayo Miguel Angel Martin Cristobal (IPC); Suplente: Veranice Ferreira (IPC); Titular: Adalziza Gomes da Silva (Grupo Vivendo a Idade Dourada); Suplente: Irani Correa Roos (Grupo Vivendo a Idade Dourada); Suplente: Denise Oliveira Endoh Ougo (CEGEN); Titular: Pushpamary Susaiappan (Casa de Apoio Madre Maria Gertrudes); Titular: Fernanda da Rocha Salles (Socorro aos Necessitados); Titular: Marcos Aparecido Juncker (Lar dos Velhinhos São João Batista de Moreira Sales). **Convidados (as) e Colaboradores:** Dra. Mariana Dias Mariano – CAOPIPCD/MP; Maria Beatriz Rocha (DPPI/SEMIPI), Mariana Abram Rocha (DPPI/SEMIPI), Kharin Thyemi Yamanaka (DPPI/SEMIPI), Marjorie Elizabeth Zalewski Torres Cavalheiro (DPPI/SEMIPI), Nancy Regina Shen (DPPI/SEMIPI), Isabella Beloni dos Santos (DPPI/SEMIPI), Fernanda Bruna Sorgato Pitt (DPPI/SEMIPI), Alzira Eugenia Melo Viana Cornel (DPPI/SEMIPI), Gabrielle Fernanda Rocha Pinto (DPPI/SEMIPI), Elaine Cristina Lima Scantamburlo (DPPI/SEMIPI), Camila de Souza (DPPI/SEMIPI), Maria Clara Rodrigues Istschuk (DPPI/SEMIPI), Fabiely da Silva Marcelino (DPPI/SEMIPI), Wellington Cassio Barbosa da Silveira (Toledo), Justa Alves dos Anjos (Tupãssi). **1) Abertura:** A presidente Larissa Marsolik inicia a reunião cumprimentando a todos os conselheiros presentes, desejando uma ótima reunião. Passando a apalavra para a Vice-presidente Célia de Jesus Souza Messias de Paula que deseja a todos uma ótima reunião. E passa a palavra para Dra. Mariana Dias Mariano que cumprimenta todos os presentes e desejando uma ótima reunião. **2) Aprovação da Pauta:** A Presidente Larissa Marsolik solicita a inclusão de mais dois pontos de pauta, sendo a Deliberação de alteração da Deliberação nº 019/2026 e a participação dos conselheiros no Congresso da SBGG. Pauta aprovada. **3) Aprovação da Deliberação nº 025/2026 – CEDIPI/PR que altera a Delibera-**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ção nº 019/2026 – CEDIPI/PR. É apresentada a minuta de deliberação ao conselho, em que visa aprovar a complementação dos critérios de adesão, classificação, partilha e repasse previstos na Deliberação nº 019/2026 – CEDIPi/PR, de modo a assegurar maior clareza quanto ao concionamento do recebimento dos recursos. A deliberação é aprovada. **4) Congresso SBGG:** A Presidente Larissa Marsolik apresenta ofício recebido por este Conselho, e elucida sobre a importância desse processo formativo ofertado aos conselheiros estaduais. Foi aprovado os seguintes pontos: - Aprovação da participação do CEDIPI neste processo formativo, na modalidade do Pacote 1, de maneira proporcional a pré inscrição dos conselheiros, por meio de formulário a ser enviado (pacote 1 com 10 inscrições = R$ 4.500,00); - Na próxima reunião ordinária finalizar a deliberação contendo o número de conselheiros que serão capacitados e valor destinado às inscrições. **5) Relato das Comissões Permanentes. 5.1 – Comissão de Normas e Fiscalização (CNF): 5.1.1 – Relato da Reunião Extraordinária realizada no dia 07/04/2026. 1. Revisão da política da Pessoa Idosa – Leis / Decretos - Lei Estadual nº 11863 – 23/10/1997 – Lei de Criação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. Relato:** Na reunião realizada em 18/03/2026, foi acordada, entre os Conselheiros, a criação de uma pasta no Google Drive, contendo um documento aberto para a inserção de apontamentos e contribuições. A pasta já foi criada, e o acesso foi encaminhado aos membros por meio do grupo de WhatsApp. Registro, ainda, que o envio do material normativo à consultora Symone Bonfim já foi devidamente realizado pela secretaria executiva deste Conselho. Por fim, destaca-se que a reunião extraordinária agendada para o dia 07/04 será destinada à discussão da Lei nº 11.863/1997, com vistas à apresentação de sugestões de alterações e inclusões. Documento a ser alterado. **Parecer da Comissão:** A comissão aprova os seguintes encaminhamentos: 1. Encaminhar um Ofício para todos os conselheiros informando que a pasta já está aberta para acolher todas as sugestões de alterações da Lei 11.863/1997, indicando o prazo para incluí-las até o dia 27/04/2026. 2. Elaboração de tutorial de como entrar no drive e fazer as sugestões do documento do Word, este tutorial será encaminhado junto com o Ofício. 3.Na próxima reunião da comissão, dia 28/04/2026, as sugestões serão analisadas para serem revisadas na plenária no dia 29/04/2026. **Parecer do CEDIPI:** Aprovado o parecer da comissão. **5.1.2 – Relato da Reunião 26/05/2026 - Pauta Permanente: 1.1 – Revisão da política da Pessoa Idosa – Leis / Decretos: – Lei Estadual nº 11863 – 23/10/1997 – Lei de do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. – Lei Estadual nº 11863 – 23/10/1997 – Lei de Criação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. Relato:** Registro que, nos dias 11/05/2026 e 22/05/2026, foram realizadas duas reuniões com a participação de Isabella Beloni dos Santos, Larissa Marsolik, Diretora da Política Pública da Pessoa Idosa, Nancy e Marjorie da Secretaria Executiva do CEDIPI, Symone Bonfim, Janaina Rodrigues, coordenadora da Coordenação de Envelhecimento Ativo, Célia, Vice-Presidente do CEDIPI e Bernadete, conselheira representante da sociedade civil, com o objetivo de debater as alterações necessárias na Lei Estadual nº 11.863/1997, considerando as propostas apresentadas pelos conselheiros, as discussões já realizadas no âmbito da comissão e as adequações identificadas como necessárias. As reuniões tiveram como foco a análise técnica da legislação vigente, visando sua atualização e adequação às demandas atuais da política da pessoa idosa no Estado do Paraná. Informa-se que o documento contendo as propostas de alteração encontra-se em fase de análise e, após sua finalização, será apresentado à Comissão e a Plenária para apreciação e validação. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEDIPI:** Ciente. **1.2 - Enfrentamento às violências contra a Pessoa Idosa. 1.2.1 – Canal da Pessoa Idosa Paranaense / Disque Idoso. Relato:** Relata-se que segue em tramitação o Protocolo nº 25.811.202-5, referente à integração do Disque Idoso Paraná ao Disque Denúncia 181, iniciativa que visa fortalecer e qualificar o atendimento das denúncias relacionadas às violações de direitos da pessoa idosa no Estado do Paraná. Paralelamente à tramitação do protocolo, seguem ocorrendo as reuniões do Grupo de Trabalho de Prevenção e Enfrentamento às Violências contra a Pessoa Idosa. Registra-se que, em sua segunda reunião, realizada em 20 de maio de 2026, novas instituições passaram a compor o GT, sendo elas: centro judiciário de solução de conflitos e cidadania TJPR/CEJUSC, SEDEF, SESA e FUNDASEG, ampliando a articulação interinstitucional e fortalecendo a rede de proteção à pessoa idosa. Na ocasião, foi apresentada a campanha Junho Violeta aos municípios e instituições participantes, além da exposição dos serviços e programas desenvolvidos pela Diretoria de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa da SEMIPI. Também houve a apresentação, pelos municípios de Colombo e Curitiba, de experiências relacionadas aos serviços, programas e fluxos de denúncia estruturados em seus territórios para o enfrentamento às violências contra a pessoa idosa. A discussão se concretizou em identificação das violências, fluxo de denúncias, indicadores de denúncias relativos às pessoas idosas e as ILPIs, protocolo de resposta aos serviços de denúncias, especialmente, Disque 100. Ao final da reunião, foi elaborado, de forma conjunta, o plano de ação do Grupo de Trabalho, com definição de estratégias alinhadas às metas previstas na Resolução nº 091/2026. Ficou pactuada, ainda, a continuidade das reuniões, com novas apresentações municipais previstas para os próximos encontros. Ainda, no mês de junho, em alusão ao Junho Violeta (campanha de conscientização e enfrentamento à violência contra a pessoa idosa — 15/06/2026) estão sendo realizadas ações de mobilização, sensibilização e fortalecimento da rede de proteção em todo o Estado do Paraná. Como parte da programação, serão promovidos webinários temáticos voltados à discussão de assuntos relacionados à prevenção das violências, garantia de direitos, valorização do envelhecimento e fortalecimento das políticas públicas para a pessoa idosa, contando com a participação de profissionais, gestores, instituições e representantes da rede de atendimento. A iniciativa busca ampliar o debate sobre o tema da valorização do processo de envelhecimento, prevenção e enfrentamento às violências, bem como incentivar ações nos municípios e fortalecer a construção coletiva de estratégias de proteção e promoção da dignidade da pessoa idosa. Nesse processo houveram algumas ações, como: live de apresentação da campanha aos 399 municípios, reunião com os polos das UNAPIS (agendada para 28/05), apresentação para o Comitê Paraná Amigo da Pessoa Idosa e reunião para os 10 municípios de grande porte e metrópole a fim de intensificar as ações nesses territórios onde a oferta e demanda é mais alta e a porcentagem de pessoas idosas também, nessa reunião foi apresentada a campanha, sugestões de atividades e de ações intersetoriais e, ainda, foram apresentadas as violências com maior índice no Disque Idoso, a fim de que fosse levada em consideração essas violências nas ações de prevenção e enfrentamento às violências. Sendo elas: negligência, violência financeira, violência psicológica, violência verbal e autonegligência. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEDIPI:** Ciente. **Pauta Temporária 1.3 – Protocolo nº 25.931.788-6 – Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Paraná – SINDIJUS PR: Requer providências para exigir do Estado do Paraná o reajuste das aposentadorias e pensões dos serventuários do foro extrajudicial, congelados desde o ano de 2019; Relato:** Relata o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná – SINDIJUS-PR que os serventuários do foro extrajudicial do Paraná, não remunerados pelos cofres públicos, historicamente foram vinculados ao regime previdenciário estadual, passando a integrar a previdência dos servidores públicos do Estado, inclusive com concessão de aposentadorias e pensões custeadas pelo Estado do Paraná. Informa que a Lei Estadual nº 12.607/1999 alterou a redação do §1º do artigo 34 da Lei Estadual nº 12.398/1998, incluindo expressamente os serventuários não remunerados pelos cofres públicos no quadro de segurados da PARANÁPREVIDÊNCIA. Contudo, posteriormente, o Estado do Paraná ajuizou a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2791-3 perante o Supremo Tribunal Federal, que declarou inconstitucional a expressão referente aos serventuários não remunerados pelos cofres públicos. Relata que, após a decisão do STF, foi instituída comissão composta por representantes do Tribunal de Justiça do Paraná, Tribunal de Contas, PARANÁPREVIDÊNCIA, Ministério Público, Procuradoria-Geral do Estado e entidades representativas da categoria, a qual concluiu que deveriam ser preservados os direitos daqueles que ingressaram nas serventias não estatizadas até a vigência da Lei Estadual nº 10.219/1992 e que preencheram os requisitos para aposentadoria até a Emenda Constitucional nº 20/1998. Informa que tal entendimento foi acolhido pela Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná em 2010, permanecendo os serventuários aposentados e pensionistas vinculados ao recebimento de seus benefícios previ-

denciários. Aduz que, posteriormente, foi editada a Lei Estadual nº 20.713/2021, assegurando a concessão e manutenção das aposentadorias e pensões dos serventuários do foro extrajudicial não remunerados pelos cofres públicos. Entretanto, sustenta que permaneceu controvérsia acerca da competência para encaminhamento de projeto de lei destinado à concessão de reajustes dos benefícios. Relata que, em razão dessa divergência, os aposentados e pensionistas do foro extrajudicial deixaram de receber reajustes anuais desde 2019, acumulando perdas inflacionárias significativas, enquanto servidores ativos e aposentados do Tribunal de Justiça do Paraná receberam revisões remuneratórias, incluindo os índices de 4,94% em 2019 e 9,32% em 2022. Informa que o SINDIJUS-PR protocolou requerimento administrativo perante o Tribunal de Justiça do Paraná, pleiteando o encaminhamento de projeto de lei para concessão do reajuste de 4,94% aos aposentados e pensionistas do foro extrajudicial, com efeitos retroativos a maio de 2019. Contudo, o pedido foi indeferido sob o fundamento de que o Tribunal de Justiça não seria responsável pelo custeio dos benefícios previdenciários e, portanto, não possuiria competência para iniciar o processo legislativo referente aos reajustes. Sustenta que a ausência de recomposição dos proventos compromete diretamente a subsistência dos aposentados e pensionistas, em sua maioria pessoas idosas, muitas delas adoecidas e dependentes exclusivamente dos benefícios previdenciários para custeio de alimentação, medicamentos, moradia e tratamentos de saúde. Destaca que a Constituição Federal e o Estatuto da Pessoa Idosa asseguram proteção integral à pessoa idosa, especialmente no que se refere à dignidade, saúde, alimentação e segurança econômica, ressaltando que aposentadorias possuem natureza alimentar e constituem instrumento essencial para garantia da qualidade de vida e da autonomia na velhice. Ao final, requer que sejam adotadas providências perante o Estado do Paraná, na pessoa do Governador do Estado e da Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná, visando assegurar a concessão dos reajustes dos proventos de aposentadoria e pensão dos serventuários aposentados e pensionistas do foro extrajudicial, de modo a restabelecer condições dignas de subsistência às pessoas idosas envolvidas. **Parecer da Comissão:** A comissão solicita que a Diretoria da Política da Pessoa Idosa reitere a importância da pauta frente aos órgãos competentes. **Parecer do CEDIPI:** Aprovado o parecer da comissão. **5.2 – Comissão de Políticas Públicas e Comunicação (CPPC) - PAUTA PERMANENTE - 2.1 – Calendário de Eventos 2026; Calendário de Eventos 2026; Relato:** Solicitação de pauta do **Conselheiro Rubens Bendlin:** Proposta de Live, para os dias de Prevenção de Quedas e Violência contra a Pessoa Idosa. **Parecer da Comissão:** Após discussão em comissão, pauta retirada pelo conselheiro Rubens.
Parecer do CEDIPI: Ciente. **2.2 – Programa Cuida Mais Paraná: Promoção do Envelhecimento Ativo e Saudável por meio de atividades físicas e de estimulação cognitiva com pessoas idosas – Deliberação nº 035/2024 – 049/2025 e 005/2026. Relato:** O relato ampliado das ações desenvolvidas será apresentado no mês de julho de 2026, em consonância com a periodicidade trimestral de monitoramento. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEDIPI:** Ciente. **2.3 – Programa Viaja Mais 60 – Deliberações nº 024/2023, 034/2024 e 004/2026. Relato:** O relato ampliado das ações desenvolvidas será apresentado no mês de julho de 2026, em consonância com a periodicidade trimestral de monitoramento. Apresentação da Nota Técnica 002.2026, bem como, deliberação para aprovação por esta comissão. NOTA TÉCNICA 002.2026 VIAJA MAIS 60.pdf / Apresentação - Nota Técnica CPPI.pdf / Deliberação nº 0xx_2026 - Aprova Nota Técnica N 002.2026 – SEMIPI.DPPI – Programa Viaja Mais 60.pdf. **Parecer da Comissão:** Aprovada a minuta de deliberação. **Parecer do CEDIPI:** Aprovada a minuta de deliberação. **2.4 – Carteira da Pessoa Idosa Paranaense; Relato:** Carteira da Pessoa Idosa Paranaense, é uma política pública que assegura gratuidade e desconto de até 50% nas viagens intermunicipais para pessoas idosas no Estado do Paraná. Há um ano a iniciativa tem se consolidado como importante instrumento de promoção da mobilidade, autonomia e inclusão social, ampliando o acesso da população idosa a serviços, atividades e redes de convivência em diferentes municípios. Até a data de **25/05/2026, foram emitidas 88.998 Carteiras da Pessoa Idosa Paranaense**, evidenciando o alcance e a adesão ao benefício. Registra-se, ainda, que o relato ampliado das ações e mutirões desenvolvidos no âmbito da Carteira da Pessoa Idosa Paranaense será apresentado no mês de julho de 2026, em conformidade com a periodicidade trimestral de monitoramento estabelecida. **Vídeo - Carteira da Pessoa Idosa Paranaense. Parecer da Comissão:** Será enviado o vídeo de comemoração de 1 ano da Carteira da Pessoa Idosa Paranaense no grupo de whatsapp – Ciente. **Parecer do CEDIPI: Ciente. 2.5. – Programa de expansão da Universidade Aberta à Pessoa Idosa (UNAPI). Relato:** Será realizada uma Comissão Conjunta entre a Comissão de Políticas Públicas e Comunicação e a Comissão de Orçamento, Financiamento e Fundo, dia 26 de maio de 2026, das 13h30 às 15h00, no 2º Andar – Sala da Diretoria, por meio da plataforma Google Meet. O relato ampliado das ações desenvolvidas será apresentado no mês de julho de 2026, em consonância com a periodicidade trimestral de monitoramento. **Parecer da comissão:** Ciente. **Parecer do CEDIPI:** Ciente. **2.6 - PROGRAMA PARANÁ AMIGO DA PESSOA IDOSA (PAPI). 2.6.1 Bolsa Agente do Saber. Relato:** A Bolsa Agente do Saber, instituída pela Lei nº 22.189/2024 e regulamentada pelo Decreto nº 12.097/2025, integra o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, gerida pela SEMIPI, consiste em ação de transferência de renda destinada a pessoas com 60 anos ou mais em situação de vulnerabilidade socioeconômica, vinculadas à UNAPI/UNATI, que atuam como Ativo Social em atividades comunitárias, culturais e educativas. A iniciativa promove o envelhecimento ativo, a convivência intergeracional e o enfrentamento ao idadismo, contando com acompanhamento técnico da UNAPI/SEMIPI e das COMAS - Comissão Municipal do Agente do Saber. No mês de maio de 2026, os municípios indicaram 71 bolsistas, dos quais 69 atenderam aos critérios estabelecidos e receberam regularmente a bolsa no valor de R$450,00 (quatrocentos e cinquenta reais). Conforme a tabela abaixo, apresenta-se o histórico de pagamentos desde dezembro de 2025, quando foi realizado o primeiro repasse no âmbito do programa.

Período/Mês	Bolsistas Indicados	Beneficiários Aptos	Pagamentos Efetivados	Pendências
Dez/2025	66	45	43	2 CPFs com inconsistência, em análise junto ao financeiro
Jan/2026	68	53	51	Permanecem as pendências dos mesmos 2 CPFs
Fev/2026	71	62	61	Permanece a pendência em um CPF.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Mar/2026	71	64	64	Não há pendências
Abr/2026	71	68	68	Não há pendências
Mai/2026	71	69	69	Não há pendências

Apresentação da Nota Técnica 001.2026, assim como, deliberação para aprovação por esta comissão. **BOLSA AGENTE DO SABER .pdf, NOTA TÉCNICA 001.2026. BOLSA AGENTE DO SABER.pdf. Deliberação nº 0xx_2026 - Aprova Nota Técnica N 001.2026 – SEMIPI.DPPI Orientações Técnicas – Bolsa Agente do Saber.pdf. Parecer da comissão:** Aprovada a minuta de deliberação. **Parecer do CEDIPI:** Aprovada a minuta de deliberação. **2.6.2 – Cadastro Cuidador Familiar. Relato:** Trata-se de um sistema contínuo e oficial de registro e mapeamento de pessoas que exercem a função de cuidador não remunerado de familiares idosos no Paraná. O cadastro é um dos instrumentos operacionais vinculados ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa (Lei nº 22.189/2024) e é um pré-requisito obrigatório previsto no Decreto nº 11.588/2025 para que o cuidador possa solicitar a Bolsa Cuidador Familiar. Os dados são interligados ao Sistema de Informação da Pessoa Idosa do Paraná (SIPI). A finalidade é retirar o cuidador familiar da invisibilidade estatística para embasar a criação de políticas públicas direcionadas e dimensionar a demanda estadual. Integrar esses cuidadores às secretarias municipais e estaduais (Assistência Social, Saúde, etc.). Identificar o público para a oferta de treinamentos (capacitação inicial e continuada), criação de grupos de apoio psicossocial e planejamento de atividades de "respiro" (descanso para quem cuida). Atualmente cadastrados no sistema são 2.615 pessoas ativas. **Parecer da comissão:** Ciente. **Parecer do CEDIPI:** Ciente. **2.6.3 – Bolsa Cuidador Familiar. Relato:** A Bolsa Cuidador Familiar Paranaense, instituída pela Lei Estadual nº 22.189/2024 e regulamentada pelo Decreto nº 11.588/2025, é um benefício de transferência de renda no valor de meio salário mínimo, concedido por até 24 meses. Integrante do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, a política visa valorizar, apoiar financeiramente e capacitar os cuidadores familiares, garantindo a dignidade e a convivência familiar de idosos com fragilidade clínico-funcional não institucionalizados. Seu objetivo central é fortalecer a rede de proteção e compartilhar a responsabilidade do cuidado entre o Estado, a família e a sociedade. Para receber o auxílio, exige-se que o cuidador tenha 18 anos ou mais, possua parentesco e coabite com o idoso, exerça a função há pelo menos seis meses e assine um termo de adesão. É obrigatório estar inscrito no Cadastro de Cuidadores Familiares e no CadÚnico, respeitando o limite de renda per capita e não possuindo renda própria regular. Atualmente em fase piloto (Resolução nº 208/2025 – SEMIPI), o programa habilitou 20 municípios e atende 223 beneficiários, até o momento o valor repassado pelo programa foi R$723.194,00. **Parecer da comissão:** Ciente. **Parecer do CEDIPI:** Ciente. **2.6.4 – Cadastro Estadual da Rede de Atenção à Pessoa Idosa (CERAPI). Relato:** O CERAPI é uma das principais inovações do PAPI. Trata-se de uma plataforma integrada que reúne informações sobre todos os serviços públicos, privados e da sociedade civil que atendem pessoas com 60 anos ou mais no Paraná. O preenchimento é de responsabilidade de cada município, que deve mapear e registrar todos os serviços do seu território — públicos, privados e do terceiro setor —, com o atestado dos Conselhos Municipais da Pessoa Idosa. Podem ser cadastrados no CERAPI: - Centros-dia e Instituições de Longa Permanência (ILPIs); - Serviços de assistência social voltados à pessoa idosa; - Unidades de saúde com atuação específica junto ao público 60+; - Clubes de convivência, grupos da terceira idade e projetos sociais; - Programas de educação, cultura, esporte e lazer para pessoas idosas; Com o CERAPI completo, o Estado terá uma visão integrada de toda a rede de atenção à pessoa idosa no Paraná, permitindo um planejamento mais ágil, eficiente e baseado em evidências para as políticas públicas do setor. **PANORAMA ATUAL**

212 Municípios com adesão ao PAPI	185 Com ponto focal indicado para o CERAPI	185 Com login e senha liberados	25 Ainda sem ponto focal indicado

Dados atualizados em 22 de maio de 2026

Parecer da comissão: Ciente. **Parecer do CEDIPI:** Ciente. **2.7 Atualização do site do CEDIPI/PR. Relato:** O relato ampliado das ações desenvolvidas será apresentado no mês de julho de 2026, em consonância com a periodicidade trimestral de monitoramento. **Parecer da comissão:** Ciente. **Parecer do CEDIPI:** Ciente. **2.8 Protocolo n°15.960.134-0 – trata sobre Delegacia da Pessoa Idosa; Relato:** Registra-se que o Grupo de Trabalho de Prevenção e Enfrentamento às Violências contra a Pessoa Idosa realizou sua segunda reunião em 20 de maio de 2026. Na ocasião, novas instituições passaram a compor o grupo, sendo elas: TJPR/CEJUSC, SEDEF, SESA e FUNDASEG. Durante a reunião, foi apresentada a campanha Junho Violeta aos municípios e instituições presentes, contando com a participação da atual secretária, Mariana Neris. Também foi realizada uma apresentação dos serviços e programas desenvolvidos pela Diretoria de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa, com o objetivo de proporcionar aos participantes maior conhecimento acerca do trabalho desenvolvido pela SEMIPI. Além disso, os municípios de Colombo e Curitiba apresentaram os serviços, programas e fluxos de denúncia estruturados em seus territórios, compartilhando experiências e estratégias de atuação no enfrentamento às violências contra a pessoa idosa. Ao final, foi construído de forma conjunta o plano de ação com definição de estratégias alinhadas às metas previstas em cada objetivo da Resolução nº 091/2026. A próxima reunião ficou prevista para o dia 17/06/2026, com apresentação dos municípios de Guarapuava e Araucária. Já para a reunião do dia 14/07/2026, estão previstas as apresentações de Campo Magro e Campo do Tenente. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEDIPI:** Ciente. **PAUTA TEMPORÁRIA . 2.9 - Protocolo n°22.873.660-0 – trata sobre contratação de um profissional para atuar na captação de recursos e para comunicação; Relato:** Informa-se que o referido protocolo foi arquivado, considerando a necessidade de readequação do fluxo processual às exigências da legislação vigente. Destaca-se que, previamente à autuação dos novos protocolos, foi realizada a inclusão do objeto da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA), mediante trâmite administrativo via sistema e-Protocolo, em observância às etapas de planejamento previstas na normativa aplicável. Posteriormente, foram gerados os Protocolos nº 25.308.687-4 e nº 25.308.970-9, contendo o Documento de Formalização de Demanda (DFD) e o Estudo Técnico Preliminar (ETP), instrumentos indispensáveis à instrução inicial do processo de contratação. Informa-se que os Protocolos nº

25.308.687-4 – CEDIPI – contratação de serviço especializado para captação de recursos e nº 25.308.970-9 – CEDIPI – contratação de empresa especializada em publicidade e marketing digital foram ambos autuados em **26 de janeiro de 2026**. Em 25 de fevereiro de 2026, foi aberta a pesquisa de preços pelo setor de compras da SEMIPI, tendo o processo retornado à DPPI em 04 de março de 2026 com a informação de que a cotação restou deserta, sem adesão de interessados na referida contratação, no prazo legal de 7 dias. Diante disso, o setor de compras solicitou a revisão e o aprimoramento das especificações técnicas constantes na solicitação de contratação, já considerando os apontamentos que inviabilizaram a licitação anterior. Esclarece-se que o prazo de 7 (sete) dias mencionado no relato refere-se ao período estabelecido pelo setor de compras para recebimento de propostas e manifestação de interesse dos fornecedores no procedimento de pesquisa de preços. Decorrido o referido prazo sem apresentação de propostas válidas por interessados, a cotação foi considerada deserta, motivo pelo qual o processo retornou ao setor demandante para reavaliação e aprimoramento das especificações técnicas da contratação. Quanto aos valores, registra-se que a estimativa preliminar prevista para cada contratação é de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), totalizando R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), conforme previsão constante na Deliberação nº 016/2023 – CEDIPI/PR, Art. 1º, inciso III, destinada à campanha e fortalecimento do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR, inclusive para contratação de profissional especializado em captação de recursos. No que se refere à contratação de serviços especializados em captação de recursos, já se encontram definidos os seguintes pontos de acordo com Relato do dia 28/10/2025: • a contratada deverá elaborar e executar plano de trabalho para captação de recursos, além de realizar mapeamento e prospecção de editais; • o foco da captação será por meio de imposto de renda Pessoa Física e Jurídica; • As entregas esperadas compreendem: mapeamento e prospecção de editais; fortalecimento da imagem institucional; elaboração e execução de plano de trabalho; e relacionamento com governos estadual e federal. Contudo, diante da necessidade de reformulação da contratação e visando subsidiar a adequada definição do objeto e das especificações técnicas, submetem-se à apreciação da Comissão alguns questionamentos: • definição do formato de remuneração da empresa contratada, inclusive quanto à possibilidade de remuneração parcial por resultado de captação; • definição acerca da existência de metas quantitativas de captação; • verificação sobre eventual base de potenciais doadores ou relacionamento prévio com empresas; • verificação sobre existência de materiais institucionais, plano de comunicação, histórico estruturado de captação e equipe interna para interlocução com a assessoria; • definição quanto à possibilidade de a empresa contratada propor metodologia própria de atuação ou, alternativamente, necessidade de definição metodológica pela Comissão. Quanto à contratação de empresa especializada em publicidade e marketing digital, já se encontra definido que a contratação contemplará: • planejamento e execução de campanha de divulgação da captação de recursos; • produção de materiais gráficos, audiovisuais e conteúdos digitais; • gerenciamento de redes sociais, mídia paga e estratégias de engajamento; • monitoramento de indicadores de alcance, participação e conversão. Entretanto, diante da necessidade de reformulação da contratação e visando subsidiar a adequada definição do objeto e das especificações técnicas, submetem-se à apreciação da Comissão alguns questionamentos: • definição do quantitativo de peças e materiais a serem produzidos; • definição sobre valores específicos destinados à mídia paga, impulsionamento e divisão entre produção e veiculação; • definição da frequência mínima de publicações e quantitativo de postagens mensais. **Parecer da Comissão:** Realização de reunião extraordinária desta Comissão para discussão deste ponto de pauta, com apoio da Assessoria Jurídica tanto na fase preparatória quanto durante a reunião. A data será definida em conjunto com a Assessoria Jurídica da SEMIPI. Conselheiros solicitaram o encaminhamento prévio do conteúdo dos protocolos para análise. **Parecer do CEDIPI:** Aprovado o parecer da comissão. **2.10. Calçadas Acessíveis; Relato**: Pauta solicitada pelo conselheiro **Cayo Miguel** na última plenária. Realizada discussão sobre a importância/relevância do tema. **Parecer da comissão:** 1. A Conselheira Fernanda comprometeu-se a compartilhar, no grupo de WhatsApp, material de consulta relacionado ao tema para apropriação por parte dos conselheiros; 2. Foi sugerida a inclusão deste assunto como pauta permanente desta Comissão; 3. O Conselheiro Cayo solicitou o uso da palavra na plenária; 4. O Dr. Frederico, representante do Ministério Público, informou que encaminhará ao grupo de WhatsApp a nota técnica pertinente ao tema; **Parecer do CEDIPI:** Aprovado o parecer da comissão. **5.3) Comissão Conjunta – CPPC e COFF. PAUTA CONJUNTA - 3.1 – "Aliança pelo Cuidado – Calamidades Públicas e Emergências" ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Rio Bonito do Iguaçu/PR;** Trata-se da destinação dos recursos recebidos no âmbito da Deliberação nº 055/2025 – CEDIPI/PR, que instituiu a Linha de Ação "Aliança pelo Cuidado – Calamidades Públicas e Emergências", com a finalidade de apoiar ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da pessoa idosa em contextos de calamidade pública e situações emergenciais. No âmbito da Linha de Ação "Aliança pelo Cuidado – Calamidades Públicas e Emergências, foram recebidos recursos no montante total de R$ 1.331.000,00 (um milhão, trezentos e trinta e um mil reais), oriundos de doações destinadas ao atendimento do Município de Rio Bonito do Iguaçu/PR. Nesse contexto, foi realizada visita técnica ao Município de Rio Bonito do Iguaçu/PR, com a finalidade de dialogar com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, identificar as demandas locais e definir as linhas prioritárias de investimento, de modo a subsidiar a elaboração de proposta de deliberação a ser submetida à apreciação do Plenário do CEDIPI/PR. A partir das tratativas realizadas, foi aprovada, na última reunião ordinária do mês de Abril, a Deliberação nº 015/2026 – CEDIPI/PR, no âmbito da Linha de Ação "Aliança pelo Cuidado – Rio Bonito do Iguaçu", destinando o montante de R$ 1.086.000,00 (um milhão e oitenta e seis mil reais) para a aquisição de ônibus do Programa Cuida Mais Paraná e de veículo automotor para apoio às ações do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. Dessa forma, o saldo remanescente de R$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais) será destinado à execução do Incentivo Cuida Mais Paraná – Especial Rio Bonito do Iguaçu, tendo como foco a promoção do envelhecimento ativo, por meio da realização de atividades físicas, ações de estimulação e demais estratégias a qualidade de vida das pessoas idosas. **Parecer da comissão:** a comissão aprova a minuta de deliberação. **Parecer do CEDIPI:** a plenária aprova a minuta de deliberação. **3.2 – Deliberação de repasse de recursos para a UNAPI.** Foi apresentada a minuta de deliberação do Programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa (Unapi), cujo objeto é o repasse de recursos no valor total de R$ 2.375.000,00 (dois milhões, trezentos e setenta e cinco mil reais) para o custeio das turmas do biênio 2026/2027. Os recursos serão partilhados entre 73 municípios, dos quais 63 correspondem a novas adesões e 10 à continuidade de municípios que já executam o programa. Os valores foram estratificados pelo porte do município, apresentados pela deliberação, são: - R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para os de Pequeno Porte I e II e Médio Porte; - e R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para os de Grande Porte e Metrópoles, conforme o Censo IBGE 2022. Os municípios aderentes serão classificados em ordem decrescente, de acordo com o percentual de pessoas idosas em sua população, tendo como base os dados oficiais do Censo Demográfico de 2022. A presidente Larissa, posteriormente à leitura realizada da deliberação, registra que esse é um marco do aprimoramento ao programa que representa transformação e participação social na vida das Pessoas Idosas, que muitas vezes tem o seu primeiro acesso ao campo universitário por meio do programa. FORMATADA Minuta Deliberação (2026) UNAPI - Custeio . **Parecer da comissão:** a comissão aprova a minuta de deliberação. **Parecer do CEDIPI:** a plenária aprova a minuta de deliberação. **5.4) Comissão de Orçamento, Financiamento e Fundo – Pauta Permanente – 4.1 – Relatório e Balancete FIPAR;** O Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa apresenta saldo financeiro em conta bancária em 30 de abril de 2026 no valor de R$ 7.293.082,09. Deste montante, R$ 4.304.025,40 correspondem a valores reservados oriundos de deliberações e banco de projetos, além de R$ 26.764,33 referentes a doações aguardando direcionamento e R$ 881,68 reservados para recolhimento de PIS/PASEP no mês subsequente. Dessa forma, o saldo livre a deliberar para abril de 2026 totaliza R$ 2.961.410,68. Informa-se, ainda, acerca dos pagamentos realizados no âmbito das deliberações de repasse

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

fundo a fundo do exercício de 2026: - Deliberação nº 005/2026/CEDIPI/PR – Adesão e Incentivo – Cuida Mais Paraná Envelhecimento Ativo: -Foram pagos 156 municípios, totalizando o valor de R$ 7.420.000,00. Não receberam o repasse os municípios de Campo Bonito e Mariópolis, em razão da não finalização do Plano de Ação e da não aceitação do Termo de Adesão. O município de Lidianópolis não recebeu o recurso por não possuir ARCPF regularizado. - Deliberação nº 004/2026/CEDIPI/PR – Adesão e Incentivo – Programa Viaja Mais 60 – Fase III: - Foram pagos 394 municípios, totalizando o valor de R$ 12.350.000,00. O município de Diamante do Sul não recebeu o repasse em virtude da não finalização do Plano de Ação e da não aceitação do Termo de Adesão. Ainda, constatou-se que os municípios de Lidianópolis, Ortigueira, Sabáudia e Santa Maria do Oeste não possuíam ARCPF regularizado à época do pagamento. Por fim, informa-se que, conforme registrado no balancete anterior, havia previsão de utilização do montante de R$ 680.000,00 para pagamento das referidas deliberações. Contudo, considerando que o valor não foi utilizado, este retornou ao saldo livre a deliberar do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. A presidente Larissa, posterior à explanação, parabenizou a equipe pelo trabalho desenvolvido nesse processo. 4.1 FIPAR Balancete ANO 2026, ABRIL 2026.xls **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEDIPI:** Ciente. **4.2 – Panorama de Obras:** O Assessor de Planejamento e Gestão da Informação da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa Everton de Oliveira encaminhou a atualização da pauta Obras da Política da Pessoa Idosa, sendo o que segue: **1. Novas habilitações**

MUNICÍPIO	PROTOCOLO	OBRA	VALOR	DATA	REFERÊNCIA
Irati	24.229.893-4	Reforma do Complexo Social para instalação do Centro Dia da Pessoa Idosa	R$ 600.000,00	24/04/2026	Del. CEDIPI 059/2025 (uso de saldos de contratações)

2. Autorizações para licitar

MUNICÍPIO	PROTOCOLO	OBRA	VALOR	DATA
Verê	25.428.791-1	Reforma Centro Dia	R$ 307.724,51	28/04/2026
Toledo	24.219.592-2	Complexo Social Cidade da Pessoa Idosa	R$ 5.661.444,35	29/04/2026
Clevelândia	24.393.341-2	Centro de Convivência da Pessoa Idosa	R$ 1.350.635,92	05/05/2026
Palmas	24.403.947-2	Complexo Social Cidade da Pessoa Idosa	R$ 7.380.291,03	07/05/2026
Boa Esperança do Iguaçu	24.228.868-8	Centro de Convivência da Pessoa Idosa	R$ 2.725.310,35	14/05/2026
Pato Branco	24.237.082-1	Centro Dia da Pessoa Idosa	R$ 1.757.505,38	20/05/2026
Cascavel	24.237.869-5	ILPI	R$ 3.679.078,39	21/05/2026

3. Autorizações para contratar

MUNICÍPIO	PROTOCOLO	OBRA	VALOR CONTRATO	DATA
Nova Tebas	23.588.413-5	Centro da Pessoa Idosa	R$ 1.353.150,00 Estado R$41.850,00 contrapartida TOTAL R$ 1.395.000,00	24/04/2026
Capanema	24.083.939-3	Reforma Centro de Convivência	R$ 703.000,00 Estado, sem contrapartida	08/05/2026
Guaraniaçu	24.233.183-4	ILPI	R$457.947,40 Estado R$14.163,33 contrapartida TOTAL R$ 472.110,73	12/05/2026
Mangueirinha	24.117.011-0	Centro Recreativo da Pessoa Idosa	R$ 1.671.000,00 Estado, sem contrapartida	11/05/2026
Paulo Frontin	24.214.773-1	Reforma Centro Dia	R$ 543.200,00 Estado R$ 16.800,00 contrapartida TOTAL R$ 560.000,00	15/05/2026

4. Pagamentos

MUNICÍPIO	PROTOCOLO	OBRA	VALOR	DATA	REF.
Saudade do Iguaçu	24.220.837-4	Centro da Pessoa Idosa	R$ 779.000,00	18/05/2026	Parcela única
Coronel Vivida	24.189.825-3	Complexo Social Cidade da Pessoa Idosa – construção	R$ 187.355,28	28/04/2026	3ª parcela (3ª medição da obra)

A presidente Larissa, posterior à explanação, parabenizou a equipe pelo trabalho desenvolvido nesse processo. **Parecer da Comissão:** Ciente e solicitar à Assessoria de Planejamento um levantamento com base nas obras autorizadas, que necessitarão de apoio para implementação dos serviços, mapeando a estrutura prevista pelo município de equipamentos e a necessidade de nova deliberação do Conselho. **Parecer do CEDIPI:** Ciente e aprovado o parecer da comissão. **4.3 – Processo de prestação de contas.** Apresentamos o panorama atualizado das prestações de contas vinculadas aos repasses fundo a fundo da Política da Pessoa Idosa, considerando os processos registrados no Sistema SIFF e o acompanhamento das análises técnicas e financeiras realizadas pela equipe da gestão de fundos e equipe técnica da DPPI. Inicialmente, na primeira tabela temos informações em relação às prestações de contas avaliadas até o exercício de 2023, demonstrando um cenário positivo quanto à regularidade dos municípios. Foram contabilizadas 761 prestações de contas inseridas corretamente no sistema, sem registro de pendências de preenchimento ou envio por parte dos municípios, o que representa índice de 0% de inadimplência municipal. Das 761 avaliações a DPPI realizou 715, faltando apenas 46. No âmbito da Deliberação nº 18/2021, referente ao Incentivo Garantia de Direitos da Pessoa Idosa, temos apenas pendências pontuais de pareceres técnicos (DPPI) e financeiros (gestão de fundos), demonstrando que temos mantido uma boa capacidade de execução e acompanhamento municipal. Quanto à Deliberação nº 15/2022, voltada aos Centros de Convivência, também há regularidade municipal integral, permanecendo apenas algumas análises pendentes nas áreas técnicas financeira (gestão de fundos) e da área técnica da política estadual da pessoa idosa (DPPI). Já em relação à Deliberação nº 16/2022, destinada às ILPIs, destacamos a inexistência de pendências financeiras, restando apenas demandas relacionadas à emissão de pareceres técnicos da área da política estadual pessoa idosa (DPPI). Estes estão sendo feitos e os dados serão atualizados a cada reunião deste Conselho. No caso específico da Deliberação nº 001/2017, referente às prestações finais de contas, ainda existem pendências técnicas que demandam finalização processual, especialmente vinculadas à análise técnica da política estadual da pessoa idosa (DPPI). Estas também estão sendo feitas e os dados serão atualizados a cada reunião deste Conselho. De forma consolidada, este panorama demonstra avanço importante no fortalecimento da gestão municipal, na compreensão de utilização do sistema SIFF e no cumprimento das obrigações relativas à prestação de contas dos recursos cofinanciados pelo Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. Passando agora para a segunda tabela - panorama das prestações referentes ao exercício de 2024, com preenchimento realizado pelos municípios em 2025, observa-se novamente um cenário de plena regularidade municipal quanto à inserção das prestações no sistema. Foram registradas 851 prestações de contas sem qualquer pendência municipal. A previsão de início das análises técnicas da DPPI está para julho de 2026, ou seja, a partir de 1 de julho de 2026 passado o período de avaliação técnica financeira (30/06/2026) iniciaremos 851 análises de prestações de contas. Essas 851 prestações são das deliberações a seguir: - Deliberação nº 18/2021, serão 11 pareceres financeiros e 42 pareceres da área técnica da pessoa idosa. - Deliberação nº 15/2022, referente aos Centros de Convivência, serão 213 análises financeiras e as mesmas 213 análises técnicas da área da pessoa idosa. - Deliberação nº 16/2022, referente às ILPIs, 93 análises financeiras e 93 análises técnicas. - Deliberação nº 019/2023, do Serviço de Centro-Dia, serão 114 análises financeiras e 157 análises técnicas. E, por fim, a Deliberação nº 024/2023, do Programa Paraná Viaja Mais 60, registram-se 162 pendências financeiras e 346 análises técnicas da área da pessoa idosa. Assim, o panorama atual demonstra que o principal desafio da gestão estadual neste momento em relação as prestações de contas, está em mantermos a capacidade operacional de análise técnica e financeira dos processos já inseridos no sistema. Os dados demonstram avanço significativo na regularidade da prestação de contas municipal e no acompanhamento dos repasses fundo a fundo, evidenciando maior aderência dos municípios aos procedimentos estabelecidos no SIFF e fortalecimento dos processos de monitoramento e análise técnica no âmbito da política estadual da pessoa idosa. A principal demanda neste momento consiste em avançarmos nas etapas internas de análise técnica e financeira, fundamentais para a finalização dos processos de prestação de contas e consolidação do monitoramento dos recursos cofinanciados pelo Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. A presidente Larissa, posterior à explanação, parabenizou a equipe pelo trabalho desenvolvido nesse processo. **Tabela 1 Panorama FIPAR 2024_ ATUAL AREA TECNICA.xls Tabela 2 PANORAMA GERAL PRESTAÇÃO DE CONTAS ATÉ 2023 – Avaliação Pendências de Análises Técnicas – Municípios realizaram corretamente o preenchimento em 2024.xls Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEDIPI:** Ciente. **Pauta Temporária - 4.4 – Participação da Colaboradora Convidada Symone Bonfim. Relato:** A participação da colaboradora convidada justifica-se pela necessidade de assessoramento técnico especializado para qualificação das discussões e encaminhamentos relacionados à atualização de normativas, bem como ao apoio na construção de documentos técnicos que subsidiem as deliberações e ações do CEDIPI/PR. Sua contribuição também se mostra relevante para fortalecer a articulação entre as diretrizes da política da pessoa idosa e os debates contemporâneos acerca da política do cuidado e do envelhecimento. Reitera-se a importância da participação da consultora no processo que ja esta sendo desenvolvido nas revisões normativas no CEDIPI/PR. 4.4 Deliberação nº 0xx_2026 - Aprovação da participação da Sra Symone Bonfim CEDIPI.docx. **Parecer da Comissão:** a comissão aprova a minuta de deliberação. **Parecer do CEDIPI:** a plenária aprova a minuta de deliberação. **INCLUSÃO DE PAUTA - 4.5 Doação de produtos do Grupo Boticário ao FIPAR/PR.** Trata-se acerca da doação realizada pelo Grupo Boticário ao Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR, consistente em 2.420 (dois mil quatrocentos e vinte) produtos, compostos por cremes hidratantes, loções corporais e body splashes, destinados à população idosa, por meio de distribuição a Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas – ILPIs. Cabe esclarecer que, por se tratar de ano eleitoral, a matéria deve observar as restrições previstas na Lei Federal nº 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições. Em especial, o art. 73, § 10, dispõe que: “No ano em que se realizar eleição, fica proibida

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior". Nesse mesmo sentido, a Procuradoria-Geral do Estado do Paraná – PGE/PR, elaborou o Manual de Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Ano Eleitoral – Eleições 2026 esclarecendo a vedação de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, independentemente da natureza pública ou privada do beneficiário, ressalvadas apenas as hipóteses expressamente previstas no art. 73, § 10, da Lei Federal nº 9.504/1997. Considerando que os produtos doados se encontram atualmente sob guarda da SEMIPI, bem como que foi realizada a verificação dos respectivos prazos de validade, constatando-se que os vencimentos se iniciam apenas a partir de julho de 2028. E, considerando o impedimento legal quanto à distribuição gratuita de bens pela Administração Pública em ano eleitoral, submete-se a presente matéria à apreciação desta Comissão, a fim de que delibere quanto à alternativa mais adequada: 1. a devolução dos produtos ao Grupo Boticário, diante da impossibilidade de distribuição imediata, ou; 2. a manutenção dos itens armazenados em almoxarifado da SEMIPI, para destinação após o encerramento do período eleitoral. A presidente Larissa, relata que a DPPI realizou estudo técnico sobre a legalidade da distribuição, e minutou edital de chamamento público voltado às ILPIs para o recebimento de todos os produtos que forem doados para o FIPAR. Relata que o mesmo só pode ser publicado em Janeiro/2027 para posterior classificação e destinação dos bens. A comissão discute a importância deste trabalho, e, inclusive, a captação de novas destinações. **Parecer da Comissão:** aprovado a manutenção dos itens armazenados em almoxarifado da SEMIPI, para destinação após o encerramento do período eleitoral, cumpridas às prerrogativas legais. **Parecer do CEDIPI:** aprovado o parecer da comissão. **5.5) Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais: 5.1 – Monitoramento do ARCPF (atualizado em 26/05/2026).** Os dados referentes ao andamento das certidões emitidas de ARCPFs até o momento são: ARCPFs emitidos: 396 municípios. Municípios que não possuem ARCPF: três municípios listados abaixo: **1- Lidianópolis:** Não há protocolo encaminhado pela gestão municipal. A equipe da DPPI/SEMIPI tem realizado contatos e orientação ao município sobre a importância da Certidão do ARCPF. Contato em 13/01/2026 – município informou estar com documentação pronta para ser deliberada nos próximos dias pelo CMDPI. Contato em 09 de abril - a técnica da gestão municipal ficou de verificar e dar um posicionamento. Contato em 17 de abril - sem retorno do município.

Contato em 04 de maio – município informou que ainda não tem CNPJ e assim que o fizerem, abrirão o protocolo. **2-Santa Maria do Oeste:** Não há protocolo encaminhado pela equipe municipal. A equipe da DPPI/SEMIPI tem realizado contatos e orientação ao município sobre a importância da Certidão do ARCPF. Contato em 13/03/2026 – município informou estar sem conselho ativo e sem CNPJ mas com pretensão de regularizar ainda neste ano de 2026. Contato em 17 de abril – equipe da DPPI/SEMIPI aguarda retorno. Contato em 27 de abril – equipe da DPPI/SEMIPI aguarda retorno. Contato em 04 de maio - técnica da gestão municipal justificou sua ausência e informou que nas próximas semanas abrirão o protocolo com os documentos. Contato em 26 de maio – equipe da DPPI/SEMIPI aguarda retorno. **3- Ortigueira:** Protocolo analisado em 09 de abril. Protocolo nº: 25.477.545-2. ANÁLISE TÉCNICA DA DPPI/SEMIPI: **Em relação ao Controle Social – Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI):** Constata-se a apresentação parcial de documentos relacionados à instituição do Conselho, com indicação de publicação de atos oficiais. Contudo, não há comprovação integral dos requisitos de funcionamento, especialmente no que se refere à: • Lei de criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI); • Apresentação do ato de nomeação dos conselheiros (Decreto) devidamente formalizado; • Declaração formal do cumprimento dos requisitos de funcionamento do Conselho (CMDPI). Tais elementos são essenciais para a validação do controle social democrático e deliberativo, conforme preconiza o sistema de garantia de direitos. **Em relação à Gestão Financeira – Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDPI):** Verifica-se a indicação de existência do Fundo e respectiva publicação de lei, bem como apresentação de comprovante de inscrição no CNPJ. Entretanto, não foram apresentados documentos que comprovem: • a regulamentação do Fundo por ato normativo específico (Decreto); • a publicação do referido ato; • a efetiva operacionalização do Fundo, mediante declaração formal de funcionamento. A ausência desses elementos compromete a comprovação da capacidade de gestão financeira descentralizada, condição indispensável para o cofinanciamento e execução de recursos no modelo fundo a fundo. **Em relação ao Planejamento – Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:** Foi identificada a apresentação de resolução do Conselho que aprova o Plano Municipal, bem como sua publicação oficial. Todavia, não foi possível verificar, a partir da documentação apresentada o seguinte: • Apresentação do ato de regulamentação do Fundo (Decreto);

• Comprovante de publicação do ato de regulamentação do FMDPI (diário eletrônico ou jornal); • Lei de criação do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (FMDPI); Tal situação fragiliza a validação do planejamento estratégico da política pública, podendo indicar insuficiência na institucionalização do instrumento. **CONCLUSÃO TÉCNICA DA DPPI/SEMIPI sobre o município de Ortigueira:** Diante da análise realizada, verifica-se que o município de Ortigueira ainda não atende integralmente aos requisitos necessários para emissão do ARCPF, em especial no que se refere à estruturação e operacionalização do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, bem como à comprovação do funcionamento regular do Conselho e à consistência do Plano Municipal. A ausência desses elementos compromete os princípios da gestão descentralizada, participação social e planejamento público, inviabilizando, neste momento, a certificação da regularidade. Portanto, encaminhou-se diligência via e-mail, com solicitação de complementação documental e regularização das pendências identificadas, como condição para reanálise e eventual emissão do ARCPF. E-mail da DPPI foi enviado em 09 de abril de 2026. Além disso, a equipe da DPPI orientou por telefone a assessora técnica da gestão municipal que, em 04 de maio de 2026, disse providenciar a documentação o quanto antes. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEDIPI:** Ciente. **5.2 – Ciência do Ofício Circular para informe aos municípios sobre a plataforma Longeviver/link de perfil: Relato:** A Secretaria Executiva do CEDIPI expediu o Ofício Circular nº 005/2026 – CEDIPI/PR que trata do Formulário de Levantamento de Necessidades de Capacitação para Conselheiros Estaduais e Municipais. A iniciativa, disponibilizada por meio da Plataforma Longeviver, com o apoio do Itaú Viver Mais, tem como objetivo identificar os temas que os conselheiros da pessoa

idosa no Paraná gostariam de aprofundar e conhecer melhor, de modo a subsidiar o planejamento de ações formativas mais adequadas às demandas identificadas. Nesse sentido os Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa tem até o dia 03 de junho de 2026 para realizarem o preenchimento no sistema. Ofício Circular nº 005.2026 -Formulário de Capacitação dos Conselheiros Estaduais e Municipais – 1.pdf. **Parecer da Comissão:** Ciente. **Parecer do CEDIPI:** Ciente. **5.3 – Solicitação de pauta do Conselheiro Marcos Juncker – Capacitação Presencial dos Conselheiros Estaduais – Fortalecimento da atuação e suporte aos CMDPIs: Relato:** Inclusão de pauta para o planejamento e execução de uma Capacitação Presencial destinada exclusivamente aos Conselheiros Estaduais do CEDIPI-PR, a ser realizada no início do segundo semestre de 2026. "A justificativa para esta formação baseia-se na necessidade de instrumentalizar este colegiado estadual para o cumprimento das metas desta gestão: - Liderança e Referência: Para que a Comissão de Acompanhamento aos CMDPIs cumpra seu papel, os conselheiros estaduais precisam dominar as normas e fluxos de fiscalização, servindo como a principal fonte de orientação para os municípios. - Monitoramento de Investimentos e Obras: Com o avanço de obras e repasses para a rede de atendimento, é vital que o conselheiro estadual tenha pleno entendimento técnico para orientar os conselhos municipais na criação de suas próprias comissões de acompanhamento. - Combate à Vacuidade nas Reuniões Municipais: Identificamos que muitos CMDPIs não possuem comissões internas, o que esvazia o debate sobre políticas públicas. O conselheiro estadual capacitado será o agente multiplicador que instruirá os municípios sobre como estruturar comissões de Normas, Fiscalização e Políticas Públicas. - Eficiência Técnica: A capacitação presencial permitirá que este conselho estadual unifique o entendimento sobre o que deve ser discutido em reunião, garantindo que as pautas enviadas aos municípios reflitam as necessidades reais da pessoa idosa. Em suma, propõe-se que o CEDIPI-PR se fortaleça internamente para que possamos, com autoridade técnica e política, auxiliar os conselhos municipais a superarem suas dúvidas e estruturarem suas comissões de trabalho." Nesse sentido, cabe complementar sobre as capacitações realizadas nesta gestão, com a participação dos conselheiros estaduais, sendo: **Capacitações em 2025: -** Encontro Estadual Cuida Mais Paraná (abril/2025). - Formação do Programa Cidade Amiga da Pessoa Idosa, promovida pela OPAS/OMS. Dra. Cristina Hoffman (julho/2025). - 8ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (Outubro/2025). - II Encontro Cuida Mais Paraná (novembro/2025). **Lives de 2025:**

Data	Temática
12/03/2025	PARANÁ AMIGO DA PESSOA IDOSA – Diálogo Sobre as Conferências dos Direitos da Pessoa Idosa
09/04/2025	Live Orientativa – 8ª Conferência Estadual
29/04/2025	Live CEDIPI – Diálogo sobre o Processo Conferencial e Eleitoral.
13/05/2025	Live Orientava – Paraná Amigo da Pessoa Idosa
02/06/2025	Live Orientava – Carteira da Pessoa Idosa
16/06/2025	Live – Paraná Amigo da Pessoa Idosa JUNHO VIOLETA
16/06/2025	Live – Paraná Amigo da Pessoa Idosa – Diálogo sobre: Del nº 024/2025 e Res. nº 025/2025 – Obras e Reformas
07/07/2025	Live – Paraná Amigo da Pessoa Idosa – Diálogo sobre: Conferências dos Direitos da Pessoa Idosa.
21/07/2025	Live – Paraná Amigo da Pessoa Idosa – Diálogo sobre: Viaja+60
07/09/2025	Live – 8ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa
05/11/2025	Live Orientativa – Cuida + Paraná e UNAPI: Del nº 048/2025 e Del nº 049/2025
27/11/2025	Live – Diálogo sobre: Das primaveras aos novembros azuis, a saúde do homem
05/12/2025	Diálogo sobre: Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa

Capacitações em 2026: - III Seminário Paraná Amigo da Pessoa Idosa – Políticas do Cuidado, Cooperação Internacional e Boas Práticas para o Envelhecimento (Março/2026); - Fórum Internacional e Reuniões Descentralizadas CEDIPI – Pato Branco – (Março/2026); - Tramitação da capacitação com parceria com o Itaú; - Webinário Junho Violeta. **Lives de 2026:**

Data	**Temática**
23/02/2026	Diálogo sobre: Paraná Amigo da Pessoa Idosa
09/03/2026	Dialogando sobre o Paraná Amigo da Pessoa Idosa Tema: Novas Deliberações
16/03/2026	Dialogando sobre o Paraná Amigo da Pessoa Idosa | Cadastro de Cuidadores Familiares

Parecer da Comissão: Solicitar à SEMIPI a construção de plano de capacitação conjunto SEMIPI/CEDIPI por meio de abertura de protocolo. O conselheiro Marcos sugere a capacitação dos conselheiros sobre seu papel diante do conselho e que essa capacitação seja um dia posterior a plenária, a fim de minimizar os custos. **Parecer do CEDIPI:** Aprovado o parecer da comissão. **5.4 – Elaboração do Plano de Trabalho e apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa / Envio de Oficio Circular para os CMDPIs contemplados com a Deliberação de Obras: Relato:**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Considerando a necessidade de compreender a realidade municipal no processo de monitoramento e acompanhamento da execução das obras financiadas, sugere-se o envio de ofício aos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPIs, com a finalidade de realizar o acompanhamento das obras em seus respectivos municípios, verificando os recursos recebidos, o estágio de execução e eventuais dificuldades identificadas. Sugere-se, ainda, que os municípios retornem ao CEDIPI/PR com as informações e tratativas realizadas no âmbito municipal relacionadas ao acompanhamento e fiscalização das referidas obras, visando subsidiar as ações de monitoramento e deliberação deste Conselho. Teor do Ofício para aprovação: ‘’Cumprimentando-os(as) cordialmente, o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná – CEDIPI/PR, no uso de suas atribuições regimentais, vem por meio deste solicitar aos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa que informem sobre o acompanhamento realizado das obras executadas no âmbito do município, oriundos da Deliberação nº 024/2025/CEDIPI/PR. Nesse sentido, solicita-se, informem sobre o acompanhamento das obras nos municípios, com a finalidade de verificar os recursos recebidos, o estágio de execução e eventuais dificuldades identificadas no decorrer da implementação. Ainda, requer-se informações acerca das tratativas, providências e ações desenvolvidas no âmbito municipal relacionadas ao acompanhamento e fiscalização das referidas obras, visando subsidiar as ações de monitoramento, avaliação e deliberação deste Conselho, bem como fortalecer o controle social e a adequada aplicação dos recursos públicos. Ressalta-se que o acompanhamento pelos Conselhos Municipais constitui importante instrumento de controle social, transparência e fortalecimento da política pública da pessoa idosa. Sendo o que se apresenta para o momento, permanecemos à disposição para dirimir dúvidas. ‘’ Listagem dos municípios para envio do Ofício: Obras Pessoa Idosa 25.05.2026.ods **Parecer da Comissão:** A comissão aprova o teor do Ofício para envio aos municípios contemplados com a Deliberação de obras, complementando que o CMDPI indique 1 ou 2 pessoas para fazer o acompanhamento sobre a execução das obras e que esse acompanhamento seja realizado por meio de relatório. **Parecer do CEDIPI:** aprovado o parecer da comissão. **6) Relato das Comissões Temporárias: 6.1 – Comissão Temporária de Revisão do Regimento Interno. 5.1 Revisão do Regimento Interno.** Esta comissão reuniu-se em 27 de abril de 2026, ocasião em que o Regimento Interno foi revisto até o capítulo que dispõe da Secretaria Executiva. A Conselheira Fernanda Salles registra a importância da aprovação deste documento ocorrer posteriormente à aprovação da lei que institui a política estadual, na comissão de normas e fiscalização, considerando que a mesma embasa este regimento. **Documento em análise:** (NÃO APAGAR) PROPOSTA DE REGIMENTO CEDIPI - EM EDIÇÃO **Parecer da comissão:** A comissão aprova os seguintes encaminhamentos: 1. A revisão final do documento pela DPPI/SEMIPI até 14 de maio, e posterior envio no grupo da comissão para contribuições até 20 de maio. 2. Próxima reunião agendada para dia 21 de maio das 10h às 12h, para revisão final, e discussão da metodologia de divulgação ao Plenário. 3. À Mesa Diretora: a definição de data para reunião de aprovação do regimento interno, considerando a convocação prévia de 48 horas. **Parecer do CEDIPI:** Aprovado o parecer da comissão. **5.2 Revisão da Deliberação nº 013/2020/CEDIPI/PR – Banco de Projetos do FIPAR. Parecer da comissão:** A comissão aprovou os seguintes encaminhamentos: 1. Solicitar à DPPI/SEMIPI que realize análise técnica e jurídica da Deliberação para apresentação na próxima reunião com sugestão de minuta atualizada, para embasar as discussões na comissão. 2. Inclusão de pauta na próxima reunião de deliberação que estabeleça fluxo para apresentação de projetos governamentais. **Parecer do CEDIPI:** aprovado o parecer da comissão. **6.2 – Comissão Temporária às ILPIs – 6.1 – Resposta do Protocolo nº 22.867.883-0, referente ao PL 4340/2023 – Cria o Programa Nacional de Apoio às Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPIs) e dá outras providências. Relato:** Na reunião da Comissão de Acompanhamento às Instituições de Longa Permanência, realizada em 09/09/2024, foram aprovadas sugestões de manifestação do CEDIPI ao CNDPI e à Secretária Leandre Dal Ponte sobre o Projeto de Lei nº 4.340/2023, especialmente quanto ao §2º do art. 1º, referente à transferência de recursos sem exigência de regularidade fiscal das ILPIs, e ao art. 3º, relativo à utilização de recursos do Fundo Nacional do Idoso. Também foi sugerida a adequação do termo “pessoa idosa”, conforme a Lei nº 14.423/2022. O Ofício nº 053/2024 foi enviado em 07/10/2024 e respondido em 09/01/2026 pela SEMIPI, por meio da Diretoria de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa (DPPI). A análise reconheceu a relevância social da proposta e sua consonância com o Estatuto da Pessoa Idosa, apontando ressalvas quanto à dispensa de regularidade fiscal prevista no projeto, mas manifestando-se favoravelmente à utilização dos recursos do Fundo Nacional do Idoso, desde que observadas as normas legais e a deliberação dos conselhos gestores. Foi informado ainda que o projeto já havia sido aprovado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e seguia em análise na Comissão de Finanças e Tributação. Por fim, o protocolo foi encaminhado ao CEDIPI para ciência e apresentação em reunião do colegiado. PL-4340-2023.pdf Processo_22.867.883-0_1.pdf (Data do protocolo: 03/10/2024 – 21/01/2026). **Parecer da comissão:** Para que os conselheiros possam se apropriar dos conteúdos referentes à pauta, esta será encaminhada para deliberação na próxima reunião da comissão. **Parecer do CEDIPI:** Aprovado o parecer da comissão. **6.2 – Resposta do Protocolo nº 22.867.607-1 – referente a solicitação de apreciação e manifestação sobre PL no 3512/2023. Relato:** Foi encaminhado um ofício do CEDIPI ao CNDPI e à SESA para manifestação sobre o PL nº 3512/2023, que propõe o reconhecimento das ILPIs como entidades das áreas da saúde e da assistência social. O CNDPI informou que o tema seria pautado em plenária, enquanto o ofício encaminhado à Vigilância Sanitária resultou em manifestação técnica da SESA. Na análise realizada pela Divisão de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa e pela Diretoria de Atenção e Vigilância em Saúde, foi reconhecida a importância do debate sobre a integração entre saúde e assistência social nas ILPIs, considerando o perfil de fragilidade e complexidade das demandas dos residentes. Contudo, destacou-se que as ILPIs já são reconhecidas como equipamentos da assistência social e que o atendimento em saúde é garantido pelo SUS, especialmente pela Atenção Primária. A manifestação técnica apontou ainda que a reclassificação das ILPIs como serviços de saúde pode gerar impactos estruturais, regulatórios e financeiros significativos, incluindo aumento de custos operacionais, necessidade de adequação às normas sanitárias e risco de inviabilidade para instituições filantrópicas. Também foi ressaltada a preocupação com a possível descaracterização da função social das ILPIs, historicamente voltadas ao acolhimento e convivência. Os pareceres técnicos recomendaram cautela na

tramitação da proposta e reforçaram a necessidade de ampliação do debate entre gestores, conselhos e órgãos envolvidos, a fim de garantir avanços na proteção dos direitos da pessoa idosa sem comprometer a sustentabilidade das ILPIs. PL n. 3512-2023.pdf Processo_22.867.607-1_1.pdf (Data do protocolo: 03/10/2024 – 03/02/2025). **Parecer da comissão:** Fica encaminhado aos conselheiros representantes da SEDEF e do Ministério Público e da SESA para fazer uma reunião para discutir a pauta e entregar um parecer técnico sobre o assunto, tanto na visão da política da assistência quanto da política da saúde tanto para a próxima reunião desta Comissão de Acompanhamento às ILPIs quanto na Comissão de Políticas Públicas, para que o CEDIPI construa um documento técnico sobre a temática da pauta. **Parecer do CEDIPI:** Aprovado o parecer da comissão. **6.3 – Ofício nº 051/2024 – COEDE/PR – protocolo nº 22.299.462-4 Ofício encaminhado para discussão da Recomendação Administrativa nº 05/2022. Relato:** O Ofício nº 051/2024 – COEDE/PR trata da discussão da Recomendação Administrativa nº 05/2022, instaurada para acompanhar a concessão de licenças e alvarás provisórios para funcionamento de Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPIs) no município de Maringá. O procedimento identificou irregularidades sanitárias, estruturais e relacionadas à garantia de direitos das pessoas idosas, além da prática de autorizar o funcionamento das instituições antes do cumprimento integral das exigências legais. Diante disso, o Ministério Público recomendou que o funcionamento das ILPIs ocorra somente após a emissão de alvará definitivo, mediante prévia inspeção sanitária e atendimento das exigências legais, além da criação de fluxo intersetorial para licenciamento e fiscalização. A Vigilância Sanitária já havia elaborado parecer sobre o tema, ressaltando a impossibilidade de concessão de alvará provisório sem afronta à legislação sanitária vigente. As análises técnicas da SESA reforçaram que o funcionamento irregular das ILPIs representa risco à saúde e violação de direitos das pessoas acolhidas. O Município de Maringá apresentou o fluxo de licenciamento sanitário adotado, contemplando aprovação de projeto arquitetônico, autoavaliação institucional e inspeção sanitária prévia. O Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR) deliberou pelo encaminhamento das informações ao COEDE/PR e pela continuidade do acompanhamento junto à Vigilância Sanitária Estadual. Posteriormente, o COEDE/PR solicitou à SESA informações atualizadas sobre a regularidade das ILPIs no Paraná, incluindo número de instituições cadastradas, inspeções realizadas e licenças sanitárias emitidas, com base no ano de 2024. Ofício 051- Recomendação Administrativa n° 05.2022..pdf. 2 -[Anexo] Recomendação Administrativa - 14ª PJ de Maringá (1) (2).pdf. Processo_21.994.573-6_1.pdf (Data do protocolo: 09/04/2024 – 16/05/2025). Processo_22.299.462-4_1.pdf (Data do protocolo: 06/06/2024 - 01/08/2024 — arquivado em 06/08/2025). **Parecer da comissão:** Ciente. **Parecer do CEDIPI:** Ciente. **6.4 – Atuação da Secretaria de Estado da Cultura nos territórios - promoção cultural aos municípios paranaenses. Relato:** O presente ponto de pauta foi inserido nesta comissão como sugestão da Vice Presidente Célia, que ao participar do Comitê do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, foi identificada uma experiência conduzida pela Secretaria de Estado da Cultura que desenvolve diversas ações com pessoas idosas no município de Curitiba. A proposta trata de articular, junto à Secretaria da Cultura, a ampliação de iniciativas culturais já desenvolvidas, como atividades de leitura, visitas e outras ações de promoção cultural para os todos os municípios paranaenses. **Parecer da comissão:** A secretaria executiva do CEDIPI/ PR enviará um ofício à SEEC solicitando informações quanto aos projetos de acessibilidade culturais destinadas à pessoa idosa, para que possa ser passado para reunião do CEDIPI/PR. **Parecer do CEDIPI:** Aprovado o parecer da comissão. **6.5 – Fortalecimento do vínculo município - ILPI e fiscalização das equipes técnicas. Relato:** Essa pauta veio por sugestão do conselheiro Marcos Aparecido Juncker, uma vez que a proposta foca na garantia de que a pessoa idosa não perca sua referência comunitária e familiar após a institucionalização, além de assegurar que as ILPIs Mantenham padrões técnicos e adequados através da supervisão das equipes de cuidado. Proposições: 1.Protocolo de co-responsabilidade e vínculo territorial: - Vínculo com o Município de Origem: Estabelecer que a institucionalização não rompe com a responsabilidade do município de origem, que deve realizar visitas técnicas periódicas à pessoa idosa na instituição de acolhimento. Gestão compartilhada do cuidado: Implementação de prontuário compartilhado entre CRAS/CREAS e ILPI para construção conjunta do Plano Individual de Atendimento (PIA). Combate ao Abandono: Responsabilização do município pela viabilização do transporte e apoio aos familiares para visitas regulares à pessoa idosa. 2. Fiscalização da qualificação profissional: Cobrança de capacitação: Incluir nos protocolos de visita da comissão a verificação obrigatória de certificados de capacitação dos cuidadores. Monitoramento de equipes: cobrar das instituições a comprovação de que seus profissionais possuem formação adequada para o manejo humanizado e técnico, conforme as normativas vigentes. **Parecer da comissão:** As conselheiras representantes da SEDEF farão uma apresentação, na próxima reunião desta comissão, sobre o acompanhamento técnico das ILPIs que são feitos tanto pela SEDEF quanto pelo CEAS, dentro da política da assistência social, bem como é feita a construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) assim como fortalecimento de vínculos e demais acompanhamentos técnicos na garantia de direitos das pessoas idosas residentes em ILPIs. **Parecer do CEDIPI: Aprovado o parecer da comissão. 6.6 – Caráter híbrido das ILPIs - Assistência Social (SUAS) e Saúde (SUS) e acompanhamento da temática das ILPIs no Governo Federal. Relato:** Pauta sugerida pela conselheira Fernanda da Rocha Salles. Foi apresentado um ofício da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, por meio da Vigilância Sanitária, reforçando a obrigatoriedade de cadastramento e atualização anual das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) no sistema GEIS (Gestão de Estabelecimentos de Interesse à Saúde), desenvolvido pela SESA. O documento fundamenta-se nos arts. 444 e 446 do Decreto Estadual nº 5.711/2002, que definem os estabelecimentos de interesse à saúde e determinam seu cadastramento junto à vigilância sanitária estadual ou municipal. A comunicação ressalta que as ILPIs, em razão dos serviços prestados e dos possíveis impactos à saúde da população acolhida, devem manter sua regularidade cadastral perante os órgãos competentes. No mesmo assunto, foi compartilhada notícia divulgada pela Agência Câmara de Notícias acerca da aprovação, pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados, de proposta legislativa que prevê maior integração entre as ILPIs e as políticas públicas de saúde e assistência social. A proposta, vinculada ao programa “ILPIs – Acolher, Cuidar e Humanizar”, prevê ações de fortalecimento da articulação entre SUS e SUAS, qualificação dos serviços ofertados, capacitação de profissionais, estruturação das instituições e possibilidade de repasse de recursos

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

públicos da saúde para ILPIs públicas e privadas sem fins lucrativos. Também foi informado que os Projetos de Lei nº 3456/2024 e nº 3969/2024 seguem em tramitação no Congresso Nacional, ainda pendentes de análise pelas Comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania. **Ofício:** oficio 822026 – sms.pdf **Link de acesso à notícia:** Comissão aprova integração de saúde e assistência social em instituições de longa permanência para idosos - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados **Parecer da comissão:** A comissão está ciente e fará o acompanhamento das atualizações das legislações referentes ao caráter híbrido (SUS e SUAS) das ILPIs, bem como será atualizado o cadastramento no sistema GEIS dentro do conteúdo que será apresentado pela SEDEF e pelo CEAS no segundo ponto de pauta desta reunião. **Parecer do CEDIPI:** Aprovado o parecer da comissão. **6.7 - Cooperação Mesa Brasil. Relato:** Foi firmada uma parceria institucional entre a Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa — SEMIPI e o Serviço Social do Comércio — SESC/PR através do Termo de Cooperação Técnica nº 005/2026, com o objetivo de promover a mobilização e o cadastramento de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) da região de Irati no Programa SESC Mesa Brasil. A parceria busca fortalecer a rede de apoio alimentar e socioassistencial às pessoas idosas acolhidas nas instituições participantes. O acordo prevê que a SEMIPI atue na articulação e apoio às ILPIs, enquanto o SESC/PR ficará responsável pelas visitas técnicas, validação dos cadastros e operacionalização da coleta e distribuição de alimentos excedentes próprios para consumo. Também estão previstas ações socioeducativas nas áreas de nutrição e serviço social, visando qualificar os serviços prestados pelas instituições e contribuir para a melhoria do atendimento às pessoas idosas acolhidas. As ações do projeto já foram iniciadas junto às instituições que apresentaram a documentação necessária, restando pendente, neste momento, o envio dos documentos por algumas ILPIs, para dar continuidade aos encaminhamentos. **Parecer da comissão:** Ciente. **Parecer do CEDIPI:** Ciente. **6.8 - Alinhamento sobre a Instituição de Longa Permanência de Moreira Sales/PR. Relato:** A situação está sendo tramitada por meio do protocolo 25.557.969-0 (apensado ao protocolo nº 25.544.461-1) encaminhado ao Conselho Estadual de Assistência Social e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família, para providências e manifestações. Nesse sentido, a Divisão de Proteção Social Especial, por meio da Informação Técnica nº 127/2026, orientou: '' Em atenção ao Despacho n° 029/2026 do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR), que encaminha a esta Divisão de Proteção Social Especial (DPSE) o Ofício n° 023/2026 do Conselho Estadual dos Direitos Pessoa Idosa (CEDIPI/PR), informa-se: O referido ofício trata da situação da Instituição de Longa Permanência Lar dos Velhinhos São João Batista do município de Moreira Sales, que hoje acolhe 36 pessoas idosas provenientes de Moreira Sales e de municípios próximos, quais sejam, Goioerê, Assis Chateubriand, Juranda, Tapejara, Alto Piquiri, Umuarama e Mariluz. Verificou-se que o Município de Moreira Sales, responsável pela demanda de 22 idosos acolhidos na instituição, optou pela não renovação do instrumento contratual vigente, resultando em uma interrupção dos repasses financeiros há dois meses. Adicionalmente, identificou-se a presença de idosos provenientes de Goioerê, Assis Chateaubriand e Juranda em situação de acolhimento sem a devida formalização de convênios, cenário este que sinaliza um risco iminente à continuidade da prestação dos serviços e, consequentemente, à integridade e proteção social dos usuários sob cuidado institucional. Diante do exposto, cumpre salientar que a responsabilidade pela garantia da proteção social às pessoas idosas acolhidas recai sobre as respectivas gestões municipais de origem, às quais compete adotar, com a devida celeridade, as providências necessárias à regularização da situação, de modo a prevenir eventuais violações de direitos. Verifica-se, contudo, que os elementos constantes nos documentos encaminhados são insuficientes para uma compreensão mais aprofundada das motivações que levaram o Município de Moreira Sales a não renovação do instrumento contratual, bem como para o adequado esclarecimento acerca da regularidade administrativa dos acolhimentos provenientes dos demais municípios mencionados. Ressalta-se, por fim, que, até o presente momento, não há registro formal de violação de direitos no âmbito do atendimento prestado, sem prejuízo da necessidade de acompanhamento e apuração mais detalhada da situação. Assim, considerando a denúncia realizada pelo CEDIPI/PR, recomenda-se ao Núcleo Regional de Campo Mourão que encaminhe ofício a Órgão Gestor de Assistência Social e ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do município de Moreira Sales/PR, a fim de que sejam prestadas informações acerca de aspectos relevantes, especialmente quanto: (i) ao registro da entidade junto ao CMAS; (ii) à existência de manifestação formal daquele Conselho acerca da situação descrita; (iii) às providências eventualmente adotadas no âmbito da política de assistência social. É a informação. '' Nesse sentido, a orientação foi proferida ao município por meio do Núcleo Regional de Campo Mourão, onde o município de Moreira Sales retornou por meio do Ofício nº 053/2026, com a seguinte informação: ''A Secretaria Municipal de Assistência Social, neste ato representada por sua secretária Senhora Letícia Bernardes dos Santos vem por meio deste prestar esclarecimentos quanto a informação técnica n°127/2026 DPSE/CPAS/SEDEF; Item (i) segue em anexo registro da Instituição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social CMAS; (ii) não existe documento com a manifestação formal por parte do conselho quanto a demanda apresentada, existem atas de reuniões onde o assunto foi exposto aos conselheiros para que tivessem conhecimento da situação; (iii) as providencias tomadas foram tentativas de intermediações entre as respectivas partes para que fossem acordados os valores, e que a renovação do contrato fosse feita, visando sempre pelo bem estar dos idosos que hoje encontra-se acolhidos com vínculos na instituição, houve também estudos psicossociais com intuito de saber o histórico de cada idoso acolhido, histórico dentro de unidade, e existência de familiares no município; Ressaltamos que o convênio foi devidamente formalizado, renovou-se o contrato entre o município de Moreira Sales e a instituição Lar dos Velhinhos São João Batista, cessando por fim o impasse.'' Por fim, informa-se que a temática está sendo analisada na Comissão de Normas e Fiscalização e na Comissão de Políticas Públicas e Comunicação. Processo_25.557.969-0_1.pdf **Parecer da comissão:** Ciente **Parecer do CEDIPI:** Ciente. **INCLUSÃO DE PAUTA: 6.9 - Nova deliberação para ILPIs. Relato:** A comissão debateu o cenário das Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPIs) no Paraná, diante do aumento da demanda por institucionalização, da necessidade de fortalecimento do cofinanciamento e da qualificação dos serviços. Foi destacado o crescimento significativo das filas de espera nas instituições, associado ao envelhecimento populacional, bem como a importância de ampliar estratégias de prevenção e cuidado

domiciliar para evitar institucionalizações desnecessárias. Durante a reunião, foi apresentado panorama das deliberações 016/2022 — Incentivo à ILPIs e 033/2024 — Incentivo Cuida Mais Paraná Acolhimento do CEDIPI/PR voltadas às ILPIs, especialmente quanto à baixa execução dos recursos repassados aos municípios. A equipe técnica informou que parte significativa dos recursos permanece sem utilização, havendo municípios com mais de 100% do valor ainda disponível em conta, demonstrando ausência de movimentação financeira. Também foi ressaltada a necessidade de aprimorar o monitoramento das deliberações, compreender as dificuldades enfrentadas pelos municípios e fortalecer a articulação com conselhos municipais, Ministério Público e gestores locais. Foi proposta a construção de um plano de monitoramento das deliberações vigentes, com possibilidade de orientações técnicas, solicitações de informações aos municípios e visitas in loco, visando identificar entraves na execução dos recursos destinados às ILPIs. A comissão também discutiu a importância da capacitação de gestores e conselhos municipais sobre utilização dos fundos e prestação de contas, diante das dificuldades relatadas pelos municípios. Além disso, foram debatidas estratégias complementares à institucionalização, como o fortalecimento do Programa Bolsa Cuidador Familiar, iniciativas de acolhimento familiar para pessoas idosas, programas de família acolhedora e família extensa, bem como a necessidade de conhecer experiências exitosas de outros estados, como a central de vagas para ILPIs implantada no Piauí. A SEMIPI informou ainda que está em elaboração proposta de formação voltada às ILPIs e aos cuidadores, com foco no cuidado de longa duração, por meio de parceria em construção com organização especializada na área. Também foi ressaltada a importância de ampliar o diagnóstico sobre a oferta de vagas, a situação das ILPIs e as demandas relacionadas ao envelhecimento populacional no Estado. Relatório 01.pdf MONITORAMENTO FIPAR 162022 e 0332024_atulia maio2026.xls **Parecer da comissão:** A comissão aprova os seguintes encaminhamentos: 1. Solicitar à equipe técnica da SEDEF a apresentação de panorama atualizado sobre vagas institucionalizadas, parcerias e ações voltadas às ILPIs; 2. A SEMIPI vai elaborar proposta de plano de monitoramento das deliberações vigentes relacionadas às ILPIs, para apresentação nas próximas reuniões do CEDIPI/PR, fazendo um levantamento e acompanhamento dos municípios com baixa ou nenhuma execução dos recursos destinados às ILPIs; 3. A promotora Mariana trará a experiência externa da central de vagas para ILPIs implantada no Piauí; 4. Solicitar a SEDEF que apresente um mapeamento das experiências e programas relacionados ao acolhimento familiar, família extensa e outras modalidades de cuidado para pessoas idosas; 5. Aguardar o retorno da SEMIPI quanto à possibilidade de formação para as ILPIs ainda no segundo semestre de 2026, para promover ações de orientação e capacitação para gestores e conselhos municipais sobre utilização de recursos dos fundos e execução das deliberações; 6. Inclusão da pauta como ponto permanente. **Parecer do CEDIPI:** aprovado o parecer da comissão. **6.3 – Comissão Temporária de Monitoramento do Plano Estadual: Pauta Permanente. 1.1 Definição do (a) Relator (a) e Coordenador (a) da comissão: Parecer da Comissão:** A comissão encaminhou pela definição na próxima reunião com quórum mínimo. **Parecer do CEDIPI:** aprovado o parecer da comissão. **1.2 – Prorrogação do Plano Estadual.** Os técnicos João Toledo e Yasmin Lima apresentaram o processo de monitoramento do II Plano Estadual, atualmente desenvolvido no âmbito do Comitê Gestor do PAPI. Na ocasião, contextualizaram as metas previstas no plano e os respectivos responsáveis por sua execução. Além disso, abordaram o processo de construção do próximo plano, destacando as etapas e perspectivas para sua elaboração. O 2º Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná (PEDPI) tem vigência de 2020 a 2023 e foi elaborado para orientar as políticas públicas voltadas à população idosa no Estado. Seu objetivo central é garantir e ampliar os direitos das pessoas idosas, promovendo participação social, proteção e qualidade de vida, em conformidade com o Estatuto da Pessoa Idosa e a Política Nacional da Pessoa Idosa. São os principais objetivos do plano: - Fortalecer as políticas de saúde voltadas ao envelhecimento saudável. - Ampliar a proteção social por meio das políticas de assistência social e previdência. - Promover melhores condições de moradia e transporte para a população idosa. - Incentivar o acesso à cultura, esporte e lazer. - Garantir o direito à educação e à inclusão social. - Combater a violação de direitos e todas as formas de violência contra a pessoa idosa. - Fortalecer os Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa e os mecanismos de controle social das políticas públicas. O plano foi aprovado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Paraná (CEDI-PR) e sua revisão recebeu aprovação por meio da Deliberação Ad Referendum nº 007/2021, publicada em 28 de maio de 2021 (com publicação oficial em 1º de junho de 2021). O plano busca assegurar os direitos da pessoa idosa no Paraná por meio de ações integradas nas áreas de saúde, assistência social, educação, moradia, transporte, cultura e proteção contra violações de direitos. 2o._plano_estadual_pessoa_idosa_web.pdf **Parecer da Comissão:** a comissão aprova a Deliberação nº 024/2026 - Aprova a Prorrogação do Plano Estadual e da ciência ao material apresentado pela gestão. **Parecer do CEDIPI:** Ciente, a plenária aprova a Deliberação nº 024/2026 – Aprova a Prorrogação do Plano Estadual. **7) Encerramento:** e nada mais havendo a tratar a presidente Larissa Marsolik e Vice-presidente Célia de Paula agradecem a participação de todos os presentes. Ata redigida pela secretária executiva Nancy Regina Shen.

88774/2026

Secretaria do Planejamento

Despacho n.º 255/2026 – GS/SEPL

Curitiba, 3 de julho de 2026.
Assunto: Autorização para teletrabalho.
e-Protocolo: 26.122.811-4
Trata-se o presente de Formulário de Manifestação de Interesse (mov. 02) promovido pela servidora ELLEN KAROLINA DA SILVA VASCONCELOS BALLIANA, Agente Profissional, por meio do qual declara interesse em realizar atividade de teletrabalho, ciente do contido na Lei Estadual n.º 19.776/2018.
Considerando o posicionamento apresentado pela Comissão Interna de Gestão de Teletrabalho desta Secretaria de Estado do Planejamento – CIGT/SEPL, por meio da Avaliação da Comissão (mov. 07), a qual destaca que o pleito está de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto Estadual nº 9.879/2021, registrando inobservância de enquadramento do presente caso nas vedações estabelecidas e atendendo aos requisitos da legislação aplicável.
Considerando as disposições da Lei Estadual n.º 19.776/2018, do Decreto Estadual n.º 9.879/2021, da Resolução SEAP n.º 13.718/2022, e em atenção ao Plano de Implementação do Teletrabalho, instituída nesta Secretaria pela Resolução SEPL n.º 058/2024.
AUTORIZO a concessão do regime de teletrabalho à SRA. ELLEN KAROLINA DA SILVA VASCONCELOS BALLIANA, duas vezes por semana, às terças e sextas-feiras até o dia 31 de dezembro de 2026.

Publique-se.

Encaminhe-se ao NRHS/SEPL para as providências necessárias.

ISAC TEIXEIRA DE LIMA
Diretor-Geral/SEPL

88525/2026

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

IPARDES

PORTARIA N. º 039/2026 – IPARDES

O Diretor-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Ipardes, nomeado pelo Decreto n.º 757, de 09 de março de 2023, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 15 do Regulamento do Instituto – Anexo do Decreto n.º 3.203 de 22 de agosto de 2023 e nos termos da Lei n.º 6.407 de 07 de junho de 1973,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Sonia Regina Pereira Correia, CPF 839.XXX.XXX-49, para substituir a servidora Caroline Batista Ribeiro, CPF 048.XXX.XXX-65, como Diretora Administrativo-Financeira, durante seu período de férias (de 13/07/2026 a 22/07/2026).

Art. 2°Tal ato se dará em cumprimento dos artigos 70 a 72 (e seus incisos) da Lei estadual 6174/1970.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, 03 de julho de 2026.

Jorge Augusto Callado Afonso
Diretor Presidente do Ipardes

88668/2026

Secretaria da Saúde

RESOLUÇÃO SESA Nº 803/2026, DE 03 DE JULHO DE 2026.

Habilita os municípios a pleitearem adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas da Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e,

CONSIDERANDO o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.331/2001 (Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

CONSIDERANDO que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

CONSIDERANDO a Resolução SESA n° 1508/2025, que dispõe sobre o incentivo financeiro, vinculado aos Programas da Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a relação de municípios, conforme o Anexo I desta Resolução, para pleitearem a adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas da Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo.

Art. 2º Para receber o Incentivo Financeiro supramencionado, os municípios deverão encaminhar às suas respectivas Regionais de Saúde os documentos elencados no art. 10º da Resolução 1508/2025, via e-Protocolo Digital.

Art. 3º Após análise e aprovada a documentação enviada pelo Gestor Municipal, a SESA editará resolução financeira dos municípios contemplados para o recebimento do recurso, conforme prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 803/2026

MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO INCENTIVO FINANCEIRO DESTINADO A PROVER A INFRAESTRUTURA ADEQUADA AOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS NO ESTADO DO PARANÁ, POR MEIO DO FINANCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS.

RS	MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR
01ª RS	GUARATUBA	FISIOCENTRO PORTE I	R$ 1.900.000,00
17ª RS	LONDRINA	FISIOCENTRO PORTE I	R$ 1.900.000,00
17ª RS	LONDRINA	FISIOCENTRO PORTE I	R$ 1.900.000,00
01ª RS	MATINHOS	FISIOCENTRO PORTE I	R$ 1.900.000,00

88638/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 0801, DE 02 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre indicação de servidor para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Diretor de Regional, 22ª Regional de Saúde, em Ivaiporã, durante as férias da titular.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o disposto na Lei Estadual n° 6174 de 16 de novembro de 1970, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná; e,

- o disposto no art. 154 da Lei Estadual n° 22.207, de 4 de Dezembro de 2024, referente ao Pagamento da Substituição de Cargo em Comissão e Função Comissionada, bem como o contido no protocolado nº **26.161.970-9**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora **PAULA CRYSTIANA FRANCO DE SOUZA**, CPF nº 028.XXX.XXX-57/PR, Enfermeiro, para responder pelo Cargo Comissionado Executivo de Chefe de Seção, Símbolo CCE-5, na 22ª Regional de Saúde, sede em Ivaiporã, desta Secretaria de Estado da Saúde, no período de **01/07/2026** a **10/07/2026**, em substituição, durante a fruição de férias da titular, **SILVIA BOBO TSECHUK**, CPF nº 046.XXX.XXX-60/PR**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado da Saúde

88335/2026

RESOLUÇÃO SESA Nº 0802, DE 02 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a indicação de servidor para responder, em caráter interino e cumulativo, pela função de Diretor da Diretoria Administrativa, no prédio central, em Curitiba.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e considerando,

- o contido no protocolo nº **26.184.943-7**.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor **MARCOS PAULO DO CARMO**, CPF nº 090.XXX.XXX-50/PR, ocupante do cargo de Chefe de Coordenação, para responder, em caráter interino e cumulativo, pela função de Diretor da Diretoria Administrativa, localizada no prédio central, com sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde, a partir de 1º de julho de 2026, até a nomeação do respectivo titular**.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de **1º de julho de 2026**.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado da Saúde

88355/2026

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 25.648.724-1

1. AUTORIZO, com fulcro no art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, parágrafo 3º, do Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 421/2023 - PRC/PGE, a **realização da Contratualização da Santa Casa de Misericórdia de Siqueira Campos**, situada à Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 1563, bairro Centro, cidade de Siqueira Campos, inscrita no CNPJ sob o nº 81.818.973/0001-34, CNES nº 2783797, através de Contrato para Prestação de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares em atenção aos usuários do Sistema Único de Saúde no Estado do Paraná.

2. RECONHEÇO, a situação administrativa ensejada de inexigibilidade de licitação nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, § 2º do Art. 2º da Lei Estadual nº 18.976/2017, através da utilização do credenciamento enquadrado no preceito de que o mesmo objeto pode ser realizado simultaneamente por diversos contratados, conforme arts. 228 e seguintes, especialmente o art. 257, ambos do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

3. A vigência inicial do Contrato será de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná (Art. 405 do Decreto Estadual nº 10.086/2022), podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, mediante autorização da autoridade competente atestando que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração. (Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Art. 406 do Decreto Estadual nº 10.086/2022)

4. O valor mensal estimado para execução do presente contrato importa em R$ 162.697,43 (cento e sessenta e dois mil e seiscentos e noventa e sete reais e quarenta e três centavos), sendo R$ 132.697,43 (cento e trinta e dois mil e seiscentos e noventa e sete reais e quarenta e três centavos) com recursos provenientes do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Transferência proveniente do Governo Federal/Fonte 600, e, R$ 30.000,00 (trinta mil reais) com recursos provenientes do Tesouro Geral do Estado/Fonte 500, totalizando o valor anual de R$ 1.952.369,16 (um milhão, novecentos e cinquenta e dois mil e trezentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos).

5. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

6. Publique-se e encaminhe-se a DCR para as providências

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado da Saúde

88583/2026

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 22.115.436-3 / 25.863.411-0

1. AUTORIZO, com fulcro no Inciso XV, Art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, Art. 8º, Inciso VII, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, parágrafo 3º, Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução PGE nº 203/2020 PGE, de 14 de setembro de 2020, publicado no Diário Oficial nº 10.771 em 16 de setembro 2020, celebrar o Termo de Rescisão ao **Contrato nº 0306.3075/2024** ora firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e o **Hospital Regional de Toledo HRT /Instituto de Desenvolvimento, Ensino e Assistência à Saúde**, inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES nº 4330919, CNPJ nº 06.958.776/0002-86, localizado à Avenida União, 751, Bairro Vila Becker, Município de Toledo – 20 ª RS.

2. O presente Termo tem por objeto a rescisão amigável do Contrato nº **0306.3075/2024**, como faculta o Art. 182, II do Decreto Estadual nº 10.086/2022 c/c ao Art. 138, II da Lei Federal nº 14.133/2021, dando reciprocamente aos signatários de forma irrevogável e irretratável ampla e geral quitação das obrigações assumidas entre as partes em razão do contrato rescindido, a partir da data de assinatura do distrato.

3. A celebração do Termo de Rescisão ao Contrato **0306.3075/2024** se justifica devido a alteração da natureza jurídica e o nº do CNPJ do estabelecimento, após a formalização do contrato em vigência.

4. Publique-se e encaminhe-se a Diretoria de Contratualização e Regulação – DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente*.

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado da Saúde

88577/2026

PORTARIA FUNEAS Nº 524 – 2 DE JULHO DE 2026

Súmula: Exonerações de cargos em comissão da FUNEAS.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 3 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam exonerados "a pedido", de acordo com o inciso I do art. 49-A do Decreto Estadual nº 12.093, de 03 de setembro de 2014:

PAULO ROBERTO MONTEIRO NETO, CPF nº 479.XXX.598-XX, Assessor Nível III, Símbolo CCA-4, Diretoria da Presidência - Procuradoria Jurídica, a partir de 17 de junho de 2026;

RAFAELA LIMA FERREIRA DA LUZ, CPF nº 455.XXX.168-XX, Chefe de Coordenação, Símbolo CCC-3, Hospital Regional de Telêmaco Borba, a partir de 10 de junho de 2026.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º Ficam exonerados, de acordo com o inciso I do art. 49-A do Decreto Estadual nº 12.093, de 03 de setembro de 2014:

ANA CARLA SOARES DE CASTRO, CPF nº 066.XXX.099-XX, Assessora Nível III – Símbolo CCA-4, Hospital Regional de Telêmaco Borba, a partir de 19 de junho de 2026;

JORGE LUIZ DIAS JÚNIOR, CPF nº 043.XXX.499-XX, Chefe de Divisão, Símbolo CCC-2, Diretoria de Infraestrutura - Divisão de Manutenção Predial, a partir de 23 de junho de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 2 de julho de 2026.

(assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **VIVIANE HERRERA UFEMEA**
Diretor Presidente **Diretora Administrativa**

88647/2026

PORTARIA FUNEAS Nº 525 – 2 DE JULHO DE 2026

Súmula: Nomeações para exercer cargos em comissão da FUNEAS.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 3 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia a partir de 8 de julho de 2026, de acordo com o inciso I do art. 49-A do Decreto Estadual nº 12.093, de 03 de setembro de 2014, para exercerem em comissão cargos da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná:
MARCELE CAROLINE MOREIRA MEDEIROS, CPF nº 088.XXX.369-XX, Assessor Nível III – Símbolo CCA-4, Diretoria da Presidência – Procuradoria Jurídica;
MARIANA MENDONÇA RODRIGUES ROCHA, CPF nº 080.XXX.549-XX, Assessor Nível III – Símbolo CCA-4, Hospital Zona Norte de Londrina.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação
Curitiba, 2 de julho de 2026.

(assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **VIVIANE HERRERA UFEMEA**
Diretor Presidente Diretora Administrativa

88648/2026

PORTARIA FUNEAS Nº 526 – 2 DE JULHO DE 2026

Súmula: Nomeia BRUNO MENDES CARESIA, para exercer cargo em comissão da FUNEAS.

O Diretor Presidente da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 17.959 de 11 de março de 2014, pelo Decreto Estadual nº 12.093 de 3 de setembro de 2014 e pelo Decreto Estadual nº 10.373 de 25 de fevereiro de 2022,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 8 de julho de 2026, de acordo com o inciso I do art. 49-A do Decreto Estadual nº 12.093, de 03 de setembro de 2014, para exercer em comissão cargo da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, BRUNO MENDES CARESIA, CPF nº 126.XXX.739-XX, Chefe de Divisão, Símbolo CCC-2, Diretoria de Infraestrutura – Divisão de Manutenção Predial.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação
Curitiba, 2 de julho de 2026.

(assinado digitalmente) *(assinado digitalmente)*
GERALDO GENTIL BIESEK **VIVIANE HERRERA UFEMEA**
Diretor Presidente Diretora Administrativa

88649/2026

PORTARIA SESA Nº 241, DE 02 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a autorização e revogação de afastamentos de servidores públicos para o exercício de atividades sindicais junto ao Sindicato dos Trabalhadores e Servidores do Serviço Público da Saúde e da Previdência do Paraná.

O **Secretário de Estado da Saúde**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o art. 8º, inciso IX, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual n.º 9.921, de 23 de janeiro de 2014 que trata do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde; e,

Considerando o disposto na Lei Estadual n° 10.981 de 27 de dezembro de 1994, que assegura ao servidor público estadual, eleito dirigente sindical, ainda que na condição de suplente, os direitos inerentes ao corpo, na forma que especifica e adota outras providências; e

Considerando o protocolado nº **26.173.689-6.**

R E S O L V E:

Art. 1º Liberar, a partir de 13 de julho de 2026, o servidor **FERNANDO PEREIRA TABORDA**, CPF nº 029.XXX.XXX-60/PR, Motorista, lotado no Hospital Oswaldo Cruz, sede em Curitiba, desta Secretaria de Estado da Saúde, para o exercício de atividades sindicais junto ao Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público da Saúde e da Previdência do Estado do Paraná - SINDSAÚDE, sem prejuízo dos vencimentos, vantagens de caráter pessoal e ascensão funcional, durante o período do mandato sindical, **gestão de 2026 a 2029.**

Art. 2º Revogar, a partir de 13 de julho de 2026, a liberação concedida, por meio da Portaria nº 012/2026 a servidora **FLORACI RIBEIRO DE PAULO**, CPF n° 786.XXX.XXX-72/PR, Auxiliar Operacional, lotada no Laboratório central do Estado, sede em São José dos Pinhais, desta Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 3º Os servidores liberados, desta Secretaria de Estado da Saúde para atuar junto ao SINDSAÚDE, passam a constar conforme listagem abaixo:

NOME	RG	FUNÇÃO	LOTAÇÃO	A PARTIR
Giordano Pedro de Oliveira	4.XXX.527-X	Enfermeiro	Hospital Oswaldo Cruz - sede em Curitiba	01/02/2026
Fernando Pereira Taborda	6.XXX.606-7	Motorista	Hospital Oswaldo Cruz - sede em Curitiba	13/07/2026
Amanda Galerani Thomaz	9.XXX.989-X	Psicólogo	Hospital de Dermatologia Sanitária - sede em Piraquara	01/02/2026
Gílson Luiz Pereira Filho	8.XXX.264-X	Técnico de Enfermagem	Hospital Dr. Anísio Figueiredo - sede em Londrina	01/02/2026
Alessandro Luís Rodrigues	9.XXX.254-X	Assistente de Farmácia	17ª Regional de Saúde - sede em Londrina	01/02/2026
Letícia Cabral de Lima	9.XXX.267-X	Enfermeiro	Hospital do Trabalhador - sede em Curitiba	01/04/2026

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Dr. César Augusto Neves Luiz
(César Neves)
Secretário de Estado da Saúde

88536/2026

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO PARANÁ,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 242 DE 02/07/2026

ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
MARGARETH LEONOR PENKAL				90	22/12/2012	21/12/2017	13/07/2026	10/10/2026
51069838	1	NAXIII	260151606					

88052/2026

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO PARANÁ,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 243 DE 02/07/2026

ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
PITTER DIORGINNES DE OLIVEIRA				90	08/12/2010	07/12/2015	13/07/2026	10/10/2026
90278835	2	NAXIII	261349175					

88053/2026

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE DO PARANÁ,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 244 DE 02/07/2026

ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAUDE

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
JUAREZ JOSE ALVES DO AMARAL				30	21/06/2012	20/06/2017	20/07/2026	18/08/2026
41465530	1	NAXVIII	260378546					

88051/2026

Secretaria da Segurança Pública

ESTADO DO PARANÁ
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS
EDITAL Nº 97 - SOLDADO CBMPR-2025
RESULTADO DEFINITIVO DA 5ª ETAPA - INVESTIGAÇÃO SOCIAL (IS) (Em Cumprimento à decisão judicial)

O Presidente do Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas no cargo de Aluno-Soldado de 3ª Classe Bombeiro Militar do Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Paraná-CBMPR, regulado pelo Edital nº 01-SOLDADO CBMPR-2025, com fulcro no disposto nos subitens 1.3 e 8.7 do edital regulador, resolve:
1. Estabelecer a divulgação do Resultado Definitivo da 5ª Etapa - Investigação Social (IS), dos(as) candidatos(a) sub judice nos termos seguintes:2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.
1.1. O Resultado Definitivo da 5ª Etapa – Investigação Social (IS), nos termos estabelecidos no item 8.7 do Edital n° 01-SOLDADO CBMPR-2025, dos(as) candidatos(as) INDICADOS(AS), encontra-se disponível no Anexo Único do presente Edital – Candidatos Indicados.
2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
3. Publique-se.

Curitiba, 03 de julho de 2026.

Assinado eletronicamente
Ten.-Cel. QOBM André Lopes de Oliveira,
Presidente do Concurso.

ANEXO ÚNICO DO EDITAL Nº 82 - SOLDADO CBMPR-2025

CANDIDATOS(AS) INDICADOS(A)

5º POLO / PONTA GROSSA - *SUB JUDICE*			
Inscrição	**Nome**	**Autos**	**Protocolo**
2504001863	ALEXANDRE BRONISLAVSKI	0003142-49.2026.8.16.9000	26.132.033-9

88372/2026

ESTADO DO PARANÁ
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS
EDITAL Nº 98 - SOLDADO CBMPR-2025
Resultado Preliminar do Concurso Público (candidato sub judice)

O Presidente do Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas no cargo de Aluno-Soldado de 3ª Classe Bombeiro Militar do Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Paraná-CBMPR, regulado pelo Edital nº 01-SOLDADO CBMPR-2025, com fulcro no subitem 1.3 e item 11 do edital regulador, resolve:
1. Estabelecer a divulgação do Resultado Preliminar do Concurso Público, referente ao candidato na condição sub judice, nos termos seguintes:
1.1. O Resultado Preliminar do Concurso Público, referente ao candidatos na condição sub judice, que concluiu todas as etapas e figura como apto, consta do Anexo Único do presente Edital e também será divulgado no site do IBFC – www.ibfc.org.br, nas abas “Resultados” e “Sub Judice”, na data de 03/07/2026.
1.2. Eventuais decisões judiciais, existentes ou futuras, não contempladas no Resultado Preliminar do Concurso Público, terão seu cumprimento efetuado após a conclusão regular dos trâmites administrativos e jurídicos competentes, sendo divulgadas por meio de novas publicações de editais sub judice. A Nomeação e Convocação para Posse, de candidatos sub judice, ocorrerá apenas por ordem judicial expressa.
1.3. Nos termos do subitem 4.11 do Edital Regulador, o candidato não considerado afrodescendente no procedimento de heteroidentificação perderá o direito às vagas reservadas e será eliminado deste concurso público, caso não tenha atingido os critérios classificatórios de ampla concorrência, pela qual passará a concorrer, conforme disposto nos subitens 8.2.1 e 8.3.2 do Edital de Abertura, dispensada a convocação suplementar de candidatos.
1.4. O prazo para interposição de Recurso contra o Resultado Preliminar do Concurso Público será de 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente da data de publicação do Resultado Preliminar, conforme previsto no subitem 1.1 do presente Edital, no horário das 10h do primeiro dia às 17h do último dia.
2. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.
Art. 3º Publique-se.

Curitiba, 03 de julho de 2026.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Assinado eletronicamente
Ten.-Cel. QOBM André Lopes de Oliveira,
Presidente do Concurso.

ANEXO ÚNICO DO EDITAL Nº98 - SOLDADO CBMPR-2025

1. Resultado Final do Concurso Público ao cargo de Aluno-Soldado de 3ª Classe Bombeiro Militar do CBMPR, candidato na condição ***SUB JUDICE.***

5º POLO / PONTA GROSSA - *SUB JUDICE*							
Inscrição	**Nome**	**D. Nasc.**	**Obj.**	**Disc.**	**Nota Final**	**Afro**	**Autos**
2504001863	ALEXANDRE BRONISLAVSKI	13/06/1994	43	25,6	68,6	-	0003142-49.2026.8.16.9000

88423/2026

DELIBERAÇÃO Nº 376/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o voto do conselheiro relator Dr. Getúlio de Morais Vargas, referente aos autos de Processo Administrativo Disciplinar, **Prot. 009/2025/CSP (23.638.175-7) –** onde consta como acusado PAULO SERGIO SINOTTI, Agente de Polícia Judiciária. Advogado Dr. André Luís Romero de Souza - OAB/PR 50.530. Ausente o acusado. Participação do seu defensor por meio de videoconferência, em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I - pela ABSOLVIÇÃO do servidor PAULO SÉRGIO SINOTTI, Agente de Polícia Judiciária, aplicando-se subsidiariamente o art. 386, incisos III e VII, do Código de Processo Penal, c/c o art. 27, § 1º, da Lei nº 21.894/2024, conforme a seguinte fundamentação: a) por não constituir infração disciplinar (art. 386, III, do CPP): a imputação do art. 5º, inciso XII, c/c art. 7º (não utilização de instalações/veículos para fins particulares); b) por insuficiência de provas (art. 386, VII, do CPP): as imputações do art. 5º, inciso XVII, c/c art. 7º (zelar pelo bom nome da Instituição); do art. 8º, inciso XVIII (portar-se sem compostura ou causar escândalo); e do art. 8º, § 1º, inciso III (crimes contra a dignidade sexual), todos da Lei nº 21.894/2024 e descritos na Portaria nº 20/2025-CGPC;

II – pelo ARQUIVAMENTO dos autos em referência.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 377/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o voto do Conselheiro Relator Dr. Renato Coelho de Jesus, referente aos autos de Processo Administrativo Disciplinar, **PROT. 40/2024/CSP (259/2024/CD) –** onde consta como acusado LUCAS CESAR SANTIAGO, Agente de Polícia Judiciária. Advogado AUTODEFESA, conforme prevê o art. 33, § 2º do Código Disciplinar da PCPR. Participação do acusado por meio de videoconferência, em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I - pela condenação do acusado LUCAS CESAR SANTIAGO, Agente de Polícia Judiciária, pela prática da transgressão disciplinar prevista no art. 8º, inciso XV, da Lei nº 21.894/2024 - Código Disciplinar da PCPR;

II - pela ABSOLVIÇÃO do acusado das imputações constantes no art. 5º, incisos III, IV, V, VI e XVII, c/c art. 7º, e no art. 8º, incisos XVII, XVIII e XXXI, todos Código Disciplinar da PCPR;

Por maioria de votos dos Senhores Conselheiros:

III – pela aplicação da penalidade de REPREENSÃO pela prática da transgressão especificada no item I, conforme o voto condutor apresentado pelo Relator, Dr. Renato Coelho de Jesus, que foi acompanhado pelos Conselheiros Dr. Getúlio de Morais Vargas, Dra. Maritza Maira Haisi, Dr. Fábio Renato Amaro da Silva Júnior, Dr. Lanevilton Theodoro Moreira e Dr. Silvio Jacob Rockembach; VENCIDO o voto divergente apresentado pelo Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat, que votou pela aplicação da penalidade de 30 (trinta) dias de suspensão ao acusado, sendo acompanhado pelos Conselheiros Dr. Alan Henrique Flore, Dr. Valderes Luiz Scalco e Dr. Marcelo Lemos de Oliveira;

IV – pelo reconhecimento de que os fatos apurados não são suficientes para caracterizar o descumprimento dos requisitos do Estágio Probatório, não constituindo, portanto, óbice para sua confirmação no cargo; VENCIDO o voto divergente e isolado apresentado pelo Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat, que votou pela não confirmação do acusado no cargo efetivo de Agente de Polícia Judiciária;

V – pela remessa de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP, para os devidos fins;

VI - pela expedição das INTIMAÇÕES necessárias, nos termos do art. 54 do Código Disciplinar da PCPR, para início da contagem do prazo recursal e, em não havendo recurso, com o consequente trânsito em julgado da decisão, pelo arquivamento dos autos, após o encaminhamento de cópia da Deliberação: a) ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para o cumprimento da penalidade imposta; b) à Corregedoria-Geral da Polícia Civil; e, c) ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 378/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **Prot. 51/2026/CSPC –** Sorteio de Procedimentos Disciplinares Nº 11/2026, publicada no Diário Oficial n. 12.174, de 29/06/2026, em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026:

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela distribuição dos seguintes procedimentos:

01 – 115/2025/CSPC (protocolo digital 24.945.647-0) – Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de REGNER RODRIGO AVANCINI, SERGIO BITENCOURT SILVEIRA e FERNANDO AUGUSTO SOUZA , Agentes de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Alan Henrique Flore.

02 – 005/2026/CSPC (protocolo digital 25.606.786-2) – Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de EDERSON SOUZA E SILVA, Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Getúlio de Morais Vargas.

03 - 112/2025/CSPC (protocolo digital 24.955.632-7) – Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de GERSON MADLENER DE ALMEIDA, Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Renato Coelho de Jesus.

04 – 122/2025/CSPC (protocolo digital 25.216.417-0) – Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de MAURO TOBALDINI MACHADO, Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Lanevilton Theodoro Moreira.

05 – 064/2025/CSPC (protocolo digital 24.668.325-5) – Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de MARCIA MIDON MARTINS, Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 379/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **Prot. 52/2026/CSP** – **e-Protocolo 25.615.892-2 (apenso e-Protocolo 25.606.364-6)** – Investigação Preliminar da Corregedoria de Assuntos Internos instaurada em desfavor de **ZOHAIR MOHAMAD HUSSEIN** para apurar denúncias de infrações disciplinares a ele atribuídas durante o período em que esteve lotado na Delegacia da Mulher da Capital (Prot. 158/2026-CD/CGP). Com despacho do Sr. Corregedor-Geral de Polícia em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do referido servidor; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo a proposição da Corregedoria-Geral da Polícia Civil:

I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de ZOHAIR MOHAMAD HUSSEIN, Agente de Polícia Judiciária, conforme art. 30 da Lei n. 21.894/2024;

II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria-Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 380/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **Prot. 53/2026/CSPC** – **Protocolo Digital 25.310.425-2** – Investigação Preliminar da 4ª Corregedoria de Polícia Civil instaurada para apurar a conduta do APJ **STÉFANO VERGARA DA SILVA** em virtude do extravio/furto de sua arma carga, noticiado no Boletim de Ocorrência n. 2026/118971. (Prot. 49/2026-CD/CGP). Com despacho do Sr. Corregedor-Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do referido servidor; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros acolhendo proposição da Corregedoria-Geral da Polícia Civil:

I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de STÉFANO VERGARA DA SILVA, Agente de Polícia Judiciária, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024, para apuração das transgressões disciplinares em tese praticadas, bem como para apuração do eventual descumprimento dos requisitos/competências do estágio probatório, ante o previsto no artigo 12, § 2º, da Resolução n. 3/2023;

II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria-Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DELIBERAÇÃO Nº 381/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **Prot. 21/2025/CSP** – **e-Protocolo 23.949.190-1** – Processo Administrativo Disciplinar n. 514/2024-CD/CGP instaurado em desfavor de **CRISTINA ALEXANDRA ROSANE MOCELIN** e **VICTOR ALEX REZZI FEU**, Agentes de Polícia Judiciária. Expediente já apreciado pelo Colegiado conforme Deliberação n. 296/2026, por meio da qual houve a aplicação da penalidade de 30 (trinta) e 31 (trinta e um) dias de suspensão aos acusados, respectivamente. Apresentado recurso pelos defensores dos servidores. Com manifestação do Conselheiro Relator, Dr. Alan Henrique Flore, pelo recebimento do recurso, manutenção da decisão do Conselho e remessa ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública para reexame da decisão, em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição do Conselheiro Relator, Dr. Alan Henrique Flore:

I – pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo-se a penalidade imposta pela Deliberação n. 296/2026;

II – pela remessa à apreciação do Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei n. 21.894/2024, considerando que o presente recurso já se encontra encartado nos autos principais (Processo Administrativo Disciplinar n. 21/2025/CSPC – Protocolo Digital 23.949.190-1).

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 382/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **Prot. 121/2024/CSP** – **e-Protocolo 22.970.271-8** (apensos e-Protocolos 23.234.368-0, 22.974.367-8, 23.220.080-4, 22.974.262-0, 22.973.927-1, 23.220.036-7, 22.974.056-3 e 22.170.316-2) – Processo Administrativo Disciplinar n. 341/2024-CD/CGP instaurado em desfavor de **ISRAEL BOAVENTURA JÚNIOR**, Agente de Polícia Judiciária. Com manifestação da Autoridade Disciplinar pelo arquivamento dos autos, bem como do Incidente de Insanidade Mental apenso, em virtude da perda de objeto pela morte do agente; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição da Corregedoria-Geral de Polícia:

I – pelo reconhecimento da extinção da punibilidade de ISRAEL BOAVENTURA JÚNIOR, em virtude de seu óbito, ocorrido em 15 de junho de 2026, conforme certidão de fl. 118/mov. 50;

II – pelo arquivamento dos autos.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 383/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **Prot. 74/2024/CSPC** – **Protocolo Digital 22.445.043-5** – Processo Administrativo Disciplinar n. 244/2023-CD/CGP instaurado em desfavor de **MARCELO MENEZES VIEIRA**, Agente de Polícia Judiciária. Expediente já apreciado pelo Colegiado conforme Deliberação n. 1048/2025, por meio da qual houve a aplicação da penalidade de 90 (noventa) dias de suspensão. Apresentado Recurso pela defensora do acusado, Dra. Elizabet Aparecida Przybysz - OAB/PR 87.410, também já apreciado por meio da Deliberação n. 1133/2025 (conhecimento, não provimento e remessa à apreciação do Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública). Com despacho Secretarial (fl. 231/mov. 112) em que acolhe a decisão do Conselho Superior da Polícia Civil sobre o recurso administrativo interposto em face da Deliberação n.º 1048/2025, nega-lhe provimento e determina a manutenção imposta pelo Conselho Superior da Polícia Civil quanto à suspensão de 90 (noventa) dias; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pela expedição de intimação à parte e respectiva procuradora a respeito do Despacho Secretarial de fl. 231/mov. 112 – Protocolo Digital 22.445.043-5, que negou provimento ao recurso e manteve a penalidade imposta pela Deliberação n. 1048/2025;

II – pelo encaminhamento de cópia da presente Deliberação, bem como da Deliberação n. 1048/2025, ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos para providências quanto ao cumprimento da penalidade imposta e à Corregedoria-Geral da Polícia Civil e ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, para conhecimento, nos termos do art. 26 da Lei n. 21.894/2024;

III – pelo arquivamento do presente protocolado.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 384/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **Prot. 171/2023/CSPC** – **Protocolo Digital 22.891.680-3** – Processo Administrativo Disciplinar n. 393/2023-CD/CGP instaurado em desfavor de **HUMBERTO CUSTODIO DE OLIVEIRA**, Agente de Polícia Judiciária. Expediente já apreciado pelo Colegiado conforme Deliberação n. 1049/2025, por meio da qual houve a aplicação da penalidade de 30 (trinta) dias de suspensão. Apresentado Recurso pelo defensor do acusado, Dr. Ramonn Baldino Garcia - OAB/PR n. 48.978, também já apreciado por meio da Deliberação n. 1110/2025 (conhecimento, não provimento e remessa à apreciação do Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública). Com despacho Secretarial (fl. 215/mov. 60) em que acolhe a decisão do Conselho Superior da Polícia Civil sobre o recurso administrativo interposto em face da Deliberação n.º 1049/2025, nega-lhe provimento e determina a manutenção imposta pelo Conselho Superior da Polícia Civil quanto à suspensão de 30 (trinta) dias; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pela expedição de intimação à parte e respectivo procurador a respeito do Despacho Secretarial de fl. 215/mov. 60 – Protocolo Digital 22.891.680-3, que negou provimento ao recurso e manteve a penalidade imposta pela Deliberação n. 1049/2025;

II – pelo encaminhamento de cópia da presente Deliberação, bem como da Deliberação n. 1049/2025, ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos para providências quanto ao cumprimento da penalidade imposta e à Corregedoria-Geral da Polícia Civil e ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, para conhecimento, nos termos do art. 26 da Lei n. 21.894/2024;

III – pelo arquivamento do presente protocolado.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 385/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **Prot. 188/2014/CSP** – Processo Administrativo Disciplinar n. 83/2014-CD/CGPC instaurado em desfavor de **JAINE FRAJUCA LOPES**, Escrivã de Polícia aposentada. Com manifestação da Conselheira Relatora, Dra. Maritza Maira Haisi, pelo reconhecimento da extinção da punibilidade ocasionada pela prescrição da pretensão punitiva estatal com o consequente arquivamento dos autos; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo a proposição da Conselheira Relatora, Dra. Maritza Maira Haisi:

I – pelo reconhecimento da extinção da punibilidade da acusada JAINE FRAJUCA LOPES, ocasionada pela prescrição da pretensão punitiva estatal, em relação às transgressões disciplinares que lhe foram imputadas no presente procedimento;

II – pelo arquivamento dos autos.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 386/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **Prot. 828/2018/CSP** – Processo Administrativo Disciplinar n. 342/2017-CD/CGP instaurado em desfavor de **FLÁVIA MARIA BET GONÇALVES**, Agente de Polícia Judiciária (Escrivã de Polícia). Com despacho do Conselheiro Relator, Dr. Riad Braga Farhat, pela inclusão do procedimento em pauta administrativa; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo a proposição do Conselheiro Relator, Dr. Riad Braga Farhat:

I – pelo reconhecimento da extinção da punibilidade da acusada FLÁVIA MARIA BET GONÇALVES, ocasionada pela prescrição da pretensão punitiva estatal, em relação às transgressões disciplinares que lhe foram imputadas no presente procedimento;

II – pelo arquivamento dos autos, após ciência à acusada.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DELIBERAÇÃO Nº 387/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **Prot. 55/2026** - Considerando disposições contidas no inciso I, e § 4º, do art. 64, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023; Considerando que o art. 63, da mesma Lei Complementar estabelece que "remoção é o deslocamento do servidor, de ofício ou a pedido, no âmbito da Polícia Civil, com ou sem mudança de localidade, e tem como objetivo principal atender à necessidade do serviço e assegurar o efetivo pessoal necessário à eficiência operacional e administrativa"; Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da Administração e da conveniência do serviço; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela seguinte movimentação de pessoal:

REMOVER a servidora **EMANUELE MARIA DE OLIVEIRA SIQUEIRA,** Delegada de Polícia, lotada na Delegacia da Mulher da Capital, do Departamento Estadual de Proteção a Vulneráveis (DPV), para o Departamento de Polícia da Região Metropolitana – DPMETRO, na função de Diretora Adjunta, conforme proposição do Presidente do Colegiado, Dr. Silvio Jacob Rockembach.

DESIGNAR a servidora **LUIZA PEREZ MORAES,** Delegada de Polícia, lotada na Delegacia da Mulher da Capital, do Departamento Estadual de Proteção a Vulneráveis (DPV), para exercer a função de Delegada Chefe da referida Delegacia, conforme proposição do Presidente do Colegiado, Dr. Silvio Jacob Rockembach.;

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 388/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **Prot. Ref. 34/2020/CPC** – **Protocolo Digital 18.978.156-3** – **CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL** – Ofício n. 1514/2020 da Procuradoria Funcional/PGE. Decisão provisória. Autos n. 0007102-11.2021.8.16.0004 do 4º Juizado Especial da Fazenda Pública de Curitiba. Autor: **ANDRÉ MARTINEZ SANCHES**. Orientações para cumprimento e informações: "(…) que seja suspenso o processo administrativo disciplinar em desfavor do impetrante, por ora, impedindo a remessa dos autos ao Conselho da Policia Civil, até o julgamento final desta demanda. Caso já tenha sido aplicada a penalidade de demissão ao Impetrante, deve-lhe assegurar o recebimento da remuneração até o trânsito em julgado da ação penal (...)". Expediente já apreciado pelo Colegiado conforme Deliberações n. 302/2022 (juntada de cópia das Deliberação n. 102/2022 e 103/2022 e restituição à Procuradoria Funcional/PGE) e 340/2022 (encaminhamento de cópia ao Conselheiro Relator e restituição à PGE/PRF com a informação de que o Processo Administrativo em referência ainda não foi submetido a julgamento). Juntado pela Procuradoria Funcional/PGE o CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL n. 295/2026 relativo a decisão provisória nos mesmos autos, onde constam as seguintes ORIENTAÇÕES PARA CUMPRIMENTO E INFORMAÇÕES: "Sobreveio sentença de mérito revogando a liminar concedida anteriormente, denegando a segurança e julgando improcedente o pedido do autor. Nessa medida, não há mais decisão liminar beneficiando o autor neste processo, estando autorizado o regular prosseguimento do Processo Administrativo Disciplinar em face do impetrante ANDRE MARTINEZ SANCHES.". Com trâmite pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos. O mencionado Processo Administrativo Disciplinar n. 34/2020 foi distribuído ao Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat para relatoria; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pelo encaminhamento de cópia deste protocolado ao Conselheiro Relator, Dr. Riad Braga Farhat;

II – pela restituição à Procuradoria Funcional – PGE/PRF.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 389/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **Prot. Ref. 34/2020/CSP** – **Protocolo Digital 26.085.759-2** – **CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL** n. 293/2026 da Procuradoria Funcional/PGE. Decisão provisória. Autos n. 000337-87.2022.8.16.0004 do 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. Autor: **JOSÉ MÁRCIO ILKIU**. Orientações para cumprimento e informações: "Sobreveio sentença de mérito revogando a liminar concedida anteriormente, denegando a segurança e julgando improcedente o pedido do autor. Nessa medida, não há mais decisão liminar beneficiando o autor neste processo, estando autorizado o regular prosseguimento do Processo Administrativo Disciplinar em face do impetrante JOSÉ MÁRCIO ILKIU.". Com trâmite pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos. O mencionado Processo Administrativo Disciplinar n. 34/2020 foi distribuído ao Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat para relatoria; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pelo encaminhamento de cópia deste protocolado ao Conselheiro Relator, Dr. Riad Braga Farhat;

II – pela restituição à Procuradoria Funcional – PGE/PRF.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO

6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 390/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **Prot. Ref. 34/2020/CSP - Protocolo Digital 19.372.512-0** – Decisão judicial relativa ao Mandado de Segurança Cível 0008006-31.2021.8.16.0004 da 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, onde figuram como impetrante **ALMIR BATISTA DE OLIVEIRA FILHO** e como impetrados o Corregedor Geral da Polícia Civil e o Estado do Paraná, encaminhada por e-mail à Procuradoria Geral do Estado, nos seguintes termos: "(…) 2. Compulsando detidamente os autos, observa-se que, ao que parece, a decisão inicial que concedeu o pleito liminar não está sendo adequadamente cumprida pela parte Impetrada, em virtude das informações e documentos juntados aos movs. 28.1/28.3. Logo, *intime-se* a parte Impetrada para que, *em cinco dias*, providencie o efetivo cumprimento da determinação judicial de mov. 21.1 ou comprove a impossibilidade de fazê-lo. Consigno que o descumprimento desta determinação ensejará o início da contagem do prazo para fins de aplicação da multa diária já fixada no referido *decisum* e poderá ser considerado como ato atentatório à dignidade da justiça, nos termos do artigo 77, §1º do CPC. (...)". A decisão inicial em tese descumprida foi proferida da seguinte forma: "(…) Isto posto, DEFIRO o pedido liminar, para o fim de determinar à autoridade Impetrada que suspenda o processo administrativo disciplinar que tramita em desfavor do Impetrante, impedindo, por ora, a remessa dos autos ao Conselho da Policia Civil. Caso já tenha sido aplicada a penalidade de demissão ao Impetrante, defiro o pedido liminar sucessivo, para o fim de assegurar ao Impetrante o recebimento de sua remuneração até o julgamento definitivo do recurso de apelação interposto nos autos do processo criminal. (...)". Expediente já apreciado pelo Colegiado conforme Deliberação n. 553/2022 (após conhecimento, pela restituição à Procuradoria Funcional). Juntado despacho da Procuradoria Funcional/PGE nos seguintes termos: "Através do presente informo que foi proferida sentença de mérito julgando improcedente a pretensão inicial (denegando a ordem em sede de mandado de segurança) – mov. anterior, a qual revogou expressamente a liminar inicialmente concedida (fls. 04/12 deste e-protocolo), autorizando o regular prosseguimento do Processo Administrativo Disciplinar ajuizado contra o impetrante.". Com trâmite pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos. O mencionado Processo Administrativo Disciplinar n. 34/2020 foi distribuído ao Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat para relatoria; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pelo encaminhamento de cópia deste protocolado ao Conselheiro Relator, Dr. Riad Braga Farhat;

II – pela restituição à Procuradoria Funcional – PGE/PRF.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 391/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **Prot. Ref. 34/2020/CSP** - **Protocolo Digital 19.618.242-0** - CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL - Ofício n° 3.354/2022-PRF/PGE da Procuradoria Funcional/PGE. Decisão Provisória. Interessado: **LEONARDO AUGUSTO SCHAUFF PETSCHOW**. Autos nº 0000336-05.2022.8.16.0004 da 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. Conteúdo da decisão: *"Deverá ocorrer a suspensão do processo administrativo disciplinar que tramita em desfavor do Impetrante, impedindo, por ora, a remessa dos autos ao Conselho da Polícia Civil. Caso já tenha sido aplicada a penalidade de demissão ao Impetrante, deverá assegurar ao Impetrante o recebimento de sua remuneração até o julgamento definitivo do recurso de apelação interposto nos autos do processo criminal (autos 5274-81.2020.8.16.0014),sob pena de multa diária no valor de R$ 200,00(Duzentos reais) até o limite de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em caso de descumprimento, sem prejuízo das demais sanções administrativas e criminais, conforme decisão juntada no mov. 03 – fls. 03-12."*. Expediente já apreciado pelo Colegiado conforme Deliberação n. 713/2022 (encaminhamento de cópia ao Conselheiro Relator e restituição à PGE/PRF, com a informação de que o Processo Administrativo em referência ainda não foi submetido a julgamento). Juntado pela Procuradoria Funcional/PGE o CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL n. 294/2026 relativo a decisão provisória nos mesmos autos, onde constam as seguintes ORIENTAÇÕES PARA CUMPRIMENTO E INFORMAÇÕES: "Sobreveio sentença de mérito revogando a liminar concedida anteriormente, denegando a segurança e julgando improcedente o pedido do autor. Nessa medida, não há mais decisão liminar beneficiando o autor neste processo, estando autorizado o regular prosseguimento do Processo Administrativo Disciplinar em face do impetrante LEONARDO AUGUSTO SCHAUFF PETSCHOW..". O mencionado Processo Administrativo Disciplinar n. 34/2020 foi distribuído ao Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat para relatoria. Com trâmite pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pelo encaminhamento de cópia deste protocolado ao Conselheiro Relator, Dr. Riad Braga Farhat;

II – pela restituição à Procuradoria Funcional – PGE/PRF.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 392/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **Prot. Ref. 6/2025/CSP** – **e-Protocolo 25.890.512-1** – Ofício nº 115/2026 da Secretaria do Conselho Superior da Polícia Civil dirigido ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC. Encaminha cópia da Deliberação n. 174/2026 e respectiva certidão de trânsito em julgado, relativas ao Processo Administrativo Disciplinar n. 6/2025/CSP, instaurado em desfavor de **ROBSON PAULINO DOS SANTOS GUIMARÃES**, Agente de Polícia Judiciária, no qual lhe foi imposta a penalidade de suspensão por 04

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

(quatro) dias. Adotadas pelo referido Grupo providências quanto ao cumprimento da penalidade de suspensão no período de 18/05/2026 a 21/05/2026 ; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, diante das providências adotadas, pelo apensamento do presente protocolado aos autos principais (e-Protocolo 23.946.689-3), já arquivados.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 393/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **Protocolo Digital 26.116.034-0** – Ofício n. 82/2026 da Delegacia de Crimes contra a Economia e Proteção ao Consumidor. Encaminha requerimento do servidor **TIAGO KOLZ BICALHO**, Agente de Polícia Judiciária, para a concessão da Medalha do Mérito Policial (por Ato de Bravura), em virtude de sua atuação na contenção de tentativa de fuga de presos do 11º Distrito Policial, ocorrida em 02 de novembro de 2014, ocasião em que sofreu grave ferimento ao ser atingido por disparo de arma de fogo. Com trâmite pelo Departamento Estadual de Proteção a Vulneráveis; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros,

I - por sortear cinco Conselheiros, nos termos do art. 12, do Decreto 5545, de 31 de agosto de 2020, para composição de Comissão para avaliação de eventual caracterização de bravura do ato que culminou no ferimento do servidor TIAGO KOLZ BICALHO, Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteados os Conselheiros Dr. Renato Coelho de Jesus, como Presidente, Dra. Maritza Maira Haisi, Dr. Valderes Luiz Scalco, Dr. Getulio de Morais Vargas e Dr. Fábio Renato Amaro da Silva Júnior, como membros da referida Comissão;

II - pelo encaminhamento do protocolado ao Presidente da Comissão, para as providências pertinentes.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 394/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **Prot. Ref. 287/2007/CSP** – **e-Protocolo 26.128.479-0** – **CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL –** Ofício n. 705/2026 da Procuradoria de Execuções, Precatórios e Cálculos – PRE. Decisão definitiva. Favorecido: **MÁRCIO GLONIKA**. Autos: 0005210-33.2022.8.16.0004 da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. ORIENTAÇÕES PARA CUMPRIMENTO E INFORMAÇÕES: "Ciência do trânsito em julgado da decisão que declarou a nulidade absoluta de processo administrativo disciplinar implica a reintegração do servidor e o pagamento integral das verbas remuneratórias desde o afastamento indevido até a reintegração, bem como a condenação ao pagamento dos atrasados desde o desligamento indevido, até a efetiva reintegração, nos termos da jurisprudência dominante. As informações sobre a presente ação, foram solicitadas através do protocolo 19.886.004-2. Diante disso, deve ser: 1. Declarada a nulidade absoluta do processo administrativo disciplinar n.º 7.259.268-9. 2. Tomar providências administrativas para reintegração definitiva do autor MÁRCIO GLONIKA ao cargo de Investigador de Polícia. 3. Solicitamos ainda o encaminhamento de planilha com valores devidos, desde a data do desligamento até a data da reintegração. 4. Reforçamos que não deve ser feito nenhum pagamento retroativo na esfera administrativa, na medida em que serão objeto de execução judicial.". Com trâmite pela Secretaria de Estado da Segurança Pública; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, após ciência da decisão judicial ora informada e em conformidade com as orientações advindas da Procuradoria-Geral do Estado:

I – por declarar nula a Sindicância de Estágio Probatório n. 287/2007/CSP, que deverá ser desarquivada e incluída em pauta de distribuição para análise, juntando-se previamente cópia integral deste expediente;

II – pelo encaminhamento ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP com vistas à reintegração de MÁRCIO GLONIKA, conforme decisão judicial transitada em julgado, com posterior remessa ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/PCPR para elaboração da planilha indicada no item 3 das orientações para cumprimento e informações acima transcritas, e retorno a este Colegiado para ulteriores deliberações.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 395/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **e-Protocolo 26.003.051-5** – Ofício n. 140/2026 da Promotoria de Justiça de Ipiranga. Comunica que o trabalho desenvolvido pela Delegada de Polícia **INGRID DA SILVA PRIOTTO** vem ultrapassando o normal cumprimento de suas atribuições e alcançando enorme relevância não só para a Comarca de Ipiranga/PR, mas, também, para os municípios situados ao seu redor. Com trâmite pela Corregedoria-Geral de Polícia, Departamento de Polícia do Interior, 13ª Subdivisão Policial de Ponta Grossa e despacho da Delegacia de Polícia de Ipiranga a relação dos servidores que colaboram para o resultado da unidade, a saber: DAVI RANGEL DOS SANTOS, SILMAR GARCIA MEIRA e THIAGO D'ALMEIDA RODRIGUES; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para as devidas anotações, com posterior restituição à Delegacia de Polícia de Ipiranga para ciência e arquivamento.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 396/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **e-Protocolo 26.111.760-6** – Ofício n. 128/2026 do GAECO/Cascavel. Formaliza elogio à Agente de Polícia Judiciária **KARINA SANTOS MAZIA**, em reconhecimento à sua exemplar atuação profissional e elevado tirocínio policial, especialmente por sua participação no cumprimento do Mandado de Busca e Apreensão expedido pela Vara Criminal de Catanduvas, no dia 12 de maio de 2026, deflagrado no contexto da Operação Nexus. Com trâmite pela Corregedoria-Geral de Polícia; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para as devidas anotações, com posterior remessa ao TÁTICO INTEGRADO DE GRUPOS DE REPRESSÃO ESPECIAL – TIGRE, para ciência e arquivamento.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 397/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **Protocolo Digital 22.351.798-6 (apenso e-Protocolo 22.006.260-0)** - Relatório Final de Estágio Probatório n. 003/2026 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com manifestação favorável à estabilidade de **WILSON PEREIRA DOS SANTOS**, no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 21/06/2023. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 24/06/2026, referido servidor encontra-se nível II; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros,

I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor WILSON PEREIRA DOS SANTOS no cargo de Agente de Polícia Judiciária, a partir de 22/06/2026, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar n. 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023;

II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC;

III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DELIBERAÇÃO Nº 398/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **e-Protocolo 25.846.146-0** (apensos e-Protocolos 25.882.557-8, 25.833.509-0, 25.888.841-3 e 25.852.521-3) – Primeiro processo de promoção de 2026 (Promoção de maio/2026), inaugurado conforme Deliberação n. 270/2026. Expedido Decreto n. 13.846, de 26 de maio de 2026, que efetivou as promoções. Com despacho do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/PCPR com vistas a tornar sem efeito o referido Decreto, conforme minuta anexada, na parte em que promoveu os seguintes servidores: BRUNO SCATOLIN (exonerado em 17/05/2026), DIEGO BRAVO DO NASCIMENTO (exonerado em 17/05/2026), EDSON LUIZ DA SILVA (exonerado em 22/05/2026), ELIZANDRO PELLENS PEREIRA (exonerado em 18/05/2026), JULIANA FERNANDES CINESI FERREIRA (retirada do processo de promoção), LEONARDO SABA (exonerado em 18/05/2026), RODRIGO ALESSANDRO TAMBOSI (exonerado em 18/05/2026) e SANYLEI WEBER BURCHARDT (exonerado em 17/05/2026); em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros,

I – pelo acolhimento da proposta de tornar sem efeito o Decreto n. 13.846, de 26 de maio de 2026, na parte que promoveu os servidores acima relacionados;

II – pelo encaminhamento do protocolado à Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP para os devidos encaminhamentos.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 399/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **e-Protocolo 20.316.084-4** – Requerimento de **JAQUELINE LAZZARIN**, Agente de Polícia Judiciária, para restituição de sua arma de fogo. Com trâmite pelo Instituto de Identificação, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Grupo Auxiliar de Recursos Humanos e Corregedoria-Geral de Polícia; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros,

I – pelo deferimento do pedido;

II – pelo encaminhamento à Delegacia de Explosivos, Armas e Munições para providências.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 400/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **e-Protocolo 26.140.369-2** – **ZOHAIR MOHAMAD HUSSEIN**, Agente de Polícia Judiciária, através de seus advogados, encaminha cópia de decisão da 6ª Turma Recursal dos Juizados Especiais no Agravo de Instrumento n. 0004321-18.2026.8.16.9000 AI em que foi deferido pedido de tutela antecipada de urgência e determinada a suspensão dos efeitos das faltas injustificadas lançadas no histórico funcional da parte agravante, referente ao período de 5 a 20 de julho de 2025, de modo que tais faltas não obstem a sua progressão na carreira e a inclusão de seu nome na lista de servidores aptos à promoção, ressalvado o crivo da Administração Pública quanto a eventuais outros entraves funcionais, e requer a inclusão de seu nome na Lista Oficial Definitiva dos integrantes do Quadro Próprio da Polícia Civil aptos à promoção ao Nível VII. Com despacho da Comissão de Avaliação de Requisitos para Promoção nos seguintes termos: "(…) este setor realizou a conferência do histórico funcional do servidor e constatou que inexistiam outros entraves além das referidas faltas agora suspensas. (…)"; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pelo encaminhamento à Procuradoria-Geral do Estado para conhecimento e orientações.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 401/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **e-Protocolo 18.331.426-2** – **LYZAINE CRISTINA DA SILVA ZARUR**, Agente de Polícia Judiciária, solicita a restituição da cédula funcional, insígnia, porta documentos e arma carga. Com trâmite pelo Instituto de Identificação, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Grupo Auxiliar de Recursos Humanos e Corregedoria-Geral de Polícia ; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros,

I – pelo deferimento do pedido;

II – pelo encaminhamento ao Instituto de Identificação e à Delegacia de Explosivos, Armas e Munições para providências.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

DELIBERAÇÃO Nº 402/2026

O Conselho Superior de Polícia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o art. 16 da Lei nº 23.213, de 22 de maio de 2026 (Lei Orgânica da Polícia Civil do Paraná), apreciando o **e-Protocolo 26.115.908-2 –** Ofício nº 1233/2026 complementado pelo Ofício n° 1274/2026 do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Secretaria Nacional de Segurança Pública. Solicita autorização para mobilizar o servidor JOSÉ BARRETO DE MACEDO JUNIOR, Delegado da Polícia Civil desse Estado, a contar da data de apresentação a ser definida por esta Secretaria Nacional, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, para exercer suas atividades na Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública; em sessão ordinária realizada no dia 1º de julho de 2026;

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros,

I – pelo acolhimento do pedido;

II – pelo encaminhamento ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/ DPC para as providencias cabíveis.

Curitiba, em 1º de julho de 2026.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA 3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA 5 – VALDERES LUIZ SCALCO
6 – FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JUNIOR 7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 – ALAN HENRIQUE FLORE 9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 – GETÚLIO DE MORAIS VARGAS 11 – _____

88448/2026

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
0 O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENCA SEM VENCIMENTOS, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):
PORTARIA N. 40 DE 24/06/2026
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
WATILA VIEIRA DE ARAUJO	032848222672		NAUNICA		18/05/2026	13/11/2026	180

88466/2026

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
0 O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENCA SEM VENCIMENTOS, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):
PORTARIA N. 41 DE 30/06/2026
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
CLAUDIO ROBERTO FARIA JUNIOR	126474393	1	NAUNICA	25867.333-6	18/05/2026	13/11/2026	180

88468/2026

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
0 O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENCA SEM VENCIMENTOS, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):
PORTARIA N. 42 DE 30/06/2026
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
CLAYTON FARINHUKA DA SILVA	81437769	1	NAUNICA	25838.631-0	18/05/2026	13/11/2026	180

88469/2026

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
0 O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO INCISO II DO ARTIGO 72, DA LEI N.8485, DE 03 DE

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

JUNHO DE 1987, RESOLVE CONCEDER LICENCA SEM VENCIMENTOS, AO(S) FUNCIONARIO(S) ABAIXO RELACIONADO(S):
PORTARIA N. 43 DE 30/06/2026
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
LEONARDO BORGES	166411777	1	NAUNICA	25846.963-1	18/05/2026	13/11/2026	180

88467/2026

ATA Nº 22/2026

Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, na sede do Departamento da Polícia Civil, localizada na Avenida Iguaçu, nº 470, Bairro Rebouças, em Curitiba-PR, na Sala de Reuniões deste Colegiado, reuniu-se, em sua vigésima segunda sessão ordinária do ano, o Conselho Superior de Polícia, sob a presidência do Senhor Delegado-Geral, Dr. Silvio Jacob Rockembach, na condição de membro nato do Colegiado. Registra-se que a presente sessão estava originalmente agendada para o dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte e seis, tendo sido adiada para a presente data por conveniência administrativa. Verificou-se a presença em plenário também dos seguintes Conselheiros: Dr. Lanevilton Theodoro Moreira, Delegado-Geral Adjunto Administrativo, membro nato e primeiro Vice-Presidente; Dr. Riad Braga Farhat, Delegado-Geral Adjunto Operacional, membro nato e segundo Vice-Presidente; Dr. Marcelo Lemos de Oliveira, Corregedor-Geral e membro nato; Dr. Valderes Luiz Scalco, Diretor do Departamento de Planejamento, Administração e Finanças (DPAF) e membro nato; Dr. Fábio Renato Amaro da Silva Júnior, Diretor do Departamento de Polícia do Interior e membro nato; Dra. Maritza Maira Haisi, membro de indicação do Delegado-Geral; Dr. Renato Coelho de Jesus, membro de indicação do Governador; Dr. Getúlio de Morais Vargas, membro eleito pela classe dos Delegados; além do Dr. Valmir Soccio, Secretário-Geral do Conselho. Participação por videoconferência do Conselheiro Dr. Alan Henrique Flore, membro de indicação do Secretário de Estado de Segurança Pública. O Senhor Presidente declarou aberta a sessão e anunciou a **PAUTA DE JULGAMENTO Nº 22/2026**, previamente afixada em edital disponível no Conselho Superior de Polícia no dia 19/06/2026 e publicada no Diário Oficial do Estado n. 12.169, de 22/06/2026, como segue: **PROT. 009/2025/CSP (23.638.175-7) - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.** ACUSADO: PAULO SERGIO SINOTTI, Agente de Polícia Judiciária. ADVOGADO: DR. ANDRÉ LUÍS ROMERO DE SOUZA - OAB/PR 50.530. RELATOR: DR. GETÚLIO DE MORAIS VARGAS. Ausente o acusado. Participação do seu defensor por meio de videoconferência. Dada a palavra ao Conselheiro Dr. Getulio de Morais Vargas, que fez a apresentação do seu relatório e assim proferiu o seu voto: *"(…) 31. Na senda processual administrativa, o ônus da prova pertence ao Estado. Restando caracterizado o colapso probatório, corroborado pela absolvição na seara criminal e reforçado pelo Relatório Final da Autoridade Processante, a absolvição é o corolário lógico e de justiça. Afasta-se, por consequência, a incidência de qualquer transgressão aos deveres funcionais. VOTO: 32. Assim, considerando os fatos descritos na portaria inaugural, as provas carreadas aos autos, a absolvição na esfera criminal e o Relatório Final da Autoridade Processante, VOTO: 33. Pela ABSOLVIÇÃO do servidor PAULO SÉRGIO SINOTTI (Agente de Polícia Judiciária, RG 5.644.128-0/II-PR), aplicando-se subsidiariamente o art. 386, incisos III e VII, do Código de Processo Penal, c/c o art. 27, § 1º, da Lei nº 21.894/2024, conforme a seguinte fundamentação: Por não constituir infração disciplinar (art. 386, III, do CPP): a imputação do art. 5º, inciso XII, c/c art. 7º (não utilização de instalações/veículos para fins particulares); Por insuficiência de provas (art. 386, VII, do CPP): as imputações do art. 5º, inciso XVII, c/c art. 7º (zelar pelo bom nome da Instituição); do art. 8º, inciso XVIII (portar-se sem compostura ou causar escândalo); e do art. 8º, § 1º, inciso III (crimes contra a dignidade sexual), todos da Lei nº 21.894/2024 e descritos na Portaria nº 20/2025-CGPC. 34. Por consequência, determina-se o arquivamento dos autos.* Proferido o voto, foi dada a palavra ao defensor do acusado, que se absteve de proferir sustentação oral, protestando pela confirmação do voto apresentado pelo Conselheiro Relator. A seguir, foi a matéria colocada em discussão, e após debatida, em votação, sendo decidido, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela ABSOLVIÇÃO do servidor PAULO SÉRGIO SINOTTI, Agente de Polícia Judiciária, aplicando-se subsidiariamente o art. 386, incisos III e VII, do Código de Processo Penal, c/c o art. 27, § 1º, da Lei nº 21.894/2024, conforme a seguinte fundamentação: a) por não constituir infração disciplinar (art. 386, III, do CPP): a imputação do art. 5º, inciso XII, c/c art. 7º (não utilização de instalações/veículos para fins particulares); b) por insuficiência de provas (art. 386, VII, do CPP): as imputações do art. 5º, inciso XVII, c/c art. 7º (zelar pelo bom nome da Instituição); do art. 8º, inciso XVIII (portar-se sem compostura ou causar escândalo); e do art. 8º, § 1º, inciso III (crimes contra a dignidade sexual), todos da Lei nº 21.894/2024 e descritos na Portaria nº 20/2025-CGPC. II – pelo ARQUIVAMENTO dos autos em referência. **PROT. 40/2024/CSP (259/2024/CD) - PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.** ACUSADO: LUCAS CESAR SANTIAGO, Agente de Polícia Judiciária. ADVOGADO: AUTODEFESA, conforme prevê o art. 33, § 2º do Código Disciplinar da PCPR. RELATOR: DR. RENATO COELHO DE JESUS. Participação do acusado por meio de videoconferência. Dada a palavra ao Conselheiro Dr. Renato Coelho de Jesus, que fez a apresentação do seu relatório e assim proferiu o seu voto: *"(…) O comportamento analisado, embora reprovável, não se mostrou reiterado ou suficientemente grave a ponto de indicar inaptidão para o cargo. A tentativa de regularização posterior, somada à atuação positiva do servidor em outros aspectos funcionais apontados nas avaliações de desempenho, permite concluir pela preservação das condições para continuidade no estágio probatório. Desta forma, não vislumbro justificativa suficiente para recomendar a não confirmação do servidor no cargo efetivo, devendo sua avaliação funcional seguir pelos trâmites regulares de acompanhamento previstos na Resolução n.º 03/2023-CPC. CONCLUSÃO: Tendo em vista os fatos descritos na portaria inaugural, acolhendo o relatório da autoridade processante, com base no art. 9º da Lei 21.894/2024, em especial os incisos I, II e III, e levando-se em conta os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, voto pela aplicação da penalidade de REPREENSÃO, já que demonstrado nos autos a violação do art. 8º, inciso XV, e pela ABSOLVIÇÃO do servidor das imputações constantes no art. 5º, incisos III, IV, V, VI e XVII, c/c art. 7º, e no art. 8º, incisos XVII, XVIII e XXXI, todos os dispositivos previstos no Novo Código Disciplinar da Polícia Civil do Paraná. É como voto."* Após proferido o voto, foi dada a palavra ao acusado, que em sustentação oral apresentou seus argumentos, entendendo não ter praticado nenhuma transgressão disciplinar. A seguir, foi a matéria colocada em discussão, e após debatida, em votação, sendo decidido: Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela condenação do acusado LUCAS CESAR SANTIAGO, Agente de Polícia Judiciária, pela prática da transgressão disciplinar prevista no art. 8º, inciso XV, da Lei nº 21.894/2024 - Código Disciplinar da PCPR; II - pela ABSOLVIÇÃO do acusado das imputações constantes no art. 5º, incisos III, IV, V, VI e XVII, c/c art. 7º, e no art. 8º, incisos XVII, XVIII e XXXI, todos Código Disciplinar da PCPR; Por maioria de votos dos Senhores Conselheiros: III – pela aplicação da penalidade de REPREENSÃO pela prática da transgressão especificada no item I, conforme o voto condutor apresentado pelo Relator, Dr. Renato Coelho de Jesus, que foi acompanhado pelos Conselheiros Dr. Getúlio de Morais Vargas, Dra. Maritza Maira Haisi, Dr. Fábio Renato Amaro da Silva Júnior, Dr. Lanevilton Theodoro Moreira e Dr. Silvio Jacob Rockembach; VENCIDO o voto divergente apresentado pelo Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat, que votou pela aplicação da penalidade de 30 (trinta) dias de suspensão ao acusado, sendo acompanhado pelos Conselheiros Dr. Alan Henrique Flore, Dr. Valderes Luiz Scalco e Dr. Marcelo Lemos de Oliveira; IV – pelo reconhecimento de que os fatos apurados não são suficientes para caracterizar o descumprimento dos requisitos do Estágio Probatório, não constituindo, portanto, óbice para sua confirmação no cargo; VENCIDO o voto divergente e isolado apresentado pelo Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat, que votou pela não confirmação do acusado no cargo efetivo de Agente de Polícia Judiciária; V – pela remessa de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP, para os devidos fins; VI - pela expedição das INTIMAÇÕES necessárias, nos termos do art. 54 do Código Disciplinar da PCPR, para início da contagem do prazo recursal e, em não havendo recurso, com o consequente trânsito em julgado da decisão, pelo arquivamento dos autos, após o encaminhamento de cópia da Deliberação: a) ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para o cumprimento da penalidade imposta; b) à Corregedoria-Geral da Polícia Civil; e, c) ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP. **PROCEDIMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO: Prot. 51/2026/CSPC –** Sorteio de Procedimentos Disciplinares Nº 11/2026. Relação de Procedimentos Disciplinares sorteados na sessão de 1º de julho de 2026, publicada no Diário Oficial n. 12.174, de 29/06/2026: 01 – 115/2025/CSPC (protocolo digital 24.945.647-0) – Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de REGNER RODRIGO AVANCINI, SERGIO BITENCOURT SILVEIRA e FERNANDO AUGUSTO SOUZA, Agentes de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Alan Henrique Flore. 02 – 005/2026/CSPC (protocolo digital 25.606.786-2) – Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de EDERSON SOUZA E SILVA, Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Getúlio de Morais Vargas. 03 - 112/2025/CSPC (protocolo digital 24.955.632-7) – Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de GERSON MADLENER DE ALMEIDA, Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Renato Coelho de Jesus. 04 – 122/2025/CSPC (protocolo digital 25.216.417-0) – Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de MAURO TOBALDINI MACHADO, Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Lanevilton Theodoro Moreira. 05 – 064/2025/CSPC (protocolo digital 24.668.325-5) – Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de MARCIA MIDON MARTINS, Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat. **PAUTA ADMINISTRATIVA: ATA ANTERIOR nº 21/2026**, aprovada e assinada pelos Senhores Conselheiros, conforme e-Protocolo nº 26.088.729-7 (Deliberações nº 365 a 375, assinadas no e-Protocolo nº 26.088.519-7). **PROCEDIMENTOS: Prot. 52/2026/CSPC – e-Protocolo 25.615.892-2 (apenso e-Protocolo 25.606.364-6)** – Investigação Preliminar da Corregedoria de Assuntos Internos instaurada em desfavor de **ZOHAIR MOHAMAD HUSSEIN** para apurar denúncias de infrações disciplinares a ele atribuídas durante o período em que esteve lotado na Delegacia da Mulher da Capital (Prot. 158/2026-CD/CGP). Com despacho do Sr. Corregedor-Geral de Polícia em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do referido servidor. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo a proposição da Corregedoria-Geral da Polícia Civil: I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de ZOHAIR MOHAMED HUSSEIN, Agente de Polícia Judiciária, conforme art. 30 da Lei n. 21.894/2024; II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria-Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência. **Prot. 53/2026/CSPC – Protocolo Digital 25.310.425-2** – Investigação Preliminar da 4ª Corregedoria de Polícia Civil instaurada para apurar a conduta do APJ **STÉFANO VERGARA DA SILVA** em virtude do extravio/furto de sua arma carga, noticiado no Boletim de Ocorrência n. 2026/118971. (Prot. 49/2026-CD/CGP). Com despacho do Sr. Corregedor-Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do referido servidor. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição da Corregedoria-Geral da Polícia Civil: I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de STÉFANO VERGARA DA SILVA, Agente de Polícia Judiciária, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024 para apuração das transgressões disciplinares em tese praticadas, bem como para apuração do eventual descumprimento dos requisitos/competências do

estágio probatório, ante o previsto no artigo 12, § 2º, da Resolução n. 3/2023; II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria-Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência. **Prot. 21/2025/CSP** – **e-Protocolo 23.949.190-1** – Processo Administrativo Disciplinar n. 514/2024-CD/CGP instaurado em desfavor de **CRISTINA ALEXANDRA ROSANE MOCELIN** e **VICTOR ALEX REZZI FEU**, Agentes de Polícia Judiciária. Expediente já apreciado pelo Colegiado conforme Deliberação n. 296/2026, por meio da qual houve a aplicação da penalidade de 30 (trinta) e 31 (trinta e um) dias de suspensão aos acusados, respectivamente. Apresentado recurso pelos defensores dos servidores. Com manifestação do Conselheiro Relator, Dr. Alan Henrique Flore, pelo recebimento do recurso, manutenção da decisão do Conselho e remessa ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública para reexame da decisão. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição do Conselheiro Relator, Dr. Alan Henrique Flore: I – pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo-se a penalidade imposta pela Deliberação n. 296/2026; II – pela remessa à apreciação do Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, nos termos do artigo 55, § 2º, da Lei n. 21.894/2024, considerando que o presente recurso já se encontra encartado nos autos principais (Processo Administrativo Disciplinar n. 21/2025/CSPC – Protocolo Digital 23.949.190-1). **Prot. 121/2024/CSP** – **e-Protocolo 22.970.271-8** (apensos e-Protocolos 23.234.368-0, 22.974.367-8, 23.220.080-4, 22.974.262-0, 22.973.927-1, 23.220.036-7, 22.974.056-3 e 22.170.316-2) – Processo Administrativo Disciplinar n. 341/2024-CD/CGP instaurado em desfavor de **ISRAEL BOAVENTURA JÚNIOR**, Agente de Polícia Judiciária. Com manifestação da Autoridade Disciplinar pelo arquivamento dos autos, bem como do Incidente de Insanidade Mental apenso, em virtude da perda de objeto pela morte do agente. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição da Corregedoria-Geral de Polícia: I – pelo reconhecimento da extinção da punibilidade de ISRAEL BOAVENTURA JÚNIOR, em virtude de seu óbito, ocorrido em 15 de junho de 2026, conforme certidão de fl. 118/mov. 50; II – pelo arquivamento dos autos. **Prot. 74/2024/CSPC** – **Protocolo Digital 22.445.043-5** – Processo Administrativo Disciplinar n. 244/2023-CD/CGP instaurado em desfavor de **MARCELO MENEZES VIEIRA**, Agente de Polícia Judiciária. Expediente já apreciado pelo Colegiado conforme Deliberação n. 1048/2025, por meio da qual houve a aplicação da penalidade de 90 (noventa) dias de suspensão. Apresentado Recurso pela defensora do acusado, Dra. Elizabet Aparecida Przybysz - OAB/PR 87.410, também já apreciado por meio da Deliberação n. 1133/2025 (conhecimento, não provimento e remessa à apreciação do Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública). Com despacho Secretarial (fl. 231/mov. 112) em que acolhe a decisão do Conselho Superior da Polícia Civil sobre o recurso administrativo interposto em face da Deliberação n.º 1048/2025, nega-lhe provimento e determina a manutenção imposta pelo Conselho Superior da Polícia Civil quanto à suspensão de 90 (noventa) dias. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pela expedição de intimação à parte e respectiva procuradora a respeito do Despacho Secretarial de fl. 231/mov. 112 – Protocolo Digital 22.445.043-5, que negou provimento ao recurso e manteve a penalidade imposta pela Deliberação n. 1048/2025; II – pelo encaminhamento de cópia da presente Deliberação, bem como da Deliberação n. 1048/2025, ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos para providências quanto ao cumprimento da penalidade imposta e à Corregedoria-Geral da Polícia Civil e ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, para conhecimento, nos termos do art. 26 da Lei n. 21.894/2024; III – pelo arquivamento do presente protocolado. **Prot. 171/2023/CSPC** – **Protocolo Digital 22.891.680-3** – Processo Administrativo Disciplinar n. 393/2023-CD/CGP instaurado em desfavor de **HUMBERTO CUSTODIO DE OLIVEIRA**, Agente de Polícia Judiciária. Expediente já apreciado pelo Colegiado conforme Deliberação n. 1049/2025, por meio da qual houve a aplicação da penalidade de 30 (trinta) dias de suspensão. Apresentado Recurso pelo defensor do acusado, Dr. Ramonn Baldino Garcia - OAB/PR n. 48.978, também já apreciado por meio da Deliberação n. 1110/2025 (conhecimento, não provimento e remessa à apreciação do Excelentíssimo Secretário de Estado da Segurança Pública). Com despacho Secretarial (fl. 215/mov. 60) em que acolhe a decisão do Conselho Superior da Polícia Civil sobre o recurso administrativo interposto em face da Deliberação n.º 1049/2025, nega-lhe provimento e determina a manutenção imposta pelo Conselho Superior da Polícia Civil quanto à suspensão de 30 (trinta) dias. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pela expedição de intimação à parte e respectivo procurador a respeito do Despacho Secretarial de fl. 215/mov. 60 – Protocolo Digital 22.891.680-3, que negou provimento ao recurso e manteve a penalidade imposta pela Deliberação n. 1049/2025; II – pelo encaminhamento de cópia da presente Deliberação, bem como da Deliberação n. 10 49/2025, ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos para providências quanto ao cumprimento da penalidade imposta e à Corregedoria-Geral da Polícia Civil e ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, para conhecimento, nos termos do art. 26 da Lei n. 21.894/2024; III – pelo arquivamento do presente protocolado. **Prot. 188/2014/CSP** – Processo Administrativo Disciplinar n. 83/2014-CD/CGPC instaurado em desfavor de **JAINE FRAJUCA LOPES**, Escrivã de Polícia aposentada. Com manifestação da Conselheira Relatora, Dra. Maritza Maira Haisi, pelo reconhecimento da extinção da punibilidade ocasionada pela prescrição da pretensão punitiva estatal com o consequente arquivamento dos autos. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo a proposição da Conselheira Relatora, Dra. Maritza Maira Haisi: I – pelo reconhecimento da extinção da punibilidade da acusada JAINE FRAJUCA LOPES, ocasionada pela prescrição da pretensão punitiva estatal, em relação às transgressões disciplinares que lhe foram imputadas no presente procedimento; II – pelo arquivamento dos autos. **Prot. 828/2018/CSP** – Processo Administrativo Disciplinar n. 342/2017-CD/CGP instaurado em desfavor de **FLÁVIA MARIA BET GONÇALVES**, Agente de Polícia Judiciária (Escrivã de Polícia). Com despacho do Conselheiro Relator, Dr. Riad Braga Farhat, pela inclusão do procedimento em pauta administrativa. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo a proposição do Conselheiro Relator, Dr. Riad Braga Farhat: I – pelo reconhecimento da extinção da punibilidade da acusada FLÁVIA MARIA BET GONÇALVES, ocasionada pela prescrição da pretensão punitiva estatal, em relação às transgressões disciplinares que lhe foram imputadas no presente procedimento; II – pelo arquivamento dos autos, após ciência à acusada. **PERMUTAS, DESIGNAÇÕES E REMOÇÕES: Prot. 55/2026** - Considerando disposições contidas no inciso I, e § 4º, do art. 64, da Lei Complementar nº 259, de 21 de Julho de 2023; Considerando que o art. 63, da mesma Lei Complementar estabelece que "remoção é o deslocamento do servidor, de ofício ou a pedido, no âmbito da Polícia Civil, com ou sem mudança de localidade, e tem como objetivo principal atender à necessidade do serviço e assegurar o efetivo pessoal necessário à eficiência operacional e administrativa"; Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da Administração e da conveniência do serviço. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela seguinte movimentação de pessoal: **REMOVER** a servidora **EMANUELE MARIA DE OLIVEIRA SIQUEIRA,** Delegada de Polícia, lotada na Delegacia da Mulher da Capital, do Departamento Estadual de Proteção a Vulneráveis (DPV), para o Departamento de Polícia da Região Metropolitana – DPMETRO, na função de Diretora Adjunta, conforme proposição do Presidente do Colegiado, Dr. Silvio Jacob Rockembach. **DESIGNAR** a servidora **LUIZA PEREZ MORAES,** Delegada de Polícia, lotada na Delegacia da Mulher da Capital, do Departamento Estadual de Proteção a Vulneráveis (DPV), para exercer a função de Delegada Chefe da referida Delegacia, conforme proposição do Presidente do Colegiado, Dr. Silvio Jacob Rockembach. **OFÍCIOS E OUTROS EXPEDIENTES: Prot. Ref. 34/2020/CPC** – **Protocolo Digital 18.978.156-3** – **CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL** – Ofício n. 1514/2020 da Procuradoria Funcional/PGE. Decisão provisória. Autos n. 0007102-11.2021.8.16.0004 do 4º Juizado Especial da Fazenda Pública de Curitiba. Autor: **ANDRÉ MARTINEZ SANCHES**. Orientações para cumprimento e informações: "(…) que seja suspenso o processo administrativo disciplinar em desfavor do impetrante, por ora, impedindo a remessa dos autos ao Conselho da Policia Civil, até o julgamento final desta demanda. Caso já tenha sido aplicada a penalidade de demissão ao Impetrante, deve-lhe assegurar o recebimento da remuneração até o trânsito em julgado da ação penal (...)". Expediente já apreciado pelo Colegiado conforme Deliberações n. 302/2022 (juntada de cópia das Deliberação n. 102/2022 e 103/2022 e restituição à Procuradoria Funcional/PGE) e 340/2022 (encaminhamento de cópia ao Conselheiro Relator e restituição à PGE/PRF com a informação de que o Processo Administrativo em referência ainda não foi submetido a julgamento). Juntado pela Procuradoria Funcional/PGE o CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL n. 295/2026 relativo a decisão provisória nos mesmos autos, onde constam as seguintes ORIENTAÇÕES PARA CUMPRIMENTO E INFORMAÇÕES: "Sobreveio sentença de mérito revogando a liminar concedida anteriormente, denegando a segurança e julgando improcedente o pedido do autor. Nessa medida, não há mais decisão liminar beneficiando o autor neste processo, estando autorizado o regular prosseguimento do Processo Administrativo Disciplinar em face do impetrante ANDRE MARTINEZ SANCHES.". Com trâmite pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos. O mencionado Processo Administrativo Disciplinar n. 34/2020 foi distribuído ao Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat para relatoria. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo encaminhamento de cópia deste protocolado ao Conselheiro Relator, Dr. Riad Braga Farhat; II – pela restituição à Procuradoria Funcional – PGE/PRF. **Prot. Ref. 34/2020/CPC** – **Protocolo Digital 26.085.759-2** – **CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL** n. 293/2026 da Procuradoria Funcional/PGE. Decisão provisória. Autos n. 000337-87.2022.8.16.0004 do 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. Autor: **JOSÉ MÁRCIO ILKIU**. Orientações para cumprimento e informações: "Sobreveio sentença de mérito revogando a liminar concedida anteriormente, denegando a segurança e julgando improcedente o pedido do autor. Nessa medida, não há mais decisão liminar beneficiando o autor neste processo, estando autorizado o regular prosseguimento do Processo Administrativo Disciplinar em face do impetrante JOSÉ MÁRCIO ILKIU.". Com trâmite pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos. O mencionado Processo Administrativo Disciplinar n. 34/2020 foi distribuído ao Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat para relatoria. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo encaminhamento de cópia deste protocolado ao Conselheiro Relator, Dr. Riad Braga Farhat; II – pela restituição à Procuradoria Funcional – PGE/PRF. **Prot. Ref. 34/2020/CPC - Protocolo Digital 19.372.512-0** – Decisão judicial relativa ao Mandado de Segurança Cível 0008006-31.2021.8.16.0004 da 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, onde figuram como impetrante **ALMIR BATISTA DE OLIVEIRA FILHO** e como impetrados o Corregedor Geral da Polícia Civil e o Estado do Paraná, encaminhada por e-mail à Procuradoria Geral do Estado, nos seguintes termos: "(…) 2. Compulsando detidamente os autos, observa-se que, ao que parece, a decisão inicial que concedeu o pleito liminar não está sendo adequadamente cumprida pela parte Impetrada, em virtude das informações e documentos juntados aos movs. 28.1/28.3. Logo, *intime-se* a parte Impetrada para que, *em cinco dias*, providencie o efetivo cumprimento da determinação judicial de mov. 21.1 ou comprove a impossibilidade de fazê-lo. Consigno que o descumprimento desta determinação ensejará o início da contagem do prazo para fins de aplicação da multa diária já fixada no referido *decisum* e poderá ser considerado como ato atentatório à dignidade da justiça, nos termos do artigo 77, §1º do CPC. (...)". A decisão inicial em tese descumprida foi proferida da seguinte forma: "(…) Isto posto, DEFIRO o pedido liminar, para o fim de determinar à autoridade Impetrada que suspenda o processo administrativo disciplinar que tramita em desfavor do Impetrante, impedindo, por ora, a remessa dos autos ao Conselho da Policia Civil. Caso já tenha sido aplicada a penalidade de demissão ao Impetrante, defiro o pedido liminar sucessivo, para o fim de assegurar ao Impetrante o recebimento de sua remuneração até o julgamento definitivo do recurso de apelação interposto nos autos do processo criminal. (...)". Expediente já apreciado pelo Colegiado conforme Deliberação n. 553/2022 (após conhecimento, pela restituição à Procuradoria Funcional). Juntado despacho da Procuradoria Funcional/PGE nos seguintes termos: "Através do presente informo que foi proferida sentença de mérito julgando improcedente a pretensão

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

inicial (denegando a ordem em sede de mandado de segurança) – mov. anterior, a qual revogou expressamente a liminar inicialmente concedida (fls. 04/12 deste e-protocolo), autorizando o regular prosseguimento do Processo Administrativo Disciplinar ajuizado contra o impetrante.". Com trâmite pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos. O mencionado Processo Administrativo Disciplinar n. 34/2020 foi distribuído ao Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat para relatoria. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo encaminhamento de cópia deste protocolado ao Conselheiro Relator, Dr. Riad Braga Farhat; II – pela restituição à Procuradoria Funcional – PGE/PRF. **Prot. Ref. 34/2020/CPC** - **Protocolo Digital 19.618.242-0** - CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL - Ofício n° 3.354/2022-PRF/PGE da Procuradoria Funcional/PGE. Decisão Provisória. Interessado: **LEONARDO AUGUSTO SCHAUFF PETSCHOW**. Autos nº 0000336-05.2022.8.16.0004 da 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. Conteúdo da decisão: *"Deverá ocorrer a suspensão do processo administrativo disciplinar que tramita em desfavor do Impetrante, impedindo, por ora, a remessa dos autos ao Conselho da Polícia Civil. Caso já tenha sido aplicada a penalidade de demissão ao Impetrante, deverá assegurar ao Impetrante o recebimento de sua remuneração até o julgamento definitivo do recurso de apelação interposto nos autos do processo criminal (autos 5274-81.2020.8.16.0014),sob pena de multa diária no valor de R$ 200,00(Duzentos reais) até o limite de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em caso de descumprimento, sem prejuízo das demais sanções administrativas e criminais, conforme decisão juntada no mov. 03 – fls. 03-12."*. Expediente já apreciado pelo Colegiado conforme Deliberação n. 713/2022 (encaminhamento de cópia ao Conselheiro Relator e restituição à PGE/PRF, com a informação de que o Processo Administrativo em referência ainda não foi submetido a julgamento). Juntado pela Procuradoria Funcional/PGE o CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL n. 294/2026 relativo a decisão provisória nos mesmos autos, onde constam as seguintes ORIENTAÇÕES PARA CUMPRIMENTO E INFORMAÇÕES: "Sobreveio sentença de mérito revogando a liminar concedida anteriormente, denegando a segurança e julgando improcedente o pedido do autor. Nessa medida, não há mais decisão liminar beneficiando o autor neste processo, estando autorizado o regular prosseguimento do Processo Administrativo Disciplinar em face do impetrante LEONARDO AUGUSTO SCHAUFF PETSCHOW..". O mencionado Processo Administrativo Disciplinar n. 34/2020 foi distribuído ao Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat para relatoria. Com trâmite pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo encaminhamento de cópia deste protocolado ao Conselheiro Relator, Dr. Riad Braga Farhat; II – pela restituição à Procuradoria Funcional – PGE/PRF. **Prot. Ref. 6/2025/CSP** – **e-Protocolo 25.890.512-1** – Ofício nº 115/2026 da Secretaria do Conselho Superior da Polícia Civil dirigido ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC. Encaminha cópia da Deliberação n. 174/2026 e respectiva certidão de trânsito em julgado, relativas ao Processo Administrativo Disciplinar n. 6/2025/CSP, instaurado em desfavor de **ROBSON PAULINO DOS SANTOS GUIMARÃES**, Agente de Polícia Judiciária, no qual lhe foi imposta a penalidade de suspensão por 04 (quatro) dias. Adotadas pelo referido Grupo providências quanto ao cumprimento da penalidade de suspensão no período de 18/05/2026 a 21/05/2026. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, diante das providências adotadas, pelo apensamento do presente aos autos principais (e-Protocolo 23.946.689-3), já arquivados. **Protocolo Digital 26.116.034-0** – Ofício n. 82/2026 da Delegacia de Crimes contra a Economia e Proteção ao Consumidor. Encaminha requerimento do servidor **TIAGO KOLZ BICALHO**, Agente de Polícia Judiciária, para a concessão da Medalha do Mérito Policial (por Ato de Bravura), em virtude de sua atuação na contenção de tentativa de fuga de presos do 11º Distrito Policial, ocorrida em 02 de novembro de 2014, ocasião em que sofreu grave ferimento ao ser atingido por disparo de arma de fogo. Com trâmite pelo Departamento Estadual de Proteção a Vulneráveis. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - por sortear cinco Conselheiros, nos termos do art. 12, do Decreto 5545, de 31 de agosto de 2020, para composição de Comissão para avaliação de eventual caracterização de bravura do ato que culminou no ferimento do servidor TIAGO KOLZ BICALHO, Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteados os Conselheiros Dr. Renato Coelho de Jesus, como Presidente, Dra. Maritza Maira Haisi, Dr. Valderes Luiz Scalco, Dr. Getulio de Morais Vargas e Dr. Fábio Renato Amaro da Silva Júnior, como membros da referida Comissão; II - pelo encaminhamento do protocolado ao Presidente da Comissão, para as providências pertinentes. **Prot. Ref. 287/2007/CSP** – **e-Protocolo 26.128.479-0** – **CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL –** Ofício n. 705/2026 da Procuradoria de Execuções, Precatórios e Cálculos – PRE. Decisão definitiva. Favorecido: **MÁRCIO GLONIKA**. Autos: 0005210-33.2022.8.16.0004 da 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. ORIENTAÇÕES PARA CUMPRIMENTO E INFORMAÇÕES: "Ciência do trânsito em julgado da decisão que declarou a nulidade absoluta de processo administrativo disciplinar implica a reintegração do servidor e o pagamento integral das verbas remuneratórias desde o afastamento indevido até a reintegração, bem como a condenação ao pagamento dos atrasados desde o desligamento indevido, até a efetiva reintegração, nos termos da jurisprudência dominante. As informações sobre a presente ação, foram solicitadas através do protocolo 19.886.004-2. Diante disso, deve ser: 1. Declarada a nulidade absoluta do processo administrativo disciplinar n.º 7.259.268-9. 2. Tomar providências administrativas para reintegração definitiva do autor MÁRCIO GLONIKA ao cargo de Investigador de Polícia. 3. Solicitamos ainda o encaminhamento de planilha com valores devidos, desde a data do desligamento até a data da reintegração. 4. Reforçamos que não deve ser feito nenhum pagamento retroativo na esfera administrativa, na medida em que serão objeto de execução judicial.". Com trâmite pela Secretaria de Estado da Segurança Pública. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, após ciência da decisão judicial ora informada e em conformidade com as orientações advindas da Procuradoria-Geral do Estado: I – por declarar nula a Sindicância de Estágio Probatório n. 287/2007/CSP, que deverá ser desarquivada e incluída em pauta de distribuição para análise, juntando-se previamente cópia integral deste expediente; II – pelo encaminhamento ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP com vistas à reintegração de MÁRCIO GLONIKA, conforme decisão judicial transitada em julgado, com posterior remessa ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/PCPR para elaboração da planilha indicada no item 3 das orientações para cumprimento e informações acima transcritas, e retorno a este Colegiado para ulteriores deliberações. **ELOGIOS: e-Protocolo 26.003.051-5** – Ofício n. 140/2026 da Promotoria de Justiça de Ipiranga. Comunica que o trabalho desenvolvido pela Delegada de Polícia **INGRID DA SILVA PRIOTTO** vem ultrapassando o normal cumprimento de suas atribuições e alcançando enorme relevância não só para a Comarca de Ipiranga/PR, mas, também, para os municípios situados ao seu redor. Com trâmite pela Corregedoria-Geral de Polícia, Departamento de Polícia do Interior, 13ª Subdivisão Policial de Ponta Grossa e despacho da Delegacia de Polícia de Ipiranga a relação dos servidores que colaboram para o resultado da unidade, a saber: DAVI RANGEL DOS SANTOS, SILMAR GARCIA MEIRA e THIAGO D'ALMEIDA RODRIGUES. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para as devidas anotações, com posterior restituição à Delegacia de Polícia de Ipiranga para ciência e arquivamento. **e-Protocolo 26.111.760-6** – Ofício n. 128/2026 do GAECO/Cascavel. Formaliza elogio à Agente de Polícia Judiciária **KARINA SANTOS MAZIA**, em reconhecimento à sua exemplar atuação profissional e elevado tirocínio policial, especialmente por sua participação no cumprimento do Mandado de Busca e Apreensão expedido pela Vara Criminal de Catanduvas, no dia 12 de maio de 2026, deflagrado no contexto da Operação Nexus. Com trâmite pela Corregedoria-Geral de Polícia. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para as devidas anotações, com posterior remessa ao TÁTICO INTEGRADO DE GRUPOS DE REPRESSÃO ESPECIAL – TIGRE, para ciência e arquivamento. **DIVERSOS: Protocolo Digital 22.351.798-6 (apenso e-Protocolo 22.006.260-0)** - Relatório Final de Estágio Probatório n. 003/2026 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP com manifestação favorável à estabilidade de **WILSON PEREIRA DOS SANTOS**, no cargo de Agente de Polícia Judiciária. Data de Exercício no Cargo: 21/06/2023. Conforme consulta no sistema do GARH/DPC em 24/06/2026, referido servidor encontra-se nível II. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela DECLARAÇÃO DA ESTABILIDADE do servidor WILSON PEREIRA DOS SANTOS no cargo de Agente de Polícia Judiciária, a partir de 22/06/2026, nos termos do artigo 28 da Lei Complementar n. 259/2023, e do artigo 13 da Resolução n. 03/2023; II – pelo encaminhamento de cópia desta Deliberação à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório – CAEDEP/DPC e Comissão de Avaliação de Requisitos para a Promoção – CARP/DPC; III – pelo encaminhamento do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para conhecimento e devidos fins. **e-Protocolo 25.846.146-0** (apensos e-Protocolos 25.882.557-8, 25.833.509-0, 25.888.841-3 e 25.852.521-3) – Primeiro processo de promoção de 2026 (Promoção de maio/2026), inaugurado conforme Deliberação n. 270/2026. Expedido Decreto n. 13.846, de 26 de maio de 2026, que efetivou as promoções. Com despacho do Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/PCPR com vistas a tornar sem efeito o referido Decreto, conforme minuta anexada, na parte em que promoveu os seguintes servidores: BRUNO SCATOLIN (exonerado em 17/05/2026), DIEGO BRAVO DO NASCIMENTO (exonerado em 17/05/2026), EDSON LUIZ DA SILVA (exonerado em 22/05/2026), ELIZANDRO PELLENS PEREIRA (exonerado em 18/05/2026), JULIANA FERNANDES CINESI FERREIRA (retirada do processo de promoção), LEONARDO SABA (exonerado em 18/05/2026), RODRIGO ALESSANDRO TAMBOSI (exonerado em 18/05/2026) e SANYLEI WEBER BURCHARDT (exonerado em 17/05/2026). Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo acolhimento da proposta de tornar sem efeito o Decreto n. 13.846, de 26 de maio de 2026, na parte que promoveu os servidores acima relacionados; II – pelo encaminhamento do protocolado à Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP para os devidos encaminhamentos. **REQUERIMENTOS: e-Protocolo 20.316.084-4** – Requerimento de **JAQUELINE LAZZARIN**, Agente de Polícia Judiciária, para restituição de sua arma de fogo. Com trâmite pelo Instituto de Identificação, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Grupo Auxiliar de Recursos Humanos e Corregedoria-Geral de Polícia. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo deferimento do pedido; II – pelo encaminhamento à Delegacia de Explosivos, Armas e Munições para providências. **e-Protocolo 26.140.369-2** – **ZOHAIR MOHAMAD HUSSEIN**, Agente de Polícia Judiciária, através de seus advogados, encaminha cópia de decisão da 6ª Turma Recursal dos Juizados Especiais no Agravo de Instrumento n. 0004321-18.2026.8.16.9000 AI em que foi deferido pedido de tutela antecipada de urgência e determinada a suspensão dos efeitos das faltas injustificadas lançadas no histórico funcional da parte agravante, referente ao período de 5 a 20 de julho de 2025, de modo que tais faltas não obstem a sua progressão na carreira e a inclusão de seu nome na lista de servidores aptos à promoção, ressalvado o crivo da Administração Pública quanto a eventuais outros entraves funcionais, e requer a inclusão de seu nome na Lista Oficial Definitiva dos integrantes do Quadro Próprio da Polícia Civil aptos à promoção ao Nível VII. Com despacho da Comissão de Avaliação de Requisitos para Promoção nos seguintes termos: "(…) este setor realizou a conferência do histórico funcional do servidor e constatou que inexistiam outros entraves além das referidas faltas agora suspensas. (…)". Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pelo encaminhamento à Procuradoria-Geral do Estado para conhecimento e orientações. **e-Protocolo 18.331.426-2** – **LYZAINE CRISTINA DA SILVA ZARUR**, Agente de Polícia Judiciária, solicita a restituição da cédula funcional, insígnia, porta documentos e arma carga. Com trâmite pelo Instituto de Identificação, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Grupo Auxiliar de Recursos Humanos e Corregedoria-Geral de Polícia. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo deferimento do pedido; II – pela encaminhamento ao Instituto de Identificação e à Delegacia de Explosivos, Armas e Munições para providências. **EXTRA PAUTA: e-Protocolo 26.115.908-2 –** Ofício nº 1233/2026 complementado pelo Ofício n°

1274/2026 do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Secretaria Nacional de Segurança Pública. Solicita autorização para mobilizar o servidor JOSÉ BARRETO DE MACEDO JUNIOR, Delegado da Polícia Civil do Paraná, a contar da data de apresentação a ser definida por esta Secretaria Nacional, pelo período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, para exercer suas atividades na Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo acolhimento do pedido; II – pela encaminhamento ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/ DPC para as providencias cabíveis. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente Ata, que se apresenta devidamente assinada eletronicamente pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Conselheiros e pelo Secretário-Geral do Conselho.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

2 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
3 - RIAD BRAGA FARHAT
4 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
5 - VALDERES LUIZ SCALCO
6 - FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR
7 - MARITZA MAIRA HAISI
8 - ALAN HENRIQUE FLORE
9 - RENATO COELHO DE JESUS
10 - GETÚLIO DE MORAIS VARGAS
11 - _____

VALMIR SOCCIO
Secretário-Geral do Conselho

88232/2026

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ

ATO DO COMANDANTE-GERAL

PORTARIA DO COMANDO-GERAL Nº 333, DE 1º DE JULHO DE 2026.

O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 4° e 21, inciso II da Lei de Organização Básica - LOB do CBMPR, com fulcro no art. 2º, inciso VI, do Decreto Estadual n.º 11.322, de 30 de setembro de 2025, incluído pelo Decreto Estadual nº14.042, de 16 de junho de 2026, em conformidade com o disposto nos Arts. 42 e 44-A e em seu parágrafo único, da Lei Estadual nº 5.940, de 08 de maio de 1969, com fundamento o art. 13-A, da Lei Complementar n.º 231, de 17 de dezembro de 2020.

RESOLVE

Art. 1º Art. 1º Promover à graduação de **Subtenente QPBM**, com fulcro no Art. 44-A, da Lei Estadual nº 5.940, de 08 de maio de 1969, o seguinte militar estadual:

Nº	Graduação	Nome	RG	CPF
1	1º SGT QPBM	Cézar Galvão de Lima	45968111	660.XXX.XXX-91

Art. 2º O Art. 2º Promover à graduação de **1º Sargento QPBM**, com fulcro no Art. 44-A, da Lei Estadual nº 5.940, de 08 de maio de 1969, o seguinte militar estadual:

Nº	Graduação	Nome	RG	CPF
1	2º SGT QPBM	Ronaldo Carneiro De Souza	44354314	820.XXX.XXX-49

Art. 3° O militar estadual promovido por meio desta Portaria, ocupará a mesma referência de subsídio da nova graduação, na forma que estabelece o § 2º, do Art. 7º, da Lei Estadual nº 17.169, de 24 de maio de 2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor após a sua publicação em Diário Oficial.

(assinado eletronicamente)
Cel. QOBM Antonio Geraldo Hiller Lino,
Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

88490/2026

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ
CORREGEDORIA

Portaria nº 23/2026

A Corregedora da Polícia Científica do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas de acordo com os art. 14 da Lei nº 21.117 de 30 de junho de 2022, art. 99 da Lei nº 20.656 de 03 de agosto de 2021 e Decreto nº 11.077 de 1 de setembro de 2025.

INSTAURA

Sindicância e designa a servidora **Kathleen Liedtke Kolb** - CPF 418.XXX.XXX-63 e **Rafael Vinicius Monetta de Carvalho** – CPF 394.XXX.XXX-23, sob a presidência da primeira nominada, para formarem **Comissão de Sindicância** e apurar os fatos narrados no protocolo **25.148.622-0,** relacionados com sinistro de trânsito.

Curitiba, 02 de julho de 2026.

Joice Malakoski
Corregedora da Polícia Científica

88652/2026

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0768/2026 - GS/SESP

Assunto: ABERTURA DE LICITAÇÃO – OBRAS.
Protocolo: 24.362.950-0

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso V, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como no art. 29 da Lei nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 167/2026 - PGE/PCO (fls. 1073/1084), bem como no Despacho do Centro de Licitações (fl. 2051) que certificou o cumprimento das recomendações exaradas pela PGE, a instauração de procedimento licitatório, na modalidade de Concorrência Eletrônica, critério de julgamento técnica e preço, visando a contratação integrada de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a elaboração dos projetos básicos, legais e executivos de arquitetura e complementares, incluindo a aprovação dos projetos nos órgãos competentes e obtenção de alvarás, licenças e demais documentos legais necessários, e a execução da obra da Sede do 31º Batalhão da Polícia Militar em Assis Chateaubriand, com área total a construir de aproximadamente 3.631,29 m², no imóvel situado à Avenida Radial Leste nº175, Bairro Jardim América, CEP 85.935-003, Município de Assis Chateaubriand, Paraná, no valor global máximo de R$ 22.218.519,77 (vinte e dois milhões, duzentos e dezoito mil, quinhentos e dezenove reais e setenta e sete centavos), conforme minuta do Edital de fls. 1978/2049;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

2. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Licitações para providências.

Curitiba, 02 de julho de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

88381/2026

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0773/2026 - GS/SESP

Assunto: Abertura de Licitação – Aquisição de Fardamento.
Protocolo: 24.421.454-1

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso V, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como no art. 29 da Lei nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 326/2026-PGE (fls. 826/850), bem como nas certificações de saneamento de fls. 1166/1178, a instauração de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, forma Eletrônica, critério de julgamento menor preço, visando à aquisição de fardamentos 1º RUBM "A" (Gala) e 2º RUBM "A" (Representação Formal) para atender às necessidades do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR), no valor máximo de R$ 2.094.125,72 (dois milhões, noventa e quatro mil, cento e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos), conforme minuta do Edital de fls. 1047/1164;

2. DECLARO, que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Licitações para providências.

Curitiba, 03 de julho de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

88561/2026

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0769/2026 - GS/SESP

Assunto: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - PMPR - MUNICÍPIO DE TOLEDO
Protocolo: 25.915.847-8

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, § 2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e nos termos da Informação nº 1881/2026-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência da Polícia Militar do Paraná - PMPR, e, de outro lado, o Município de Toledo/PR, inscrito no CNPJ/MF nº 76.205.806/0001-88, visando a comunhão de esforços para incrementar ações, no município de Toledo, destinadas ao enfrentamento da violência e da criminalidade, à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas, do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada entre os partícipes, por meio do intercâmbio de informações, dados, tecnologia, imagens e o estabelecimento de procedimentos de cooperação técnica e operacional, conforme Minuta de Termo de Cooperação Técnica acostada às fls. 65/75 e respectivo Plano de Trabalho às fls. 76/83;

2. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que as exararam;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba, 02 de julho de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

88375/2026

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0760/2026 - GS/SESP

Assunto: PARECER REFERENCIAL Nº 037/2024-PGE – EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 015/2026 – PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO - UNIDADE DE PROGRESSÃO (PCE-UP) .
Protocolo: 26.060.490-2

1. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 037/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 288/2024, e na respectiva Informação Técnica n° 1877/2026-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação e Permissão de Uso n° 320/2026-SESP/DEPPEN com a empresa JURISEG PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 04.612.943/0001-26, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário do Paraná (FUPEN) e pela Penitenciária Central do Estado – Unidade de Progressão – PCE-UP, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 43/57) e Plano de Trabalho (fls. 59/70);

2. DECLARO, para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba, 02 de julho de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

88366/2026

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0766/2026 - GS/SESP

Assunto: TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 322/2026 - REGIME FECHADO - TRABALHO EXTERNO.
Protocolo: 26.068.528-7

1. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 18/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 152/2024, e na Informação nº 1895/2026-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARILENA, CNPJ nº 75.971.010/0001-73, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela CADEIA PÚBLICA DE NOVA LONDRINA, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs), que estejam cumprindo pena em regime fechado, conforme minuta do Termo de Cooperação (fls. 21/34) e Plano de Trabalho (fls. 36/47);

2. DECLARO para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba, 02 de julho de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

88374/2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos do art. 277, alínea "d", c/c art. 287, alínea "c", do Código de Processo Penal Militar, **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que **INTIMA** o militar Cap. BM Ref. Moisés Capriglione (CPF 779.XXX.XXX-04), acerca da Decisão de Recurso (Reconsideração de Ato) referente ao Conselho de Justificação nº 06/2021 – COGER, publicada no Boletim Reservado nº 026 de 18 maio de 2026. E, tendo em vista que, após a realização das devidas diligências em dias e horários diferenciados, o intimado encontra-se em local incerto e não sabido, não sendo possível notificá-lo pessoalmente, expede-se o presente edital.

Curitiba, 30 de junho de 2026.

Cel. QOEM PM Juliano Caciatori,
Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR.

(Ref. Boletim Reservado nº 026 de 18 maio de 2026 E-Protocolo nº 25.941.851-8)

86430/2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos

termos do art. 277, alínea "d", c/c art. 287, alínea "c", do Código de Processo Penal Militar, **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que **INTIMA** o militar Cap. BM Ref. Moises Capriglione, CPF XXX.046.449-XX, acerca da Decisão de Recurso (Reconsideração de Ato) referente ao Conselho de Justificação nº 05/2021 – COGER, publicada no Boletim Reservado nº 025 de 18 de maio de 2026. E, tendo em vista que, após a realização das devidas diligências em dias e horários diferenciados, o intimado encontra-se em local incerto e não sabido, não sendo possível notificá-lo pessoalmente, expede-se o presente edital.

Curitiba, 30 de junho de 2026.

Cel. QOEM PM Juliano Caciatori,
Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR.

(Ref. Boletim Reservado nº 025 de 18 maio de 2026 E-Protocolo nº 25.940.948-9)

86428/2026

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL

Portaria nº 116/2026-GAB

O Diretor-Geral da Polícia Científica, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 21.117/2022, arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005, Decreto n.º 11.243, de 16 de setembro de 2025 e Resolução nº 038/2024-SESP, considerando:

- O disposto no Decreto n.º 4.634 de 12 de maio de 2020, que regulamenta a Licença Capacitação, instituída pela Lei Complementar Estadual n.º 217 de 22 de outubro de 2019, e;

- A Resolução SEAP n.º 11.094 de maio de 2021, que estabelece normas gerais para a concessão da Licença Capacitação aos servidores civis e militares do Poder Executivo Estadual, bem como o contido no protocolado nº 26.050.103-8.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, 90 (noventa) dias de Licença Capacitação ao servidor Jacson Gluzezak, RG 8.830.798-4, CPF 009.XXX.XXX-51, LF 1, ocupante do cargo de Perito Oficial Criminal.

Art. 2º A Licença Capacitação terá início em 14/09/2026 referente ao período aquisitivo de 18/09/2018 a 17/09/2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ciro José Cardoso Pimenta
Diretor-Geral da Polícia Científica do Paraná

88194/2026

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL

Portaria nº 120/2026-GAB

O Diretor-Geral da Polícia Científica, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Lei nº 21.117/2022, arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005, Resolução nº 038/2024-SESP e Decreto nº 11.243, de 16 de setembro de 2025, RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR a servidora CLAUDIA MARINA SCHELLIN BECKER, CPF 876.XXX.XXX-20, da função de titular da Gerência da Qualidade da Seção de Genética Molecular Forense.

Art. 2º DISPENSAR o servidor DANILO GARCIA SANCHEZ, CPF 418. XXX.XXX-81, da função de suplente da Gerência da Qualidade da Seção de Genética Molecular Forense.

Art. 3º DESIGNAR o servidor DANILO GARCIA SANCHEZ, CPF 418.XXX. XXX-81, para a função de titular da Gerência da Qualidade da Seção de Genética Molecular Forense.

Art. 4º DESIGNAR a servidora CLAUDIA MARINA SCHELLIN BECKER, CPF 876.XXX.XXX-20, para a função de suplente da Gerência da Qualidade da Seção de Genética Molecular Forense.

Art. 5º DESIGNAR a servidora JULIANE CARLOTTO, CPF 046.XXX. XXX-00, para a função de suplente da Gerência da Qualidade Seção de Genética Molecular Forense.

Ciro José Cardoso Pimenta

Diretor-Geral da Polícia Científica do Paraná

88202/2026

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL

Portaria nº 119/2026-GAB

O Diretor-Geral da Polícia Científica, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Lei nº 21.117/2022, arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005, Resolução nº 038/2024-SESP e Decreto nº 11.243, de 16 de setembro de 2025, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, em razão do Acordo de Cooperação Técnica instruído no âmbito do Protocolo 25.661.008-6, firmado entre a Polícia Científica e a Polícia Federal, comporem a comissão de recebimento de equipamentos no Laboratório de Química da Unidade de Execução Técnico-Científica de Foz do Iguaçu em parceria com a Polícia Federal:

- POC Renilson Servulo da Silva Junior – CPF nº 127.XXX.XXX-65.

- POC Talita Odriane Custodio Leite – CPF nº 112.XXX.XXX-02.

- TPO Ricardo Langwinski – CPF nº 045.XXX.XXX-71.

Art. 2º Serão objeto de recebimento os seguintes equipamentos:

- FTIR (protocolo 20.575.782-1);

- ICP-MS (Protocolo 22.415.334-1);

- LC-qTOF (Protocolo 22.415.499-2);

- Cromatógrafo iônico (Protocolo 22.433.126-0);

- LC-triplo quadruplo (Protocolo 22.385.321-8);

- FTIR (Protocolo 23.778.317-4).

Art. 3º Fica o presidente da comissão autorizado a designar servidores substitutos ou convocar membros de apoio em caso de ausência, impedimento de qualquer dos membros titulares ou em outras situações excepcionais, a fim de garantir a continuidade dos trabalhos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ciro José Cardoso Pimenta

Diretor-Geral da Polícia Científica do Paraná

88224/2026

P O R T A R I A Nº 1325.2026 GARH.DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto nº 4884/1978, combinado com o disposto na Resolução n° 276/2023/SESP e Resolução nº 11.094/2021/SEAP, resolve CONCEDER licença capacitação de 90 dias ao(s) servidores(es) abaixo relacionado(s): **RANGEL CARLOS MARIA**, RG 5.XX8.XX3-5/PR, **início em 10/08/2026,** referente ao período aquisitivo de **14/04/2019** a **13/04/2024** (**Protocolo nº 22.648.702-6)**.

Curitiba, 02 de Julho de 2026.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

88208/2026

PORTARIA N.º 076/2026 – PRES/FUNDASEG

Súmula: Designar servidores para atuar na gestão e na fiscalização das contratações firmadas pelo órgão.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 250 de 01º de janeiro de 2023, Lei Complementar n.º 282 de 03 de julho de 2025, Decreto Estadual n.º 12.090 de 28 de novembro de 2025, Decreto Estadual n.º 9.437 de 03 de abril de 2025, e o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021, em cumprimento aos demais diplomas legais aplicados à espécie, e, **CONSIDERANDO:**

A Portaria nº 046/2026 – PRES/FUNDASEG, que dispõe sobre a designação excepcional e temporária de agentes de contratação, pregoeiros, equipe de apoio, gestores e fiscais de contratos no âmbito da Fundação de Apoio à Segurança Pública – FUNDASEG.

O disposto nos Arts. 7º e 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

RESOLVE

Art. 1º – Designar, Agnaldo Nunes Baldissera, CPF nº ***.452.669-**, servidor desta Fundação de Apoio à Segurança Pública – FUNDASEG, para atuar como gestor do contrato, referente à entrega de dispositivo retrátil para crachá – roller clip, para atender às demandas da Fundação de Apoio à Segurança Pública, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº 11/2026 – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 90055/2025 – UASG 925006.

Art. 2º – Designar, Elisangela Machado Vargas, CPF n.º ***.699.459-**, servidora desta Fundação de Apoio à Segurança Pública – FUNDASEG, para atuar como fiscal do contrato, referente à entrega de dispositivo retrátil para crachá – roller clip, para atender às demandas da Fundação de Apoio à Segurança Pública, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços nº 11/2026 – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 90055/2025 – UASG 925006.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Curitiba, 02 de julho de 2026

Renan Barbosa Lopes Ferreira
Diretor-Presidente
Fundação de Apoio à Segurança Pública

88398/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
CONSELHO DA POLÍCIA PENAL

DELIBERAÇÃO N.º 14/2026

O CONSELHO DA POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO PARANÁ, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 21.404, de 13 de abril de 2023, e pelo Regimento Interno aprovado pela Resolução SESP nº 257, de 30 de abril de 2026, especialmente quanto à competência para uniformização de entendimentos no âmbito da Polícia Penal do Estado do Paraná;
Considerando que, nos termos do art. 1º do referido Regimento, o Conselho da Polícia Penal constitui órgão consultivo, normativo e deliberativo, com competência para o controle do ingresso, ascensão funcional, movimentação de servidores, hierarquia e regime disciplinar da carreira da Polícia Penal;
Considerando a competência atribuída a este Colegiado pelo art. 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução SESP nº 257/2026, para deliberar sobre as promoções dos servidores das carreiras do Quadro Próprio da Polícia Penal do Estado do Paraná (QPPP), observada a legislação vigente, expedindo atos de regulamentação;
Considerando o disposto no art. 4º, inciso XII, do mesmo diploma regimental, que confere ao Conselho a atribuição de atuar como órgão consultivo, normativo e deliberativo para fins de controle do ingresso, ascensão funcional, hierarquia e regime disciplinar da carreira da Polícia Penal;
Considerando que o expediente protocolado sob o nº 25.414.198-4, instaurado pela Divisão de Recursos Humanos – DRH/DEPPEN, versa sobre consulta técnica relativa à Promoção Extraordinária prevista no art. 26-A da Lei Complementar nº 245/2022, especificamente quanto ao requisito de tempo de efetivo exercício ininterrupto e sua correlação com os limites previstos no art. 128 da Lei Estadual nº 6.174/1970;
Considerando que a consulta foi formulada a partir de casos concretos envolvendo servidores que ultrapassaram limites legais relativos a faltas injustificadas, licença por motivo de doença em pessoa da família e licença para trato de interesses particulares, questionando-se se tais excessos descaracterizam o efetivo exercício e interrompem o interstício exigido para a promoção extraordinária;
Considerando que, a Divisão de Recursos Humanos encaminhou o expediente a este Conselho para conhecimento e deliberação quanto à diretriz a ser adotada nos procedimentos de promoção extraordinária, tendo a matéria sido discutida e deliberada na 111ª Reunião Ordinária, realizada em 26 de maio de 2026, às 9h;
Considerando que o expediente foi regularmente distribuído ao Conselheiro Relator Rogério Orém de Andrade, que proferiu voto fundamentado no sentido de que a exigência de "tempo ininterrupto" prevista no art. 26-A da Lei Complementar nº 245/2022 deve ser interpretada à luz da manutenção do vínculo jurídico do servidor com o Estado, sustentando que afastamentos sem vencimento que não acarretam ruptura do vínculo funcional não configuram interrupção do tempo para fins de promoção extraordinária, mas sim suspensão do cômputo durante o período de afastamento;
Considerando que o voto do Conselheiro Relator concluiu pela adoção das seguintes diretrizes: (i) considerar tais afastamentos como suspensão do tempo para a contagem exigida na promoção extraordinária; (ii) afastar sua enquadrabilidade como interrupção para fins do art. 26-A; e (iii) admitir a soma dos períodos anterior e posterior ao afastamento para compor o lapso temporal legal, desconsiderando-se apenas o período efetivamente afastado (não computável como efetivo exercício), observadas as demais exigências legais;
Considerando que, submetida a matéria à discussão, foram apresentadas divergências ao voto do Relator, sustentando-se que a interrupção prevista no art. 26-A da Lei Complementar nº 245/2022 deve seguir o entendimento previsto na Lei nº 6.174/1970, com fundamento no art. 30 da Lei Complementar nº 245/2022 e no princípio da legalidade estrita que rege a Administração Pública;
Considerando que, na 111ª Reunião Ordinária deste Conselho, os Conselheiros presentes procederam à votação e DELIBERARAM nos termos seguintes:
I – Submetida a matéria à votação, o Conselho deliberou, por maioria, acolher o voto do Conselheiro Relator, no sentido de que os afastamentos sem vencimento que não impliquem ruptura do vínculo jurídico com o Estado devem ser tratados como suspensão (e não interrupção) do tempo para fins de promoção extraordinária. Assim, embora o período de afastamento não seja computado como tempo de efetivo exercício, admite-se a soma dos tempos anterior e posterior ao afastamento para composição do lapso temporal exigido pelo art. 26-A, desde que observados os princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade, bem como as demais exigências legais.
II – Publique-se.

Curitiba, 03 de julho de 2026.

Ananda Chalegre dos Santos
Presidente do Conselho da Polícia Penal

88475/2026

RESOLUÇÃO SESP N° 0373/2026

Retificação de Resolução.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 13.205 de 7 de abril de 2026 e conforme protocolo nº 26.150.845-1.

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR a Resolução n.º 0359/2026 – SESP, publicada em Diário Oficial n.° 12.176, de 01 de julho de 2026, de fls. 5 mov. 4, no que segue:

ONDE SE LÊ:

"Art. 1º Instaurar, nos termos do art. 201 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, Processo de Responsabilização – PR/SESP, em face da empresa RISOTOLANDIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n.° 76.900.463/0001-71, admitida pelo Contrato n.° 0328/2025 – GMS n.° 3384/2025, cujo objeto seria a prestação de serviços continuados de nutrição, cocção e fornecimento transportados de refeições destinadas a atender a demanda das unidades penais da Regional de Curitiba. A empresa teria, em tese, atrasado na entrega das refeições, troca de proteína sem aviso prévio, entrega de alimentos a granel, peso inadequado de proteína, falta de nutricionista na unidade, e supostas marmitas azedas, diante disso a mesma poderá ser sancionada pelas penalidades de declaração de inidoneidade e multa, nos moldes do art. 156, incisos II e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021."

LEIA-SE:

"Art. 1º Instaurar, nos termos do art. 201 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, Processo de Responsabilização – PR/SESP, em face da empresa RISOTOLANDIA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ n.° 76.900.463/0001-71, admitida pelo Contrato n.° 0328/2025 – GMS n.° 3384/2025 e pelo Contrato n.° 1048/2024 – GMS n.° 9611/2024, cujo objeto seria a prestação de serviços continuados de nutrição, cocção e fornecimento transportados de refeições destinadas a atender a demanda das unidades penais da Regional de Curitiba. A empresa teria, em tese, atrasado na entrega das refeições, troca de proteína sem aviso prévio, entrega de alimentos a granel, peso inadequado de proteína, falta de nutricionista na unidade, supostas marmitas azedas, dentre outros. Diante disso a mesma poderá ser sancionada pelas penalidades de declaração de inidoneidade e multa, nos moldes do art. 156, incisos II e IV, da Lei Federal nº 14.133/2021."

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de julho de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

88369/2026

RESOLUÇÃO SESP N° 0374/2026

Designação de servidores para exercerem chefias no âmbito da SESP.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 13.205 de 7 de abril de 2026, e conforme o contido no eProtocolo nº 26.177.980-3,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora LUIZA BURDA BODANESE, CPF 078.XXX.XXX-33, para responder pelo Centro de Políticas de Proteção (CPP) da SESP; Art. 2°. DESIGNAR o servidor ALEXANDRE LIMA RICHTER, CPF 058.XXX.XXX-96, para responder pelo Centro de Análise, Planejamento e Estatística da SESP;

Art. 3°. DESIGNAR o servidor WELLENTON JOSERLI SELMER, CPF 872.XXX.XXX-91, para responder pela Assessoria Técnica da SESP;

Parágrafo único. A formalização prevista neste artigo não invalida os efeitos dos atos anteriormente produzidos pelo servidor na condução da unidade, ficando estes plenamente convalidados.

Art. 4°. DESIGNAR o servidor SERGIO AUGUSTO RAMOS, CPF 766.XXX.XXX-72, para responder pelo Centro de Operações Integradas de Segurança Pública da SESP;

Parágrafo único. A formalização prevista neste artigo não invalida os efeitos dos atos anteriormente produzidos pelo servidor na condução da unidade, ficando estes plenamente convalidados.

Art. 5°. DESIGNAR a servidora FERNANDA CRISTINA DA SILVA MACHADO, CPF 031.XXX.XXX-70, para exercer suas funções junto ao Centro de Políticas de Proteção (CPP) da SESP;

Art. 6°. Revogam-se todas as disposições em contrário, incluindo a Resolução 243/2026 – SESP;

Art. 7°. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de julho de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

88378/2026

RESOLUÇÃO SESP N° 0378/2026

Aditamento de protocolo.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 13.205, de 7 de abril de 2026 e conforme protocolo nº 25.918.581-5.

RESOLVE:

Art. 1º Aditar, nos termos do art. 203, do Decreto Estadual n.° 10.086/2022, os autos dos eProtocolos n.° 25.918.581-5, para que os fatos sejam apurados conjuntamente com o Processo de Responsabilização – PR n.° 033/2026 (eProtocolo n.° 26.149.276-8).

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Curitiba, 03 de julho de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

88572/2026

RESOLUÇÃO SESP N° 0379/2026

Nomeação de Comissão Provisória para Termo de Ajustamento de Conduta a ser oportunizado à empresa TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LTDA, inscrita sob o CNPJ n.° 00.809.489/0001-47.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Federal n.° 14.133, de 01 de abril de 2021 e pelo Decreto Estadual n.° 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolo n.º 23.072.473-3,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos dos arts. 206, inciso II, e 209 e seus incisos, ambos da Lei Estadual n.º 20.656/2021, os servidores Vera Morais dos Santos, CPF 972.XXX.XXX-04, na qualidade de Presidente, e Luciana Busmaier, CPF 741.XXX.XXX-20, para comporem Comissão Provisória destinada à celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a ser oportunizado à empresa TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LTDA, inscrita sob o CNPJ n.° 00.809.489/0001-47, admitida pelo Contrato n.° 0470/2024 – GMS n.° 4850/2024, cujo objeto seria a contratação de serviços de locação de equipamentos multifuncionais e impressoras para atender a demanda do Departamento de Polícia Penal.

Art. 2º. O procedimento deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da publicação deste ato.

Art. 3º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de julho de 2026

Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública

88617/2026

RESOLUÇÃO SESP N° 0380/2026

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e nomeia Comissão Processante.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, Decreto Estadual nº 13.205 de 7 de abril de 2026 e o contido no protocolo n.º 26.120.716-8.

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar, nos termos do art. 99 da Lei Estadual n.º 20.656/2021, Processo Administrativo Disciplinar - PAD em desfavor da servidora Barbara Friedemann, CPF n.° 030.xxx.xxx-58, com vistas a apurar faltas injustificadas, tendo violando, em tese, o disposto no art. 293, inc. V, § 2°, da Lei Estadual n.° 6.174/1970.

Art. 2º. Designar, para comporem a Comissão Processante ad hoc, os servidores Ronize Stein Piancini, CPF n.° 059.xxx.xxx-50, Arley Leandro de Moraes Juvencio, CPF nº 045.xxx.xxx-92 e Paula Candiota Dias Chula, CPF: 908.xxx.xxx-72, sob a presidência da primeira nomeada.

Art. 3º. O procedimento deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação deste ato.

Art. 4º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de julho de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

88371/2026

RESOLUÇÃO SESP N° 0385/2026

Firma Termo de Ajustamento de Conduta com a empresa L.K.S COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.960.452/0001-9.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Federal n.° 14.133, de 01 de abril de 2021 e pelo Decreto Estadual n.° 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolo n.º 24.353.034-2,

RESOLVE:

Art. 1º FIRMAR, nos termos do art. 208 da Lei Estadual nº 20.656/2021, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nº 018/2026 com a empresa L.K.S COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.960.452/0001-95, adjudicada pelo Pregão Eletrônico n.° 029/2024, cujo objeto seria a aquisição de gêneros alimentícios para atender, neste caso, a demanda da Polícia Militar do Paraná – PMPR.

Art. 2º A COMPROMISSÁRIA, nos termos do art. 210, inciso IV, alíneas “c”, “d” e “e”, da Lei Estadual n° 20.656/2021 c/c no art. 5, inc. I, do Decreto Estadual n.º 10.615/2025, compromete-se a prestação pecuniária, a fim de reparar a frustração de compra da Administração Pública, no valor de R$ 4.048,50 (Quatro mil e quarenta e oito reais e cinquenta centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do valor total dos empenhos (R$ 40.485,00).

Art. 3º DESIGNAR, o servidor Alessandro da Cruz, CPF 025.XXX.XXX-16, como responsável por acompanhar e fiscalizar a execução deste TAC, nos termos do art. 211, da Lei Estadual n° 20.656/2021 e art. 13 do Decreto Estadual n.º 10.615/2025.

Art. 4º O presente procedimento de ajustamento terá vigência de 30 (trinta) dias úteis, a contar desta publicação.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de julho de 2026

Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública

88820/2026

PORTARIA N° 212/2026-SINDICÂNCIA

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designado pela Portaria nº. 708, de 28 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.735, de 30/08/2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **JOSÉ AUGUSTO MATEUS, CPF: XXX.003.829-XX, e LUIS EDUARDO ALVES, CPF: XXX.430.809-XX**, ambos ocupantes do cargo de Policial Penal e lotados na Penitenciaria Estadual de Ponta Grossa II – U.S, para que, no **protocolo n° 26.187.686-8**, nos termos da **Lei nº 20.656/2021**, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados no **protocolo nº 26.003.809-5**, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de Julho de 2026.

(assinado eletronicamente)
DEIVID ALESSANDRO I. DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

88386/2026

PORTARIA N° 213/2026-SINDICÂNCIA

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designado pela Portaria nº. 708, de 28 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.735, de 30/08/2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **FLÁVIO ANTONIO SIQUEIRA VIEIRA, CPF: XXX.111.209-XX,** ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Cadeia Pública de Gaucha e **DANILO SOUTIER ALMADA FERNANDES, CPF: XXX.732.379-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Penitenciaria Estadual de Cruzeiro do Oeste, para que, no **protocolo n° 26.187.693-0**, nos termos da **Lei nº 20.656/2021**, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que no **prazo de 15 (quinze) dias úteis,** concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados no **protocolo nº 25.596.955-2**, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de Julho de 2026.

(assinado eletronicamente)
DEIVID ALESSANDRO I. DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

88387/2026

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 520 – DRH, 02 DE JULHO DE 2026.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo n° 26.187.180-7,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor **Edival Jesus Mariano, CPF 005.XXX.XXX-80**, para exercer a Função Privativa Policial de Chefe de Cadeia, simbologia FPP-8, da Cadeia Pública de Guarapuava, função criada nos termos da Lei nº 23.290, de 24 de junho de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

88429/2026

RESOLUÇÃO SESP N° 0375/2026

Nomeação de Comissão Provisória para Termo de Ajustamento de Conduta a ser oportunizado à empresa ADSERVI – Administradora de Serviços Ltda., CNPJ nº 02.531.343/0001-08.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Federal n.° 14.133, de 01 de abril de 2021 e pelo Decreto Estadual n.° 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolo n.º 25.160.114-3.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos dos arts. 206, inciso II, e 209 e seus incisos, ambos da Lei Estadual n.º 20.656/2021, os servidores Vera Morais dos Santos, CPF 972.XXX.XXX-04, na qualidade de Presidente, e Caio Vinicius Pivovarsky, CPF 084.XXX.XXX-55, para comporem Comissão Provisória destinada à celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a ser oportunizado à empresa ADSERVI - Administradora de Serviços Ltda., admitida por meio do Contrato nº 318/2023 (GMS nº 1610/2023), cujo objeto é a prestação de serviços continuados de assistente administrativo.

Art. 2º. O procedimento deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da publicação deste ato.

Art. 3º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 01 de julho de 2026

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP/PR.

88126/2026

RESOLUÇÃO SESP N° 0376/2026

Prorrogação de prazo no Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR n.° 005/2026, instaurado em desfavor da empresa JMF COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita sob o CNPJ n.° 36.953.179/0001-49.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 13.205, de 7 de abril de 2026 e conforme protocolo nº 26.174.439-2 e 25.449.041-5.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias úteis, o prazo para a conclusão do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR n.° 005/2026, instaurado pela Resolução nº 104/2026-SESP, publicada no Diário Oficial nº 12091, de 23 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor a partir de 2 de julho de 2026.

Curitiba, 02 de julho de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

88244/2026

RESOLUÇÃO SESP N° 0377/2026

Revoga resolução, instaura Processo Administrativo de Responsabilização – PAR/SESP, em desfavor da empresa FRIGOLE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ n.° 29.617.462/0001-34 e designar servidores para comporem a Comissão Processante.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 13.205, de 7 de abril de 2026 e conforme protocolo nº 25.650.386-7.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a Resolução n.º 0181/2026-SESP.

Art. 2º Instaurar, nos termos do art. 6 e do art. 19, ambos do Decreto Estadual n.° 11.727/2022, Processo Administrativo de Responsabilização – PAR em face da empresa FRIGOLE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita sob o CNPJ n.° 29.617.462/0001-34, admitida pelo Contrato n.° 0708/2024 – GMS 7015/2024, cujo objeto seria a aquisição de gêneros alimentícios que atenderia a necessidade do Corpo de Bombeiros Militar nos Municípios de Colombo e Campina Grande do Sul, no entanto houve a inexecução parcial do referido contrato e suposta subcontratação.

Art. 3º Designar, nos termos do art. 17, § 1°, do Decreto Estadual n.° 11.727/2022, os servidores Cristian Dal Maso Ferreira, CPF 058.XXX.XXX-56 e Elvis Maicon Zadra, CPF 039.XXX.XXX-52, para comporem Comissão Processante sob a presidência do primeiro nomeado.

Art. 4º O presente processo administrativo deverá ser concluído dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias úteis, contados da publicação deste ato, conforme preconiza o art. 18 do Decreto Estadual n.° 11.727/2022.

Art. 5º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de julho de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

88237/2026

RESOLUÇÃO SESP N° 0381/2026

Substituir membro da Comissão Processante instituída para o Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, em face da empresa A R Fante Pavelski Ltda, CNPJ n.° 43.485.969/0001-02.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 13.205 de 7 de abril de 2026 e conforme protocolo nº 25.651.268-8,

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir, nos termos do art. 6 e do art. 19, ambos do Decreto Estadual n.° 11.727/2022, membro da Comissão Processante instituída pela Resolução nº 0335/2026, publicada em DIOE n° 12170, de 23 de junho de 2026, sendo a servidora substituída Lucila Carla Cunha, inscrita no CPF 051.XXX.XXX-50, pela servidora substituta Luciane Busmaier, CPF 047.XXX.XXX-94.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de julho de 2026

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP/PR.

88245/2026

RESOLUÇÃO SESP N° 0382/2026

Prorrogação de prazo no Processo de Responsabilização – PR n.° 012/2026, instaurado em desfavor da empresa JMF Comércio e Distribuidora Ltda., inscrita no CNPJ nº 36.953.179/0001-49.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Federal n.° 14.133, de 01 de abril de 2021 e pelo Decreto Estadual n.° 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolo n.º 26.174.469-4 e 25.448.633-7,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, por 30 (trinta) dias úteis, o prazo para a conclusão do Processo de Responsabilização – PR n.° 012/2026, instaurado pela Resolução nº 107/2026-SESP, publicada no Diário Oficial nº 12091, de 23 de fevereiro de 2026.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de julho de 2026

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP/PR.

88238/2026

RESOLUÇÃO SESP N° 0383/2026

Substituir servidor instituído para o Processo de Responsabilização em face da empresa TELMA BUSSMANN VILAS BOAS – SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO LTDA, CNPJ 30.190.520/0005-07.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Federal n.° 14.133, de 01 de abril de 2021 e pelo Decreto Estadual n.° 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolo n.º 26.128.327-1,

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir, nos termos do art. 134, §2°, da Lei Estadual n.° 20.656/2021, o servidor instituída pela Resolução nº 0149/2025, publicada em DIOE n° 12171, de 24 dejunho de 2026, sendo o servidor substituído Fábio Alves de Vargas, CPF 882.XXX.XXX-49, pela servidora substituta Alceone Renner, CPF 047.XXX.XXX-94.

Art. 2º. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de julho de 2026

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP/PR.

88240/2026

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

O Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo art. 57, do Decreto estadual nº 7.339, de 08 de junho de 2010,

NOTIFICA

1. Ao senhor **Nicola da Rocha Pinto**, C. I. N. nº **556.XXX.XXX-68**, Cabo QPRR PM, e que integrou o Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários (CMEIV) – Programa CCM, para comparecer na Diretoria de Gestão de Pessoas da PMPR / Coordenação-Geral do CMEIV, sito à Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 1.401 – Rebouças, Curitiba / Paraná, CEP 80.230-110, ou, impossibilitado de comparecer, entrar em contato com o telefone (41) 3304 4711, considerando o contido no inciso LV, do art. 5º, da Constituição Federal (1988), para tratar de assunto de seu interesse, nos termos do disposto no §2º, do art. 163, da Lei estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, até o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, até a 15ª (décima quinta) publicação desta notificação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação que será publicada em Boletim-Geral da PMPR e por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Em 02 de maio de 2026.

Coronel QOEM PM Juliano Caciatori,
Diretor de Gestão de Pessoas da PMPR

78975/2026

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

A CHEFE DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 19, da Resolução nº 233, de 12 de agosto de 2016, **NOTIFICA:**

Senhora **Schelon Bianca de Lima Scheer, CPF 018.XXX.XXX-75**, Ex-Policial Penal, a comparecer na Unidade de Recursos Humanos, sito a Rua Maria Petroski, 3312 – Bacacheri – 82600-730 – Curitiba – PR, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o art. 2º do Decreto nº 5.492 de 10 de novembro de 2016, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

E para que não alegue ignorância, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 24 de junho de 2026.

Mônica Massarim de Oliveira,
Chefe do DRH/DEPPEN

83453/2026

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 517 – DRH, 02 DE JULHO DE 2026.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução nº 233, de 12 de agosto de 2016, e a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023, ambas da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo nº 26.183.330-1

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR o servidor **Pablo Fernando Pereira Da Costa**, CPF nº **346.XXX.XXX-08**, das atribuições de Gestor de Cadeia Pública da Cadeia Pública de Maringá, para as quais foi designado pela Portaria nº 698-GARH, de 23 de outubro de 2019.

Art. 2º DESIGNAR o supracitado servidor para exercer a Função Privativa Policial de **Chefe de Cadeia**, simbologia **FPP-8**, da **Cadeia Pública de Maringá**, função criada nos termos da Lei nº 23.290, de 24 de junho de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

88229/2026

DESPACHO DECISÓRIO Nº 0770/2026 - GS/SESP

Assunto: ABERTURA DE LICITAÇÃO – MENOR PREÇO.
Protocolo: 25.152.858-6

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso V do Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como no art. 28 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 303/2026 – PRC/PGE (fls. 396/415), bem como no Despacho do Centro de Licitações (fl. 505), que certificou o cumprimento das recomendações da Procuradoria-Geral do Estado, a abertura de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, critério menor preço, visando a prestação de serviço de fornecimento contínuo de refeições para atender demanda da Diretoria de Projetos, Diretoria de Educação Corporativa, Centro de Recrutamento e Seleção da Polícia Militar do Paraná, Diretoria de Inteligência da PMPR, Corregedoria Geral da PMPR e 33º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Paraná, no valor global máximo de R$ 3.972.612,00 (Três milhões, novecentos e setenta e dois mil, seiscentos e doze reais), conforme minuta anexada às fls. 438/494;

2. DECLARO, que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Licitações para providências.

Curitiba, 02 de julho de 2026

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva
Secretário de Estado da Segurança Pública

88243/2026

DESPACHO – Diretoria-Geral/SESP
Protocolo: 26.136.170-1
Assunto: INSS Patronal
1. RETIFICO o Despacho de fl. 149, publicado no Diário Oficial nº 12176 de 01/07/2026 (fl. 150), nos termos a seguir:
ONDE SE LÊ:
"… no valor de R$ 237,05 (Duzentos e trinta e sete reais e cinco centavos) de multa e R$ 20,57 (Vinte reais e cinquenta e sete centavos) de juros que decorrem da mora sobre o pagamento de Notas Fiscais…"
LEIA-SE:
"… no valor de R$ 99,25 (noventa e nove reais e vinte e cinco centavos) de multa e R$ 5,16 (cinco reais e dezesseis centavos) de juros que decorrem da mora sobre o pagamento de Notas Fiscais…"
2. Permanecem inalterados os demais termos não abrangidos pela presente retificação;
3. REPUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à unidade para providências.
É o despacho.

Curitiba, 02 de julho de 2026.
Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

88174/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 25.562.624-8

Assunto: ADESÃO - ATA Nº 077705/2025 - ESTADO DE SANTA CATARINA (CBMSC)

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, § 3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, no art. 13, inciso IX do Decreto Estadual nº 10.086/2022, na Resolução PGE nº 212/2023 e ainda, nos termos da Informação nº 1884/2026-AT/SESP, a celebração de contrato a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa S.O.S SUL RESGATE - COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ nº 03.928.511/0002-47, sediada na cidade de Itajaí/SC, em adesão à Ata de Registro de Preços nº 077705/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 0777/2025, cujo objeto é a aquisição de equipamento para salvamento em altura, para atender as necessidades do Grupo de Operações de Socorro Tático (GOST), no valor total de R$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), conforme minuta contratual constante às fls. 289/303;

2. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta se enquadra nos parâmetros do Parecer Referencial de regência, e que, para o consentimento acima, foram examinados os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo a responsabilidade técnica, financeira e fiscal daqueles que exararam as respectivas informações;

3. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, o setor responsável deverá verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação;

4. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências subsequentes.

Curitiba, 02 de julho de 2026.
Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva**,**
Secretário de Estado da Segurança Pública.

88223/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 25.609.580-7

Assunto: ACRÉSCIMO DO QUANTITATIVO – CONTRATO GMS Nº 5871/2023

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX do Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 255/2026 – PRC/PGE (fls. 69/80), bem como no despacho da Diretoria de Logística da PMPR (fl. 200) que saneou as recomendações da PGE, a celebração do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato GMS Nº 5871/2023, firmado com a empresa TRONNIX SOLUÇÕES DE SEGURANÇA LTDA EPP, inscrita no CNPJ n° 74.648.973/0001-78, objetivando o acréscimo do quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento), cujo objeto consiste na prestação de serviço contínuo de coleta e armazenamento de evidências composto por câmera operacional portátil (bodycam), plataforma de gerenciamento de evidência (armazenamento e custódia das imagens captadas na atividade policial) e infraestrutura de rede e dados, para atender a demanda da Polícia Militar do Paraná – PMPR, passando de R$ 1.047.312,00 (um milhão, quarenta e sete mil e trezentos e doze reais) para R$ 1.309.140,00 (um milhão, trezentos e nove mil e cento e quarenta reais), conforme minuta de fls. 195/198;

2. DECLARO que a presente autorização se fundamenta nas análises técnica e jurídica constantes dos autos, sendo a responsabilidade pela escorreita instrução processual e pelo conteúdo dos documentos juntados dos respectivos agentes públicos que os elaboraram e inseriram no feito;

3. DETERMINO que, antes da formalização do instrumento, o Centro de Contratos e Convênios verifique se a empresa contratada mantém hígidas as condições de habilitação, atualizando as certidões que porventura tenham expirado durante a tramitação processual;

4. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da SESP, para a formalização do Termo Aditivo e demais providências decorrentes.

Curitiba, 02 de julho de 2026.
Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva**,**
Secretário de Estado da Segurança Pública.

88222/2026

DESPACHO – GABINETE DO SECRETÁRIO/SESP
Protocolo: 25.692.742-0
ASSUNTO: USO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 424/2025 – AQUISIÇÃO DE BRAÇO ARTICULADO – HPM.

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto

Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 1817/2026-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA., inscrita no CNPJ nº 35.820.448/0054-48, sediada no Município de Londrina/PR, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 424/2025, cujo objeto será a aquisição de braço articulado para suporte de traqueia em ventilador pulmonar, para atender a demanda do Hospital da Polícia Militar (HPM), no valor total de R$ 17.098,20 (dezessete mil e noventa e oito reais e vinte centavos), conforme a Minuta do Contrato acostada às fls. 286/293;

2. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

3. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

4. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

É o despacho.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Cel PM Saulo de Tarso Sanson Silva,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

88197/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo: 25.818.864-0

Assunto: PRORROGAÇÃO – VIGÊNCIA – CONTRATO Nº 0700/2022 – GMS 3165/2022

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §3º do Decreto nº 4.189/2016, combinado com o art. 103, II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base na Informação nº 1916/2026-AT/SESP, a celebração do Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 0700/2022 – GMS 3165/2022, firmado com a empresa VMI SERVICE LTDA., inscrita no CNPJ n° 40.948.566/0001-64, tendo por objeto a prestação de serviço de locação de sistema de raio-x, a fim de atender a demanda das unidades da Polícia Científica de Cascavel, Curitiba, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 19/07/2026 e término em 18/07/2027, mantendo-se o valor total do contrato de R$ 3.526.255,68 (três milhões, quinhentos e vinte e seis mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), conforme minuta acostada às fls. 190/191;

2. DECLARO, que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

3. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação, atualizando as certidões de regularidade que porventura vencerem no decorrer do trâmite;

4. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

É o despacho.

Curitiba, 03 de Julho de 2026.

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva**,**

Secretário de Estado da Segurança Pública.

88480/2026

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 26.076.612-0

1. INDENIZO, consoante o instruído no presente protocolo as despesas decorrentes das Diárias Especiais de Atividade Extrajornada Voluntária – DEAEV, referentes ao mês de Maio de 2026, no valor total de R$1.440,00 (Hum mil e quatrocentos e quarenta reais), executadas pelo militar RENAN AUGUSTO MOREIRA, CPF: 044.XXX.XXX-55, conforme motivação apresentada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – CBMPR;

2. Em razão das justificativas informadas à fl. 2, mov. 2, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional, pois não restou prejuízo ao erário;

3. Ademais, considerando a necessidade do pagamento em tempo adequado ao militar estadual, cabe ao órgão melhoria na gestão visando mitigar a ocorrência de situações análogas;

4. PUBLIQUE-SE, após encaminha-se à unidade solicitante, para as demais providências legais.

É o despacho.

Curitiba-Paraná, *datado eletronicamente*.

(assinado eletronicamente)

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP

88709/2026

P O R T A R I A Nº 1289 – DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve,

Considerando o protocolo sob nº 26.053.314-2, DESIGNAR PAULA CAROLINE WISNIEWSKI, RG 16.XXX.254-X, Delegada de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções na 19.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE FRANCISCO BELTRÃO, do Departamento de Polícia do Interior, para responder cumulativamente como Delegada Chefe pela DELEGACIA DE POLÍCIA DE MARMELEIRO, do mesmo Departamento, durante Licença Maternidade da titular SUELLEN ANDRESSA PAGNO, RG 10.XXX.462-X, Delegada de Polícia de 4ª classe, no período de 06/06/2026 a 07/08/2026.

Considerando o protocolo sob nº 26.111.097-0, DESIGNAR ANDERSON SEIJI KUDO, RG 14.XXX.680-X, Delegado de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções como Delegado Adjunto na 22.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE ARAPONGAS, do Departamento de Polícia do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela referida unidade policial, durante férias do titular MAURICIO DE OLIVEIRA CAMARGO, RG 4.XXX.588-X, Delegado de Polícia de 1ª classe, no período de 01/07/2026 a 30/07/2026.

Considerando o protocolo sob nº 26.118.848-1, DESIGNAR JOÃO LUCAS VIEIRA CAETANO, RG 12.XXX.141-X, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe na 22.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ALTO PARANÁ, da 8.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE PARANAVAÍ, do Departamento de Polícia do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela 18.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE PARAÍSO DO NORTE, da mesma Subdivisão e Departamento, durante férias do titular RENATO LACROIX LEAL, RG 4.XXX.296-X, Delegado de Polícia de 2ª classe, no período de 29/06/2026 a 03/07/2026.

Considerando determinação do Delegado Geral Adjunto, DESIGNAR GIL ROCHA TESSEROLLI, RG 3.XXX.891-X, Delegado de Polícia de 1ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe no NÚCLEO AUXILIAR DE CONTROLE INTERNO, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pelo GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS, durante férias da titular DANIELE DE OLIVEIRA SERIGHELI COSTA, RG 6.XXX.367-X, Delegada de Polícia de 2ª classe, no período de 06/07/2026 a 19/07/2026.

Considerando o protocolo sob nº 26.131.873-3, DESIGNAR PEDRO VIEIRA FERREIRA ROCHA, RG 10.XXX.859-X, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções na 15.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE CASCAVEL, do Departamento de Polícia do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Adjunto pela referida unidade policial, durante férias do titular PEDRO LUIZ FONTANA RIBEIRO, RG 6.XXX.916-X, Delegado de Polícia de 1ª classe, no período de 01/07/2026 a 30/07/2026.

Considerando o protocolo sob nº 26.083.604-8, DESIGNAR RAFAEL NUNES MOTA, RG 16.XXX.259-X, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe na DELEGACIA DE POLÍCIA DE TEIXEIRA SOARES, da 13.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE PONTA GROSSA, do Departamento de Polícia do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela 40.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE PALMEIRA, da mesma Subdivisão e Departamento, durante férias do titular LUCAS PINTO ARRUDA GONÇALVES DE FARIA, RG 16.XXX.210-X, Delegado de Polícia de 4ª classe, no período de 10/06/2026 a 19/06/2026.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Considerando o protocolo sob nº 25.919.265-0, DESIGNAR VITOR DUTRA DE OLIVEIRA, RG 14.XXX.017-X, Delegado de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe na DELEGACIA DE POLÍCIA DE IBIPORÃ, da 10.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE LONDRINA, do Departamento de Polícia do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pelo NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES DELONDRINA, do Departamento Estadual de Proteção a Vulneráveis, durante férias da titular KELLY CRISTINA ROCHA AZARIAS BRASIL, RG 16.XXX.179-X, Delegada de Polícia de 4ª classe, no período de 01/07/2026 a 15/07/2026.

Considerando o protocolo sob nº 26.068.574-0, DESIGNAR JOÃO BATISTA DOS REIS, RG 5.XXX.216-X, Delegado de Polícia de 2ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe no 6.º DISTRITO POLICIAL DE LONDRINA, da 10.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE LONDRINA, do Departamento de Polícia do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela DELEGACIA DE FURTOS E ROUBOS DE VEÍCULOS DE LONDRINA, da mesma Subdivisão e Departamento, durante férias do titular ALESSANDRO VELASCO FRANÇA, RG 16.XXX.119-X, Delegado de Polícia de 4ª classe, no período de 01/07/2026 a 20/07/2026.

Considerando determinação do Delegado Geral, DESIGNAR MARCIA TAVARES DOS SANTOS, RG 7.XXX.001-X, Delegada de Polícia de 1ª classe, exercendo suas funções na ASSESSORIA JURÍDICA, para responder cumulativamente pela Chefia de Gabinete da DELEGACIA GERAL - CG/DG, durante férias da titular ALISON PALUDZYSZYN DE SOUZA, RG 4.XXX.212-X, Delegada de Polícia de 1ª classe, no período de 01/07/2026 a 09/07/2026.

Considerando determinação do Delegado Geral, DESIGNAR RIAD BRAGA FARHAT, RG 4.XXX.643-X, Delegado de Polícia de 1ª classe, exercendo suas funções como Delegado Geral Adjunto Operacional na DELEGACIA GERAL, para responder cumulativamente pela Chefia de Gabinete da DELEGACIA GERAL - CG/DG, durante férias da titular ALISON PALUDZYSZYN DE SOUZA, RG 4.XXX.212-X, Delegada de Polícia de 1ª classe, no período de 10/07/2026 a 20/07/2026.

Curitiba, 02 de julho de 2026.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1290-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando protocolo nº 26.170.970-8;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço;

Considerando que é meta da Pasta da Segurança Pública a otimização das atividades de rotina, sobretudo as relacionadas com a Polícia Judiciária, objetivando a melhor qualidade de trabalho em favor do cidadão e da comunidade, resolve,

R E M O V E R

ESTHER SPARENBERG RIBEIRO DE ARAUJO, RG 9.XXX.019-X, PAPILOSCOPISTA POLICIAL ;

DO(A): POSTO DE IDENTIFICAÇÃO 035 - BOA VISTA - RUA DA CIDADANIA, do Instituto de Identificação do Paraná.

PARA: POSTO DE IDENTIFICAÇÃO 001 – CENTRAL, do mesmo Instituto

Curitiba, 02 de julho de 2026.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1291-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando protocolo nº 26.170.970-8;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço;

Considerando que é meta da Pasta da Segurança Pública a otimização das atividades de rotina, sobretudo as relacionadas com a Polícia Judiciária, objetivando a melhor qualidade de trabalho em favor do cidadão e da comunidade, resolve,

R E M O V E R

TALITA FRANCO MENDES, RG 8.XXX.975-X, PAPILOSCOPISTA POLICIAL ;

DO(A): SETOR DE ANÁLISE E REGULARIZAÇÃO DOCUMENTAL, do Instituto de Identificação do Paraná.

PARA: SETOR FINANCEIRO, do mesmo Instituto

Curitiba, 02 de julho de 2026.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1292-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve,

L O T A R

A partir de 01/07/2026, VALDELIRIO CARDOSO, RG 5.XXX.488-X, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

NO(A): 19.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE FRANCISCO BELTRÃO, do Departamento de Polícia do Interior.

FICANDO DISPENSADO(A) DO(A): GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS II - SITUAÇÕES DIVERSAS.

MOTIVO: Suspensão Licença para Trâmite de Aposentadoria por Invalidez a partir de 30/06/2026.

Curitiba, 02 de julho de 2026.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1293-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando o protocolo nº 25.835.050-2, resolve,

R E M O V E R A P E D I D O

OSCAR HORACIO COMMODARO JUNIOR, RG 12.XXX.606-X, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

DO(A): Delegacia de Polícia do 11.º DISTRITO, do Departamento de Polícia da Capital

PARA: 38.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, da 12.ª Subdivisão Policial de JACAREZINHO, do Departamento de Polícia do Interior.

Curitiba, 02 de julho de 2026.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1294-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando protocolo nº 26.097.605-2;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço;

Considerando que é meta da Pasta da Segurança Pública a otimização das atividades de rotina, sobretudo as relacionadas com a Polícia Judiciária, objetivando a melhor qualidade de trabalho em favor do cidadão e da comunidade, resolve,

R E M O V E R

THIAGO HENRIQUE SCHLOTTAG, RG 8.XXX.026-X, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

DO(A): DELEGACIA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, do Departamento Estadual de Polícia Especializada.

PARA: DELEGACIA DE POLÍCIA DE MORRETES, da 1.ª Subdivisão Policial de PARANAGUÁ, do Departamento de Polícia do Interior.

Curitiba, 02 de julho de 2026.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1295-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando protocolo nº 26.097.605-2;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço;

Considerando que é meta da Pasta da Segurança Pública a otimização das atividades de rotina, sobretudo as relacionadas com a Polícia Judiciária, objetivando a melhor qualidade de trabalho em favor do cidadão e da comunidade, resolve,

R E M O V E R

EDSON MARINHEIRO DA SILVA, RG 6.XXX.337-X, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

DO(A): DELEGACIA DE POLÍCIA DE MORRETES, da 1.ª Subdivisão Policial de PARANAGUÁ, do Departamento de Polícia do Interior.

PARA: DELEGACIA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, do Departamento Estadual de Polícia Especializada .

Curitiba, 02 de julho de 2026.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

88456/2026

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 26.053.153-0

1. C**ONVALIDO**, consoante o instruído no presente protocolo as despesas decorrentes das Diárias Especiais de Atividade Extrajornada Voluntária – DEAEV, referentes ao mês de Março de 2026, no valor total de R$ 3.420,00 (três mil, quatrocentos e vinte reais), executadas pelos militares indicados a fl. 2, mov. 2, conforme motivação apresentada pela Polícia Militar do Paraná – PMPR;

2. Em razão das justificativas informadas à fl. 3, mov. 2, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional, pois não restou prejuízo ao erário;

3. Ademais, considerando a necessidade do pagamento em tempo adequado aos militares estaduais, cabe ao órgão melhoria na gestão visando mitigar a ocorrência de situações análogas;

4. PUBLIQUE-SE, após encaminha-se à unidade solicitante, para as demais providências legais.

É o despacho.

Curitiba-Paraná, *datado eletronicamente*.

(assinado eletronicamente)

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP

88754/2026

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL

Portaria nº 114/2026-GAB

O Diretor-Geral da Polícia Científica, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Lei nº 21.117/2022, arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005, Resolução nº 038/2024-SESP e Decreto nº 11.243, de 16 de setembro de 2025, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Perita Oficial Criminal VIVIANE PAOLA ZIBE E PIEGEL, CPF XXX.433.559-XX, para exercer o cargo de Diretora do Museu Paranaense de Ciências Forenses durante a fruição de férias da titular FABIOLA SCHUTZENBERGER MACHADO, CPF XXX.585.869-XX, durante o período de 05 a 29 de julho de 2026.

Ciro José Cardoso Pimenta

Diretor-Geral da Polícia Científica do Paraná

88790/2026

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo: 26.075.058-5

Assunto: PRORROGAÇÃO – VIGÊNCIA – CONTRATO Nº 0554/2024 – GMS 5548/2024

1. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, combinado com os arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 1911/2026-AT/SESP, a celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 0554/2024 – GMS 5548/2024, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa LBSX COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA., inscrita no CNPJ n° 04.252.693/0001-60, tendo por objeto a aquisição de gêneros alimentícios, com entrega parcelada, para atender às necessidades da Polícia Militar no município da Lapa-PR, visando, no presente momento, à prorrogação de sua vigência pelo período de 12 (doze) meses, com início em 09/09/2026 e término em 08/09/2027, mantendo-se o valor total do contrato de R$ 139.596,29 (cento e trinta e nove mil, quinhentos e noventa e seis reais e vinte e nove centavos), conforme minuta acostada às fls. 140/141;

2. DECLARO, que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

3. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação, atualizando as certidões de regularidade que porventura vencerem no decorrer do trâmite;

4. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

É o despacho.

Curitiba, 03 de Julho de 2026.

Cel. PM Saulo de Tarso Sanson Silva**,**

Secretário de Estado da Segurança Pública.

88499/2026

PORTARIA N° 214/2026-SINDICÂNCIA

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designado pela Portaria nº. 708, de 28 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.735, de 30/08/2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **CRISTIANO IVANO, CPF: XXX.980.769-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, e **WANDERLEY MASSANORI URATA, CPF: XXX.624.209-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, ambos lotados na Regional Administrativa de Londrina, para que, no **protocolo n° 26.187.702-3**, nos termos da **Lei nº 20.656/2021**, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados no **protocolo nº 26.057.761-1**, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de Julho de 2026.

(assinado eletronicamente)
DEIVID ALESSANDRO I. DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

88389/2026

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
PORTARIA Nº 518 – DRH, 02 DE JULHO DE 2026.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução nº 233, de 12 de agosto de 2016, e a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023, ambas da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo nº 26.186.596-3

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR o servidor **Julio Cezar Ribas**, CPF nº **700.XXX.XXX-15**, das atribuições de Gestor de Cadeia Pública da Cadeia Pública de Assaí, para as quais foi designado pela Portaria GARH nº 437, de 15 de maio de 2019.

Art. 2º DESIGNAR o supracitado servidor para exercer a Função Privativa Policial de **Chefe de Cadeia**, simbologia **FPP-8**, do **Centro de Reintegração Social de Assaí - CRESA**, função criada nos termos da Lei nº 23.290, de 24 de junho de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de junho de 2026.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

88425/2026

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

PORTARIA Nº 519 – DRH, 02 DE JULHO DE 2026.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo nº 26.187.143-2,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora **Marcileia Ferreira Dutra Felizari, CPF nº 043.XXX.XXX-65**, para exercer a Função Privativa Policial de Chefe de Gabinete da Polícia Penal, simbologia FPP-4, ficando dispensada a servidora **Juliana Heindyk Duarte, CPF nº 966.XXX.XXX-53**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de julho de 2026.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

88405/2026

Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA
EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE VEÍCULO

Partícipes: O ESTADO DO PARANÁ, neste ato representado pela SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA – SETR, e, de outro lado, os MUNICÍPIOS constantes do anexo.
Objeto: Cessão temporária por empréstimo, de bens móveis, representado por 01(um) veículo automotor, com as características constantes no Termo de Cessão de Veículo.
Vigência: 48 (quarenta e oito) meses, contados da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado nos termos da lei, mediante termo aditivo.

ANEXO

Protocolo	Município	Nº Termo de Cooperação	Nº Termo de Cessão	Assinatura do Termo
25.143.874-9	Itapejara D'Oeste	228/2025	228/2025	03/07/2026
25.586.480-7	Rebouças	006/2026	237/2026	03/07/2026

Willian Porfirio Ribeiro
Secretário de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

88636/2026

DESPACHO Nº 0578/2026 – GS/SETR
Referente ao Protocolo nº 26.158.281-3

Considerando a instrução regular do presente processo administrativo, instaurado em razão da solicitação formulada pelo **Município de Ângulo/PR**, objetivando o recebimento, por doação, de veículo integrante do patrimônio da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR;
Considerando que o bem objeto da presente alienação foi regularmente declarado desnecessário às atividades desta Secretaria, conforme **Resolução nº 009/2026-SETR**, encontrando-se caracterizado o interesse da Administração em promover sua destinação a outro ente público para continuidade de sua utilização em finalidade pública;
Considerando que o **Município de Ângulo/PR** apresentou solicitação formal acompanhada da devida justificativa quanto à necessidade do veículo para atendimento de serviços públicos de sua competência, evidenciando o interesse social da transferência patrimonial pretendida;
Considerando que a instrução processual foi realizada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei Estadual nº 20.790, de 18 de novembro de 2021, o Decreto Estadual nº 4.336, de 25 de fevereiro de 2009, o Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, bem como com a Resolução PGE nº 254/2024 e o Parecer Referencial nº 34/2024-PGE, que disciplinam e padronizam os procedimentos relativos à doação de veículos no âmbito da Administração Pública Estadual;
Considerando o **Parecer nº 437/2026, do Departamento de Gestão do Transporte Oficial – DETO**, que concluiu pela inexistência de óbices ao prosseguimento da doação e consignou o atendimento dos requisitos legais e procedimentais aplicáveis à espécie;
Considerando que o art. 76 da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que a alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado e precedida de avaliação, dependerá, tratando-se de bens móveis, de licitação na modalidade leilão, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas;
Considerando que o art. 76, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e o art. 610, inciso II, alínea a, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 autorizam a dispensa da realização de licitação na modalidade leilão quando se tratar de doação destinada exclusivamente a fins e uso de interesse social, precedida da avaliação de oportunidade e conveniência socioeconômica em relação às demais formas de alienação, bem como caracterizada a desnecessidade ou a inservibilidade do bem;
Considerando que, diante das características do bem e da finalidade pública a que será destinado, a doação revela-se medida mais vantajosa ao interesse público do que sua alienação mediante leilão, assegurando o adequado aproveitamento do patrimônio público, a racionalização dos recursos administrativos e a continuidade da utilização do veículo em benefício da coletividade;
I. AUTORIZO, com fundamento no art. 76 da Lei Federal nº 14.133/2021, no art. 610, inciso II, alínea a, c/c o art. 149 e o art. 2º, inciso VIII, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, no art. 1º da Lei Estadual nº 20.790/2021, no art. 1º do Decreto Estadual nº 4.336/2009, na Resolução PGE nº 254/2024 e no Parecer Referencial nº 34/2024-PGE, a dispensa da realização de licitação, na modalidade leilão, para a alienação, mediante doação ao Município de Ângulo/PR, do seguinte bem móvel:

Tipo	Veículo coletivo (Ônibus)
Marca/Modelo	M.BENZ/O 400 RS
Placa	CBR-8D49
Ano/Modelo	1996/1997
Chassi	9BM664126TC085276
RENAVAM	00664087353
Patrimônio	100001791008

II. A presente autorização fundamenta-se no atendimento dos pressupostos legais para a dispensa da licitação, consubstanciados na desnecessidade do bem para a Administração Pública Estadual, na demonstração do interesse público e social da doação, na observância da oportunidade e conveniência socioeconômica da medida e na regularidade da instrução processual, conforme documentação constante dos autos.
III. Fica, igualmente, autorizada a doação do veículo acima especificado ao **Município de Ângulo/PR**, observadas as condições estabelecidas no respectivo Termo de Doação e na legislação aplicável.
IV. Ao **SETR/NAS** para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.
Willian Porfirio Ribeiro
Secretário de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

88457/2026

Receita Estadual do Paraná

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

Ciência das Notificações para Apresentação de Defesa Prévia
Edital n. 98/2026

A Receita Estadual do Paraná cientifica os interessados abaixo das Notificações para Apresentação de Defesa Prévia, em conformidade com o disposto no artigo 22 da Lei Complementar Estadual n. 107, de 11 de janeiro de 2005, com a nova redação da LCE n. 118, de 14 de fevereiro de 2007,com o Decreto n.5.568, de 14 de outubro de 2009 e com a Norma de Procedimento Fiscal da CRE n. 103 de 10 de novembro de 2009.

Passados dez dias corridos desta publicação, serão consideradas efetuadas as intimações (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV), começando a contagem do prazo de até dez dias corridos para a apresentação de Defesa Prévia, nos termos da NPF n. 103/2009.

O acesso aos documentos e à íntegra da notificação, bem como a apresentação de petição, poderá ser realizada pelo responsável ou seu procurador por meio do menu e-PAF da lista de serviços do ReceitaPR.

Relação das Notificações para Apresentação de Defesa Prévia

9ª DRR - Maringá
Código de Controle da NADP: **26.0010008-8**
CAF/OSF: 00/2025/009382

Identificação: (*)	Notificado:
90840951-57	GOTTES - IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS AGROQUIMICOS LTDA
722.681.074-34	ESPÓLIO - HENRIQUE EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA

9ª DRR - Maringá
Código de Controle da NADP: **26.0010097-5**
CAF/OSF: 00/2025/009382

Identificação: (*)	Notificado:
90840951-57	GOTTES - IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS AGROQUIMICOS LTDA
722.681.074-34	ESPÓLIO - HENRIQUE EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA

9ª DRR - Maringá
Código de Controle da NADP: **26.0010111-4**
CAF/OSF: 00/2025/009382

Identificação: (*)	Notificado:
722.681.074-34	ESPÓLIO HENRIQUE EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA
90840951-57	GOTTES - IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS AGROQUIMICOS LTDA

9ª DRR - Maringá
Código de Controle da NADP: **26.0010102-5**
CAF/OSF: 00/2025/009382

Identificação: (*)	Notificado:
90840951-57	GOTTES - IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS AGROQUIMICOS LTDA
722.681.074-34	ESPÓLIO HENRIQUE EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA

(*)=> CAD-ICMS, CNPJ ou CPF

Endereços para apresentação:
1ª DRR = RUA LOURENCO PINTO 50 - CURITIBA - PR
3ª DRR = RUA THEODORO ROSAS 945 - PONTA GROSSA - PR
5ª DRR = RUA ANDRADE NEVES 925 - GUARAPUAVA - PR
6ª DRR = RUA PARANA 698 - JACAREZINHO - PR
8ª DRR = RUA PARA 473 - LONDRINA - PR
9ª DRR = AV PRUD. DE MORAES 211 - MARINGA - PR
11ª DRR = AV PARANA 3787 - UMUARAMA - PR
13ª DRR = R PADRE CHAMPAGNAT 130 - CASCAVEL - PR
14ª DRR = RUA ARARIBOIA 463 - PATO BRANCO - PR
17ª DRR = RUA VICENTE MACHADO 445 - CURITIBA - PR

Curitiba, 03 de Julho de 2026

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski
Diretor(a) da Receita Estadual do Paraná

88635/2026

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Ciência de Autos de Infração
Edital n. 99/2026

A Receita Estadual do Paraná cientifica os sujeitos passivos que foram lavrados os Autos de Infração relacionados abaixo, para a formalização de créditos tributários conforme a Seção III da Lei n. 18.877, publicada em 30 de setembro de 2016.

Passados dez dias corridos da publicação deste edital, as intimações serão consideradas efetuadas (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV).

A partir da data da intimação, terão o prazo de até trinta dias corridos para pagamento ou parcelamento do crédito tributário, contados na forma do artigo 36 da Lei n. 11.580/1996, e conforme o calendário de expediente bancário do município da sede da Delegacia da Receita (DRR) da origem da medida fiscal.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS (para qualquer data de fato gerador ou penalidade) ou de ITCMD (cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1º.1.2016 e com as penalidades previstas nos incisos I, II ou III do parágrafo 1º do artigo 33 da Lei n. 18.573/2015), o valor da multa e dos respectivos juros de mora serão reduzidos em cinquenta por cento, na forma das leis de cada imposto.

Para pagamento dos autos de infração relativos ao ICMS apurado pelas regras do Simples Nacional o valor da multa será reduzido em cinquenta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigos 95 e 96, parágrafo único, inciso I; Lei n. 9.430/1996, artigo 44, parágrafo 3º; Lei n. 8.218/1991, artigo 6º, inciso I). No caso de parcelamento, o valor da multa será reduzido em quarenta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigo 46, inciso IV, alínea "a") na forma da lei.

Também a partir da data da intimação, terão o prazo de até trinta dias úteis para a apresentação de defesa administrativa (Reclamação) nos termos dos artigos 14 e 48 da Lei n. 18.877/2016, podendo ainda, efetuar depósito administrativo do montante integral (Lei n.18.877/2016, artigo 46), caso queiram fazer cessar a incidência dos juros de mora.

Os prazos processuais serão contados em dias úteis na forma do artigo 22 da Lei n. 18.877/2016 (sendo adotado o calendário de expediente da sede da Receita Estadual do Paraná, localizada no município de Curitiba).

Os sujeitos passivos poderão pagar a importância que entenderem devida e impugnar o restante da exigência, nos termos do artigo 16 da Lei n. 18.877/2016.

A apresentação da defesa (RECLAMAÇÃO) não está condicionada a qualquer desembolso prévio e instaura a fase litigiosa do processo.

Caso a Reclamação não seja apresentada, aplicam-se ao autuado os efeitos da revelia, imputando-se como verdadeiros os fatos descritos no auto de infração, nos termos do artigo 48, parágrafo 2º, da Lei n. 18.877/2016.

Não será conhecida a reclamação interposta fora do prazo legal (artigo 14, parágrafo 3º, da Lei n. 18.877/2016).

O acesso aos documentos e à íntegra dos autos, bem como a apresentação de petição, poderá ser realizada pelo responsável ou seu procurador por meio do menu e-PAF da lista de serviços do ReceitaPR.

Relação dos Autos de Infração

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8010098-1**

Identificação: (*)	Sujeito Passivo:
067.628.959-21	TONY RICARDO BALLAO

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8010256-9**

Identificação: (*)	Sujeito Passivo:
042.120.129-01	ALMIR COSTA MOREIRA

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8010300-0**

Identificação: (*)	Sujeito Passivo:
111.695.321-87	CELSO MARTINS

(*)=> CAD-ICMS, CNPJ ou CPF

Curitiba, 03 de Julho de 2026

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski
Diretor(a) da Receita Estadual do Paraná

88639/2026

ATO nº 002/2026 – DRE01/GABD

A Delegada da 1ª Delegacia da Receita Estadual, com sede em Curitiba, conforme competência legal que lhe confere o Regimento da REPR aprovado pela Resolução SEFA nº 484/2025, art. 52, inciso VI, **RESOLVE alterar a lotação**:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

De	A partir de	De	Para
Marco Túlio Cícero Bello Honaiser RG: 13.816.096-3 Auditor Fiscal G	06/07/2026	Coordenação de Fiscalização da 1ª Delegacia da Receita Estadual – DRE01/CRF	Coordenação Regional de Cobrança e Arrecadação da 1ª Delegacia da Receita Estadual – DRE01/CRCA

Curitiba, DRE01, 1º de julho de 2026.
Audrey Olivet Grubba
Delegada Regional da Receita – DRE01

88203/2026

Autarquias

IDR - PARANÁ

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA IDR-PARANÁ Nº 183, DE 02 DE JULHO DE 2026

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ – IAPAR-EMATER – IDR-PARANÁ, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Estadual nº 20.121 de 31 de dezembro de 2019 e a Lei Estadual nº 22.508 de 02 de julho de 2025, em decorrência do Decreto Estadual nº 14.083/2026, publicado no DIOE edição 12.167 de 18 de junho de 2026, e o contido no protocolo nº 26.103.834-0,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, a partir do dia 16 de junho de 2026 o servidor público **ELDER OLIVEIRA DE ARAÚJO** – RG 15.XXX.055-X/PR, simbologia FDR-4, para exercer a função de Assessor Regional de Projetos, e desempenhar suas funções junto ao Escritório Regional de Ponta Grossa do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER.

Art.2º Lotar, o servidor público mencionado no Art.1º desta Portaria no Escritório Regional de Ponta Grossa.

Art.3º Revogar, as Portarias eventualmente em contrário, em conflito, divergente ou redundantes em relação a presente Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 02 de julho de 2026.

Altair Sebastião Dorigo
Diretor-Presidente/IDR-Paraná

88474/2026

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 184/2026– IDR-Paraná

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ – IAPAR-EMATER (IDR-Paraná), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Pedro Antonio Martins Auler, ocupante do cargo de Chefe de Departamento, para responder pela Diretoria de Pesquisa e Inovação do IDR-Paraná, no período de 06 de julho de 2026 a 26 de julho de 2026, em razão da fruição de férias da Diretora de Pesquisa e Inovação, Sra. Vania Moda Cirino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de julho de 2026.
Altair Sebastião Dorigo
Diretor-Presidente/IDR-Paraná

88368/2026

AGEPAR

PORTARIA N.º 029/2026 CRH/DAF -AGEPAR

Designa servidor para responder pela função de Chefe da Coordenadoria de Recursos Humanos da Diretoria Administrativa Financeira no período de 14/07/2026 a 31/07/2026

O Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 29, § 2º, da Lei Complementar Estadual n.º 222, de 05 de maio de 2020, e o art. 25, incs. II e III, do Anexo ao Decreto Estadual n.º 12.674, de 09 de fevereiro de 2026 (Regulamento da Agepar),

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor WANCIEL BATISTA GALVÃO, RG nº 13.XXX.321-X, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Chefe da Coordenadoria de Recursos Humanos – CRH/DAF/AGEPAR, no período de 14/07/2026 a 31/07/2026, referente à fruição de férias da titular, LUISA BATISTA DE SOUZA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de julho de 2026

(assinado nos termos do art. 38 do Decreto nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

88477/2026

PORTARIA N.º 030/2026 CRH/DAF -AGEPAR

Designa servidor para responder pela função de Chefe da Coordenadoria de Fiscalização e Regulação Técnica do Gás Canalizado da Diretoria de Fiscalização e Qualidade dos Serviços no período de 13/07/2026 a 22/07/2026.

O Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 29, § 2º, da Lei Complementar Estadual n.º 222, de 05 de maio de 2020, e o art. 25, incs. II e III, do Anexo ao Decreto Estadual n.º 12.674, de 09 de fevereiro de 2026 (Regulamento da Agepar),

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor FLÁVIO RAFAEL LACHOWSKI, RG nº 6.XXX.868-X, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Chefe da Coordenadoria de Fiscalização e Regulação Técnica do Gás Canalizado – CFG/DFQ/AGEPAR, no período de 13/07/2026 a 22/07/2026, referente à fruição de férias da titular, MARIANA RIBEIRO FACUNDO DE SOUZA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de julho de 2026

(assinado nos termos do art. 38 do Decreto nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

88493/2026

PORTARIA N.º 031/2026 CRH/DAF -AGEPAR

Designa servidora para responder pela função de Chefe da Coordenadoria de Julgamento do Processo Sancionador da Diretoria de Normas e Regulamentação no período de 20/07/2026 a 07/08/2026

O Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 29, § 2º, da Lei Complementar Estadual n.º 222, de 05 de maio de 2020, e o art. 25, incs. II e III, do Anexo ao Decreto Estadual n.º 12.674, de 09 de fevereiro de 2026 (Regulamento da Agepar),

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora MAGDA DEMARTINI DA SILVA, RG nº 5.XXX.023- X, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Chefe da Coordenadoria de Julgamento do Processo Sancionador – CJU/DNR/AGEPAR, no período de 20/07/2026 a 07/08/2026, referente à fruição de férias do titular, AARON DAVID CHYBIOR MARTTUCHY GONÇALVES.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de julho de 2026

(assinado nos termos do art. 38 do Decreto nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

88495/2026

PORTARIA N.º 32/2026-CRH/DAF/AGEPAR

Altera a Portaria n.º 14/2026 da Coordenadoria de Recursos Humanos, que designa servidores para atuar na Diretoria da Presidência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná e dá outras providências.

O Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar, no uso de suas atribuições legais, em especial o disposto no art. 29, § 2º, da Lei Complementar Estadual n.º 222/2020, e no art. 24, inciso II, do Regulamento da Agepar (Anexo aprovado pelo Decreto Estadual n.º 6265/2020);

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar o inciso X ao artigo 2º da Portaria n.º 14/2026-CRH/DAF/AGEPAR, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....
X - Fernanda Regina Karwowski Maier, RG n.º 9.XXX.365-X." (NR)

Art. 2° Revogar o inciso II do art. 2º da Portaria n.º 14/2026-CRH/DAF/AGEPAR.

Art. 3° Revogar o inciso V do art. 3º da Portaria n.º 14/2026-CRH/DAF/AGEPAR.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 3 de julho de 2026

(assinado nos termos do art. 38 do Decreto nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

88593/2026

